



**Poltécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Relatório de estágio: Contributos das organizações não-governamentais para a defesa e promoção dos direitos do menor

Inês Filipa Bastos Pereira



**Politécnico
de Viseu**

Escola Superior
de Educação
de Viseu

Relatório de estágio: Contributos das organizações não-governamentais para a defesa e promoção dos direitos do menor

Inês Filipa Bastos Pereira

Monografia

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco

Trabalho efetuado sob a orientação da Professora Doutora Susana Fonseca, coorientação da Professora Doutora Lia Araújo e apresentado à Escola Superior de Educação de Viseu para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

Novembro de 2022



Politécnico
de Viseu

Escola Superior
de Educação
de Viseu

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE CIENTÍFICA

Inês Filipa Bastos Pereira, n.º 19943 do curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, declara sob compromisso de honra, que o Relatório Final de Estágio é inédito e foi especialmente escrito para este efeito.

Viseu, 12/11/2022

O aluno, Inês Filipa Bastos Pereira

RESUMO

A pobreza infantil nega o acesso aos recursos necessários para a sobrevivência do menor, impedindo-o de gozar de todos os seus direitos, de concretizar o seu íntegro potencial e, ainda, de participar ativamente na sociedade em que se encontra inserido. Sendo que esta privação, material e/ou social, se constitui como um atentado aos direitos da criança e do jovem, o combate da pobreza infantil deve estar estritamente ligado à defesa do seu pleno desenvolvimento e à salvaguarda dos seus direitos básicos. Disto isto, neste Relatório de Estágio, é descrito o projeto implementado no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, que teve como principal objetivo contribuir para uma maior sensibilização acerca do fenómeno da pobreza e exclusão social no contexto infantojuvenil. Neste sentido, o projeto fundamentou-se em seis grandes eixos de intervenção, designadamente, a colaboração na elaboração dos PLPPDCJ, no âmbito do Projeto Adélia; o envolvimento na Campanha “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”; a participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”; o apoio na iniciativa “Escolas Contra a Pobreza”; a implementação de um projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios” e, por fim, a participação em oficinas de prática e conhecimento, ações de formação e reuniões de associados. Posto isto, o presente documento integra todo o processo de intervenção, desde o diagnóstico aos resultados do projeto, identificando as potencialidades e dificuldades sentidas no decorrer do mesmo, bem como a pertinência da intervenção psicossocial com crianças e jovens em risco na área elencada.

Palavras-chave: Pobreza; Exclusão Social; Risco; Direitos; Crianças e Jovens.

ABSTRACT

Child poverty denies access to the resources necessary for the survival of minors, preventing them from enjoying all their rights, from fulfilling their full potential and, furthermore, from actively participating in the society in which they are inserted. Since this deprivation, material and/or social, constitutes an attack on the rights of children and young people, the fight against child poverty must be strictly linked to the defense of their full development and the safeguarding of their basic rights. With that in mind, this Internship Report describes the project implemented at EAPN Portugal's District Center of Viseu, whose main objective was to contribute to a greater awareness of the phenomenon of poverty and social exclusion in the context of children and adolescents. In this sense, the project was based on six main axes of intervention, namely, collaboration in the preparation of the PLPPDCJ, within the scope of the Adélia Project; involvement in the Campaign "Strip Prejudices, Dress Up Inclusion"; participation in the "Thematic Cycle on Gypsy Communities"; support for the "Schools Against Poverty" initiative; the implementation of a photovoice project on "Family and its challenges" and, finally, participation in practical and knowledge workshops, training actions and member meetings. That said, this document integrates the entire intervention process, from the diagnosis to the project results, identifying the potentialities and difficulties experienced during the project, as well as the pertinence of psychosocial intervention with children and young people at risk in the listed area.

Keywords: Poverty; Social exclusion; Risk; Rights; Children and Youth.

AGRADECIMENTOS

Ir. Fazer mais, melhor e diferente.

A premissa que me trouxe até aqui.

Volvidos cinco anos, chega ao fim um caminho imenso, em que o sonho ganhou contornos. Uma viagem sobre renovar, acreditar, criar, confiar e crescer.

Entender que a vida é feita de pessoas é ter com quem partilhar as alegrias, mas também os medos, ter quem nos apazigua, nos acalma, nos faz voar e acreditar (muito) nos recomeços e sucessos.

Por este motivo, manifesto o meu sincero agradecimento...

À minha orientadora, Professora Doutora Susana Fonseca e à minha coorientadora, Professora Doutora Lia Araújo, pela constante disponibilidade, pelo profissionalismo e pela motivação de “*Ir. Fazer mais, melhor e diferente*”.

Ao Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, por me ter cedido a oportunidade de desenvolver competências transferíveis e igualmente indispensáveis ao desempenho profissional. Dirijo-me ao Dr. Tiago Caio, supervisor da entidade de acolhimento, em forma de gratidão pela confiança, amizade e pelo tanto que me acrescentou.

Aos meus pais, por me permitirem viver o sonho, por serem a luz mais forte quando tudo é escuro e por serem o amor que preciso quando me esqueço de gostar de mim. Isto é tão meu, quanto vosso. À minha restante família, por serem o lugar onde pertenço e onde posso (sempre) me reencontrar.

Às pessoas-luz, a quem chamo de “amiga/o”. À Bia, por me acompanhar em todas as viagens e querer sempre o melhor para mim. À Carol, por me ensinar a ver o lado-paz da vida. Ao Souto, que testemunha a minha construção diária. Ao Sérgio, pelo “descansa” quando começava a desacreditar e por viver comigo esta aventura. Agradeço por me lembrarem que é infinita a sorte dos que têm pessoas assim.

À Bruna, pois o que me falta em palavras, sobra-me em gratidão. Obrigada pelo tanto que me deste e me motivas a ser.

Aos profissionais, técnicos, às crianças e aos jovens que se cruzaram comigo ao longo deste percurso. Obrigada por o tornarem ainda mais prazeroso.

Hoje sei... O sonho comanda mesmo a vida.

LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS

AGNU – Assembleia Geral das Nações Unidas
CDC – Convenção sobre os Direitos da Criança
CLC – Conselhos Locais de Cidadãos
CLDS – Contratos Locais de Desenvolvimento Social
CLDS4G – Contratos Locais de Desenvolvimento Social 4G
CNPDCJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens
CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
CRP – Constituição da República Portuguesa
DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza
ECMIJ – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude
ENDC 2021-2024 – Estratégia Nacional dos Direitos das Crianças 2021-2024
ESCAP – *Economic and Social Community Action Programme*
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
ONG – Organização Não-Governamental
ONGD – Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento
PLPPDCJ – Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens
PRR – Plano de Recuperação e Resiliência
SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
UNICEF – *United Nations Children's Fund*
VOAHR – Voluntariado Organizado para uma Ação Humanitária de Referência

ÍNDICE GERAL

RESUMO	iv
ABSTRACT	v
AGRADECIMENTOS	vi
LISTA DE ABREVIATURAS E/OU SIGLAS	vii
ÍNDICE DE TABELAS	xiv
ÍNDICE DE FIGURAS	xiv
INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
1.1. A criança e o sistema familiar	3
1.1.1. A infância: contextualização histórica e conceptual.....	3
1.1.2. Os direitos da criança e do jovem	4
1.1.3. A família na abordagem sistémica	6
1.1.4. A importância da família no desenvolvimento infantojuvenil.....	7
1.2. O combate à pobreza e à exclusão social.....	8
1.2.1. Pobreza e exclusão social: operacionalização dos conceitos.....	8
1.2.2. A pobreza infantil na perspetiva dos direitos humanos.....	10
1.2.3. As políticas públicas de combate à pobreza infantil e promotoras do bem-estar das crianças.....	12
1.3. A intervenção psicossocial com crianças e jovens em risco.....	15
1.3.1. Crianças e jovens em contexto de risco.....	15
1.3.2. O enquadramento legal da resposta às crianças e jovens em risco e perigo.....	17
1.3.3. O papel dos profissionais na prevenção do risco e/ou perigo.....	20
2. ENQUADRAMENTO DO CONTEXTO.....	22
2.1. A EAPN Portugal	22
2.1.1. Contextualização histórica.....	22
2.1.2. Missão, visão e valores	24

2.1.3. Informação e organização institucional.....	25
2.1.4. Base associativa e voluntariado	26
2.1.5. Áreas de intervenção.....	28
2.2. O Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.....	29
2.2.1. Contextualização geográfica	29
2.2.2. Informação e organização institucional.....	30
2.2.3. A atividade institucional	31
3. PRÁTICA DO ESTÁGIO NO CONTEXTO	34
3.1. Caracterização do projeto de estágio.....	34
3.1.1. Diagnóstico	34
3.1.2. Planeamento	38
3.1.3. Implementação.....	42
3.1.4. Avaliação.....	51
3.2. Reflexão crítica: autoavaliação do trabalho desenvolvido	57
3.3. Recomendações teóricas e práticas para a entidade de acolhimento.....	58
CONCLUSÕES.....	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
ANEXOS.....	70
Anexo A – Folhas de Presença.....	70
Anexo B – Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Castro Daire.....	78
Anexo C – Plano Local Estratégico do município de Castro Daire	127
Anexo D – Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Oliveira de Frades	137
Anexo E – Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Mortágua.....	181
Anexo F – Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Carregal do Sal.....	256
Anexo G – Planificação da atividade sobre a exploração do conto “A Menina da	

Trança”	330
Anexo H – PowerPoint de apresentação relativo à atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”	332
Anexo I – Planificação da dinâmica “Árvore da Interculturalidade”, integrada na atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”	343
Anexo J – Questionário de avaliação da atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”	345
Anexo K – Fotografias da dinamização da atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”	346
Anexo L – Planificação da atividade da sessão online “Tradições e Diversidade” ..	347
Anexo M – PowerPoint de apresentação relativo à sessão online “Tradições e Diversidade”	349
Anexo N – Planificação da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”	355
Anexo O – Questionário de avaliação inicial da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”	357
Anexo P – Questionário de avaliação final da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”	358
Anexo Q – Recurso facultado às crianças na atividade “As diferenças que nos tornam iguais”	359
Anexo R – Fotografias da dinamização da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”	360
Anexo S – Planificação da atividade “Jogo dos Direitos”	361
Anexo T – Tabuleiro da atividade “Jogo dos Direitos”	363
Anexo U – Regras da atividade “Jogo dos Direitos”	364
Anexo V – Cartões surpresa da atividade “Jogo dos Direitos”	365
Anexo W – Cartões de perguntas da atividade “Jogo dos Direitos”	367
Anexo X – Glossário de apoio à atividade “Jogo dos Direitos”	378
Anexo Y – Questionário de avaliação da atividade “Jogo dos Direitos”	381
Anexo Z – Planificação da atividade sobre a logística e organização na exibição do Documentário “Drom Kalins”	383

Anexo AA – Fotografias da dinamização da atividade sobre a logística e organização na exibição do Documentário “Drom Kalins”	385
Anexo AB – Planificação da atividade “A família é...”	386
Anexo AC – Molde do acróstico “Família” da atividade “A família é...”	388
Anexo AD – Molde para porta-chaves da atividade “A família é...”	389
Anexo AE – Porta-chaves da atividade “A família é...”	392
Anexo AF – Questionário de avaliação da atividade “A família é...”	393
Anexo AG – Fotografias da dinamização da atividade “A família é...”	394
Anexo AH – Planificação da atividade sobre a moldura do “Dia da Diversidade Cultural”	395
Anexo AI – Fotografias da dinamização da atividade sobre a moldura para o “Dia da Diversidade Cultural”	397
Anexo AJ – Planificação da atividade sobre a sensibilização para o Dia da Criança.....	398
Anexo AK – Medalhas da atividade sobre a sensibilização para o Dia da Criança.....	400
Anexo AL – Fotografias da dinamização da atividade sobre a sensibilização para o Dia da Criança.....	401
Anexo AM – Planificação da atividade do Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”.....	402
Anexo AN – Regulamento da atividade Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”.....	404
Anexo AO – Mapa com os diferentes postos da atividade Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”	406
Anexo AP – Folhas de prova da atividade Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro.....	407
Anexo AQ – Desafios da atividade Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro” ...	423
Anexo AR – Soluções das folhas de prova da atividade do Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”	424
Anexo AS – Informações sobre as tarefas a realizar nos diferentes postos da atividade	

Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”	426
Anexo AT – Questionário de avaliação da atividade Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”	430
Anexo AU – Certificado de participação na atividade Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”	431
Anexo AV – Planificação da atividade “E amanhã?”	432
Anexo AW – “Árvore dos Sonhos” relativa à atividade “E amanhã?”	435
Anexo AX – Questionário de avaliação inicial da atividade “E amanhã?”	436
Anexo AY – PowerPoint de apresentação relativo à atividade “E amanhã?”	438
Anexo AZ – Modelo de explicação de um Curriculum Vitae da atividade “E amanhã?”	444
Anexo BA – Modelo de exemplo de um Curriculum Vitae da atividade “E amanhã?”	445
Anexo BB – Questionário de Avaliação Final da atividade “E amanhã?”	446
Anexo BC – Flyer alusivo à atividade “E amanhã?”	448
Anexo BD – Questionário de Avaliação da atividade “E amanhã?”	450
Anexo BE – Fotografias da dinamização da atividade “E amanhã?”	451
Anexo BF – Planificação da primeira sessão do projeto <i>photovoice</i> sobre “Família e os seus desafios”	452
Anexo BG – Molde do Rolo de filme antigo para a primeira sessão do projeto <i>photovoice</i> sobre “Família e os seus Desafios”	454
Anexo BH – Powerpoint de apresentação relativo à primeira sessão do projeto <i>photovoice</i> sobre “Família e seus desafios”	462
Anexo BI – Técnica de questionamento para a primeira questão do projeto <i>photovoice</i> sobre “Família e os seus desafios”: Marcador Informativo	470
Anexo BJ – Planificação da segunda sessão do projeto <i>photovoice</i> sobre “Família e os seus desafios”	471
Anexo BK – Molde da técnica de questionamento para a segunda questão do projeto <i>photovoice</i> sobre “Família e os seus desafios”: Cartão	473
Anexo BL – Planificação da terceira sessão do projeto <i>photovoice</i> sobre “Família e os	

seus desafios”	474
Anexo BM – Desafios colocados na segunda sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”	476
Anexo BN – Números para o sorteio realizado na segunda sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”	477
Anexo BO – Molde da técnica de questionamento da terceira questão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”: Roleta	478
Anexo BP – Powerpoint de apresentação relativo à segunda sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”	479
Anexo BQ – Planificação da quarta sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”	486
Anexo BR – Questionário de avaliação do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”	488
Anexo BS – Molde do Cartão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”	490
Anexo BT – Powerpoint de apresentação relativo à quarta sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”	491
Anexo BU – Análise das respostas ao questionário da avaliação final da atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”	495
Anexo BV – Análise das respostas ao questionário da avaliação final da atividade “Jogo dos Direitos”	497
Anexo BW – Respostas ao questionário de avaliação final da atividade “A família é...”	498
Anexo BX – Respostas ao questionário final do projeto photovoice “A Família e os seus desafios”	499
Anexo BY – Análise das respostas aos questionários inicial e final da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”	504
Anexo BZ – Análise das respostas aos questionários inicial e final da atividade “E amanhã?”	506
Anexo CA – Ebook “Fotografia participativa: Família e os seus desafios pelo olhar das pessoas jovens”	509

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Análise SWOT do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal	37
Tabela 2 – Quadro de Medidas	40
Tabela 3 – Matriz de planeamento do projeto	41
Tabela 4 – Diagrama de Gantt	43
Tabela 5 – Avaliação da eficácia das medidas	53
Tabela 6 – Diagrama de Gantt com as atividades previstas e realizadas	54

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Intervenção subsidiária no perigo	19
Figura 2 – Operacionalização da atividade da EAPN a nível europeu, nacional e distrital.....	23
Figura 3 – Árvore de problemas	36
Figura 4 – Árvore de objetivos	39

INTRODUÇÃO

A mensuração e a análise dos fenómenos da pobreza e da exclusão, enquanto complexidades das ciências sociais, mostram-se extremamente relevantes nos tempos que decorrem, dado constituírem um flagelo inegável, em grande escala, a nível nacional, europeu e mundial.

Nas palavras de Costa (1984), a pobreza e a exclusão social expressam a condição humana nocente que priva o acesso, pleno e incontestável, a recursos materiais, liberdades, segurança e poder, conceituados como basilares para o gozo de um adequado padrão de vida e de outros direitos. Esta singularidade e multidimensionalidade, sobretudo da pobreza infantil, dá conta da premente exigência de políticas transversais, em vários setores, que se destinem a combater os mecanismos determinantes das problemáticas em estudo.

Dessarte, os Estados-Membros signatários da Convenção dos Direitos da Criança, por conseguinte, encontram-se comprometidos, não apenas na defesa dos seus direitos, como também na adoção de políticas, capazes de atender à perspetiva multidimensional das vidas dos menores, do seu bem-estar e da importância das suas relações. Frente ao panorama exposto e considerando que a notória vulnerabilidade será potenciadora de um agravamento após o período pandémico, torna-se imperioso garantir a eficácia das políticas públicas para o bem-estar das crianças, a fim de minimizar os efeitos da pobreza infantil. Neste sentido, o projeto em estudo, implementado no Núcleo Distrital de Viseu da Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) Portugal e, concomitantemente, destinado a crianças e jovens do referido concelho, pretendeu contribuir para uma maior sensibilização acerca do fenómeno da pobreza e exclusão social no contexto infantojuvenil.

A fim de simplificar o entendimento do presente relatório, evidenciam-se as três principais estruturas pelas quais está composto, nomeadamente, o “Enquadramento teórico”, o “Enquadramento do contexto” e, por fim, as “Práticas de estágio no contexto”. Deste modo, a primeira parte integra uma sucinta contextualização sobre as áreas que justificam o ato interventivo, na qual constam fundamentos teóricos sobre os conceitos de criança e família, do combate à pobreza e exclusão social, assim como da intervenção psicossocial com crianças e jovens em risco. No segundo capítulo, define-se a organização da EAPN Portugal, analisando a sua evolução histórica, a sua missão, visão e valores, a base associativa e de voluntariado que dispõe, bem como as áreas de atuação que regem a sua atividade. Nesta conjetura, é posteriormente apresentado o Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, evidenciando a esfera geográfica do

distrito, a informação e organização institucional e, por último, a caracterização das atividades que o mesmo desenvolve no âmbito dos eixos estratégicos objetivados a nível nacional. A terceira parte, intitulada “Práticas do estágio no contexto” relata a descrição minuciosa do projeto, mediante o seguimento de quatro fases: i) o diagnóstico, onde foram detetadas necessidades e estabelecidas as prioridades, ii) o planeamento, referindo os procedimentos metodológicos que delinearam o ato interventivo, iii) a implementação, reconhecida como a dinamização do projeto e, por último, iv) a avaliação, que sintetiza os resultados obtidos nas ações dinamizadas. Ademais, são referidas as evidências sobre os efeitos da intervenção, os aspetos positivos e as dificuldades sentidas no cumprimento do mesmo, bem como determinadas recomendações para a entidade de acolhimento.

Após o término dos três tópicos acima relatados, procede-se à elaboração de uma conclusão, na qual são descritas as considerações finais do trabalho redigido e as aprendizagens adquiridas ao longo do contexto de estágio, integrando ambas as componentes, de carácter teórico e prático.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. A criança e o sistema familiar

1.1.1. A infância: contextualização histórica e conceptual

Nos termos decretados pelo artigo 1.º da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), entende-se por “menor” todo o ser humano com idade inferior a dezoito anos, salvo se a legislação aplicável reconheça, previamente, a maioridade. Neste sentido, a criança deve ser compreendida como um sujeito único em desenvolvimento, titular de direitos fundamentais que, mediante as interações que estabelece com o meio, tende a construir a sua própria identidade pessoal e coletiva (Públio et al., 2016).

Todavia, o estatuto de criança reporta a uma construção histórica, social e cultural, consolidada nos diferentes contextos e por meio de inúmeras variáveis como a etnia, a classe social, o género e as condições socioeconómicas. Autores como Moura et al. (2013) preconizam que, nos períodos históricos da humanidade, foram construídos diversos conceitos acerca da criança e da sua função social, viabilizando a diversidade das suas representações e a promoção de novas perspetivas sobre as práticas comuns na sociedade. Complementarmente, o debate sobre a conceção e a representação social da criança receberam contributos de grandes filósofos, como Platão, Aristóteles, Locke, Rawls e Kant, evidenciando quatro grandes períodos característicos, a saber: a Antiguidade, a Idade Média, a Modernidade e, por fim, a Idade Contemporânea.

Deste modo, na Antiguidade, a criança era considerada património dos seus pais, que detinham, sobre ela, o poder da vida e da morte, o direito de a trocar, vender ou alugar. A prática do infanticídio, realidade comum à época, tencionava o controlo da natalidade, a eliminação de filhos ilegítimos e/ou com malformações, bem como outros episódios de carácter demográfico, económico, cultural e religioso (Sá, 2008). Face ao descrito, Aristóteles contemplava a criança como um ser ífero, utilizando adjetivos ambíguos para classificar todo o sujeito que se encontrasse num estágio entre a infância e a idade adulta (Conrad, 2000, citado por Moura et al., 2013). Ora, para o mesmo autor, a educação reunia, exclusivamente, uma projeção política, a fim de moldar o pensamento da criança e alcançar a virtude.

Na época medieval, os menores eram representados como pequenos adultos. Esta similaridade, percebida pelo uso de trajes idênticos e pela participação das crianças na vida social e política, confundia-as, facilmente, com os homens e mulheres, em ambientes públicos e privados. Neste período histórico, a indiferença e descaso

acerca da mortalidade infantil eram evidentes, levando à previsão e, por conseguinte, à assimilação deste acontecimento por parte de toda a comunidade (Pinto, 2012).

Somente entre os séculos XIII e XVII, assiste-se a uma redefinição do papel da família que, tal como reporta Pinto (2012), provoca mudanças notórias no relacionamento estabelecido entre os adultos e as crianças. Dessarte, a reforma dos costumes, com a implementação de um traje adequado para a sua idade, marca um período importante na formação do sentimento de infância e na constituição de um grupo, a nível estético e intelectual, isolado dos adultos (Moura et al., 2013).

Ora, até ao momento, poucos historiadores haviam manifestado interesse na análise à abordagem infantojuvenil. Contudo, é na época contemporânea que surgem políticas destinadas a criar as condições básicas para o exercício da cidadania das crianças que, por sua vez, passaram a ocupar um lugar de destaque na sociedade (Pinto, 2012). Como alega Magalhães (2002), o interesse pela proteção infantil, como consequência da exploração das crianças e jovens, aquando da Revolução Industrial, e das profundas mudanças nas configurações familiares, tornam, este grupo, objeto de políticas governamentais, derivando uma nova conceção de infância: o menor, enquanto sujeito dotado de direitos civis, humanos e sociais.

Em 1989, com a efetivação da CDC, assiste-se à salvaguarda dos direitos infantojuvenis emanados num documento com vínculo jurídico e, conseqüentemente, subscritos pelos países que ratificaram esta normativa. Desde então, inúmeras mudanças viabilizam um conhecimento, cada vez mais profundo, do desenvolvimento humano e das suas relações com os demais (Sá, 1999, citado por Reis, 2009).

1.1.2. Os direitos da criança e do jovem

Decerto, a égide dos direitos da criança/jovem procedem de um amplo e tortuoso percurso, devido, por um lado, à tardia consciencialização sobre a importância deste fragmento populacional e, por outro, às dificuldades sentidas na interpretação e no cumprimento desses mesmos direitos, nomeadamente em contextos socioculturais diversos, bem como em épocas históricas distintas. Assim, a pesquisa documental, que cinge a análise da resenha legislativa, constitui-se, tal como expressam Públio et al. (2016), numa valiosa fonte para o entendimento sobre a efetivação dos direitos infantojuvenis. Estas normativas, segundo o mesmo autor, visam um desígnio para reformular uma nova ordem sustentada na premissa de que todas as crianças e jovens necessitam de atenção especial, quer por parte do Estado, quer por parte da sociedade e/ou da família onde se encontram inseridas/os.

Posto isto, nos dias que decorrem, os direitos da criança são objeto de estudo horizontal, transversal e multidimensional que, para os diferentes organismos, devem permanecer integrados em todas as políticas, aos vários níveis de decisão, de modo a garantir a salvaguarda dos mais novos. Em analogia, Carvalho et al. (2018) referem que esta defesa, concretizada por meio de declarações de direitos e textos universais, revela-se fundamental para a implementação de medidas eficazes e ajustadas às necessidades de qualquer menor.

A mais insigne normativa, de carácter internacional, fora proclamada, no ano de 1989, pela Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) e ratificada por Portugal, no ano seguinte, por meio da Resolução da Assembleia da República n.º 20/90. Este documento, designado por CDC, enuncia um conjunto de princípios, orientações e direitos inalienáveis, como civis, políticos, económicos, sociais e culturais, na defesa do bem-estar do menor, como do seu pleno desenvolvimento. Neste cenário, a United Nations Children's Fund (UNICEF, 2004) alega que, quando ratificado, este depoimento representa um vínculo jurídico, dado impor aos Estados que a ele aderem o dever de adequar as respetivas normas de Direito interno, para o cumprimento efetivo de todos os direitos e liberdades consagrados na CDC.

De acordo com a mesma fonte, importa esclarecer que o mencionado documento assenta em quatro pilares fundamentais, a saber: a não discriminação, que esclarece que todos os direitos devem ser assegurados aos menores, malgrado de qualquer condição política, étnica ou social; o interesse superior da criança, que deve ser prioritário em qualquer ação ou decisão nas matérias infantojuvenis; a sobrevivência e desenvolvimento, salvaguardando a importância vital da garantia de acesso a serviços básicos e à igualdade de oportunidades e, por último, a opinião da criança, devidamente ouvida e considerada, de acordo com a sua idade e/ou maturidade. Acrescenta-se, pelo exposto, que a Convenção reconhece outros direitos, sendo de destacar, a identidade (artigo 8.º da CDC); a liberdade de expressão, pensamento e religião (artigo 13.º ao 15.º da CDC); o acesso à informação (artigo 17.º da CDC); o direito à saúde e assistência médica, à segurança social e à educação (artigos 24.º, 26.º e 28.º da CDC) e, por fim, a proteção contra todas as formas de violência, dano ou sevícia, abandono ou negligência, maus tratos ou exploração (artigo 19.º, 34.º e 39.º da CDC). Ademais, importa ressaltar que prevê outras medidas em casos de guerra, situações de conflito com a lei e pertença a um grupo minoritário ou indígena.

Posto isto, considerar o menor como sujeito de direitos é, de igual modo, reconhecer o mesmo enquanto sujeito histórico e cultural, capaz de participar no seu

próprio processo formativo. Urge pensar, portanto, que esta valorização se constituiu a partir de largos anos de luta, de debates e embates pelos movimentos sociais, congressos e discussões para que a criança/jovem detenha, na presente época, os seus direitos garantidos pelo Estado e por toda a comunidade que a/o envolve (Carvalho et al., 2018). Todavia, a sociedade moderna enfrenta novos desafios e múltiplas realidades que tornam, ainda mais exigente, o desafio de uma intervenção eficaz na formação integral do menor, ao nível pessoal, social, afetivo e cultural (Arend, 2020). Em síntese, e apesar dos inúmeros progressos nesta matéria, existe ainda um longo caminho a percorrer na área da defesa, absoluta e completa, dos direitos da criança.

1.1.3. A família na abordagem sistémica

A revisão da literatura define a família como um construto sociocultural, dado representar um modo de agir e de pensar coletivo que evolui ao longo do tempo, com a organização e o funcionamento da sociedade (Nozes, 2018).

No quadro das ciências sociais e humanas, o conceito em estudo diz respeito a um conjunto de indivíduos que estabelecem, entre si, uma relação complexa de proximidade e afeto, com base na confiança, suporte mútuo e objetivos similares (Nozes, 2018). Dado corresponder ao primeiro contexto de socialização com o meio envolvente, a família é tida como o alicerce ao desenvolvimento e formação dos seus membros, estimulando as suas competências sociais e adaptativas.

Por outro lado, de acordo com os pressupostos da abordagem sistémica, Alarcão (2006) define esta estrutura como um todo, que corresponde a mais do que a soma das partes, no qual se estabelecem relações de interdependência não exclusivamente definidas por laços biológicos, formando, assim, um sistema complexo e dinâmico. Ler sistematicamente a família implica, pois, para a mencionada autora, uma perspetiva global da sua estrutura (dimensão espacial) e do seu desenvolvimento (dimensão temporal), devido à mutabilidade e ao subjetivismo que a caracteriza. Por este motivo, no entendimento de Pratta e Santos (2007), apesar da família se encontrar em constante transformação e mudança, deve, obstinadamente, reproduzir sentimentos de pertença, de identidade, de individualização e autonomia.

Ademais, o sistema familiar é composto por um conjunto de subsistemas que se correlacionam, tais como o individual, constituído pelo próprio indivíduo; o conjugal, no qual dois adultos se uniram com o propósito de formar família; o parental, com funções executivas de proteção e educação dos filhos; o fraternal, composto pelos irmãos e, por último, o filial, formado pelos filhos. Perante o exposto, ressalva-se que a estrutura em

análise resulta das transações comunicacionais entre os subsistemas elencados – as designadas relações horizontais – e o exterior – conhecidas por relações verticais –, por meio da troca de informações entre ambas, tornando a família num sistema aberto e auto-organizado (Sousa & Ribeiro, 2005). Ainda na perspectiva sistêmica, este conceito possui duas funções primordiais: por um lado, a interna, que visa a proteção psicossocial dos seus membros e, por outro, a externa, dado facilitar a socialização dos seus elementos e a transmissão, aos mesmos, de normas culturais.

Pelo mencionado, depreende-se, neste subcapítulo, que a teoria sistêmica, modelo predominante dos estudos da família, define a mesma como um sistema mutável e complexo, num processo contínuo de desenvolvimento, mediante estados de evolução diversificados. Deste modo, alguns dos principais fundamentos associados à leitura e análise da família das últimas décadas, conduziram a novas concepções desta estrutura, novas dinâmicas, novos valores e configurações, reprovando o modelo tradicional prevalente, para a construção de um fenómeno de carácter global e complexo (Dias, 2000, citado por Dias, 2011).

1.1.4. A importância da família no desenvolvimento infantojuvenil

A família representa o principal espaço de socialização do ser humano, no qual a criança e o jovem se desenvolvem, crescem e, conseqüentemente, vivenciam um longo processo de apropriação da cultura característica de uma determinada sociedade. Neste contexto, Pratta e Santos (2007) afirmam o exímio valor que este núcleo desempenha no pleno e íntegro desenvolvimento dos seus constituintes, dado possuir a responsabilidade e o dever central de salvaguardar o desenvolvimento sociopsicológico e afetivo dos mesmos.

Diante do exposto, importa valorizar a família enquanto referência fundamental para qualquer criança e/ou jovem. Isto porque, independentemente da configuração e da (re)construção que a define, permite a assimilação de regras, costumes, valores éticos e representações, para além de satisfazer as necessidades básicas mais emergentes de cada menor (Pratta & Santos, 2007). Ademais, as palavras de Araújo et al. (2021) argumentam que o compromisso com a educação e futuro de uma criança requer “um trabalho contínuo de observação atenta e acompanhamento” (p. 12), fundamentado na aquisição de competências pessoais e sociais, como a autoconfiança, a independência e a responsabilidade.

Considerando o dever fundamental que executa, a estrutura familiar contribui para a adaptação das suas crianças nos diversos espaços em que estas se

movimentam e, concomitantemente, se formam. Para além deste panorama global, importa ressaltar que a construção da identidade de cada menor é manifestada através da integração de experiências, que configuram as suas representações acerca de si mesmos e do mundo (Oliveira et al., 2020). Ora, tal como alega a mesma autora, é neste processo que os adultos se tornam fulcrais, ao transmitir conhecimentos, normas e valores, que reconheçam os mais novos como agentes de socialização. Dos vários fatores que concorrem para a formação da identidade de uma criança e/ou jovem, o sentimento de pertença e de aceitação relativamente à família, aos pares e à sociedade no seu todo, assumem um valor e destaque inegáveis (Araújo et al., 2021).

O período infantojuvenil corresponde, portanto, a um fenómeno biopsicossocial, cujo elemento psicológico do processo é frequentemente determinado, modificado e influenciado pela família, bem como pela sociedade. Neste contexto, caracteriza-se como um período de independência afetiva, designada por Silva e Mattos (2004, citado por Pratta & Santos, 2007), como um tempo de ruturas e aprendizagens, atribuindo, ao núcleo familiar, um papel ativo e preponderante no desenvolvimento desta etapa.

Face ao previamente descrito, a família representa não somente a base indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral de todos os seus membros, como também se configura como responsável pela satisfação das necessidades do menor, mediante a inculcação de valores e a promoção de vínculos seguros (Araújo et al., 2021). Em suma, importa referir que as experiências vivenciadas pelo grupo infantojuvenil, no contexto familiar ou em outros ambientes nos quais se desenvolve, contribuem diretamente para o seu desenvolvimento e formação enquanto adulto, sendo que, no âmbito familiar, o sujeito vivencia um conjunto de experiências genuínas que possibilitarão um aprendizado essencial para a sua atuação futura.

1.2. O combate à pobreza e à exclusão social

1.2.1. Pobreza e exclusão social: operacionalização dos conceitos

A literatura pondera que o entendimento da pobreza e da exclusão mostram-se extremamente relevantes nos tempos que correm, dado constituírem um flagelo inegável, manifesto, em grande escala, a nível nacional, europeu e mundial.

De acordo com os dados expressos (EAPN & Eurochild, 2013), a pobreza é geralmente compreendida como um conceito relativo que, no entendimento das palavras de Costa (1984), integra uma condição de vida desfavorável, em que o rendimento dos indivíduos se situa num nível inferior ao nível de vida do país ou da

região em que vivem. Todavia, produto do cenário extremo de indignidade, caracterizado pela falta de recursos, pela sujeição étnica e social, tal como, pela destituição de direitos, persistem, ainda, indivíduos que se encontram em pobreza absoluta/extrema, definida, pelo mesmo autor, como uma situação de total vulnerabilidade, na qual não são asseguradas as necessidades básicas à sobrevivência dos mesmos.

Dessarte, a pobreza trata-se de um fenómeno polissémico que não se limita estritamente à sua dimensão monetária. A situação de pobreza é, pois, a condição humana nocente que priva o acesso, pleno e incontestável, a recursos materiais, liberdades, segurança e poder, conceituados como basilares para o gozo de um padrão de vida favorável e de outros direitos (Costa, 1984). Deste modo, torna-se possível concluir que a mencionada realidade subsiste enquanto primórdio da exclusão social, dado o mínimo acesso a bens-materiais resultar, por conseguinte, num cenário repleto de múltiplas dificuldades de índole política e social (Albergaria et al., 2014).

Entende-se, assim, por exclusão, o processo de desintegração de todas as instâncias da sociedade, afetando os indivíduos e grupos que se veem privados, no seu todo ou em parte, do acesso a recursos sociais, políticos e culturais (Perista & Baptista, 2010). Em concordância com os mesmos autores, esta perspetiva engloba as pessoas que se encontram persistentemente num contexto de pobreza e as que cuja situação, embora mais favorável, se apresente, ainda, de extrema vulnerabilidade. Alega-se, pelo descrito, que a exclusão social remete para uma privação não material, na medida em que, grande parte dos indivíduos, não logra pertencer efetivamente a uma comunidade política e social, pela falta de acesso ao consumo dos bens e serviços de cidadania, bem como à satisfação efetiva dos seus direitos.

Deste modo e analisando a interrelação entre as duas aceções, Albergaria et al. (2014) enfatizam que a escassez de recursos, caracterizada pela pobreza, dificultará o acesso dos indivíduos a bens e serviços básicos, promovendo, desde logo, o conceito de exclusão social.

Posto isto, os dados exibidos pelo Relatório “Pobreza e Exclusão Social em Portugal”, da autoria do Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza (2022a), descrevem e refletem o elevado impacto das repercussões pandémicas nas condições de vida da comunidade. Neste sentido, o ano 2021 denota o aumento do risco de pobreza ou exclusão social, face ao ano transato, correspondente a mais 256 mil pessoas, o maior aumento do indicador em estudo, verificado em Portugal, desde 2005. No que concerne à diferenciação por grupos etários, o documento salienta os valores

supremos atribuídos à população adulta, com idades entre os 18 e 64 anos, seguido da população com 65 anos ou mais e das crianças.

O elevado número de indivíduos nestas situações de penúria, sendo ela parcial ou total, indicia-as enquanto traços caracterizadores do território português. Em suma, esta singularidade e multidimensionalidade, sobretudo, da pobreza infantil, dá conta da premente exigência de políticas transversais, em vários setores, que se destinem a combater os mecanismos determinantes da problemática em estudo (European Commission, 2018).

1.2.2. A pobreza infantil na perspetiva dos direitos humanos

O estádio da infância reivindica, por variados motivos, uma minuciosa análise nos estudos acerca da pobreza, todavia, o uso corrente na literatura, quando aplicada ao contexto infantojuvenil, carece de algumas reflexões. Sob este ponto de vista e atendendo à definição de pobreza, tida no ponto anterior, como uma situação de privação por falta de recursos, torna-se plausível afirmar, em seguida, que a pobreza infantil descende da pobreza constatada no núcleo familiar do menor. Ora, Fernandes (2006) apresenta uma dupla condição, que se encontra assente, por um lado, na pobreza infantil propriamente dita, isto é, as crianças que se encontram afetadas pelas condições materiais de existência das suas famílias de origem e, por outro lado, na reprodução de situações de pobreza ao longo da vida e em gerações futuras.

Complementarmente ao exposto, a UNICEF entende o conceito, na primeira etapa do ciclo vital, como a privação dos recursos materiais e socioemocionais necessários à sobrevivência das crianças e ao seu desenvolvimento (UNICEF, 2017). Ademais, Costa (1984) denota que este grupo, quando vivencia pobreza e/ou exclusão social, possui uma relação vulnerável, ou mesmo de rutura, com diversos outros sistemas, como o mercado de bens e serviços, o sistema de saúde, o sistema educativo, a participação política, o estabelecimento de laços sociais com amigos e com a comunidade local. Isto, tal como fundamenta a referida organização internacional, impede o menor de gozar de todos os seus direitos, de concretizar o seu pleno e íntegro potencial e, ainda, de participar ativamente na sociedade onde se encontra inserido.

De acordo com o documento intitulado “Pobreza e Exclusão Social em Portugal” do Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza (2022a), entre o ano 2020 e 2021, os dados evidenciam o aumento da taxa de risco de pobreza e de exclusão social para este grupo etário. Apesar do respetivo aumento ter sido mais tímido do que o registado para os adultos e para a população sénior, a situação de pobreza ou exclusão social

entre crianças continua a ser uma realidade muito preocupante. Os dados do inquérito de 2021, referem que, enquanto no risco de pobreza e exclusão social, desse mesmo ano, é realçada a vulnerabilidade da população sénior, na pobreza monetária continua a ser destacada a infantil. Diante do descrito, revela-se imperioso sublinhar que, em 2021, residiam em Portugal cerca de 388 mil crianças em risco de pobreza ou exclusão social, mais 10 mil crianças do que em 2020.

Não obstante o relatado, autores como Diogo (2021) afirmam que, em termos concretos, a mensuração da pobreza infantil no território português é verdadeiramente escassa. Existem alguns estudos empíricos, mas poucos investigadores conceituados na referida área. No que reporta a termos institucionais, somente a EAPN Portugal apresenta um grupo de trabalho destinado à pobreza infantil e, mais recentemente, o ProChild CoLAB na Universidade do Minho, que pretende desenvolver uma estratégia nacional no combate à pobreza e à exclusão social na infância.

Desta forma, é inegável como a pobreza se correlaciona com matérias associadas à exclusão, à desigualdade e à falta de oportunidades. Esta penúria, no caso particular das crianças, revela-se excessivamente grave, dado ser entendida como a antítese do direito humano ao desenvolvimento. As dimensões de privação encontram-se interrelacionadas e interdependentes, no sentido em que a renúncia de um dos direitos pode impedir, na totalidade, a concretização de outros. Deste modo, “um alojamento sobrelotado, sem as mínimas condições de habitabilidade ou de conforto, localizado numa zona degradada, será um factor prejudicial ao bem-estar das crianças”, originando consequências nocivas, quer ao nível de problemas de saúde, insucesso e abandono escolar, quer na entrada precoce no mercado de trabalho (Fernandes, 2006, p.45). A abordagem à pobreza infantil na perspetiva dos direitos humanos implica, pois, medir a pobreza por meio de indicadores diretos, que expressem o bem-estar das crianças, ao invés de recorrer unicamente a indicadores sobre as condições de vida do seu agregado familiar (Fernandes, 2006).

Em suma, negar os direitos humanos é causa e consequência do problema. Face a isto, sendo que a privação, material e/ou social, se constitui como um atentado aos direitos da criança, o combate da pobreza infantil deve estar estritamente ligado à defesa do seu pleno desenvolvimento, bem como à salvaguarda das suas necessidades básicas. Neste sentido, clarificar conceitos, possuir um conhecimento atualizado e abrangente sobre a realidade da pobreza e da exclusão social, apresentam-se como instrumentos cruciais para uma intervenção que se ambiciona interpelativa e crítica do contexto social (European Court of Auditors, 2020). Importa, pois, colocar a tónica sob

a perspetiva da criança, tendo em consideração a multidimensionalidade das suas vidas e o poder das relações que estabelece.

1.2.3. As políticas públicas de combate à pobreza infantil e promotoras do bem-estar das crianças

Atendendo à multidimensionalidade do conceito de pobreza na infância, importa sublinhar a necessidade da implementação de políticas públicas focalizadas no bem-estar do menor, assim como na garantia de todos os seus direitos, para que lhe seja assegurada uma qualidade de vida estável e um desenvolvimento íntegro.

Ora, segundo os estudos realizados por Palos et al. (2021), em consequência da pobreza nas crianças estar, predominantemente, associada à condição de vida das suas famílias, toda a intervenção política que vise a mitigação deste fenómeno, deve estabelecer a melhoria das condições de vida dos seus agregados familiares. Assim sendo, prevê-se a conjugação de medidas de apoio diretas ao rendimento das famílias, à criação de emprego e melhoria das condições de trabalho, assim como ao aumento do investimento em serviços, como a educação e saúde. Não obstante, aliadas a estas políticas são, de igual modo, indispensáveis ações específicas para a infância, em domínios como a educação, saúde, habitação e participação social, promovendo, assim, a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento das suas competências.

De acordo com os dados exibidos pela EAPN Portugal e Eurochild Task Force (2013), o esforço concretizado na erradicação da pobreza infantil, exclusão social e, preliminarmente, na salvaguarda do bem-estar das crianças na União Europeia, enfatiza, no decorrer dos últimos anos, a indispensabilidade de uma abordagem assente em três pilares: o acesso a recursos adequados, o acesso a serviços de qualidade, bem como a participação social e política dos menores e dos seus representantes legais.

Neste contexto, para enfrentar a drástica realidade em análise, surgiram ações específicas na Europa com a implementação da Garantia Europeia para a Infância que, mediante os seus princípios, pretende salvaguardar o acesso aos cuidados na primeira etapa do ciclo vital, como a saúde, a educação, a nutrição, a habitação e a participação em atividades culturais e de lazer (European Commission, s/d). Embora a maioria das crianças da União Europeia disponha destes serviços, o acesso inclusivo e verdadeiramente universal é imprescindível para garantir a igualdade de oportunidades de todos os menores. De acordo com a mesma entidade, este instrumento representa uma estratégia concreta do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e complementa, de um modo síncrono, a Estratégia da União Europeia sobre os Direitos

da Criança.

Assim sendo, a European Commission (s/d) afirma que o Pilar Europeu dos Direitos Sociais propõe metas e princípios basilares, até 2030, para mercados de trabalho justos e sistemas de proteção social. Refere, explicitamente, a necessidade de investir no bem-estar das crianças, salientando que as mesmas possuem direito a serviços de educação e de acolhimento na primeira infância a preços comportáveis e de boa qualidade. Por outro lado, a Estratégia da União Europeia sobre os Direitos da Criança agrupa todas as iniciativas existentes e futuras sobre os direitos dos mais novos, num quadro político coerente, evidenciando recomendações concretas para a ação interna e externa da política europeia.

Face ao descrito, surge, no ano de 2021, a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, enquadrada no desafio estratégico de redução das desigualdades. Entende, assim, uma abordagem global, multidimensional e transversal de articulação das políticas públicas, em estreita articulação com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Tal como decretado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021, foram definidos prioritariamente seis eixos de intervenção, organizados pelas seguintes dimensões: reduzir a pobreza nas crianças, jovens e nas suas famílias; promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza; potenciar o emprego e a qualificação, como fatores de eliminação da pobreza; reforçar as políticas públicas de inclusão social, de integração societal e proteção de pessoas e grupos desfavorecidos; assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local e, por último, consignar o combate à pobreza num desígnio nacional.

Neste quadro, a elaboração da Estratégia Nacional dos Direitos das Crianças 2021-2024 (ENDC 2021-2024), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, teve por base os documentos de referência, as orientações internacionais aplicáveis, bem como a resolução da AGNU, mediante uma metodologia participativa, que envolve os menores e os membros das comissões de proteção de crianças e jovens. Face ao descrito, o Plano bianual 2021-2022 da ENDC 2021-2024 desenvolve-se em quatro prioridades, nomeadamente, a promoção do bem-estar e a igualdade de oportunidades, o apoio à família e à parentalidade, a promoção do acesso à informação e à participação das crianças e dos jovens e, por fim, a prevenção e combate da violência contra os menores.

Dessarte, o combate à pobreza infantil assenta numa estratégia abrangente, direcionada para a melhoria do bem-estar das crianças, garantindo, assim, que as

mesmas detenham acesso aos seus direitos, recursos e serviços de qualidade (EAPN Portugal & Eurochild, 2013). É, neste sentido, que autores como Sarmiento (2019) alegam a necessidade da implementação de políticas públicas integradas na infância, que qualifiquem o menor, enquanto cidadão pleno, sujeito de direitos e, sobretudo, destinatário da ação política globalmente considerada.

Por outro lado, num explicativo da autoria da EAPN Portugal e Eurochild (2013), existem quatro razões principais que enunciam a importância do combate à pobreza infantil, num contexto integral da promoção do bem-estar das crianças. Deste modo, o documento evidencia que, para o progresso a longo prazo, considera-se importante o foco na prevenção e na minoração da pobreza, o que determina a implementação de políticas e programas, capazes de promover o absoluto desenvolvimento dos mais novos. Num segundo momento, importa refletir que a relevância no bem-estar coloca os direitos e necessidades das crianças no centro das políticas, reconhecendo, por esse motivo, que as mesmas detêm direitos que necessitam de ser salvaguardados. Por outro lado, a ênfase no bem-estar infantil assegura uma abordagem holística que reconhece que a prevenção e combate à pobreza é também suprir áreas, como a educação, saúde, habitação, ambiente, lazer, desporto, cultura e não, exclusivamente, uma questão de rendimento. Por fim, qualquer estratégia que vise o bem-estar dos menores, assegura, sincronicamente, o seu desenvolvimento, a sua participação e a sua capacitação.

Posto isto, ainda que, entre os estudos, persistam formas distintas de avaliar a importância das políticas públicas, grande parte dos pesquisadores consentem que os governos são responsáveis pela criação de estruturas e mecanismos necessários para prevenir e combater a pobreza infantil (Sarmiento, 2019). Por este motivo, torna-se imperioso colocar, no centro das políticas, a preocupação com o bem-estar das crianças, estabelecendo objetivos claros e ambiciosos para a redução da pobreza infantil e exclusão social. Não obstante, é premente a definição de uma instância ao mais alto nível que assegure o planeamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das medidas nacionais, promotoras dos direitos dos mais novos (EAPN Portugal e Eurochild, 2013).

Em síntese, desvalorizar o investimento na primeira infância e no combate à pobreza, em função do ciclo económico, é uma ação a curto-prazo que terá, a longo prazo, custos e consequências nefastas para a população infantojuvenil. Importa, pois, materializar estas iniciativas, estimulando a participação de todas as crianças e jovens, para que possam surtir efeito na luta contra este intolerável fenómeno.

1.3. A intervenção psicossocial com crianças e jovens em risco

1.3.1. Crianças e jovens em contexto de risco

Para o correto e adequado entendimento acerca da criança e/ou jovem em situação de vulnerabilidade social, importa clarificar, de um modo prévio, o conceito de risco. Este, de acordo com as palavras de Sapienza e Pedromônico (2005), pode ser definido enquanto condição ou circunstância que intensifica a probabilidade de reproduzir, em indivíduos que se encontram expostos ao mesmo, inúmeras irregularidades no seu desenvolvimento e bem-estar absoluto. Nesta conjetura e consoante as mesmas autoras, as situações de risco, como é exemplo a pobreza infantil, representam uma ameaça para o cumprimento dos direitos da criança, mesmo que não concretizem o grau extremo de probabilidade de ocorrência do perigo.

Diante do exposto, uma criança e/ou jovem em risco é, pelas suas características biológicas e/ou pelas particularidades da sua família, aquela ou aquele que se encontra numa elevada probabilidade de sofrer omissões ou privações, capazes de comprometer a satisfação das suas necessidades básicas, quer sejam elas de natureza material ou afetiva. Ademais, Fonseca (2004) testemunha que o indivíduo em situação de risco ainda não atingiu ou desenvolveu uma condição indesejada, mas que, não obstante, apresenta uma maior probabilidade de a atingir num futuro próximo, quando comparado com os demais. Isto posto, importa ressaltar que a expressão é usada, pela mesma fonte, na identificação de dificuldades ou diversos problemas, sobretudo na deficiência/incapacidade estabelecida, na doença crónica ou no risco social que, devido ao perigo que apresentam de estruturar ou organizar padrões relacionais desviantes, são suscetíveis de colocar em causa o bem-estar, bem como o desenvolvimento intelectual e físico dos menores.

Após a interpretação do conceito de risco que se encontra relacionado, concomitantemente, ao termo de perigo, torna-se fundamental explicar os fatores que o pressupõem, de acordo com o Modelo ecológico de desenvolvimento (Bronfenbrenner, 1987). Ora, Sapienza e Pedromônico (2005) reiteram o consenso dos estudiosos na definição de fator de risco, enquanto variável que aumenta a probabilidade de o indivíduo adquirir uma disfunção, no momento em que se encontra exposto à mesma. Estes podem-se fundamentar em elementos internos, como os fatores biológicos ou psicológicos, e externos, caracterizados pelos ambientais, sendo que ambos são passíveis de constituírem fenómenos de exclusão. Por outro lado, Reppold e os seus colaboradores (2002, citado por Maia & Williams, 2005) defendem que os fatores de

risco são basilares na compreensão e justificação de o menor se encontrar distante das condições que são consideradas benéficas para o seu íntegro desenvolvimento.

Posto o descrito, os fatores de risco em crianças e/ou jovens em situação de fragilidade social, podem-se estruturar em diversas unidades, nomeadamente, nas características individuais dos pais ou do menor (sistema pessoal), nas características do contexto familiar (microsistema), nas particularidades do âmbito social (mesossistema e exossistema) e, por fim, nas de natureza cultural (macrossistema) (Bronfenbrenner, 1987). Dessarte, no que concerne ao sistema pessoal, referente aos cuidadores ou representantes legais, destacam-se, como fatores de risco, o alcoolismo e/ou toxicodependência; a perturbação da saúde mental ou física (*handicap*); a intolerância face à responsabilidade da educação dos filhos, bem como o baixo nível económico e social, confrontado, maioritariamente, pela situação de desemprego. Ainda neste sistema, ressalvam-se as características da criança, sendo elas a vulnerabilidade; a deficiência/incapacidade; a perda da figura de vinculação; a impulsividade e/ou hiperatividade e, por fim, as dificuldades nas relações sociais/conflitos. Por outro lado, no microsistema, os fatores de risco podem ser considerados numa gravidez não desejada; numa família monoparental e/ou reconstituída, numerosa e/ou desestruturada; com dificuldades socioeconómicas e habitacionais e, por último, no isolamento social. Relativamente às características do meso e exossistema, expressam-se, como fatores de risco, a restrita rede social formal e informal; a fraca cobertura em serviços educativos e ocupação de tempos livres; a insuficiência de equipamentos de saúde, infraestruturas e saneamento básico e a fraca integração social. Por último, no macrossistema, destacam-se as atitudes sociais para com as crianças e/ou jovens, para com as famílias, assim como as que se encontram relacionadas com a conduta violenta e a precaridade económica e social.

Os fatores de risco são, portanto, de natureza probabilística e estatística, funcionando cumulativamente, o que significa que o comportamento de um fator de risco é influenciado pela sua agregação a outros fatores (Fonseca, 2004). Em suma, o contexto de vulnerabilidade social não inclui apenas os fatores, experiências e eventos que diretamente ameaçam o grupo infantojuvenil, como integra, de igual modo, a ausência de oportunidades consideradas normais ou expectáveis. Em analogia com o descrito, a manutenção ou a agudização dos fatores de risco podem, na ausência de fatores de proteção ou compensatórios, conduzir a situações de perigo (Sapienza & Pedromônico, 2005). Deste modo, torna-se imperioso que a intervenção se circunscreva na prevenção primária e secundária das situações de perigo, mediante a implementação

de políticas, estratégias e ações integradas para o efeito.

1.3.2. O enquadramento legal da resposta às crianças e jovens em risco e perigo

A nível universal, a proteção das crianças e jovens encontra-se disposta na CDC, que se enuncia como um documento regulador de direitos fundamentais, como os civis e políticos, bem como de direitos económicos, sociais e culturais de todos os menores. Integra, por este motivo, as disposições para que os mesmos sejam aplicados, apresentando quatro pilares fundamentais: a não discriminação, o interesse superior da criança, a sobrevivência e desenvolvimento e, por fim, a opinião do menor. Deste modo, é o tratado de direitos humanos mais amplamente ratificado (UNICEF, 2004). Considerando que o reconhecimento da dignidade humana e dos direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da paz, da liberdade e da justiça, apresenta-se, ainda neste contexto internacional, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), como um documento expressamente elaborado para definir as liberdades fundamentais e os direitos humanos quer das famílias, quer das crianças e dos jovens.

Posto isto, a primeira convivência do ser humano é executada no interior do seio familiar. Assim, o papel da família deve basear-se na formação do indivíduo, mediante o estabelecimento de princípios educacionais sustentáveis, a transmissão de valores, bem como o estabelecimento de limites adequados para um crescimento dotado de referências morais e éticas (Nery, 2010). A fim de complementar o referido, os pais devem velar pela segurança e saúde dos menores, dirigir a sua educação, representá-los e administrar os seus bens (n.º 1 do artigo 1878.º do Código Civil).

Contudo, nenhum seio familiar está isento de problemas e situações de desânimo. Esta instabilidade, aliada a eventos de stress, pode desafiar o correto desempenho das responsabilidades parentais, colocando em causa o bem-estar da criança. Ora, a mencionada exposição a climas desajustados viola a integridade moral e física dos sujeitos, defendida no n.º 1 do artigo 25.º da Constituição da República Portuguesa (CRP).

De acordo com o descrito no n.º 2, do artigo 3.º, do capítulo 1, da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), reconhecida como Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, a criança encontra-se em perigo quando, nomeadamente, está abandonada (alínea a); sofre maus tratos físicos, psíquicos ou abusos sexuais (alínea b); não possui a afeição e os cuidados adequados (alínea c); está entregue a terceiros, pelo não exercício das responsabilidades parentais (alínea d); é obrigada a atividades

inadequadas, que se revelam prejudiciais à sua formação e desenvolvimento (alínea e); está sujeita, direta ou indiretamente, a comportamentos que afetem a sua segurança, a sua saúde, formação e o seu equilíbrio emocional (alínea f e g) ou que possui nacionalidade estrangeira e se encontre acolhida em instituição pública, cooperativa, social ou privada (alínea h).

Nestes termos, a situação de perigo atual ou iminente para a vida ou de grave comprometimento da integridade física ou psíquica da criança, exige a necessidade imediata de aplicação de medidas de promoção e proteção cautelares (artigo 5.º, alínea c) do capítulo 1 da LPCJP). Deste modo e tal como reporta a Figura 1, a promoção e proteção dos direitos do menor em perigo incumbe, subsidiariamente, às Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude (ECMIJ), às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e aos tribunais (artigo 6.º do capítulo 1 da LPCJP). As ECMIJ, numa prevenção primária e secundária, devem definir planos de ação local para a infância e juventude, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança (n.º 1 do artigo 7.º do capítulo 1 da LPCJP). Por outro lado, quando não é possível as entidades anteriormente mencionadas atuarem de forma suficiente a remover o perigo, ocorre a intervenção das CPCJ (artigo 8.º do capítulo 1 da LPCJP). Contudo, a comissão remete o processo para o Ministério Público (n.º 1 do artigo 11.º do capítulo 1 da LPCJP), quando esta se vê privada de competências e meios, nos termos da lei, para aplicar a medida de promoção e proteção (alínea a e f), quando não seja prestado o consentimento necessário à sua intervenção, quando ocorra incumprimento do acordo de promoção e de proteção que coloque em perigo a criança (alínea c), quando o Ministério Público considere que a decisão da comissão de proteção é ilegal ou inadequada à promoção dos direitos ou à proteção da criança em perigo (alínea h), entre outras situações referidas no n.º 1 do artigo 11.º do capítulo 1 da mencionada legislação.

Figura 1

Intervenção subsidiária no perigo



Fonte: Adaptado a partir de Reis (2009).

Posto isto, o Estado deve incluir processos eficazes no estabelecimento de programas sociais, destinados a assegurar o apoio necessário à criança e àqueles que a cuja guarda está confiada, compreendendo, se necessário, processos de intervenção judicial (n.º 2 do artigo 19.º da CDC). Tal como refere o artigo 8.º da DUDH “toda a pessoa tem direito a recurso efectivo para as jurisdições nacionais competentes contra os actos que violem os direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição ou pela lei”. Neste sentido, é assegurado a todos os indivíduos o acesso ao direito e aos tribunais para defesa dos seus privilégios e interesses legalmente protegidos (n.º 1 do artigo 20.º da CRP).

A legislação portuguesa preconiza, assim, que toda a criança ou adolescente tem direito a uma família, cujos vínculos devem ser protegidos pelo Estado e pela própria sociedade. Perante a vulnerabilidade social, pessoal ou familiar, as medidas de intervenção devem obedecer aos princípios vigentes no artigo 4.º da LPCJP, destacando o supremo interesse da criança, a intervenção precoce e mínima, a responsabilidade parental, o primado da continuidade das relações psicológicas profundas, a prevalência da família e a subsidiariedade, de modo a estimular a formação do menor.

Pelo descrito, o n.º 5 do artigo 36.º da CRP defende que “os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos”, dado a família ser o elemento crucial para o supremo desenvolvimento da criança e/ou jovem.

Neste sentido, denota-se o valor do Direito na área elencada, pois o Estado tem a obrigação de assegurar a proteção da criança privada do seu ambiente familiar e, simultaneamente, de zelar para que esta possa beneficiar de cuidados alternativos adequados ou da colocação em instituições apropriadas (n.º 2 do artigo 67.º, n.º 1 do artigo 69.º e n.º 3 do artigo 70.º da CRP). Todas as medidas relativas a esta obrigação deverão ter devidamente em conta cada caso específico, bem como a origem cultural da criança.

1.3.3. O papel dos profissionais na prevenção do risco e/ou perigo

Decerto, os técnicos, enquanto agentes de suporte na promoção e proteção dos direitos da criança, possuem um alargado conhecimento sobre estratégias e deveres específicos, face à problemática do risco e perigo, à sua identificação e, posteriormente, à sua prevenção (Reis, 2009). De acordo com o descrito por Magalhães (2002), compete ao técnico, num sentido lato, intervir de forma coordenada, a fim de assegurar uma continuidade nas diferentes fases de proteção, privilegiando a cooperação e a articulação intersetorial entre os serviços públicos e privados.

São várias as ECMIJ que detêm, como finalidade, o apoio educativo, social e, sobretudo, a salvaguarda dos direitos das crianças e/ou jovens. Estas entidades, frequentemente habilitadas com técnicos da área do serviço social, da educação e da psicologia, têm competência para avaliar as situações de risco e/ou perigo iminente, para que, em colaboração com as famílias e sempre que o superior interesse das crianças o recomende, organizem um plano de intervenção orientado para o íntegro desenvolvimento do menor (Reis, 2009).

Deste modo e considerando, por exemplo, o que é preconizado pelo Sistema Nacional de Intervenção Precoce na Infância, a intervenção deve centrar-se na criança e na respetiva família, compreendendo ações de índole preventiva e reabilitativa, sobretudo, no âmbito da educação, saúde e ação social (Decreto-Lei n.º 281/2009, de 6 de outubro). Complementarmente, o exercício profissional dos técnicos de promoção e proteção de crianças e jovens em risco, é efetuado numa perspetiva de auxílio às famílias e, por esse motivo, deve-se apresentar como opcional e não como uma exigência.

Posto isto, Sousa (2005, citado por Gonçalves, 2018) afirma que é conferido ao

técnico o estatuto de agente de profundas mudanças, dado que é seu dever proporcionar o apoio no reconhecimento dos padrões disfuncionais constantes no núcleo familiar e implementar novas oportunidades, capazes de oferecer *empowerment* para o seu funcionamento. Logo, torna-se necessário, segundo Madsen (2007, citado por Governo, 2012), reconhecer e procurar as competências que a família detém face às adversidades que lhe são impostas, no sentido de estimular a reflexão e procurar as soluções válidas para resolver os seus problemas. Ora, o modelo de intervenção centrado nas forças emergiu com o fundamento de que todas as famílias possuem capacidades para solucionar os obstáculos, admitindo que, autonomamente, sejam mais responsivas e menos reativas na resposta face aos desafios que afetam o bem-estar das suas crianças (Melo, 2011).

A intervenção para a prevenção do risco e/ou perigo torna-se, assim, num processo complexo e, concomitantemente, essencial, dada a variedade de deveres que o profissional deve atender, a fim de contribuir para o pleno desenvolvimento da criança e das suas competências de autonomização. Ademais, Reis (2009) complementa que a identificação de situações de risco se revela uma exigência pedagógica, social e legal, sendo imperioso que equipas multidisciplinares estejam preparadas para reconhecerem sinais de negligência e maus-tratos, para uma intervenção precoce e eficaz. Em suma, abordar e debater a intervenção psicossocial na proteção dos menores torna-se imprescindível para a capacitação dos indivíduos detentores de responsabilidades parentais, na promoção e estimulação do íntegro desenvolvimento das crianças e jovens.

2. ENQUADRAMENTO DO CONTEXTO

2.1. A EAPN Portugal

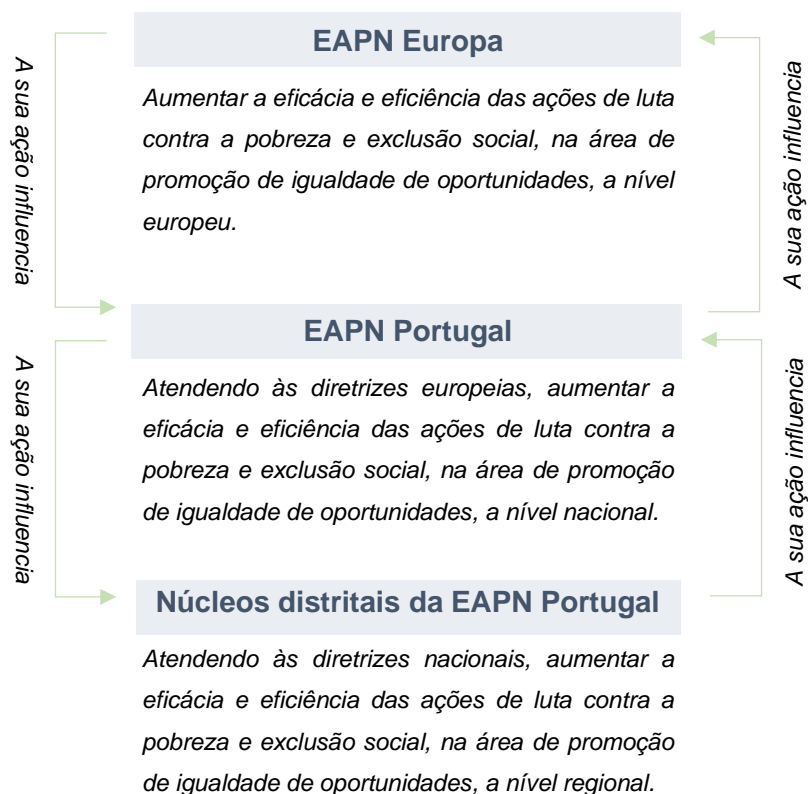
2.1.1. Contextualização histórica

No ano de 1985, viviam, nos 12 países da Comunidade Europeia, cerca de 44 milhões de pessoas abaixo do nível considerado como limiar da pobreza, sendo de ressaltar o avultado acréscimo, em 1990, para um absoluto de 53 milhões de indivíduos com escassos rendimentos e precárias condições de vida. O fenómeno multidimensional e complexo tido no citado período, coagia, assim, à improtelável necessidade de investir na (re)formulação de políticas sociais ativas, destinadas à inclusão de grupos desfavorecidos e/ou marginalizados (Rebelo, 2016).

Assim, a inegável preocupação da Comissão Europeia defronte a este cenário, reitera a génese de uma rede independente de Organizações Não-Governamentais (ONG) e de grupos diligentes no combate à pobreza e exclusão social. Face ao exposto, no ano de 1989, a Comissão Europeia e a *Economic and Social Community Action Programme* (ESCAP), organizam um Colóquio, do qual resulta um grupo de “pilotage” titulado de “Grupo de Trabalho Provisório”, responsável pelo projeto de coligação. A Assembleia Constituinte da EAPN veio a ter lugar no ano subsecutivo, em Bruxelas, tendo a representação dos 12 países da União Europeia (EAPN Portugal, 2022d). Atualmente e como apresenta a Figura 2, a EAPN encontra-se situada em 31 países, mediante Redes Nacionais, que atuam ao nível local, regional e/ou nacional, e Organizações Europeias, que se respaldam em valências diversas e modelos específicos (Lopes, 2018).

Figura 2

Operacionalização da atividade da EAPN a nível europeu, nacional e distrital



Posto isto, em virtude da necessária estabilidade jurídica para intervir a nível nacional, foi concebida, a 17 de dezembro de 1991, a EAPN Portugal, uma Associação de Solidariedade Social, que obteve posteriormente, no ano de 1995, o estatuto de Organização Não-Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). Além do descrito, recebe o Prémio Direitos Humanos, em 2010, atribuído pela Assembleia da República e, concomitantemente, por decisão unânime do júri eleito no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (EAPN Portugal, 2022d).

O atual presidente da Direção da EAPN Portugal, Monsenhor Agostinho Jardim Moreira, exprime, na mensagem proferida à comunidade, que o aumento da pobreza e a sua consolidação, sobretudo nos grupos mais vulneráveis, torna imperiosa a reflexão acerca dos desafios colocados às entidades com responsabilidades sociais no confronto deste problema. Não obstante o esforço redistributivo da proteção social dos últimos anos, permanece como um dos grandes desafios que Portugal terá de responder (EAPN Portugal, 2022g).

2.1.2. Missão, visão e valores

A EAPN Portugal pretende a construção de uma sociedade mais justa e solidária, na qual todos os indivíduos são corresponsáveis na garantia do acesso a uma vida digna, assente no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva (EAPN Portugal, 2022h).

Neste seguimento, instaura um amplo conjunto de objetivos primordiais, sendo de destacar, entre eles, o estabelecimento de uma rede entre as instituições, grupos e pessoas que operam no combate à pobreza e à exclusão social; o aumento da eficácia e da eficiência das ações para o citado efeito; a promoção da integração/inclusão social, mediante a organização de serviços e outras atividades que aspirem o desenvolvimento cultural, moral e físico das pessoas ou grupos que se encontrem em situação de vulnerabilidade social; a mobilização de formas de intervenção e de proteção social alternativas e, por fim, a intervenção por meio de projetos e ações, nas áreas de promoção da igualdade de oportunidades para todos (EAPN Portugal, 2022h).

Postos os objetivos delineados, a EAPN Portugal visa ser coerente com o princípio básico da dignidade humana, procurando, mediante a sua atividade, contribuir para a formação de um mundo livre de situações de pobreza e de exclusão social. Nesta linha, importa evidenciar que a sua ação rege-se por quatro valores fulcrais, como a dignidade, dado defender as condições de vida adequadas às necessidades e expectativas legítimas da população; a justiça, pela salvaguarda dos direitos e deveres fundamentais de todas as pessoas; a solidariedade, na medida em que atua por meio da partilha de fins para uma sociedade mais justa e, por último, a igualdade, considerada como a condição comum que, face aos direitos e aos deveres, se fundamenta na ausência de todas as formas de discriminação (EAPN Portugal, 2022h).

Ademais, esta organização destina-se, prioritariamente, aos agentes de decisão técnica e política, como são exemplo os grupos parlamentares, os ministros, os institutos públicos, os partidos e autarquias, à comunidade portuguesa em geral, às populações e/ou grupos fragilizados, bem como a outras minorias de carácter étnico, racial, religioso, a pessoas com deficiência e/ou incapacidade ou de diferentes orientações sexuais e aos voluntários. Deste modo, a Plataforma Portuguesa das ONGD (2022) afirma que a EAPN Portugal interjeta a sua ação em áreas como a advocacia social e política, a capacitação institucional/comunitária, a cidadania e participação, a coerência das políticas, os direitos humanos, a economia solidária/alternativa/microcrédito, a educação e formação e, em síntese, a pobreza e desigualdade.

2.1.3. Informação e organização institucional

A EAPN Portugal organiza-se institucionalmente pela composição de três órgãos sociais, como a Assembleia-Geral, estabelecida pelo presidente e por dois secretários, a Direção, composta por um presidente, por um vice-presidente, por um secretário, por um tesoureiro, um vogal e quatro suplentes e, por fim, o Conselho Fiscal, que conta com um presidente, dois vogais e três suplentes (EAPN Portugal, 2022f).

Dessarte, esta instituição, com sede no Porto, desempenha a sua prática mediante 18 núcleos situados no distrito de Aveiro, Beja, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu, bem como um núcleo na região autónoma da Madeira (Rebello, 2016).

Posto o descrito e considerando que uma organização se forma por pessoas, a EAPN Portugal conta com uma equipa de colaboradores qualificados que desenvolvem o seu trabalho com empenho, dedicação e determinação para a construção de uma sociedade mais inclusiva. Neste seguimento, a equipa da sede é formada pela Direção Executiva, pela Gestão de Património e Pessoas, pelo Departamento Administrativo e Financeiro, pelo Departamento de Comunicação, Informação e Documentação, pelo Departamento de Desenvolvimento e Formação, pelo Departamento de Investigação e Projetos, pelo Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa e pelo Observatório Nacional de Luta contra a Pobreza. Ademais, importa referir que cada núcleo, no território distrital, é composto, exclusivamente, por um técnico, excetuando os núcleos da Madeira e de Lisboa que têm dois técnicos destacados para cada um desses territórios (EAPN Portugal, 2022c).

Assim, a EAPN Portugal soma, como recursos humanos, um universo de 41 colaboradores, entre eles, 33 mulheres e oito homens que, independentemente da sua função, vínculo ou posição hierárquica, regem a sua atividade por meio de um combinado de princípios, tais como o serviço, através de uma atuação ativa e congruente com os valores organizacionais; a autonomia política e religiosa, ao desenvolver abordagens apartidárias e posicionamentos ecuménicos; a igualdade e não discriminação, de modo a não privilegiar, beneficiar, prejudicar, privar de direito ou isentar de dever, qualquer pessoa; a legalidade, na medida em que devem atuar de acordo com os princípios constitucionais; a justiça e a imparcialidade, dotando rigorosos princípios de neutralidade; a cooperação, mediante as sinergias autorizadas pela diversidade e pelo trabalho em rede; a integridade, ao atuarem, em qualquer circunstância, com retidão de carácter, honestidade pessoal e profissional e com o

respeito pelos demais; a responsabilidade, reconhecendo os efeitos das ações e contributos para a efetivação da missão da instituição e, por último, a transparência, dado que devem informar e dar a conhecer os planos, atividades e recursos aplicados no decorrer da execução da sua atividade (EAPN Portugal, 2022e).

2.1.4. Base associativa e voluntariado

A base associativa da EAPN Portugal é composta por pessoas singulares ou coletivas, que se comprometem a participar para os fins institucionais, através do pagamento de quotas, realização de donativos e/ou a prestação de serviços. Neste seguimento, importa esclarecer que os associados singulares são pessoas individuais, com 18 ou mais anos de idade, que visam contribuir, de um modo voluntário, com as condições anteriormente descritas, a fim de cooperar para a concretização dos objetivos da instituição. Por outro lado, os associados coletivos, que integram as ONG, tencionam participar no pagamento das suas quotas e serviços, para a igual prossecução das finalidades da entidade (EAPN Portugal, 2022a).

Não obstante, o associativismo estabelece-se também através de associados honorários, formados por pessoas singulares ou coletivas eleitas pela assembleia geral, sob proposta da Direção, as quais tenham contribuído para a concretização, gestão, divulgação e/ou sustentabilidade do(s) projeto(s) e os associados por inerência, representados por pessoas individuais que, sem pagamentos, aderem aos Conselhos Locais de Cidadãos (CLC), no âmbito dos Núcleos Distritais (EAPN Portugal, 2022a).

Diante do exposto, a admissão à qualidade de associado encontra-se sujeita à aprovação do corpo diretivo, que ocorre após o candidato preencher o requerimento para esse efeito e formalizar uma proposta de candidatura. Assim sendo, é necessário o cumprimento de alguns requisitos, tais como, a colaboração com a organização em regime de voluntariado, o pagamento de uma joia, aquando da aprovação, bem como de uma quota anual (EAPN Portugal, 2022a).

São somente elegíveis para a mencionada condição, os indivíduos/organizações que, cumulativamente, estejam no pleno gozo dos seus direitos e deveres associativos. Logo, consideram-se direitos dos associados, o de participar nas reuniões da assembleia geral, o de nomear e ser nomeado para os cargos sociais, o de solicitar a convocação da assembleia geral extraordinária e o direito de aceder a todos os documentos institucionais, caso se confira um interesse pessoal, direto e legítimo para o efeito. Como deveres, destaca-se o de desempenhar, com dedicação e eficiência, os cargos, comissões ou representações que lhes foram atribuídas, o de colaborar na

realização da ação social da entidade, o de pagar, pontualmente, as quotas, sendo este aplicável apenas aos associados individuais e coletivos e, por último, o de comparecer às reuniões da assembleia-geral (EAPN Portugal, 2022a).

Ademais, a base associativa da EAPN Portugal detém um alargado conjunto de vantagens, sendo de nomear, entre as mesmas, o desconto nas ações de formação desenvolvidas no decorrer do período anual, o desconto na aquisição de publicações, o acesso a informações especializadas e consultadoria, a assinatura gratuita da revista *Focus-social*, bem como a participação em grupos de trabalho e em inúmeras atividades da organização (EAPN Portugal, 2022a). Deste modo, o Relatório Anual, alusivo ao ano de 2021, apresenta um total de 571 associados coletivos, mais 14 do que no ano transato, 241 associados individuais, um aumento de 32 sujeitos, e 110 associados por inerência, mais quatro comparativamente a 2020, perfazendo, nos tempos que decorrem, uma base associativa composta por 922 indivíduos e/ou organizações (EAPN Portugal, 2022a).

Apesar do descrito, entende-se que os objetivos da organização são concretizados, de forma mais adequada, mediante o envolvimento ativo dos cidadãos da comunidade em todos os níveis, bem como em qualquer programa e/ou atividades institucionais (EAPN Portugal, 2022b). De acordo com o Programa de Gestão de Voluntários (EAPN Portugal, 2022b), torna-se fulcral mencionar que cada voluntário deve receber a orientação de um supervisor, responsável pela gestão e orientação diária do trabalho de voluntariado, pela consulta e assistência à pessoa voluntária, pelo envolvimento da mesma no fluxo de comunicação da organização e pelo fornecimento de feedback relativo à prática desenvolvida.

Posto isto, os voluntários são autorizados a envolverem-se em qualquer programa e/ou atividade da organização, possuindo, como direitos, o de receber missões significativas e tratamento sem discriminação, o de receberem uma supervisão eficaz, o de envolvimento e participação total e, por fim, o de reconhecimento pelo trabalho efetuado. Por sua vez, devem aceitar realizar, ativamente, os seus deveres e permanecerem leais aos valores, objetivos e procedimentos da organização. Neste quadro, é exigida a confidencialidade de toda a informação sigilosa exposta durante o serviço, sendo que, a incapacidade de manter sigilo pode resultar na cessação da sua qualidade de voluntário (EAPN Portugal, 2022b).

2.1.5. Áreas de intervenção

A EAPN, representada na esfera nacional, fundamenta e divulga a sua prática por meio de três principais eixos, designadamente, a Investigação e Projetos, a Informação e a Formação. Nesta linha, importa sublinhar o trabalho que tem sido desenvolvido em cada uma das áreas elencadas, bem como os seus propósitos e atividades facilitadoras da súpера visão, missão e valores da entidade.

Assim, atendendo que a investigação torna possível o desempenho da prática institucional, a EAPN Portugal privilegia a análise dos fenómenos da pobreza e da exclusão social, a fim de compreender as adversidades e, conseqüentemente, colaborar nas respostas subjetivas à realidade em estudo. Deste modo, elabora pareceres e tomadas de posição pública, dinamiza grupos de trabalho transdisciplinares e implementa, por conseguinte, projetos de investigação-ação. A mencionada área tem, assim, o duplo compromisso de, por um lado, aprofundar conhecimentos acerca dos fenómenos e, por outro, delinear a intervenção social, face aos mesmos (EAPN Portugal, 2022k). Para além disto, integra algumas estruturas locais, no sentido de promover um conjunto de atividades de capacitação, reflexão e de intercâmbio de boas práticas interventivas. A articulação interinstitucional torna-se numa imperiosa estratégia para o reforço do trabalho local em parceria, em prol do desenvolvimento social dos territórios e do combate à pobreza e à exclusão social.

Ainda neste âmbito, a EAPN é entidade promotora ou parceira em inúmeros projetos nacionais, como é exemplo o projeto “Click – Ativar competências de empregabilidade”, implementado, concomitantemente, pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP); o Projeto InclusivaMente: Direitos Humanos no envelhecimento e na saúde mental, desenvolvido pela Fundação Vasco Vieira de Almeida e, por fim, o Voluntariado Organizado para uma Ação Humanitária de Referência (VOAHR) Interior, pela Pista Mágica – Escola de Voluntariado. No plano local, destacam-se as parcerias com Projetos Escolhas, Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS) e com projetos municipais, no sentido de, por um lado, fomentar a integração de migrantes e minorias étnicas e, por outro, promover grupos de trabalho de capacitação dos profissionais sociais locais, nas áreas da infância e do envelhecimento, em consórcio com instituições de solidariedade social (EAPN Portugal, 2022k).

No que concerne ao eixo da Informação, a EAPN Portugal dissemina informação e conhecimento que possibilitem uma intervenção mais eficaz, contribuindo para a sensibilização pública dos fenómenos da pobreza e da exclusão social, para os projetos,

ações e boas práticas desenvolvidas no âmbito da temática em estudo e, por último, para a organização de espaços de partilha de informação, com o intuito de encontrar soluções inovadoras para os problemas sociais (EAPN Portugal, 2022j). Neste quadro, promove campanhas destinadas à sensibilização comunitária sobre as questões de privação de recursos, serviços e direitos habitacionais e à consciencialização para a mudança de comportamentos discriminatórios da sociedade.

No âmbito da Formação, a EAPN Portugal é reconhecida, pela Direção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), como entidade formadora certificada nas áreas de Desenvolvimento Pessoal, Gestão e Administração, Enquadramento na Organização/Empresa e Trabalho Social e Orientação, a fim de capacitar os seus agentes para uma sociedade participada e democrática (EAPN Portugal, 2022i).

De acordo com o que consta no Relatório Anual 2021, a organização realizou seis pareceres, cinco respostas e/ou consultas públicas, cinco projetos nacionais e dois europeus. Elaborou 10 publicações e três campanhas nacionais e, ainda, desenvolveu 98 ações de formação, 44 webinars, 44 oficinas de práticas e conhecimento e sete seminários.

Ademais, é no seguimento do descrito que, em 2006, a EAPN Portugal celebrou um protocolo de cooperação com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), para a implementação de um Observatório de Luta Contra a Pobreza na mencionada cidade. A definição e construção deste Observatório tem como propósito contribuir para o conhecimento da realidade socioeconómica local, mediante a adoção de metodologias, que permitam apoiar a tomada de decisões estratégicas na inserção social de pessoas desfavorecidas (Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa, 2022). Não obstante, em 2018 e no âmbito da proposta de uma Estratégia Nacional para a Erradicação da Pobreza, a mesma entidade criou o Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza, caracterizado como uma referência nacional na produção de conhecimentos e recomendações sobre a problemática em estudo, por meio da formulação de políticas públicas e intervenções territoriais de forma estratégica, articulada e eficaz (Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza, 2022b).

2.2. O Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal

2.2.1. Contextualização geográfica

Viseu, cidade portuguesa do distrito homónimo, localiza-se na província da Beira-Alta, Região Centro (NUT II), em Dão-Lafões (NUT III), reconhecida como sede

do município de Viseu. A totalidade do seu território ocupa uma vasta área com 507,10km² e 99 561 habitantes (número provisório dos Censos 2021), abrangendo 25 freguesias. Não obstante, o distrito de Viseu subdivide-se em 24 concelhos, nomeadamente, Armamar, Carregal do Sal, Castro Daire, Cinfães, Lamego, Mangualde, Moimenta da Beira, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Penedono, Resende, Santa Comba Dão, São João da Pesqueira, São Pedro do Sul, Sátão, Sernancelhe, Tabuaço, Tarouca, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e, por fim, Vouzela (Câmara Municipal de Viseu, 2022).

Deste modo, em termos geográficos, o concelho de Viseu encontra-se limitado a norte por Castro Daire, a nordeste por Vila Nova de Paiva, a leste por Sátão e Penalva do Castelo, a sudeste por Mangualde e Nelas, a sul por Carregal do Sal, a sudoeste por Tondela, a oeste por Vouzela e a noroeste por São Pedro do Sul. É envolvida numa paisagem montanhosa, formada a norte pelas serras de Leomil, Montemuro e Lapa, a noroeste pela serra do Arado, a sul e sudoeste pelas serras da Estrela e Lousã e a oeste pela serra que mais influencia esta área, a do Caramulo. Ademais, importa ressaltar que o município de Viseu é abrangido pelo rio Vouga, pelo rio Dão e pelo Paiva.

Em síntese, manifesta-se um importante marco da arte sacra e da arquitetura religiosa, como comprovam as inúmeras igrejas que adornam o centro histórico. Viseu, cidade-jardim, foi eleita pelos consumidores portugueses, no ano de 2018, como a cidade mais saudável, segura e com melhor qualidade de vida em Portugal (Centro de Portugal, 2022).

2.2.2. Informação e organização institucional

O Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal inaugurou a sua atividade em junho de 2005, com o objetivo de adunar um conjunto de instituições de solidariedade social e de desenvolver, concomitantemente, estratégias e mecanismos de intervenção para o combate da pobreza e da exclusão social (EAPN Portugal, 2022m). Ademais, encontra-se composto por quatro representantes, nomeadamente, a presidente da Mesa do Conselho Geral, Manuela Alberto, os Vice-Presidentes, Susana Fonseca e Edgar Campos, bem como o técnico, Tiago Caio.

Neste seguimento e pelo definido no Plano Anual Estratégico (Núcleo Distrital de Viseu, EAPN/Associação, 2022), pertencente ao distrito em análise, a sua ação prevê como destinatários, no ano de 2022, 32 associados, dos quais 20 coletivos, oito individuais e quatro por inerência; 50 entidades da economia; 17 entidades públicas locais, de reforçar, entre elas, 15 municípios locais, o Instituto Politécnico de Viseu e o

Centro Distrital da Segurança Social; 150 indivíduos pertencentes à comunidade educativa dos Agrupamentos de Escolas do distrito de Viseu; cinco professores/investigadores, na comunidade científica, por meio das Oficinas de Prática e Conhecimento, Ações de Formação e/ou outras atividades efetuadas pelo Núcleo; oito CPCJ do distrito e 15 técnicos respetivos; 20 pessoas em situação de pobreza e exclusão social, que constituem o CLC e as que frequentam as atividades organizadas pela entidade; a sociedade civil, no geral, mediante a sua participação nas práticas concebidas pelo Núcleo e, por fim, seis meios de comunicação, no sentido de disseminar os resultados obtidos no decorrer das experiências institucionais.

Dessarte, em analogia com o documento previamente citado, a intervenção do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal caracteriza-se, de igual modo, pela aposta na sensibilização da comunidade para a temática da pobreza e exclusão social, procurando desconstruir preconceitos que incorram sobre os grupos sociais em contexto de vulnerabilidade. Posto isto, o Núcleo pretende concretizar um trabalho de rede ininterrupto e coerente, formalizado com instituições sociais, municípios, escolas e com a sociedade, por meio do desenvolvimento de ações de formação e da participação ativa dos públicos mais vulneráveis.

2.2.3. A atividade institucional

O Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal baseia a sua atividade mediante os três eixos reconhecidos a nível nacional e já elencados anteriormente, a saber, o da Investigação e Projetos, o da Informação e o da Formação. Neste sentido, o Núcleo dá continuidade ao desenvolvimento de iniciativas, ações e projetos locais nos eixos supramencionados, procurando uma melhoria contínua da ação, privilegiando o trabalho colaborativo, as redes sociais concelhias e supraconcelhias e a (re)integração social de pessoas em situação de maior vulnerabilidade.

Neste seguimento, a atividade do Núcleo rege-se pela aposta na sensibilização para as questões da pobreza e exclusão social, dado pretender desconstruir preconceitos que incidam sobre os grupos sociais mais desfavorecidos. É concretizado um trabalho contínuo junto de instituições, de municípios, escolas e sociedade civil, apostando em ações de formação e no reforço da participação de públicos fragilizados. Ademais, dá primazia ao seguimento de atividades com as CPCJ do distrito de Viseu, com os Contratos Locais de Desenvolvimento Social 4G (CLDS4G), Projetos Escolhas, municípios e outros parceiros. No âmbito referido, destacam-se, ainda, ações (in)formativas direcionadas para os quadros técnicos das instituições, no sentido de

consciencializar para a relevância da diversidade cultural e do envolvimento de todos os indivíduos no combate à pobreza e exclusão social (Núcleo Distrital de Viseu, EAPN/Associação, 2022).

Ora, tendo presente a dimensão supracitada, o Núcleo Distrital de Viseu possui um grupo de trabalho de capacitação na área do envelhecimento, com respostas sociais direcionadas para a terceira idade, analisando temas sobre a habitação e a igualdade de género, no âmbito da campanha “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”. Pretende-se, em todas as atividades, o uso incessante de uma lógica de envolvimento, quer das pessoas em situação de vulnerabilidade social, quer dos associados e/ou dos diversos atores locais com responsabilidades na luta contra a pobreza e exclusão social (Núcleo Distrital de Viseu, EAPN/Associação, 2022).

Posto isto, no sentido de promover o trabalho em rede ao nível local, distrital e nacional, o Núcleo participa e desenvolve inúmeras alianças com os vários agentes sociais e económicos, para definir estratégias integradas de intervenção sectorial e territorial. Em conformidade, envolve-se em projetos/iniciativas, promovidas com outras entidades de base regional e local, em reuniões e Encontros Distritais com os membros associados da EAPN Portugal e Mesa de Conselho Geral, na Celebração do Dia Internacional para a Erradicação da Pobreza e, por fim, na sinalização da Semana da Interculturalidade (Núcleo Distrital de Viseu, EAPN/Associação, 2022).

Por outro lado, concretiza ações que visem o desenvolvimento de competências e a capacitação do tecido socioinstitucional na intervenção em ambientes complexos, através de seminários, conferências e debates. Além disso, planeia e organiza ações formativas, destinadas a dirigentes e técnicos de instituições de solidariedade social, bem como a outros agentes de intervenção social e apoia, de igual modo, intervenções socioeducativas na área da pobreza e exclusão social. Neste contexto, são dinamizadas Oficinas de Prática e Conhecimento acerca de temáticas que se revelam primordiais a nível local, é efetivado um Plano Anual de Formação e são, concomitantemente, desenvolvidas ações no âmbito da iniciativa “Escolas Contra a Pobreza” (Núcleo Distrital de Viseu, EAPN/Associação, 2022).

A entidade distrital compreende, assim, que a promoção do *empowerment* dos cidadãos em situação de pobreza e exclusão social passa, nos tempos que decorrem, pela capacitação desses sujeitos e pela criação das condições necessárias para o exercício ativo da sua cidadania. Nesta conjectura, concebe, por um lado, processos de participação das pessoas na mencionada situação, capacitando-as para o exercício dos seus direitos e deveres, enquanto cidadãos e, por outro, monitoriza e desenvolve ações

de informação e sensibilização nos planos local, distrital, nacional e europeu (Núcleo Distrital de Viseu, EAPN/Associação, 2022).

A organização possui instrumentos de suporte informativo, acessíveis a todos, que contribuem para a reflexão em torno da problemática da pobreza e exclusão social, assim como para a recolha de indicadores, a nível distrital, sobre a proteção, educação, saúde, emprego, habitação e justiça. Diante do referido, o Núcleo desenvolve sessões de sensibilização na Campanha Nacional "Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão", procura atualizar o Centro de Documentação e Informação, assim como o Bilhete de Identidade distrital e, por último, dar continuidade ao Boletim Informativo (Núcleo Distrital de Viseu, EAPN/Associação, 2022).

Em síntese, a intervenção efetuada ao nível distrital tem sido globalmente positiva, evidenciando as Oficinas de Prática e Conhecimento desenvolvidas e relacionadas com as necessidades decorrentes da atualidade e, simultaneamente, com temas de interesse dos associados e participantes regulares, o trabalho desenvolvido nas CPCJ do distrito de Viseu, ao nível da realização dos diagnósticos locais e respetivos planos, no âmbito do Projeto Adélia e, por fim, a Newsletter quinzenal que, numa exclusiva publicação em série, une informações sobre candidaturas, atividades locais acerca do setor social e solidário, informações sobre estudos, relatórios, alterações legislativas e outras informações relevantes à atividade desempenhada pelo Núcleo (Núcleo Distrital de Viseu, EAPN/Associação, 2022).

3. PRÁTICA DO ESTÁGIO NO CONTEXTO

3.1. Caracterização do projeto de estágio

O presente capítulo compreende a apresentação e descrição das atividades efetuadas no decorrer do estágio curricular, que se encontra integrado no âmbito do Plano de Estudos do Segundo Ciclo do curso em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu.

A prática de estágio, desenvolvida no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, teve início a 16 de novembro de 2021 e término a 15 de junho de 2022, perfazendo, deste modo, o total das 600 horas (Anexo A) definidas no n.º 6 do artigo 8.º do Regulamento do ciclo e curso supramencionados. Nesta perspetiva, a mesma teve, como objetivo principal, contribuir para uma maior sensibilização acerca do fenómeno da pobreza e exclusão social no contexto infantojuvenil e visou, especificamente, a promoção da igualdade de oportunidades, assim como a prevenção da exposição de crianças/jovens ao risco e ao perigo.

Para o cumprimento dos objetivos delineados, importa ressaltar que o projeto de estágio se fundamentou em seis grandes eixos de intervenção, designadamente, 1. Colaboração na elaboração do Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças e Jovens (PLPPDCJ), no âmbito do Projeto Adélia; 2. Envolvimento na Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”; 3. Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”; 4. Apoio na iniciativa “Escolas Contra a Pobreza”; 5. Implementação de um projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios” e, por fim, 6. Participação em oficinas de prática e conhecimento, ações de formação e reuniões de associados.

Dito isto, sucede-se a uma análise minuciosa da prática desenvolvida, atendendo a quatro fases que se estabelecem na seguinte ordem: diagnóstico, planeamento, implementação e avaliação (Pena, 2005; Serrano, 2008).

3.1.1. Diagnóstico

O diagnóstico, fase prévia à formulação do problema, revela-se uma etapa indispensável para a elaboração de projetos. Na ótica de Serrano (2008), constitui uma das ferramentas teórico-metodológicas mais significativas, na medida em que viabiliza a aproximação ao terreno e ao conhecimento da realidade em estudo.

Diante do descrito, torna-se imperioso estabelecer as principais necessidades e o conhecimento da génese das suas causas, estabelecendo, concomitantemente, as vias de ação para as respetivas soluções graduais (Pena, 2005). Procura-se analisar a

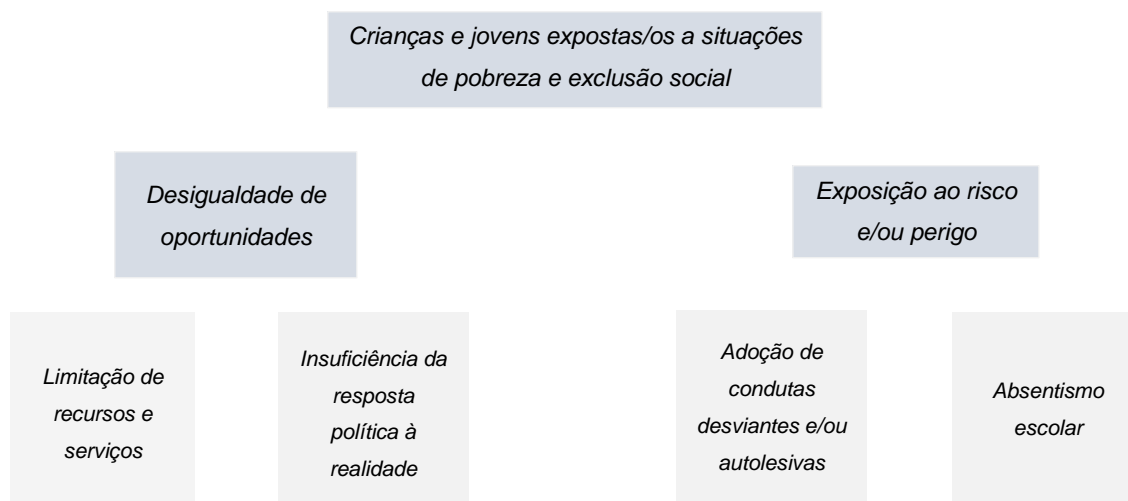
realidade, as pessoas, o meio envolvente, bem como as características e as circunstâncias que integram o desenvolvimento do projeto.

Desta forma, a realização do diagnóstico obedece, de um modo geral, às seguintes fases: detetar necessidades, estabelecer prioridades mediante os problemas identificados, fundamentar o projeto de intervenção, delimitar o problema, rever a bibliografia e, por último, prever a população e os recursos que se encontram disponíveis para a concretização do projeto (Serrano, 2008).

Posto isto, para a concretização da mencionada etapa, procedeu-se ao levantamento das necessidades, por meio de reuniões e conversas informais com o Supervisor de estágio, da análise estatística e documental do contexto e da situação em estudo, assim como da comparação das informações recolhidas com os standards sociais. Face ao panorama descrito, para facilitar a definição do objeto do ato interventivo, foi possível elaborar uma árvore de problemas (Figura 3), que afigura a representação gráfica de uma situação-problema, as suas principais causas e os seus efeitos negativos (Pena, 2005). Assim, a mesma descreve, como problema central a situação de crianças e jovens expostas/os a situações de pobreza e exclusão social, o qual resulta dos dois problemas de primeiro nível, nomeadamente, a desigualdade de oportunidades e a exposição ao risco e/ou perigo. Estes são, por consequência, representados por problemas de segundo nível, sendo de citar, de um modo sucessivo, a limitação de recursos e serviços, a insuficiência da resposta política à realidade, a adoção de condutas desviantes e/ou autolesivas e o absentismo escolar, enquanto problemas terminais (Pena, 2005).

Figura 3

Árvore de problemas



Não obstante, tornou-se imprescindível recorrer também à análise SWOT (Tabela 1), consignada como um método de planeamento estratégico que se traduz na observação de dois fatores de natureza interna, as forças e fraquezas, e dois fatores externos, as oportunidades e ameaças (Instituto para o Desenvolvimento Social, 2002). Neste sentido, pretende-se uma leitura integrada dos recursos disponibilizados pela organização, bem como das características do meio que a envolve, a fim de sistematizar ideias e seleccionar uma estratégia adequada para a efetiva concretização dos objetivos propostos. A referida tabela evidencia, portanto, a pluralidade de atividades para um público-alvo diverso, a constituição de uma base associativa e voluntariado, dispendo, como primado, o trabalho em rede. Todavia, é possível constatar a existência de algumas dificuldades, como a limitação de recursos, devido à presença de apenas um técnico por núcleo e a abrangência distrital, que complexifica o trabalho em outros concelhos do distrito, sendo desenvolvida, grande parte da atividade do núcleo, somente no concelho de Viseu.

Tabela 1

Análise SWOT do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal

	Aspetos positivos <i>(auxiliam o objetivo estratégico)</i>	Aspetos negativos <i>(dificultam o objetivo estratégico)</i>
Ambiente interno <i>(Características da organização)</i>	Forças	Fraquezas
	<ul style="list-style-type: none"> → Número alargado de atividades em diversas esferas de atuação; → Disposição de uma sala de formação, que oportuna efetivar variadas ações em formato presencial; → Divulgação de informação e de ações desenvolvidas no distrito, por meio da Newsletter quinzenal; → Intervenção com um público-alvo diversificado. 	<ul style="list-style-type: none"> → Limitação de recursos, nomeadamente humanos, que impossibilita a realização de um trabalho mais efetivo e abrangente, ao nível distrital; → Dificuldade em mobilizar membros para integrar o CLC de Viseu; → Reduzido espaço das instalações institucionais.
Ambiente externo <i>(Características do meio envolvente)</i>	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> → Constituição favorável da base associativa e voluntariado; → Parcerias nas mais variadas dimensões do combate à pobreza e exclusão social, promovendo, assim, um trabalho colaborativo; → Elevada adesão de entidades e da sociedade em geral em atividades informativas. 	<ul style="list-style-type: none"> → Reduzido número de entidades associadas; → Desconhecimento do meio envolvente sobre a atividade institucional; → Escassa participação de pessoas que se encontram em situação de pobreza e/ou exclusão social; → Abrangência distrital, dificultando o trabalho noutros concelhos do distrito; → Limitações inerentes à situação de pandemia.

Dessarte, este projeto destina-se, particularmente, a crianças e jovens do concelho de Viseu e aspira, por esse motivo, contribuir para uma maior sensibilização acerca do fenómeno da pobreza e exclusão social no contexto infantojuvenil, promovendo a igualdade de oportunidades e salvaguardando a exposição de crianças/jovens ao risco e ao perigo. Prevêem-se necessários, enquanto recursos humanos, a estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, o técnico da

referida entidade e os professores/técnicos/auxiliares das instituições em que irão ser implementadas as atividades.

3.1.2. Planeamento

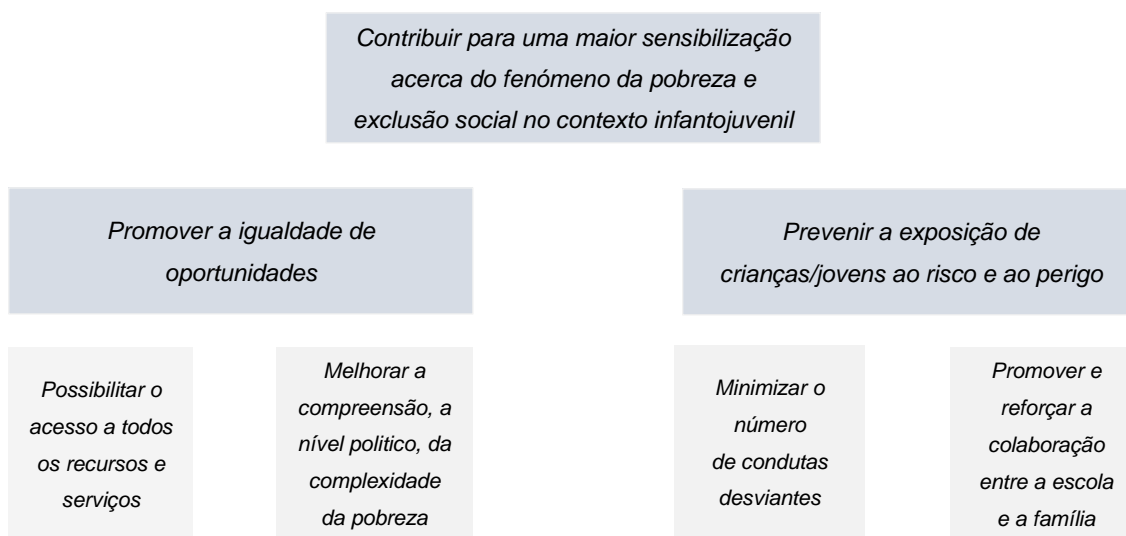
Qualquer intervenção necessita de ser planificada. A segunda fase de um projeto implica conhecer o seu ponto de partida, os recursos que se revelam essenciais, bem como os procedimentos que devem ser utilizados para concretizar as respetivas metas, através da execução de atividades que desenvolvam os objetivos programados (Serrano, 2008). De acordo com o descrito por Kaufman (1980, citado por Serrano, 2008), a planificação permite determinar o que se deve fazer, a fim de, num momento posterior, serem tomadas decisões práticas para a implementação da ação.

Posto isto, esta fase visa definir os resultados a obter, elaborar as orientações e as normas de atuação, prever as situações possíveis e preparar estratégias corretivas e, por fim, estabelecer um sistema de controlo que informe, de um modo contínuo, o desenvolvimento do processo e a obtenção de resultados. Ademais, o processo de planeamento deve basear-se em duas dimensões: a material, que se fundamenta nos elementos da planificação, e a formal, que pretende responder à forma, ao espaço, ao tempo, ao financiamento, bem como a quem vai realizar, dirigir, coordenar e supervisionar a ação (Serrano, 2008). As respostas a estas questões tornam-se elementares para o cumprimento, correto e adequado, da fase em análise.

Face ao exposto, foi realizada uma Árvore de Objetivos (Figura 4), caracterizada como uma ferramenta que representa a sequência de solução dos problemas mencionados na Figura 3 e a modificação dessas situações não desejadas para objetivos (Pena, 2005).

Figura 4

Árvore de objetivos



A planificação teve também, como recurso, o Quadro de Medidas (Tabela 2), assim como a Matriz de Planeamento (Tabela 3), as quais sistematizam a informação do projeto em estudo (Pena, 2005). Destaca-se, como objetivos do mesmo, possibilitar o acesso a todos os recursos e serviços; melhorar a compreensão, a nível político, da complexidade da pobreza; minimizar o número de condutas desviantes e, por último, promover e reforçar a colaboração entre a escola e a família. Procurou-se concretizar estes propósitos mediante seis medidas de intervenção implementadas no decorrer do período estabelecido entre novembro de 2021 a junho de 2022, a saber: a colaboração na elaboração do PLPPDCJ, no âmbito do Projeto Adélia; o envolvimento na Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”; a participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”; o apoio na iniciativa “Escolas Contra a Pobreza”; a implementação de um projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios” e, por fim, a participação em oficinas de prática e conhecimento, ações de formação e reuniões de associados.

Tabela 2*Quadro de Medidas*

Problemas Medidas	Limitação de recursos e serviços	Insuficiência da resposta política à realidade	Adoção de condutas desviantes e/ou autolesivas	Absentismo escolar
1. <i>Colaboração na elaboração do PLPPDCJ, no âmbito do Projeto Adélia</i>	-	***	**	*
2. <i>Envolvimento na Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”</i>	***	-	*	**
3. <i>Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”</i>	***	**	**	***
4. <i>Apoio na iniciativa “Escolas Contra a Pobreza”</i>	***	-	***	***
5. <i>Implementação de um projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”</i>	***	**	*	-
6. <i>Participação em oficinas de prática e conhecimento, ações de formação e reuniões de associados</i>	-	*	**	-
<p><i>Legenda:</i></p> <p>*** Muito importante para a resolução do problema; ** Importante para a resolução do problema; * Contribuição para a resolução do problema; - Não aplicável.</p>				

Tabela 3*Matriz de planeamento do projeto*

Hierarquia de objetivos	Indicadores objetivamente verificáveis	Meios/Fontes de verificação	Pressupostos
<p>Finalidade: Contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária, livre de pobreza e exclusão social</p>	Aumento de uma maior sensibilização acerca do fenómeno da pobreza e exclusão social no contexto infantojuvenil	Relatório Final de Estágio	- Restrições associadas à situação pandémica;
<p>Objetivos: Desenvolver ações/mecanismos para criar uma maior sensibilização acerca do fenómeno da pobreza e exclusão social no contexto infantojuvenil</p>	Resultados verificáveis nas ações dinamizadas acerca da pobreza e exclusão social no contexto infantojuvenil, no período estabelecido entre novembro de 2021 a junho de 2022	Instrumentos aplicados no decorrer da prática do estágio	- Realização de atividades integradas no Plano de Atividades do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal
<p>Resultados: 2, 3, 4, 5 – Possibilitar o acesso a todos os recursos e serviços 1, 3, 5, 6 – Melhorar a compreensão, a nível político, da complexidade da pobreza 1, 2, 3, 4, 5, 6 – Minimizar o número de condutas desviantes 1, 2, 3, 4 – Promover e reforçar a colaboração entre a escola e a família</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. A partir de novembro de 2021 2. A partir de abril de 2022 3. A partir de dezembro de 2022 4. A partir de maio de 2022 5. A partir de março de 2022 6. A partir de dezembro de 2021 		
<p>Medidas/Eixos de intervenção: 1. Colaboração na elaboração do PLPPDCJ, no âmbito do Projeto Adélia; 2. Envolvimento na Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”; 3. Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”; 4. Apoio na iniciativa “Escolas Contra a Pobreza”; 5. Implementação de um projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”; 6. Participação em oficinas de prática e conhecimento, ações de formação e reuniões de associados</p>	<p>Orçamento/Custos das medidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Custos internos 2. Custos internos 3. Custos internos 4. Custos internos 5. Custos internos 6. Custos internos 		

3.1.3. Implementação

A implementação pressupõe a prática do projeto, tendo em consideração o desenvolvimento, acompanhamento e controlo do mesmo. Neste sentido, torna-se fundamental, segundo Serrano (2008), detetar as minorias e/ou os grupos de incidência que, pelos seus interesses ou inquietações, detêm uma presença significativa na comunidade a que pertencem. Ander-Egg (1984, citado por Serrano, 2008) remete esta fase para o desenvolvimento sequencial de diversas atividades que visam alcançar os objetivos propostos. Face ao descrito, exige ter presente todos os elementos do projeto, como a dimensão do diagnóstico, do planeamento, da avaliação e do impacto, para que o seu processo de atuação seja nítido e, simultaneamente, dinâmico.

Em virtude de dever ser aplicado às necessidades da população e às especificidades do contexto, tornou-se inevitável reformular o plano que se encontrava previamente elaborado. Numa primeira fase, previa-se a realização de um Manual, sob formato de Guia para pais e professores, acerca dos direitos da criança, enumerando uma multiplicidade de práticas e exercícios para a concretização dos mesmos. Ademais, antevia-se a criação de um ebook, no âmbito da campanha “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”, com um combinado de dinâmicas e fichas de atividades sobre os temas da habitação e pessoas em situação de sem-abrigo, igualdade de género, diversidade cultural (migrantes e minorias étnicas), famílias em situação de pobreza, deficiência e incapacidade, violência física e psicológica e, por último, saúde e bem-estar. Ressalva-se a impossibilidade de implementar os mencionados recursos devido, fundamentalmente, às restrições impostas pela situação pandémica, à escassez de recursos institucionais, à limitação de tempo, bem como às necessidades que se consideraram prioritárias no confronto com a realidade e com o público-alvo em estudo.

Posto isto, no que concerne à implementação do projeto, tornou-se necessário recorrer ao Diagrama de Gantt (Tabela 4), consignado como uma metodologia visual que representa o cronograma, as tarefas e a respetiva coordenação do ato interventivo.

Tabela 4

Diagrama de Gantt

Medidas	2021		2022					
	11/21	12/21	01/22	02/22	03/22	04/22	05/22	06/22
1. Colaboração na elaboração do PLPPDCJ, no âmbito do Projeto Adélia	[Barra verde contínua]							
1.1 Elaboração do Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Castro Daire	[Barra verde]							
1.2 Elaboração do PLPPDCJ do município de Castro Daire	[Barra verde]							
1.3 Elaboração do Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Oliveira de Frades	[Barra verde]							
1.4 Elaboração do Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Mortágua	[Barra verde]							
1.5 Elaboração do Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Carregal do Sal	[Barra verde]							
2. Envolvimento na Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”	[Barra verde]							
2.1 Atividade: Exploração do Conto “A Menina da Trança”	[Barra verde]							
2.2 Atividade: Sessão Online “Tradições e Diversidade”	[Barra verde]							
2.3 Atividade: “As diferenças que nos tornam iguais”	[Barra verde]							
3. Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”	[Barra verde]							
3.1 Atividade: “Jogo dos Direitos”	[Barra verde]							
3.2 Atividade: Logística e organização na Exibição do Documentário “Drom Kalins”	[Barra verde]							
3.3 Atividade: “A família é...”	[Barra verde]							
3.4 Atividade: Elaboração de uma moldura para o “Dia da Diversidade”	[Barra verde]							
3.5 Atividade: Elaboração de medalhas para o “Dia da Criança”	[Barra verde]							
3.6 Atividade: Peddy paper “Vou aprender no meu bairro”	[Barra verde]							
4. Apoio na iniciativa “Escolas Contra a Pobreza”	[Barra verde]							
4.1 Atividade: “E amanhã?”	[Barra verde]							
5. Implementação de um projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”	[Barra verde]							
6. Participação em oficinas de prática e conhecimento, ações de formação e reuniões de associados	[Barra verde]							

Perante o descrito e atendendo aos dados expostos na Tabela 4, procede-se à apresentação e descrição, de um modo sucinto, das atividades efetuadas em cada uma das medidas da intervenção.

A primeira medida, designada por “**Colaboração na elaboração do PLPPDCJ, no âmbito do Projeto Adélia**”, iniciou em novembro de 2021 e terminou em maio de 2022, perfazendo um total de sete meses.

O Projeto Adélia, programa de apoio à parentalidade positiva e à capacitação parental, constitui-se como uma estratégia preventiva para a promoção e proteção dos direitos da criança e do jovem, em consonância com a CDC. Reflete, portanto, o crescente empenho da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDCJ) no desenvolvimento de medidas para a construção de uma parentalidade respeitadora dos melhores interesses do menor, numa lógica comunitária, sistémica e preventiva. Deste modo, sugere, numa primeira instância, desenvolver PLPPDCJ que envolvam a participação das crianças e jovens, garantindo estratégias de apoio a um exercício parental positivo; agilizar a intervenção das ECMIJ e das CPCJ, através da qualificação dos seus técnicos e, por fim, promover a capacitação das famílias (CNPDPDCJ, 2022). Ademais, importa aludir que o seu desenvolvimento reconhece três fases, nomeadamente, a elaboração do diagnóstico organizacional da CPCJ e a identificação das potencialidades/vulnerabilidades do seu funcionamento (fase opcional), a elaboração do diagnóstico da realidade infantojuvenil do concelho em estudo, num processo participativo dos intervenientes-chave (fase obrigatória), bem como a identificação de necessidades, de prioridades e a consequente criação de eixos de intervenção (fase obrigatória).

Posto isto, no que concerne à prática de estágio no contexto, previa-se somente a formulação do diagnóstico local para o município de Castro Daire e Oliveira de Frades. Contudo, no decorrer do processo de envolvimento, foi solicitada a mesma colaboração para outros dois municípios: Mortágua e Carregal do Sal. Assim, no âmbito da medida em vigor, concretizou-se o levantamento dos indicadores estatísticos para Castro Daire (Anexo B) e a elaboração do seu plano local estratégico (Anexo C), o levantamento estatístico para Oliveira de Frades (Anexo D), para Mortágua (Anexo E) e Carregal do Sal (Anexo F), sendo que, para estes dois últimos, foi concluída também a análise dos questionários aplicados previamente às crianças, jovens, às famílias, às entidades e profissionais.

A segunda medida, denominada **Envolvimento na Campanha Nacional de**

Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”, decorreu entre os meses de abril a junho de 2022 e deteve o objetivo de sensibilizar a comunidade em geral para a importância da não discriminação de pessoas e/ou grupos vulneráveis.

Neste contexto, foi dinamizada a atividade da exploração do conto “A Menina da Trança” (Anexo G; Anexo H; Anexo I e Anexo J), com seis crianças da Sede do Projeto Caminhos E8G e sete do Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu. Foi implementada, respetivamente, nos dias quatro e sete de abril de 2022, a fim de consciencializar para a diversidade cultural. Ao longo da ação, a estagiária procedeu à narração do conto, com figuras alusivas, áudios e momentos de reflexão sobre a temática em estudo (Anexo K).

Ademais, a sessão online “Tradições e Diversidade” (Anexo L e Anexo M), realizada no dia sete de abril do mesmo ano, contou com a presença das instituições associadas e não associadas da EAPN Portugal, provenientes do distrito de Viseu. Deste modo, foi apresentado, a todos os envolvidos, o planeamento, bem como a disseminação dos resultados da atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”, desenvolvida na Sede Projetos Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu.

Por último, a atividade “As diferenças que nos tornam iguais” (Anexo N; Anexo O; Anexo P e Anexo Q), ocorreu durante os dias sete e oito de junho de 2022, com 46 alunos do 3.º ano e 39 alunos do 4.º ano da Escola Básica Aquilino Ribeiro. Ora, ao pretender contribuir para uma sociedade mais inclusiva e tolerante face às diferenças, foi solicitado, aos participantes, a sua disposição em círculo para iniciar o “Jogo das Cadeiras”, no sentido de os mesmos refletirem e compreenderem o conceito de exclusão social. No fim, a estagiária proporcionou um momento de reflexão, no qual foram abordados alguns conceitos, como a inclusão, a exclusão social e as suas implicações na comunidade (Anexo R).

A terceira medida, representada pela **Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”**, potenciou o desenvolvimento de sessões, entre fevereiro a junho, para a comunidade escolar, para pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade social, bem como para os profissionais das várias áreas de intervenção, no sentido de combater os estereótipos e preconceitos relativos às comunidades ciganas.

Nesta linha, foi implementado o “Jogos dos Direitos” (Anexo S; Anexo T; Anexo U; Anexo V; Anexo W; Anexo X e Anexo Y), proposto pelo Núcleo Distrital de Braga da EAPN Portugal, a 24 de fevereiro de 2022, com um grupo de oito crianças do Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu. Neste sentido, através de uma forma

lúdica, com recurso ao jogo mencionado, era pretendido que os menores conhecessem e compreendessem todos os seus direitos e deveres.

Ainda neste âmbito, a exibição do Documentário “Drom Kalins”, integrada na “Semana da Interculturalidade”, teve lugar no dia oito de abril de 2022, no Auditório do Instituto Português do Desporto e Juventude de Viseu. O mesmo, acessível a todos na plataforma digital, contempla cinco testemunhos de cidadãs portuguesas, pertencentes à comunidade cigana de várias localidades do país, que apresentam as suas histórias, as suas vivências e os seus sonhos. Neste sentido, foi solicitado à estagiária que organizasse o evento (Anexo Z), efetuando o controlo e gestão das entradas dos participantes, bem como a disposição dos mesmos no local referido (Anexo AA).

Por outro lado, a atividade de sensibilização acerca do Dia da Família (Anexo AB; Anexo AC; Anexo AD; Anexo AE e Anexo AF), foi realizada a 11 de maio de 2022, com seis destinatários da Sede do Projeto Caminhos E8G. Tendo como objeto a reflexão sobre a importância dos laços afetivos e das relações familiares positivas, a estagiária solicitou a participação numa dinâmica, em que uma das crianças tinha, em sua posse, um rolo de barbante e, após responder a algumas questões, escolhia alguém para o lançar (sendo necessário que, quem o apanhasse, segurasse a linha e respondesse, de igual modo, às questões previamente colocadas). Ora, com a descrita atividade, os participantes refletiram sobre a importância das relações familiares e a influência que as mesmas detêm no desenvolvimento socioemocional do menor (Anexo AG).

Para assinalar o Dia da Diversidade Cultural, deu-se a dinamização de um evento, no dia 21 de maio de 2022, com as várias instituições sociais da cidade, no Parque Aquilino Ribeiro. Neste âmbito, as técnicas do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu solicitaram a colaboração da estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, para a construção de uma moldura alusiva ao tema (Anexo AH). Mediante os materiais facultados, procedeu-se, deste modo, à elaboração do recurso, a fim de ser utilizado, pela Sede, no dia referido (Anexo AI).

Dada a importância simbólica do Dia da Criança, delineou-se, a 1 de junho de 2022, uma atividade de sensibilização sobre o mesmo (Anexo AJ e Anexo AK). Com recurso à plataforma Canva, a estagiária elaborou medalhas alusivas à temática, que foram, posteriormente, entregues às crianças destinatárias da Sede do Projeto Caminhos E8G e do Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu, viabilizando um momento alegre e de aprendizagem com os menores (Anexo AL).

Por último, ainda neste eixo interventivo, foi implementado, no dia 15 de junho

de 2022, um Peddy Paper no Centro Comunitário de Paradinha (Anexo AM; Anexo AN; Anexo AO; Anexo AP; Anexo AQ; Anexo AR; Anexo AS; Anexo AT e Anexo AU). Esta atividade teve o intuito de promover, junto das crianças e dos jovens, o respeito pela diversidade, abordando temáticas relacionadas com os direitos humanos, direitos das crianças, diversidade cultural, igualdade de género e pobreza no mundo. Importa enfatizar que a estagiária, ainda que tenha planeado e preparado a mencionada atividade, não a concretizou devido à situação pandémica que a impossibilitou, nessa semana, de realizar presencialmente o estágio. Apesar do referido, o Peddy Paper foi executado pelas restantes estagiárias do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.

A quarta medida, intitulada **Apoio na iniciativa “Escolas Contra a Pobreza”**, ocorreu em maio de 2022 e possibilitou o desenvolvimento de ações de informação/sensibilização do combate à pobreza e exclusão social. Estas iniciativas pretenderam contribuir para a desmistificação de algumas representações negativas, face a determinadas temáticas, como a educação, a igualdade de género, os direitos humanos, a cidadania, os jovens e a empregabilidade, a pobreza, exclusão social e as representações sociais, o racismo e discriminação, as minorias étnicas, a interculturalidade e, por fim, o voluntariado.

Deste modo, em conjunto com as estagiárias da Associação Viseense de Santa Teresinha, foi organizada uma atividade, no decorrer dos dias 16 e 17 de maio de 2022, junto de 19 jovens da referida instituição, com o título “E amanhã?” (Anexo AV; Anexo AW; Anexo AX; Anexo AY; Anexo AZ; Anexo BA; Anexo BB; Anexo BC e Anexo BD). A presente ação objetivou criar momentos de debate e reflexão sobre o futuro, mediante a partilha de experiências, vivências e/ou sentimentos entre as facilitadoras e as jovens. Foram retratados assuntos como o Centro de Emprego e o Curriculum Vitae, sendo solicitado, posteriormente, às participantes, a elaboração do seu currículo num modelo de explicação de um Curriculum Vitae (Anexo BE), facultado pelas estagiárias da Licenciatura em Educação Social e pelas estagiárias do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco.

A quinta medida, designada pela **Implementação de um projeto *photovoice* sobre “Família e os seus desafios”**, decorreu entre os meses de maio e junho de 2022. Torna-se imperioso referir que a fotografia pode ser vista, nos estudos de investigação-ação participativa, como um instrumento catalisador de mudanças, justificado por meio da dupla função que pode assumir, nomeadamente, enquanto expressão criativa visual ou como um meio de retratação de realidades e contextos

(Araújo et al., 2015). Assim, o photovoice é um método que visa a coesão social, o *empowerment* dos indivíduos e o desenvolvimento da sua autoestima, sendo, por esse motivo, implementado, na maior parte das vezes, com grupos que se encontram em situação de fragilidade social. Ademais, nas palavras de Chaves (2017), caracteriza-se como um excelente instrumento estratégico na inserção do público juvenil na comunidade, uma vez que proporciona e viabiliza, a este grupo etário, inúmeras oportunidades de discutirem, relacionarem, ordenarem, configurarem e, ainda, significarem as suas autorrepresentações, face às experiências sociais que vivenciam.

Posto o descrito, a ideia central do projeto de photovoice que integra esta medida pretendia, sobretudo, promover o reconhecimento da família nas suas diferentes dimensões e sensibilizar para a importância de uma resposta global às problemáticas mais prementes e geradoras de exclusão. Ressalva-se, deste modo, que o mesmo foi implementado na Escola Profissional Projeto Plural, em Torredeita, Viseu, e que se destinou a 20 alunos do 11.º e 12.º anos do Curso Técnico de Serviços Jurídicos da referida escola. Atendendo à especificidade do projeto, importa esclarecer que o mesmo ocorreu, semanalmente, em quatro momentos distintos.

Deste modo, a primeira sessão (Anexo BF; Anexo BG; Anexo BH e Anexo BI), realizada no dia 24 de maio de 2022, deu-se por meio da apresentação das pessoas participantes e da facilitadora, da reflexão sobre os conceitos de ética, poder e fotografia, da apresentação do projeto photovoice “Família e os seus desafios” e, por fim, do levantamento da primeira questão: “O que é, para mim, a família?”.

No segundo encontro (Anexo BJ e Anexo BK), tido a 31 de maio de 2022, a estagiária recolheu as fotografias em resposta à primeira questão, analisou as mesmas com o grupo e colocou a segunda pergunta: “Quais os atuais desafios que a família enfrenta?”.

A terceira sessão (Anexo BL; Anexo BM; Anexo BN; Anexo BO e Anexo BP) teve lugar no dia sete de junho de 2022 e, em analogia com a anterior, fundamentou-se na recolha das fotografias em resposta à segunda questão, na análise e reflexão, em grupo, sobre as mesmas, bem como no levantamento da terceira pergunta: “Como ultrapassar os desafios familiares?”.

Por fim, no dia 14 de junho de 2022, deu-se a quarta sessão (Anexo BQ; Anexo BR; Anexo BS e Anexo BT), na qual se recolheu as imagens, via e-mail, em resposta à terceira questão, dada a impossibilidade de a estagiária concretizar presencialmente a atividade, devido à situação pandémica. Neste sentido, apenas foi viabilizada a análise individual, por parte da mesma, sobre as fotografias capturadas ao longo do processo

investigativo. Importa ressaltar, ainda, que este projeto culminou com a divulgação de um ebook (Anexo CA), no qual consta o enquadramento da temática, a planificação, bem como os resultados obtidos pelo projeto.

O último eixo, **“Participação em oficinas de prática e conhecimento, ações de formação e reuniões de associados”**, da responsabilidade do contexto de Estágio encontra-se direcionado para o aumento do conhecimento direcionado para a melhoria da intervenção social. Com isto, no período estabelecido entre os meses de dezembro de 2021 a abril de 2022, surgiu a oportunidade de a estagiária participar em duas oficinas de prática e conhecimento, três ações de formação, um webinar e duas reuniões de associados.

A primeira oficina, “Depressão na Adolescência: Comportamentos Auto-lesivos”, teve lugar nos dias 14 e 15 de dezembro de 2021 e objetivou compreender a depressão na adolescência e as suas especificidades, distinguir a depressão normal da patológica, identificar sinais e sintomas, compreender os principais modelos explicativos da problemática e, por fim, operacionalizar a intervenção. Neste seguimento, deteve, como principais conteúdos, a depressão na adolescência, a depressão normal versus depressão patológica, os estados limite ou borderline, as psicoses, bem como os comportamentos autolesivos.

A segunda oficina, com o título de “Inteligências Múltiplas na Intervenção Social (2.ª Edição)”, decorreu no dia 27 de janeiro de 2022 e teve o propósito fundamental de promover o autoconhecimento, através da teoria das inteligências múltiplas e adaptação das mesmas à intervenção social. Para tal, abordou uma complexidade de conteúdos pragmáticos, tais como, a inteligência versus inteligências; a introdução à Teoria das Inteligências Múltiplas, a sua tipologia e o seu desenvolvimento.

A ação de formação “Gestão do Stress Profissional”, sucedeu-se entre os dias 16, 17, 22 e 23 de fevereiro de 2022 e, durante este período, visou dotar os formandos de competências básicas, promissoras de uma gestão eficaz do stress. Procurou, em termos teóricos, definir o conceito de stress laboral e riscos inerentes, caracterizar os ambientes de trabalho saudáveis e identificar os modelos de intervenção no stress. Ademais, com exercícios práticos, pretendeu desenvolver competências de resiliência ao stress, nomeadamente, a assertividade, a perspetiva positiva, a visualização em perspetiva, o locus de controlo, a resolução de problemas e, por fim, o relaxamento.

Por outro lado, a ação “Da Elaboração de Candidaturas a Financiamento à Avaliação”, dinamizada nos dias 23, 24, 30 e 31 de março de 2022, permitiu o desenvolvimento de conhecimentos sobre desenho de projetos e elaboração de

candidaturas a financiamentos. Deteve, como conteúdos programáticos, a caracterização de um projeto, o ciclo e o desenho do mesmo, as linhas de financiamento e a sua prospeção, a análise de regulamentos, o processo de elaboração de uma candidatura, a avaliação e o orçamento do projeto.

A última ação de formação, “Intervenção Familiar e Sistémica no Contexto Escolar: A Abordagem Sistémica, o Diagnóstico e a Intervenção”, sucedeu-se a 11, 14 e 19 de abril de 2022. No decorrer dos mencionados dias, objetivou refletir sobre o papel do assistente social nas escolas, bem como conhecer o modelo sistémico, colaborativo e em rede na intervenção familiar em contexto escolar. Nas suas sessões, foram abordados conceitos referentes à compreensão da família na abordagem sistémica e aos problemas identificados no contexto escolar, aos princípios e estratégias de intervenção, à elaboração do diagnóstico e à definição do plano individual de intervenção com o aluno e com família.

Em parceria com os CLDS4G Viseu Positivo e Viseu Comunidade de Afetos (projetos promovidos pelas Obras Sociais de Viseu), o Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal realizou, no dia oito de março de 2022, o Webinar: “Pitch - Apresenta o teu valor e diferencia-te”. A ação foi destinada a pessoas que se encontram em situação de desemprego, visando apresentar o Pitch como metodologia promotora da empregabilidade. Dado poder ser enriquecedor para o futuro laboral, surgiu a oportunidade de a estagiária assistir e estar presente na mesma.

No que concerne à participação nas reuniões de associados, importa esclarecer que a primeira teve lugar no dia três de fevereiro de 2022 e iniciou com um ponto relativo às informações gerais. O capítulo seguinte consignou uma vertente temática, que contou com a apresentação do Centro Incorpora, um serviço de mediação de integração e apoio à inclusão no mercado de trabalho, que se encontra dirigido a pessoas em situação ou em risco de exclusão social, ou com maiores dificuldades no acesso ao emprego. O terceiro ponto da agenda, dedicou-se a uma breve apresentação do Plano de Atividades 2022 do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal e finalmente, culminou com um ponto alusivo a sugestões e contributos sobre futuras atividades a serem desenvolvidas.

Em conjunto com os núcleos distritais de Bragança e Vila Real da EAPN Portugal, o Núcleo Distrital de Viseu realizou a segunda reunião temática de associados no dia quatro de março de 2022, com o título "Oportunidades para as Instituições de Solidariedade Social no âmbito do PRR". Neste encontro, foram focalizadas as oportunidades de financiamento para as instituições no âmbito do Plano de

Recuperação e Resiliência (PRR), o funcionamento da respetiva página digital e a abordagem às regras da contratação pública neste contexto.

Dado o término da apresentação e descrição da prática de estágio, importa assinalar que, em suma, todas as propostas de atividades referidas foram efetivadas com o intuito de contribuir para uma maior sensibilização acerca do fenómeno da pobreza e exclusão social no contexto infantojuvenil do concelho de Viseu, por meio de uma abordagem centralizada na prevenção, sensibilização e promoção do íntegro desenvolvimento e bem-estar de todas as crianças e jovens.

3.1.4. Avaliação

A avaliação pretende examinar a capacidade que um agente e/ou facilitador detém para assumir o problema social, para satisfazer as necessidades sentidas pelos indivíduos, bem como para transformar uma determinada situação em algo desejado. Nesta conjectura, Serrano (2008) relata que este processo visa comparar o estado inicial da realidade com o estado da mesma após a intervenção, tornando visível o desvio entre os objetivos delineados e os resultados obtidos. A avaliação é, diante do exposto, uma componente intrínseca de qualquer projeto de intervenção psicossocial, dado estar presente em todas as suas etapas, como a identificação de necessidades, a definição de objetivos, o processo de execução e a etapa final do produto (Serrano, 2008).

Posto isto, a mencionada etapa do projeto de estágio centra-se, primordialmente, na reflexão/sistematização das potencialidades e desafios identificados no decorrer do trabalho de campo. Recorreu-se, de um modo contínuo, à técnica do inquérito, por meio do questionário e da entrevista. Neste sentido, importa aludir que foram aplicados questionários de avaliação final na atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança” (Anexo BU), na do “Jogo dos Direitos” (Anexo BV), na “A família é...” (Anexo BW), bem como no projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios” (Anexo BX). Torna-se possível afirmar, mediante a análise das respostas a estes instrumentos que, em qualquer uma destas atividades, o processo demonstrou-se bastante positivo, promovendo a aquisição de aprendizagens e competências, tal como foi referido, pelos destinatários. Na atividade “As diferenças que nos tornam iguais” (Anexo BY) e na “E amanhã?” (Anexo BZ), foram colocados questionários em dois momentos distintos, nomeadamente no início e no término da sessão, dado possibilitar, assim, uma melhor compreensão sobre o progresso tido por cada um dos participantes, bem como sobre o alcance dos objetivos delineados. Neste sentido, foi possível denotar a incompreensão

e o desconhecimento de conceitos, todavia, com a implementação das referidas atividades tornou-se perceptível concluir inúmeros resultados favoráveis no entendimento das temáticas em estudo.

No âmbito da implementação do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”, foi elaborado um e-book (Anexo CA), que integra o enquadramento da temática estudada, a metodologia, os procedimentos e os resultados obtidos, servindo de modelo para investigações mais robustas.

Para além do exposto, todas as atividades concretizaram-se com conversas/entrevistas entre o público-alvo e a estagiária, de forma a obter o feedback sobre o interesse dos menores, sobre a dinâmica e sobre a temática abordada. Nesses momentos, foi possível constatar um maior envolvimento dos destinatários com os assuntos em estudo e o reconhecimento da importância em discutir os mesmos na atualidade.

Ademais, de acordo com Pena (2005), esta fase do ciclo de projetos pode ser concretizada por meio da apresentação da eficiência e eficácia das medidas. Com isto, o mesmo autor refere que a eficiência reporta a diferença entre o número de atividades previstas e o número de atividades realizadas, bem como o tempo de execução das mesmas. Já a eficácia é caracterizada pelo autor como a evolução dos resultados previstos para os resultados alcançados.

Assim, a Tabela 5 e a Tabela 6 possibilitam uma análise detalhada sobre a avaliação da prática de estágio elaborada no contexto. Ora, na Tabela 5 torna-se perceptível que os objetivos previstos para cada uma das medidas de intervenção foram maioritariamente alcançados, sendo de reforçar a medida referente à colaboração na elaboração do PLPPDCJ, no âmbito do Projeto Adélia, na qual todos foram concretizados. No que concerne aos objetivos previstos que, por conseguinte, não foram atingidos, importa esclarecer que a impossibilidade da sua concretização se deveu, fundamentalmente, à adequação e adaptação da atividade às necessidades e características dos destinatários e aos resultados obtidos no decorrer das mesmas.

Tabela 5*Avaliação da eficácia das medidas*

Medidas	Objetivos previstos	Objetivos concretizados
Colaboração na elaboração do PLPPDCJ, no âmbito do Projeto Adélia	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a compreensão, a nível político, da complexidade da pobreza; • Minimizar o número de condutas desviantes; • Promover e reforçar a colaboração entre a escola e a família. 	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a compreensão, a nível político, da complexidade da pobreza; • Minimizar o número de condutas desviantes; • Promover e reforçar a colaboração entre a escola e a família.
Envolvimento na Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso a todos os recursos e serviços; • Minimizar o número de condutas desviantes; • Promover e reforçar a colaboração entre a escola e a família. 	<ul style="list-style-type: none"> • Minimizar o número de condutas desviantes; • Promover e reforçar a colaboração entre a escola e a família.
Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso a todos os recursos e serviços; • Melhorar a compreensão, a nível político, da complexidade da pobreza; • Minimizar o número de condutas desviantes; • Promover e reforçar a colaboração entre a escola e a família. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso a todos os recursos e serviços; • Minimizar o número de condutas desviantes; • Promover e reforçar a colaboração entre a escola e a família.
Apoio na iniciativa “Escolas Contra a Pobreza”	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso a todos os recursos e serviços; • Minimizar o número de condutas desviantes; • Promover e reforçar a colaboração entre a escola e a família. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso a todos os recursos e serviços; • Minimizar o número de condutas desviantes.
Implementação de um projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso a todos os recursos e serviços; • Melhorar a compreensão, a nível político, da complexidade da pobreza; 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar o acesso a todos os recursos e serviços; • Minimizar o número de condutas desviantes.

	<ul style="list-style-type: none"> • Minimizar o número de condutas desviantes. 	
Participação em oficinas de prática e conhecimento, ações de formação e reuniões de associados	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a compreensão, a nível político, da complexidade da pobreza; • Minimizar o número de condutas desviantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Minimizar o número de condutas desviantes.

Para além disso, a Tabela 6 reforça a necessidade de prorrogação do prazo da grande parte das atividades, devido, sobretudo, à situação pandémica vivenciada, bem como ao alargamento da medida sobre a colaboração na elaboração do PLPPDCJ, no âmbito do Projeto Adélia.

Apesar do mencionado, torna-se possível concluir que todas as atividades foram dinamizadas com êxito, tendo, por conseguinte, resultados favoráveis face aos objetivos delineados para cada uma delas. Assim sendo, o projeto implementado no decorrer da prática de estágio conseguiu concretizar o seu objetivo primordial de contribuir para uma maior sensibilização acerca do fenómeno da pobreza e exclusão social no contexto infantojuvenil, com profissionais das mais variadas áreas sociais, bem como junto de crianças e jovens em situação de risco ou de pobreza e exclusão social.

Tabela 6

Diagrama de Gantt com as atividades previstas e realizadas

Medidas		2021		2022					
		11/21	12/21	01/22	02/22	03/22	04/22	05/22	06/22
Previsto	1. Colaboração na elaboração do PLPPDCJ, no âmbito do Projeto Adélia								
Realizado									
Previsto	1.1. <i>Elaboração do Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Castro Daire</i>								
Realizado									
Não previsto	1.2. <i>Elaboração do PLPPDCJ do município de Castro Daire</i>								
Realizado									
Previsto	1.3. <i>Elaboração do Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Oliveira de Frades</i>								
Realizado									
Previsto	1.4. <i>Elaboração do Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Mortágua</i>								
Realizado									
Previsto	1.5. <i>Elaboração do Diagnóstico Local da Infância e Juventude do município de Carregal do Sal</i>								
Realizado									
Previsto	2. Envolvimento na Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”								
Realizado									
Não previsto	2.1 <i>Atividade: Exploração do Conto “A Menina da Trança”</i>								
Realizado									
Não previsto	2.2 <i>Atividade: Sessão Online “Tradições e Diversidade”</i>								
Realizado									

Previsto	2.3 Atividade: "As diferenças que nos tornam iguais"	
Realizado		
Previsto	3. Participação no "Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas"	
Realizado		
Não previsto	3.1 Atividade: Jogo dos Direitos	
Realizado		
Não previsto	3.2 Atividade: Logística e organização na Exibição do Documentário "Drom Kalins"	
Realizado		
Previsto	3.3 Atividade: "A família é..."	
Realizado		
Não previsto	3.4 Atividade: Elaboração de uma moldura para o "Dia da Diversidade"	
Realizado		
Não previsto	3.5 Atividade: Elaboração de medalhas para o "Dia da Criança"	
Realizado		
Previsto	3.6 Atividade: Peddy paper "Vou aprender no meu bairro"	
Não realizado		
Não previsto	4. Apoio na iniciativa "Escolas Contra a Pobreza"	
Realizado		
Não previsto	4.1 Atividade: "E amanhã?"	
Realizado		
Previsto	5. Implementação de um projeto photovoice sobre "Família e os seus desafios"	
Realizado		
Não previsto	6. Participação em oficinas de prática e conhecimento, ações de formação e reuniões de associados	
Realizado		

3.2. Reflexão crítica: autoavaliação do trabalho desenvolvido

Decerto, a prática de estágio no contexto possibilitou, por um lado, a familiaridade com o terreno profissional e com as diversas formas de intervenção associadas às competências teóricas e práticas adquiridas no decorrer do curso de Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco e, por outro, o desenvolvimento de aptidões pessoais que se revelam indispensáveis ao desempenho profissional.

Neste seguimento, a oportunidade de realizar um estágio numa entidade como o Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, que preza, incontestavelmente, os direitos humanos e a garantia do acesso a uma vida digna, demonstrou ser uma experiência inolvidável, que se manifestará, de um modo constante, no meu percurso pessoal, familiar, social e laboral. Além de que, colaborar e desenvolver, em termos profissionais, numa organização que se orienta por valores tão prementes, como a dignidade, a justiça, a solidariedade e a igualdade, torna-nos mais conscientes para o dever, cada vez maior, de atuar com públicos que se encontram em risco ou em situação de vulnerabilidade social.

Posto o referido, a concretização do projeto de estágio viabilizou a aquisição de inúmeros conhecimentos, saberes e oportunidades vitais para progredir enquanto Técnica de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco. Distingue-se, assim, a colaboração no PLPPDCJ, no âmbito do Projeto Adélia, que permitiu alargar as perspetivas acerca do direito à sobrevivência, ao desenvolvimento, à proteção, à participação, bem como à parentalidade positiva. Ademais, a análise dos indicadores estatísticos, facilitou um maior entendimento sobre a realidade dos últimos anos das variáveis sociodemográficas, quer a nível nacional, regional e/ou municipal. Este trabalho, efetuado em parceria com as CPCJ e com a CNPDPCJ, tornou-se relevante, dado me ter permitido o desenvolvimento de habilidades teórico-práticas que considero imprescindíveis para o desempenho da atuação futura.

Por outro lado, destacam-se, de igual modo, os eixos referentes à Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”, ao “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”, bem como à Iniciativa “Escolas contra a pobreza” que, por meio do contato com um grupo heterógeno de crianças e jovens, profissionais e técnicos qualificados, proporcionaram experiências enriquecedoras, bem como o reforço pela satisfação e sensibilidade em intervir com estes públicos.

Apesar do referido, é de particularizar a implementação do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”, que fomentou capacidades de discernimento, de

flexibilidade, de adaptação à mudança, bem como de resolução de imprevistos, face às exigências impostas na esfera profissional. Para além disto, possibilitou não somente o contato com outros profissionais, como também a aquisição de conhecimentos/saberes/conteúdos sobre a temática da Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, assim como o conhecimento mais alargado acerca da família e dos seus desafios sob a perspetiva da população juvenil.

Contudo, como qualquer outro projeto social, o plano de estágio deteve algumas limitações que influenciaram a previsibilidade da sua prática. Entre os desafios, ressaltam-se as restrições associadas à situação pandémica, que tardou e, conseqüentemente, dificultou a abertura das escolas para a implementação de atividades nas mesmas, a escassez de recursos financeiros para a disseminação dos resultados do photovoice, bem como a insuficiência de tempo para a concretização do plano. Estas limitações conduziram, sobretudo, à suspensão de atividades previamente planeadas e ao adiamento de outras, o que, por conseguinte, conduziu à reformulação dos eixos interventivos.

Na perspetiva pessoal, ainda que, ao longo da prática do projeto, se tenha dado o confronto com algumas privações e adversidades, torna-se possível avaliar positivamente a mesma, em virtude da pluralidade de competências, habilidades e aptidões que concedeu. Em tom de conclusão, é de enaltecer o contributo da atividade do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal e de outras ONGD na salvaguarda dos direitos das crianças, bem como no seu íntegro e pleno bem-estar.

3.3. Recomendações teóricas e práticas para a entidade de acolhimento

A intervenção de estágio realizada no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, qualifica-se como globalmente positiva. As atividades delineadas, no decorrer do período do trabalho de campo, demonstraram resultados promissores de uma maior sensibilização acerca do fenómeno da pobreza e exclusão social no contexto infantojuvenil. Face ao exposto, torna-se indiscutível a importância dos serviços concedidos pelo Núcleo na construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos os indivíduos sejam corresponsáveis na garantia do acesso a uma vida digna, baseada no respeito pelos direitos humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva.

Contudo, após criar uma maior proximidade com o terreno e com as diferentes realidades, implementar ações de sensibilização com a comunidade em geral, bem como conhecer e relacionar os princípios e desempenho da entidade de acolhimento,

indica-se determinadas recomendações teóricas e práticas para uma ação mais enriquecedora do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.

Pelo descrito, numa primeira instância, indica-se a efetivação das atividades que, por impossibilidade de tempo, não foram concluídas no período estabelecido para a prática de estágio. Assim, e atendendo à necessidade de sensibilizar para a não discriminação, é proposta, no âmbito da Campanha Nacional “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”, a redação de um ebook com um conjunto alargado de atividades temáticas da campanha, que poderão ser aplicadas livremente, a crianças e jovens, após a divulgação do documento. Para além do mencionado, a fim de salvaguardar o valor dos direitos da criança, recomenda-se a elaboração de um Guia, sob formato de manual, para pais e professores, com o objetivo de sensibilizar os mesmos para a importância do tema, bem como lhes transmitir ferramentas e estratégias necessárias para um maior envolvimento e precaução na satisfação dos direitos infantis.

Por outro lado, é sugerido um maior envolvimento com os CLC, uma vez que se trata de uma intervenção importantíssima que exige um esforço de autoavaliação e de autoconhecimento permanente. Estes Conselhos são espaços de participação, que possibilitam o contacto direto com as vivências, dificuldades e estratégias de enfrentamento dos problemas acionadas por estes cidadãos, permitindo a identificação de novas estratégias e instrumentos de avaliação das medidas sociais e de exercício de lobby junto dos órgãos de poder. No que concerne à capacitação de pessoas com responsabilidades parentais, estes Conselhos poderão proporcionar apoio no reconhecimento das disfuncionalidades presentes no núcleo familiar e implementar novas oportunidades, capazes de oferecer *empowerment* para o seu funcionamento, no sentido de estimular a reflexão e procurar soluções válidas para resolver os seus problemas. Atualmente, o CLC de Viseu é constituído apenas por uma pessoa, devendo o reforço do número de elementos ser uma das prioridades para o ano subsecutivo.

Por fim, ressalva-se a continuidade da Newsletter quinzenal, consignada como o único instrumento no distrito que une, numa publicação em série, informações sobre candidaturas, atividades locais relacionadas com o setor social e solidário, informações sobre estudos, relatórios, alterações legislativas e outras informações relativas ao trabalho desenvolvido pelo Núcleo, assim como pelos próprios associados ou outras organizações de Viseu (Núcleo Distrital de Viseu, EAPN/Associação, 2022). Dado promover a credibilidade institucional, pretende-se, com esta recomendação, divulgar o trabalho desenvolvido pela entidade e, por conseguinte, minimizar o desconhecimento existente sobre a mesma.

CONCLUSÕES

O projeto concretizado no decorrer do trabalho de campo desenvolvido no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, torna perceptível o contributo das suas atividades para uma maior sensibilização acerca do fenómeno da pobreza e exclusão social no contexto infantojuvenil.

Ora, os debates em torno destes dois conceitos e das suas implicações no bem-estar dos menores intensificaram-se, sendo reconhecido que estas condições afetam todas as sociedades, independentemente do seu nível de desenvolvimento pessoal, social e/ou profissional. Perante o descrito, a partir das observações concluídas no decorrer do projeto, torna-se fulcral mencionar a importância da mobilização dos representantes legais, profissionais, autoridades competentes, bem como dos órgãos governamentais, para que atentem na complexidade do fenómeno da pobreza e da exclusão social no contexto infantojuvenil.

Nesta ótica, o projeto de estágio revelou, por um lado, a premência de intervir, mediante estratégias de sensibilização, com entidades e instituições cujo interesse seja a luta contra a pobreza e a exclusão social e, por outro, a necessidade de desenvolver ações voltadas para a prevenção, com os grupos e pessoas socialmente fragilizadas. Com isto, tornam-se de amplo valor as apostas na promoção da igualdade de oportunidades, na participação civil, bem como no desenvolvimento das suas competências pessoais, sociais e profissionais, de forma a salvaguardar o acesso a recursos e serviços de primeira instância.

Face ao exposto, a atuação de serviços institucionais, como o do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, revela-se crucial na problemática em estudo, dado que pretende promover e aumentar a eficácia e eficiência das ações de luta contra a pobreza e a exclusão social. Para isto, torna-se importante dar voz aos indivíduos, restituindo-lhes a capacidade de ação e de iniciativa e promovendo a sua efetiva participação. Deste modo, os serviços disponibilizados pelo Núcleo revelam-se primordiais, dado objetivarem, de um modo contínuo, a (re)inserção social, a integração e a inclusão de todas as pessoas, sem qualquer distinção ou discriminação, numa sociedade que se pretende mais igualitária e justa, munida de princípios racionais e equitativos.

Posto o referido, denota-se o valor da função do Técnico de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco na área elencada, na medida em que possui um conjunto de competências elementares para acionar a (re)integração social, como um instrumento de combate desta tipologia de exclusão. Ademais, ressalva-se a sua formação, técnica e especializada, na conceção, desenvolvimento e avaliação de

metodologias singulares de prevenção e proteção de crianças e jovens em situação de risco. Este paradigma pressupõe o desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem direcionada para a promoção da saúde, bem-estar e qualidade de vida do menor, aos níveis pessoal, social, familiar e institucional, tendo, como primado, o trabalho em rede, as equipas multidisciplinares e formas de humanização dos serviços.

Em suma, assinala-se que qualquer ação social e política com vista à promoção da dignidade da pessoa humana e concretizada mediante o reflexo da construção de um sujeito de direito, com voz ativa e participação efetiva, demonstra ser substancial para o pleno e íntegro desenvolvimento de todas as crianças e, conseqüentemente, para a redução dos efeitos da pobreza e da exclusão social no contexto infantojuvenil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios familiares, uma visão sistémica* (3.^a ed.). Quarteto Editora.
- Albergaria, A., Santarém, C., & Caio, T. (2014). *Bem-me-Quer; Mal-me-Quer. O impacto das representações sociais na luta contra a pobreza em Portugal*. EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza. https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2022/09/EAPN-19_MIOLO_150309.pdf
- Araújo, J. K. da S., Silva, M. F. da, & Azevedo, G. X. de (2021). A importância da família no desenvolvimento da criança na Educação Infantil. *REEDUC - Revista de Estudos em Educação*, 7(3), 8-26.
- Araújo, L., Figueiredo, M. P., Amante, M. J., & Jales Ribeiro, E. (2015). As potencialidades do photovoice enquanto metodologia participativa na formação de Educadores Sociais. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación*, 0(6). <https://doi.org/10.17979/reipe.2015.0.06.198>
- Arend, S. M. F. (2020). Direitos humanos e infância: Construindo a Convenção sobre os Direitos da Criança (1978-1989). *Tempo*, 26, 605–623. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2020v260305>
- Bronfenbrenner, U. (1986). Ecology of the family as a context for human development: Research perspectives. *Developmental Psychology*, 22(6), 723–742. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.22.6.723>
- Câmara Municipal de Viseu. (2022). Viseu. <https://cm-viseu.pt/pt/municipio/freguesias/viseu/>
- Carvalho, S. de, Alves, D. R., Durão, N., Santos-Pereira, C., Tomás, S., Castilhos, D. S., Nascimento, D., Matos, A., & Carvalho, O. da C. (2018). *Convenção sobre os direitos da criança: Conhecimento e cumprimento*. Ediciones Universidad Salamanca. <http://repositorio.uportu.pt:8080/handle/11328/2504>
- Centro de Portugal. (2022). Viseu. <https://www.centerofportugal.com/pt/destination/viseu-2>

- Chaves, R. (2017). Potencialidades da metodologia photovoice na intervenção com pessoas idosas institucionalizadas. *Vista*, 1. <https://doi.org/10.21814/vista.2984>
- Código Civil (2020). *Código Civil - Edição Universitária* (12.^a ed.). Almedina.
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. (2022). *Adélia - Apoio à Parentalidade Positiva*. <https://www.cnpdpdj.gov.pt/adelia-apoio-a-parentalidade-positiva>
- Constituição da República Portuguesa (2019). *Constituição da República Portuguesa* (10.^a ed.). Porto Editora.
- Costa, A. (1984). Conceito de pobreza. *Estudos de Economia*, IV(3), 275-296. <http://hdl.handle.net/10400.5/9738>
- Decreto-Lei n.º 281/2009 do Ministério da Saúde. (2009). Diário da República: I série, n.º 193. <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/281/2009/10/06/p/dre/pt/html>
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspetiva sistémica – o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento* (19), pp. 139-156. <https://doi.org/10.7559/gestaoedesenvolvimento.2011.140>
- Diogo, F. J. A. (2021). Pobreza infantil. Em C. Tomás, G. Trevisan, M. J. L. de Carvalho, & N. Fernandes (Eds.), *Conceitos-chave em sociologia da infância. Perspetivas globais* (pp. 400-406). UMinho Editora. <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.36.50>
- EAPN Portugal. (2022a). *Associados*. <https://www.eapn.pt/associados/>
- EAPN Portugal. (2022b). *Programa de Gestão de Voluntários*. <https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2022/06/Programa-de-Gesta%CC%83o-de-Volunta%CC%81rios-EAPN-Portugal-003.pdf>
- EAPN Portugal. (2022c). *Quem Somos. Equipa*. <https://www.eapn.pt/quem-somos/equipa/>
- EAPN Portugal. (2022d). *Quem Somos. História*. <https://www.eapn.pt/quem-somos/historia/>
- EAPN Portugal. (2022e). *Quem Somos. Informação institucional. Código de Ética*. <https://www.eapn.pt/quem-somos/informacao-institucional/codigo-de-etica/>

- EAPN Portugal. (2022f). *Quem Somos. Informação Institucional. Órgãos Sociais*. <https://www.eapn.pt/quem-somos/informacao-institucional/orgaos-sociais/>
- EAPN Portugal. (2022g). *Quem Somos. Mensagem do Presidente*. <https://www.eapn.pt/quem-somos/mensagem-do-presidente/>
- EAPN Portugal. (2022h). *Quem Somos. Missão, Visão e Valores*. <https://www.eapn.pt/quem-somos/missao-visao-valores/>
- EAPN Portugal. (2022i). *O que fazemos. Desenvolvimento e Formação. Formação*. <https://www.eapn.pt/o-que-fazemos/formacao/>
- EAPN Portugal. (2022j). *O que fazemos. Informação e Documentação*. <https://www.eapn.pt/o-que-fazemos/informacao-e-documentacao/>
- EAPN Portugal. (2022k). *O que fazemos. Investigação e Projetos*. <https://www.eapn.pt/o-que-fazemos/investigacao-e-projetos/>
- EAPN Portugal. (2022l). 2021 Relatório Anual. <https://www.eapn.pt/wp-content/uploads/2022/05/relatorio-atividades-2021.pdf>
- EAPN Portugal. (2022m). *Territórios. Viseu. Info Institucional*. <https://www.eapn.pt/territorios/viseu/info-institucional/>
- European Anti-poverty Network & Eurochild. (2013). *Para o Bem-estar das Crianças na Europa. Pobreza Infantil Na EU. Explicativo EAPN #4*. <https://arquivo.eapn.pt/publicacao/196/para-o-bem-estar-das-criancas-na-europa-pobreza-infantil-na-ue-explicativo-eapn-4>
- European Commission. (s/d). *Employment, Social Affairs & Inclusion*. <https://ec.europa.eu/social/home.jsp>
- European Commission. (2018). Semestre europeu – Ficha temática. Inclusão social. <https://commission.europa.eu/system/files/2018-06/european-semester-thematic-factsheet-social-inclusion-pt.pdf>
- European Court of Auditors. (2020). *Luta contra a pobreza infantil: É necessário direcionar melhor o apoio da Comissão. Relatório especial, n.º 20*. Publications Office. <https://data.europa.eu/doi/10.2865/37545>

- European Union Agency for Fundamental Rights (EU body or agency). (2019). *Child rights in the EU: Supporting you, supporting them*. Publications Office of the European Union. <https://data.europa.eu/doi/10.2811/530251>
- European Union Agency for Fundamental Rights. (2015). *Manual de legislação europeia sobre os Direitos da Criança*. <https://fra.europa.eu/pt/publication/2020/manual-de-legislacao-europeia-sobre-os-direitos-da-crianca>
- Fernandes, R. M. S. (2006). *A pobreza Infantil e os direitos humanos* [Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Economia e Gestão]. Repositório da Universidade de Lisboa. <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/18924>
- Fonseca, A. (2004). Crianças e Jovens em Risco: análise de algumas questões actuais. In C. M. Vieira, M. M. Vilar, L. Alcoforado, & M. H. D. Silva, (2004). *Crianças e Jovens em Risco – Da investigação à Intervenção* (pp. 11-37). Almedina.
- Gonçalves, D. C. O. (2018). *Intervenção em famílias multiproblemáticas: um estudo de caso*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/116730>
- Governo, A. R. L. (2012). *Quem Muito Abarca Pouco Abraça? A percepção das famílias multidesafiadas sobre as suas competências em diferentes níveis de apoio formal*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/8234>
- Instituto para o Desenvolvimento Social. (2002). *Plano de Desenvolvimento Social*. SOARTES - artes gráficas, Lda. https://www.seq-social.pt/documents/10152/13341/plano_desenvolvimento_social/bce793db-4a3e-425c-b5b5-eb3b3f7234e0
- Lei n.º 147/99 da Assembleia da República. (1999). Diário da República: I-A série, n.º 204. <https://data.dre.pt/eli/lei/147/1999/09/01/p/dre/pt/html>
- Lei n.º 16/18 da Assembleia da República. (2018). Diário da República: I série, n.º 128. <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/26-2018-115643971>

- Lopes, F. R. V. (2018). *O envolvimento associativo como veículo de participação e inovação social: Realizações e dificuldades* [Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Beira Interior]. uBibliorum – Repositório Digital da UBI. <http://hdl.handle.net/10400.6/9531>
- Magalhães, T. (2002). *Maus-tratos em Crianças e Jovens – Guia prático para profissionais*. Quarteto.
- Maia, J. M. D., & Williams, L. C. de A. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: Uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91–103.
- Marchi, R. de C., & Sarmiento, M. J. (2017). Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. *Educação & Sociedade*, 38, 951–964. <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302017175137>
- Melo, A. (2011). As forças dos profissionais e da família multidesafiada na protecção da criança. Uma modelo de avaliação e intervenção familiar integrada para os CAFAP [Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/18471?mode=full>
- Moura, T. B. de, Viana, F. T., & Loyola, V. D. (2013). Uma análise de concepções sobre a criança e a inserção da infância no consumismo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33, 474–489. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000200016>
- Nery, A. M. (2010). A convivência familiar e comunitária é direito da criança e do adolescente e uma realidade a ser repensada pela escola. *Cadernos CEDES*, 30(81), 189-207. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622010000200005>
- Nozes, R. (2018). *A intervenção com famílias de crianças em risco familiar e ambiental*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre]. Repositório Comum. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/22783>
- Núcleo Distrital de Viseu, EAPN/Associação. (2022). *Plano Anual Estratégico 2022*.
- Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza. (2022a). *Pobreza e exclusão social em Portugal. Relatório 2022*. <https://www.eapn.pt/wp->

<content/uploads/2022/10/Pobreza-e-Exclusao-Social-em-Portugal-2022-REAPN05.pdf>

Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza. (2022b). *Quem Somos*. <https://on.eapn.pt/o-observatorio/>

Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa. (2022). *Sobre nós. Iniciativa*. <https://observatorio-lisboa.eapn.pt/iniciativa/>

Oliveira, D., Suzuki, A., Pavinato, G., & Santos, J. (2020). A importância da família para o desenvolvimento infantil e para o desenvolvimento da aprendizagem: um estudo teórico., *Revista Intraciência*, 19. https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522115524.pdf

Palos, A. C., Rodrigues, C. F., Pereira, E., Ribeiro, F. B., Branco, F., Trevisan, G., Fernandes, L., Silva, O., & Perista, P. (2021). *Faces da pobreza em Portugal*. Fundação Francisco Manuel dos Santos. ISBN: 978-989-9064-31-7.

Pena, R. (2005). *Manual do Formando – MPPO Metodologia de Planeamento de Projetos por Objetivos*. <http://arvoredeproblemas.ruipena.pt/dossie/manual.pdf>

Perista, P., & Baptista, I. (2010). A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa – conceitos, dinâmicas e desafios para a acção. *Forum Sociológico. Série II*, 20. <https://doi.org/10.4000/sociologico.165>

Pinto, M. dos S. (2012). Análise Conceptual e Comparativa sobre a Infância e a Educação de Infância na Ibero-América. *Revista Iberoamericana de Educación*, 60(4). <https://doi.org/10.35362/rie6041282>

Plataforma Portuguesa das ONGD. (2022). *EAPN Portugal – Rede Europeia Anti-Pobreza*. <https://www.plataformaongd.pt/quem-somos/ongd-associadas/lista-de-ongd-associadas/eapn-portugal-rede-europeia-anti-pobreza>

Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. dos (2007). Família e adolescência: A influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12, 247–256. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200005>

Públio, C. A. M., & Marson, C. C. de O. (2016). Análise Documental: A propósito da Convenção Internacional Sobre os Direitos da Criança. *Cadernos de Ciências*

- Rebelo, T. M. A. (2016). *Globalização, Pobreza e Desigualdade* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas]. Repositório Universidade Nova. <https://run.unl.pt/handle/10362/20378>
- Reis, V. J. O. (2009). *Crianças e jovens em risco: Contributos para a organização de critérios de avaliação de factores de risco* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. Repositório Científico da Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11781>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020 da Presidência do Conselho de Ministros (2020). Diário da República: I série, n.º 245. <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/112/2020/12/18/p/dre/pt/html>
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021 da Presidência do Conselho de Ministros (2021). Diário da República: I série, n.º 251. <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/184/2021/12/29/p/dre/pt/html>
- Robertis, C. (2011). *Metodologia da intervenção em trabalho social*. Porto Editora.
- Sá, E. (2008). *Abandono e Adopção* (3.ª ed.). Almedina.
- Sapienza, G., & Pedromônico, M. R. M. (2005). Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. *Psicologia em Estudo*, 10, 209–216. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000200007>
- Sarmiento, M. J. (2019). Pobreza infantil, insucesso escolar e políticas locais integradas. *Norte 2020: Educação Para Todos* (8), pp. 4-5. <http://hdl.handle.net/1822/66516>
- Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de Projectos Sociais. Casos práticos*. Porto Editora.
- Sousa, L., & Ribeiro, C. (2005). Percepção das Famílias Multiproblemáticas Pobres sobre as suas Competências. *Psicologia*, XIX(1-2), 169-191.
- UNICEF. (2004). *A Convenção sobre os Direitos da Criança*. Plataforma de Recursos | Direitos da Criança. <https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>

UNICEF. (2019). *Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos*.
Comité Português para a UNICEF.
[https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-
da-crianca/](https://www.unicef.pt/actualidade/publicacoes/0-a-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/)

UNICEF. (2017). *Narrowing the Gaps: The power of investing in the poorest children*.
Unicef. <https://www.unicef.org/reports/narrowing-gaps>

ANEXOS

Anexo A – Folhas de Presença



Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2021/2022

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo Distrital de Viseu da GAPP Portugal

Aluno(a) Inês Filipa Santos Pereira

Mês novembro

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
22/11	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
23/11	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
24/11	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
25/11	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
26/11	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor T. Lopes

Orientador(es) [assinatura]

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2021/2022

Folha de Presença

Local de Estágio Arquêdio Diocesano de Viseu do CASM Portugal

Aluno(a) Inês Filipa Bastos Pereira

Mês de agosto

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
06/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
07/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
13/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
14/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
15/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor F. Luís

Orientador(es) S. Pereira / L. Araújo



Politécnico
de Viseu
Escola Superior
de Educação
de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2021/2022

Folha de Presença

Local de Estágio Múrcia Distrital de Viseu da EEPN António

Aluno(a) Inês Filipa Santos Pereira

Mês Janeiro

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
03/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
04/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
05/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
06/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
07/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
08/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
09/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
10/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
11/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
12/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
13/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
14/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
15/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
16/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
17/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
18/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
19/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
20/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
21/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
22/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
23/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
24/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
25/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
26/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
27/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
28/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
29/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
30/01	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		

Supervisor Tiago Cae

Orientador(es) André António Lisardo

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2021/2022

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo Distrital de Viseu do CAPM Portugal

Aluno(a) Inês Filipa Santos Pereira

Mês Janeiro

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
01/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
02/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
03/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
04/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
05/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
14/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
15/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
16/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
20/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
22/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
23/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
24/02	09 : 00 H	12 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		

Supervisor Filipe Reis

Orientador(es) Fernando Antunes Lizete



Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2021/2022

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleos Distritais de Viseu da CAPA Santiago

Aluno(a) Inês Filipa Santos Pereira

Mês maio

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
07/03	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
08/03	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
09/03	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
14/03	09 : 00 H	18 : 00 H	Inês Pereira	7:30 horas
15/03	09 : 00 H	17 : 00 H	Inês Pereira	6:30 horas
16/03	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
21/03	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
22/03	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
24/03	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
30/03	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
31/03	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		
/ /	: H	: H		

Supervisor F. dos Santos

Orientador(es) Inês Pereira Lisardo

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2021/2022

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleo Distrital de Viseu da CAPN Santiago

Aluno(a) Inês Fátima Bastos Pereira

Mês abril

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
01/04	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
04/04	09 : 00 H	18 : 00 H	Inês Pereira	7:30 horas
05/04	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
06/04	09 : 00 H	17 : 00 H	Inês Pereira	6:30 horas
07/04	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
08/04	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
11/04	09 : 00 H	18 : 00 H	Inês Pereira	7:30 horas
12/04	09 : 00 H	18 : 30 H	Inês Pereira	8 horas
13/04	09 : 00 H	18 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
14/04	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
15/04	09 : 00 H	17 : 00 H	Inês Pereira	6:30 horas
20/04	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
21/04	09 : 00 H	18 : 00 H	Inês Pereira	7:30 horas
22/04	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
26/04	14 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	3:30 horas
27/04	09 : 00 H	18 : 00 H	Inês Pereira	7:30 horas
28/04	14 : 00 H	18 : 00 H	Inês Pereira	4 horas
29/04	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor Inês Cal

Orientador(es) Fundamental Lizário



Politécnico
de Viseu
Escola Superior
de Educação
de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2021/2022

Folha de Presença

Local de Estágio Município de Viseu da CAPM Portugal

Aluno(a) Inês Filipa Bastos Pereira

Mês maio

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
02/05	14 : 00 H	18 : 00 H	Inês Pereira	4 horas
03/05	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	6:30 horas
04/05	08 : 30 H	19 : 30 H	Inês Pereira	7: 30 horas
09/05	14 : 00 H	18 : 00 H	Inês Pereira	4 horas
10/05	09 : 00 H	18 : 00 H	Inês Pereira	7:30 horas
11/05	08 : 30 H	18 : 00 H	Inês Pereira	8 horas
12/05	08 : 30 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7:30 horas
16/05	08 : 30 H	18 : 30 H	Inês Pereira	8:30 horas
16/05	19 : 30 H	21 : 30 H	Inês Pereira	2 horas
17/05	08 : 30 H	18 : 30 H	Inês Pereira	8:30 horas
17/05	19 : 30 H	21 : 00 H	Inês Pereira	1: 30 horas
18/05	08 : 30 H	18 : 00 H	Inês Pereira	8 horas
19/05	09 : 00 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7 horas
23/05	14 : 00 H	18 : 30 H	Inês Pereira	4:30 horas
24/05	08 : 30 H	17 : 00 H	Inês Pereira	7 horas
25/05	09 : 00 H	18 : 00 H	Inês Pereira	7:30 horas
26/05	08 : 30 H	18 : 00 H	Inês Pereira	8 horas
27/05	08 : 30 H	17 : 30 H	Inês Pereira	7:30 horas
31/05	08 : 30 H	18 : 30 H	Inês Pereira	8:30 horas
/	: H	: H		

Supervisor Lídia Luís

Orientador(es) Simão António Lizziro



Politécnico de Viseu

Escola Superior de Educação de Viseu

Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco
Estágio
Ano letivo 2021/2022

Folha de Presença

Local de Estágio Núcleos Distrital de Viseu da CAPA Portugal

Aluno(a) Inês Filipa Santos Pereira

Mês junho

Dia	Hora de entrada	Hora de saída	Rubrica	Total de horas
01/06	09 : 00 H	16 : 30 H	Inês Pereira	6 horas
02/06	08 : 30 H	18 : 00 H	Inês Pereira	8 horas
08/06	09 : 30 H	17 : 00 H	Inês Pereira	7 horas
14/06	10 : 00 H	17 : 00 H	Inês Pereira	5 : 30 horas
15/06	09 : 00 H	17 : 00 H	Inês Pereira	6 : 30 horas
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		
/	: H	: H		

Supervisor Tiago Costa

Orientador(es) Handmaria / Lizziço

**Diagnóstico local da realidade infantojuvenil do
município de Castro Daire**

CAPÍTULO 1:

Caracterização do Concelho

O concelho de Castro Daire situa-se na região Centro (NUT II) e sub-região Dão Lafões (NUT III), pertencendo, desta forma, ao distrito de Viseu.

Figura 1

Sub-região Dão/Lafões (NUT III) e Municípios



Fonte: INE (2020); PORDATA (2021)

O mencionado concelho, de aparência maioritariamente planáltica, encontra-se inserido no vale do Paiva, entendendo-se até à Serra de Moutemuro, no qual apresenta, no seu todo, uma área equivalente a 380 km². Neste sentido, o município de Castro Daire distribui-se ao longo de 16 freguesias, a saber: Almofala, Cabril, Castro Daire, Cujó, Gosende, Mões, Moledo, Monteiras, Pepim, Pinheiro, São Joaquinho, União de Freguesias de Mamouro, Alva e Ribolho, União de Freguesias de Mezio e Moura Morta, União de Freguesias de Parada de Ester e Ester, União de Freguesias de Picão e Ermida, bem como União de Freguesias de Reriz e Gafanhão. O município de Castro

Daire encontra-se, assim, limitado a Norte pelos municípios de Cinfães, Resende, Lamego e Tarouca, a Este por Vila Nova de Paiva, a Sul por Viseu e a Oeste por São Pedro do Sul e Arouca.

De entre o diversificado património paisagístico e arquitetónico que caracteriza o concelho, destaca-se a Igreja da Ermida, que remonta ao século XII, bem como a Inscrição Romana do Penedo de Lamas – Moledo. O século XVIII refere-se a um período de grande expansão e prosperidade, apresentando como monumentos que marcaram a época, a Casa da Cerca, a Capela das Carrancas, o Solar dos Aguilares e o Solar dos Mendonças, situados na vila de Castro Daire, bem como as casas nobres localizadas em Grijó do Gafanhão, Fareijinhas e na vila de Mões.

CAPÍTULO 2:

Demografia e Famílias

1.1. População residente segundo grupos etários e sexo

Após a análise minuciosa e detalhada da **Figura 2**, torna-se possível constatar que, no decorrer do ano de 2016, persistia um total de 14 044 residentes de Castro Daire, sendo que, desses, 2 138 pertenciam ao grupo etário dos 0 aos 19 anos, 2 918 dos 20 aos 39 anos, 3 691 dos 40 aos 59 anos e, por fim, aos mencionados, com 60 ou mais anos, somaram-se 4 997 sujeitos. Ao efetuar a comparação com o mais recente ano em estudo, o município de Castro Daire registou a perda de 1,62% de efeitos populacionais, contabilizando 13 816 indivíduos, no quais 2 123 frequentavam a faixa etária dos 0 aos 19 anos, 2 907 dos 20 aos 39 anos, 3 780 dos 40 aos 59 anos e, por fim, 5 006 dos 60 ou mais anos.

No que concerne à distribuição por género, representada na **Figura 3**, o município demonstra, sensivelmente, a mesma proporção de efetivos por sexo. Deste modo, observa-se que o feminino integra as maiores percentagens, contudo, entre o ano de 2016 e 2020, o mesmo deteve um decréscimo de 0,1%, resultando, concomitantemente, no aumento do mesmo percentil no sexo masculino.

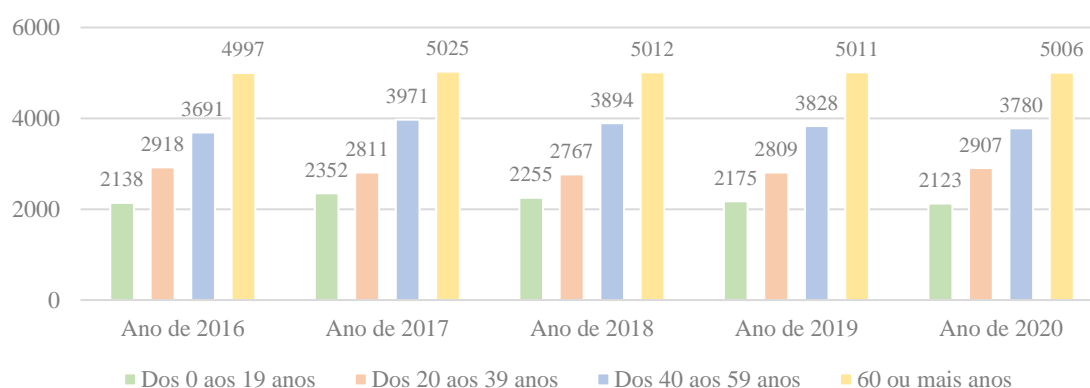
Ainda no presente indicador, torna-se importante ressaltar a distribuição da população, por sexo, na região Centro e em Portugal Continental, como exhibe a **Figura 5**. Neste sentido, tal como no município de Castro Daire, verifica-se que, para ambas as localizações, o género feminino é predominante ao conter os maiores valores relativamente ao sexo masculino. Todavia, do ano 2016 para 2020, observa-se que, tanto a nível regional como a nível nacional, os números para ambos os sexos diminuíram, à exceção do número total de mulheres residentes em Portugal Continental,

que, ao longo desse período, aumentou 0,3% (aproximadamente). Assim, na região Centro, o género feminino prevê uma diminuição de 0,6% e o masculino de 0,7%, enquanto em Portugal Continental, o decréscimo verifica-se, somente, nos homens, com uma percentagem de 0,4%.

Posto isto, ao efetuar uma comparação dos dados expostos nas figuras infra, denota-se que as mulheres residentes em Castro Daire representam, atualmente, 0,6% do total da região Centro e 0,1% do total de residentes do continente. Em analogia, o género masculino é exibido numa percentagem de 0,6% relativamente à região Centro e 0,1% ao número total de residentes homens em território nacional.

Figura 2

Distribuição, por número, da população residente em Castro Daire, segundo os grupos etários



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 3

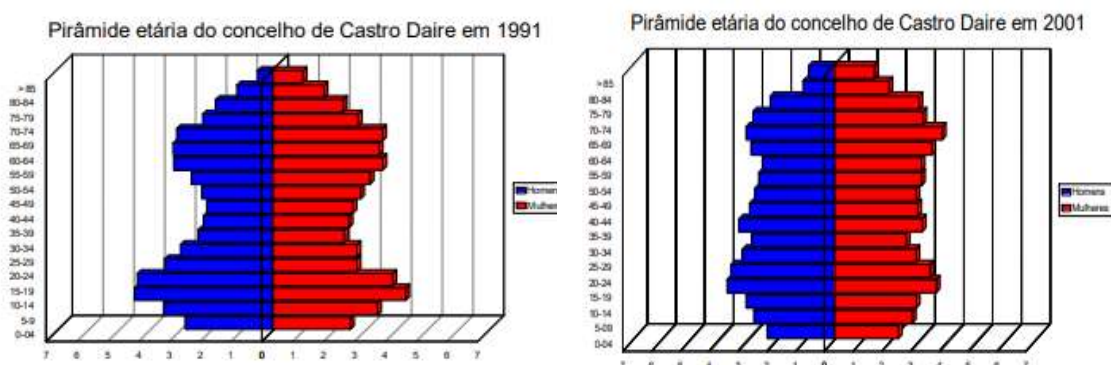
Distribuição, por número e percentagem, da população residente em Castro Daire, segundo o sexo

Ano	Mulheres		Homens	
	Número (total)	Percentagem	Número (total)	Percentagem
2016	7 492	53,3%	6 552	46,7%
2017	7 401	52,3%	6 758	47,7%
2018	7 293	52,4%	6 635	47,6%
2019	7 242	52,4%	6 581	47,6%
2020	7 244	52,4%	6 572	47,6%

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 4

Pirâmide etária de Castro Daire da população em 1991 e 2001



Fonte: XIII e XIV Recenseamento Geral da População, INE

Figura 5

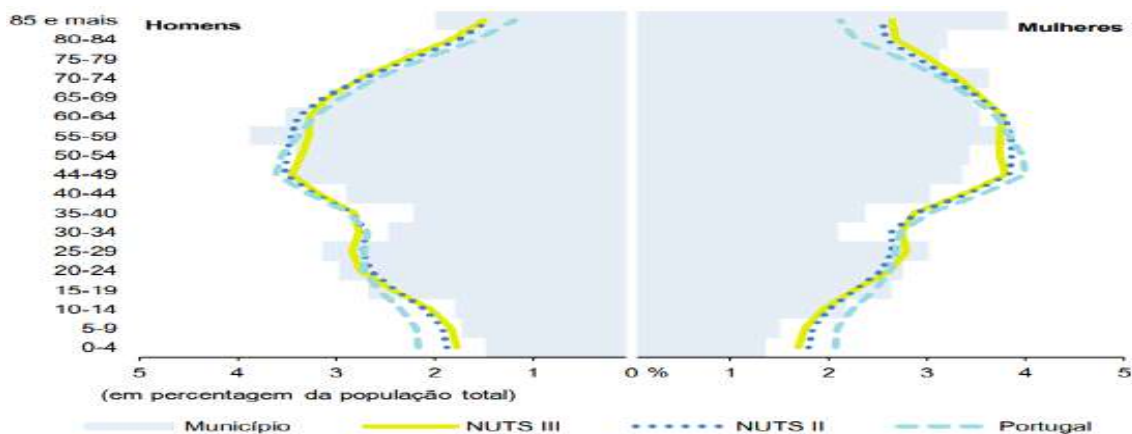
Distribuição, por número, da população residente na região Centro e em Portugal Continental, segundo o sexo

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2016	1 180 650	1 063 284	5 165 497	4 643 917
2017	1 174 371	1 056 975	5 162 326	4 630 471
2018	1 167 531	1 049 038	5 164 170	4 615 656
2019	1 165 927	1 051 358	5 175 435	4 623 424
2020	1 173 858	1 055 473	5 178 953	4 623 175

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 6

Estrutura etária da população, no ano de 2020



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

1.2. Índice sintético de fecundidade

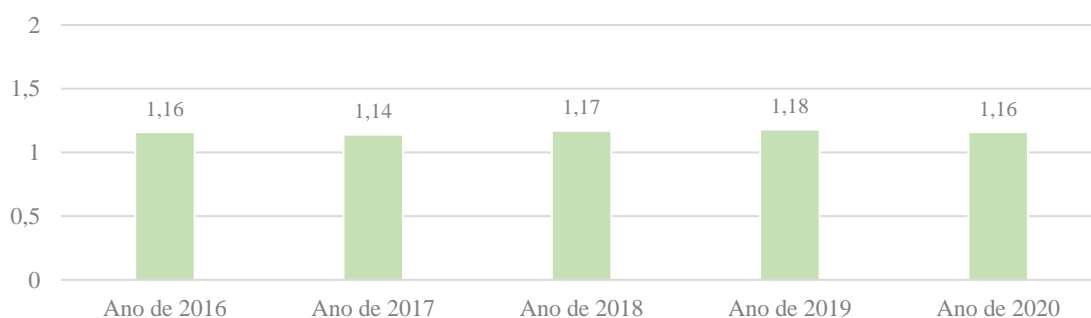
Tendo por base a análise da **Figura 7**, referente ao índice sintético de fecundidade do distrito de Viseu, observa-se que este apresenta oscilações ao longo dos anos em análise (entre o ano de 2016 e o ano de 2020), registando o maior número em 2019, com o valor de 1,18. Neste sentido, ainda que o ano de 2016 e de 2020 apresentem o mesmo valor para o índice de fecundidade, igual a 1,16, torna-se pertinente mencionar que o mesmo sofreu uma diminuição de 0,02 na transição para o ano de 2017, bem como para o ano de 2020.

Por outro lado, mediante a **Figura 8**, verifica-se que a nível regional existiu um aumento do índice de fecundidade, no valor de 0,03, entre os anos de 2016 e de 2017, sendo que se registou o maior valor no ano de 2019, com um índice igual a 1,27. No que concerne à situação nacional, e tal como se verifica na região Centro, é possível observar um aumento de 0,04 entre o primeiro e o mais recente ano em análise, bem como o valor mais elevado para o ano de 2019, igual a 1,43.

Assim sendo, face à análise minuciosa dos dados disponíveis nas **Figuras 7 e 8**, constata-se que o índice sintético de fecundidade se manteve estável ao longo dos últimos cinco anos, não verificando alterações significativas para as localidades em estudo.

Figura 7

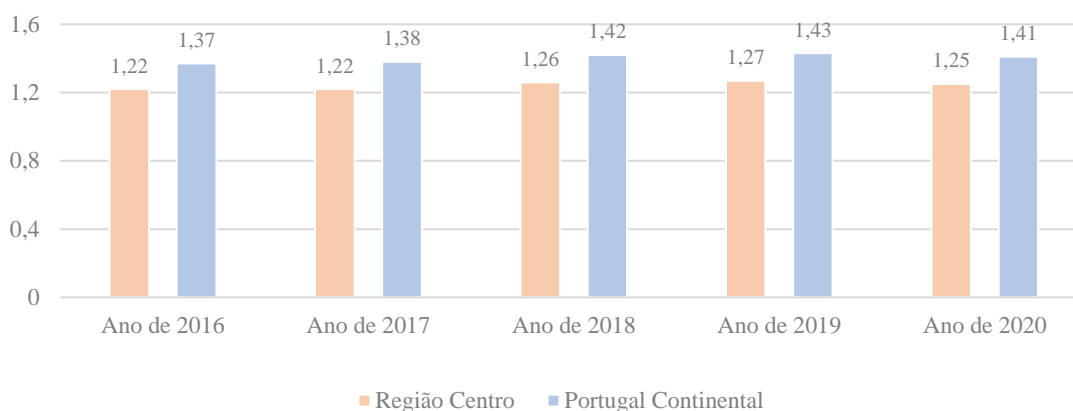
Índice sintético de fecundidade (N.º) do distrito de Viseu



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 8

Índice sintético de fecundidade (N.º) da região Centro e de Portugal Continental



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

1.3. *Nascimentos*

As seguintes figuras dão conta do número de nascimentos ocorridos no município em estudo, em comparação com outras áreas geográficas de referência, nomeadamente a região Centro e o território nacional. Neste contexto, a **Figura 10** torna claro que, ao longo dos anos, os valores referentes ao seu universo tendem a decrescer, observando, apenas de 2017 para 2018, um significativo acréscimo de 873 nados-vivos.

Todavia, fora do casamento, o cenário converte-se, pois de 2016 a 2019 os valores sobem, incessantemente, à exceção de 2019 para 2020, período em que os nascimentos diminuíram para 316. Por outro lado, a mesma figura determina, ainda, que o mais recente ano apresenta o número mais baixo do total e o segundo mais alto exterior ao casamento, concluindo, desse modo, a diferença de 33 777 nascimentos, a menor entre estes dois dados no decorrer do período em estudo.

Em analogia ao exposto, a região Centro, no que concerne ao número total, exhibe um estreito aumento somente no ano de 2017 para o ano 2018. Contudo, fora do casamento, os valores tendem a crescer, de forma gradual, nos últimos cinco anos. Em 2020, com base na interpretação efetuada pela **Figura 10**, regista-se o valor mais alto de nados-vivos fora do casamento e o mais baixo no universo total, representando, entre eles, a diferença de 6 720 nascimentos que, mais uma vez, se enuncia como a menor.

Posto isto, o município de Castro Daire (**Figura 11**), tal como nas áreas supracitadas, prevê a redução do total de nascimentos ao longo dos anos, salvo de 2017 a 2018, onde se observa um ligeiro aumento. Ademais, fora do casamento, os valores apresentam-se inconstantes e variáveis, estabelecendo, nos últimos tempos, uma evolução que tanto se considera positiva como negativa.

Em tom de conclusão e com recurso à **Figura 9**, importa enfatizar que todas as zonas geográficas e o município apresentam, na linha temporal analisada, a diminuição do número de nados-vivos de mães residentes em território nacional. Para além disso, a região Centro exprime, nesse mesmo ano, 19,5% do número total de nados-vivos do território nacional enquanto o município de Castro Daire detém a percentagem mínima de 0,08%.

Figura 9

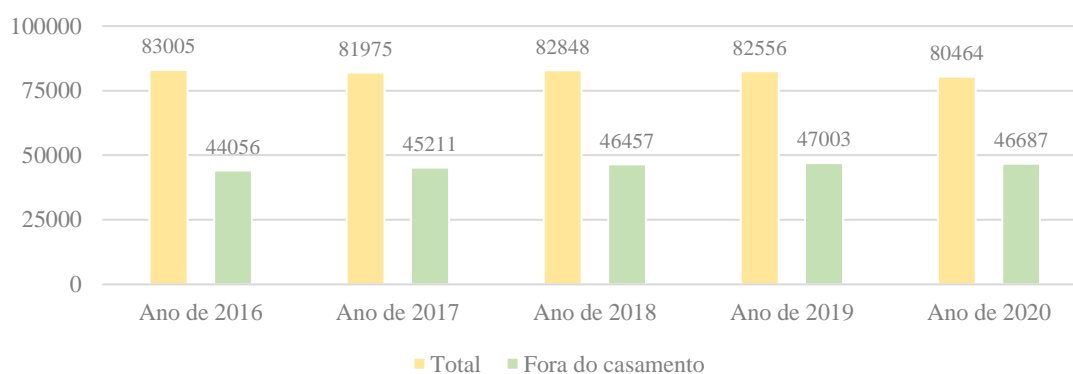
Distribuição do número de nados-vivos e óbitos, por NUTS e por município, do ano 2017 a 2020

	Ano	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Nados Vivos	2020	71	1 681	15 738	84 426
	2019	79	1 700	15 871	86 579
	2018	81	1 714	16 064	87 020
	2017	73	1 703	15 926	86 154
Óbitos	2020	236	3 520	30 246	123 358
	2019	213	3 280	28 066	111 793
	2018	231	3 270	28 473	113 051
	2017	174	3 228	28 049	109 758

Fonte: INE, Nados-vivos e Óbitos

Figura 10

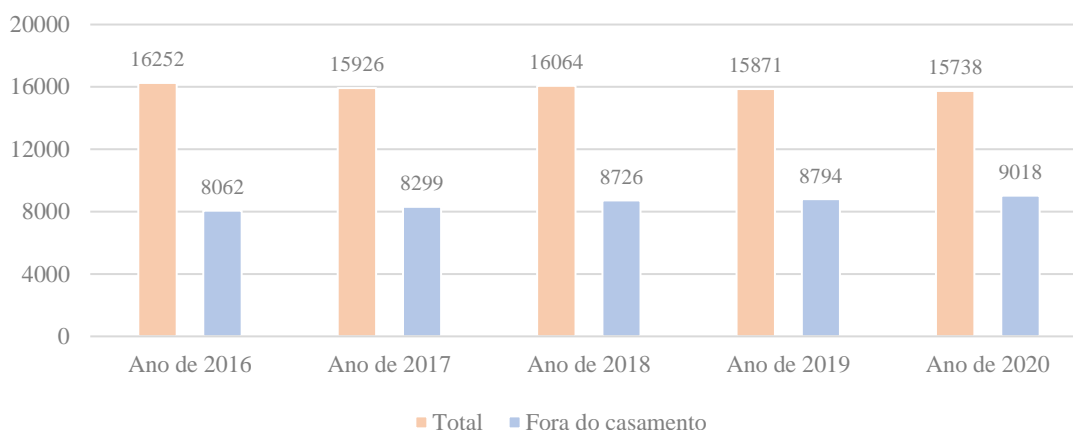
Distribuição, por número, de nados-vivos de mães residentes em Portugal Continental (total e fora do casamento)



Fonte: INE, PORDATA

Figura 11

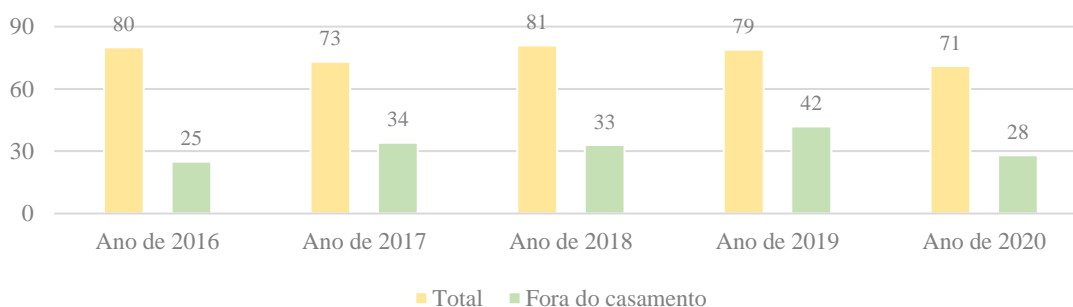
Distribuição, por número, de nados-vivos de mães residentes na região Centro (total e fora do casamento)



Fonte: INE, PORDATA

Figura 12

Distribuição, por número, de nados-vivos de mães residentes no município de Castro Daire (total e fora do casamento)



Fonte: INE, PORDATA

1.4. Nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos

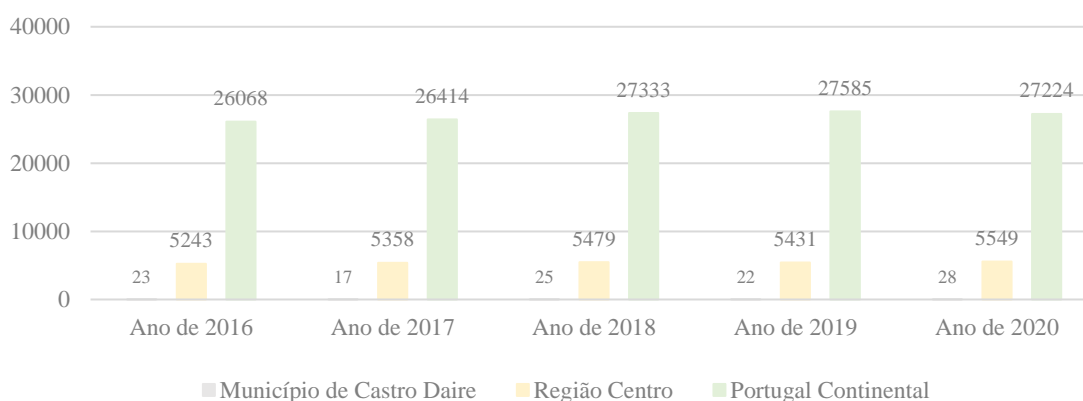
Na **Figura 13**, torna-se possível observar que, no decurso do ano 2016, ocorreram 23 nascimentos em mulheres residentes no município de Castro Daire, com idade igual ou superior a 35 anos, sendo de referir que, desse total, constata-se um nado-vivo de mãe na faixa-etária dos 45 aos 49 anos, o que, de acordo com os números do PORDATA, não se replica nos anos posteriores. Neste sentido, ao comparar o valor mencionado com o do ano 2020, verifica-se um aumento de 21,7%, ao incluir, no presente indicador, mais 5 nascimentos. Não obstante, tal como se confirma no município em estudo, a citada figura revela que o número total de nados-vivos de mães

tardias, no decorrer do período entre 2016 e 2020, regista, na região Centro, um aumento de 5,8% (aproximadamente) e no continente de 4,4%.

Em suma, tendo em conta os dados referentes à perceptível evolução do presente indicador, conclui-se que Castro Daire presencia a maior percentagem de aumento, comparado com os números da região Centro e de Portugal Continental. Perante os valores em estudo, o adiamento da maternidade, notório e cada vez mais tardio, pode se encontrar relacionado com inúmeros fatores, sendo de destacar a situação económica e financeira do país, o emprego, a instabilidade, a ausência de uma relação conjugal, bem como a saída tardia de casa dos pais.

Figura 13

Número total de nados-vivos de mães, com idade igual ou superior a 35 anos



Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Nascimentos e Fecundidade

1.5. Saldo populacional

De acordo com a **Figura 14** o concelho de Castro Daire verificou, no ano de 2016, um saldo natural de – 136 e um saldo migratório de – 72, contabilizando um saldo total de – 208. No que concerne ao mais recente ano em análise, verifica-se que o saldo natural foi de – 165 e o saldo migratório de 158, apresentando um saldo total de – 7,0. Neste sentido, ainda que a diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos (saldo natural) tenha sido superior no ano de 2020, comparativamente ao ano de 2016, registou-se um aumento significativo do saldo migratório, apresentando um saldo positivo para o mesmo ano, concluindo que o número de imigração é superior à emigração.

Por sua vez, tal como verificado anteriormente, registou-se uma diferença de – 2 701 do saldo natural, entre os anos de 2016 e de 2020, na região Centro e uma diferença de – 15 192 em Portugal Continental. Este saldo negativo, em todo o território

nacional, regional e local, reforça a ideia de que o número de óbitos é superior ao número de nascimentos, provocando um saldo natural negativo. No que concerne ao saldo migratório, entre o ano de 2016 e 2020, verificou-se uma diferença de 25 931, na região Centro, e uma diferença de 33 809 a nível nacional. Neste sentido, o saldo positivo sugere que o número de indivíduos a entrar no território português é superior ao número de indivíduos a abandonar o mesmo.

Face ao mencionado, no ano de 2020, Castro Daire (**Figura 14**) apresentou um saldo total negativo, igual a – 7.0, dado que existiram menos nascimentos face ao número de óbitos registado, para a localidade mencionada. Neste seguimento, quer a região Centro, quer Portugal Continental apresentam, para o mesmo ano referente, um saldo total positivo, igual a 12 046 e 3 269, respetivamente. Ainda que, para ambos os casos, o saldo natural seja negativo, é possível verificar na **Figura 15** que o saldo migratório apresenta um valor considerável, igual a 26 554 para a região Centro e 40 998 para Portugal Continental.

Figura 14

Saldo Populacional de Castro Daire

Ano	Castro Daire	
	Saldo natural	Saldo migratório
2016	- 136	- 72
2017	- 87	- 18
2018	- 150	- 81
2019	- 134	29
2020	- 165	158

Fonte: DGPJ/MJ, PORDATA

Figura 15

Saldo Populacional da região Centro e de Portugal Continental

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Saldo natural	Saldo migratório	Saldo natural	Saldo migratório
2016	- 11 807	- 623	- 22 537	- 7 189
2017	- 12 123	- 465	- 23 009	6 392
2018	- 12 409	- 2 368	- 25 170	12 199
2019	- 12 195	12 911	- 24 286	43 319
2020	- 14 508	26 554	- 37 729	40 998

Fonte: DGPJ/MJ, PORDATA

Figura 16

Distribuição de nados-vivos e óbitos no município de Castro Daire, de 2017 a 2020



Fonte: INE, Nados-vivos e Óbitos

1.6. Casamentos

O número de casamentos, retratado na figura infra (**Figura 17**), possibilita um conjunto de observações que devem ser tidas no decorrer dos últimos cinco anos. Neste sentido, em Portugal Continental e na região Centro, os dados tendem a expandir, contudo, no período estabelecido entre 2018 e 2020, houve um declínio de matrimónios realizados em ambas as áreas territoriais. Em termos de município, ainda que Castro Daire apresente valores pouco alteráveis, torna-se imperativo reforçar a súbita queda do número de casamentos, verificada no mais recente ano.

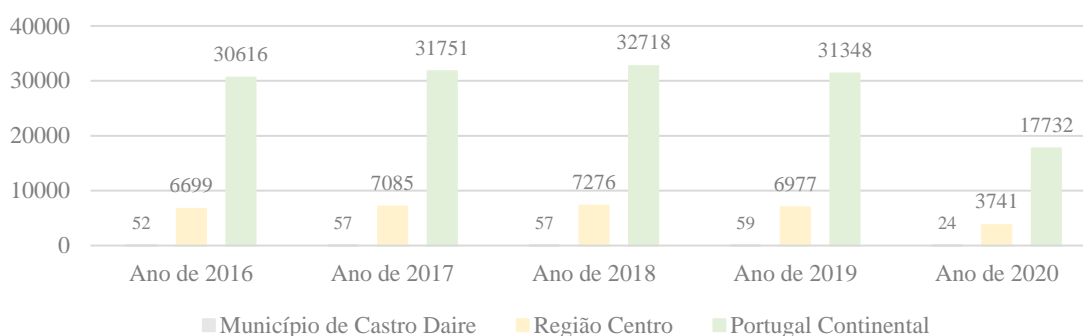
Face ao descrito, ao equiparar os dados expostos na **Figura 17**, relativos ao primeiro e último ano em análise, observa-se que as três áreas geográficas registam,

em 2020, números reduzidos, sendo que o município assinala um decréscimo de 53,8%, a região Centro de 44,2% (aproximadamente) e, por fim, o território nacional exhibe uma diminuição de 42,08 pontos percentis. Neste sentido, torna-se possível concluir que Castro Daire obteve a maior percentagem de declínio, definida por uma queda superior a 50%.

A drástica diminuição que se constata nas zonas em estudo deve-se, indubitavelmente, à situação pandémica da COVID-19 vivenciada no decorrer do ano de 2020. Assim, de 2019 para o último ano estudado, registaram-se menos 13 616 casamentos efetuados em Portugal Continental, menos 3236 na região Centro e menos 35 no município de Castro Daire.

Figura 17

Distribuição do número de casamentos (N.º) realizados no município de Castro Daire, na região Centro e em Portugal Continental



Fonte: INE, PORDATA

1.7. Divórcios

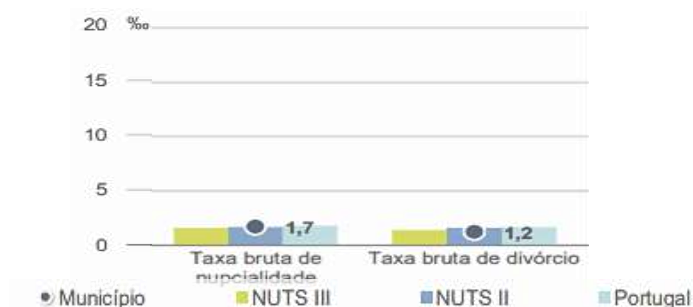
Mediante a **Figura 19**, referente ao número de divórcios registado entre 2016 e 2020, em Castro Daire, torna-se possível verificar que no ano de 2019 se registou o valor máximo, igual a 25. Por sua vez, o ano de 2016 registou o número mais baixo, igual a 16, e o ano de 2020 um total de 17 divórcios. No que se refere à Região Centro, o número total de divórcios decresceu ao longo dos últimos cinco anos, apresentando o valor máximo de 4 594, no ano de 2016, e o valor mínimo, igual a 3 591, no ano de 2020. Por sua vez, o número de divórcios, a nível nacional, constatou o número mais elevado no ano de 2016, igual a 21 053, enquanto o número mínimo, de 16 214, verificou-se no ano de 2020.

Assim sendo, segundo as observações tidas anteriormente e de acordo com os valores registados na **Figura 18**, torna-se pertinente mencionar que, contrariamente ao

registado a nível regional e em Portugal Continental, os divórcios em Castro Daire apresentaram um aumento ao longo dos anos, tendo ocorrido uma ligeira diminuição no ano de 2020.

Figura 18

Taxa bruta de nupcialidade e taxa bruta de divórcio, por NUTS e por município, no ano de 2020



Fonte: INE, Indicadores Demográficos, Óbitos por Causas de Morte, Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias

Figura 19

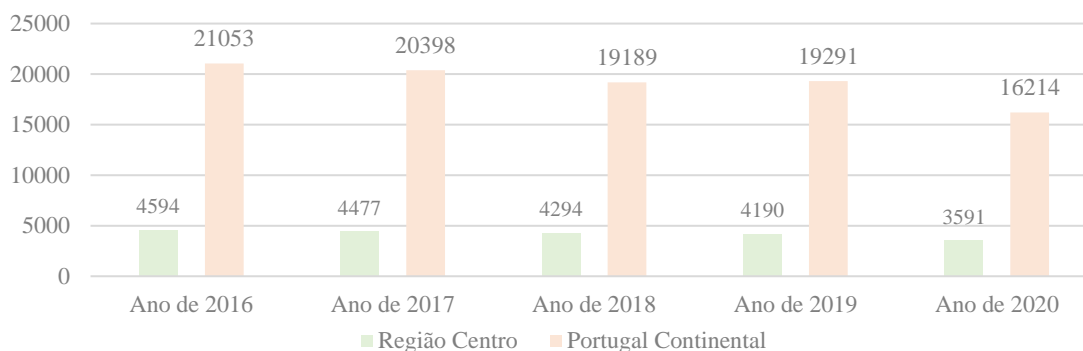
Número de divórcios registados no município de Castro Daire



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 20

Número de divórcios ocorridos na Região Centro e em Portugal Continental



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

1.8. Número de famílias e de núcleos familiares

De acordo com a **Figura 22** e tendo por base a informação recolhida nos Censos 2011, torna-se possível observar o número de elementos que compõem as famílias residentes no município de Castro Daire.

Assim, para o ano em análise, existia um total de 5 971 famílias, sendo que 1 377 correspondiam a famílias com apenas um elemento, 2 013 com dois elementos, 2 410 famílias compostas por três a cinco elementos e, por fim, 171 com seis ou mais elementos. Comparativamente com o ano de 2001, observa-se um aumento de 205 famílias com apenas um indivíduo no ano de 2011 e de 131 para famílias com dois elementos. No que concerne às famílias com três a cinco elementos, verificou-se, de acordo com a informação disponibilizada nos Censos 2011, uma diminuição de 339 núcleos familiares, face aos Censos 2001, e uma diminuição de 89 famílias com seis ou mais indivíduos.

Por sua vez, na **Figura 23** e a **Figura 24**, referentes ao número de indivíduos nas famílias da região Centro e de Portugal Continental, respetivamente, torna-se possível verificar que a nível regional se verificou um aumento de 43 486 famílias com apenas um elemento enquanto, para as restantes dimensões familiares, se concluiu um decréscimo. Nos dados nacionais, constata-se um crescimento de indivíduos em todas as famílias.

Assim sendo, face à análise anterior, observa-se que, entre os Censos 2001 e os Censos 2011, existiu um declínio no número de elementos por família, registando-se, maioritariamente, um total de dois a três elementos. Resumindo, as famílias numerosas são uma tendência cada vez menor, o que poderá estar relacionado não somente com o resultado da diminuição da população em idade fértil, mas, também, com as circunstâncias económicas, sociais e profissionais.

Figura 21

Famílias unipessoais referente a Portugal, região de Viseu Dão Lafões e o município de Castro Daire

Ano	Portugal	Viseu Dão Lafões	Castro Daire
1960	10,8%	13,1%	14,0%
2011	21,4%	20,0%	23,1%

Fonte: PORDATA

Figura 22

Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas residente em Castro Daire

Ano	Município de Castro Daire			
	1	2	3 a 5	6 ou mais
Censos 2001	1 172	1 882	2 749	260
Censos 2011	1 377	2 013	2 410	171

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Figura 23

Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas do Centro

Ano	Região Centro			
	1	2	3 a 5	6 ou mais
Censos 2001	151 882	1 003 882	1 784 556	105 227
Censos 2011	195 368	301 017	395 046	13 339

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Figura 24

Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas de Portugal Continental

Ano	Portugal Continental			
	1	2	3 a 5	6 ou mais
Censos 2001	611 627	257 171	416 278	21 934
Censos 2011	834 680	1 232 982	1 729 796	71 730

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

1.9. Número de famílias monoparentais

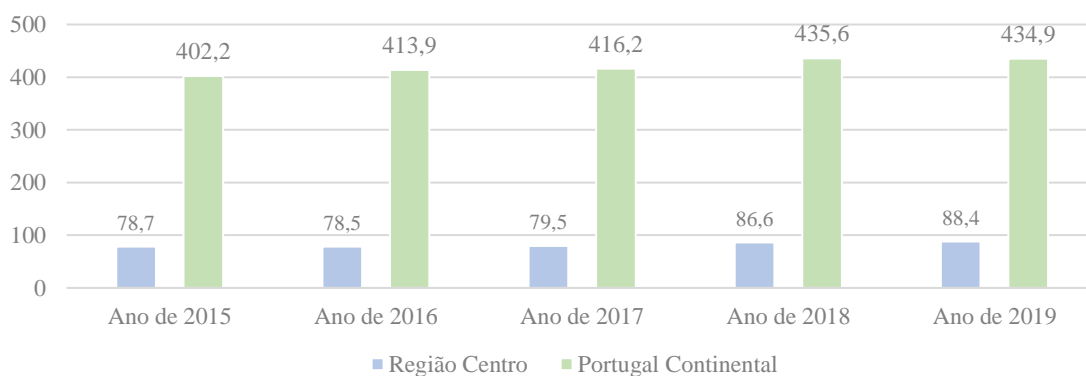
No que respeita ao número total de famílias monoparentais, o mesmo é patenteado na **Figura 25**, somente para a região Centro e para Portugal Continental. Deste modo, ao observar os dados expostos, verifica-se que tanto a nível regional como continental, persiste, no período em análise, uma tendência para o aumento deste número, sendo que o Centro, de 2015 para 2019, detém um crescimento numa percentagem de 12,3% e Portugal de 8,1%.

Ademais, no último ano em análise, a região Centro, na qual pertence o distrito de Viseu e o município de Castro Daire, representava cerca de 20,3% (N= 88,4 milhares) do total deste indicador.

Embora sem dados que retratem a realidade do município em estudo e do ano 2020, a expressão numérica do tipo de família “monoparental” descrita na seguinte figura, refere que o número total de agregados familiares constituídos somente por um progenitor (sendo este do género masculino ou feminino) tende, progressivamente, a aumentar nas duas localizações geográficas analisadas.

Figura 25

Número de famílias monoparentais, em milhares, residentes na região Centro e em Portugal Continental



Fonte: PORDATA | municípios, Famílias

1.10. Número e percentagem de famílias numerosas

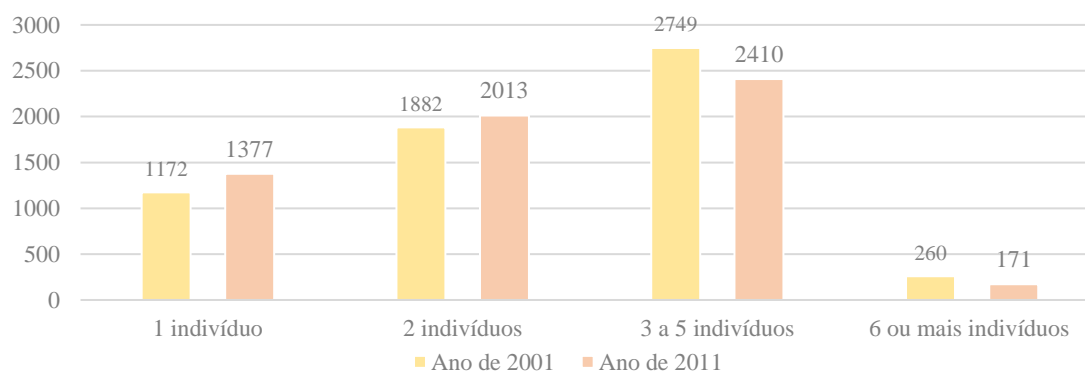
De acordo com o descrito pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), uma família clássica reporta-se ao conjunto de pessoas que habitam no mesmo alojamento e que estabelecem relações de parentesco, sendo estas de direito ou de facto. Dessarte, através do exposto na **Figura 26**, torna-se fulcral salientar os números respetivos aos indicadores “3 a 5 indivíduos” e “6 ou mais indivíduos” que integram a definição de família numerosa. No ano de 2001, verifica-se que 45,3% correspondia a famílias clássicas com 3 a 5 indivíduos e 4,3% a núcleos familiares com um total de 6 ou mais sujeitos. Contudo, nos Censos de 2011, a percentagem de 48,7% enumera famílias que compreendem 3 a 5 indivíduos e 2,9% a 6 ou mais, ressaltando o decréscimo de 1,4 pontos percentuais para o ano de 2001. Ainda na presente figura, denota-se que, ao comparar os dois anos em estudo, o número de elementos constituintes do agregado familiar tende a ser menor, dado que persiste um crescimento dos valores referentes a

“1 indivíduo” e a “2 indivíduos” e, conseqüentemente, um declive nos de “3 a 5 indivíduos” e “6 ou mais indivíduos”.

No que diz respeito ao mesmo indicador, a **Figura 27** apresenta os dados para a região Centro, assim como para Portugal Continental. Deste forma, tal como no município de Castro Daire, observa-se um decréscimo, no decorrer dos anos em análise, do número total de famílias numerosas. Assim, de 2001 a 2011, a região Centro apresenta uma quebra de 5,1% em famílias com “3 a 5 indivíduos” e uma colossal diminuição de 39,2% de núcleos familiares constituídos por “6 ou mais indivíduos”. Em contrapartida, o continente de Portugal regista um decréscimo de 3,1% de famílias com “3 a 5 indivíduos” e uma elevada perda de 31,8% em famílias com “6 ou mais indivíduos”. Em tom de conclusão, importa referir que, com base na interpretação efetuada pela **Figura 26** e pela **Figura 27**, persiste, progressivamente, um menor valor de famílias clássicas numerosas (tendência que se verifica, quer ao nível do município, quer da região ou quer do país em análise).

Figura 26

Distribuição de famílias clássicas residentes em Castro Daire, segundo os Censos de 2001 e de 2011, pelo número total de indivíduos que as constituem



Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Famílias

Figura 27

Distribuição de famílias clássicas, com 3 ou mais indivíduos, residentes na região Centro e em Portugal Continental, segundo os Censos de 2001 e de 2011

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	3 a 5	6 ou mais	3 a 5	6 ou mais
2001	416 278	21 934	1 784 556	105 227
2011	395 046	13 339	1 729 796	71 730

Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Famílias

1.11. Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho

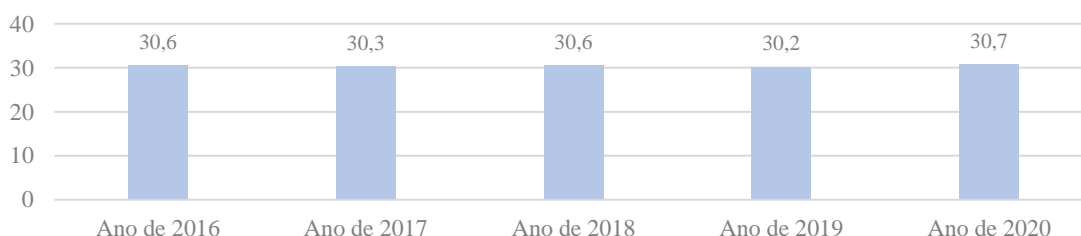
A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, tendo por base a **Figura 28**, manteve-se estável no período em estudo, registando um aumento de 0,1 anos de idade entre 2016 e 2020. Deste modo, o ano de 2019 verificou a idade média mais baixa, igual a 30,2 anos, sendo que, para 2020 aumentou para os 30,7 anos de idade.

No que se refere ao nível da região Centro e de Portugal Continental, teremos como referência a **Figura 29**. Assim sendo, entre os anos de 2016 e de 2020 registou-se um aumento de 0,3 anos de idade a nível regional, bem como a nível nacional, tendo alcançado o valor máximo em 2020, igual a 30,8 e 30,7, respetivamente. Neste sentido, torna-se pertinente mencionar, ainda, que entre os anos de 2017 e de 2018 a idade média se manteve igual para a região Centro, enquanto, para Portugal Continental, se manteve nos 30,5 anos durante 2018 e 2019.

Em suma, ao realizar uma análise global das figuras mencionadas, torna-se pertinente salientar que o distrito de Viseu apresentou, para o ano de 2018, uma média de 30,6 anos, em simultâneo com a região Centro. Por sua vez, durante 2020, persistiu uma média igual a 30,6 anos, coincidindo com a média registada a nível nacional.

Figura 28

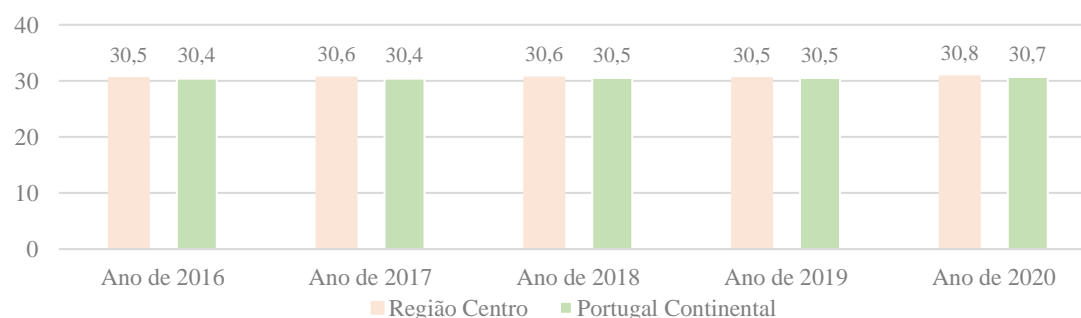
Distribuição da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho no distrito de Viseu



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 29

Distribuição da idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho a nível regional e nacional



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Síntese do capítulo 1 “Demografia e Famílias”:

Perante os resultados expostos no decurso do presente capítulo, destacam-se as seguintes conclusões:

✚ Em 2020, Castro Daire regista, em todas as idades, um menor número de habitantes, salvo a faixa etária que compreende os 60 ou mais anos, onde se verifica um sumento significativo no ano mencionado. Deste modo, ao evidenciar que o número de população residente idosa ultrapassa, de forma constante, o número de jovens, torna o índice de envelhecimento cada vez mais extremo. Perante este cenário, prevê-se que a população ativa se encontra, progressivamente, a diminuir e a população com maior idade a aumentar. Não obstante ao descrito, a elevada percentagem de idosos que residem no concelho analisado, pode estar relacionado com o fenómeno da desertificação humana que se regista no país.

✚ O município de Castro Daire, tal como se verifica nas restantes áreas em estudo, revela um declínio no número total de nados-vivos de mães residentes a nível concelhio, ao longo dos anos mais recentes. Entre as razões para a baixa fecundidade encontram-se, nomeadamente, o acesso a métodos contraceptivos cada vez mais seguros; o aumento da escolaridade obrigatória, bem como, o aumento da idade média do casamento e do nascimento do primeiro filho.

✚ No que concerne ao número de nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, importa referir o expressivo aumento que o presente indicador detém no município, ao indicar um acréscimo de 21,7 pontos percentuais, de 2016 para o ano de 2020. Tendo em conta os dados referentes à percetível evolução, conclui-se que Castro Daire regista a maior percentagem de nascimentos em mães com idades tardias, comparado aos números da região Centro e de Portugal Continental.

✚ Enquanto em termos regionais e nacionais, para o último ano, o saldo populacional se manifestou positivo, o município de Castro Daire reforça, em 2020, que o número de óbitos na sua localidade é superior ao número de nascimentos, provocando, deste modo, um saldo total negativo.

✚ De 2019 para 2020, assiste-se a uma súbita queda, superior a 50%, do número de casamentos efetuados em Castro Daire, registada como a maior percentagem de declínio entre as três zonas territoriais.

✚ Ainda relativo ao subtema “Casamentos e Divórcios” e em oposição ao sucedido na região Centro e em Portugal continental, os divórcios em Castro Daire

assinalam um aumento ao longo dos anos, tendo ocorrido, somente no ano de 2020, uma ligeira diminuição do respetivo número total.

✚ No município verifica-se que, segundo os dados facultados pelos Censos 2001 e pelos Censos 2011, as famílias numerosas são uma tendência cada vez menor, dado ser notória a subida do número de famílias clássicas compostas por 1 a 5 indivíduos e, concomitantemente, o decréscimo número total de agregados familiares numerosos, constituídos por 6 ou mais elementos.

CAPÍTULO 2:

Direito ao Desenvolvimento

2.1. Taxa bruta de escolarização, por sexo

No que concerne à taxa bruta de escolarização (%), torna-se fulcral observar que, considerando a análise dos dados representativos de Castro Daire patentes na **Figura 31**, o género masculino apresentava, de 2014 a 2017, uma percentagem superior relativamente às mulheres. Contudo, esta tendência é dizimada nos últimos dois anos letivos em estudo, dado ser notório que, entre 2017 e 2019, o sexo feminino detém a maior proporção, ainda com uma diferença pouco significativa quando comparado com o sexo oposto. Neste sentido, a mesma figura enuncia que o género masculino, de 2014 a 2019, apresentou um aumento de 4,3 pontos na taxa bruta de escolarização, enquanto o feminino exibiu um extraordinário acréscimo de 12,6 pontos.

As conclusões previamente referidas verificam-se, de igual modo, a nível regional e a nível nacional, como demonstra a **Figura 32**. Assim, o género masculino, tal como no município de Castro Daire, predomina nos anos letivos 2014/2015, 2015/2016 e 2016/2017. Contudo, nos últimos dois, o sexo feminino detém a maior taxa bruta de escolarização face ao outro género em análise. Assim, no que se reporta à região Centro, este indicador regista um aumento de 3,7% dos homens e 5,4% das mulheres, enquanto Portugal Continental exhibe, no período estudado, um acréscimo de 2,7% dos homens e 4% das mulheres.

Em síntese, face aos valores apresentados pela **Figura 30**, **Figura 31** e pela **Figura 32**, conclui-se que o município de Castro Daire acompanha a evolução correspondente à taxa bruta de escolarização, quer no género feminino, quer no género masculino, da região Centro e de Portugal Continental.

Figura 30

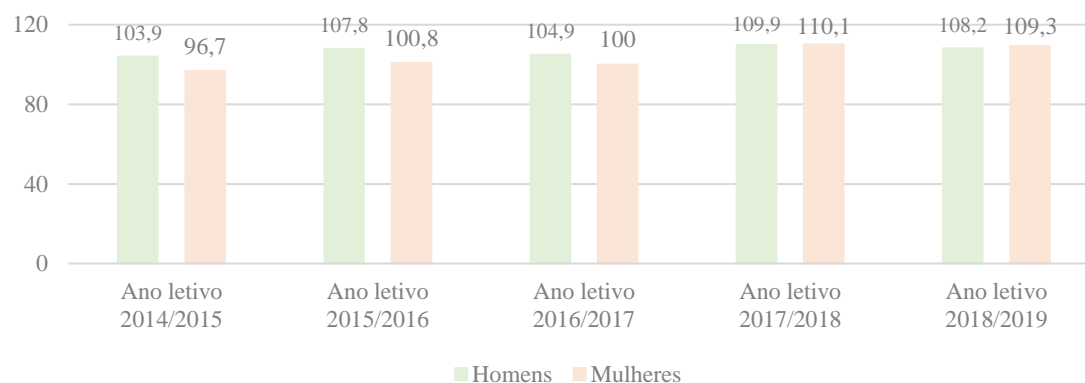
Indicadores de Educação, 2020

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Taxa bruta de pré-escolarização (%)	106,6	106,5	103,2	97,1
Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	111,3	110,3	108,9	108,4
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	102,4	125,4	123,2	122,9

Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Figura 31

Taxa bruta de escolarização (%)¹, por sexo no município de Castro Daire



Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – Estimativas Anuais de Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário

¹ A Taxa Bruta de Escolarização presente foi calculada pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), com base em dados de matrículas da mesma entidade e dados de população residente do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Figura 32

Taxa bruta de escolarização (%), por sexo, na região Centro e em Portugal Continental

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2014-2015	107	106,6	107	105,5
2015-2016	105,5	105,2	105,8	104,4
2016-2017	107,6	107,1	107,9	106,9
2017-2018	108,2	109,2	108	108
2018-2019	111	112,4	109,9	109,7

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência – Estimativas Anuais de Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário

2.2. Número total de equipamentos educativos (privados e públicos)

De acordo com a **Figura 33**, relativamente à educação no Município de Castro Daire, verificamos que o número de equipamentos públicos tem vindo a diminuir paulatinamente desde 2009, registando o seu número máximo no ano letivo 2010/2011, com um total de 32 equipamentos e o número mínimo no ano letivo 2017/2018, com um somatório de 22 equipamentos. No que concerne ao setor privado, torna-se pertinente salientar que o mesmo, no decorrer dos anos em análise, se manteve estável, registando um total de 2 equipamentos. Face ao exposto, assiste-se, de igual modo, a uma diminuição do número de alunos nos diversos graus de ensino, no decurso da última década, com reduções superiores a 60% em todos os níveis.

Figura 33

Número total de equipamentos educativos (privados e públicos) no município de Castro Daire

	Ano letivo									
	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19
Castro Daire	31	34	33	32	32	31	32	26	24	25
Público	29	32	31	30	30	29	30	24	22	23
Privado	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2

Fonte: Direção Geral da Estatística da Educação e Ciência

2.3. Número de alunos/as matriculados/as por nível de ensino, por natureza do estabelecimento público

De acordo com a **Figura 34**, o município de Castro Daire verificou, no ano letivo de 2015/2016, um total de 1 208 alunos inscritos no Ensino Básico e 387 no Ensino

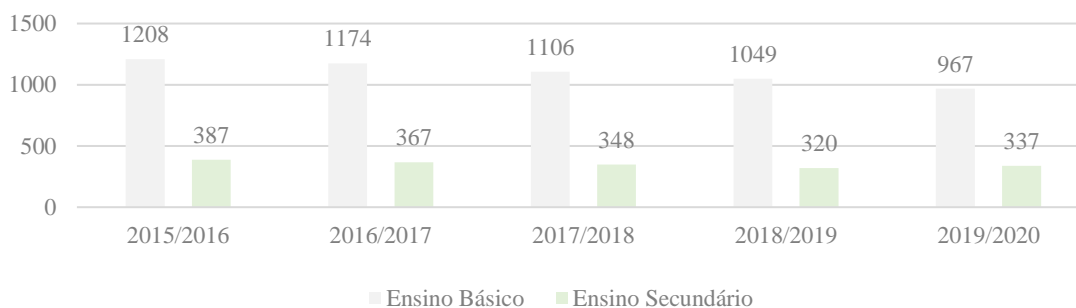
Secundário. Comparativamente ao ano letivo de 2019/2020, torna-se possível contatar que o Ensino Básico sofreu uma redução de 1 241 alunos inscritos, passando a registar um total de 967 e o Ensino Secundário um decréscimo de 50 alunos, totalizando 337 matrículas para o nível de ensino referido.

O mesmo indicador sugere que, quer a nível regional, quer a nível nacional, se mantém a tendência na diminuição do número de alunos matriculados, nos diferentes níveis de ensino, entre os anos letivos de 2015/2016 e 2019/2020, tal como se verifica na **Figura 35**. Neste sentido, é possível averiguar uma redução de 2 944 matrículas no Ensino Básico e uma diminuição de 861 no Ensino Secundário, registados na região Centro. Por sua vez, Portugal Continental apresentou um declive de 30 984 e de 1 625, respetivamente.

Face ao exposto, denota-se que ao longo dos últimos cinco anos o município de Castro Daire registou a tendência verificada a nível regional e nacional, apresentando uma diminuição de alunos matriculados.

Figura 34

Número de alunos matriculados por nível de ensino, por natureza do estabelecimento público de Castro Daire



Fonte: INE

Figura 35

Número de alunos matriculados por nível de ensino, por natureza do estabelecimento público da região Centro e de Portugal Continental

Ano Letivo	Região Centro		Portugal Continental	
	Ensino Básico	Secundário	Ensino Básico	Secundário
2015/2016	168 159	57 064	804 636	264 199
2016/2017	166 433	56 575	794 331	265 455
2017/2018	166 309	55 656	788 540	261 614
2018/2019	166 313	56 273	781 069	262 687
2019/2020	165 215	56 203	773 652	262 574

Fonte: INE

2.4. Taxa de retenção e desistência no Ensino Básico e Secundário, por ciclo de ensino

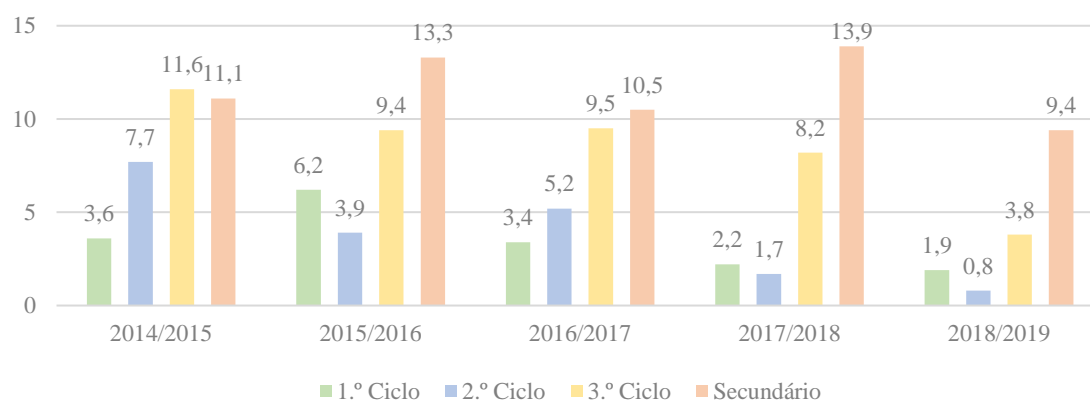
De acordo com a **Figura 37**, verifica-se uma diminuição da taxa de retenção e desistência do Ensino Básico e Secundário, ao longo dos últimos anos. Assim sendo, no município de Castro Daire, no ano letivo 2014/2015, registou-se uma percentagem de 22,6% para o 1.º, 2.º e 3.º Ciclo e de 11,1 pontos percentuais para o Secundário. No que concerne ao mais recente ano, constata-se que os mesmos níveis de ensino apresentam uma percentagem igual a 6,5% e a 9,4 %, respetivamente. O 1.º Ciclo apresentou a maior termo percentil de retenção e desistência no ano letivo de 2015/2016, igual a 6,2%, o 2.º e o 3.º Ciclo no ano letivo de 2014/2015, com 7,7% e 11,6%, simultaneamente, enquanto, o secundário registou a maior percentagem, de 13,9%, no ano letivo 2017/2018.

Tendo por base as **Figuras 38 e 39**, a taxa de retenção e desistência dos alunos do Ensino Básico e Secundário registou uma diminuição, quer a nível regional, quer a nível nacional. Neste sentido, o 1.º, 2.º e 3.º Ciclo da região Centro apresentou um decréscimo de 2,0%, 4,3% e de 5,1%, respetivamente, e uma diminuição de 3,9% no ensino secundário. Por sua vez, Portugal Continental registou menos 2,0% para o 1.º Ciclo, 4,7% para o 2.º Ciclo, 7,8% para o 3.º Ciclo e, por fim, 3,5% para o Secundário. Em suma, contrariamente ao registado a nível regional e nacional, entre os anos letivos de 2014/2015 e 2018/2019 o município de Castro Daire apresentou um aumento na percentagem de retenção e desistência para todos os níveis de ensino.

Figura 36*Indicadores de Educação, 2020*

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%)	2,2	1,4	1,7	2,2
Taxa de transição/ conclusão no ensino secundário regular (%)	94,0	93,3	92,9	91,5

Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

Figura 37*Taxa de retenção e desistência (%), por nível de ensino, dos alunos Castro Daire*

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Figura 38*Taxa de retenção e desistência (%), por nível de ensino, dos alunos da região Centro*

Ano Letivo	Região Centro			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2014/2015	3,8%	7,2%	10,7%	15,3%
2015/2016	3,5%	5,5%	8,2%	14,0%
2016/2017	2,7%	4,7%	7,4%	13,5%
2017/2018	2,5%	4,0%	6,8%	12,2%
2018/2019	1,8%	2,8%	4,3%	11,4%

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Figura 39

Taxa de retenção e desistência (%), por nível de ensino, dos alunos em Portugal Continental

Ano Letivo	Portugal Continental			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2014/2015	4,0%	8,5%	12,1%	16,4%
2015/2016	3,6%	6,7%	9,8%	15,5%
2016/2017	2,9%	5,9%	8,4%	14,9%
2017/2018	2,6%	5,3%	7,6%	13,6%
2018/2019	2,0%	3,8%	5,6%	12,9%

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Síntese do capítulo 2 “Direito ao Desenvolvimento”:

Mediante o conjunto de conclusões consideradas ao longo do segundo capítulo, torna-se fundamental evidenciar que:

✚ No que concerne à taxa bruta de escolarização (%), no município de Castro Daire, o género masculino apresentava, de 2014 a 2017, uma percentagem superior relativamente às mulheres. Contudo, este cenário é invertido entre o ano de 2017 e 2019, na medida em que o sexo feminino, ao longo do período mencionado, detém a maior proporção, tendência que se verifica, de igual modo, na região Centro e em Portugal continental.

✚ Como verificado nas duas maiores zonas em estudo, Castro Daire, do ano letivo 2015/2016 para o ano letivo de 2019/2020, regista uma diminuição do número de alunos matriculados nos diferentes níveis de ensino.

✚ Não obstante ao decréscimo anotado, ao longo dos últimos anos, para a taxa de retenção e desistência do Ensino Básico e Secundário no município em análise e contrariamente ao sucedido em termos regionais e nacionais, Castro Daire apresentou, entre os anos letivos de 2014/2015 e 2018/2019, um aumento na percentagem de retenção e desistência em todos os níveis de ensino.

CAPÍTULO 3:

Direito à Sobrevivência

3.1. Ganho médio mensal, por sexo

Decerto, a desigualdade salarial entre géneros é, até então, uma realidade conhecida e expressamente nítida, nos tempos que se vivenciam. Assim, de acordo com o indicado na **Figura 40**, os homens possuem ganhos médios mensais superiores às mulheres no município de Castro Daire, tendência que se verifica, concomitantemente, a nível regional e nacional (**Figura 41**).

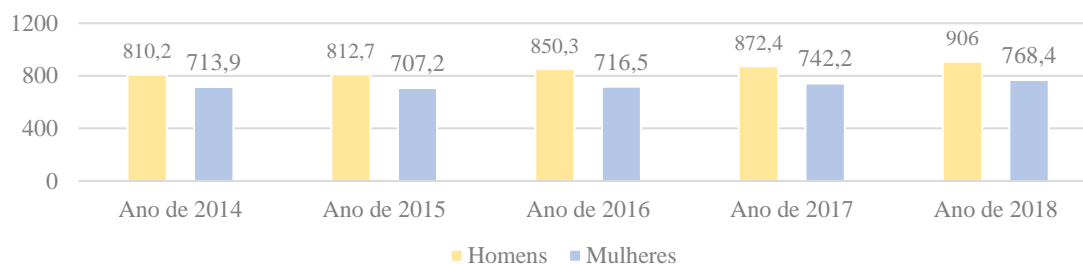
No período em análise, de 2014 para 2018, o género masculino que exerce atividades laborais por conta de outrem no município em estudo, regista um aumento de 95,8€, o que corresponde, em termos percentis, a 11,8%, em oposição ao feminino que representa somente um acréscimo de 54,5€, registado por uma percentagem de 7,6% (**Figura 40**). Conforme a leitura dos dados exibidos na **Figura 41**, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, na região Centro e em Portugal Continental, tende a elevar para ambos os sexos. Assim, em termos regionais, de 2014 para 2018, o masculino adquiriu mais 63,6€ (proporcional a 7,4%) e o feminino mais 64,7€ (o que equivale a 9,1%). Por outro lado, no território nacional, os homens ganham mais 54,1€ (correspondente a 5,5%) em 2018 do que em 2014 e as mulheres mais 68,3€ (que, em termos percentis, é igual a 8,3%).

Perante o exposto, o ganho mensal definido pela desagregação do sexo enuncia que, ao longo do período assinalado, os indivíduos do género masculino apresentam, invariavelmente, uma vantagem salarial face aos sujeitos pertencentes ao feminino.

Em suma, apesar da análise realizada compreender resultados positivos referente à luta para a igualdade salarial entre géneros, torna-se imprescindível mencionar que, no município de Castro Daire, a maior diferença de rendimentos – cerca de 137,6€ – entre os sexos, é exibida no último ano mencionado, o que justifica a conceção de que, apesar de desenvolvido, o presente assunto ainda se encontra distante de ser concretizado.

Figura 40

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, no município, por sexo



Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Emprego e Mercado de Trabalho, salários

Figura 41

Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, na região Centro e em Portugal Continental, por sexo

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
2014	854,2	707,7	985,0	820,3
2015	860,2	711,7	990,0	825,0
2016	871,6	727,3	997,4	840,3
2017	889,2	747,7	1 012,2	861,2
2018	917,8	772,4	1 039,1	888,6

Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Emprego e Mercado de Trabalho, salários

3.2. Pessoas inscritas no Centro de Emprego e de Formação Profissional

De acordo com a interpretação dos dados expostos na **Figura 43**, o número médio de indivíduos inscritos no Centro de Emprego e de Formação Profissional de Castro Daire apresentou uma ligeira diminuição no decorrer dos últimos anos. Assim sendo, o ano de 2016 detém uma média de 786,6 indivíduos, correspondendo ao número mais elevado para todas as faixas etárias em análise, enquanto o ano de 2020 apresentou um total de 548,2. Torna-se pertinente salientar que, no decorrer do ano de 2017, a faixa etária dos 25 aos 34 anos apresentou uma diminuição de 18,8 indivíduos, face ao ano anterior, no entanto, para o ano de 2018 existe um aumento de 10,1.

No que se refere à região Centro de Portugal e tendo como referência os valores disponibilizados na **Figura 44**, constata-se uma quebra de, aproximadamente, 25 800 inscrições nos Centros de Emprego e de Formação Profissional, salientando a maior diminuição nos indivíduos cujas idades se compreendem entre os 45 e os 54 anos. Não

obstante, a nível continental verifica-se uma tendência na diminuição da população desempregada inscrita nos mencionados centros, dado que, entre os anos 2016 e 2020, diminuiu 131 536,7, tal como sugere a **Figura 45**.

A análise efetuada permite concluir que, no decorrer dos últimos cinco anos, verifica-se um declínio no número de indivíduos desempregados inscritos nos Centros de Emprego e de Formação Profissional, nas várias regiões do país, sendo que a faixa etária com maior expressão corresponde ao intervalo de idades dos 45 aos 54 anos.

Figura 42

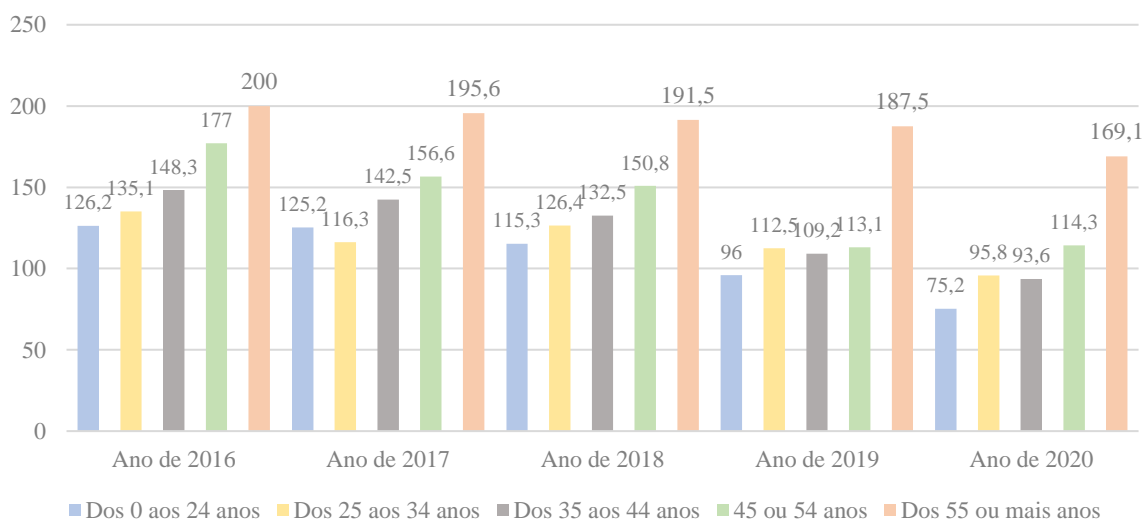
Número de desempregados no ano de 2011

Ano de 2011	Portugal	Região Centro	Castro Daire
<i>Proporção da população desempregada à procura do primeiro emprego</i>	18,5%	18,6%	23,9%
<i>Taxa de desemprego</i>	13,2%	11,0%	11,0%
<i>Taxa de desemprego jovem</i>	27,9%	24,9%	22,6%

Fonte: PORDATA

Figura 43

Média anual da população desempregada inscrita nos centros de emprego e de formação profissional de Castro Daire



Fontes: IEFP/MTSSS-METD, PORDATA

Figura 44

Média anual da população desempregada inscrita nos centros de emprego e de formação profissional da região Centro

Ano	Região Centro				
	0 – 24 anos	25 – 34 anos	35 – 44 anos	45 – 54 anos	55 ou mais anos
2016	11 719,3	18 479,3	19 556,2	20 162,9	21 231,9
2017	9 498,8	14 719,2	15 605,5	16 116,1	19 192,3
2018	7 467,5	11 537,6	12 728,9	12 886,3	16 908,6
2019	6 915,2	10 422,1	11 286,8	11 339,7	15 518,7
2020	8 366,3	13 482,9	13 724,4	13 387,9	16 408,0

Fontes: IEF/MTSSS-METD, PORDATA

Figura 45

Média anual da população desempregada inscrita nos centros de emprego e de formação profissional de Portugal Continental

Ano	Portugal Continental				
	0 – 24 anos	25 – 34 anos	35 – 44 anos	45 – 54 anos	55 ou mais anos
2016	58 743,0	95 370,7	105 168,3	115 882,4	116 412,9
2017	45 595,1	75 805,3	84 591,5	93 857,7	107 281,7
2018	34 368,2	59 685,5	68 553,8	74 786,6	95 315,1
2019	29 769,5	52 200,6	59 393,2	63 678,7	86 453,7
2020	40 523,6	74 612,2	75 972,8	76 169,0	92 763,0

Fontes: IEF/MTSSS-METD, PORDATA

3.3. Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção

No que concerne aos indicadores relacionados com o número de famílias detentoras de processamento de Rendimento Social de Inserção, a figura posterior fornece determinados valores desagregados por 5 anos para o distrito de Viseu e para o continente.

Neste contexto, mediante a **Figura 46**, é possível concluir que, a nível regional, o universo assinalado por este indicador, aumenta 416 de 2014 para 2018, o que corresponde a uma percentagem de 8,8%, em oposição a Portugal Continental, que detém uma perda de 5 359 famílias detentoras deste apoio, equivalente a um

decréscimo de 3,8%. Ademais, na citada figura, observa-se que, no ano de 2014, o distrito de Viseu (com 4 711 famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção) representa 3,4% do total (descrito pelo número 139 557 famílias). Porém, no último ano em estudo, o mesmo distrito (com 5 127 famílias) regista um aumento de 4 décimas, perfazendo a percentagem de 3,8% do número total de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção a nível nacional (134 198 famílias). Não obstante ao aludido, é no ano de 2018 que Viseu apresenta o maior número de famílias possessoras do mencionado apoio, enquanto no continente esse pico é registado em 2014.

Ao efetuar um levantamento dos resultados patentes na **Figura 46**, conclui-se que os mesmos, devido ao período em análise (de 2014 a 2018), podem se encontrar relacionados com a crise económico-financeira que o país atravessou e pela derivada emergência de proteção social de um maior número de agregados familiares.

Ademais, após a análise dos dados da **Figura 47**, importa ressaltar que, do ano 2017 a 2020, o número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos tem diminuído nas três zonas territoriais. Todavia, o município de Castro Daire contém, de forma constante, o maior número de beneficiários, ao longo do período em estudo. Atualmente, o mesmo encontra-se com o valor exato registado em Portugal, dado que, de 2019 (no qual o município detinha um universo de 3,2% de beneficiários) para 2020 (onde possui 2,7%), se assinala uma diferença de menos 0,5% indivíduos detentores do referido apoio.

Figura 46

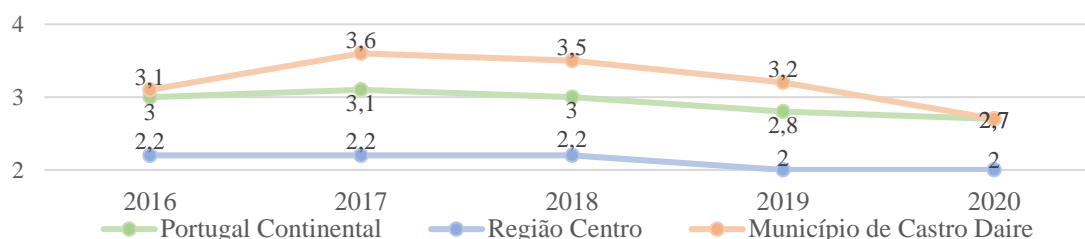
Famílias com processamento de RSI, no distrito de Viseu e a nível nacional

Ano	Distrito de Viseu	Portugal Continental
2014	4 711	139 557
2015	4 690	134 161
2016	4 773	132 696
2017	5 051	134 918
2018	5 127	134 198

Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Rendimento Social de Inserção

Figura 47

Distribuição do número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos (%)



Fonte: PORDATA, INE - Estimativas Anuais da População Residente

3.4. Valor médio do RSI, por família

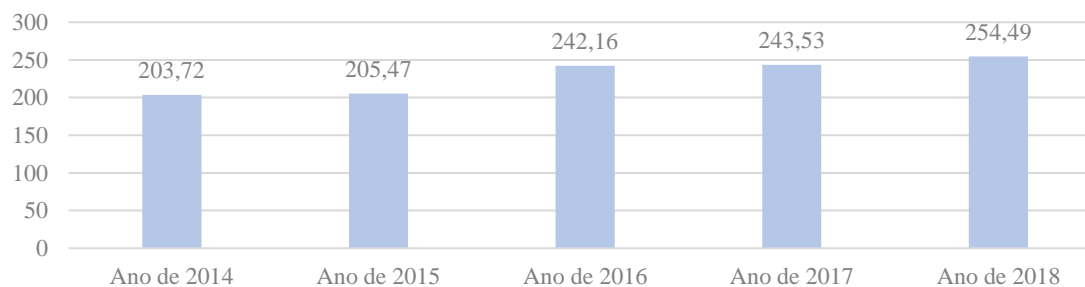
O valor médio do Rendimento Social de Inserção, no distrito de Viseu, disponibilizado para cada família correspondia, no ano de 2014, a um total de 203,72 €. Neste sentido, tendo em consideração o valor cedido para o último ano em análise, torna-se possível constatar que, mediante a **Figura 48**, o valor médio aumentou 50,77 €, face ao ano de 2014.

Por sua vez, e tal como se verificou no distrito de Viseu, o valor médio do Rendimento Social de Inserção, ao nível de Portugal Continental e da região Centro (**Figura 49**) apresentou um acréscimo de 50,16 € e de 45,57 €, respetivamente, tendo por base o ano de 2014.

Em suma, mediante uma análise minuciosa das informações concedidas nas figuras em causa, torna-se possível averiguar que o valor médio do Rendimento Social de Inserção disponibilizado para o distrito de Viseu nos anos de 2014 e de 2015, se encontrava ligeiramente inferior face ao panorama regional e nacional.

Figura 48

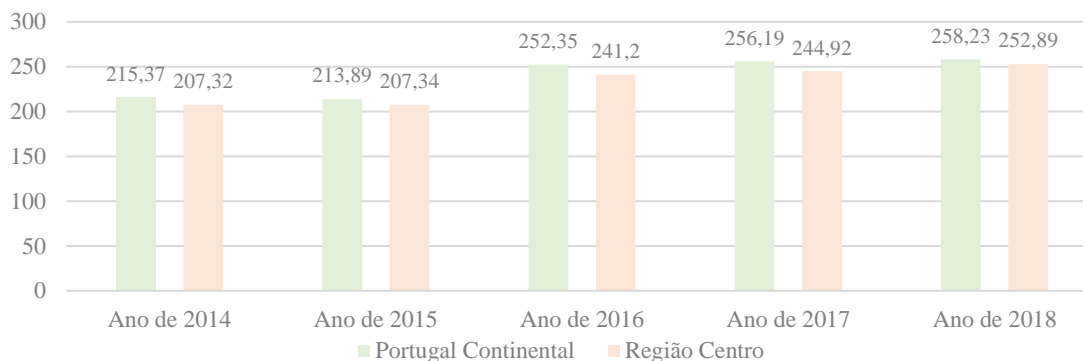
Distribuição do valor médio do Rendimento Social de Inserção (€), por família, no distrito de Viseu



Fonte: Estatística da Segurança Social

Figura 49

Distribuição do valor médio do Rendimento Social de Inserção (€), por família, em Portugal e na região Centro



Fonte: Estatística da Segurança Social

3.5. Número de titulares com processamento de abono de família, por sexo

Segundo a **Figura 50**, respetiva ao número de titulares com processamento de abono de família, torna-se possível averiguar que, tanto ao nível distrital como ao nível nacional, o sexo masculino é predominante neste indicador ao possuir, no período analisado, o maior número de titulares com processamento de abono de família, quando comparados com os valores aludidos para o género oposto.

Para além disso, verifica-se que, no ano de 2018, dos 1 217 757 beneficiários a nível nacional, 40 808 residem no distrito de Viseu (20 128 mulheres e 20 680 homens), o que se afigura numa percentagem de 3,4% do número total. De 2014 para 2018, a nível distrital regista-se uma diminuição de 1 562 titulares do sexo feminino (que corresponde a um declínio de 7,2%) e 1 556 do sexo masculino (equivalente a uma perda de, aproximadamente, 6,7%). Por outro lado, no continente o cenário é idêntico, na medida em que, ao comparar o primeiro e último ano em estudo, persistem menos 22 707 rapazes titulares com processamento de abono de família (diminuição de 3,7%) e menos 20 922 raparigas (um declive de 3,3%). Neste contexto, enquanto em Viseu se observa um maior decréscimo no género feminino, em Portugal Continental esse confirma-se nos rapazes.

Posto isto, ao longo do tempo, existe uma tendência de diminuição do número de titulares do presente abono, em ambos os sexos e localização geográfica analisadas na **Figura 50**.

Figura 50

Número de titulares com processamento de abono de família, por sexo, centro distrital e continental

Ano em estudo	Distrito de Viseu		Portugal Continental	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2014	21 690	22 236	621 443	639 943
2015	20 829	21 375	606 879	626 022
2016	20 368	20 862	593 338	612 679
2017	20 293	20 829	601 590	621 752
2018	20 128	20 680	598 736	619 021

Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Prestações familiares

3.6. Beneficiários/as com processamento de prestações para a parentalidade

De acordo com as Estatística da Segurança Social (**Figura 51**), observa-se que entre os anos de 2014 e de 2018 existiu um aumento de 1 284 indivíduos a beneficiar do processamento de subsídio por assistência a filho. Ao longo dos anos em análise, verifica-se um aumento constante no número de beneficiários, sendo que se registou um acréscimo mais significativo no ano de 2018, com um total de 3 229.

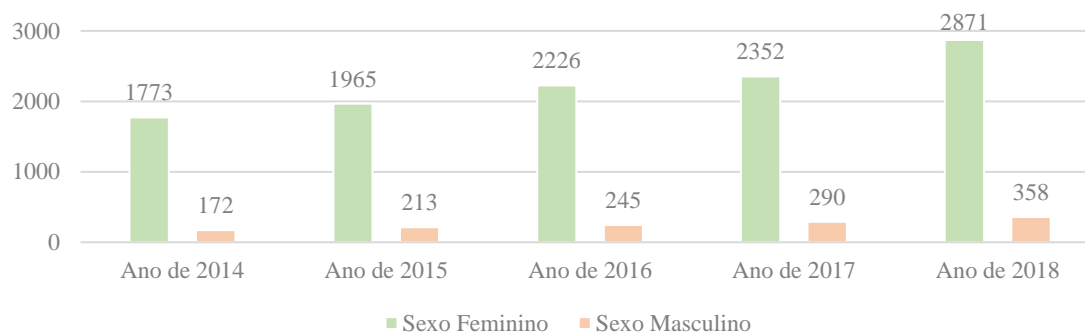
Por sua vez, de acordo com a **Figura 52**, tanto a região Centro como Portugal Continental registaram, também, entre o ano de 2014 e de 2018, um aumento do número de beneficiários igual a 10 103 e 45 081, respetivamente. Paralelamente à situação registada no distrito de Viseu, a região Centro bem como Portugal Continental registaram um aumento substancial no número de indivíduos a beneficiar de subsídio por assistência a filho, no ano de 2018.

Para o indicador em análise, torna-se importante observar a distribuição, por sexo, nos diferentes locais em estudo, mediante o auxílio das **Figuras 51 e 52**. Assim sendo, quer a nível distrital, regional e nacional, o género feminino apresenta um número significativo dos indivíduos a requerer o subsídio em causa.

Por sua vez, e tendo como base a **Figura 52**, referente ao número de beneficiários com processamento de subsídio por assistência a filho, na região Centro e em Portugal Continental, é possível averiguar que existiu um aumento ao longo dos anos, sendo que a região Centro e Portugal Continental registaram, respetivamente, um aumento de 1683,8 beneficiários.

Figura 51

Distribuição, por número, dos beneficiários com processamento de subsídio por assistência a filho do distrito de Viseu



Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Prestações familiares

Figura 52

Distribuição, por número, dos beneficiários com processamento de subsídio por assistência a filho na região Centro e em Portugal Continental

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
2014	14 507	1 570	62 080	7 456
2015	16 459	1 915	75 045	9 884
2016	18 934	2 300	82 588	11 330
2017	20 141	2 700	88 713	13 066
2018	22 909	3 271	99 239	15 378

Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Prestações familiares

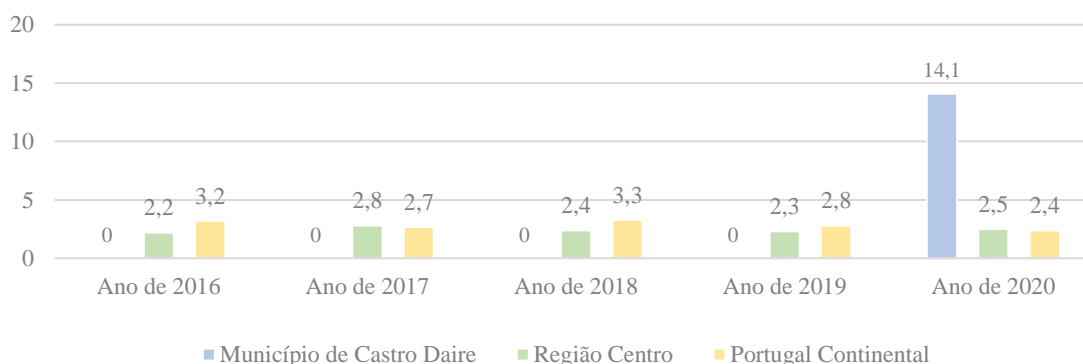
3.7. Taxa de mortalidade infantil

No âmbito da mortalidade infantil, os resultados encontram-se exibidos na figura previamente apresentada. Nesta, observa-se que, entre 2016 e 2020, a taxa de mortalidade infantil aumentou 0,3 pontos na região Centro, contudo a mesma regista um decréscimo de 0,8 pontos a nível nacional. Após efetuar a comparação dos valores referentes à região em estudo e a Portugal, conclui-se que, somente nos anos de 2017 e de 2020, o Centro regista uma maior taxa, com uma diferença de 0,1 pontos do valor continental.

Não obstante às observações efetuadas, na **Figura 53** e na **Figura 54**, importa distinguir o número relativo ao município de Castro Daire, para o ano 2020, dado representar uma taxa extremamente elevada de óbitos infantis.

Figura 53

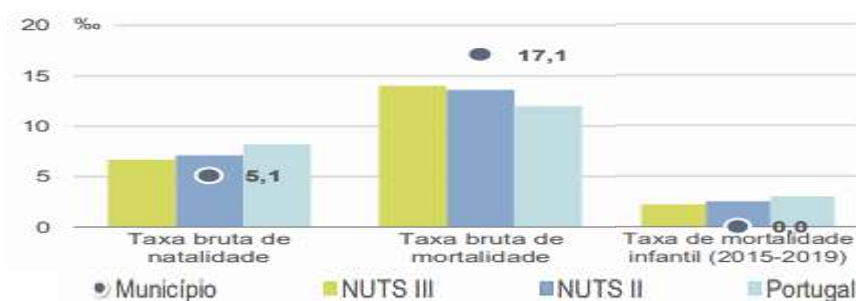
Taxa de mortalidade infantil (%) por município, região e a nível nacional



Fonte: PORDATA | municípios – População, óbitos e INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 54

Taxa bruta de natalidade, taxa bruta de mortalidade e taxa bruta de mortalidade infantil, por NUTS e município, do ano 2020



Fonte: INE, Indicadores Demográficos, Óbitos por Causas de Morte, Estatísticas do Pessoal de Saúde, Estatísticas das Farmácias

3.8. Percentagem de crianças/jovens com excesso de peso

Segundo o estudo *Health Behaviour in School-aged Children* (HBSC), realizado em 2014 com crianças e jovens dos 11 aos 19 anos, o género feminino, na região Centro, detém a maior percentagem (54,4%) no que concerne ao excesso de peso, como demonstra a **Figura 55**. Neste sentido, ao comparar com o género oposto, verifica-se que as meninas completam mais 9% (aproximadamente) no ano em análise. Ademais, a mesma figura retrata que é no 8.º ano de escolaridade onde se verifica um

número superior de crianças e jovens detentores de excesso de peso, representado em 48,3 pontos percentuais.

O reconhecimento dos motivos que conduzem a estas conclusões não resultam da presente análise, pois torna-se necessário uma avaliação próxima às causas que possam justificar estas realidades, atendendo a que são indicadores referentes à região Centro.

Figura 55

Percentagem de crianças/jovens, dos 11 aos 19 anos, com excesso de peso, por género e escolaridade, na região Centro

Ano	Género (%)		Escolaridade (%)		
	Masculino	Feminino	6.º ano	8.º ano	10.º ano
2014	45,6%	54,4%	29,2%	48,3%	22,5%

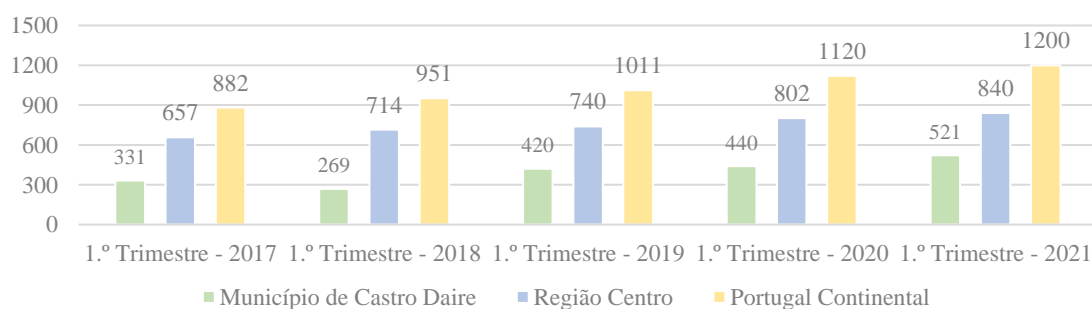
Fonte: Estudo Health Behaviour in School-aged Children (HBSC) - A Saúde dos Adolescentes portugueses em 2014

3.9. Valor médio das rendas de casa

Face ao valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares (€) no primeiro trimestre de cada ano, como demonstra a **Figura 61**, averigua-se que o mesmo, no município de Castro Daire, embora tende a aumentar, apresenta valores menores ao ser comparado com a região Centro e Portugal Continental. Entre o primeiro semestre de 2017 e o primeiro de 2021, o município em análise regista um aumento de 57,4%, a região um acréscimo de 27,9% (aproximadamente) e Portugal 36,1%. Neste sentido, conclui-se que o município de Castro Daire tem denotado a maior evolução no que concerne a este indicador.

Figura 61

Valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares (€) no primeiro trimestre, por município, região e a nível nacional



Fonte: INE – Estatísticas Anuais de preços da habitação ao nível local

Síntese do capítulo 3 “Direito à Sobrevivência”:

Face às análises efetuadas no decorrer do mencionado capítulo, apresentam-se, seguidamente, as principais conclusões:

✚ A desigualdade salarial entre ambos os géneros representam um problema na sociedade contemporânea e, em particular, ao nível do município de Castro Daire. Neste sentido, ainda que a consciencialização deste indicador tenda a ganhar uma maior expressão no decorrer dos anos, a verdade é que existem, ainda, diversas lacunas no sentido de amenizar o mesmo. O concelho em estudo (Castro Daire) apresenta, assim, desigualdade no que concerne ao ganho mensal, para ambos os sexos, dado que o género masculino apresenta uma maior vantagem perante o género feminino. Face ao mencionado, a posição socioeconómica vulnerável a que a mulher é exposta, promove uma maior discrepância, ao nível da qualidade de vida, face ao sexo oposto levando, de igual forma, a que a mesma e, conseqüentemente, o seu agregado familiar, se encontrem mais suscetíveis ao risco social.

✚ No decorrer dos últimos anos, o concelho de Castro Daire apresentou uma diminuição no número de inscritos no Centro de Emprego e de Formação Profissional. Este decréscimo apresentou uma maior expressão na faixa etária dos 25 aos 34 anos, levando, concomitantemente, a um aumento de oportunidades de trabalho bem como, uma melhoria na qualidade de vida, em idade ativa, da população do mencionado município.

✚ No que concerne ao número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção verificou-se, no decorrer do ano de 2018, um aumento percentual de 8,8%, ao nível da região Centro, bem como, um crescimento de 3,8% ao nível do distrito de Viseu. Ainda que, para as localidades anteriormente mencionadas, seja nítido um crescimento do número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção, denota-se uma tendência oposta para Portugal Continental, dado que o mesmo apresentou um decréscimo de 3,8%. Assim sendo, e tendo em consideração o período temporal analisado, a emergência de proteção social de um maior número de agregados familiares poderá relacionar-se com a crise económico-financeira que o país atravessou.

✚ O município de Castro Daire contém, de forma constante, o maior número de beneficiários, ao longo do período em estudo. Atualmente, o mesmo encontra-se com o valor exato registado em Portugal, dado que, de 2019 (no qual o município detinha um universo de 3,2% de beneficiários) para 2020 (onde possui 2,7%), se

assinala um notório declínio na percentagem de indivíduos detentores do referido apoio.

✚ Por sua vez, o valor médio do Rendimento Social de Inserção apresentou um crescimento de 50,77€, no distrito de Viseu, ao longo dos últimos anos. Este aumento monetário, representou num aumento de 203,72€ para 254,49€ em 2018.

✚ No que concerne ao número de titulares com processamento de abono de família, averigua-se que o sexo masculino apresenta, no decorrer do ano de 2018, uma predominância face ao sexo feminino, quer a nível distrital como nacional. Ao longo do período em análise para o mencionado indicador (de 2014 a 2018), verifica-se uma quebra, no distrito de Viseu, para ambos os sexos, tendência essa que se replica em toda a localização geográfica.

✚ Tendo por base as Estatísticas da Segurança Social, a assistência a filho é assumida, maioritariamente, pelo sexo feminino. Neste sentido, os dados permitem-nos corroborar o destaque dado às mulheres, no que concerne às tarefas associadas ao cuidado dos filhos e espaço familiar, uma vez que, entre os anos de 2014 e 2018 torna-se possível verificar um aumento constante de beneficiários do processamento de subsídio por assistência a filho, dos quais o género feminino apresenta um número significativos de indivíduos.

✚ Os hábitos alimentares das crianças e jovens ainda se afiguram muito aquém do expectável dado que existe, ainda, uma elevada percentagem (54,4%) de crianças da região Centro, com idades compreendidas entre os 11 e aos 19, que apresentam excesso de peso. Face ao estudo realizado pela *Health Behaviour in School-aged Children* (HBSC), constatou-se que é no 8.º ano de escolaridade onde se verifica um número superior de crianças e jovens detentores de excesso de peso, representado em 48,3 pontos percentuais.

✚ No que diz respeito ao valor mediano das vendas por m2 de alojamentos familiares (€), verifica-se um aumento no município de Castro Daire, ainda que, comparativamente à realidade regional e nacional se encontre abaixo da média registada. Este aumento permite destacar uma evolução de Castro Daire, no que concerne ao mencionado indicador.

CAPÍTULO 4:

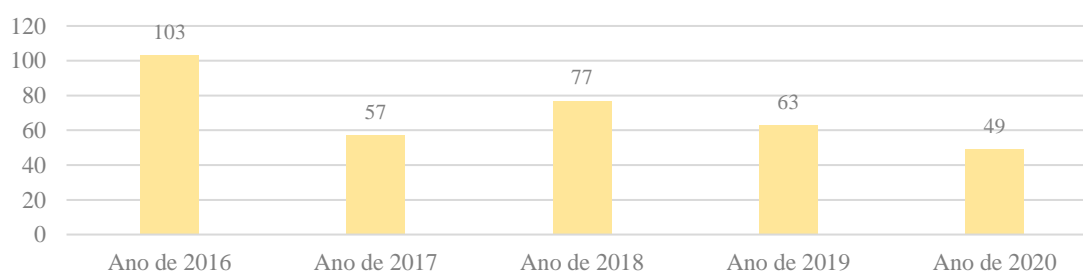
Direito à Proteção

4.1. Número de crianças sinalizadas

O número de crianças sinalizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a nível nacional e, em particular, no município de Castro Daire, permite averiguar que, entre os anos de 2016 e 2020 existiu um decréscimo no número de casos identificados. Assim sendo, Castro Daire, tal como demonstra a **Figura 62**, apresentou o seu máximo no ano de 2016, com um total de 103 crianças sinalizadas e um mínimo de 49, referente ao ano de 2020. No que concerne à realidade nacional (**Figura 63**), torna-se possível constatar que, apesar de registar a mesma tendência do município de Castro Daire, relativamente à diminuição do número de crianças sinalizadas à medida que os anos vão avançado, o valor mais elevado foi registado em 2017, com um total de 71 021 crianças.

Figura 62

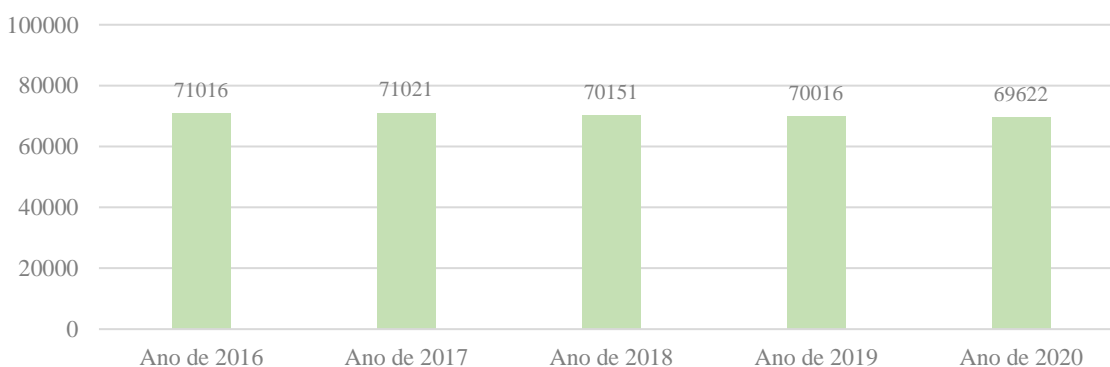
Distribuição, por número, de crianças sinalizadas residentes em Castro Daire



Fonte: Relatório *Caracterização Geral do concelho de Castro Daire*

Figura 63

Distribuição, por número, de crianças sinalizadas residentes em Portugal



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2016 a 2020

4.2. Tipologia de perigo por sexo e idade da criança

De acordo com o Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens – 2016, divulgado no ano de 2017, as situações de perigo participadas à mencionada entidade distribuem-se de acordo com um conjunto de tipologias que têm vindo a ser aplicadas e, por vezes, complementadas com novas subcategorias. Importa, assim, realçar que na presente categorização das situações de perigo consideram-se os processos iniciados no ano (instaurados e reabertos).

As principais situações de perigo comunicadas às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens são, fundamentalmente, a *Negligência*, o *Direito à Educação*, os *Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude* e, por fim, o *Maltrato Físico*, como se reportam as figuras infra. Contudo, no ano de 2016 verificam-se, ainda, situações de exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e o desenvolvimento da criança e no ano de 2020 acrescentam, como categorias de perigo diagnosticadas, a *Violência Doméstica*, o *Maltrato Psicológico*, o *Abandono* e, ainda, a *Exploração Infantil*.

Posto isto, nas situações de perigo aludidas pela **Figura 64** e pela **Figura 65**, verifica-se uma correlação entre o número de crianças e a idade das mesmas. Assim, somente a *Negligência* apresenta tendência a decrescer, conforme o aumento da idade, dado que o *Direito à Educação* e os *Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude* exibem, por sua vez, números superiores com o avanço dos anos do menor. Ademais, torna-se possível observar que o *Maltrato Físico* não detém qualquer relação entre o estágio etário e os valores referentes à situação de perigo, apesar de relatar números mais elevados em crianças dos 6 aos 14 anos.

No que concerne ao género, no ano de 2016, confirma-se a predominância do masculino na *Negligência* (dos 0 aos 18 anos), no *Direito à Educação* (dos 6 aos 18 anos) e nos *Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude* (dos 0 aos 18 anos). Todavia no *Maltrato* registam-se mais rapazes, somente, dos 0 aos 14 anos, dado que dos 15 aos 18 os números revelam-se desfavoráveis para as raparigas. Em 2020, persistem pequenas alterações ao referido, sendo que se observam mais casos do género feminino na *Negligência* (dos 15 aos 17 anos) e no *Direito à Educação* (dos 0 aos 5 anos).

Em suma, ao efetuar uma análise minuciosa à evolução do mencionado indicador, nos últimos cinco anos, conclui-se que, para todas as situações de perigo estudadas, os valores têm vindo a decrescer, o que confere, cada vez mais, uma maior

importância aos assuntos direcionados para a promoção e proteção dos menores, bem como para o desenvolvimento de uma parentalidade positiva.

Figura 64

Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2016, a nível nacional

Escalão etário	Género	Situação de perigo			
		Negligência	Direito à Educação	Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude	Maltrato Físico
0 a 5 anos	Feminino	1 341	0	13	132
	Masculino	1 409	0	19	167
6 a 10 anos	Feminino	1 008	267	118	169
	Masculino	1 182	315	330	240
11 a 14 anos	Feminino	747	650	786	207
	Masculino	813	780	1 358	209
15 a 18 anos	Feminino	431	1 650	1 218	197
	Masculino	472	2 355	1 955	123

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2016

Figura 65

Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2020, a nível nacional

Escalão etário	Género	Situação de perigo			
		Negligência	Direito à Educação	Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude	Maltrato Físico
0 a 5 anos	Feminino	689	3	12	20
	Masculino	730	1	17	24
6 a 10 anos	Feminino	554	85	37	38
	Masculino	581	94	117	62
11 a 14 anos	Feminino	386	212	285	45
	Masculino	434	319	520	49
15 a 17 anos	Feminino	240	402	475	37
	Masculino	221	602	682	29

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2020

4.3. Tipologia dos agregados familiares em que se integram as crianças com diagnóstico

Dessarte, considerando a tipologia familiar da população portuguesa, segundo os Censos de 2011, os modelos de agregado familiar, nos quais residem as crianças

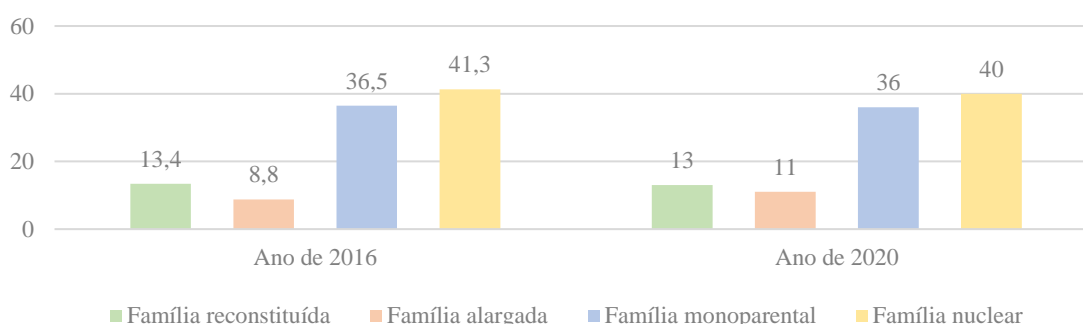
acompanhadas são, nomeadamente, a família reconstituída, a família alargada, a monoparental e, por fim, a nuclear.

Perante a tipologia supracitada, verifica-se, na **Figura 66**, oscilações irrelevantes nos últimos cinco anos. De 2016 a 2020, as famílias nucleares, formadas por casal com filhos, representam a percentagem mais elevada do total dos agregados, tendo, contudo, vindo a decrescer. A este modelo familiar, segue-se o reconstituído e o monoparental que, apesar de não revelarem alterações no decorrer dos anos em estudo, apresentam elevadas percentagens que exigem, por esse motivo, uma maior atenção.

Não obstante às observações constatadas, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDP CJ) revela que, para ambos os anos, 69% dos cuidadores principais eram do sexo feminino e 31% do género masculino.

Figura 66

Caracterização, em termos percentis, do tipo de agregado familiar das crianças e jovens acompanhadas/os no decorrer do período entre 2016 e 2020



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDP CJ) – 2016 a 2020

4.4. Tipo e número de Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

No que concerne à tipologia e ao número de medidas de promoção e proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de todo o território nacional, teremos como recurso a **Figura 67**. Neste sentido, e após uma análise minuciosa da mesma, torna-se possível averiguar que no ano de 2020 foram aplicadas 11 879 medida de promoção e proteção, correspondendo a, aproximadamente, um terço das medidas aplicadas no ano de 2016, no qual foram totalizadas 34 497. Esta redução poderá estar na origem do decréscimo de crianças sinalizadas ao longo dos

últimos anos, tal como foi possível constatar na **Figura 63**, referente ao indicador *número de crianças sinalizadas*.

No que concerne à tipologia das medidas aplicadas, torna-se possível verificar que a mais utilizada, para todos os anos em análise, corresponde ao *apoio junto dos pais* enquanto a medida menos aplicada se refere ao *acolhimento familiar*. Assim sendo, no ano de 2016 foram aplicadas 94 medidas de acolhimento familiar e 27 060 de apoio junto dos pais e no ano de 2020 as mesmas medidas apresentaram um decréscimo, totalizando 24 e 10 062, respetivamente.

Em suma, a medida mais utilizada em todos os anos em análise (de 2016 a 2020) corresponde ao apoio junto dos pais, seguindo-se a medida de apoio junto de um familiar uma vez que a intervenção junto de crianças e jovens em risco deve orientar-se de acordo com os princípios do *primado da continuidade das relações psicológicas profundas*, bem como da *prevalência da família*, desde que estejam reunidas as condições necessárias para o bem-estar do menor (alínea g) e h) do artigo 4.º da Lei 147/99, de 1 de setembro)

Figura 67

Distribuição, por número e tipologia, das Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a nível nacional

Medidas aplicadas	2016	2017	2018	2019	2020
Acolhimento familiar	94	83	42	16	24
Acolhimento residencial	3 242	2 888	1 317	1 007	558
Apoio para a autonomia de vida	207	210	112	74	59
Confiança a pessoa idónea	467	379	154	177	154
Apoio junto de outro familiar	3 427	3 101	1 303	1 329	1 022
Apoio junto dos pais	27 060	25 458	11 094	11 647	10 062

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ) – 2016 a 2020

4.5. Número total de processos

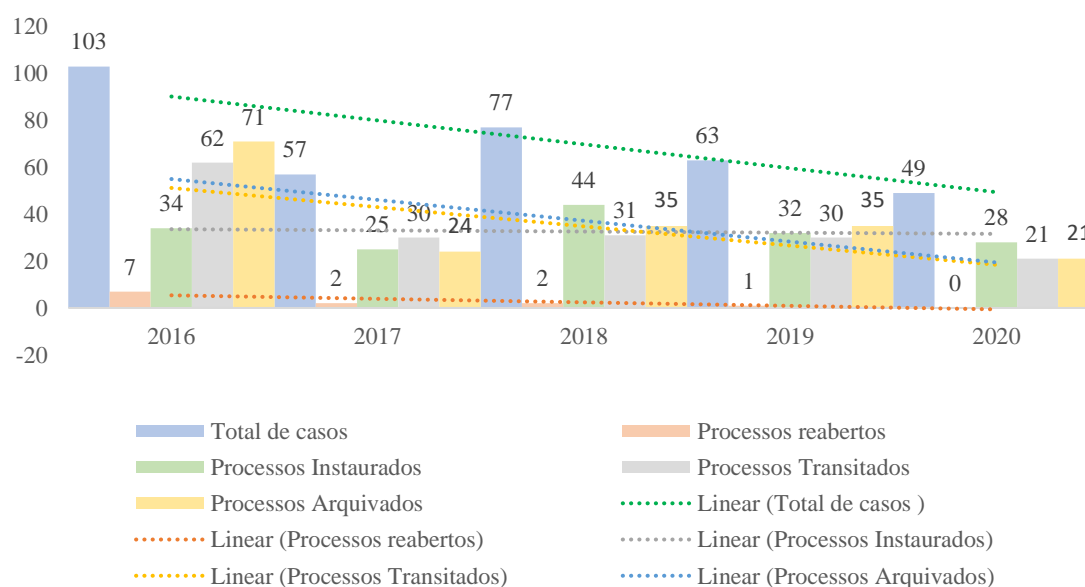
Mediante a análise da **Figura 68**, referente ao número total de processos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do concelho de Castro Daire, denota-se um decréscimo percentual de 52,4%. Não obstante, ainda que seja possível constatar uma diminuição generalizada no número total de casos, no qual se integram os

processos reabertos, os processos instaurados, os processos transitados e os processos arquivados, verifica-se que o maior declínio ocorreu ao nível dos processos arquivados, com uma diminuição de, aproximadamente, 70%, entre os anos de 2016 e 2020. Por sua vez, no que concerne ao número total de processos instaurados, salienta-se que o mesmo não apresentou oscilações relevantes, verificando, entre os anos de 2016 e 2020, um decréscimo de 6 casos. Face ao mencionado, carece, ainda, de especial atenção, o número de processos reabertos, dado que, ao longo do mais recente em estudo, não se verificou a abertura de nenhum processo, comparativamente ao ano de 2016.

Assim sendo, a tendência registada no número total de processos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Castro Daire, apresenta resultados positivos, dado que, no decorrer dos anos em análise, observou-se, de uma forma generalizada, a uma quebra significativa dos mesmos.

Figura 68

Número total de processos da CPCJ de Castro Daire, desde o ano de 2016 até outubro de 2020



Fonte: CPCJ de Castro Daire

4.6. Número de casos que correspondem a processos reabertos

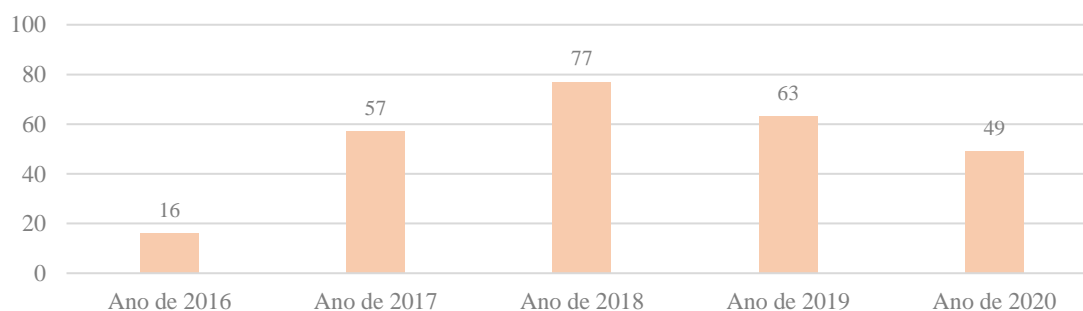
Ao realizar uma análise detalhada das **Figuras 69 e 70**, referentes ao número de processos reabertos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a nível nacional e, em particular, em Castro Daire, verificamos que o número máximo registado

no concelho em estudo ocorreu no ano de 2018, com um total de 77 processos e o número mínimo, igual a 16, ocorreu no ano de 2016. Face ao exposto, ao comparar com o número de casos reabertos de Portugal, torna-se possível constatar que, contrariamente ao ocorrido no concelho de Castro Daire, o número máximo de processos reabertos a nível nacional verificou-se no ano de 2019, com um total de 8 577, e o número mínimo, igual a 7 564, ocorreu no ano de 2018.

Ainda que a realidade do concelho em análise, relativamente ao indicador em estudo, se distancie da realidade nacional, torna-se pertinente salientar que, tanto o concelho de Castro Daire como Portugal apresentaram, no ano de 2020, uma ligeira diminuição face a 2019, totalizando 49 e 7 767, respetivamente, de processos reabertos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Figura 69

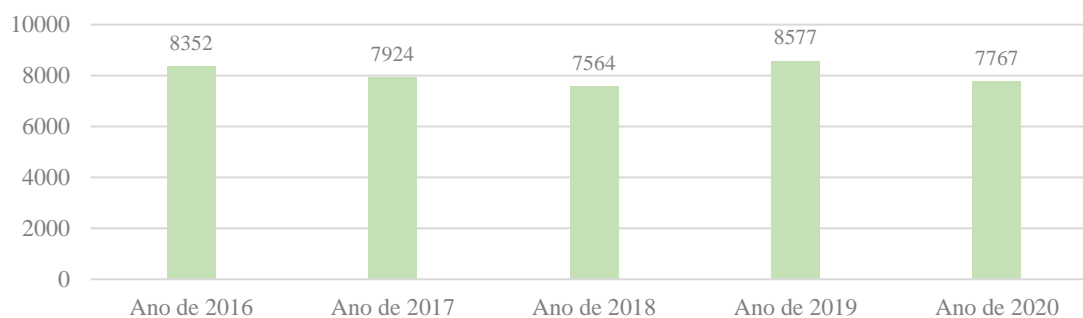
Distribuição, por número, de processos reabertos na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Castro Daire



Fonte: Relatório *Caracterização Geral do concelho de Castro Daire*

Figura 70

Distribuição, por número, de processos reabertos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco de Portugal



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ) – 2016 a 2020

4.7. Número de crimes de violência doméstica contra o cônjuge

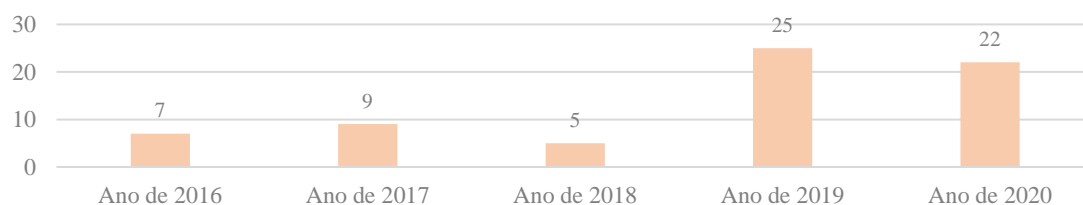
Tendo por base a análise dos dados disponibilizados na **Figura 71**, verifica-se que no ano de 2020 se contabilizou, aproximadamente, quatro vezes mais crimes de violência doméstica contra o cônjuge no concelho de Castro Daire, em comparação com o ano de 2016. O maior número registado ao longo dos anos em análise corresponde a 2019, com um total de 25 crimes, constatando-se uma ligeira diminuição no ano de 2020.

Observando a **Figura 72** verificamos que, entre o ano de 2016 e o ano de 2020, ocorreram mais 248 crimes violência doméstica contra o cônjuge, na região Centro, e 836, em Portugal Continental.

Em suma, tendo por base a análise realizada aos gráficos mencionados, torna-se possível concluir que, quer no concelho de Castro Daire, quer no restante território nacional, o maior número de crimes de violência doméstica contra o cônjuge ocorreu no ano de 2019, constatando-se uma ligeira diminuição no ano de 2020.

Figura 71

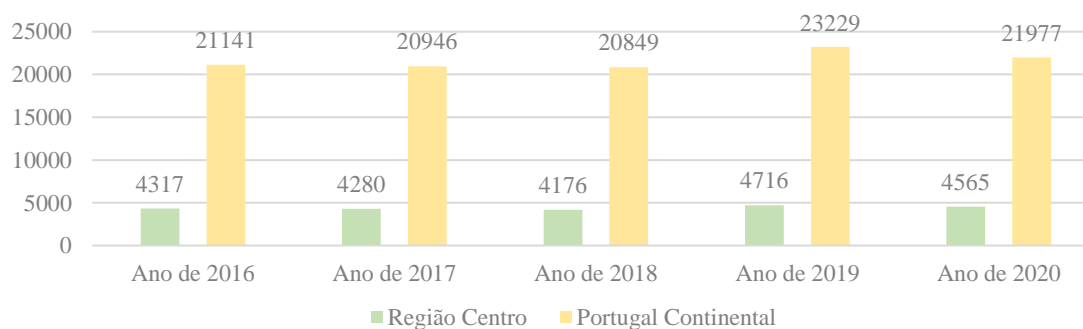
Distribuição, por número, de crimes de violência doméstica contra o cônjuge da população residente em Castro Daire



Fonte: DGPJ/MJ, PORDATA

Figura 72

Distribuição, por número, de crimes de violência doméstica contra o cônjuge a nível regional e nacional



Fonte: DGPJ/MJ, PORDATA

Síntese do capítulo 4 “Direito à Proteção”:

Perante os dados expostos ao longo do capítulo referente ao “Direito à Proteção”, destacam-se as seguintes conclusões:

✚ No decorrer do ano de 2020 verificou-se, no município de Castro Daire, um decréscimo de 52,4% do número de crianças sinalizadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. Esta tendência acompanha a realidade nacional, uma vez que esta diminuição ocorreu, igualmente, em todo o território nacional.

✚ Ao nível das situações de perigo comunicadas com maior frequência às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, verifica-se um leque alargado de comportamentos comprometedores do bem-estar e desenvolvimento das crianças e jovens. Assim, salienta-se a *Negligência*, o *Direito à Educação*, os *Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude*, o *Maltrato Físico*, o *Maltrato Psicológico*, a *Violência Doméstica*, o *Abandono* e, ainda, a *Exploração Infantil*.

✚ Verifica-se uma correlação entre o número total de crianças e a faixa etária das mesmas, relativamente às situações de perigo a que estão submetidas. Neste sentido, a *Negligência* tende a decrescer à medida que os anos aumentam, em oposição ao *Direito à Educação* e aos *Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude*, uma vez que apresentam um aumento com o avanço dos anos. No que concerne ao *Maltrato Físico*, ainda que se registre um maior número de crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos, a frequência do mesmo não se encontra relacionado com a faixa etária do menor.

✚ É notória a predominância do género masculino a vivenciar situações de perigo, no entanto, no decorrer do ano de 2020, constata-se um aumento de casos do género feminino no que concerne a *Negligência* (dos 15 aos 17 anos) e *Direito à Educação* (0 aos 5 anos).

✚ No que concerne à tipologia familiar verificou-se, entre os anos de 2016 e 2020, breves oscilações. Neste sentido, ainda que apresente uma percentagem mais elevada, verificou-se um decréscimo no número de famílias nucleares, formadas por casal e filhos. Em contrapartida, dado o ocorrido, observou-se um aumento dos modelos familiares de tipologia reconstituída e monoparental.

✚ A tipologia do agregado familiar, entre os anos de 2018 e 2019, salienta para a elevada discrepância existente entre ambos os sexos no que concerne aos cuidadores principais. Neste sentido, para os mencionados anos, registou-se um total de 69% de cuidadores principais do sexo feminino e uma percentagem de 31% do género masculino.

✚ Ao longo do ano de 2020 constatou-se uma redução do número total de medidas aplicadas, face ao ano de 2016. Esta diminuição poderá estar relacionada com o decréscimo de crianças sinalizadas nos anos anteriores, tal como verificado anteriormente.

✚ No que concerne à aplicação das medidas de promoção e proteção a crianças e jovens, privilegia-se o contexto familiar como o contexto preferencial de intervenção, uma vez que o *apoio junto dos pais* representa a medida mais utilizada.

✚ Os processos reabertos, por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, apresentou, no decorrer do ano de 2020, uma diminuição, face ao ano de 2019, para a localidade em estudo.

✚ Entre o ano de 2016 e o ano de 2020, o município de Castro Daire registou um aumento significativo do número crimes de violência doméstica contra o cônjuge. Ainda que se tenha verificado uma ténue diminuição em 2020, face a 2019, este indicador apresenta um carácter fundamental e urgente dado que compromete o bem-estar e desenvolvimento das crianças e jovens que compõem os agregados familiares.

Anexo C – Plano Local Estratégico do município de Castro Daire

Eixo I - CPCJ						
Objetivo Estratégico - Capacitar os elementos da CPCJ e promover ações de divulgação e sensibilização junto da comunidade						
Ações	Objetivos	Indicadores	Público-alvo	Parcerias	Calendarização	Responsável pela ação e avaliação
Ações de formação	Formar e dotar os técnicos/elementos de mais competências para uma melhor atuação	Número de ações Número de participantes	CPCJ e Parcerias	CPCJ Câmara Municipal	2022 - 2024	CPCJ
CPCJ + Perto	Divulgar a Comissão e a sua intervenção	Número de ações e participantes	Comunidade	Câmara Municipal CPCJ Agrupamento de Escolas Associação de Pais Agrupamento de Escuteiros (CNE)	2022 - 2024	CPCJ Representante da Associação de Pais

Eixo II – Família**Objetivo Estratégico – Promover a participação ativa de todos os elementos do agregado familiar, de modo a reforçar laços afetivos e de coesão familiar**

Ação	Objetivo	Indicadores	Público-alvo	Parcerias	Calendarização	Responsável pela ação e avaliação
Caminhar em Família	Reforçar laços afetivos e intergeracionais	Número de participantes quer por agregado familiar e na sua totalidade	Famílias	CPCJ Câmara Municipal CNE Associação de Pais GNR Bombeiros Confraria do Bolo Podre	15 de Maio de 2022	Representante da Associação de Pais Representante do CNE
Assinalar datas comemorativas relacionadas com as famílias	Sensibilizar para a temática de cada dia (Dia da mãe, dias dos avós, etc)	Número de partilhas Número de datas	Comunidade	CPCJ Comunidade	2022 - 2024	CPCJ
Calendário dos Afetos	Sensibilizar para a importância dos afetos no seio da família	Nº de calendários distribuídos Número de ações (min 1 p/ano)	Pré-Escolar	CPCJ Agrupamento de Escolas	2022 - 2024	CPCJ

Eixo III – Educação

Objetivo Estratégico – Promover a interação entre a Escola e as Famílias

Ação	Objetivo	Indicadores	Público-alvo	Parcerias	Calendarização	Responsável pela ação e avaliação
Semana dos Valores	Cultivar os valores de modo a garantir uma convivência ética e saudável entre os seres humanos	Número de participantes total e distinguir em termos de papel na sociedade (exemplo: alunos, professores, AAE, pais/enc. de educação)	Alunos do Agrupamento de Escolas EPMS	CPCJ CNE Agrupamento de Escolas EPMS UCC GNR	2022 - 2024	Representante do CNE Representante da Associação de Pais Representante das Forças de Segurança Elemento Cooptado
Um dia com o Exército	Combater o absentismo e abandono escolar	Número de alunos Número de ações Questionário de Satisfação	Alunos 11ºano Agrupamento de Escolas EPMS	CPCJ Agrupamento de Escolas EPMS	2022 - 2024	CPCJ Autarquia
Tertúlias com Jovens	Identificar interesses e necessidades das crianças/jovens	Número de alunos Número de ações (min 1 p/ ano)	Ensino Secundário EPMS	Agrupamento de Escolas EPMS CPCJ GNR	2022 - 2024	Representante da Associação de Pais Representante das Forças de Segurança
Educar para a Diversidade de Orientação Sexual	Sessão de esclarecimento e sensibilização para a não-	Número de alunos por anos de escolaridade e sexo	Alunos do 3.º ciclo e secundário	Agrupamento de Escolas EPMS CPCJ	2022 - 2024	Elemento Cooptado CPCJ

	discriminação com base em questões de orientação sexual, identidade, expressão de género e características sexuais.		EPMS	UCC		
Estendal dos Direitos	Alertar e sensibilizar para os direitos das crianças e para a problemática dos maus-tratos	Número de Associações/instituições envolvidas Número de peças de roupa	Comunidade em geral	CPCJ Câmara Municipal CNE Associação de Pais UCC IPSS	2022 - 2024	CPCJ
Educar para o Direito	Dar a conhecer, à luz da constituição, a existência de três direitos fundamentais: “Direitos, Liberdades e Garantias”	Número de Ações Número de alunos	Alunos do 2.º ciclo Alunos do 9.º ano	Câmara Municipal Agrupamento de Escolas EPMS CPCJ Associação de Pais	2022 - 2024	CPCJ

Eixo IV – Saúde

Objetivo Estratégico – Promover o bem-estar físico e psicossocial

Ação	Objetivo	Indicadores	Público-alvo	Parcerias	Calendarização	Responsável pela ação e avaliação
Espectáculo de Dança Sénior e Tuna dos 60	Prevenir/Sensibilizar para os Maus Tratos na Infância/Juventude	Número de participantes	Comunidade em geral	Rádio Limite CPCJ Academia Sénior CNE Câmara Municipal	Abril 2022	CPCJ
Formação do “Laço Azul”	Prevenir/Sensibilizar para os Maus Tratos na Infância/Juventude	Número de visualização	Comunidade em geral	CPCJ Bombeiros de Farejinhãs	Abril 2022 - 2024	Elemento cooptado
“Correr com os Maus Tratos”	Prevenir/Sensibilizar para os Maus Tratos na Infância/Juventude	Número de participantes	Comunidade em geral	Associação de Pais CPCJ Câmara Municipal CNE	Abril 2022 - 2024	CPCJ
“Ver para Crer”	Prevenir/Sensibilizar para a problemática do Alcoolismo/Drogas	Número de participantes	Comunidade Escolar	CPCJ Agrupamento de Escolas EPMS Alcoólicos anónimos	2022 - 2024	CPCJ Elemento Cooptado
“Violências”	Prevenir comportamentos de risco em contexto de Violência	Número de participantes	Comunidade em geral	GNR Agrupamento de Escolas EPMS	2022 – 2024	CPCJ

	Doméstica e Violência no Namoro			CPCJ NAVVD		Elementos Cooptados
	Ação de Sensibilização para o <i>Bullying</i> e <i>Cyberbullying</i>	Número de alunos por ano de escolaridade	Alunos do 2.º ciclo Alunos do 3.º ciclo EPMS	GNR Agrupamento de Escolas EPMS CPCJ UCC	2022 – 2024	
“Dia Europeu da Proteção das Crianças contra a Exploração e Abuso Sexual” – 18 de novembro	Sensibilizar para esta temática	Número de participantes Número de Entidades envolvidas Número de visualizações e partilhas no Facebook	Agrupamento de Escolas CPCJ UCC	Agrupamento de Escolas CPCJ UCC	Novembro 2022-2024	CPCJ Elemento Cooptado

SUGESTÕES GERAIS:

- Falta de adesão das famílias às ações propostas: divulgação no maior número de meios possível (por exemplo, redes sociais); realizar ações em horário pós-laboral; estabelecer contactos próximos e frequentes com as famílias; aproveitar ações que são realizadas com crianças e jovens em âmbito escolar para incentivá-las a publicitar junto dos pais as atividades a estes últimos destinadas; atrair a participação com estratégias como, por exemplo, a *oferta de um lanche, dinamização de momentos lúdicos/de festa, articulando esses momentos de informalidade, tanto quanto possível, com a vertente formativa e informativa*; procurar ir ao

encontro das crianças, jovens e famílias que habitam em *freguesias mais isoladas e distantes do centro* da vila (articulação com as Juntas de Freguesia; colaboração do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal | Rede Europeia Anti Pobreza, através dos estágios curriculares da licenciatura em Educação Social e do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, para realização de atividades).

- Avaliação das atividades: Como será realizada? Como perceber se há, efetivamente, sensibilização e eventual mudança de comportamentos? Talvez seja insuficiente avaliar apenas através de indicadores como o número e/ou a satisfação de participantes. **Ferramentas e estratégias que podem ser úteis**: *observação* de participação/envolvimento dos intervenientes; ir *questionando os participantes de ação em ação sobre o que foi abordado nas ações anteriores*; estabelecer *conversas informais* com algumas crianças, jovens e famílias seja sobre as ações realizadas, seja sobre o dia-a-dia escolar e familiar (preservando, naturalmente, a discrição e evitando intromissão); voltar a lançar as *questões dos questionários implementados no projeto ADÉLIA tidas como mais relevantes para o contexto*, por exemplo, a meio e no final do intervalo de tempo 2022-2024, e comparar resultados.
- Divulgação do Diagnóstico e do Plano Local: sugere-se que aconteça não apenas numa cerimónia formal ou em canais institucionais oficiais. Um vídeo breve em que elementos da CPCJ e até crianças e jovens e/ou famílias falam sobre os principais desafios encontrados no concelho e o que se está a planear para as enfrentar, publicado nas redes sociais, pode ser um ótimo complemento na divulgação.

OUTRAS PROPOSTAS E SUGESTÕES DE MELHORIA DE ATIVIDADES A TER EM CONTA NO PLANO LOCAL (POR EIXO):

→ EIXO II – FAMÍLIA

- Dado o aumento registado de famílias monoparentais, nos últimos anos, no município de Castro Daire, sugere-se a *promoção de um maior apoio social e a criação de dinâmicas de capacitação* para as mesmas, uma vez que a maioria

desta tipologia familiar não apresenta uma rede de suporte informal sustentada. Por exemplo: auxiliar ao nível de atividades extracurriculares após o horário escolar;

- Uma vez que as famílias monoparentais apresentam um elevado risco de isolamento social, coloca-se a possibilidade de *promover encontros com outras famílias* (através de lanches comunitários ou passeios familiares, por exemplo), permitindo um maior envolvimento com a restante comunidade.
- Recomendam-se, ainda, *ações de sensibilização para pais/encarregados de educação* sobre a **Parentalidade Positiva**. Contudo, tendo em consideração a dificuldade de envolvimento, por parte das famílias, nesta tipologia de atividades, sugerimos que as mesmas sejam dinamizadas em parceria com as Juntas de Freguesia, no sentido de facilitar a participação dos mesmos (auxílio nas deslocações, por exemplo).
- - “Calendário dos Afetos” é uma excelente iniciativa! Talvez seja conveniente esclarecer como será desenvolvida, ou seja, de que forma as crianças contribuirão para a elaboração do calendário (com desenhos, com fotografias, etc.) e procurar que, através desse contributo, haja uma mensagem que sensibilize efetivamente a comunidade, a escola, as famílias para a importância dos afetos. Sugestão: Porque não alargá-la a outras faixas etárias?

→ EIXO III – EDUCAÇÃO

- É importante que a ação “Tertúlias com Jovens”, enquanto atividade diagnóstica, seja a base de todas as outras ações. É pertinente estendê-la a todas as faixas etárias.
- Clarificar de que forma a ação “Um dia com o Exército” pode contribuir para a prevenção e redução do abandono e do absentismo escolares.
- Adaptar o nome da ação “Educar para a Diversidade de Orientação Sexual” por não ser suficientemente abrangente/adaptado à temática; ausência de outras dimensões igualmente fundamentais.

→ *Combater a elevada taxa de retenção e desistência, bem como o absentismo e abandono escolares*

1. *Realizar “Feiras de Emprego” ou “Feiras das Profissões” ou dias temáticos* (com visitas a instituições; com o contacto com várias realidades profissionais) para os alunos, em particular, os do 3.º Ciclo do Ensino Básico e os alunos do Ensino Secundário, no sentido de atenuar a elevada taxa de abandono/retenção escolar. Contudo, consideramos que estas questões devem ser trabalhadas, precocemente, com públicos mais novos;
2. À semelhança da atividade anterior, e com vista à promoção de um maior envolvimento entre a família e a comunidade escolar, possibilita-se, mediante o testemunho de alguns pais/encarregados de educação ou outros familiares, a *partilha do seu percurso profissional aos alunos*, especificando qual a área profissional que exercem, bem como as funções que desempenham;
3. Propor que a Associação de Pais do Município de Castro Daire, membro associado da União Distrital da Associação de Pais de Viseu (UDAP), mediante a sua colaboração com as restantes associações do Distrito de Viseu, encontre alternativas viáveis de combate à retenção escolar;
4. Promover um *apoio mais individualizado aos alunos*, através de *equipas multidisciplinares*, a fim de fomentar um maior sucesso educativo (à semelhança do trabalho desenvolvido pela **Escolas TEIP** – Territórios Educativos de Intervenção Prioritária).
5. Parceria com a EAPN (Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal | Rede Europeia Anti-Pobreza): *Sessões de sensibilização* sobre as “Boas Práticas Educativas” realizadas pelo Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal | Rede Europeia Anti-Pobreza; *Workshops* e/ou *World Café* e/ou “À conversa com...” sobre uma temática proposta pela CPCJ de Castro Daire; *formação dos técnicos*.

→ EIXO IV – SAÚDE

- Tendo por base a elevada taxa de violência doméstica, bem como situações de *bullying* vivenciadas em contexto escolar, coloca-se, como sugestão, a *dinamização de sessões* para os professores/assistentes operacionais/pais/crianças/jovens sobre a importância da saúde mental;
- Capacitar os profissionais e sensibilizar as crianças/jovens para a violência interpessoal, através do Programa “Prevint” (<https://www.prevint.pt/>).
- Atenção ao problema do álcool: continuar a promover controlo em articulação com as autoridades competentes. Multiplicar a ação “Ver para crer”. Aferir disponibilidade de colaboração do SICAD na implementação, por exemplo, do programa “Eu e os Outros”.
- A ação “Violências” deverá ser dividida por temáticas (violência doméstica, violência no namoro e *bullying*). Ao longo dos dois anos de implementação, devem ser concretizadas diversas atividades nesses âmbitos para privilegiar, ao longo do tempo, a prevenção. Um teatro/dramatização sobre as temáticas, em que as crianças e jovens sejam protagonistas, pode ser uma ótima oportunidade para envolver e sensibilizar a comunidade.

Diagnóstico Local da Realidade Infantojuvenil

Município de Oliveira de Frades

1. CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

O concelho de Oliveira de Frades pertence ao distrito de Viseu e localiza-se, concomitantemente, na Região Centro (NUT II), bem como em Viseu Dão-Lafões (NUT III) e detém, como população residente no ano de 2020, um universo de 9 963 habitantes. Ademais, o município abrange uma área de 145,4km², subdividida por um conjunto de oito freguesias, nomeadamente, a União de Freguesias de Arca e Varzielas (situada na porção menor), São João da Serra, Ribeiradio, Arcozelo das Maias, Pinheiro, a União de Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães, São Vicente de Lafões e, por fim, a União de Freguesias de Destriz e Reigoso.

Importa salientar, assim, que Oliveira de Frades é um dos poucos municípios de Portugal que se encontra, territorialmente, descontínuo, integrando, deste modo, duas porções: a principal, onde se situa a vila, e outra menor, posicionada a poucos quilómetros para sudoeste. Neste seguimento, a área central, composta por sete freguesias, é limitada a nordeste pelo município de São Pedro do Sul, a sueste por Vouzela, a sudoeste por Águeda, a oeste por Sever do Vouga e a noroeste por Vale de Cambra, enquanto o território secundário (exclave), no qual se situa somente a União de Freguesias de Arca e Varzielas, é cercado a norte e nordeste por Vouzela, a sul e sudoeste por Tondela e, por fim, a oeste por Águeda.

No que concerne ao relevo, o município em estudo confina uma paisagem granítica que lhe é particular, devido às serras que o delimitam, nomeadamente, das Talhadas, a sudoeste, do Caramulo, a sul, da Gralheira, a norte, e ainda a do Ladário. Não obstante ao descrito, como recursos hídricos possui os rios Vouga, Alfusqueiro e o rio Teixeira, tendo, de igual modo, a barragem de Ribeiradio/Ermidã com um forte potencial, não somente a nível de produção e abastecimento de energia hidroelétrica, como também a nível turístico.

Com uma matriz rural, Oliveira de Frades detém atividades económicas essenciais à indústria, à avicultura, ao comércio e ao turismo, dada a facilidade e o suporte das acessibilidades, sobretudo a A15, que permitiu, num reduzido período de tempo, uma alteração radical do seu tecido social e económico. A permanência dos

acessos facilita a circulação de pessoas, bens e possibilita, conseqüentemente, o desenvolvimento territorial, situação que contribui para impulsionar, de um modo positivo, a sua evolução.

Em tom de conclusão, importa ressaltar que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) do município de Oliveira de Frades iniciou as suas funções no dia 11 de abril de 2002, pela portaria n.º 395 do DR n.º 113/2002, a fim de dar cumprimento aos objetivos de promoção dos direitos das nossas crianças, bem como ao de prevenção das situações de perigo, conforme o estabelecido no n.º 1 do *artigo 18.º* da Lei de Promoção e Proteção (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro).

2. DEMOGRAFIA E FAMÍLIAS

2.1. *População residente segundo grupos etários e sexo*

Ao analisar as **Figuras 1 e 2**, relativas ao número de população residente no município de Oliveira de Frades, torna-se possível verificar que no ano de 2016 existiu um total de 10 030 habitantes, dos quais 1 947 pertenciam ao grupo etário dos 0 aos 19 anos, 2 509 dos 20 aos 39 anos, 2 833 dos 40 aos 59 anos e, por fim, 2 745 apresentavam idades compreendidas entre os 60 ou mais anos. Comparativamente aos dados apresentados para o ano de 2020, constata-se que existiu um decréscimo de 0,69% ao longo dos cinco anos antecedentes, bem como, uma diminuição de 3,3%, face ao ano de 2010. Neste sentido, o mais recente ano em análise apresenta um total de 9 961 de população residente, sendo que 1 782 correspondem à faixa etária até aos 19 anos, 2 451 com idades entre os 20 e os 39 anos, 2 887 dos 40 aos 59 anos e, para os indivíduos com 60 ou mais anos, existe um total de 2 843 habitante. Tendo por base a mencionada figura, verifica-se que, entre o 2016 e 2020, o grupo etário dos 40 e os 39 anos apresentou maior dimensão, no entanto, ao comparar com os dados do ano de 2010, o maior número de habitantes apresentava idades entre os 20 e os 39 anos. No que concerne aos indivíduos dos 0 aos 19 anos, verifica-se que entre o primeiro e o último ano em análise existiu uma quebra de 18,1%.

O mencionado município apresenta, ainda, uma distribuição semelhante, ao longo do período temporal em estudo, para os diferentes géneros, tal como se observa na **Figura 3**. Neste sentido, no ano de 2010 e entre os anos de 2016 e de 2020, a percentagem de habitantes do sexo feminino foi superior à percentagem de habitantes do sexo masculino, no entanto, ainda que em 2010 e 2020 a percentagem se tenha

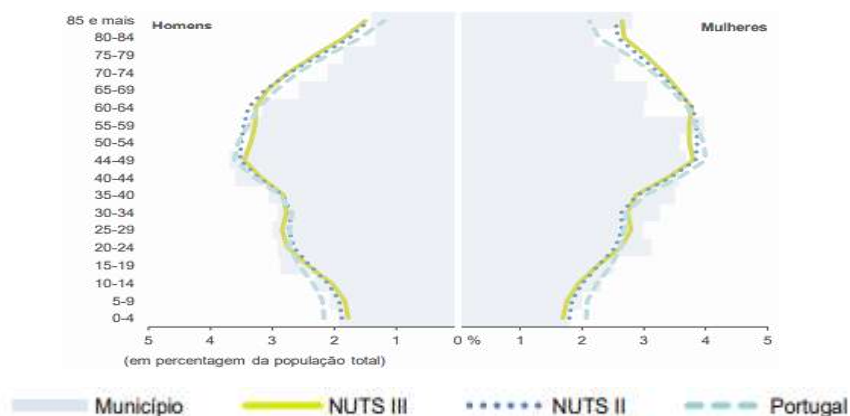
mantido igual para os dois géneros, existiu um aumento de 0,3% de mulheres entre o ano de 2016 e 2018, levando a que se verificasse, simultaneamente, um decréscimo de 0,3% de homens para os mencionados anos.

Por sua vez, tendo como base as **Figuras 4 e 5**, torna-se possível contatar que, tal como o verificado em Oliveira de Frades, também Portugal Continental e a região Centro registaram uma diminuição populacional entre 2010 e 2020. Ao longo dos últimos anos, Portugal Continental tem vindo a registar o maior número de população com a faixa etária dos 40 aos 59 anos, no entanto, e contrariamente ao município em estudo, o grupo etário com maior expressão na região Centro corresponde à população com 60 anos ou mais, entre 2016 e 2020, e o grupo etário dos 40 aos 59 anos, para o ano de 2010.

No que concerne à distribuição por género em Portugal Continental e na região Centro, o sexo feminino apresenta um maior número face ao sexo masculino, tendência essa que se verifica, similarmente, no município de Oliveira de Frades. No entanto, ainda que no mesmo se tenha verificado uma ligeira diminuição no sexo feminino e um ligeiro aumento no sexo masculino, entre os anos de 2016 e 2018, o mesmo não se verificou para os restantes territórios analisados. Assim sendo, entre 2010 e 2020, Portugal Continental apresentou um aumento de 0,66% de habitantes do sexo feminino e uma diminuição, no mesmo valor percentual, no sexo masculino, enquanto que, na região Centro, embora se tenha verificado um decréscimo para os dois géneros, verificou-se uma diminuição de 0,03% no género feminino e um aumento de 0,03% no masculino, entre os anos de 2018 e 2020.

Figura 1

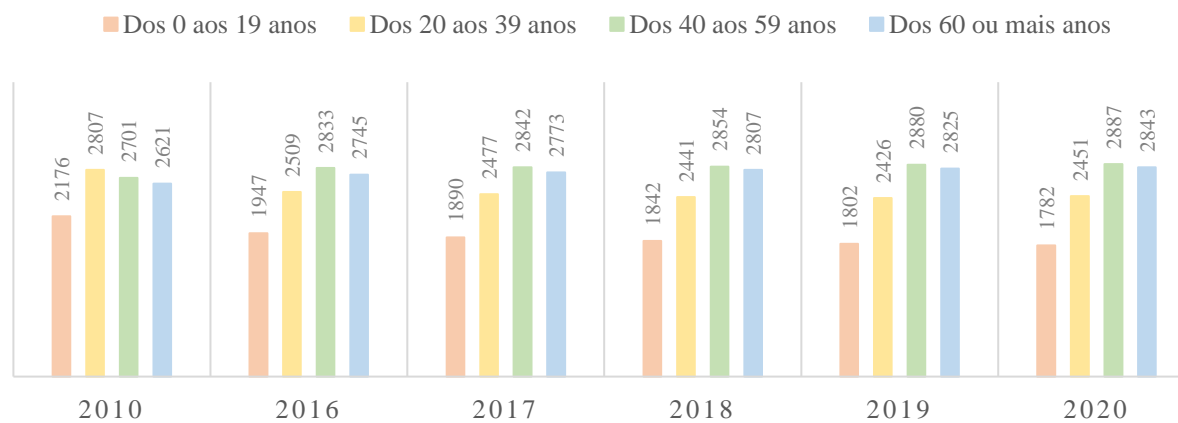
Estrutura etária da população residente no município de Oliveira de Frades, em 2020



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

Figura 2

Distribuição, por número, da população residente em Oliveira de Frades, segundo os grupos etários



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Figura 3

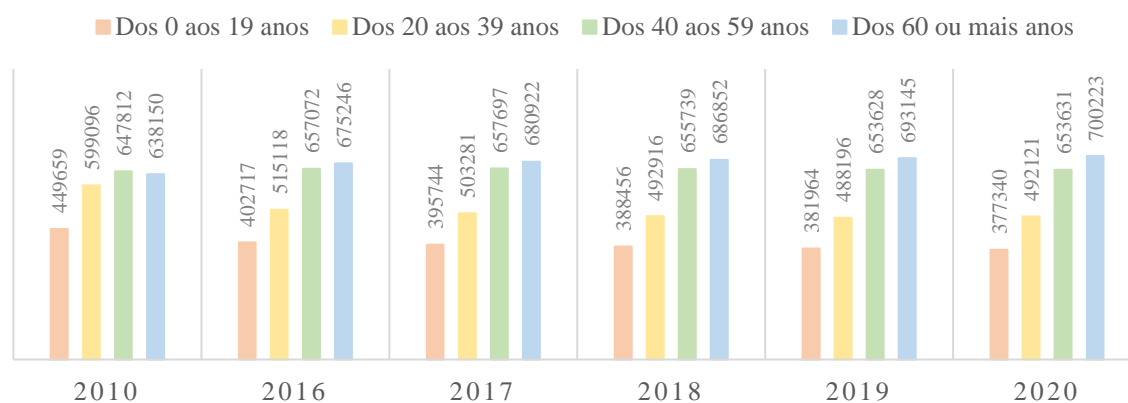
Distribuição, por número e percentagem, da população residente em Oliveira de Frades, segundo o género

Ano	Mulheres		Homens	
	Número (total)	Percentagem	Número (total)	Percentagem
2010	5 404	52,5%	4 897	47,5%
2016	5 294	52,8%	4 736	47,2%
2017	5 263	52,8%	4 715	47,2%
2018	5 243	52,8%	4 695	47,2%
2019	5 224	52,6%	4 704	47,4%
2020	5 228	52,5%	4 733	47,5%

Fonte: INE, PORDATA

Figura 4

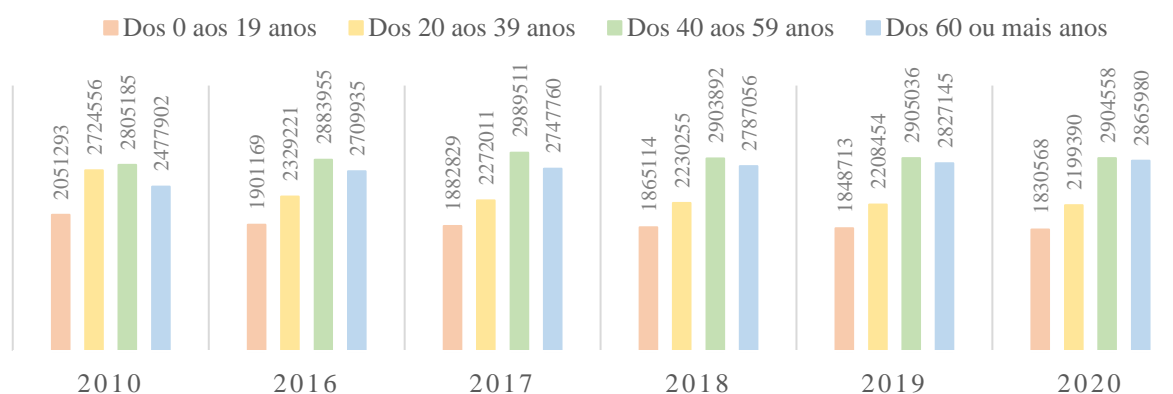
Distribuição, por número, da população residente na região Centro, segundos os grupos etários



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Figura 5

Distribuição, por número, da população residente em Portugal Continental, segundos os grupos etários



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Figura 6

Distribuição, por número, da população residente em Portugal Continental e na região Centro, segundo o género

Ano	Portugal Continental		Região Centro	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2010	5 248 105	4 810 827	1 218 792	1 115 923
2016	5 171 558	4 652 720	1 183 509	1 066 640
2017	5 163 912	4 637 194	1 177 511	1 060 130
2018	5 163 248	4 623 064	1 170 951	1 053 007
2019	5 169 803	4 619 540	1 166 729	1 050 198
2020	5 177 194	4 623 300	1 169 893	1 053 416

Fonte: INE, PORDATA

2.2. Nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos

Mediante a **Figura 7**, alusiva aos nascimentos ocorridos em idades tardias de mulheres residentes em Oliveira de Frades, torna-se fundamental destacar, entre os últimos quatro anos em análise, a soma de 11 nados-vivos, representada, em termos percentuais, por um apreensivo aumento de 61,1%. Neste sentido, ao analisar o ano de 2016, observa-se que, do todo, surgiu 1 nascimento na faixa-etária dos 45 aos 49 anos, sendo este cenário replicado, novamente e de acordo com a mesma figura, no ano de 2020. Para as restantes faixas-etárias, realça-se preocupantes oscilações nas idades dos 35 aos 39 anos, na medida em que se observa de 2016 para 2020 mais 13 nascimentos (um aumento de 108,3 pontos percentuais) na idade supramencionada. Ademais, importa esclarecer a ausência de registos dos 50 ou mais anos de mães residentes no território municipal.

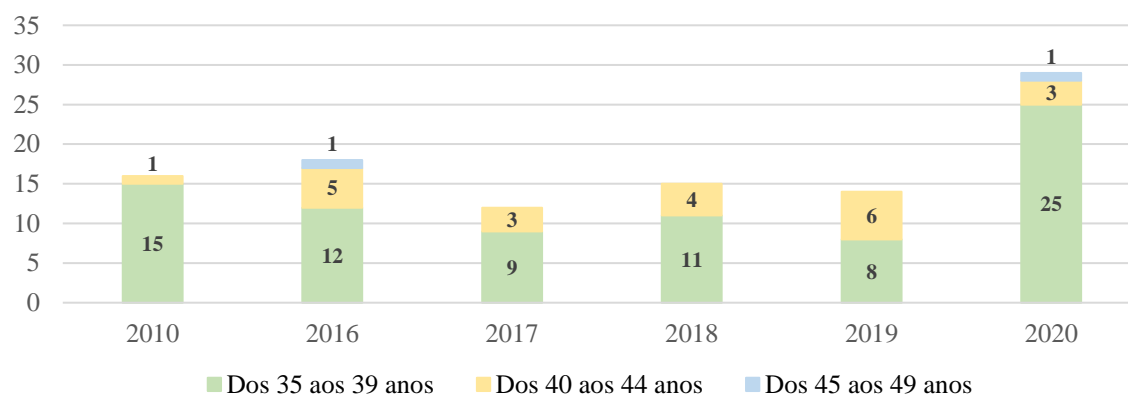
Por outro lado, conforme os dados expostos na **Figura 8**, relativos à região centro e ao continente, menciona-se, para os últimos 4 anos, uma colossal subida do número de nascimentos ocorridos em todas as faixas etárias acima dos 40 anos. Todavia, de 2016 a 2020, ambas as zonas assinalam um decréscimo na faixa etária dos 35 aos 39 anos, tendência que se inverte no município em estudo, dado ser precisamente nestas idades onde ocorrem mais nados-vivos em Oliveira de Frades.

Em suma, face a uma comparação dos valores para os últimos 10 anos, confirma-se a acentuada e preocupante expansão do presente indicador para os três territórios geográficos. Assim, as conclusões retidas neste ponto podem se encontrar na

origem de múltiplos fatores da época atual, sendo de mencionar a instabilidade financeira, a ausência de uma relação conjugal ou a saída tardia de casa dos pais.

Figura 7

Número dos nascimentos ocorridos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, por grupo etário, residentes no município de Oliveira de Frades



Fonte: PORADATA | municípios, *Nascimentos e fecundidade*

Figura 8

Número dos nascimentos ocorridos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, por grupo etário, residentes na Região Centro e em Portugal Continental

Ano	Região Centro				Portugal Continental			
	Dos 35 aos 39 anos	Dos 40 aos 44 anos	Dos 45 aos 49 anos	Dos 50 ou mais anos	Dos 35 aos 39 anos	Dos 40 aos 44 anos	Dos 45 aos 49 anos	Dos 50 ou mais anos
2010	3 414	685	24	3	17 560	3 407	167	13
2016	4 251	944	44	4	20 832	5 157	263	16
2017	4 236	1 073	46	3	20 674	5 456	264	20
2018	4 291	1 110	72	6	21 173	5 779	355	26
2019	4 142	1 206	82	1	21 144	6 049	368	24
2020	4 237	1 232	75	5	20 736	6 030	430	28

Fonte: PORADATA | municípios, *Nascimentos e fecundidade*

2.3. Nados-vivos

A figura infra permite destacar, de um modo preciso, o universo de nados-vivos de mães que residem nas três áreas em estudo, nomeadamente, em Portugal Continental, na região Centro, bem como no município de Oliveira de Frades.

Após efetuar a análise da **Figura 9**, prevê-se uma perda significativa do número total de nascimentos ocorridos nas duas maiores zonas, ao longo dos últimos 10 anos, registando somente, de 2017 para 2018, um aumento de 873 nados-vivos no território continental (o que corresponde a um crescimento de 1,06%) e de 138 no Centro (crescimento de 0,87%). Face ao exposto, o município contém um decréscimo semelhante, pois, no último ano em análise, revela menos 9 nascimentos do que em 2010. Contudo, nos anos mais recentes, os números de Oliveira de Frades tendem a ampliar de uma forma gradual, assinalando apenas uma perda de 4 nascimentos de 2019 para 2020, o que contraria as observações tidas para as restantes duas áreas, nas quais a evolução, para o período supracitado, se revela negativa.

Em suma, ao considerar a evolução entre 2016 e 2020, a mesma figura evidencia que, para Portugal Continental e para a região Centro, o último ano apresenta o valor mais baixo, todavia, em termos municipais, o mesmo é registado, de imediato, no ano de 2016. Deste modo, no ano de 2016, o concelho representava 0,08% do território português, sendo que, em 2020, continha mais 0,01%, um absoluto de 0,09% deste total, como permitem concluir os dados da **Figura 9**.

Figura 9

Distribuição do número total de nados-vivos de mães residentes em Portugal Continental, na Região Centro e em Oliveira de Frades

Ano	Portugal Continental	Região Centro	Oliveira de Frades
2010	96 133	19 127	83
2016	83 005	16 252	66
2017	81 975	15 926	71
2018	82 848	16 064	78
2019	82 556	15 871	78
2020	80 464	15 738	74

Fonte: PORDATA | municípios, *Nascimentos e fecundidade*

2.4. Óbitos

O número total de óbitos registado para o concelho de Oliveira de Frades, representado na **Figura 10**, permite verificar que, ao longo dos últimos dez anos e, especificamente, entre os anos de 2016 e 2020, se manteve nos valores expetáveis. Neste sentido, é apenas no decorrer dos anos 2019 e 2020 que se registam óbitos na faixa etária até aos 9 anos de idade, enquanto que, entre os 10 e os 19 anos, não se encontra qualquer registo. Ao longo dos anos em análise, constata-se que os jovens adultos (com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos) apresentaram número igual de óbitos nos anos de 2010 e 2020, no entanto, é de salientar que o número mais reduzido ocorreu no ano de 2017 e 2019, seguindo-se de um aumento com maior expressão, no último ano em análise. Neste sentido, e tal como previsto, a população com 80 ou mais anos apresenta o valor mais elevado de óbitos, seguindo-se da faixa etária dos 50 aos 79 anos.

Por sua vez, no que concerne à realidade nacional e regional, averigua-se que, contrariamente ao ocorrido no município em estudo, o número total de óbitos infantil apresentou uma diminuição ao longo da última década, tendo registado o valor mais baixo de 270 para Portugal Continental e 49 para a região Centro (**Figura 12**).

Face ao exposto, torna-se pertinente mencionar ainda que, para todos as localidades em análise, entre 2010 e 2020 existiu uma diminuição do número de óbitos para todas as faixas etárias, à exceção do ligeiro aumento verificado em Oliveira de Frades nas idades compreendidas dos 0 aos 9 anos, bem como, da faixa etária dos 50 aos 79 anos registado para Portugal Continental. Tal como expectável, os cidadãos com idade igual ou superior a 80 anos, apresentaram uma maior percentagem de taxa de mortalidade para todas as áreas em análise.

Figura 10

Distribuição do número total de óbitos da população residente em Oliveira de Frades

Ano	Dos 0 aos 9 anos	Dos 10 aos 19 anos	Dos 20 aos 49 anos	Dos 50 aos 79 anos	Dos 80 anos ou mais
2010	0	0	7	40	70
2016	0	0	3	41	78
2017	0	0	2	40	69
2018	0	0	6	28	66
2019	1	0	2	31	81
2020	2	0	7	35	87

Fonte: PORDATA | municípios, Óbitos e esperança de vida

Figura 11

Distribuição do número de nados-vivos e óbitos, por NUTS e por município, do ano 2017 a 2020



Fonte: INE, Nados-vivos e Óbitos

Figura 12

Distribuição do número total de óbitos da população residente em Portugal Continental e na região Centro

Ano	Região Centro					Portugal Continental				
	Dos 0 aos 9 anos	Dos 10 aos 19 anos	Dos 20 aos 49 anos	Dos 50 aos 79 anos	Dos 80 ou mais anos	Dos 0 aos 9 anos	Dos 10 aos 19 anos	Dos 20 aos 49 anos	Dos 50 aos 79 anos	Dos 80 ou mais anos
2010	61	54	1 227	10 365	15 368	359	211	5 570	41 508	53 163
2016	52	45	809	9 662	17 490	354	166	3 794	39 580	61 645
2017	63	31	873	9 462	17 619	309	157	3 860	38 636	62 020
2018	60	45	742	9 393	18 467	369	156	3 769	39 113	64 611
2019	55	39	758	9 180	18 033	326	149	3 570	38 551	64 239
2020	49	35	803	9 757	19 602	270	153	3 781	42 012	71 968

Fonte: PORDATA | municípios, Óbitos e esperança de vida

2.5. Densidade populacional

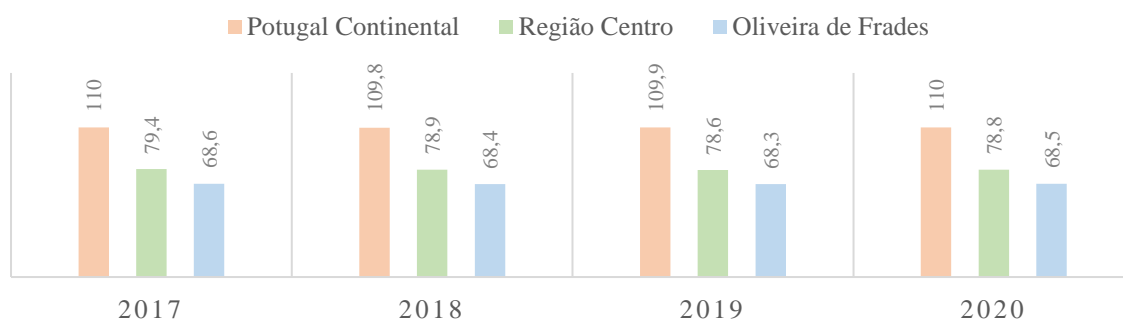
Mediante a análise da **Figura 13** e da **Figura 14**, importa destacar que as três zonas territoriais em estudo, ao longo dos mais recentes anos, apresentam uma evolução, surpreendentemente, semelhante. Os valores correspondentes a Portugal continental, à região Centro, bem como ao município de Oliveira de Frades, para o período estabelecido na figura infra, demarcam insignificantes oscilações decimais.

Neste sentido, de 2017 para 2018, todas as zonas apresentam uma ínfima redução do número de pessoas, em média, por km², contudo do ano 2018 para 2019, enquanto Portugal continental regista um pequeno aumento de somente 0,1 pontos, a região e o município salientam, novamente, um decréscimo de 0,3 pontos em termos regionais e de 0,1 em Oliveira de Frades. Ademais, no período determinado entre os dois mais recentes anos, o continente, o Centro e o município revelam um crescimento dos respetivos números de pessoas, por média.

Posto isto, torna-se fundamental afirmar que, não obstante à estagnação dos dados para as três áreas, o concelho de Oliveira de Frades tem acompanhado, indubitavelmente, as mudanças ocorridas a nível nacional, como também a nível regional.

Figura 13

Distribuição do número de pessoas, em média, por km²



Fonte: PORDATA | população residente, *Densidade populacional*

Figura 14

Distribuição da população residente, por NUTS e no município, no ano de 2020

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal	Peso do Município NUTS III (%)
População residente (N.º)	9 985	252 688	2 229 331	10 298 252	4,0
Homens	4 742	119 021	1 055 473	4 858 749	4,0
Mulheres	5 243	133 667	1 173 858	5 439 503	3,9
Com menos de 15 anos	1 241	28 933	265 456	1 382 628	4,3
Com 65 ou mais anos	2 242	64 110	548 889	2 309 648	3,5
Densidade pop. (N.º/Km²)	68,7	78,0	79,1	111,7	-
Taxa de crescimento efetivo anual (%)	0,5	0,4	0,5	0,0	-
Taxa de crescimento natural anual (%)	-0,6	-0,7	-0,7	-0,4	-
Índice de envelhecimento	180,7	221,6	206,8	167,0	-
Índice de Potencialidade	87,1	77,8	73,8	72,3	-

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente e Indicadores Demográficos; Ministério do Ambiente - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal.

2.6. Número dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas

No que se refere à tipologia de família por número de elementos, retratada na **Figura 15**, verifica-se que, entre os Censos 2001 e os Censos 2011, o município de Oliveira de Frades registou um aumento de 31,6% de famílias com apenas um indivíduo e 31,2% nas famílias com dois elementos. No que diz respeito às famílias com três a cinco indivíduos, ainda que se tenha mantido a tendência de tipologia mais registada, quer nos Censos 2001, quer nos Censos 2011, a mesma apresentou um decréscimo de 3%. Desta forma, no decorrer dos últimos anos, tem-se registado, para o concelho de Oliveira de Frades, uma organização societária assente em famílias menos numerosas.

Por sua vez, e tendo por base as **Figuras 16 e 17**, relativas à distribuição dos indivíduos pertencentes às famílias clássica da região Centro e de Portugal Continental, respetivamente, verifica-se que, tal como foi possível salientar na análise anterior, existiu um aumento nas famílias com um e dois elementos, levado, assim, a uma diminuição de famílias com um maior número de indivíduos. Neste sentido, apesar de existir, ainda, mais famílias com três a cinco elementos na sua composição, a mesma sofreu um decréscimo de 3,1% em Portugal Continental e 5,1% na região Centro, tal como se observou para o município em análise.

Figura 15

Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas no município

Ano	1 indivíduo	2 indivíduos	3 a 5 indivíduos	6 ou mais indivíduos
Censos 2001	488	817	1 842	222
Censos 2011	642	1 072	1 786	128

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Figura 16

Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas no Centro

Ano	1 indivíduo	2 indivíduos	3 a 5 indivíduos	6 ou mais indivíduos
Censos 2001	151 882	257 171	416 278	21 934
Censos 2011	195 368	301 017	395 046	13 339

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Figura 17

Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas no continente

Ano	1 indivíduo	2 indivíduos	3 a 5 indivíduos	6 ou mais indivíduos
Censos 2001	611 627	1 003 882	1 784 556	105 227
Censos 2011	834 680	1 232 982	1 729 796	71 730

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

2.7. Número de alojamentos familiares clássicos

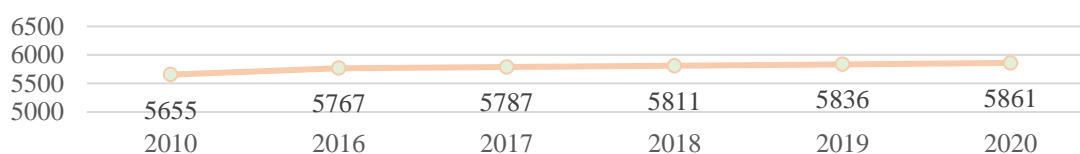
Ao longo dos últimos dez anos, tal como se observa na **Figura 18**, o município de Oliveira de Frades registou um aumento de 3,6% de alojamentos familiares clássicos. Ainda que, entre os anos 2010 e 2016 se verifique um aumento mais acentuado no número de alojamentos, no valor de 1,9%, após o ano de 2016 até ao mais recente ano em estudo, o crescimento tornou-se constante, registando um aumento médio percentual de 0,40%.

Face ao exposto, e comparativamente à realidade a nível regional e nacional, constata-se que, quer Portugal Continental, quer a região Centro apresentaram um aumento do número de alojamentos familiares clássico no decorrer dos últimos dez anos (**Figura 19**). Importa salientar que, tal como se observou no município de Oliveira de Frades, entre o ano de 2010 e o ano de 2016 existiu um aumento acentuado no número de alojamentos familiares clássicos em Portugal Continental e na região Centro de 2,2% e de 2,4%, respetivamente.

Em suma, ainda que, no decorrer da última década, se tenha denotado uma perda populacional nos diferentes territórios analisados, o número de alojamentos familiares clássico apresentou um acréscimo, para o mesmo período temporal.

Figura 18

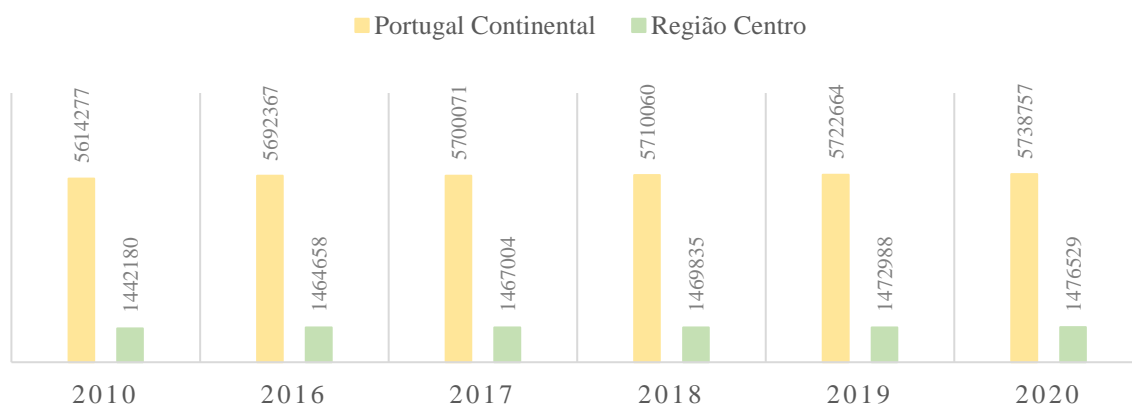
Distribuição, por número, de alojamentos familiares clássicos de Oliveira de Frades



Fonte: INE, PORDATA

Figura 19

Distribuição, por número, de alojamentos familiares clássicos de Portugal Continental e da região Centro



Fonte: INE, PORDATA

2.8. Número total de famílias monoparentais

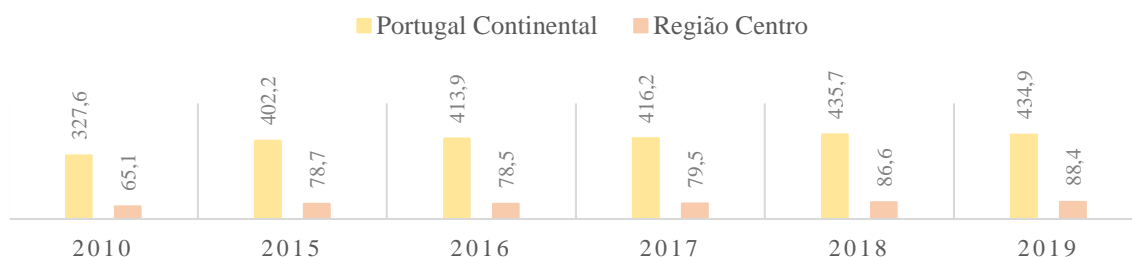
No que concerne ao número total de famílias monoparentais em Portugal Continental e na região Centro, retratado na **Figura 20**, torna-se possível aferir um crescimento ao longo da última década. Deste modo, entre o ano de 2015 e o ano de 2019 registou-se um aumento de 8,1% em Portugal Continental e 12,3% na região Centro, sendo que, entre o ano de 2010 e o ano de 2019, os mesmos territórios em análise registaram um aumento percentual mais acentuado, igual a 32,8% e 35,8%, respetivamente.

Dado que esta tipologia famílias apresenta, somente, um progenitor (podendo este ser do sexo feminino ou do sexo masculino), verifica-se, recorrendo à **Figura 21**, a uma discrepância acentuada entre os géneros, existindo, assim, uma predominância do sexo feminino no desempenho das funções parentais na tipologia familiar em estudo. No entanto, torna-se pertinente salientar que entre os anos de 2010 e 2019 existiu um aumento de 60,9% de homens a exercer o papel parental a nível nacional e 171,4% a nível regional.

Face ao exposto, mediante a análise efetuada, conclui-se que o número de agregados famílias constituídos somente por um progenitor tende, progressivamente, a aumentar em Portugal Continental e na região Centro, sendo que, embora seja desempenhada, maioritariamente, pelo sexo feminino, verifica-se, no decorrer da última década, a um aumento notório do sexo masculino no desempenho destas funções.

Figura 20

Número de famílias monoparentais, em milhares, residentes no continente e na região



Fonte: PORDATA | municípios, Famílias

Figura 21

Número de famílias monoparentais, em milhares, segundo o género

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2010	59,6	5,6	287,7	39,9
2015	70,1	8,7	351,1	51,1
2016	68,4	10,2	359,5	54,4
2017	69,4	10,2	366,8	49,4
2018	75,2	11,4	379,2	56,5
2019	73,2	15,2	370,7	64,2

Fonte: PORDATA | municípios, Famílias

2.9. Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho

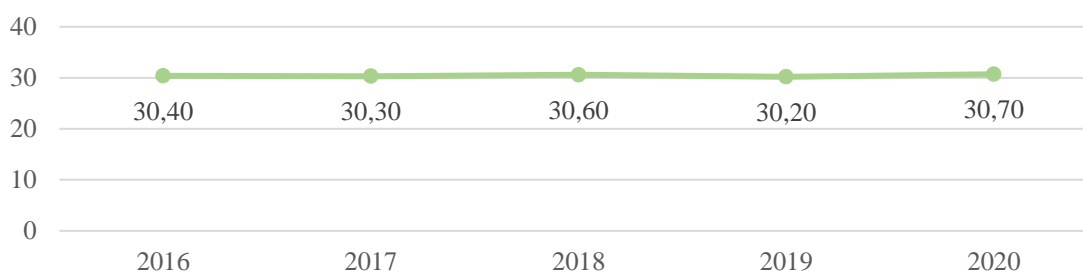
Tendo por base a análise da **Figura 22**, verifica-se que a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, no município de Oliveira de Frades, registou um aumento de 0,30 anos em 2020 face ao ano de 2016, bem como um aumento de 0,50 anos face ao ano antecedente. Ao longo do período temporal em análise, torna-se possível constatar que o mencionado indicador apresentou breves oscilações, registando o valor mínimo (30,20 anos de idade) no decorrer do ano de 2019 e o valor máximo no ano de 2020 (30,70 anos de idade).

No que concerne a Portugal Continental e região Centro (**Figura 23**), a idade média da mãe, aquando do nascimento do primeiro filho, registou, entre o ano de 2016 e o ano de 2020, um aumento de 0,3 anos de idade, no entanto, no decorrer da última década o mesmo apresentou um aumento de 1,8 anos (de 2010 a 2020). Os dados disponibilizados permitem, assim, averiguar que a idade média da mãe apresentou

determinadas variações sendo que, no ano de 2016 e no ano de 2020, o município de Oliveira de Frades apresentou a média registada a nível nacional, de 30,40 e 30,70 anos, simultaneamente, e a mesma média registada ao nível da região Centro, de 30,60 anos de idade, no decorrer do ano de 2018.

Figura 22

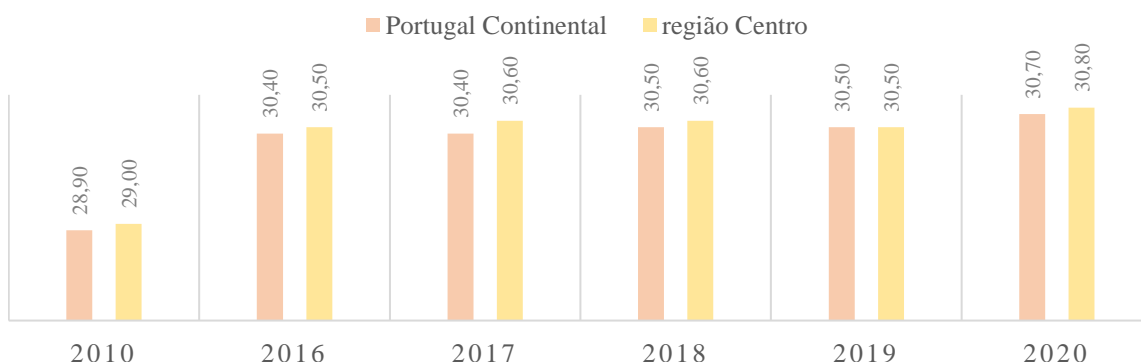
Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho no município de Viseu



Fonte: PORDATA | municípios, Famílias

Figura 23

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho em Portugal Continental e na Região Centro



Fonte: PORDATA | municípios, Famílias

Síntese:

Face ao conjunto de observações descritas previamente, destacam-se as seguintes:

- ❖ Tendo em conta os dados alusivos à população habitante no município de Oliveira de Frades, verifica-se que, no decorrer dos últimos anos, o grupo etário dos 40 aos 59 anos é predominante, contendo, deste modo, a maior dimensão de residentes. Segundo os valores divulgados no referido indicador, no ano de 2010, o município apresentava o maior número de habitantes nas idades compreendidas entre

os 20 e os 39 anos. Contudo, de 2016 para 2020, persiste um decréscimo no número de indivíduos em todas as idades, salvo na faixa etária mais idosa, na qual se verifica um significativo aumento de 3,57%. Consequentemente ao mencionado, importa ressaltar que, tal como se constata na região Centro e em Portugal Continental, Oliveira de Frades tem, ao longo dos anos, vivido um substancial processo de envelhecimento.

- ❖ Os nascimentos ocorridos em idades tardias de mulheres residentes no município revelam uma acentuada expansão, dado que, do período decorrente entre os mais recentes anos, o número de nados-vivos em mães com idade igual ou superior a 35 anos aumentou 61,1%, sendo de referir, no ano de 2016 e, novamente, no ano de 2020, um nascimento na faixa-etária dos 45 aos 49 anos.

- ❖ Em oposição ao que se constata em termos regionais e nacionais, o município de Oliveira de Frades, do ano de 2016 para 2020, regista um acréscimo no número total de nascimentos, assinalando, somente, de 2019 para 2020, uma queda insignificante de 4 nados-vivos. Desta forma, observa-se que, contrariamente ao sucedido nas restantes duas áreas em estudo, o município define uma favorável evolução no indicador referente aos nados-vivos.

- ❖ Ao longo da última década, o número total de óbitos infantil tem sido reforçado no município, sendo de registar, em 2019 e em 2020, óbitos na faixa etária até aos 9 anos. Ademais, na população com idades compreendidas entre os 20 e os 49 anos, o número de óbitos aumenta, tendência que se verifica, como expetável, nos cidadãos com idade igual ou superior a 80 anos, que apresentam a maior percentagem de taxa de mortalidade, para todas as zonas territoriais.

- ❖ Entre os Censos 2001 e os Censos 2011, o município de Oliveira de Frades assinala um aumento de famílias com apenas um indivíduo e com dois elementos. Todavia, no que diz respeito às famílias com três a cinco indivíduos, ainda que se tenha mantido a tendência de tipologia mais registada, a mesma regista um decréscimo, ao longo dos últimos anos. Assim, importa ressaltar que o concelho de Oliveira de Frades detém uma organização societária assente em famílias menos numerosas.

- ❖ O número de alojamentos familiares clássicos, nos diversos territórios em análise, apresenta um aumento, para o mesmo período temporal.

- ❖ No que concerne ao indicador referente à idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho, destaca-se que o município de Oliveira de Frades indica

um aumento de 0,30 anos em 2020 face ao ano de 2016, bem como um aumento de 0,50 anos face ao ano antecedente, registando o valor máximo no ano mais recente.

3. AS CRIANÇAS E O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

3.1. Taxa bruta de escolarização, por sexo

Mediante as figuras infra, nas quais se encontram exibidos os valores da taxa bruta de escolarização (%), de acordo com os diferentes níveis de ensino, torna-se perceptível que, no decorrer do período em análise, os números manifestam-se estáveis, não sendo, por esse motivo, reveladas quaisquer discrepâncias significativas entre os mesmos.

Em termos nacionais (**Figura 24**), nos últimos cinco anos letivos, a *Educação Pré-Escolar* apresenta uma estreita inclinação, registando, somente, do ano letivo 2016/2017 para o ano letivo 2017/2018, uma quebra percentual. Ao analisar o nível de ensino mais elevado, confirma-se a mesma ascendência dos valores, contendo um irrelevante decréscimo no último ano. Contudo, este cenário reverte-se no *Ensino Básico*, por efeito da diminuição, ainda que decimal, da taxa de escolaridade apresentada após o ano letivo 2015/2016.

Neste sentido, as inferências supracitadas constatarem-se, de igual modo, no que concerne à região Centro (**Figura 25**), ao persistir, unicamente, uma dissimilitude no *Ensino Básico*, uma vez que, nos últimos cinco anos letivos, e em oposição ao que se verifica no continente, os valores confirmam-se imóveis, sendo de registar um insignificante aumento de 1 ponto do ano letivo 2017/2018 para o ano 2018/2019.

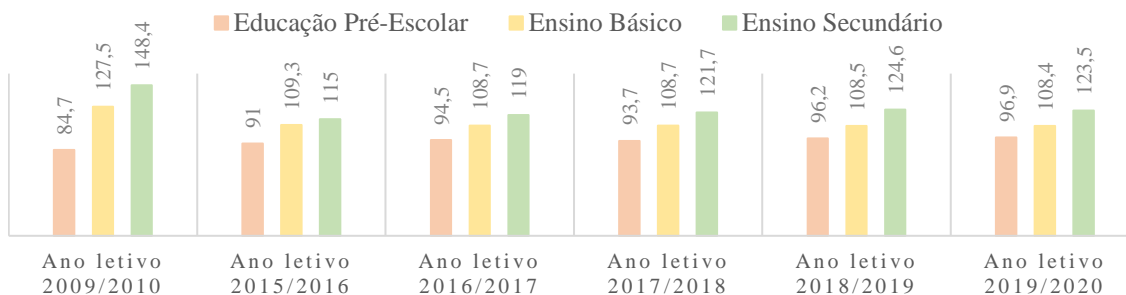
Ainda no presente indicador, o município de Oliveira de Frades, tal como demonstra a **Figura 26** e a **Figura 27**, tem vindo a acompanhar a evolução, quer nacional, quer regional, do nível de ensino inferior. Todavia, de 2018/2019 para o ano letivo de 2019/2020, a taxa de escolarização do *Ensino Básico* aumentou 3 pontos percentuais, porém, no ano 2017/2018 para o ano 2018/2019, o *Secundário* deteve um decréscimo de 4 pontos, resultados estes que não eram visíveis nas duas áreas anteriormente analisadas.

Posto isto, numa comparação dos valores referentes aos últimos 10 anos, concedidos pelas mesmas figuras, conclui-se que a *Educação Pré-Escolar* apresenta, exclusivamente a nível nacional e regional, um desenvolvimento progressivo da sua taxa de escolarização, visto que em Oliveira de Frades todos os níveis de ensino demonstram um acentuado declínio, especificamente de 1 ponto para a *Educação Pré-*

Escolar, de 30 pontos para o *Ensino Básico* e 86,4 pontos para o *Ensino Secundário*, que, por conter um visível decréscimo, exige uma maior atenção e precaução.

Figura 24

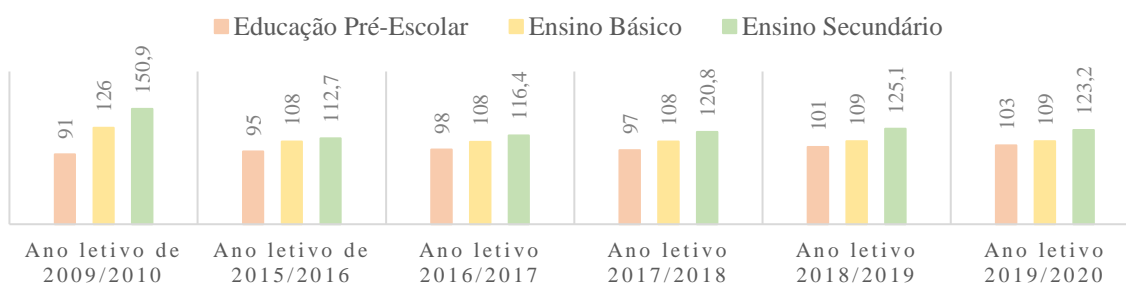
Taxa bruta de escolarização (%), por nível de ensino, em Portugal Continental



Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 25

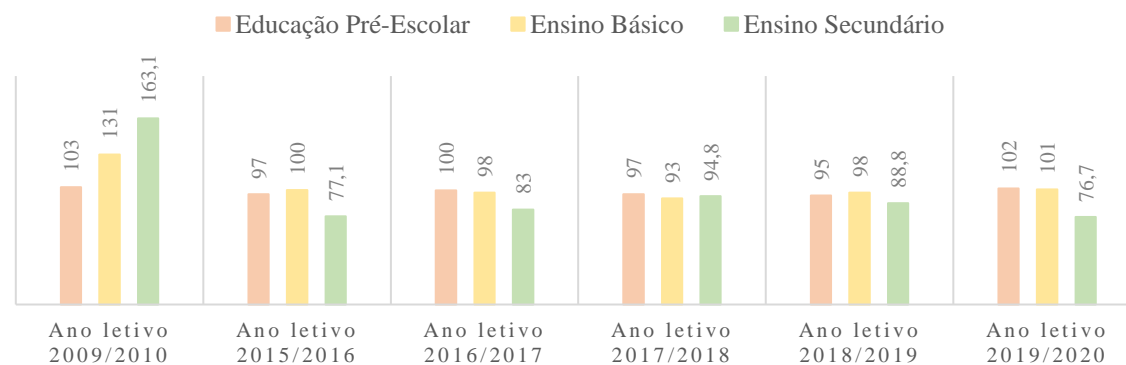
Taxa bruta de escolarização (%), por nível de ensino, na Região Centro



Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 26

Taxa bruta de escolarização (%), por nível de ensino, em Oliveira de Frades



Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 27

Indicadores de Educação, no ano de 2020

	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Taxa bruta de pré-escolarização (%)	101,5	106,5	103,2	97,1
Taxa bruta de escolarização no ensino básico (%)	100,8	110,3	108,9	108,4
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%)	76,7	125,4	123,2	122,9

Fonte: Fonte: Ministério da Educação e Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência.

3.2. Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por ciclo de ensino e sexo

No que concerne à taxa de retenção e desistência por sexo e por nível de ensino, destacam-se as seguintes três figuras que procuram, respetivamente, traduzir a realidade do mencionado indicador face a Portugal continental, à região Centro, bem como ao município de Oliveira de Frades.

Deste modo, ao analisar a **Figura 28** observa-se que a taxa nacional de retenção e desistência identifica, aparentemente, um declínio no decorrer do período em estudo, para ambos os sexos. Contudo, torna-se importante realçar determinadas dissimilitudes nos dois géneros, pois, enquanto, ao longo dos anos letivos considerados, o sexo feminino apresenta, de um modo constante, uma queda da referida taxa, o masculino regista no ano 2015/2016 uma décima acima da percentagem assinalada em 2009/2010 para o 1.º Ciclo e um notório aumento de 3,1 pontos percentuais no ano de 2016/2017 para o 2.º Ciclo, comparativamente ao ano letivo transato. Ademais, devido à complexidade e exigência imposta por cada nível de ensino, as taxas de retenção e desistência tendem a aumentar conforme a ascensão do ano de escolaridade, sendo o Secundário, por este motivo, o nível de ensino que exhibe as taxas mais elevadas durante os anos apresentados. Por outro lado, a **Figura 28** assinala que os rapazes detêm as maiores taxas de retenção e desistência, no território nacional, à exceção do ano letivo de 2015/2016, no qual a taxa alusiva às raparigas frequentes do 2.º Ciclo apresenta mais 4 décimas, no que se refere à taxa do género oposto.

Na região Centro (**Figura 29**) e à semelhança do ocorrido em Portugal continental, a taxa regista um acentuado decréscimo no decorrer dos anos letivos, manifestando, somente, uma subida dos pontos no 1.º Ciclo e no 2.º Ciclo do sexo

feminino, como no *1.º Ciclo* do masculino, nos quais as taxas de 2015/2016 se revelam superiores às registadas no ano letivo de 2009/2010. Como aferido para o território português, as percentagens de retenção e desistência no Centro aproximam-se de valores significativos conforme o avanço no percurso escolar, por isso e repetidamente, o nível de ensino mais alto detém os números mais preocupantes. Relativamente à desagregação por sexo, observa-se que o masculino abrange as taxas mais relevantes, para o período decorrente, com diferenças expressivas e notórias, comparativamente ao feminino. Ainda que a região mantenha, nos últimos anos, um acompanhamento da evolução registada pelo território nacional, na mesma não se verifica o perceptível crescimento da taxa de retenção e desistência visível em Portugal continental no decurso do *2.º Ciclo* do género masculino, no ano letivo de 2016/2017.

No que respeita ao município de Oliveira de Frades, patente na **Figura 30**, o quadro evolutivo da mencionada taxa apresenta-se, geralmente, bastante distinto. Enquanto no território português e regional, as percentagens de retenção e desistência manifestam uma tendência declinativa para ambos os sexos, no concelho em estudo persistem diversas oscilações que necessitam de uma maior precaução. Deste modo, para o sexo feminino, observa-se o seguinte: no *1.º Ciclo* subsiste um decréscimo ao longo dos anos, contudo, nos anos letivos de 2017/2018 e de 2018/2019 a taxa aumenta, sendo de registar valor nulo para o último ano em análise; no *2.º Ciclo*, apesar de os números se manifestarem instáveis, ressalva-se a queda percentual de 10,6 pontos no ano letivo de 2015/2016 para o ano de 2016/2017; no *3.º Ciclo* somente é assinalada no ano de 2015/2016 valores superiores ao ano transato em estudo e, por último, no *Secundário* conclui-se um decréscimo desde 2009/2010 até ao mais recente ano. Em contrapartida, para o género masculino, consideram-se determinadas reflexões, a saber: para o *1.º Ciclo*, observa-se um aumento, unicamente, do ano de 2016 a 2018; o *2.º Ciclo* regista um decréscimo ao longo do período apresentado, todavia os anos letivos de 2015/2016 e de 2017/2018 assinalam uma maior taxa em relação ao ano anterior; no *3.º Ciclo* persiste, de uma forma constante, uma queda dos valores e, por fim, no *Secundário* compreendem-se determinadas variâncias, sendo de registar do ano de 2017/2018 para o ano letivo de 2018/2019 um notório aumento de 11,8 pontos percentuais.

Em oposição às observações tidas para Portugal continental e para a região Centro, o município de Oliveira de Frades, como demonstra a **Figura 30**, refere a inexistência de uma correlação entre os níveis de ensino e as taxas de retenção e

desistência. Assim, para o género feminino, no ano letivo de 2015/2016, o *Secundário* apresenta um valor menor em relação ao nível de ensino inferior; no ano letivo 2016/2017, o 2.º *Ciclo* e, novamente, o *Secundário* assinalam taxas mais baixas ao comparar com os números registados para o 1.º *Ciclo* e o 3.º *Ciclo*; no ano de 2017/2018, o 2.º *Ciclo* volta a manifestar a desistência e retenção mais baixa, sendo que, no decorrer do ano letivo de 2018/2019, o presente nível de ensino evidencia uma taxa nula; por último, no ano de 2019/2020, verifica-se que é o 3.º *Ciclo* que contem números inferiores ao nível anterior. Por outro lado, no que concerne ao género masculino, conclui-se que, de um modo geral e conforme as interpretações efetuadas para Portugal continental e para a região Centro, persiste uma interdependência entre a variável dependente (taxa de retenção e desistência) e a variável independente do nível de ensino, dado que, à medida que os anos de escolaridade avançam, sucede-se o aumento da taxa, todavia, torna-se imprescindível denotar determinadas situações em que se considera o oposto. Vejamos, por esse motivo, que: no ano letivo de 2009/2010, o *Secundário* detém percentagens acima das registadas no nível de ensino inferior; no ano de 2016/2017, verifica-se que o 3.º *Ciclo* demonstra números, de igual modo, mais baixos dos apresentados para o *Secundário*, e, por fim, no ano letivo 2017/2018, tal como foi averiguado para o género feminino, o 2.º *Ciclo* e o *Secundário* apresentam uma redução das respetivas taxas, ao serem comparados com os níveis de ensino antecedentes.

Face ao indicado anteriormente, o presente município (**Figura 30**) constata que, apesar do *Secundário* ser considerado, neste tópico, como o nível de ensino mais elevado, o mesmo não contém as maiores taxas de retenção e desistência, como analisado no território nacional e regional. Neste sentido, para o sexo feminino, observa-se que no ano 2015/2016, o valor máximo pertence ao 2.º *Ciclo*; no ano de 2016/2017, o mesmo é observado no 3.º *Ciclo* e, para o sexo masculino, em 2009/2010 e, repetidamente, no ano de 2016/2017, o 3.º *Ciclo* regista a percentagem mais elevada, em relação aos restantes níveis de ensino que se encontram em estudo.

Em suma, no que concerne à taxa de retenção e desistência, por sexo e por nível de ensino, evidencia-se que, ao comparar Oliveira de Frades com Portugal continental e com a região Centro, somente subsistem semelhanças na predominância do sexo masculino ao conter os valores mais elevados, contudo, no 3.º *Ciclo* de 2015 a 2017, o 1.º *Ciclo* de 2018/2019 e o 2.º *Ciclo* de 2019/2020, é o feminino que detém os maiores números. Assim, ao efetuar uma análise exaustiva do presente indicador, conclui-se

inúmeras irregularidades no ensino delineado em termos municipais que, diante do exposto, não apresenta as competências suficientes para seguir a evolução tida em Portugal continental e na região Centro dos números da taxa em análise.

Figura 28

Taxa de retenção e desistência (%), por sexo e por nível de ensino, no continente

Ano letivo	Sexo feminino				Sexo masculino			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2009/2010	3,1	5,1	10,9	15,6	3,9	9,6	16	21,5
2015/2016	3,1	4,8	7,9	12,4	4,0	4,4	11,7	17,2
2016/2017	2,5	4,1	6,5	12,0	3,2	7,5	10,2	16,5
2017/2018	2,3	3,8	6,0	11,0	3,0	6,6	9,2	15,3
2018/2019	1,8	2,8	4,4	10,6	2,2	4,7	6,8	14,3
2019/2020	1,3	2,0	2,3	7,1	1,5	2,8	3,6	9,7

Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 29

Taxa de retenção e desistência (%), por sexo e por nível de ensino, na região Centro

Ano letivo	Sexo feminino				Sexo masculino			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2009/2010	2,8	3,8	9,2	14,3	3,7	7,7	15,2	20,9
2015/2016	3,0	3,9	6,2	11,5	3,9	7,0	10,0	15,7
2016/2017	2,2	3,1	5,3	11,0	3,1	6,3	9,4	14,9
2017/2018	2,1	2,9	5,1	9,8	2,9	5,1	8,5	13,7
2018/2019	1,6	2,0	3,1	9,6	2,0	3,8	5,5	12,5
2019/2020	1,1	1,3	1,7	6,1	1,3	1,9	3,0	8,2

Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 30

Taxa de retenção e desistência (%), por sexo e por nível de ensino, em Oliveira de Frades

Ano letivo	Sexo feminino				Sexo masculino			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2009/2010	1,8	2,5	10,9	11,6	4,7	6,4	23,0	21,4
2015/2016	1,7	11,6	15,9	11,0	3,0	12,7	14,7	19,9
2016/2017	1,3	1,0	13,6	9,2	3,1	10,9	9,7	20,2
2017/2018	3,2	1,1	6,6	7,5	7,0	2,2	9,4	6,9
2018/2019	3,9	0,0	4,9	7,1	2,8	8,2	8,8	18,7
2019/2020	0,0	1,2	0,7	2,2	1,1	1,1	1,6	13,2

Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Síntese:

No decorrer do capítulo intitulado “As crianças e o Direito ao Desenvolvimento”, evidenciam-se determinadas observações constatadas no município em estudo que necessitam de uma maior atenção. Vejamos:

❖ No que se reporta à taxa de escolarização, torna-se imprescindível aludir que, ao comparar os valores dos últimos 10 anos, a *Educação Pré-Escolar* apresenta, exclusivamente na região e em Portugal continental, um progressivo aumento da sua taxa, dado que, em Oliveira de Frades, todos os níveis de ensino revelam um decréscimo, especificamente de 1 ponto para a *Educação Pré-Escolar*, de 30 pontos para o *Ensino Básico* e uma excessiva diminuição de 86,4 pontos para o *Ensino Secundário*. Posto isto, o nível de ensino mais elevado, por conter o maior declínio da taxa de escolarização, em termos municipais, exige uma maior prudência.

❖ O quadro evolutivo da taxa de retenção e desistência verificada no município de Oliveira de Frades apresenta-se bastante distinto, comparativamente ao observado para a região Centro e para Portugal continental. Deste modo, enquanto nas restantes duas áreas, as percentagens de retenção e desistência manifestam um declínio para ambos os sexos, no concelho em estudo persistem diversas oscilações que requerem atenção. Face ao indicado anteriormente, Oliveira de Frades revela que, não obstante ao Secundário ser considerado como o nível de ensino mais elevado, o

mesmo não contém as maiores taxas de retenção e desistência, como se torna possível de concluir no território nacional e regional.

❖ Ao efetuar uma análise exaustiva do presente capítulo, no qual pertence os indicadores sobre a taxa de escolarização, bem como a taxa de retenção e desistência, conclui-se inúmeras irregularidades na educação delineada em termos municipais.

4. AS CRIANÇAS E O DIREITO À SOBREVIVÊNCIA

4.1. *Ganho médio mensal, por sexo*

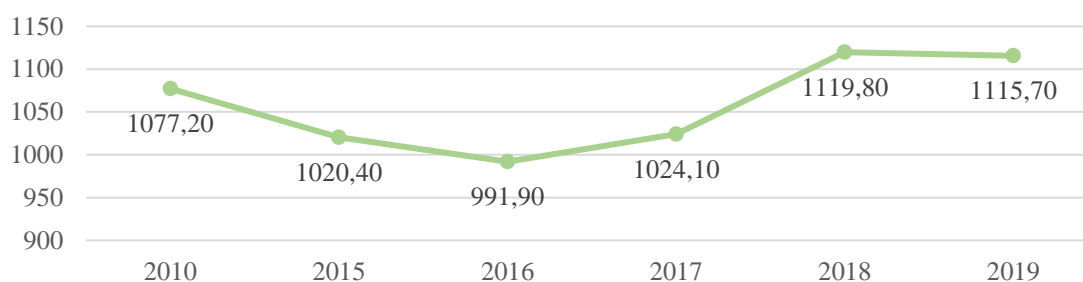
Utilizando como recurso as **Figuras 31 e 32**, acerca do ganho médio mensal dos habitantes de Oliveira de Frades, verifica uma desigualdade salarial, com vantagem para o sexo masculino, no decorrer dos anos em análise. Ao realizar uma leitura mais minuciosa, constata-se que a maior desigualdade salarial ocorreu no ano de 2010, com uma diferença igual a 346,90€, seguindo-se do ano de 2018, com 263,60€ de diferença entre ambos os sexos, no entanto, a maior aproximação registada ocorreu em 2016, com um valor igual a 199,80€. Entre os anos de 2015 e 2018, o género masculino apresenta um aumento de 122€ de ganho mensal que, em termos percentis, representa 11,08%, enquanto que, para o género feminino, corresponde a um acréscimo de 107,30€, registado por uma percentagem de 12,23%.

Por sua vez, os dados disponibilizados nas **Figuras 33 e 34** permitem averiguar que a tendência verificada no município de Oliveira de Frades mantém-se ao nível da região Centro e de Portugal Continental. Assim sendo, entre o ano de 2015 e 2018, o sexo masculino registou, para a região Centro, um aumento de 121,50€ (proporcional a 11,54%) e o feminino mais 115,90€ (proporcional a 14%). Por outro lado, ao nível do território nacional, os homens recebem mais 104,60€ (proporcional a 8,66%) e as mulheres mais 120,10€ (proporcional a 12,42%).

Em suma, ainda que esteja patente uma desigualdade salarial entre os géneros, dado que o sexo masculino ganha, em média, mais que o sexo feminino, torna-se importante mencionar que no decorrer dos anos em análise as mulheres tendem a apresentar um aumento, em termos percentis, face ao género oposto.

Figura 31

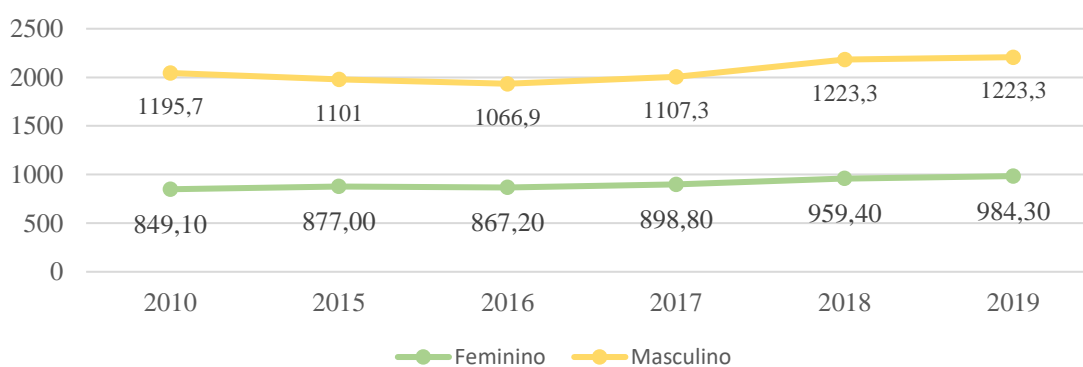
Distribuição, por número, do ganho médio mensal dos habitantes de Oliveira de Frades



Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Emprego e Mercado de Trabalho, salários

Figura 32

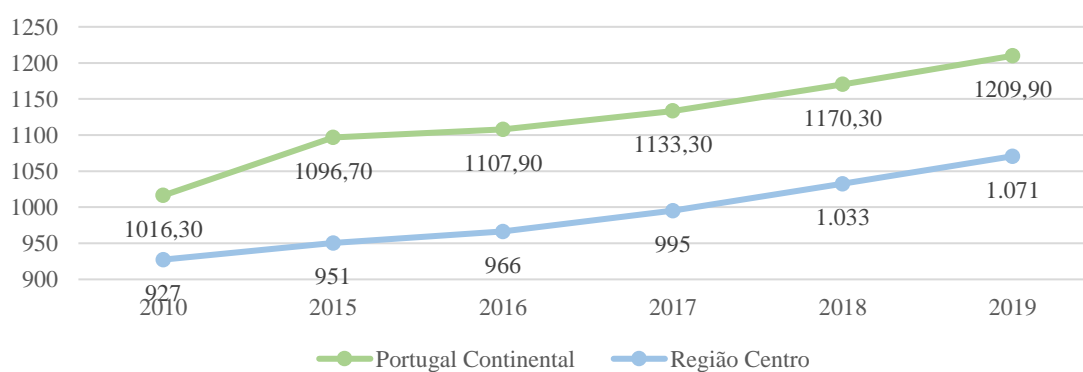
Distribuição, por número e género, do ganho médio mensal dos habitantes de Oliveira de Frades



Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Emprego e Mercado de Trabalho, salários

Figura 33

Distribuição, por número, do ganho médio mensal de Portugal Continental e da Região Centro



Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Emprego e Mercado de Trabalho, salários

Figura 34

Distribuição, por número e género, do ganho médio mensal de Portugal Continental e da Região Centro

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2010	801,9	1 024,7	937,6	1 185,7
2015	827,3	1 053,3	966,9	1 207,8
2016	844,6	1 067,0	982,5	1 215,1
2017	873,5	1 096,0	1 011,0	1 236,9
2018	905,8	1 138,0	1 046,6	1 274,0
2019	943,2	1 174,8	1 087,0	1 312,4

Fonte: PORDATA – Estimativas Anuais de Emprego e Mercado de Trabalho, salários

4.2. Pessoas inscritas no Centro de Emprego, segundo sexo

Segundo as estatísticas alusivas à média anual do número de desempregados que se encontram inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, conclui-se que, mediante a **Figura 35**, tanto no continente como na região Centro, a evolução do mencionado indicador revela inúmeras semelhanças entre as duas áreas territoriais. Neste sentido, importa referir que, de 2016 para 2020, o total e ambos os sexos analisados, têm registado um considerável declínio. Todavia, de 2019 para 2020, devido à situação pandémica da COVID-19 vivenciada no decorrer do último ano em análise, assiste-se à soma de 9 887,1 (mais 17,8%) na região Centro e de 68 544,8 (mais 23,5%) do número de inscritos nos centros de emprego no continente.

Ademais, tanto para 2010, como para os anos mais recentes, ainda que a desagregação por sexo se manifeste pouco relevante, o género feminino predomina ao conter os valores mais elevados no presente indicador. Após efetuar uma comparação do período em estudo (de 2016 a 2020) com o ano de 2010, verifica-se que, em termos nacionais e regionais, o último ano referido destaca o número máximo registado da média anual (534 733,7 em Portugal e 103 012,3 no Centro), sendo que em 2019 se verifica a quantia mais baixa (291 495,7 no continente e 55 482,5 na região).

No que respeita ao município de Oliveira de Frades (**Figura 36**), constatam-se determinadas oscilações que exigem uma maior atenção. Assim sendo, de 2010 para o ano de 2016, a média anual do universo de inscritos nos centros de emprego e de formação profissional aumentou 64 (aproximadamente, 21,48%); do período decorrente

entre 2016 e 2018, os valores assinalam uma diminuição de 75 desempregados (menos 20,72%) e, por fim, de 2018 a 2020 presencia-se, de novo, a um acréscimo de 67 matriculados, o que corresponde, em termos percentuais, a 21,75%. Ressalva-se, perante o descrito, que a mencionada instabilidade dos números é, de igual modo, verificada no género masculino, como no feminino. Porém, segundo os dados representados na **Figura 36**, observa-se que, para o total, o máximo (375 desempregados) foi concretizado no ano de 2020, sendo que o mínimo foi no ano de 2018 (287 desempregados), para o sexo masculino, o valor supremo (168 desempregados) foi registado em 2016 e o menor em 2019 (124 desempregados) e, por último, para o feminino o número mais elevado assinala-se em 2020 (221 desempregados), como se constata no total do município, e o mínimo em 2010 (157 desempregados).

Para rematar as conclusões do presente indicador, torna-se imprescindível referir que, enquanto no continente e na região, o desenvolvimento dos valores tem sido constante, no município constata-se o oposto, com diversas variações preocupantes.

Figura 35

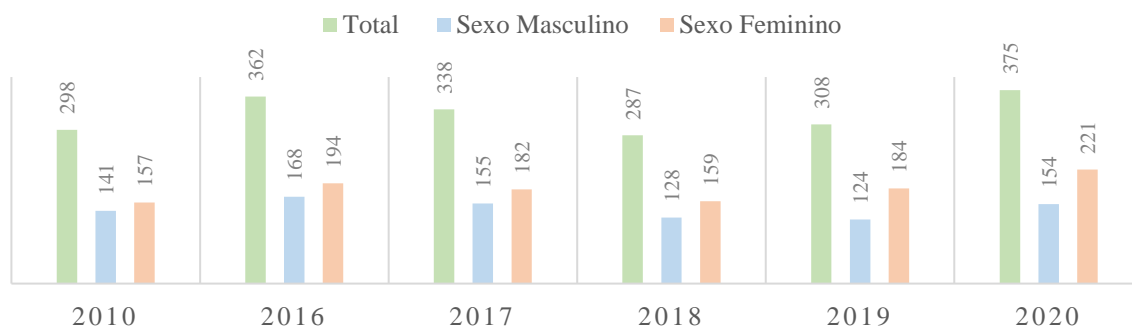
Média anual do número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, na Região Centro e em Portugal Continental (total e por sexo)

Ano	Região Centro			Portugal Continental		
	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Total	Sexo Masculino	Sexo Feminino
2010	103 012,3	45 600,4	57 411,9	534 733,7	245 124,0	289 609,7
2016	91 149,5	41 875,6	49 273,9	491 577,0	229 822,8	261 754,4
2017	75 132,0	33 670,0	41 462,0	407 132,1	185 212,1	221 920,0
2018	61 528,9	26 708,3	34 820,7	332 709,2	146 551,7	186 157,5
2019	55 482,5	24 010,6	31 471,9	291 495,7	126 115,8	165 380,0
2020	65 369,6	28 585,2	36 784,3	360 040,5	157 725,5	202 315,0

Fonte: PORDATA | municípios – Emprego e Mercado de Trabalho, População Desempregada

Figura 36

Média anual do número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, em Oliveira de Frades (total e por sexo)



Fonte: PORDATA | municípios – *Emprego e Mercado de Trabalho, População Desempregada*

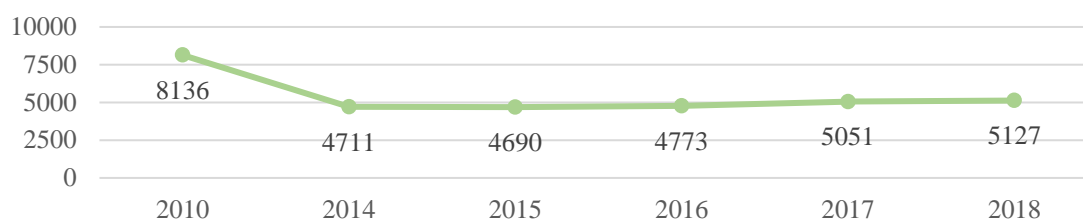
4.3. Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção

As **Figuras 37 e 38**, relativas ao número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção, permitem averiguar a realidade nacional, regional e local ocorrida nos últimos anos, bem como, efetuar um paralelismo com a última década. No que concerne ao município de Oliveira de Frades, conclui-se que o mesmo apresentou um crescimento de 8,8%, entre os anos de 2014 e 2018, contrariamente ao ocorrido entre 2010 e ao mais recente ano em análise, no qual se verificou uma perda de 3 009 famílias a beneficiar do mencionado apoio.

Relativamente a Portugal Continental e região Centro, torna-se possível averiguar que, em oposição ao verificado no município de Oliveira de Frades, entre os anos de 2014 e 2018, existiu um decréscimo de 5 903 e de 1 056 famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção, respetivamente, equivalendo a uma perda percentual de 4,6%, no que se refere ao panorama nacional e uma perda de 3,7% para a região Centro do país. Face aos dados disponibilizados para o ano de 2010, consta-se que, tal como averiguado em Oliveira de Frades, verificou-se uma quebra acentuada no número de famílias a necessitar de auxílio monetário, quer a nível nacional como regional.

Figura 37

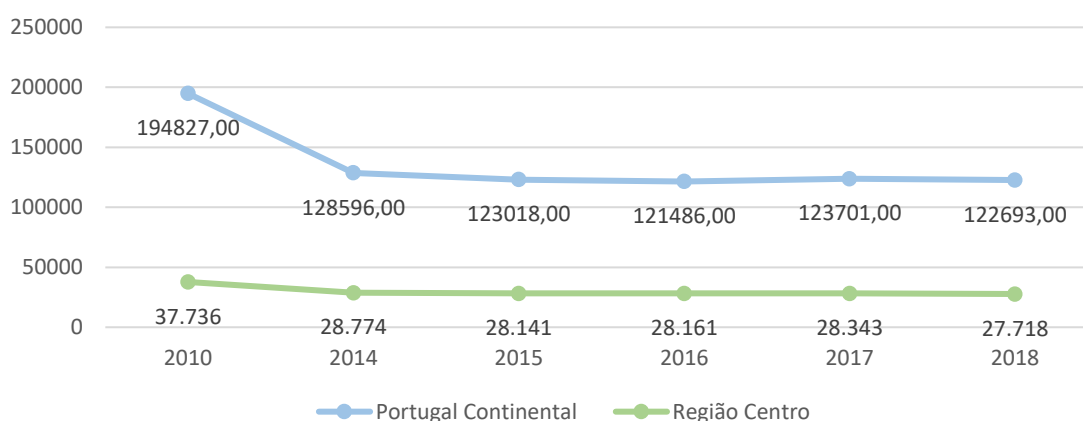
Distribuição, por número, de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção em Oliveira de Frades



Fonte: PORDATA | municípios – *Proteção Social, Segurança Social - Beneficiários*

Figura 38

Distribuição, por número, de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção em Portugal Continental e na Região Centro



Fonte: PORDATA | municípios – *Proteção Social, Segurança Social – Beneficiários*

4.4. Número de titulares com processamento de abono de família, por sexo

No que diz respeito ao número de titulares com processamento de abono de família, importa referir a inexistência de dados relativos ao município de Oliveira de Frades, contudo destaca-se na **Figura 39** e na **Figura 40**, respetivamente, os valores distritais e nacionais do presente indicador.

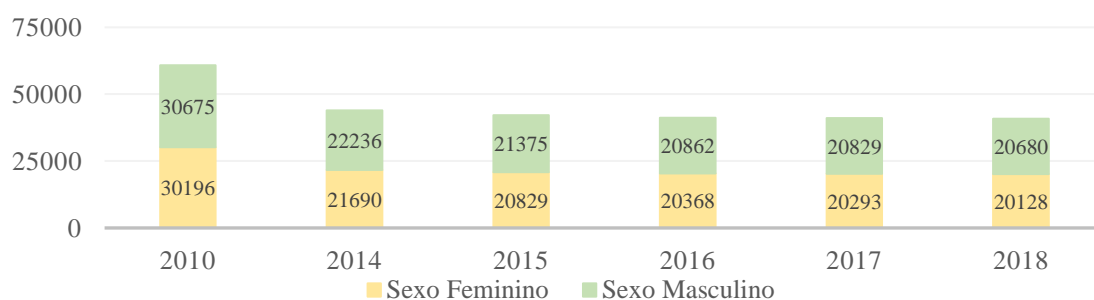
Assim, ao longo dos últimos 10 anos, ambas as zonas geográficas que se encontram em estudo apresentam uma tendência decrescente do número de beneficiários. Deste modo, de 2010 para 2014, regista-se uma perda de 16 945 indivíduos visienses (correspondente a uma diminuição de 27,8%) com processamento de abono de família, considerada a maior diferença em 4 anos, dado que, de 2014 para 2018, (o mesmo período de tempo) a diminuição foi somente de 7,1%.

Por outro lado, importa salientar que, em 2010, dos 1 782 206 beneficiários a nível nacional, 60 871 residiam no distrito de Viseu (30 196 mulheres e 30 675 homens), o que equivale a 3,4% do referido universo. No entanto, ao efetuar os cálculos para o ano 2018, conclui-se que o município possui mais uma décima do que o primeiro ano em estudo, representando, desse modo, 3,5% do total. Ainda que, numa perspetiva abstrata, a desagregação do género seja, aproximadamente, 50% para cada sexo, o masculino torna-se predominante ao possuir o maior número de beneficiários, quando comparado com os valores divulgados para o género oposto.

Não obstante às observações previamente tidas, o distrito de Viseu tem, em suma, acompanhado a evolução o número de titulares com processamento de abono de família manifestada a nível continental, tal como se observa nas duas figuras infra.

Figura 39

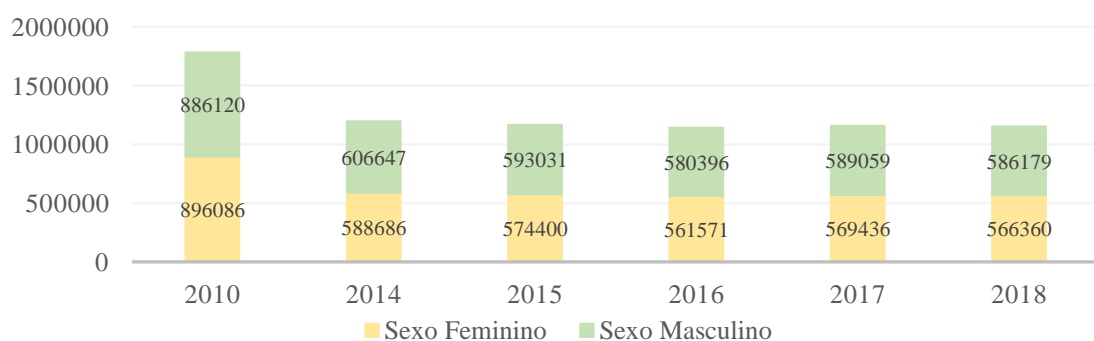
Distribuição, por sexo, do número de titulares com processamento de abono de família, no distrito de Viseu



Fonte: Estatísticas da Segurança Social, *Prestações familiares*

Figura 40

Distribuição, por sexo, do número de titulares com processamento de abono de família, em Portugal Continental



Fonte: Estatísticas da Segurança Social, *Prestações familiares*

4.5. Percentagem de crianças/jovens com hábitos de consumo nos últimos 2 meses, por sexo

No que se refere aos indicadores relativos ao consumo de álcool e substâncias psicoativas, as tabelas seguintes disponibilizam um conjunto de dados desintegrados por sexo e por localidade (Viseu Dão Lafões, região Centro e Portugal Continental). Tendo por base a **Figura 41**, torna-se possível constatar que a região Centro do país apresentou, em todos os parâmetros, uma maior percentagem de adolescentes com hábitos de consumo e, em contrapartida, a menor percentagem registada ocorreu a nível nacional.

De uma forma generalizada, a maior prevalência de consumo de bebidas alcoólicas refere-se aos adolescentes do género masculino, tendo em conta os dados fornecidos a nível nacional e regional, enquanto que, para Portugal Continental, o género feminino corresponde a uma maior percentagem de adolescentes a “ficar alegre”. Para as áreas em análise, verifica-se uma diferença percentual entre as faixas etárias dado que os adolescentes, com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos, apresentam um maior consumo de bebidas alcoólicas face aos adolescentes da faixa etária dos 13 aos 15 anos de idade. Face ao mencionado, torna-se imprescindível salientar que os adolescentes com idades inferiores, ainda que representem uma percentagem mais reduzida, apresentam hábitos de consumo que não seriam expectáveis para a idade precoce que apresentam.

Tal como observado na **Figura 42**, o consumo de substâncias psicoativas, por parte dos jovens, apresenta uma maior percentagem na região Centro enquanto que, a nível nacional, o mesmo apresenta uma menor percentagem. No que concerne à realidade da região de Viseu Dão Lafões, e tal como observado nas figuras posteriores, a percentagem de consumos está compreendida entre os valores registados ao nível da região Centro e de Portugal Continental. No que se refere ao género, e contrariamente ao verificado na figura sobre os hábitos de consumo de bebidas alcoólicas, a **Figura 42** apresenta variações face às diferentes localidades em análise. Assim sendo, os adolescentes do sexo masculino da região Centro do país apresentam uma maior percentagem no que concerne ao consumo de *tabaco, cigarros eletrónicos e droga*, face ao género feminino, no entanto, a percentagem de consumo de *cigarros de enrolar* é igual para ambos os sexos. No entanto, em oposição ao registado na zona centro do país, os adolescentes rapazes de Portugal Continental, apresentam maior expressão no que se refere aos *cigarros de enrolar, cigarros eletrónicos e consumo de drogas*,

enquanto as adolescentes raparigas apresentam uma maior percentagem no consumo de tabaco.

Contrariamente aos hábitos de ingestão de bebidas alcoólicas, retratados na **Figura 41**, torna-se possível verificar uma diferença significativa de 29,4% para a região Centro e de 24,2% para Portugal Continental, no que se refere ao consumo de tabaco nos adolescentes com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos e os 13 e 15 anos de idade, bem como, uma diferença de 18,2% a nível regional e de 16,1% a nível nacional, relativamente ao consumo de drogas.

Em síntese, ainda que não se encontrem representados os dados para a região de Viseu Dão Lafões, os dados fornecidos a nível regional e continental permitem averiguar que existe uma grande percentagem de adolescentes com hábitos de consumo, sendo que, de uma forma generalizada, é ao nível da região Centro que se encontram os dados mais alarmante.

Figura 41

Percentagem, por género e faixa etária, de jovens que consumiram bebidas alcoólicas nos últimos 12 meses

		Viseu Dão Lafões	Região Centro	Portugal Continental
Álcool		61%	63%	59,3%
Género	Feminino	-	62,2%	58,4%
	Masculino	-	64,4%	60,7%
Grupo etário	13 aos 15 anos	-	39,7%	38,7%
	16 aos 18 anos	-	82,6%	77,2%
Álcool: Embriaguez		23%	25,5%	21,6%
Género	Feminino	-	24,6%	20,4%
	Masculino	-	26,9%	23,4%
Grupo etário	13 aos 15 anos	-	9,5%	8,6%
	16 aos 18 anos	-	38,9%	32,8%
Álcool: “ficar alegre”		34%	37%	32,2%
Género	Feminino	-	35,8%	34,6%
	Masculino	-	38,8%	33,6%
Grupo etário	13 aos 15 anos	-	16,5%	14,7%
	16 aos 18 anos	-	54,2%	47,4%

Fonte: SICAD, *Comportamentos Aditivos dos Adolescentes*

Figura 42

Percentagem, por género e faixa etária, de jovens que consumiram alguma substância psicoativa ilícita/droga nos últimos 12 meses

		Viseu Dão Lafões	Região Centro	Portugal Continental
Tabaco: cigarros		29%	31,6%	28,3%
Género	Feminino	-	31,3%	29,3%
	Masculino	-	32,0%	28,3%
Grupo etário	13 aos 15 anos	-	9,5%	8,6%
	16 aos 18 anos	-	38,9%	32,8%
Tabaco: cigarros de enrolar		18%	20,2%	18,1%
Género	Feminino	-	20,2%	18,0%
	Masculino	-	20,2%	18,3%
Grupo etário	13 aos 15 anos	-	11,7%	11,2%
	16 aos 18 anos	-	27,1%	23,9%
Tabaco: cigarros eletrónicos		13%	13%	12,5%
Género	Feminino	-	10,8%	10,8%
	Masculino	-	15,7%	14,7%
Grupo etário	13 aos 15 anos	-	8,2%	8,7%
	16 aos 18 anos	-	16,8%	15,6%
Droga: total		11%	15,8%	13,5%
Género	Feminino	-	13,0%	11,5%
	Masculino	-	19,4%	16,0%
Grupo etário	13 aos 15 anos	-	5,9%	4,9%
	16 aos 18 anos	-	24,1%	21,0%

Fonte: SICAD, *Comportamentos Aditivos dos Adolescentes*

Síntese:

Face às análises efetuadas no decorrer do mencionado capítulo, apresentam-se, seguidamente, as principais conclusões:

❖ A desigualdade salarial representa, ainda uma realidade em todo o território nacional, bem como uma realidade ao nível do município de Oliveira de Frades. Ainda que o ganho médio mensal do sexo masculino seja superior ao feminino, o que é facto é que, entre o ano de 2015 e 2018 existiu um acréscimo de 12,23% para as

mulheres e um aumento de 11,08% para os homens. Assim sendo, ainda que seja nítida a discrepância entre géneros, no que se refere ganho mensal, torna-se pertinente salientar que esta diferença apresenta tendência a diminuir com o decorrer dos anos.

❖ Entre os anos de 2016 e 2020 verificou-se um declínio no número de pessoas inscritas no Centro de Emprego e de Formação Profissional, no entanto, foi possível constatar um ligeiro aumento no decorrer do último ano analisado face ao ano antecedente. Diante do exposto, a realidade de Oliveira de Frades apresenta alguma discrepância com o verificado ao longo das restantes localidades dado que se verificam algumas oscilações no número de inscritos, no decorrer dos últimos anos. Este notório crescimento ao longo do ano de 2020 poderá encontrar-se relacionado com a situação pandémica da COVID-19 vivenciada em todo o território português e, também, mundial no mencionado ano, promovendo o aumento de inscrições no Centro de Emprego e de Formação Profissional.

❖ No que concerne, ainda, ao número de cidadão inscritos no Centro de Emprego e de Formação Profissional, salienta-se a predominância do sexo feminino, nas diversas áreas de localização em análise, ainda que de forma ténue.

❖ Entre 2014 e 2018 o município de Oliveira de Frades registou um aumento de 8,8% de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção. No entanto, e comparativamente à realidade da última década, verifica-se um decréscimo, em 2018, de 3 009 famílias a necessitar do mencionado apoio, face ao ano de 2010. Em oposição à situação vivenciada em Oliveira de Frades, o número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção apresentou um decréscimo tanto ao nível da região Centro, como ao nível de Portugal Continental.

❖ Ao longo da última década, Oliveira de Frades registou uma diminuição no número de titulares com processamento de abono de família. A maior quebra registada verifica-se entre os anos de 2010 e 2014, com uma perda de 27,8% de beneficiários, enquanto, de 2014 a 2018, a diferença registada foi de, apenas, 7,1%. Tal como observado para as restantes localidades em estudo, o género masculino apresenta uma predominância no número de titulares com processamento de abono de família, face ao género oposto.

❖ No que concerne aos hábitos de consumo de bebidas alcoólicas, a região Centro apresenta uma maior percentagem de adolescentes face a Portugal Continental. Neste sentido, tal como o expectável, o sexo masculino apresenta uma maior prevalência no consumo de bebidas alcoólicas face ao sexo feminino. Assim, salienta-

se que a realidade nacional, no que se refere a “ficar alegre” após a ingestão de álcool, apresenta diferenças tendo em conta o panorama regional, dado que a percentagem mais elevada se refere às raparigas.

❖ Por sua vez, o consumo de substâncias psicoativas apresenta semelhanças com o consumo de bebidas alcoólicas, na medida em que a área com maior percentagem de jovens com os mencionados hábitos diz respeito à região Centro.

❖ Para ambos os hábitos de consumo (bebidas alcoólicas e substâncias psicoativas), a faixa etária com maior expressão refere-se aos adolescentes com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos. Mediante os dados facultados, ainda que os mesmos representem uma percentagem menor de jovens com hábitos de consumo, o número de adolescentes com idades entre os 13 e os 15 anos apresentam um carácter preocupante, na medida em que apresentam uma idade precoce tendo em conta os hábitos mencionados.

❖ A região de Viseu Dão Lafões apresenta, para todos os parâmetros dos hábitos de consumo dos adolescentes, percentagens semelhantes com a realidade de Portugal Continental e da região Centro.

❖ Tendo por base as informações disponibilizadas para os hábitos de consumo de bebidas alcoólicas e de substâncias psicoativas, torna-se possível averiguar que, de uma forma generalizada, existe uma elevada percentagem de jovens com os mencionados hábitos e, do qual, se encontram, maioritariamente na região Centro do país.

5. AS CRIANÇAS E O DIREITO À PROTEÇÃO

5.1. Número de crianças sinalizadas

A **Figura 43**, relativa ao número de crianças sinalizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, a nível nacional, permite evidenciar que, entre os últimos quatro anos, persiste um decréscimo de 4 242 (menos 5,97%) do total de casos identificados. Todavia, torna-se possível observar que, em 2017 e em 2019, o número de crianças sinalizadas aumentou comparativamente aos anos anteriores (de 2016 para 2017 subiu um valor insignificativo de 5 crianças, o que corresponde, em termos percentuais, a 0,007% e de 2018 para 2019 assinalaram mais 5 483 menores, equivalente a 8,94%). Face à evolução tida pelo presente indicador, desde 2010, verifica-se que, do ano mencionado até 2016, o continente demonstra um acréscimo de 2 716 crianças (uma subida de, aproximadamente, 3,98%), contudo, ao relacionar o ano

de 2010 com os valores estabelecidos para o ano de 2019, torna-se fundamental aferir a redução de 1 526 (menos 2,23%) ocorrências de perigo. Mediante a mesma figura e ainda no que concerne a Portugal, prevê-se que o número máximo de crianças sinalizadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (71 021 menores) foi obtido em 2017 e o valor mínimo de 6 129 foi registado, de seguida, no ano de 2018. Por sua vez, a região Centro (**Figura 44**), no ano de 2017, apresenta uma redução de 311 crianças sinalizadas (o que corresponde, em termos percentuais, a uma descida de 1,87%), contrariamente ao ocorrido no continente, no qual se regista um ínfimo aumento no mencionado ano. Ao interpretar os valores para o restante período, comprova-se que, em termos regionais e nacionais, o desenvolvimento tem sido, não somente contínuo, como semelhante entre as duas áreas. Além do supracitado, a mesma figura possibilita observar o reforço de 639 (mais 4%) sinalizações, de 2010 para 2016, contudo do primeiro ano referido para o último em análise, subsiste uma queda de 705 (menos 4,41%) crianças identificadas em perigo e/ou risco, cenários estes que foram, de igual modo, testemunhados em Portugal.

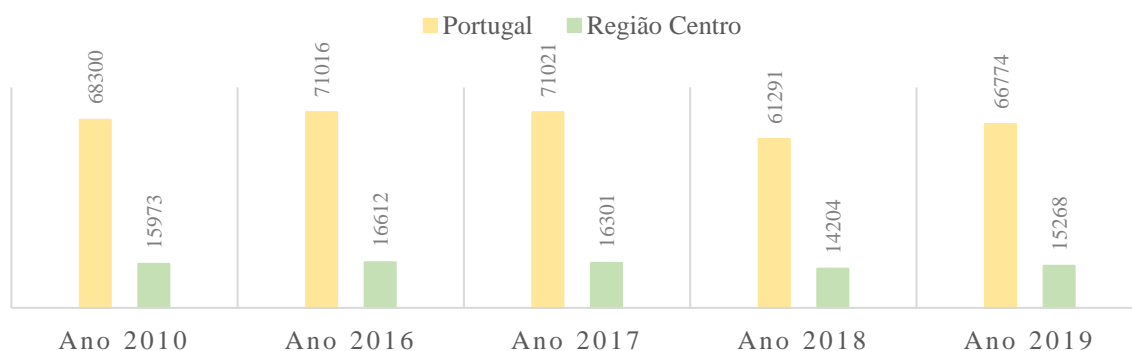
Após a análise minuciosa da **Figura 43**, interessa esclarecer o que se sucede no município de Oliveira de Frades, no que respeita ao número de casos sinalizados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Por conseguinte, mediante a **Figura 44**, observa-se um decréscimo de 5 menores (aproximadamente, 8,93%) no decorrer do período em estudo, contudo a presente análise poderá dissimular a evolução tida no município, pois de 2016 para 2017, somam-se 2 crianças (o que corresponde a 3,57%) e de 2018 para 2019, regista-se um expressivo acréscimo de 13 sinalizações, equiparado, em termos percentuais, a 34,21%. Não obstante ao aludido, é em Oliveira de Frades que, no decurso entre 2017 e 2018, se assinala o maior decréscimo entre as três zonas, traduzido por uma perda de 20 casos identificados (menos 34,48%). Ademais, importa enfatizar que, apesar da ausência de dados relativos ao ano de 2010, a evolução a nível concelhio permanece idêntica à de Portugal, na medida em que se regista, no município, o valor extremo de 58 crianças sinalizadas no ano de 2017 e no ano posterior é distinguido o valor mínimo de 38 identificações.

Posto isto e de acordo com as apreciações efetuadas para o continente, confirma-se que o município de Oliveira de Frades, no decurso dos últimos anos, tem manifestado uma variação idêntica com a registada em Portugal. Em tom de conclusão, o concelho de Oliveira de Frades, do ano 2016 a 2019, representa a mesma

percentagem de, aproximadamente, 0,08 pontos percentuais do universo estabelecido para Portugal, sendo apenas de registar uma perda de 0,02% no ano de 2016.

Figura 43

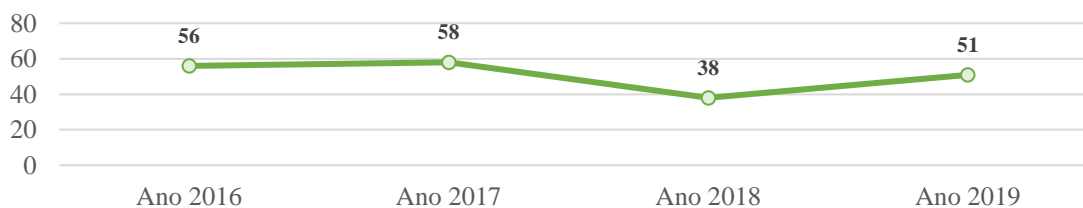
Distribuição do número total de crianças sinalizadas no continente e na região Centro



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDP CJ) – 2010 a 2019

Figura 44

Distribuição do número total de crianças sinalizadas no município de Oliveira de Frades



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDP CJ) – 2016 a 2019

5.2. Tipologia dos agregados familiares em que se integram as crianças com diagnóstico

Atendendo à caracterização do agregado familiar da comunidade portuguesa, prevê-se que os modelos da presente tipologia, nos quais residem um maior número de crianças e jovens acompanhados em território nacional são, maioritariamente, a família nuclear, a família reconstituída, a monoparental e, por último, a alargada.

Face ao descrito, mediante a evolução tida no decorrer dos últimos 10 anos, patente na **Figura 45**, torna-se possível aferir que, embora demonstrem, tendencialmente, um decréscimo, as *famílias nucleares*, formadas por casal com filhos, têm sustentado a percentagem mais elevada do total dos agregados descritos. Todavia, do ano de 2010 para o ano de 2016, esta tipologia familiar subtraiu 12,8 pontos

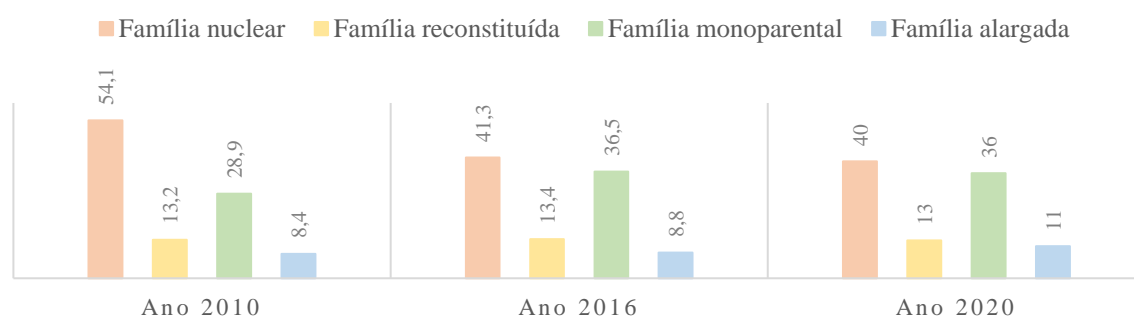
percentuais, contendo, deste modo, a maior diferença registada durante o período em análise. Consequentemente ao mencionado declínio, a **Figura 45** exibe ainda o reforço, traduzido numa percentagem de 7,6 pontos, do número de crianças e jovens diagnosticadas que integram um agregado familiar do tipo monoparental.

Ademais, os valores alusivos à restante tipologia (*família reconstituída* e *família alargada*) manifestam-se constantes e pouco alteráveis, desde 2010, o que, por conseguinte, se reflete na imutabilidade da linha evolutiva.

Em tom de conclusão, na ausência de números correspondentes ao município de Oliveira de Frades, importa ressaltar que os dados disponíveis na figura infra exigem uma maior precaução nos assuntos voltados para o direito à família, dado ser visível, para o período em análise, o aumento do número de menores acompanhados, que prevalecem em *famílias monoparentais*, bem como em *famílias alargadas*.

Figura 45

Caracterização, em termos percentuais, do tipo de agregado familiar das crianças e jovens acompanhadas/os em Portugal, no decorrer do ano 2010, 2016 e 2020



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDP CJ) – 2010, 2016, 2020

5.3. Número de casos que correspondem a processos reabertos

Após a análise detalhada da **Figura 46** e da **Figura 47**, correspondentes ao número de processos reabertos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, respetivamente, em Oliveira de Frades, no distrito de Viseu e em Portugal continental, conclui-se diversas oscilações que requerem atenção.

Neste sentido, importa expor que o território municipal (**Figura 46**), aponta valores reduzidos e insignificantes, sendo somente de ressaltar os 2 casos que correspondem a processos reabertos no ano de 2017 e que, por conseguinte, se considera o número mais elevado no decorrer do período em estudo. Por outro lado, apesar da ausência de números para o ano de 2019 e 2020, alega-se, mediante a

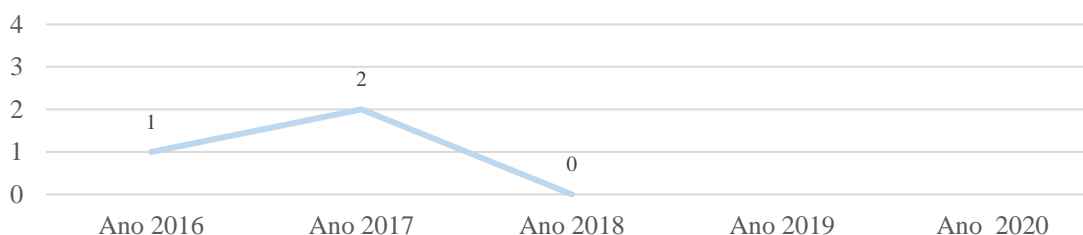
mesma figura, que no decorrer do ano de 2018 não se registam processos que foram alvo de uma nova comunicação na mesma entidade.

Contrariamente, após comparar o município com Portugal e com a região Centro (**Figura 47**), denota-se que o número máximo de processos reabertos, a nível nacional, foi atingido no ano de 2019, num universo de 8 577 casos, no entanto, no Centro, o mesmo foi adquirido em 2016, com um total de 2 162 processos, dado não serem registados quaisquer valores para os dois últimos anos expostos na figura.

Embora a realidade do concelho, no que concerne ao presente indicador, se distancie da realidade nacional, torna-se pertinente salientar que Portugal apresentou, no ano de 2020, uma ligeira diminuição, totalizando 7 767 (uma perda de 9,4% face ao ano transato) de processos reabertos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Figura 46

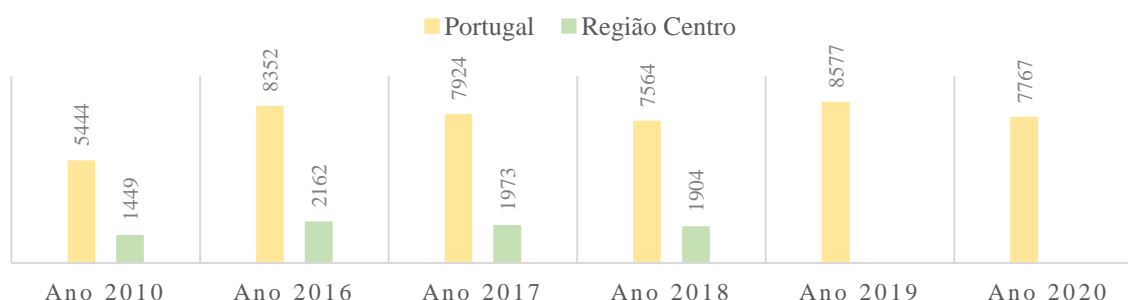
Distribuição do número de casos que correspondem a processos reabertos no município de Oliveira de Frades



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ) – 2016 a 2020

Figura 47

Distribuição do número de casos que correspondem a processos reabertos, a nível nacional, regional e distrital



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ) – 2016 a 2020

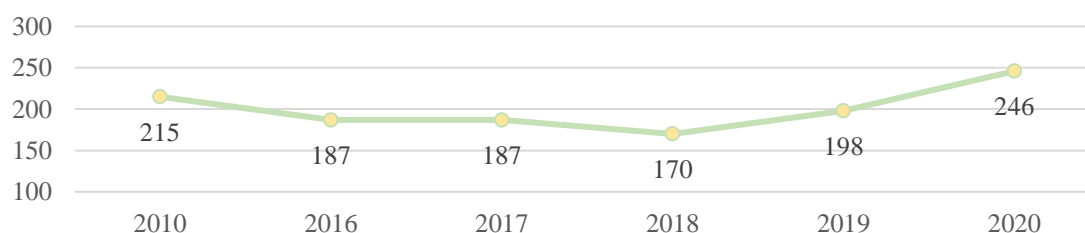
5.4. Número total de crimes, por tipologia

No que respeita ao número total de crimes registados em Oliveira de Frades, evidenciado na **Figura 48**, torna-se possível averiguar que, embora tenha existido um aumento na última década, o crescimento mais acentuado ocorreu a partir de 2018 (ano em que se registou o número mais baixo de crimes) com um valor percentual de 44,7%. Face ao exposto, e tendo por base a **Figura 49**, observa-se um aumento generalizados em todas as tipologias de crimes, entre os anos de 2018 e 2020, sendo notório o crescimento exponencial do crime por *Violência doméstica contra cônjuge ou análogos*, com um valor percentual de 68% em 2020, face ao ano de 2019, bem como, um aumento de 950% nos últimos dez anos. A mencionada figura permite averiguar, ainda que de uma forma mais ténue, o aumento do crime por *Furto em veículo motorizado*, bem como a diminuição de crimes por *Furto em edifício comercial ou industrial*, face aos anos antecedentes.

Por sua vez, e contrariamente ao município de Oliveira de Frades, o número total de crimes registados, quer ao nível de Portugal Continental, quer ao nível da região Centro, apresentou um decréscimo de 31,2% e 31,5%, respetivamente, apresentando o menor valor no ano de 2020, tal como é possível aferir através da análise da **Figura 50**. Torna-se pertinente mencionar que, no ano de 2010, o crime mais praticado em Portugal Continental e na região Centro correspondia ao *Furto em veículo motorizado*, enquanto, ao nível do município de Oliveira de Frades, a maior percentagem relacionava-se com o crime por *Furto em edifício comercial ou industrial*. Não obstante, ao longo do ano de 2020, foi possível constatar uma tendência a nível nacional, regional e local, no que se refere ao crime mais praticado, dado que, para os mencionados territórios, existiu um maior número de crimes por *Violência doméstica contra o cônjuge ou análogos*.

Figura 48

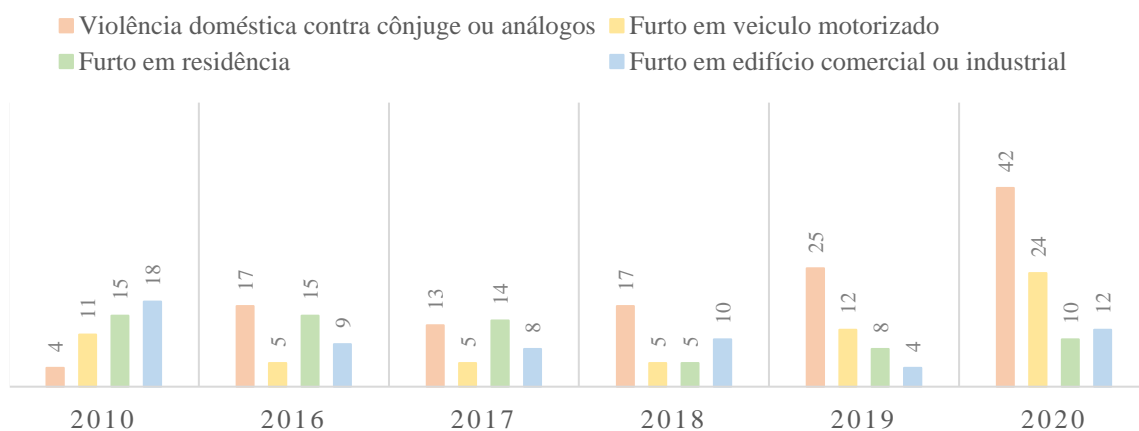
Distribuição, por número, do total de crimes registados em Oliveira de Frades



Fonte: PORDATA | municípios – *Justiça e segurança, crimes*

Figura 49

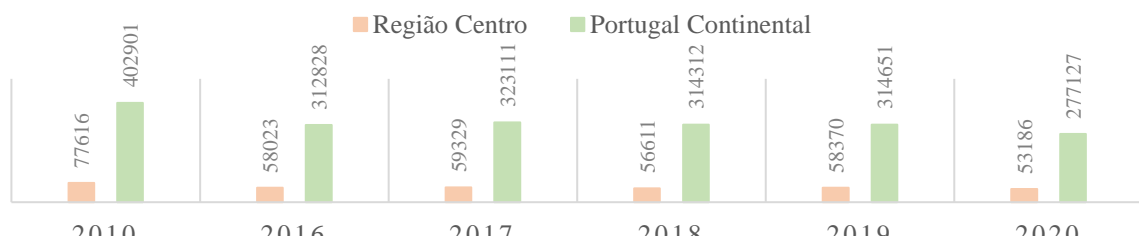
Distribuição, por número, do tipo de crimes praticados em Oliveira de Frades



Fonte: PORDATA | municípios – *Justiça e segurança, crimes*

Figura 50

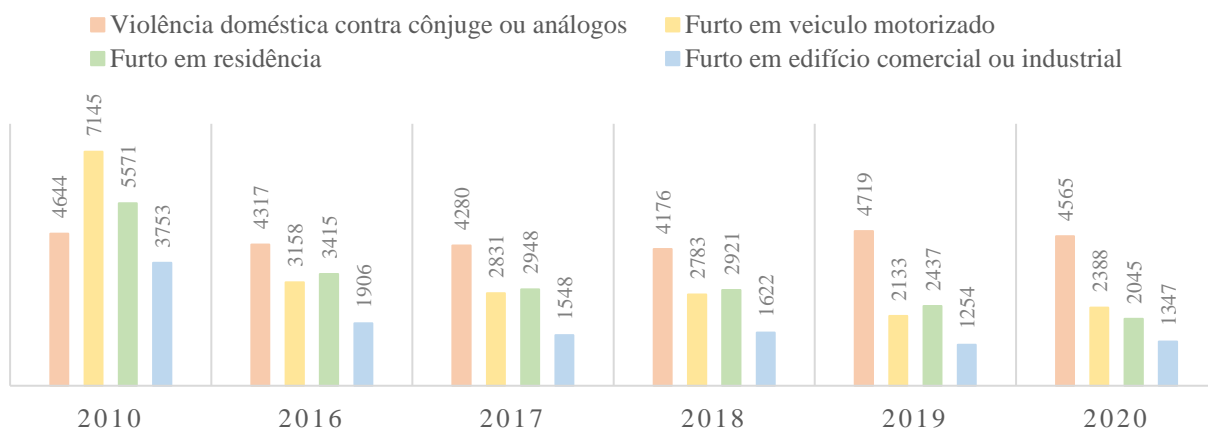
Distribuição, por número, do total de crimes registados em Portugal Continental e na região Centro



Fonte: PORDATA | municípios – *Justiça e segurança, crimes*

Figura 51

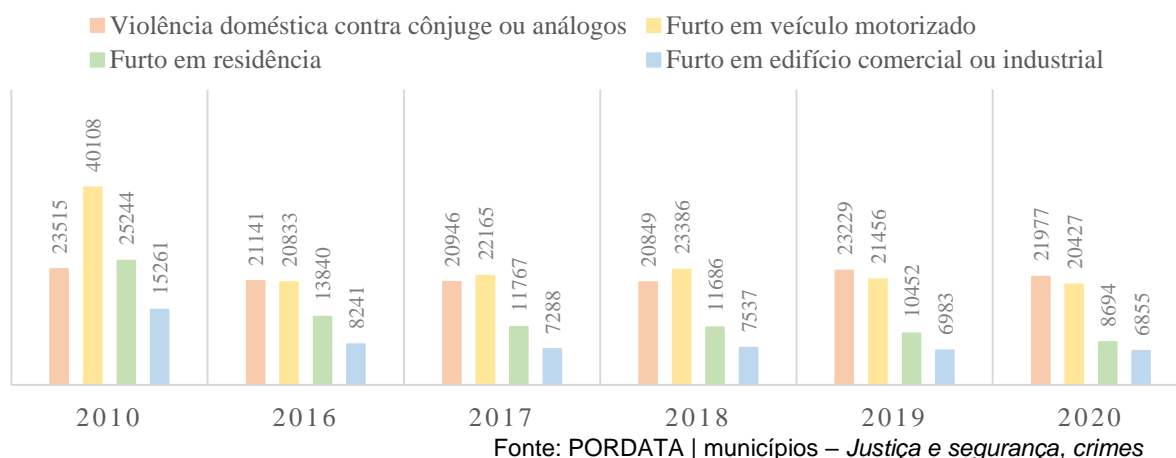
Distribuição, por número, do tipo de crimes praticados na região Centro



Fonte: PORDATA | municípios – *Justiça e segurança, crimes*

Figura 52

Distribuição, por número, do tipo de crimes praticados em Portugal Continental



Síntese:

Perante os dados expostos ao longo do capítulo referente ao “Direito à Proteção”, destacam-se as seguintes conclusões:

❖ No decorrer dos últimos anos constatou-se um decréscimo de 5,97% de sinalizações por parte das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens a nível nacional, no entanto, quer no ano de 2017 quer no ano de 2019, torna-se evidente um ligeiro aumento. O número máximo registado, de 71 021 menores, ocorreu no ano de 2017, seguindo-se do valor mínimo, de 6 129, no decorrer de 2018, tendência essa que se verificou no concelho de Oliveira de Frades. Neste sentido, ainda que não se encontrem registos relativos ao ano de 2010, no que concerne ao mencionado município, a evolução do mesmo permanece semelhante ao ocorrido a nível nacional dado que, os valores máximos e mínimos ocorrem em ambos os anos (2017 e 2018).

❖ A tipologia familiar das crianças com diagnóstico, em território nacional, distingue-se, essencialmente, em família nuclear, família reconstituída, família monoparental e família alargada. Ainda que se verifique uma quebra acentuada no que se refere à caracterização do agregado familiar dos menores, verifica-se que a família nuclear, composta por um casal e os seus filhos, apresentam uma percentagem mais elevada face às restantes tipologias. No entanto, salienta-se que, no decurso da última década, constatou-se a um aumento de 7,6% de crianças e jovens diagnosticadas que integram um agregado familiar do tipo monoparental. Por sua vez, quer as famílias

reconstituídas quer as famílias alargadas mantêm-se constantes no tempo, não registando notórias oscilações.

❖ O número de processos reabertos, por parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Frades, apresentou o número máximo no ano de 2017. Por outro lado, Portugal Continental e a região Centro apresentaram o seu pico em 2019 e 2016, respetivamente.

❖ No que concerne ao número total de crimes praticados no município de Oliveira de Frades, constata-se, no decurso da última década, um aumento generalizado na prática de crimes. Não obstante, entre os anos de 2018 e 2020 registou-se um aumento significativo dos mesmos, salientando o crime de *violência doméstica contra o cônjuge e análogos*. Em oposição à realidade local de Oliveira de Frades, quer Portugal Continental, quer a região Centro verificaram um decréscimo no total de crimes praticados entre os anos em análise.

Diagnóstico Local da Realidade Infantojuvenil

Município de Mortágua

CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

Mortágua, concelho do distrito de Viseu, localiza-se na Região Centro (NUT II), em Viseu Dão-Lafões (NUT III) e ocupa uma vasta área com 250,4 km². A totalidade do seu território abrange dez freguesias, nomeadamente, a Freguesia de Almaça; a Freguesia de Cercosa; a Freguesia de Cortegaça; a Freguesia de Espinho; a Freguesia de Marmeleira; a Freguesia de Mortágua; a Freguesia de Pala; a Freguesia de Sobral; a Freguesia de Trezoi, bem como a Freguesia de Vale de Remígio.

Assim, em termos geográficos, o município encontra-se limitado a norte pelo concelho de Águeda (distrito de Aveiro), a nordeste por Tondela, a este pelo concelho de Santa Comba Dão, a sul por Penacova (distrito de Coimbra) e a oeste por Anadia e Mealhada (distrito de Aveiro). Ressalva-se, pelo descrito, que o presente concelho se integra na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

As fronteiras de Mortágua com os seus vizinhos são naturais: a nascente é o rio Criz que divide Mortágua e os concelhos de Santa Comba Dão e Tondela; a sul, situa-se o Mondego que separa os concelhos de Mortágua e Penacova; já a norte, a Serra do Caramulo divide Mortágua do Concelho de Águeda; a oeste o município está separado pela Serra da Chavelha e, por fim, a sudoeste é delimitado da Mealhada pela Serra do Buçaco e seus contrafortes.

Deste modo, o município de Mortágua, escondido por entre montes, vales e estradas serpenteadas, detém inúmeros rios e ribeiros de águas cristalinas, que continuam a movimentar os tradicionais moinhos, salvaguardando algumas espécies florestais autóctones e, conseqüentemente, cascatas, pequenas cachoeiras e labirintos de grande beleza natural.

A sua morfologia é relativamente pouco acidentada. Possui um clima mediterrânico com feição continental, que favorece a aptidão agroflorestal, com invernos frios e verões quentes e secos.

Figura 1

Distribuição geográfica das freguesias do concelho de Mortágua



Fonte: INE (2020); PORDATA (2021)

CAPÍTULO 2: DEMOGRAFIA E FAMÍLIAS

2.1. População Residente, segundo grupos etários

Tendo por base a **Figura 2**, verifica-se, no decorrer dos últimos anos, uma redução no número total de população residente no concelho de Mortágua. Neste sentido, a diminuição mais expressiva corresponde aos indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos, no qual se verifica um decréscimo de 10,1% (N=201), entre os anos de 2016 e 2020, e uma diminuição de 22,2% (N=513) entre os anos de 2010 e 2020. Por sua vez, e contrariamente ao ocorrido nas restantes faixas etárias, a população com 60 ou mais anos apresenta um aumento de 4,9% (N=158) entre 2010 e 2020, bem como um aumento de 1,3% (N=42) entre 2016 e 2020.

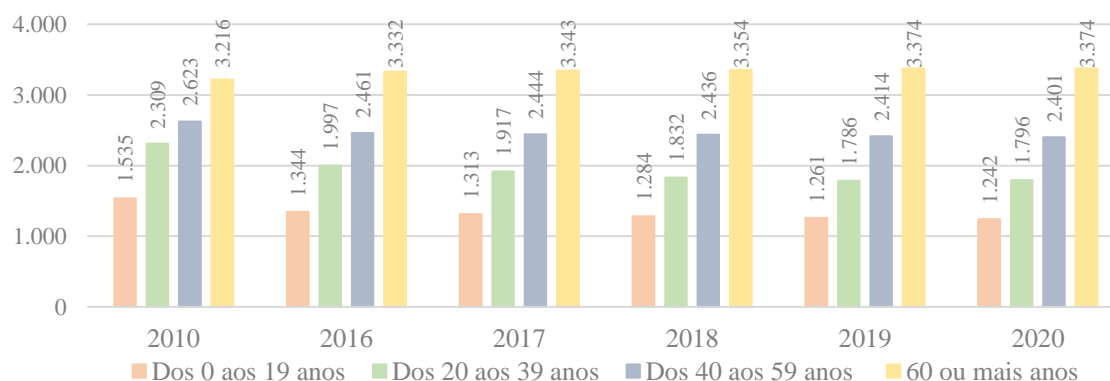
No que concerne à distribuição por género, e recorrendo à **Figura 3**, denota-se que ambos sexos mantiveram a mesma proporção ao longo do tempo. Assim sendo, ainda que o género feminino apresente uma maior percentagem, em comparação ao género oposto, evidencia-se que, devido à quebra populacional verificada na **Figura 2**, este apresentou uma diminuição de 2,5% (N=176) e de 0,7% (N=66), no decorrer da última década e nos últimos 5 anos, respetivamente. Neste sentido, é igualmente notória uma diminuição de 2,5% (N=585), entre os anos de 2010 e 2020, bem como uma

redução de 0,7% (N=184), entre os anos de 2016 e 2020, relativamente ao género masculino.

Ao nível de Portugal Continental e região Centro, e utilizando como recurso a **Figura 4**, verifica-se uma diminuição para ambos os géneros, tal como no município de Mortágua. Esta diminuição ocorre, predominantemente, no género feminino, dado que, entre os anos de 2010 e 2020, o mesmo apresentou uma quebra de 1,4% e de 4,0%, ao nível do território nacional e regional, respetivamente, bem como uma diminuição de 1,2% entre 2016 e 2020, na região Centro. No entanto, torna-se imprescindível salientar um ligeiro aumento de 0,1%, no decorrer dos últimos 5 anos, em Portugal Continental. Tal como mencionado, o género masculino também apresentou uma quebra de 4,0% e de 5,6%, ao longo da última década, bem como um decréscimo de 1,2% e 1,2% nos últimos 5 anos, para as referidas áreas em análise.

Figura 2

Distribuição, por número, da população residente em Mortágua, segundo os grupos etários



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 3

Distribuição, por número e percentagem, da população residente em Mortágua, segundo o género

Ano	Mulheres		Homens	
	Número (total)	Percentagem	Número (total)	Percentagem
2010	5 404	53,6 %	4 669	46,4 %
2016	5 294	55,4 %	4 268	44,6 %
2017	5 263	55,6 %	4 199	44,4 %
2018	5 243	55,9 %	4 134	44,1 %
2019	5 224	56,0 %	4 098	44,0 %
2020	5 228	56,1 %	4 084	43,9 %

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 4

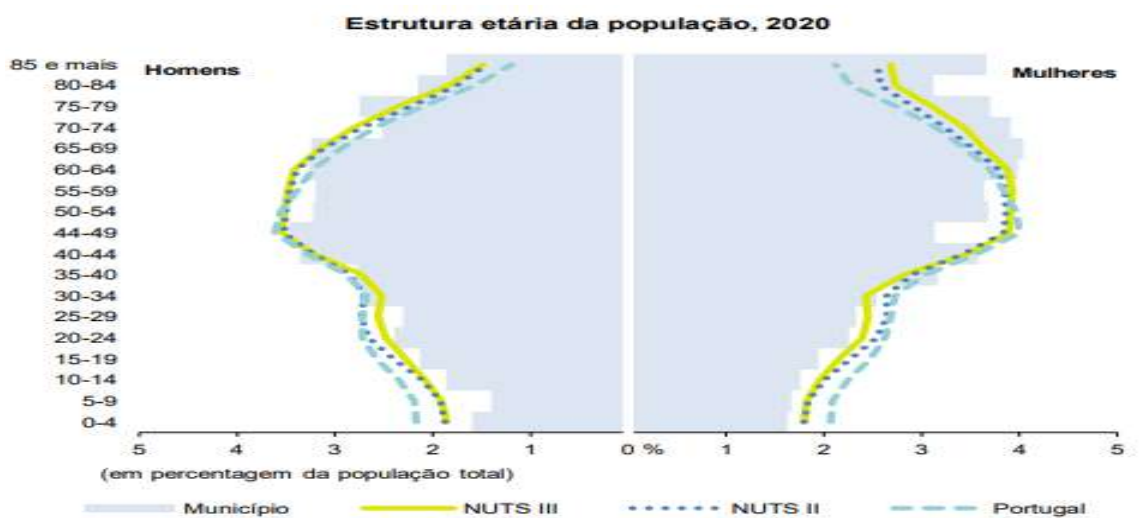
Distribuição, por número, da população residente na região Centro e em Portugal Continental, segundo o sexo

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2010	1 218 792	1 115 923	5 248 105	4 810 827
2016	1 183 509	1 066 640	5 171 558	4 652 720
2017	1 177 511	1 060 130	5 168 912	4 637 194
2018	1 170 951	1 053 007	5 163 248	4 623 064
2019	1 166 729	1 050 198	5 169 803	4 619 540
2020	1 169 893	1 053 416	5 177 194	4 623 300

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 5

Estrutura etária da população, no ano de 2020



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

2.2. Índice sintético de fecundidade

Os dados que se encontram exibidos na **Figura 6**, permitem analisar, de um modo claro, a evolução do número médio de filhos, por mulher em idade fértil, registado no território nacional, regional, bem como no município de Mortágua.

Neste sentido, para os mais recentes anos (de 2017 a 2020), Portugal continental e a região Centro, indicam um progresso no índice de fecundidade, considerando fundamental referir, somente, uma reduzida queda de 0,2 filhos, de 2019 para 2020, nas duas maiores zonas em estudo. Mediante a mesma figura e em analogia com o sucedido na NUT I e II, o valor máximo do mencionado índice, igual a 1,49 filhos no continente e 1,27 filhos no Centro, foi verificado no ano 2019, sendo o menor número, com a média de 1,38 em Portugal e de 1,22 na região, divulgado em 2017. Ademais, ao comparar os registos para a última década, importa salientar que, de 2010 para 2017, a média do número total de filhos, por mulher em idade fértil, perde 0,1 no continente e 0,4 no território regional, todavia, de 2010 para o ano de 2020, enquanto Portugal relata um reforço de 0,2 filhos, para o Centro é atribuída uma estreita minoração de 0,1 filhos.

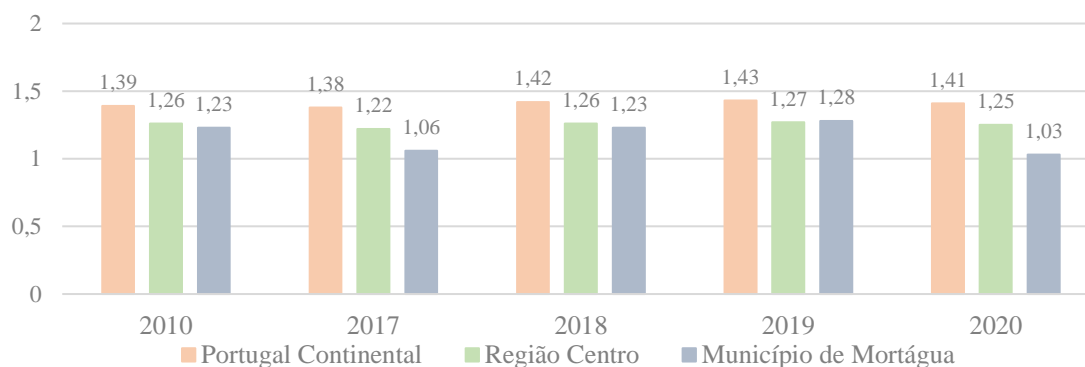
Não obstante, e contrariamente ao referido para a NUT I e II, nas quais surge uma evolução constante, ao longo da linha temporal em análise, o município de Mortágua apresenta diversas oscilações no respetivo índice de fecundidade. Assim sendo, nos últimos 4 anos, resiste um declínio de 0,3 no número médio de filhos em mulheres residentes no concelho, contudo de 2017 a 2019, os valores tendem a crescer, cerca de 0,22, e é no período resultante de 2019 para 2020 que o mencionado indicador

torna, novamente, a decair 0,25 filhos, tida como a maior diferença registada, nas três zonas territoriais em estudo, no decorrer de um ano. Face ao descrito, a figura infra permite destacar que, na mais recente década, Mortágua assinala uma redução de 0,20 filhos, sendo de registar o maior valor, em termos municipais, no ano de 2019 e o menor no decorrer do ano seguinte.

Em suma, o município apresentado detém, nos mais recentes anos, uma impermanência dos seus valores e, concomitantemente, um declínio do índice de fecundidade, em oposição ao exposto para Portugal continental e para o Centro, em que, apesar de reduzida, se observa um acréscimo do número médio de filhos, por mulher em idade fértil. Ressalva-se, ainda, a preocupante diminuição constatada em Mortágua, do ano 2019 para 2020, que se deve, indubitavelmente, às adversidades provocadas pela situação pandémica da COVID-19 no decorrer do último ano.

Figura 6

Distribuição do número médio de filhos por mulher em idade fértil no território continental, regional e municipal



Fonte: PORDATA | municípios, *Nascimentos e fecundidade*

2.3. Nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos

No que concerne ao número de nascimentos ocorridos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, no município de Mortágua (**Figura 7**), constata-se um ligeiro aumento, no decorrer dos anos. Neste sentido, verifica-se que o maior número de nascimentos ocorreu em mulheres com idades compreendidas entre os 35 e os 39 anos, seguindo-se, ainda que com uma menor expressão, as mulheres com idades entre os 40 e os 44 anos. Por sua vez, e utilizando como recurso a mencionada figura, salienta-se que não ocorreu nenhum nascimento em mulheres entre os 45 e os 49 anos, no

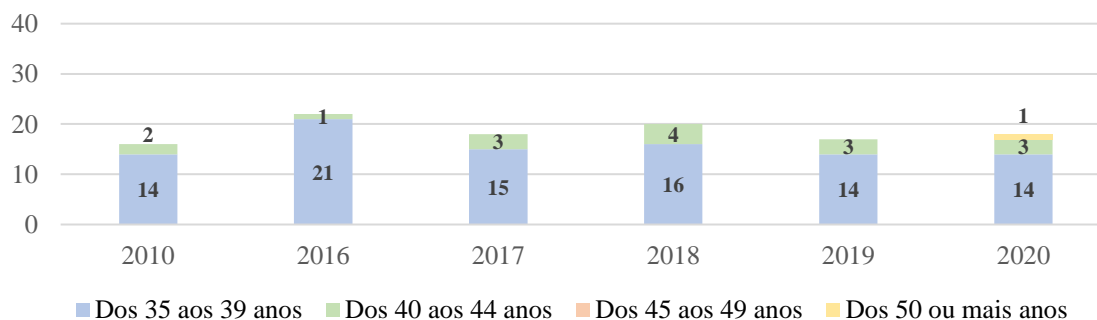
entanto, no que concerne à faixa etária dos 50 ou mais anos, torna-se possível evidenciar um nascimento no ano de 2020.

Neste sentido, tal como verificado no município em estudo, denota-se, na **Figura 8**, que, quer a nível nacional, quer ao nível da região Centro, um crescimento no número de nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos. Ainda que a faixa etária dos 35 aos 39 anos apresente um maior número de nascimento, comparativamente às restantes idades, salienta-se, entre os anos de 2016 e 2020, uma ligeira diminuição para as localidades em análise. Neste sentido, o maior aumento ocorreu nas mulheres com idades compreendidas entre os 45 e os 49 anos.

Em suma, quer ao nível de Portugal Continental, quer ao nível da região Centro e município de Mortágua, ainda que se verifiquem mais nascimentos na faixa etária dos 35 aos 39 anos, evidencia-se, no decorrer dos últimos 5 anos, uma ligeira diminuição no presente indicador. Por conseguinte, é de salientar que, ao longo dos últimos anos, se tem verificado um maior número de nascimentos em mulheres com idades mais avançadas.

Figura 7

Número dos nascimentos ocorridos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, por grupo etário, residentes no município de Mortágua



Fonte: PORDATA | municípios, *Nascimentos e fecundidade*

Figura 8

Número dos nascimentos ocorridos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, por grupo etário, residentes na Região Centro e em Portugal Continental

Ano	Região Centro				Portugal Continental			
	Dos 35 aos 39 anos	Dos 40 aos 44 anos	Dos 45 aos 49 anos	Dos 50 ou mais anos	Dos 35 aos 39 anos	Dos 40 aos 44 anos	Dos 45 aos 49 anos	Dos 50 ou mais anos
2010	3 414	685	24	3	17 560	3 407	167	13
2016	4 251	944	44	4	20 832	5 157	263	16
2017	4 236	1 073	46	3	20 674	5 456	264	20
2018	4 291	1 110	72	6	21 173	5 779	355	26
2019	4 142	1 206	82	1	21 144	6 049	368	24
2020	4 237	1 232	75	5	20 736	6 030	430	28

Fonte: PORDATA | municípios, *Nascimentos e fecundidade*

2.4. Saldo Populacional

Após a análise minuciosa e detalhada da **Figura 9**, torna-se possível constatar que, no decorrer do período entre 2017 e 2020, Portugal continental salienta a queda de 1 511 nascimentos (menos 1,84%), todavia, de 2017 para o ano seguinte, o território soma 873 nados-vivos ao seu universo, que equivale, em termos percentuais, a um aumento de 1,06%. Ademais, ao comparar os dados da última década, o número total de nados-vivos de mães residentes no continente decaiu 15 669 nascimentos – uma diminuição de, aproximadamente, 16,3% –, registando no primeiro ano em estudo a maior ocorrência de nados-vivos e em 2020 a menor. Em oposição à distribuição do número total de nados-vivos, nos mais recentes anos, e conforme demonstra a **Figura 10**, Portugal continental evidencia um contínuo acréscimo de, especificamente, 13 209 óbitos (mais 12,58%), porém, de 2018 para 2019, importa realçar uma diminuição de 1 176 (menos 1,09%). Ademais, no balanço efetuado para os últimos dez anos, o território multiplica o seu registo de óbitos, denotando um aumento de 17,21% de 2010 para 2020. Face ao previamente mencionado, torna-se imprescindível destacar a **Figura 11** e, da mesma, concluir que, no período de tempo em análise, o saldo natural da população residente mantém-se negativo, contudo 2020 revela-se excepcionalmente

desfavorável, dada a significativa quebra da natalidade e, concomitantemente, o disparar do número de óbitos.

No que concerne à região Centro, a **Figura 9** demonstra, para a referida zona, uma tendência similar à de Portugal continental, na medida em que se confirma, no decorrer de 2017 a 2020, o declínio do número total de nados-vivos, sendo de registar, somente, do ano 2017 para 2018, um estreito aumento dos valores relativos à natalidade. Por conseguinte, o Centro afere uma subida no número de óbitos registados entre o período estabelecido para os últimos quatro anos, ocorrendo, de 2018 para 2019, um decréscimo de 407 indivíduos (**Figura 10**). Em analogia com o cenário que se encontra exposto para o continente, o ano de 2010 assegura, na região, o maior número de nados-vivos, assim como o menor de óbitos e, em contrapartida, o último ano em análise certifica o menor registo de nascimentos e, paralelamente, o maior de óbitos. Neste sentido, a **Figura 11** confirma que o número de óbitos é superior ao número de nascimentos, provocando um saldo natural negativo em todos os anos patentes nas figuras infra.

Por sua vez, o município de Mortágua, identifica uma diminuição de 6 nados-vivos (menos 11,11%), de 2017 a 2020 (**Figura 9**). Todavia, no decorrer do mencionado período, consideram-se diversas oscilações nos seus valores, vejamos: de 2017 a 2018 persiste um aumento de 6 nascimentos de mães residentes no território municipal; de 2018 a 2019, o número estagna, não sendo notório, por esse motivo, alterações nos valores; e de 2019 para o ano mais recente constata-se um decréscimo de 12 sujeitos no universo total de nados-vivos. Ademais, no último decénio e tal como se averigua para as duas áreas anteriormente analisadas, Mortágua apresenta menos 20 nascimentos que, traduzido em termos percentuais, corresponde a uma diminuição de 29,41%. Por outro lado, conforme o descrito na **Figura 10**, a zona municipal apresenta uma dissimilitude na evolução tida pelo continente e pelo Centro, dado que Mortágua prevê a inconstância dos seus valores no que concerne ao número de óbitos, sendo que de 2017 para 2018, a localidade exhibe um decréscimo de 31 indivíduos; de 2018 para 2019 observa-se a soma de 32 óbitos e, por fim, de 2019 para 2020, é de registar, novamente, uma diminuição de somente 2 sujeitos. Face ao descrito, nos últimos dez anos evidencia-se o crescimento exponencial do presente indicador, devido ao aumento de 10 óbitos no decorrer do mencionado período, todavia e surpreendentemente, regista-se o maior número no ano de 2017 e no ano seguinte o recorde histórico mínimo.

Tal como se sucede no continente e na região Centro, o município regista um saldo natural negativo entre o número de nascimentos e o número de mortes (**Figura 11**).

Em tom de conclusão e considerando os dados preliminares do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2020 os números justificam-se com o elevado número de óbitos devido à pandemia, que, por ter tomado proporções excecionais, surgiu uma crise sanitária associada ao contexto de incerteza, aos problemas económicos e financeiros.

Figura 9

Distribuição do número total de nados-vivos de mães residentes em Portugal continental, na região Centro e no município de Mortágua

Ano	Portugal Continental	Região Centro	Município de Mortágua
2010	96 133	19 127	68
2017	81 975	15 926	54
2018	82 848	16 064	60
2019	82 556	15 871	60
2020	80 464	15 738	48

Fonte: PORDATA | municípios, *População*

Figura 10

Distribuição do número total de óbitos de residentes em Portugal continental, na região Centro e no município de Mortágua

Ano	Portugal Continental	Região Centro	Município de Mortágua
2010	100 837	27 080	128
2017	104 984	28 049	139
2018	108 018	28 473	108
2019	106 842	28 066	140
2020	118 193	30 246	138

Fonte: PORDATA | municípios, *População*

Figura 11

Saldo natural da população residente em Portugal continental, na região Centro e no município de Mortágua

Ano	Portugal Continental	Região Centro	Município de Mortágua
2010	-4 704	-7 953	-60
2017	-23 009	-12 123	-85
2018	-25 170	-12 409	-48
2019	-24 286	-12 195	-80
2020	-37 729	-14 508	-90

Fonte: PORDATA | municípios, População

Figura 12

Distribuição do número de nados-vivo e óbitos, por NUTS e por município, do ano de 2017 a 2020

	Ano	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
 Nados Vivos	2020	48	2 985	15 738	84 426
	2019	60	3 058	15 871	86 579
	2018	60	3 151	16 064	87 020
	2017	54	3 130	15 926	86 154
 Óbitos	2020	138	5 983	30 246	123 358
	2019	140	5 479	28 066	111 793
	2018	108	5 588	28 473	113 051
	2017	139	5 582	28 049	109 758

Fonte: INE, Nados-vivos e Óbitos

Figura 13

Distribuição de nados-vivos e óbitos no município de Mortágua, de 2017 a 2020



Fonte: INE, Nados-vivos e Óbitos

2.5. Índice de envelhecimento

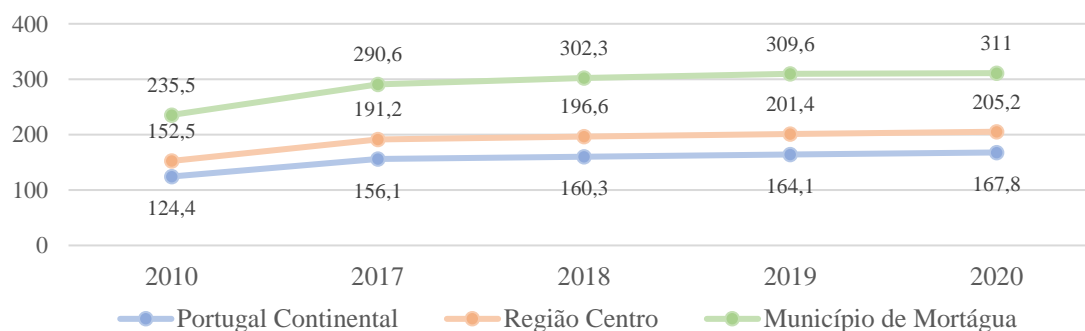
A linha evolutiva expressa na **Figura 14**, referente ao índice de envelhecimento, prevê uma similaridade entre Portugal continental e a região Centro, na medida em que, de 2017 a 2020, em ambas as zonas, os valores encontram-se constantes e invariáveis. No balanço efetuado para a última década, o mencionado indicador revela um aumento de, especificamente, 34,89% para o território continental e de 34,56% para o regional, sendo que o recorde mínimo do índice ocorreu no ano de 2010 e o máximo no ano mais recente.

Face ao descrito, importa priorizar o crescente número de indivíduos com mais de 60 anos, por cada 100 jovens, residentes no município de Mortágua, consignando, em 2020, a maior proporção de pessoas idosas na sua comunidade. Assim, conforme o explícito na mesma figura, verifica-se que, nos últimos 4 anos, os dados tendem a estagnar, todavia, de 2018 a 2020, persiste um ligeiro aumento de 2,88% no universo de seniores que coabitam na localidade em estudo. Ademais, importa ressaltar que, de 2010 ao último ano, e tal como se averigua para as duas maiores áreas territoriais, o índice de envelhecimento no município acelera, aumentando 32,06 pontos percentuais, no decorrer do período estabelecido entre os anos citados.

Em síntese, a **Figura 14** permite, ainda, constatar que o município de Mortágua detém, em todos os anos, os quocientes mais elevados das três áreas, no que se reporta à relação entre a população idosa e a população jovem. Neste sentido, o envelhecimento populacional torna-se numa das transformações sociais mais significativas dos últimos tempos, com implicações transversais a todos os setores da sociedade.

Figura 14

Distribuição do número de idosos, por cada 100 jovens, residentes em Portugal continental, na região Centro e no município de Mortágua



Fonte: PORDATA | municípios, Óbitos e esperança de vida

2.6. Número de indivíduos, em idade ativa, segundo o número de idosos

De acordo com a **Figura 15**, torna-se possível averiguar, no decorrer da última década e, especificamente, nos últimos 5 anos, um notório e generalizado decréscimo no número de indivíduos em idade ativa, tendo em consideração o número de idosos. Neste sentido, e analisando os dados patentes na mencionada figura, constata-se que o território nacional registou a maior diminuição, dado que, entre o ano de 2010 e 2020 e o ano de 2016 e 2020, o mesmo registou, respetivamente, menos 0,7 e 0,3 indivíduos em idade ativa. Por sua vez, quer a região Centro, quer o município de Mortágua, apresentam uma realidade idêntica ao verificado a nível nacional, ainda que sejam identificadas menos oscilações. Assim sendo, no decorrer da última década, verificou-se um decréscimo de 0,4 indivíduos em idade ativa na região Centro e 0,5 no município de Mortágua, bem como, uma diminuição de 0,1 e 0,2 indivíduos para as respetivas localidades em análise.

Neste sentido, os dados disponibilizados na **Figura 15** sugerem um aumento da população envelhecida em todo o território nacional, levando, deste modo, a uma quebra populacional de indivíduos em idade ativa.

Figura 15

Número de indivíduos, em idade ativa, segundo o número de idosos em Portugal Continental, região Centro e município de Mortágua

Ano	Portugal Continental	Região Centro	Mortágua
2010	3,5	3,0	2,4
2016	3,1	2,7	2,1
2017	3,0	2,7	2,0
2018	2,9	2,6	2,0
2019	2,9	2,6	1,9
2020	2,8	2,6	1,9

Fonte: INE, PORDATA

2.7. Estado civil

O estado civil, conforme o descrito pelos Censos 2011 e pelos Censos 2021, da população que reside em Portugal continental, na região Centro e no município de Mortágua, encontra-se patente na **Figura 16**.

Neste sentido, os dados dos dois últimos recenseamentos do universo populacional calculam que, de 2011 para 2021, o número de cidadãos solteiros possa subir de 40,3% para 43,3% (mais 3%) para o continente, 36,8% para 39,4% (uma soma insignificativa de 1,8%) para a área regional e, por fim, 33,1% para 34,9% (um aumento de 1,8%, como se averigua para o Centro) para a localidade em estudo. Isto posto, torna-se possível constatar que Portugal continental antecipa o maior crescimento da proporção de indivíduos com mais de 20 anos que decidiram não casar, na mais recente década.

Por sua vez, o número de casamentos realizados na NUT I, na NUT II e no município apresentado, tem vindo a diminuir e os dados expostos pelo *Instituto Nacional de Estatística* (INE), anteveem, nas suas percentagens, uma quebra de 5,6% no continente, de 5,5% no Centro, assim como de 4,4% em Mortágua. Em analogia com o sucedido no estado civil previamente analisado, alega-se que, mais uma vez, Portugal possui a diferença mais elevada entre 2011 e 2021, todavia, de entre as três áreas, o concelho regista a discrepância mais baixa. Esta redução inédita, concluída a um nível geral, deve-se, sobretudo, à declaração do primeiro estado de emergência no país e às respetivas medidas de contenção da pandemia.

Os Censos 2021, que correspondem ao XVI Recenseamento Geral da População, indicam, por outro lado, a intensificação percentual dos divórcios processados. Deste modo, denota-se uma similaridade da linha evolutiva correspondente aos três territórios, vejamos: de 2011 para o último ano, Portugal auferiu mais 2,4% separações, a região obteve um aumento de 2,6% e Mortágua, no mais recente ano, dispõe de mais 1,4% da população que se encontra divorciada. Ora, face ao descrito, o Centro exhibe o maior crescimento, em oposição ao município que detém o menor, tal como aferido na percentagem relativa aos habitantes casados.

Por fim, a **Figura 16** divulga, ainda, os dados preliminares alusivos à viuvez, que manifestam uma soma, desde 2011, em todas os territórios. Assim sendo, conforme os Censos 2021, Portugal detém, do seu universo, 7,5% residentes que se encontram viúvos (um aumento de 0,2 pontos percentuais, desde 2011), a região possui 8,7% (mais 0,3 pontos, desde o anterior recenseamento) e, por fim, da população total residente no município, 10,7% são viúvos (um acíve de 1,1% no período de 10 anos). Em divergência com o previsto nos restantes estados civis, Mortágua apresenta o maior crescimento da percentagem relativa aos números da viuvez.

Em suma e de acordo com os resultados provisórios dos Censos 2021, Portugal detém uma população maioritariamente solteira, enquanto o Centro e o município possuem mais casados. Por sua vez, os casamentos tendem a perder terreno para os divorciados e a proporção de viúvos aumentou ligeiramente em todos os territórios, sendo, pela primeira vez no continente, superada pelos divorciados.

Figura 16

Distribuição, em termos percentuais, da população residente em Portugal continental, na região Centro e em Mortágua, segundo os Censos² e por estado civil

Estado civil e Censos		Portugal Continental	Região Centro	Município de Mortágua
Solteiros	<i>Censos 2011</i>	40,3	36,8	33,1
	<i>Censos 2021</i>	43,3	39,4	34,9
Casados	<i>Censos 2011</i>	46,8	49,7	53,9
	<i>Censos 2021</i>	41,2	44,2	49,5
Divorciados	<i>Censos 2011</i>	5,6	5,1	3,5
	<i>Censos 2021</i>	8,0	7,7	4,9
Viúvos	<i>Censos 2011</i>	7,3	8,4	9,6
	<i>Censos 2021</i>	7,5	8,7	10,7

Fonte: PORDATA, *Censos da população*

2.8. Número de famílias monoparentais

A **Figura 17** permite-nos compreender a realidade de Portugal Continental e da região Centro, no que se refere ao número de famílias monoparentais. Ao realizar uma leitura da mencionada figura, torna-se possível verificar um aumento no número de famílias constituídas por apenas um progenitor, sendo ele do género masculino ou do género feminino, para ambas as localidades. Ainda que não existam dados estatísticos para a realidade local de Mortágua, compreendemos que a mesma deverá manter a tendência identificada, uma vez que pertence à região Centro do país.

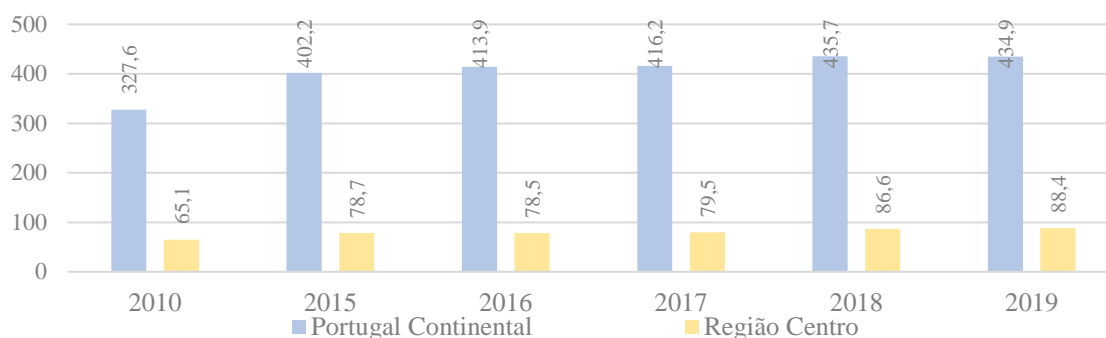
Assim sendo, entre os anos de 2015 e 2019, verifica-se a ocorrência de um aumento de 8,1% em Portugal Continental e de 12,3% a nível regional, no entanto, é de

² Segundo os dados que constata o PORDATA – *Base de Dados Portugal Contemporâneo*, os valores indicados para os Censos 2021 são de carácter provisório.

salientar um crescimento inequívoco, se compararmos a realidade atual com a realidade de 2010, dado que se verificou um aumento de 32,8%, no território nacional, bem como um acréscimo de 35,8% de famílias monoparentais na região Centro.

Figura 17

Número de famílias monoparentais, em milhares, residentes em Portugal Continental e na região Centro



Fonte: PORDATA | municípios, Famílias

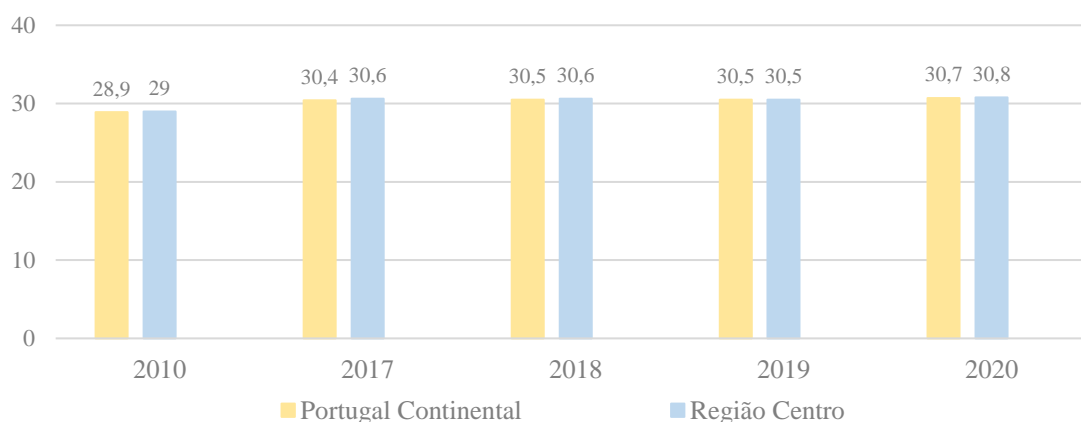
2.9. Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho

A idade, em média, das mulheres que são mães pela primeira vez tende a ser, progressivamente, tardia no território continental e na região Centro. Neste seguimento e conforme o exposto na **Figura 18**, os nascimentos ocorrem numa fase cada vez mais tardia da vida materna, tendo aumentado, de 2017 para 2020, 0,3 anos em Portugal continental (dos 30,4 anos para os 30,8 anos), o que corresponde a um crescimento de, aproximadamente, 1% e 0,2 anos a nível regional (de uma média de 30,6 anos para 30,8 anos), representado por 0,65 pontos percentuais.

Para além do referido, importa salientar que, no mais recente ano, em média, as mães davam à luz pela primeira vez aos 30,7 anos em Portugal e 30,8 anos no Centro, uma idade ligeiramente inferior à verificada em 2010. Posto isto, o adiar da chegada do primeiro filho é um fenómeno transversal a praticamente toda a população que reside na NUT I, bem como na NUT II, tal como reporta a figura infra.

Figura 18

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho



Fonte: PORDATA | municípios, *Nascimentos e fecundidade*

SÍNTESE DO CAPÍTULO 2 “DEMOGRAFIA E FAMÍLIAS”:

Após as observações efetuadas no decorrer do **Capítulo 2** intitulado “**Demografia e Famílias**”, destacam-se as conclusões mais relevantes no município de Mortágua. Vejamos, então:

❖ No que concerne à população residente em termos municipais, a diminuição mais expressiva corresponde aos indivíduos com idades compreendidas entre os 20 e os 39 anos. Por sua vez, os indivíduos com 60 ou mais anos apresentam um notório aumento entre 2016 e 2020.

❖ O município detém, nos mais recentes anos, uma inconstância dos valores e, concomitantemente, um declínio do índice de fecundidade, em oposição ao exposto para Portugal continental e para o Centro, em que, apesar de reduzida, se observa um acréscimo do número médio de filhos, por mulher em idade fértil.

❖ Mortágua revela que o maior número de nascimentos ocorre em mulheres com idades compreendidas entre os 35 e os 39 anos, seguindo-se, ainda que com uma menor expressão, as mulheres com idades entre os 40 e os 44 anos. Esta tendência é também verificada na região Centro e em Portugal continental.

❖ Importa priorizar que o município em estudo detém, em todos os anos, os quocientes mais elevados das três áreas, no que se reporta ao número de indivíduos com mais de 60 anos, por cada 100 jovens. Neste sentido, o envelhecimento

populacional torna-se numa das transformações sociais mais significativas dos últimos tempos, com implicações transversais a todos os setores da sociedade.

CAPÍTULO 3: DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

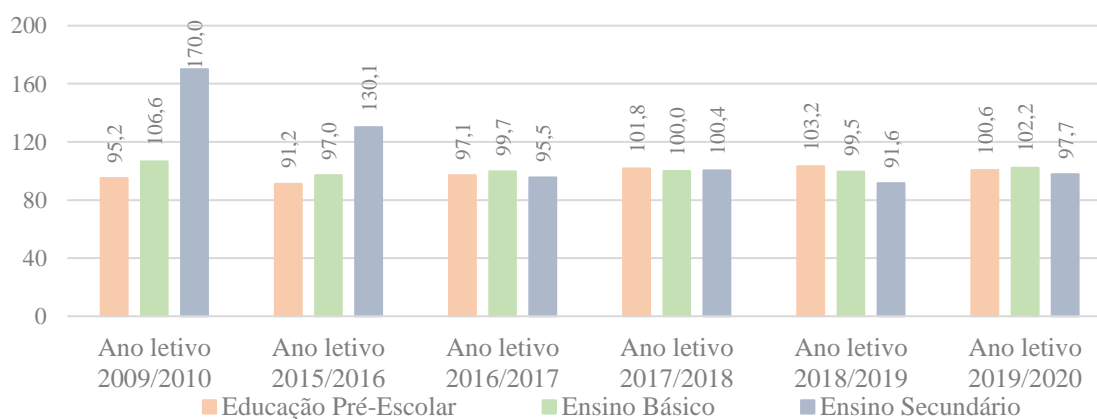
3.1. Taxa bruta de escolarização, por sexo

A **Figura 19**, relativa à taxa de escolarização do município de Mortágua, evidencia que, no decorrer dos anos letivos em estudo, existiu um decréscimo no Ensino Básico e Ensino Secundário, comparativamente ao ano letivo de 2009/2010. Ainda que os mencionados níveis de ensino apresentem uma tendência de decréscimo, salienta-se que entre os anos letivos de 2018/2019 e 2019/2020 se verificou um ligeiro aumento, quer ao nível do Ensino Básico, quer ao nível do Ensino Secundário. Por sua vez, e em oposição ao constatado anteriormente, a taxa bruta de escolarização da Educação Pré-Escolar registou um aumento até ao ano letivo de 2018/2019, demonstrando, subsequentemente, um decréscimo no ano letivo de 2019/2020.

Neste sentido, e tendo por base as **Figuras 20 e 21**, relativas à realidade regional e nacional da taxa bruta de escolarização, constata-se que, tal como identificado no município de Mortágua, quer o Ensino Básico, quer o Ensino Secundário, apresentam uma diminuição no decorrer da última década, no entanto, nos últimos 5 anos, verificou-se um ligeiro crescimento, na região Centro, para ambos os níveis de ensino. Por conseguinte, a taxa bruta de escolarização da Educação Pré-Escolar aumentou, progressivamente, em ambas as regiões, à exceção do ano letivo de 2017/2018, no qual se evidencia um ténue declínio.

Figura 19

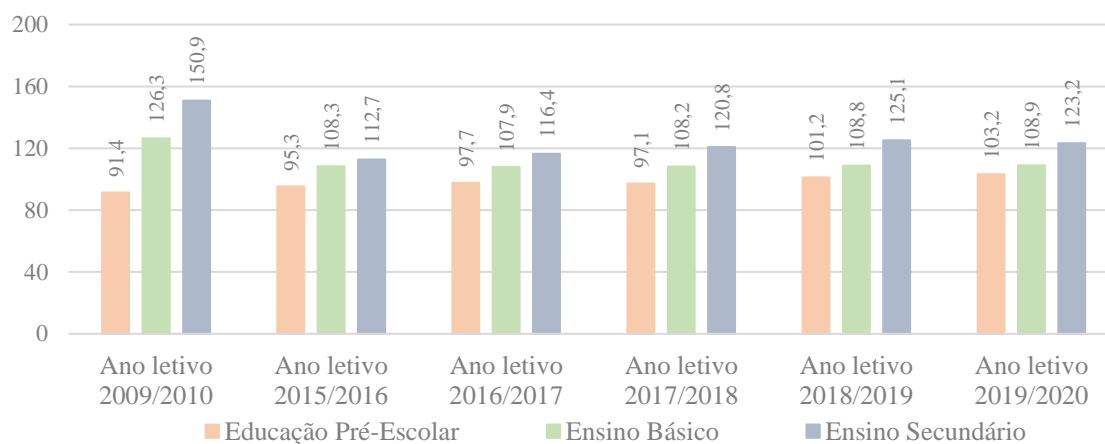
Taxa bruta de escolarização (%), por nível de ensino, no município de Mortágua



Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 20

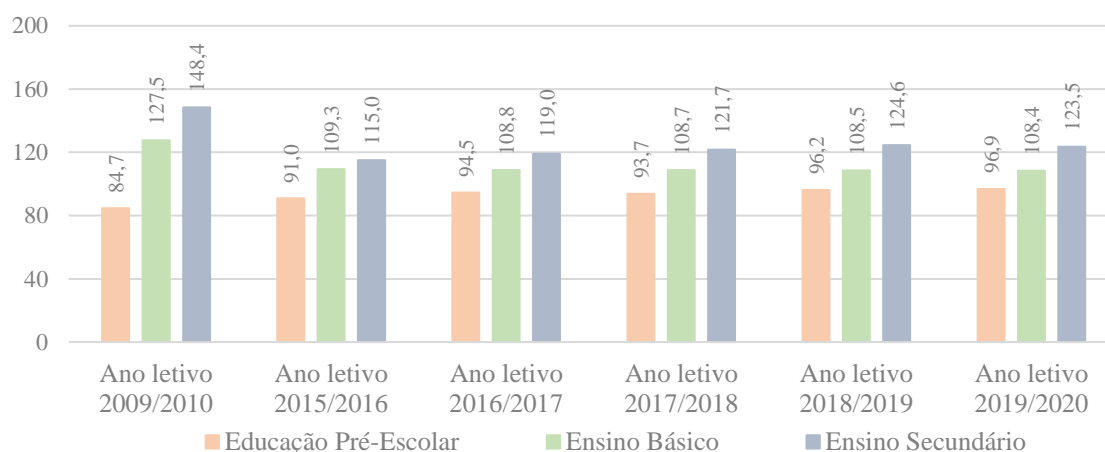
Taxa bruta de escolarização (%), por nível de ensino, da Região Centro



Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 21

Taxa bruta de escolarização (%), por nível de ensino, em Portugal Continental



Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

3.2. Número de alunos matriculados, por nível de ensino e sexo

O número de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior tem vindo a decair nos mais recentes anos, tal como justifica a **Figura 22**. Neste sentido, do período de 2017 a 2020, Portugal regista um decréscimo de 50 370 estudantes no ensino básico e secundário (menos 3,21%), enquanto a região Centro apresenta uma queda de 13 539 alunos, traduzido numa diminuição de, aproximadamente, 4,11 pontos percentuais.

No que concerne ao município de Mortágua, o cenário apresenta-se idêntico ao constatado nas duas áreas referidas, vejamos: de 2017 a 2020, o número de

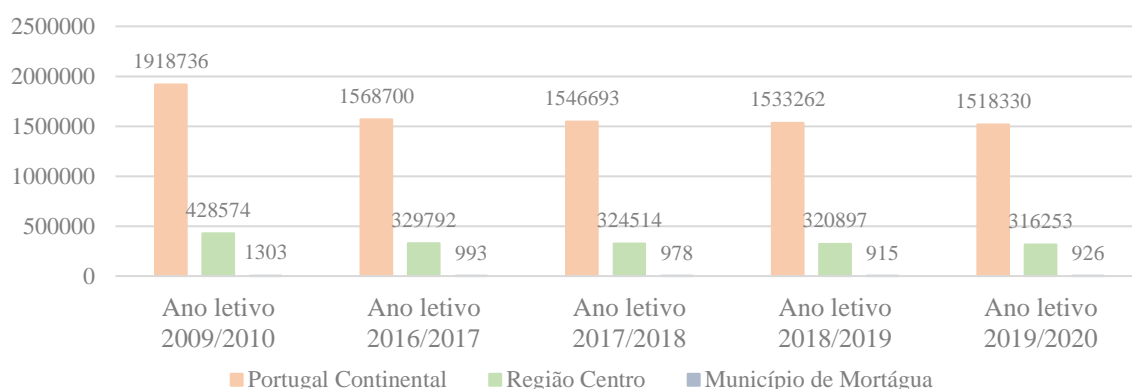
matriculados no ensino não superior reduziu para 926, menos 67 indivíduos, uma diferença de 6,75%. Todavia, do ano letivo 2018/2019 para o ano consecutivo, observa-se um ligeiro aumento de 11 alunos, o que corresponde a uma soma mínima de 0,65 pontos.

Ao efetuar a comparação dos dados referentes à última década, a mesma figura denota, de igual modo, uma queda notória em todas as zonas territoriais apresentadas. De 2009/2010 para o ano letivo 2019/2020, o continente perde 400 406 alunos (uma discrepância de 20,87%), o Centro sofre uma queda de 112 321 (menos 26,21%) e, por fim, o município assinala um decréscimo de 377 alunos (uma diminuição de 28,93%), sublinhando, desta forma, a maior diminuição registada nas áreas em estudo.

Em tom de conclusão, e conseqüentemente à drástica descida que se afere no número de alunas/os matriculadas/os no ensino básico e secundário, o mais recente ano letivo apresenta, de um modo geral, os valores mais baixos, sendo, no ano de 2009/2010, anotado o recorde máximo.

Figura 22

Distribuição do número de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) por localização geográfica



Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

3.3. Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por ciclo de ensino e sexo

De acordo com a **Figura 23**, verifica-se uma diminuição da taxa de retenção e desistência, no município de Mortágua, para todos os níveis de ensino e para ambos os sexos. Neste sentido, a maior quebra percentual ocorreu entre os anos letivos de 2009/2010 e 2019/2020, no entanto, no que concerne ao género feminino, quer o 1.º

Ciclo do Ensino Básico, quer o Ensino Secundário, apresentaram um ligeiro aumento no ano letivo de 2015/2016, em comparação com o ano letivo de 2009/2010. Ao explorar os dados patentes na **Figura 23**, relativos ao mais recente ano em estudo, ressalta-se que a maior taxa de retenção e desistência ocorre ao nível do Ensino Secundário, para ambos os sexos, enquanto que o nível de ensino que não apresenta qualquer percentagem, corresponde ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, quer para o sexo feminino, quer para o masculino. Em contrapartida, no que concerne ao 2.º Ciclo do Ensino Básico, o género feminino não apresenta, igualmente, nenhuma quantidade percentual de retenção e desistência, enquanto que, para o género masculino, esta situação ocorre, apenas, no 3.º Ciclo do Ensino Básico.

Por sua vez, e recorrendo às **Figuras 24 e 25**, verifica-se que, à semelhança do sucedido no município de Mortágua, a taxa de retenção e desistência apresentou um decréscimo no decorrer da última década. Destaca-se, no entanto, ao nível da região Centro, um aumento percentual no ano letivo 2015/2016, no que concerne ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, para ambos os sexos, e um acréscimo, no género feminino, no 2.º Ciclo, em comparação com o ano letivo de 2009/2010. Por sua vez, e tendo por base a **Figura 25**, verifica-se que entre os anos letivos de 2009/2010 e 2015/2016, a taxa de retenção e desistência do 1.º Ciclo do Ensino Básico, se manteve estável para o género feminino, no entanto, no que se refere ao género masculino, evidencia-se um ligeiro aumento. Contrariamente ao constatado no município de Mortágua, quer a região Centro, quer Portugal Continental, apresentam, ainda, uma quantidade percentual relativa à taxa de retenção e desistência no ano letivo de 2019/2020.

Em suma, e tendo por base as figuras aludidas, o género que mantém a maior percentagem de retenção e desistência para todos os níveis de ensino, e para todas as áreas analisadas, refere-se ao sexo masculino.

Figura 23

Taxa de retenção e desistência (%), por sexo e nível de ensino, no município de Mortágua

Ano letivo	Sexo Feminino				Sexo Masculino			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2009/2010	0,7	0,0	1,8	11,1	3,5	5,9	7,9	16,9
2015/2016	3,3	0,0	0,0	13,7	0,8	0,0	5,9	16,4
2016/2017	0,0	0,0	0,0	7,8	2,2	1,8	0,9	11,4
2017/2018	2,2	0,0	1,0	9,1	1,6	0,0	0,0	8,0
2018/2019	0,0	1,6	0,0	3,2	0,0	0,0	0,0	6,7
2019/2020	0,0	0,0	1,2	3,2	0,0	1,4	0,0	3,7

Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 24

Taxa de retenção e desistência (%), por sexo e nível de ensino, na região Centro

Ano letivo	Sexo Feminino				Sexo Masculino			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2009/2010	2,8	3,8	9,2	14,3	3,7	7,7	15,2	20,9
2015/2016	3,0	3,9	6,2	11,5	3,9	7,0	10,0	15,7
2016/2017	2,2	3,1	5,3	13,5	3,1	6,3	9,4	14,9
2017/2018	2,1	2,9	5,1	9,8	2,9	5,1	8,5	13,7
2018/2019	1,6	2,0	3,1	9,6	2,0	3,8	5,5	12,5
2019/2020	1,1	1,3	1,7	6,1	1,3	1,9	3,0	8,2

Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 25

Taxa de retenção e desistência (%), por sexo e nível de ensino, em Portugal Continental

Ano letivo	Sexo Feminino				Sexo Masculino			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2009/2010	3,1	5,1	10,9	15,6	3,9	9,6	16,0	21,5
2015/2016	3,1	4,8	7,9	12,4	4,0	8,4	11,7	17,2
2016/2017	2,5	4,1	6,5	12,0	3,2	7,5	10,2	16,5
2017/2018	2,3	3,8	6,0	11,0	3,0	6,6	9,2	15,2
2018/2019	1,8	2,8	4,4	10,7	2,2	4,7	6,8	14,3
2019/2020	1,3	2,0	2,3	7,1	1,5	2,8	3,6	9,7

Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

SÍNTESE DO CAPÍTULO 3 “DIREITO AO DESENVOLVIMENTO”:

No de concerne ao **capítulo 3 “Direito ao Desenvolvimento”**, salientam-se inúmeras conclusões que requerem atenção, a saber:

❖ A taxa de escolarização do município de Mortágua, evidencia que, no decorrer dos anos letivos, existiu um decréscimo no Ensino Básico e Ensino Secundário, contudo, salienta-se que, entre os anos letivos de 2018/2019 e 2019/2020, se verificou um ligeiro aumento nos mesmos níveis.

❖ Mortágua apresenta uma diminuição da taxa de retenção e desistência, para todos os níveis de ensino e para ambos os sexos. Não obstante, o género que mantém a maior percentagem de retenção e desistência para todos os níveis de ensino, e para todas as áreas analisadas, corresponde ao sexo masculino.

❖ No decorrer dos últimos anos têm-se verificado um decréscimo no número de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior. Esta tendência torna-se possível constatar ao nível do município de Mortágua, bem como, nas restantes áreas territoriais em análise.

CAPÍTULO 4: DIREITO À SOBREVIVÊNCIA

4.1. Ganho médio mensal, por sexo

No decorrer do período apresentado, torna-se imprescindível ressaltar o notório aumento refletido no ganho mensal dos trabalhadores, de ambos os sexos, que exercem a sua atividade por conta de outrem.

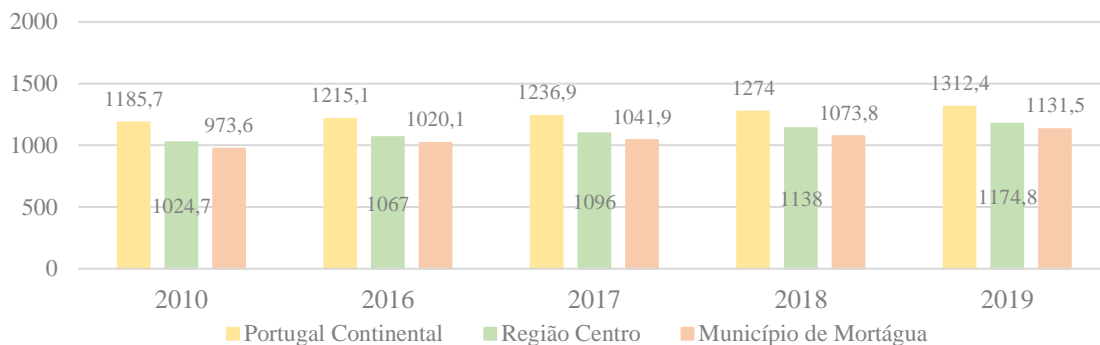
Nesta perspetiva, a **Figura 26** descreve o reforço efetuado nos salários para o género masculino, tendo em consideração que, no prazo de quatro anos, especificamente, de 2016 para 2019, os homens empregados no continente, receberam mais 97,3€, enquanto na região o ganho médio mensal somou 107,8€. No que concerne ao município de Mortágua, prevê-se a mesma tendência, dado se verificar um aumento de 111,4€ na remuneração mensal atribuída. Ademais, na última década, o acréscimo foi de 126,7€ a nível continente, 150,1€ na região, assim como de 157,9€ em Mortágua. Deste modo, é de concluir que o município apresenta, de todas as regiões e ao longo do período em estudo, o maior progresso do ganho mensal (uma diferença de mais 111,4€ de 2016 para 2019 e de 157,9€ de 2010 a 2019).

Ainda referente à desagregação do género, a **Figura 27** demonstra que, tal como se verifica nos homens, o ganho mensal para o sexo feminino tende a ampliar nos quatro anos mais recentes, vejamos: no continente, a subida foi de 104,5€, na região Centro foi de, somente, 98,6€, sendo que as mulheres que exercem a sua atividade profissional no município, recebem mais 114,5€ do que em 2016, caracterizada como a maior diferença no ganho médio. De 2010 a 2019, persiste uma subida do presente indicador, nas três áreas elencadas, nomeadamente, de 149,4€ no continente, de 141,3€ na região Centro e um aumento de 137,3€ em Mortágua. Ressalva-se pelo exposto que, mediante a **Figura 27**, Portugal continental detém a maior diferença entre os valores, sendo que o município menciona, para a última década, a discrepância menor.

Em síntese, posto as figuras infra e as análises efetuadas a partir das mesmas, conclui-se que o género feminino apresenta, incessantemente, números mais baixos, ao longo do período em estudo, quando comparados com o género oposto.

Figura 26

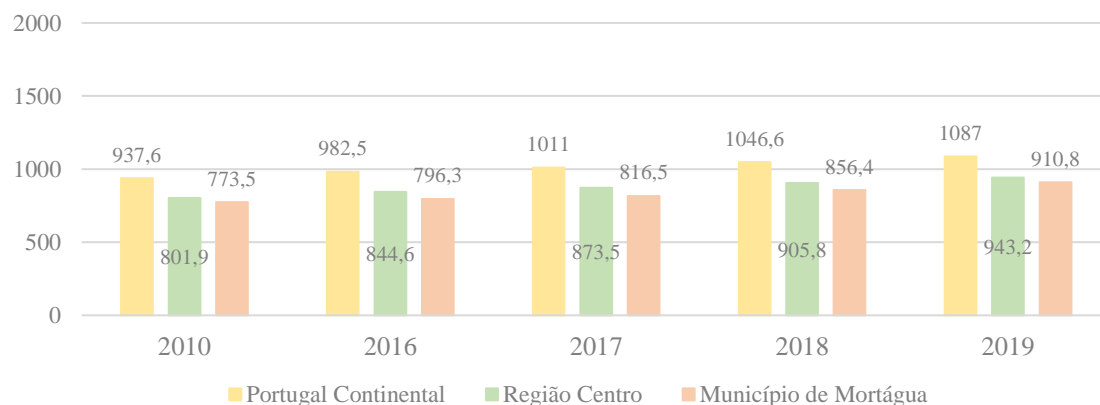
Ganho médio mensal dos trabalhadores, do sexo masculino, que exercem a sua atividade por conta de outrem



Fonte: PORDATA | municípios – *Emprego e Mercado de Trabalho, salários*

Figura 27

Ganho médio mensal dos trabalhadores, do sexo feminino, que exercem a sua atividade por conta de outrem



Fonte: PORDATA | municípios – *Emprego e Mercado de Trabalho, salários*

4.2. Pessoas inscritas no Centro de Emprego e de Formação Profissional

Mediante a análise detalhada da **Figura 28**, respetiva ao número médio de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, observa-se que, tanto para o sexo masculino como para o feminino, os valores tendem a decrescer nas três áreas em estudo. Nesta perspetiva, torna-se possível afirmar que, de 2017 para o ano 2020, Portugal continental regista uma média de menos 27 486,6 homens desempregados (uma queda de 14,84%) e menos 19 605 mulheres (menos 8,83%), enquanto a região Centro assinala uma diminuição de 5 084,8 no género

masculino (o que corresponde a 15,10%) e de 4 677,7 no género feminino (menos 11,28%). No que concerne ao município de Mortágua, a tendência é similar, pois, nos últimos quatro anos, o número médio de homens inscritos nos centros de emprego e de formação profissional desceu 26,5, o que se traduz num declive de 29,05 pontos percentuais, sendo que no sexo feminino é verificado um decréscimo de 29,6, correspondente a uma queda de 26,03%.

Não obstante ao descrito, denota-se na mesma figura que, de 2019 para 2020, os valores aumentaram ligeiramente em ambos os sexos e em todas as zonas: Portugal apresenta mais 31 609,7 homens e 36 935 mulheres; a região assinala um acréscimo de 4 574,6 do género masculino e 5 312,4 do género masculino, sendo que o município soma, no último ano, mais 2,9 homens e mais 21,5 mulheres.

Em síntese, ressalva-se que, tal como se sucede nos mais recentes anos, os números tendem, de igual modo, a descer na última década, porém, em todos os anos analisados, bem como em ambos os sexos, o feminino é predominante ao conter a maior proporção de indivíduos desempregados que se encontram inscritos nos centros de emprego e de formação profissional.

Figura 28

Distribuição, por número, dos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual), por sexo

Ano	Portugal Continental		Região Centro		Município de Mortágua	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2010	245 124,0	289 609,7	45 600,4	57 411,9	88,0	140,9
2017	185 212,1	221 920,0	33 670,0	41 462,0	91,2	113,7
2018	146 551,7	186 157,5	26 708,3	34 820,7	66,4	84,0
2019	126 115,8	165 380,0	24 010,6	31 471,9	61,8	62,6
2020	157 725,5	202 315,0	28 585,2	36 784,3	64,7	84,1

Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais por Concelhos*

4.3. Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção

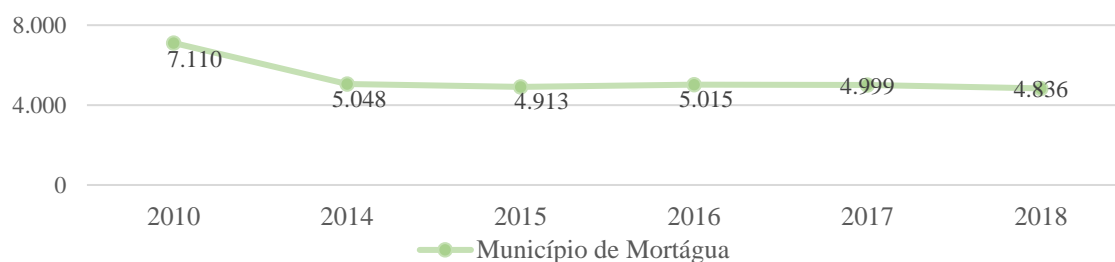
Mediante a **Figura 29**, relativa ao número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção, do município de Mortágua, torna-se possível aferir uma tendência de diminuição ao longo dos últimos anos. Assim sendo, e tendo por base o

ano de 2010, constata-se uma diminuição de 32% (N=2 274) de famílias a beneficiar do mencionado apoio, bem como, uma diminuição de 4,2% (N=212), entre os anos de 2014 e 2018. Não obstante, torna-se fulcral salientar que, ainda que seja notório um decréscimo no decorrer dos anos, foi possível verificar um ligeiro aumento entre os anos de 2015 e 2016.

Por conseguinte, e utilizando como recurso a **Figura 30**, torna-se evidente salientar que, tal como verificado no município de Mortágua, o número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção apresentou uma diminuição de 37% (N=72 134), entre os anos de 2010 e 2018, e de 4,6% (N=5 903), entre os anos de 2014 e 2018, em Portugal Continental, bem como um decréscimo de 26,5% (N=10 018) e 3,7% (N=1 056), respetivamente, ao nível da região Centro.

Figura 29

Famílias com processamento de RSI, no município de Mortágua



Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Rendimento Social de Inserção

Figura 30

Famílias com processamento de RSI, na região Centro e em Portugal Continental

Ano	Região Centro	Portugal Continental
2010	37 736	194 827
2014	28 774	128 596
2015	28 141	123 018
2016	28 161	119 607
2017	28 343	123 701
2018	27 718	122 693

Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Rendimento Social de Inserção

4.4. Número de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção

De acordo com os valores apresentados na **Figura 31**, importa ressaltar que, nas três áreas territoriais em estudo, a percentagem da população, com 15 ou mais anos, que beneficiam do Rendimento Mínimo Garantido e do Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, tende a minimizar.

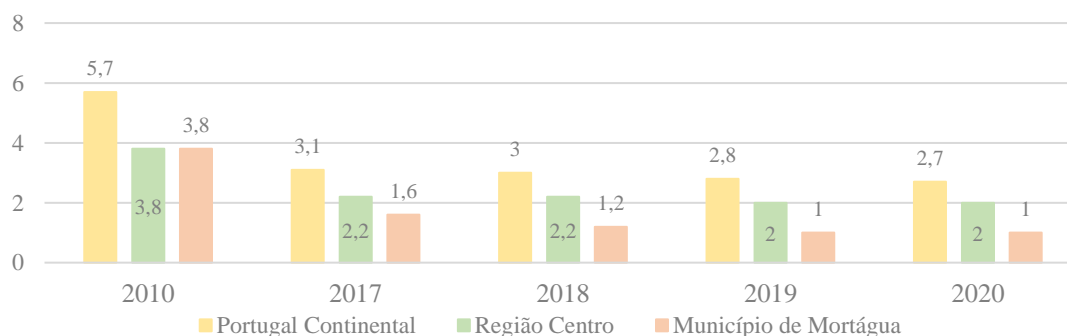
Neste sentido, de 2017 para 2020, Portugal continental regista um decréscimo no número relativo ao mencionado indicador, apresentado, do ano 2018 para o ano 2019, a maior diferença entre eles. No que concerne à região Centro, persiste uma estagnação da percentagem de beneficiários, todavia, de 2018 para 2019, à semelhança do continente, o Centro assinala uma descida. De mesmo modo, o município de Mortágua dá conta do decréscimo dos números, sendo de registar uma similitude dos mesmos, ao longo dos anos de 2019 e 2020.

Por outro lado, em 2010, Portugal detinha a maior percentagem de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social, enquanto o Centro e o município apresentavam números iguais. Ao efetuar a comparação dos valores dos quatro mais recentes anos com os da última década, verifica-se que Portugal regista uma descida de 3%, a região de 1,8% e o município de 2,8%.

Em suma, ainda que o continente detenha, no último ano analisado, a percentagem mais elevada de beneficiários, é a zona territorial onde se conclui um maior decréscimo na última década.

Figura 31

Percentagem (%) de beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido e Rendimento Social de Inserção da Segurança Social no total da população residente com 15 e mais anos, em Portugal continental, na região Centro e no município de Mortágua



Fonte: INE, *Proteção Social*

SÍNTESE DO CAPÍTULO 4 “DIREITO À SOBREVIVÊNCIA”:

No “Direito à Sobrevivência”, analisado previamente, persistem determinadas observações que requerem especial atenção. Neste sentido, para o município de Mortágua, alega-se que:

- ❖ Persiste um notório aumento no ganho mensal dos trabalhadores, de ambos os sexos, que exercem a sua atividade por conta de outrem. Neste sentido, o valor referente ao sexo feminino tende a ampliar nos quatro anos mais recentes, sendo que as mulheres que exercem a sua atividade profissional no município, receberam, em 2020, mais 114,5€ do que em 2016, a maior diferença registada no ganho médio para as três áreas geográficas em estudo. Não obstante, o feminino continua a apresentar, números mais baixos, quando comparados com o género oposto.

- ❖ De 2010 a 2019, os valores do ganho mensal dos trabalhadores que exercem a sua atividade por conta de outrem tende a aumentar, contudo o município apresenta a menor discrepância dos mesmos na última década.

- ❖ Para Mortágua, tal como analisado na região Centro e em Portugal continental, o número médio de homens e mulheres inscritos nos centros de emprego e de formação profissional desceu. Contudo, de 2019 para 2020, os valores aumentaram ligeiramente em ambos os sexos, em todas as zonas.

- ❖ Embora os valores tendam a descer na última década, o feminino é predominante ao conter a maior proporção de indivíduos desempregados que se encontram inscritos nos centros de emprego e de formação profissional.

- ❖ O número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção, do município de Mortágua, tem vindo a decrescer ao longo dos últimos anos.

- ❖ Ainda que o continente detenha, em 2020, a maior percentagem de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, a zona municipal contém o maior decréscimo deste valor, ao longo da última década.

CAPÍTULO 5: DIREITO À PROTEÇÃO

5.1. Número de crianças sinalizadas

No que concerne ao número de crianças sinalizadas (**Figura 32**), torna-se possível aferir, ao nível do município em estudo, um decréscimo de 34,2% (N=23) entre os anos de 2014 e 2018. Por conseguinte, e analisando os dados patentes na

mencionada figura, verifica-se que, entre os anos de 2010 e 2018, existiu um aumento percentual de 1,9% (N=1 322) no que concerne ao número de sinalizações realizadas em Portugal Continental, no entanto, entre os anos de 2014 e 2018 constata-se uma ligeira diminuição de 2% (N=1 394). Contrariamente ao verificado a nível nacional, a região Centro apresentou um decréscimo de 42,9% (N=6 857), entre os anos de 2010 e 2018, bem como, uma diminuição de 45,1% (N=7 496), entre 2014 e 2018. Ainda que não existam dados relativos ao ano de 2010, para o município de Mortágua, prevê-se que a mencionada localidade apresente a mesma tendência de diminuição verificada na região Centro, dado pertencer à área geográfica em causa.

Figura 32

Número de crianças sinalizadas, por sexo e idade, em Portugal Continental, região Centro e município de Mortágua

Ano	Portugal Continental	Região Centro	Mortágua
2010	68 300	15 973	-
2014	71 016	16 612	38
2015	71 021	16 301	21
2016	70 151	14 204	28
2017	66 774	15 268	26
2018	69 622	9 116	25

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

5.2. Tipologia de perigo por sexo e idade da criança

Conforme o descrito no Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, as principais situações de perigo comunicadas à referida entidade são a *Negligência*, o *Direito à Educação*, os *Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude* e, por fim, o *Maltrato Físico*, como se reportam as figuras infra. Não obstante, em 2016 verificam-se, ainda, situações de exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e o desenvolvimento do menor e, no ano de 2020, são incluídas, como categorias de perigo diagnosticadas, a *Violência Doméstica*, o *Maltrato Psicológico*, o *Abandono* e a *Exploração Infantil*.

Assim, ao interpretar os dados da **Figura 34** e da **Figura 35**, verifica-se uma relação entre o número de crianças sinalizadas e a idade das mesmas, pois, à medida que o escalão etário avança, maiores são os valores das situações que colocam a

criança em perigo. Todavia, persistem determinadas exceções: no decorrer do período em análise, os números concernentes à *Negligência* tendem a decrescer, tal como os do *Maltrato Físico*, apesar de este último relatar valores mais elevados em crianças dos 6 aos 14 anos. Ademais, em oposição com o sucedido no ano de 2016 e 2020, a **Figura 33** evidencia a inexistência da relação mencionada para a situação de perigo referente ao *Abandono Escolar*.

Por outro lado, no que concerne ao género, no ano de 2016, confirma-se a predominância, em todas as idades, do masculino na *Negligência*, no *Direito à Educação* e nos *Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude*. Todavia no *Maltrato* registam-se mais rapazes, somente, dos 0 aos 14 anos, dado que dos 15 aos 18 os números revelam-se desfavoráveis para as raparigas. Em 2020, persistem pequenas alterações na *Negligência*, sendo que se observam mais casos do género feminino, dos 15 aos 17 anos e no *Direito à Educação*, dos 0 aos 5 anos. Após efetuar a comparação destes valores para 2010, constata-se que, à semelhança dos outros anos, a *Negligência* e o *Abandono Escolar* apresentam um maior número de sinalizações nos rapazes dos 0 aos 18 anos, contudo os *Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude*, assim como o *Maltrato Físico* são predominantes, somente, no género masculino dos 0 aos 14 anos, pois dos 15 aos 18 anos são as raparigas que detêm os maiores valores.

Em suma, de 2010 para 2016, dá-se o drástico crescimento das situações de perigo referentes à educação e aos comportamentos, exigindo, por esse motivo, uma preocupação constante nos valores. Contudo, para os últimos cinco anos, conclui-se que, em todas as situações de perigo estudadas, os valores diminuíram, o que confirma a importância dos assuntos sobre a promoção e proteção dos menores, bem como o desenvolvimento de uma parentalidade positiva.

Figura 33

Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2010, a nível nacional

Escalão etário	Género	Situação de perigo			
		<i>Negligência</i>	<i>Abandono Escolar</i>	<i>Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude</i>	<i>Maltrato Físico</i>
0 a 5 anos	Feminino	1 813	0	635	222
	Masculino	1 888	0	663	249
6 a 10 anos	Feminino	1 026	205	536	231
	Masculino	1 172	239	631	277
11 a 14 anos	Feminino	816	660	598	254
	Masculino	925	822	710	258
15 a 18 anos	Feminino	420	698	484	223
	Masculino	490	921	441	133

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2010

Figura 34

Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2016, a nível nacional

Escalão etário	Género	Situação de perigo			
		<i>Negligência</i>	<i>Direito à Educação</i>	<i>Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude</i>	<i>Maltrato Físico</i>
0 a 5 anos	Feminino	1 341	0	13	132
	Masculino	1 409	0	19	167
6 a 10 anos	Feminino	1 008	267	118	169
	Masculino	1 182	315	330	240
11 a 14 anos	Feminino	747	650	786	207
	Masculino	813	780	1 358	209
15 a 18 anos	Feminino	431	1 650	1 218	197
	Masculino	472	2 355	1 955	123

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2016

Figura 35

Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2020, a nível nacional

Escalão etário	Género	Situação de perigo			
		Negligência	Direito à Educação	Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude	Maltrato Físico
0 a 5 anos	Feminino	689	3	12	20
	Masculino	730	1	17	24
6 a 10 anos	Feminino	554	85	37	38
	Masculino	581	94	117	62
11 a 14 anos	Feminino	386	212	285	45
	Masculino	434	319	520	49
15 a 18 anos	Feminino	240	402	475	37
	Masculino	221	602	682	29

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2020

5.3. Tipologia dos agregados familiares em que se integram as crianças com diagnóstico

A caracterização do agregado familiar da comunidade portuguesa, mencionada na **Figura 36**, relata que os modelos da presente tipologia, nos quais residem um maior número de crianças e jovens acompanhados são, especificamente, a *Família nuclear*, a *Família reconstituída*, a *Família monoparental* e, por último, a *Família alargada*.

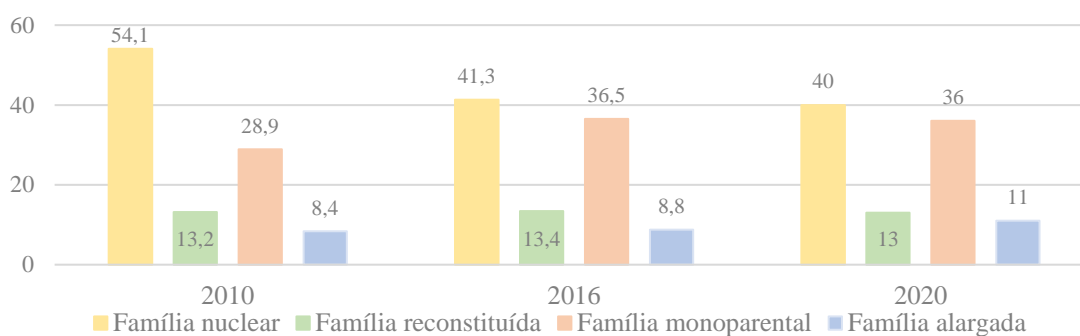
Neste contexto, mediante a evolução dos últimos 10 anos, torna-se possível aferir que as *famílias nucleares*, embora demonstrem tendencialmente um decréscimo ao longo do período em estudo, têm sustentado a percentagem mais elevada do número total dos agregados descritos. Por outro lado, a *Família monoparental* apresenta um aumento de 7,6 pontos percentuais, de 2010 para 2016, sendo de assinalar a redução dos mesmos, deste último ano para 2020. Ademais, os valores das restantes tipologias, sobretudo da *Família reconstituída* e da *Família alargada*, manifestam-se, desde 2010, constantes e pouco alteráveis o que, por conseguinte, se reflete na estabilidade da linha evolutiva.

Em síntese, não obstante à ausência dos valores referentes ao município de Mortágua, importa ressaltar que, mediante a figura infra, os dados evidenciam o

aumento do número de menores acompanhados, que prevalecem em *famílias monoparentais*, bem como em *famílias alargadas*.

Figura 36

Caracterização, em termos percentuais, do tipo de agregado familiar das crianças e jovens acompanhadas/os em Portugal, no decorrer do ano 2010, 2016 e 2020



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2010, 2016, 2020

5.4. Tipo e número de medidas aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

Com base nos dados relativos à tipologia e ao número de medidas de promoção e proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de todo o território nacional, a **Figura 37** demonstra que, no ano de 2020, foi aplicado um universo de 11 879 medidas, enquanto no ano de 2016, foram totalizadas 34 497. Todavia, ao analisar os valores referentes a 2010, verificamos que esse ano registou um número inferior a 2016 e, concomitantemente, superior a 2020, perfazendo um total de 28 500 medidas aplicadas.

No que concerne à tipologia, ressalva-se que a mais utilizada, durante o período em análise, corresponde ao *Apoio junto dos pais* e a menos ao *Acolhimento Familiar*. Neste seguimento, torna-se possível aludir que na medida de *Apoio junto dos pais* se observa determinadas oscilações que requerem especial atenção: de 2010 para 2020 constata-se um decréscimo drástico dos valores, contudo de 2010 para 2016, bem como de 2018 para 2019 é verificado um acríve dos mesmos. Por outro lado, o *Acolhimento Familiar* apresenta, em todos os anos, uma tendência decrescente dos números relativos às medidas de promoção e proteção aplicadas pelas Comissões.

Em síntese, mediante a análise detalhada da **Figura 37**, a medida mais utilizada corresponde ao *Apoio junto dos pais*, seguindo-se a medida de *Apoio junto de um*

familiar, uma vez que a intervenção realizada em crianças e jovens que se encontram em risco deve se orientar de acordo com os princípios do *primado da continuidade das relações psicológicas profundas*, bem como da *prevalência da família*, tal como alega a alínea g) e h) do artigo 4.º da Lei 147/99, de 1 de setembro.

Figura 37

Distribuição, por número e tipologia, das Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pelas Comissões de Promoção e Proteção, a nível nacional

Ano	Portugal Continental					
	<i>Acolhimento Familiar</i>	<i>Acolhimento Residencial</i>	<i>Apoio para a autonomia de vida</i>	<i>Confiança a pessoa idónea</i>	<i>Apoio junto de outro familiar</i>	<i>Apoio junto dos pais</i>
2010	216	2 457	213	461	3 261	21 892
2016	94	3 242	207	467	3 427	27 060
2017	83	2 888	210	379	3 101	25 458
2018	42	1 317	112	154	1 303	11 094
2019	16	1 007	74	177	1 329	11 647
2020	24	558	59	154	1 022	10 062

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDP CJ) – 2010 a 2020

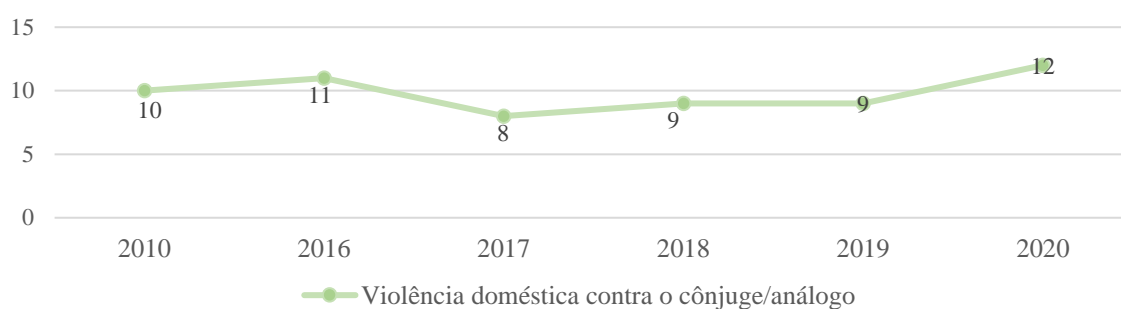
5.5. Número de crimes de violência doméstica

No que diz respeito ao número total de crimes de violência praticados no município de Mortágua, em particular episódios de violência contra o cônjuge/análogo, entre os anos de 2010 e 2020, verifica-se, utilizando como recurso a **Figura 38**, que este se manteve relativamente estável. O valor mais elevado evidencia-se no último ano em análise enquanto, por sua vez, o mais valor mais baixo ocorreu no ano de 2017, apresentando uma quebra de 27,3% face ao ano anterior. Por sua vez, a **Figura 39** sugere que, contrariamente ao averiguado na localidade em análise, no decorrer da última década tem-se verificado uma diminuição no número de crimes de violência doméstica contra o cônjuge/análogo e contra menores, quer a nível nacional, quer a nível regional.

Comparando as mencionadas figuras (**Figura 38 e 39**), torna-se imprescindível ressaltar que a realidade de Mortágua merece especial atenção, dada a tendência crescente de crimes de violência, nos últimos anos, em comparação com restante território nacional. Ainda que não sejam disponibilizados dados, para a realidade local, relativamente ao número de crimes de violência doméstica, praticados contra menores, o panorama sugere que o mesmo apresente valores igualmente preocupantes.

Figura 38

Número de crimes de violência no município de Mortágua



Fonte: DGPJ, Polícias e entidades de apoio à investigação

Figura 39

Número de crimes de violência em Portugal Continental e região Centro

Ano	Portugal Continental		Região Centro	
	Violência doméstica contra o cônjuge/análogo	Violência doméstica contra menores	Violência doméstica contra o cônjuge/análogo	Violência doméstica contra menores
2010	25 129	611	5 655	129
2016	22 773	470	5 214	100
2017	22 599	430	5 117	87
2018	22 423	487	5 094	103
2019	24 793	582	5 819	128
2020	23 439	591	5 547	148

Fonte: DGPJ, Polícias e entidades de apoio à investigação

SÍNTESE DO CAPÍTULO 5 “DIREITO À PROTEÇÃO”:

No que concerne ao último capítulo, designado por “**Direito à Proteção**”, destacam-se as seguintes conclusões:

- ❖ No que concerne ao número de crianças sinalizadas, torna-se possível aferir, ao nível do município em estudo, um decréscimo entre os anos de 2014 e 2018

- ❖ Ainda que, de 2010 para 2016, se constate um drástico crescimento das situações de perigo referentes à educação e aos comportamentos, nos últimos cinco anos, conclui-se que, em todas as situações de perigo estudadas, os valores diminuíram, o que confirma a importância dos assuntos sobre a promoção e proteção dos menores, bem como o desenvolvimento de uma parentalidade positiva.

- ❖ A evolução dos últimos 10 anos dá conta que as *famílias nucleares*, embora demonstrem tendencialmente um decréscimo ao longo do período em estudo, têm sustentado a percentagem mais elevada do número total dos agregados descritos.

- ❖ Por outro lado, a *Família monoparental* apresenta um visível aumento, de 2010 para 2016, sendo de assinalar a redução dos mesmos, deste último ano para 2020.

- ❖ Não obstante à ausência dos valores para o município de Mortágua, importa ressaltar que os dados evidenciam o aumento do número de menores acompanhados, que prevalecem em *famílias monoparentais*, bem como em *famílias alargadas*.

- ❖ No que concerne à tipologia das medidas de promoção e proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, ressalva-se que a mais utilizada, durante o período em análise, corresponde ao *Apoio junto dos pais* e a menos aplicada ao *Acolhimento Familiar*.

- ❖ O número total de crimes de violência praticados no município de Mortágua, em particular, episódios de violência contra o cônjuge/análogo, entre os anos de 2010 e 2020, manteve-se relativamente estável. O valor mais elevado evidencia-se no último ano.

- ❖ A realidade de Mortágua merece especial atenção, dada a tendência crescente de crimes de violência, nos últimos anos, em comparação com restante território nacional. Ainda que não sejam disponibilizados dados, para a realidade local, relativamente ao número de crimes de violência doméstica, praticados contra menores, o panorama sugere que o mesmo apresente valores igualmente preocupantes.

CAPÍTULO 6: DIREITO À PARTICIPAÇÃO

6.1. Participação das crianças do concelho de Mortágua no diagnóstico local

No sentido de avaliar a participação das crianças do concelho de Mortágua, procedeu-se à aplicação de um questionário composto pelas seguintes áreas: *Brincadeira e lazer*; *A minha participação e cidadania*; *A minha segurança e proteção*; *A minha saúde*; *A minha educação* e, por fim, *A minha vida pessoal*. O presente questionário compreende um total de 51 perguntas com um combinado de possibilidades de resposta, nomeadamente, *completamente verdade*, *nem sempre*, *não é verdade ou não acontece* e *não sei*, bem como um conjunto de itens de resposta aberta de forma a permitir, a cada respondente, a possibilidade de expor a sua opinião pessoal referente à área em avaliação.

O mencionado questionário contou com a participação de 251 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, sendo que 135 correspondem ao sexo feminino e 116 ao sexo masculino. Importa ainda referir que, no que concerne ao nível de escolaridade, os destinatários frequentam os vários ciclos de ensino, nomeadamente, o 1.º Ciclo (do 1.º ao 4.º ano), o 2.º Ciclo (5.º e 6.º ano) e o 3.º Ciclo (apenas o 7.º ano).

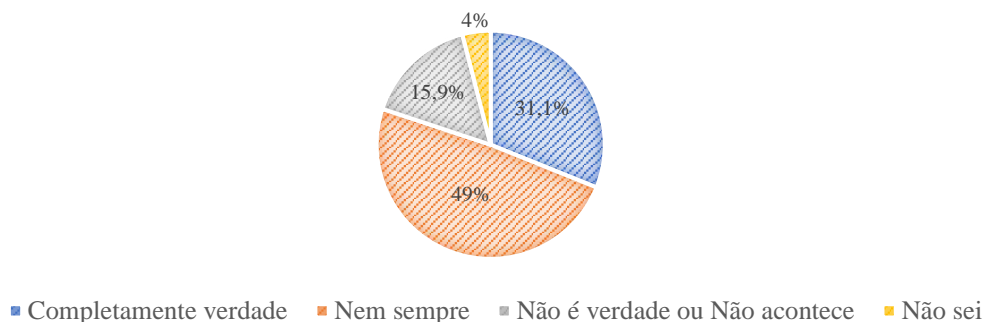
Face ao exposto, evidencia-se, de seguida, a análise dos resultados dos questionários efetuados às crianças, organizado pelas várias áreas em estudo.

Brincadeira e Lazer

Perante a **Figura 40**, depreende-se uma percentagem de 31,1% (N=78) de crianças que brincam com os seus familiares quando se deslocam até ao parque infantil. Em contrapartida, as restantes 64,9% (N=163) assumem uma realidade diferente, dado que 49% (N=123) salienta que “nem sempre” brinca com a sua família e 15,9% (N=40) afirma que “não é verdade ou não acontece”. Neste sentido, e tendo por base as informações patentes na mencionada figura, averigua-se que a maioria das crianças não apresenta momentos de brincadeira com os seus familiares, o que requer especial atenção por parte dos pais e restantes cuidadores, dado que momentos de partilha apresentam benefícios para o desenvolvimento das crianças, bem como, para o fortalecimento de laços entre ambas as partes.

Figura 40

Respostas à questão “Quando eu vou ao parque infantil, as pessoal adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo”

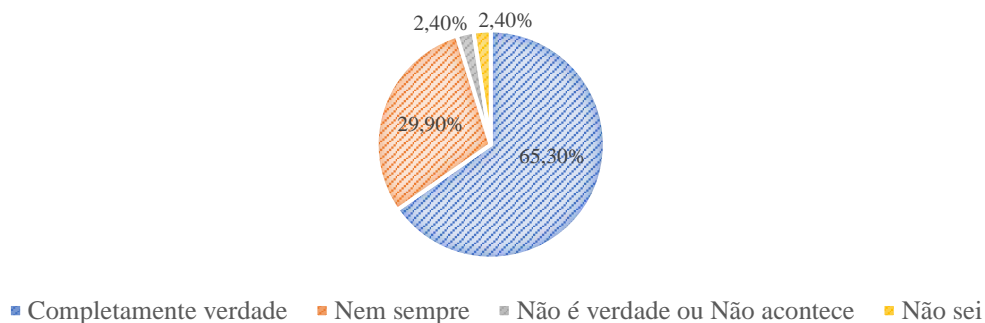


Adaptado do *Google Forms*

Após o horário letivo, mais de metade das crianças, cerca de 65,3% (N=164), garantem possuir disponibilidade para desfrutar o seu tempo livre. Todavia, ressalva-se a proporção de 29,9% (N=75) que afirma brincar, descansar e aproveitar, ocasionalmente, devido à falta de tempo que detêm para o mesmo. Neste sentido, importa que as crianças beneficiem de momentos de lazer, dado que as atividades em tempos livres, praticadas no período pós-escolar, fomentam o crescimento pleno e saudável do menor, nomeadamente com a criação de novas relações sociais e a partilha de novos valores.

Figura 41

Respostas à questão “Quando regresso da escola, e no fim de semana, tenho tempo para brincar, descansar e aproveitar o meu tempo livre”



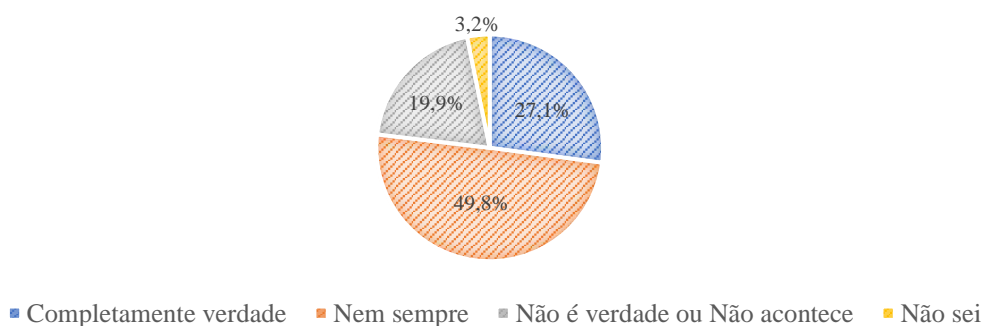
Adaptado do *Google Forms*

Ao analisar a **Figura 42**, contata-se que 27,1% (N=68) das crianças salientam que brincam, depois da escola, com a(s) pessoa(s) que se encontra(m) responsável/eis

por elas, 49,8% (N=125) afirmam que “nem sempre” e 19,9% (N=50) referem que “não é verdade ou que não acontece”. Neste sentido, os resultados salientam que existe, ainda, uma elevada percentagem de adultos que não dispõem de tempo livre para brincar com as suas crianças, caracterizado como um valor preocupante devido ao caráter fundamental que a brincadeira representa no desenvolvimento infantil.

Figura 42

Respostas à questão “Depois da escola, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo”

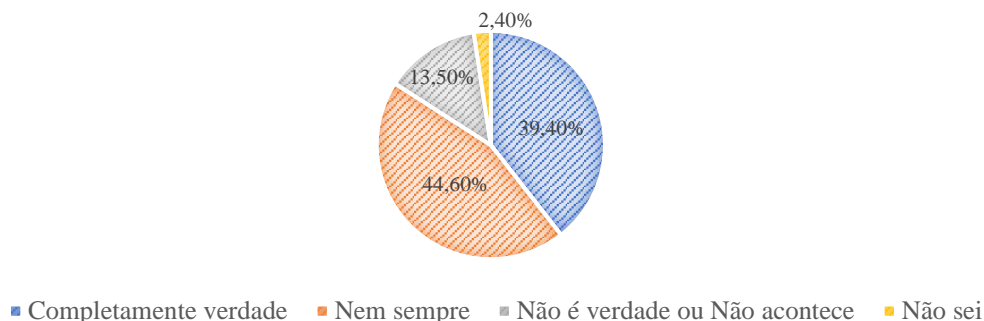


Adaptado do Google Forms

Na sequência do exposto e no que respeita à questão “No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim brincam ou fazem jogos comigo” verifica-se que 13,5% dos participantes (N=34) responderam “Não é verdade ou Não acontece”. Ademais, a maior parcela apresentada na **Figura 43** (44,6%, que corresponde a 112 menores) refere a incapacidade, por vezes, dos cuidadores ao dispensar do tempo tido no fim-de-semana para usufruir com as suas crianças. Não obstante, com uma diferença de 5,2 pontos percentuais, 39,4% (N=99) testemunham que, após os dias úteis, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis exercem atividades de entretenimento com os menores. Importa, posto isto, considerar que a brincadeira é uma excelente forma de fortalecer os laços familiares, tornando-se crucial, por esse motivo, prescindir alguma liberdade para aproveitar momentos de entretenimento infantil.

Figura 43

Respostas à questão “No fim de semana, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brincam ou fazem jogos comigo”

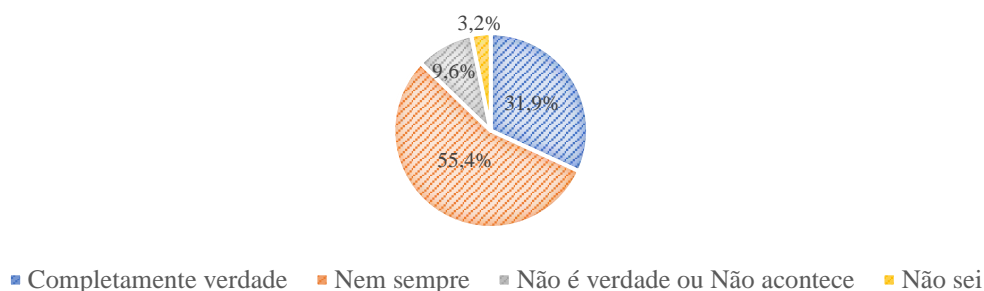


Adaptado do *Google Forms*

No que se refere às atividades realizadas entre as crianças e as suas famílias, durante o fim de semana, e tendo por base os dados disponibilizados na **Figura 44**, verifica-se que 31,9% (N=80) desfruta de momentos de lazer com os seus familiares, tais como, passeios, idas ao museu e/ou comer fora. Não obstante, salienta-se que a maioria dos respondentes, especificamente 68,2% (N=171), apresenta uma resposta de negação, de inconsistência ou de incerteza, dado que, 55,4% (N=139) esclarece que “nem sempre” desfruta do fim de semana para vivenciar experiências com os seus familiares, 9,6% (N=24) salienta que “não é verdade ou não acontece” e os restantes 3,2% (N=8) não apresentam resposta concreta à pergunta colocada. Face ao mencionado, ainda que exista uma percentagem relevante de crianças a afirmar que passam momentos em família, durante dos fins de semana, torna-se imperioso salientar o elevado número de crianças que não desfruta de experiências de lazer com os seus cuidadores.

Figura 44

Respostas à questão “No fim de semana, vou com a minha família passear, ao museu, comer fora ou outros sítios”



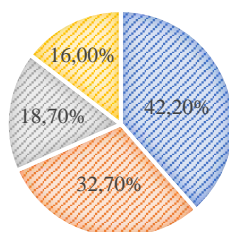
Adaptado do *Google Forms*

Participação e Cidadania

Ainda no seguimento da análise anterior, importa evidenciar os 42,2% (N=106) que confirmam a sua opinião ser, regularmente, requerida e valorizada pelos seus familiares. Assim sendo, é de realçar, ainda na **Figura 45**, que 32,7% (N=82) das crianças sentem que as pessoas responsáveis pelas mesmas nem sempre questionam os seus locais de interesse. Em síntese, ainda que não tenha obtido a maioria, persiste a predominância da resposta “Completamente verdade”, sendo, concomitantemente, de realçar a importância atribuída, pelo(s) cuidador(es), à participação das crianças nas questões, assim como nos momentos familiares.

Figura 45

Respostas à questão “A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.”



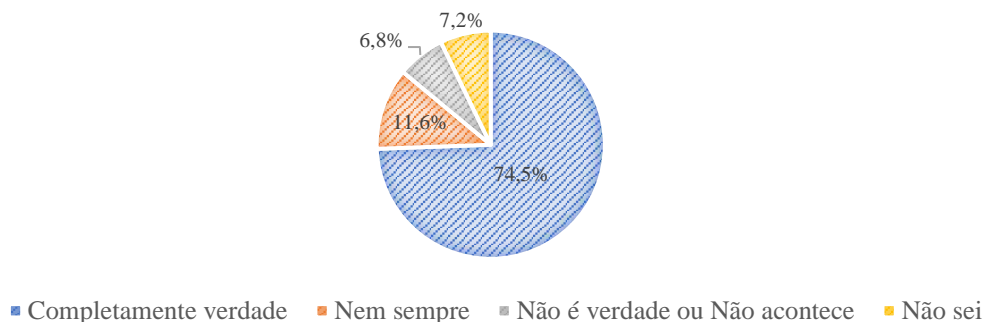
■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

Adaptado do *Google Forms*

Tendo por base a **Figura 46**, verifica-se a existência de um elevado número de crianças, nomeadamente 74,5% (N=187) que teve conhecimento, quer em contexto familiar, escolar ou televisivo, dos seus direitos. Por sua vez, é notório, ainda, uma elevada percentagem de respondentes que afirmam o contrário, uma vez que 11,6% (N=29) salientam que “nem sempre”, 6,8% (N=17) referem que “não é verdade ou não acontece” e 7,2% (N=18) não tem qualquer informação relativamente ao assunto abordado. Neste âmbito, os resultados patentes na mencionada figura salientam que o conhecimento relativo aos direitos das crianças é, ainda, reduzido, levando a uma ausência de delimitação clara dos limites a exercer perante esta população-alvo, bem como, uma iliteracia por parte dos mesmos.

Figura 46

Respostas à questão “Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão”



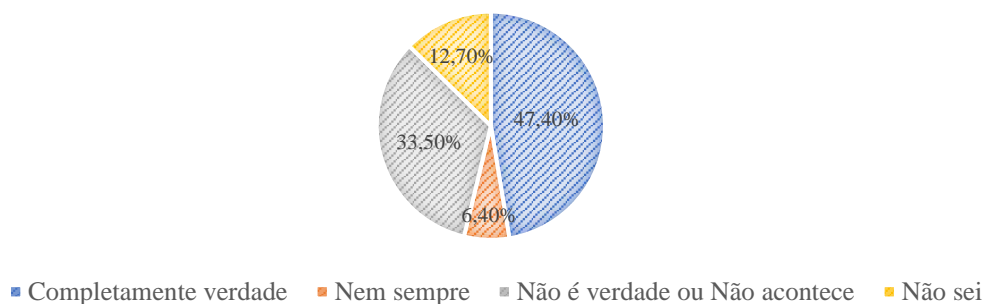
Adaptado do Google Forms

Segurança e Proteção

No seguimento da análise anterior, menciona-se que, na afirmação “Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta”, 47,40% dos respondentes (N=119) alegam ser completamente verdade. Todavia, numa percentagem diminuta de 6,40% crianças (N=16) referem que “Nem sempre” sentem receio, sendo alvo de grande preocupação os 33,50% (N=84), o segundo maior fragmento do total, que nega o enunciado em análise. Posto isto, torna-se considerável ressaltar que, mediante a **Figura 47**, compreende-se uma desagregação das respostas, maioritariamente, de carácter afirmativo (47,40% “Completamente verdade”) ou negativo (6,4% “Nem sempre”, com 33,50% “Não é verdade ou Não acontece”).

Figura 47

Respostas à questão “Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta.”

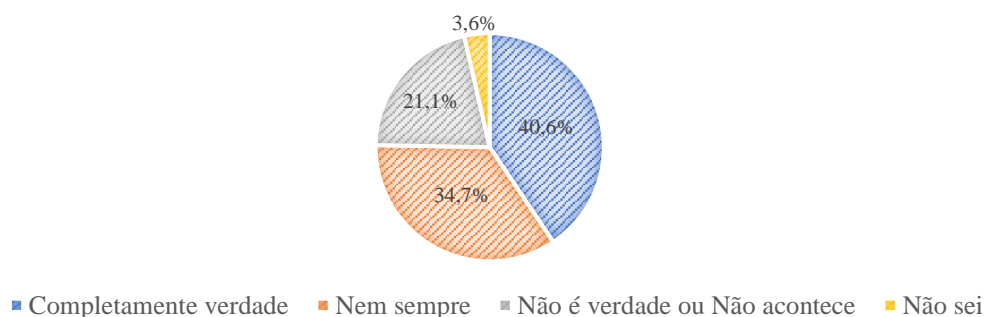


Adaptado do Google Forms

Recorrendo à **Figura 48**, verifica-se a existência de um conjunto diferenciado de respostas, face à questão “Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças me possam fazer mal”. Neste sentido, 40,6% (N=102) respondeu de forma afirmativa, no entanto, a maioria dos respondentes, especificamente, 59,4% (N=149) apresenta uma resposta de negação, de inconsistência ou de incerteza, uma vez que, 34,7% (N=87) refere que “nem sempre” apresenta medo, 21,1% (N=53) destaca que “não é verdade ou não acontece” e os restantes 3,6% (N=9) não dispõem de uma resposta concreta face à questão colocada. As análises dos dados da mencionada figura sugerem que existe, ainda, um elevado número de crianças que apresentam medo de sofrer algum tipo de violência na escola, comprometendo, deste modo, o pleno desenvolvimento das crianças e uma boa integração das mesmas no contexto escolar.

Figura 48

Respostas à questão “Na escola, eu nunca tenho medo que outras crianças me possam fazer mal”

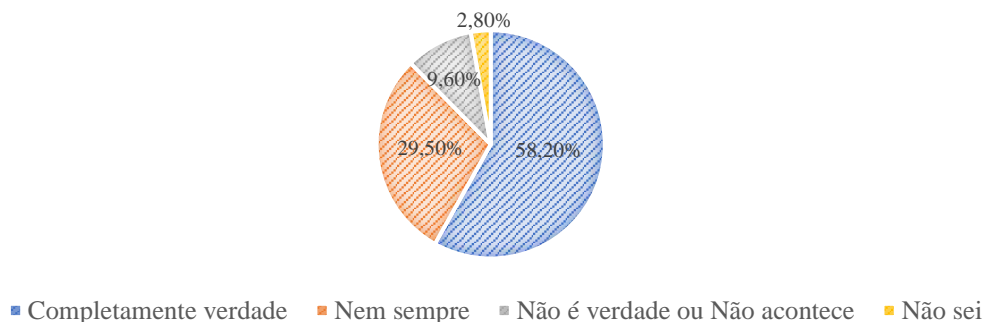


Adaptado do *Google Forms*

Por último e no que concerne, ainda, à segurança e proteção das crianças, importa salientar que a grande maioria, cerca de 58,20% dos respondentes (N=146), garante revelar os sentimentos de receio e apreensão aos seus responsáveis. Por outro lado, e contrariamente ao referido, 29,50% (N=74) do público afirma que, quando vivencia determinada situação que lhe suscite medo fala, de modo ocasional, com os seus cuidadores. Dos valores apresentados na **Figura 49**, requer maior atenção a percentagem de crianças que não comunica, em nenhum momento, os seus sentimentos de receio. Diante do exposto, torna-se imprescindível, não somente compreender os motivos que geram a presente insegurança e a ausência de diálogo sobre assuntos nefastos ao menor, como também incrementar estratégias que promovam a segurança e antecipem a violência/*bullying*.

Figura 49

Respostas à questão “Quando eu tenho medo de alguma coisa costumo falar com a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim.”



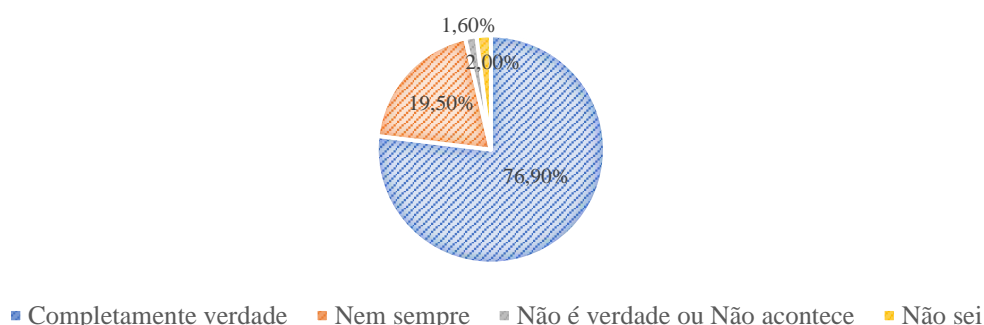
Adaptado do *Google Forms*

Saúde

A **Figura 50** expressa uma tendência maioritária de respostas, traduzida em 76,90% (N=193) de crianças que selecionaram a opção “Completamente verdade” para o item “Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim, leva(m)-me ao médico/a”. Contudo e, não obstante a este valor, torna-se fundamental evidenciar os 19,50% (N=49) que confirmam que nem sempre a sua saúde é assegurada pelos responsáveis e, com uma maior preocupação, os 1,60% (N=4) que negam, de um modo absoluto, a afirmação em estudo.

Figura 50

Respostas à questão “Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, leva(m)-me ao médico/a.”



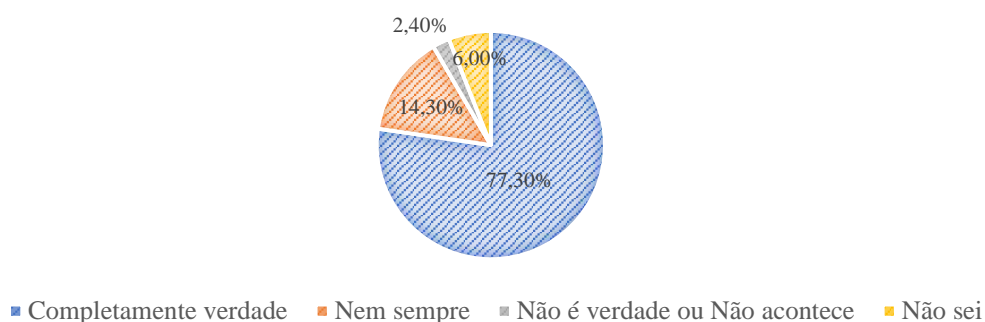
Adaptado do *Google Forms*

Ainda no tópico *A Minha Saúde*, a generalidade dos respondentes, cerca de 77,30% (N=194) afirma que o médico procura, sempre que decide o tratamento, explicar ao menor os cuidados que o mesmo deverá possuir. Ainda assim, como segunda maior

proporção, tal como consta na **Figura 51**, existem 14,30% (N=36) crianças que relatam não ser habitual ter conhecimento referente a questões sobre a sua saúde. Posto isto, ressalva-se não somente a importância da audição e a participação da criança em todas as matérias alusivas à sua esfera pessoal, como, de igual modo, a autonomização das mesmas em separado ou na companhia do seu representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto.

Figura 51

Respostas à questão “Quando o/a médico/a decide o tratamento para a minha doença, explica-me o que devo fazer para ficar melhor ou como tomar os medicamentos.”



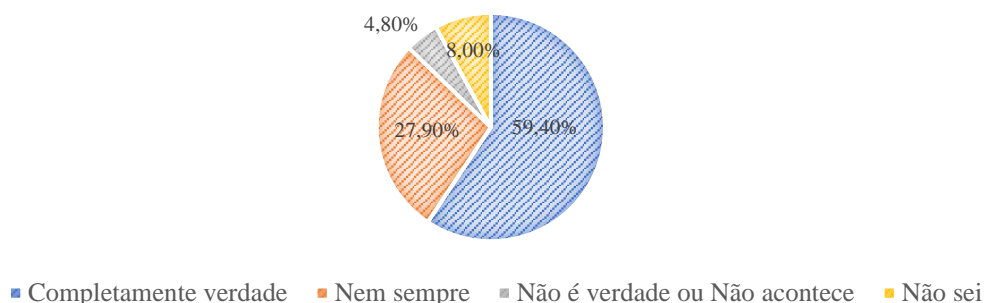
Adaptado do *Google Forms*

Educação

No que toca à questão “A minha/meu encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola”, as opiniões encontram-se repartidas, originando, desse modo, uma visível divergência nas respostas. Neste seguimento, a **Figura 52** destaca o valor de 59,40% (N=149) crianças que alegam ser “Completamente verdade” o seu encarregado de educação ser cooperativo nas atividades escolares. Face ao exposto, e dado a formação ser imprescindível, importa referir que a participação dos responsáveis nos assuntos escolares é, decerto, indispensável para o envolvimento dos formandos no espaço educativo. No entanto, na citada figura, ainda se destacam 27,90% (N=70) crianças com *feedback* negativo, garantindo que “nem sempre” os seus encarregados de educação se interessam pelas atividades relacionadas com a instituição escolar.

Figura 52

Respostas à questão “A minha/meu encarregado/a de educação participa muito nas atividades da escola.”

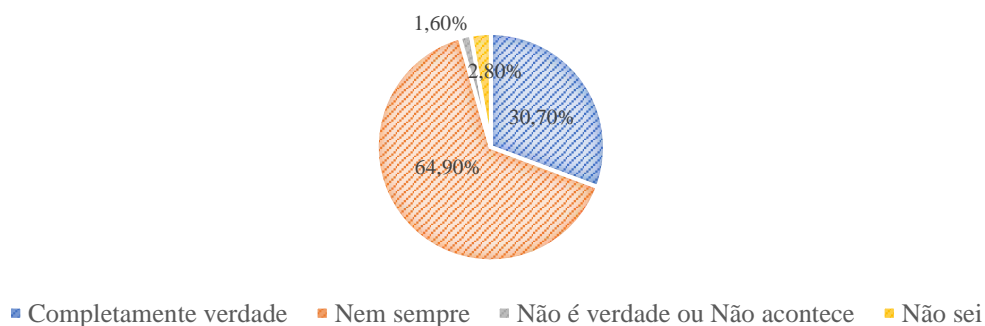


Adaptado do *Google Forms*

Na mesma linha das considerações previamente tidas, também a **Figura 53** enuncia que somente 30,70% (N=77) dos respondentes confessa compreender as matérias quando estas são explicadas pelos professores. Todavia, a maior proporção e, por esse motivo, a mais preocupante, com 64,90% (N=163) do universo, identifica que as crianças sentem, ocasionalmente, alguma dificuldade de aprendizagem, devido à ausência de conhecimento sobre um determinado assunto. Ressalva-se, por este motivo, o papel imprescindível que detém o professor e o esclarecimento contínuo dos conteúdos programáticos para uma compreensão adequada e eficaz e, conseqüentemente, para um melhor desempenho escolar dos formandos.

Figura 53

Respostas à questão “Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas.”

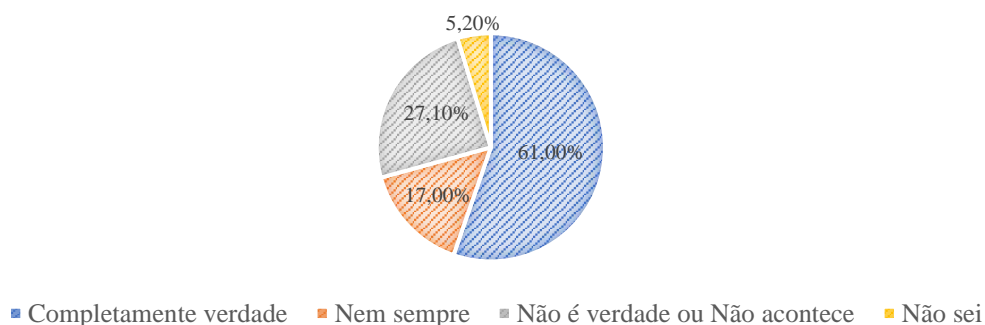


Adaptado do *Google Forms*

Do ponto de vista macro, torna-se fundamental observar a **Figura 54**, na qual se destacam os 32,90% (N=85) respondentes que possuem um *feedback* negativo no que concerne à afirmação “Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as”. Desta parcela, realça-se 27,10% (N=68) de crianças que afirmam que o item não corresponde ao sucedido em contexto escolar, selecionando a opção “Não é verdade ou Não acontece”. Todavia, persiste ainda uma grande controvérsia entre a imposição de respeito e o abuso de autoridade exercido dentro da sala de aula, na medida em que o castigo corporal, não sendo, por vezes, justificado pelo direito à correção de comportamentos inadequados, pode ocasionar a ideia de agressão.

Figura 54

Respostas à questão “Os/as professores/as nunca batem nos/as alunos/as.”



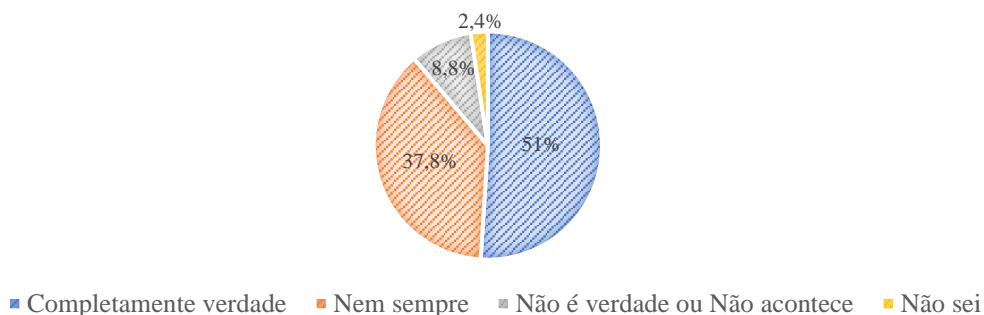
Adaptado do *Google Forms*

Vida Pessoal

Mediante a análise dos dados patentes na **Figura 55**, constata-se que a maioria das crianças, no qual foi aplicado o questionário, refere que os seus cuidadores responsáveis não exercem comportamentos violentos sobre as mesmas. No entanto, vale ressaltar que as restantes 49% (N=123) apresentam respostas distintas, no qual 37,8% (N=95) referem que “nem sempre”, 8,8% (N=22) “não é verdade ou não acontece” e 2,4% (N=6) não apresenta nenhuma resposta concreta. Face ao exposto, os mencionados dados salientam a existência de um elevado número de famílias que utilizam a violência física como recursos de punição e educação.

Figura 55

Respostas à questão “A(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim não me batem”

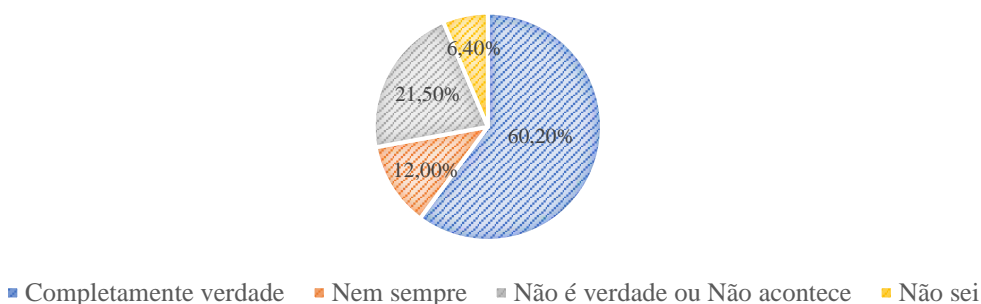


Adaptado do *Google Forms*

No que concerne, ainda, à dimensão sobre a vida pessoal, a **Figura 56** ilustra que cerca de 31,50% (N=84) das crianças refere que já foi agredida, no mínimo uma vez, pelos seus pares fora da instituição escolar. Do universo dos 251 respondentes, 60,20% (N=151) testemunham que nunca vivenciaram episódios de confronto físico exercido por outras crianças num espaço externo ao contexto educativo, o que revela ser um dado propício à segurança dos mais novos. Neste seguimento, embora a grande parte das crianças não desenvolva um padrão de comportamento violento, torna-se necessária a prevenção do *bullying*, recorrendo a estratégias de ensino e educação para evitar situações de alto risco.

Figura 56

Respostas à questão “Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola.”



Adaptado do *Google Forms*

SÍNTESE DO SUBCAPÍTULO 6.1. “PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS DO CONCELHO DE MORTÁGUA NO DIAGNÓSTICO LOCAL”:

A participação das crianças do concelho de Mortágua no diagnóstico local refere o seguinte:

- ❖ A maioria das crianças não detém momentos de brincadeira com os seus familiares, o que revela ser uma conclusão preocupante, dado que momentos de partilha apresentam benefícios para o desenvolvimento das crianças, bem como, para o fortalecimento de laços entre ambas as partes.

- ❖ Após o horário letivo, mais de metade das crianças, cerca de 65,3% (N=164), garantem possuir disponibilidade para desfrutar o seu tempo livre. Neste sentido, importa que as mesmas beneficiem de momentos de lazer para o seu pleno e saudável crescimento.

- ❖ Os resultados salientam que existe, ainda, uma elevada percentagem de adultos que não dispõem de tempo livre para brincar com as suas crianças, caracterizado como um valor preocupante.

- ❖ Ainda que exista uma percentagem relevante de crianças a garantir que passam momentos em família, durante dos fins de semana, torna-se imperioso salientar o elevado número de crianças que não disfruta de experiências de lazer com os seus cuidadores.

- ❖ Cerca de 42,2% (N=106) de crianças confirmam a sua opinião ser, regularmente, requerida e valorizada pelos seus familiares.

- ❖ Verifica-se a existência de um elevado número de crianças, nomeadamente 74,5% (N=187) que teve conhecimento, quer em contexto familiar, escolar ou televisivo, dos seus direitos. Por sua vez, é notório, ainda, uma elevada percentagem de respondentes que afirmam o contrário.

- ❖ O conhecimento relativo aos direitos das crianças é, ainda, reduzido, levando a uma iliteracia por parte desta população-alvo.

- ❖ As análises dos dados sugerem que existe, ainda, um elevado número de crianças que têm medo de sofrer algum tipo de violência na escola, comprometendo, deste modo, o pleno desenvolvimento das crianças e uma boa integração das mesmas no contexto escolar.

- ❖ Destaca-se a grande percentagem de crianças que não comunica, em nenhum momento, os seus sentimentos de receio. Diante do exposto, torna-se imprescindível, não somente compreender os motivos que geram a presente

insegurança e a ausência de diálogo sobre assuntos nefastos ao menor, como também incrementar estratégias que promovam a segurança e antecipem a violência/*bullying*.

- ❖ Cerca de 19,50% (N=49) do total de respondentes, confirmam que nem sempre a sua saúde é assegurada pelos responsáveis.

- ❖ Os dados salientam a existência de um elevado número de famílias que utilizam a violência física como recursos de punição e educação.

- ❖ Embora grande parte das crianças não desenvolva, em contexto escolar, um padrão de comportamento violento, torna-se necessária a prevenção do *bullying*, recorrendo a estratégias de ensino e educação para evitar situações de alto risco.

6.2. Participação dos jovens do concelho de Mortágua no diagnóstico local

De forma a avaliar a participação dos jovens que pertencem ao concelho de Mortágua, utilizou-se, como recurso, um questionário composto pelas áreas seguintes: *Brincadeira e lazer*; *A minha participação e cidadania*; *A minha segurança e proteção*; *A minha saúde*; *A minha educação* e, por fim, *A minha vida pessoal*. Após proceder-se à aplicação do mesmo, foi possível recolher um total de 73 perguntas com quatro níveis de resposta, a saber, *completamente verdade*, *nem sempre*, *não é verdade ou não acontece* e *não sei*, bem como um conjunto de itens de resposta aberta de forma a permitir, a cada respondente, a possibilidade de expor a sua opinião pessoal referente à área em avaliação.

Neste sentido, responderam ao questionário 178 jovens, dos quais 102 correspondem ao sexo feminino e 76 ao sexo masculino, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos. De forma a recolher um conjunto significativo e diversificado de respostas, a aplicação do questionário incidiu ao nível do 7.º, 8.º e 9.º ano do 3.º Ciclo do Ensino Básico, bem como ao nível do 10.º, 11.º e 12.º ano do Ensino Secundário.

Face ao mencionado, destacam-se, de seguida, as análises dos resultados que suscitaram uma maior relevância, no que concerne aos questionários efetuados aos jovens, organizado pelas várias áreas em estudo.

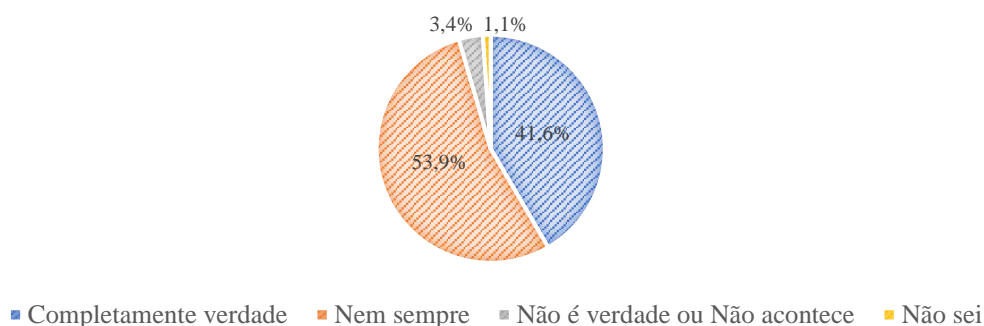
Brincadeira e Lazer

Ao analisar os dados patentes na **Figura 57**, denota-se que, ainda que 41,6% (N=74) dos jovens confirme que dispõe de tempo para descansar e aproveitar o tempo livre, é notório a existência de um elevado número de indivíduos, 57,3% (N=102),

especificamente, que afirma que nem sempre ou nunca consegue reunir condições favoráveis para o fazer. Neste sentido, torna-se pertinente mencionar que existe, ainda, uma pequena parcela de jovens que apresenta incerteza ou dúvida face à questão colocada. As respostas recolhidas sugerem que existe um elevado número de jovens que não dispõe de tempo de qualidade para descansar e aproveitar para realizar atividades que lhes suscitem interesse, acabando por afetar as restantes áreas do mesmo.

Figura 57

Respostas à questão “Eu tenho tempo suficiente para descansar e aproveitar o meu tempo livre”

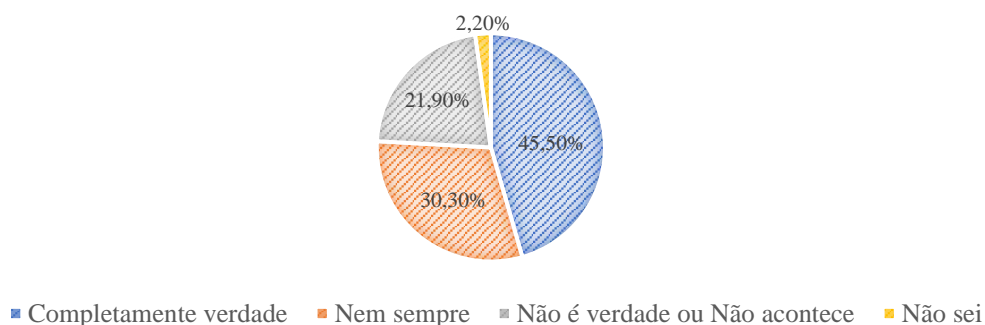


Adaptado do Google Forms

Diante dos valores exibidos na **Figura 58**, ressalva-se a proporção de 52,20% (N=93) de jovens que afirmam não participar, regularmente, em atividades e/ou programas, após o horário letivo. Neste seguimento, importa destacar que, dessa parcela, 30,30% (N=54) de adolescentes selecionam a opção “Nem sempre” e os restantes 21,90% (N=39) negam, por completo, a afirmação, elegendo “Não é verdade ou Não acontece”. Não obstante ao descrito, cerca de 45,50% (N=81) do universo de respondentes testemunham ter ocupações exteriores ao contexto escolar, o que reforça a importância do envolvimento deste público em atividades que estimulem, fundamentalmente, a autonomia, o respeito, a responsabilidade e a organização/gestão.

Figura 58

Respostas à questão “Eu participo em programas ou atividades fora da escola.”



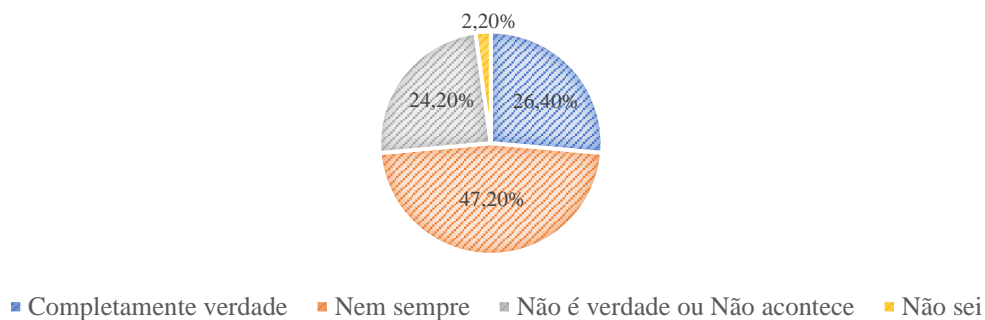
Adaptado do *Google Forms*

Participação e Cidadania

No que toca à questão “A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana”, as respostas manifestam-se, maioritariamente, desfavoráveis. Neste sentido, mediante a **Figura 59**, torna-se possível observar que cerca de 41,20% (N=84) dos adolescentes afirmam que a sua opinião não é solicitada, de um modo frequente, para as atividades do fim de semana, enquanto 24,20% (N=43) garantem que os seus cuidadores, em nenhum momento, procuram conhecer o ponto de vista do menor para momentos de lazer. Diante do mencionado, torna-se possível averiguar que, somente, 26,4% (N=47) da totalidade, sente que participa nos assuntos familiares, sobretudo no que respeita ao tempo livre do agregado. Em síntese, ainda que não tenha obtido a maioria, persiste a grave predominância da resposta “Nem sempre”, sendo, por esse motivo, de ressaltar a necessidade de participação e pertença dos jovens nos momentos de lazer familiar.

Figura 59

Respostas à questão “A(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim costuma(m) perguntar-me o que quero fazer no fim de semana.”

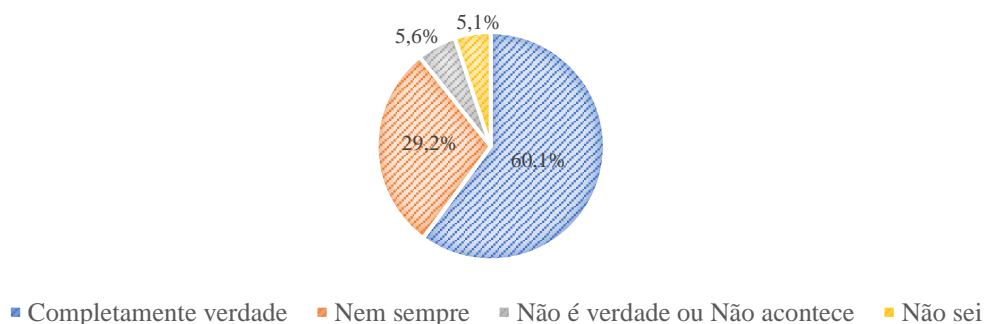


Adaptado do *Google Forms*

Face à questão “Eu sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouvem e têm em consideração as minhas opiniões”, denota-se que a maioria dos jovens, especificamente 60,1% (N=107), confirma a mesma. No entanto, salienta-se que existem, ainda, um número considerável de indivíduos que não se revê completamente na afirmação anterior, dado que 29,2% ((N=52) refere que *Nem sempre* lhe de é dada essa atenção, 5,6% (N=10) afirma que *Não é verdade ou não acontece* e 5,1% (N=9) não apresenta uma opinião concreta. Assim sendo, e tendo em conta os dados analisados na **Figura 60**, compreende-se que existe, ainda, um número considerável de crianças que não dispõe de uma atenção e disponibilidade psicológica e emocional, por parte dos seus cuidadores responsáveis, e, no qual, não é levada em consideração as suas próprias opiniões e pensamentos. Este assunto requer uma especial atenção, dado que é fulcral que os jovens se sintam parte integrante do sistema familiar que integram, para, posteriormente, sejam cidadãos ativos, conscientes, capazes de exteriorizar os seus sentimentos e pensamentos.

Figura 60

Respostas à questão “Eu sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouvem e têm em consideração as minhas opiniões”



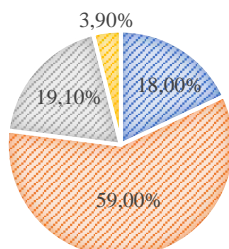
Adaptado do Google Forms

No que concerne ainda ao tópico *A minha participação e cidadania*, a generalidade dos respondentes, aproximadamente 59% (N=105), reconhece que nem sempre participa em projetos na respetiva comunidade, salientando, com maior preocupação, os 19,10% (N=34) jovens que refutam o enunciado no item. Tal como apresenta a **Figura 61**, somente 18% (N=32) dos adolescentes garantem o seu envolvimento em atividades da comunidade, destinadas à sua faixa etária. Posto isto, denote-se que as respostas, sobretudo sob o ponto de vista negativo, poderão estar na origem não apenas da falta de interesse, por parte dos jovens, como também na

carência do desenvolvimento de projetos realizados na comunidade para este fragmento da população.

Figura 61

Respostas à questão “Eu participo em projetos na minha comunidade.”



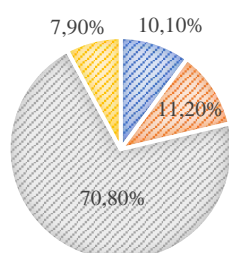
■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

Adaptado do Google Forms

Na linha das considerações previamente deduzidas, a **Figura 62** parece indicar que a grande maioria dos jovens, com a fração de 70,80% (N=126), evidencia que não facultam o seu ponto de vista relativamente a projetos e/ou atividades na Câmara Municipal, somando a essa parcela os 11,20% (N=20) que afirmam “nem sempre” dar a sua opinião para o assunto em estudo. Neste sentido, apenas 10,10% (N=18) do universo de 178 respondentes, já deram, em algum momento, o seu parecer sobre os projetos e/ou atividades de âmbito municipal.

Figura 62

Respostas à questão “Eu já dei a minha opinião em projetos ou atividades na Câmara Municipal.”



■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

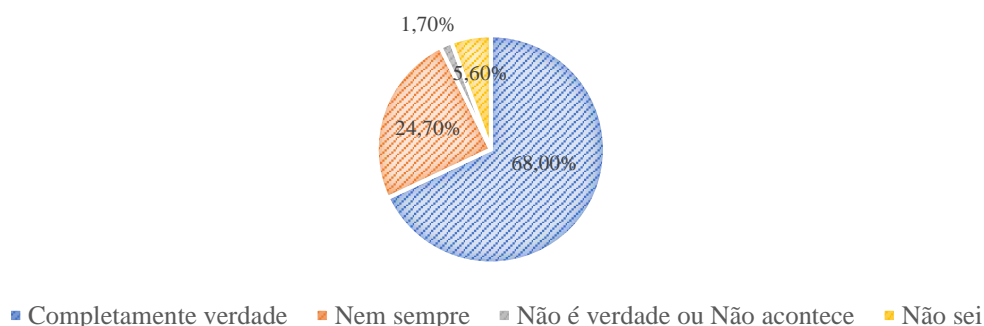
Adaptado do Google Forms

Saúde

A **Figura 63** expressa uma tendência maioritária de respostas, correspondente a 68% (N=121) que selecionaram a resposta “Completamente verdade” para o item “O médico/a, ou enfermeiro/a, costuma falar diretamente comigo”. Contudo, mediante os valores graficamente expostos na mesma figura, afere-se os 26,40% (N=47), resultado da soma entre os 24,70% (N=44) “Nem sempre” e os 1,70% (N=3) “Não é verdade ou Não acontece”, que testemunham não serem consultados e envolvidos, de um modo direto, nos assuntos referentes à sua saúde.

Figura 63

Respostas à questão “O médico/a, ou enfermeiro/a, costuma falar diretamente comigo.”

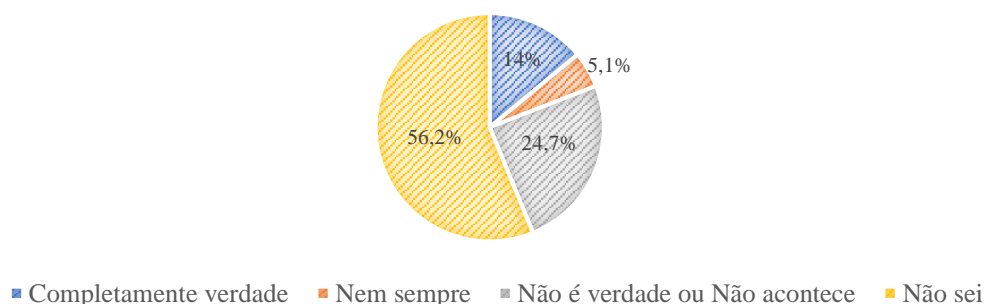


Adaptado do *Google Forms*

Tendo por base a **Figura 64**, referente ao atendimento especializado para jovens, nos centros de saúde, depreende-se que a maioria dos jovens que responderam ao presente questionário não têm conhecimento relativamente à existência do mencionado serviço. Neste sentido, 24,7% (N=44) refere que não existe, 5,1% (N=9) confirma que não corresponde a um atendimento regular, enquanto que apenas 14% (N=25) dos jovens confirma a sua existência. Não obstante, os dados disponibilizados sugerem que existe um elevado número de jovens que não é acompanhado nas unidades de saúde locais, podendo ter repercussões no desenvolvimento e iliteracia dos mesmos, relativamente a assuntos inerentes a esta etapa de desenvolvimento.

Figura 64

Respostas à questão “No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes”



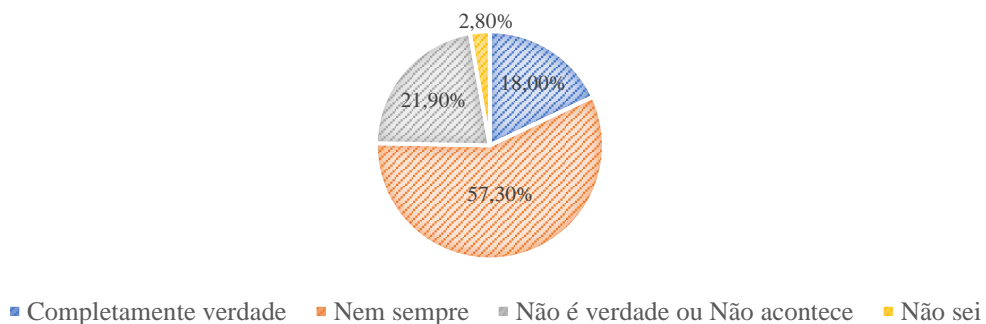
Adaptado do Google Forms

Educação

Torna-se imprescindível refletir sobre os dados provenientes da **Figura 65**. Neste seguimento, persiste uma percentagem considerável de jovens, traduzida em 57,30% (N=102) que declara “Nem sempre” ter gostado da escola. Todavia, agregado a este valor, assinala-se os 21,90% (N=39) que refutam, por completo, a afirmação em causa. Diante do exposto, é possível concluir que, do universo dos 178 respondentes, cerca de 18% (N=32), apenas, alega ter sempre gostado da escola. Em suma, o *feedback* negativo, correspondente a 79,2% (N=141), pode estar relacionado com inúmeros fatores, sendo eles internos ou externos ao contexto educativo.

Figura 65

Respostas à questão “Eu sempre gostei da escola.”



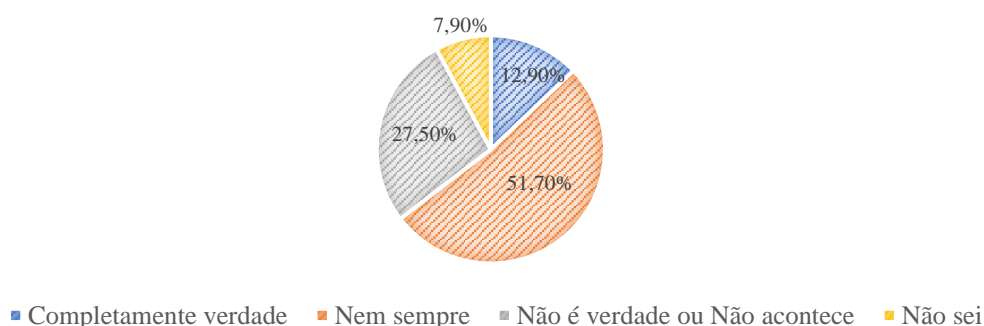
Adaptado do Google Forms

No que toca à questão “A minha mãe ou o meu pai costumam participar nas atividades que acontecem na escola”, a **Figura 66** destaca a visível parcela de 51,70%

(N=92) jovens que selecionaram a opção “Nem sempre”, alegando que a afirmação não é, de um modo absoluto, verdadeira e os 27,50% (N=49) que evidenciam não ser verdade ou não acontecer. Do todo, somente 12,90% (N=23) certificam que é comum os seus cuidadores se envolverem em atividades educativas. Face ao exposto, devido à importância que detém a formação na vida das crianças e/ou jovens, importa ressaltar a necessidade de os responsáveis participarem nos assuntos escolares, sendo esse um fator exclusivo para o envolvimento dos formandos no espaço educativo.

Figura 66

Respostas à questão “A minha mãe ou o meu pai costumam participar nas atividades que acontecem na escola.”

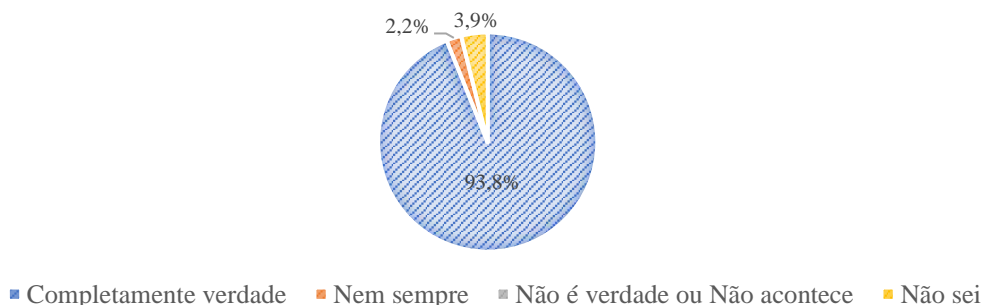


Adaptado do *Google Forms*

No que concerne à capacidade de pagamento do material escolar, por parte das famílias dos jovens, e utilizando como recurso a **Figura 67**, depreende-se que a 93,8% (N=167) apresenta condições para o fazer, no entanto, é notório a existência de 2,2% (N=4) que nem sempre reúne essas mesmas condições e 3,9% (N=7) não apresenta conhecimento suficiente sobre o mesmo. Neste seguimento, ainda que uma grande percentagem de jovens apresenta condições favoráveis, no que concerne à capacidade de aquisição de material escolar, é perceptível a existência de famílias que não apresentam recursos necessários, capazes garantir esses materiais.

Figura 67

Respostas à questão “A minha família consegue pagar o material escolar que eu preciso”

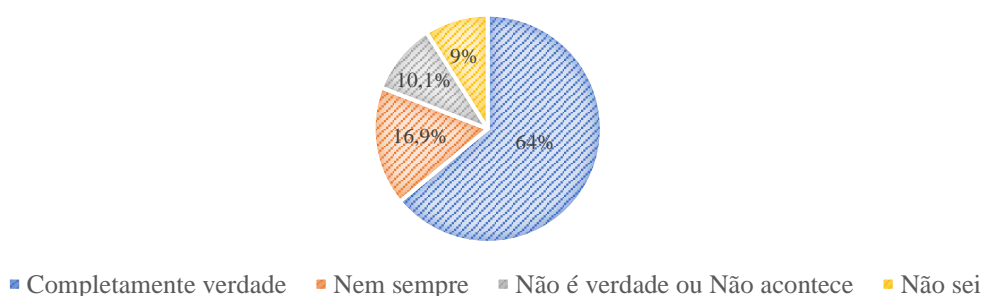


Adaptado do Google Forms

Tendo por base os dados disponibilizados na **Figura 68**, torna-se possível verificar que 64% (N=114) dos jovens já beneficiou da ajuda dos seus professores e professoras, quando necessitou, no entanto, 16,9% (N=30) referem que Nem Sempre, 10,1% (N=18) sugere que Não é verdade ou não acontece e os restantes 9% (N=16) apresentou uma resposta incerta. Assim sendo, ainda que exista uma parcela de jovens que não usufruiu dessa ajuda, é notória a existência de um elevando número que já beneficiou da mesma. Estes dados sugerem, assim, que existe uma proximidade entre a comunidade escolar, em particular os docentes, com os alunos, favorecendo, deste modo, uma melhor comunicação e partilha entre as partes.

Figura 68

Respostas à questão “Os meus professores e professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda”



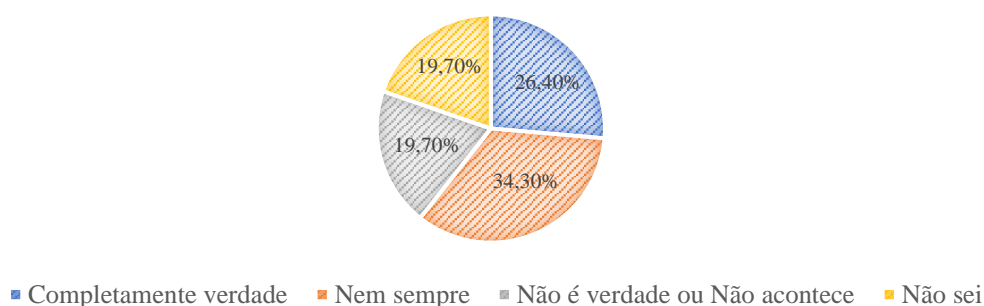
Adaptado do Google Forms

Ainda no ponto *A minha Educação*, torna-se possível constatar, mediante a **Figura 69**, que as opiniões se encontram repartidas nas respostas ao item “Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde”. Na sequência do descrito, cerca de

26,40% (N=47) jovens, afirmam que os assuntos sobre a temática em estudo são debatidos no contexto educativo, sendo de realçar, com uma maior precaução, os 54% (N=96) de adolescentes, produto do somatório dos 34,30% (N=61) “Nem sempre” com os 19,70% (N=35) “Não é verdade ou Não acontece”, que garantem não possuírem aulas/sessões sobre promoção de saúde.

Figura 69

Respostas à questão “Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde.”

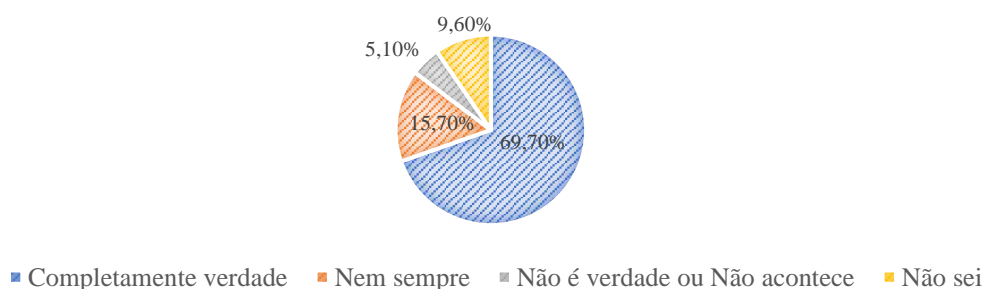


Adaptado do Google Forms

Ademais, no seguimento das observações tidas anteriormente, ressaltam-se os dados da **Figura 70** que se reportam à afirmação “Na minha escola, fomos informados sobre os direitos das crianças”. Neste sentido, torna-se imprescindível enfatizar a substancial percentagem de 69,70% (N=124) jovens que afirmam serem informados, em contexto educativo, sobre os direitos que possuem, enquanto cidadãos. Não obstante a esse valor, 15,70% (N=28) responderam “Nem sempre”, sendo de reforçar os 5,10% (N=9) adolescentes que testemunham não ser abordada, na escola, a temática dos Direitos da Criança.

Figura 70

Respostas à questão “Na minha escola, fomos informados sobre os direitos das crianças.”

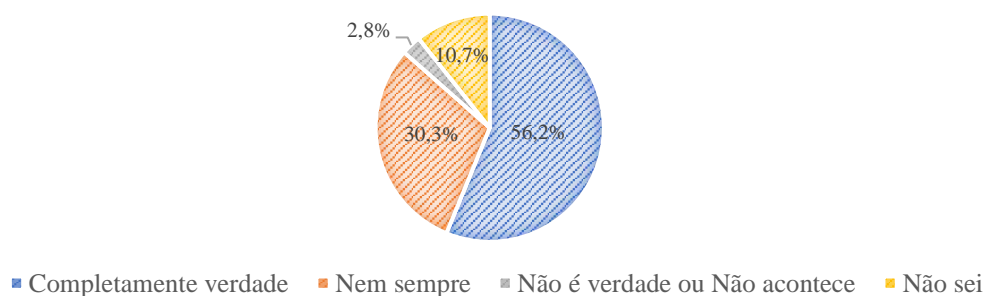


Adaptado do Google Forms

Utilizando como recurso os dados patentes na **Figura 71**, verifica-se a existência de uma multiplicidade de respostas face à mencionada questão. Neste sentido, 56,2% (N=100) salienta que as crianças e jovens com deficiência são respeitadas pela comunidade escolar, no entanto, torna-se imprescindível salientar que 30,3% (N=54) refere que nem sempre se verifica e 2,8% (N=5) menciona que não ocorre. Não obstante, existe ainda uma percentagem de jovens, 10,7% (N=19) especificamente, que reporta a ausência de informação acerca do mencionado assunto. Face ao referido, verifica-se que, ainda que exista uma percentagem considerável de indivíduos que veem respeitadas as crianças e jovens com deficiência, salienta-se, por sua vez, a existência de um elevado número que não verifica o mesmo.

Figura 71

Respostas à questão “Na minha escola, as crianças/jovens com deficiências são sempre respeitadas”



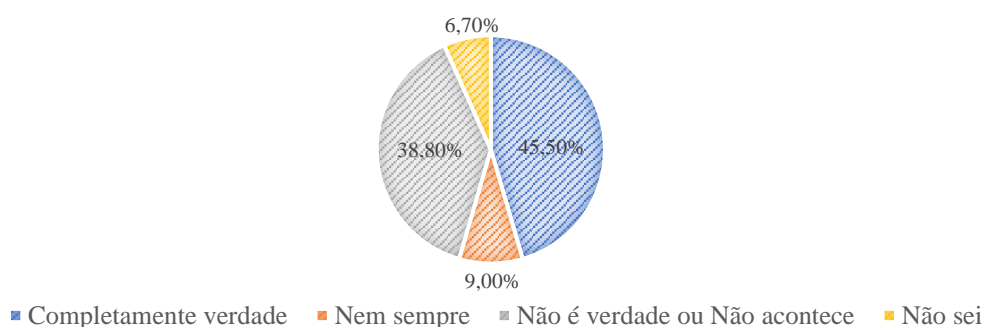
Adaptado do *Google Forms*

Vida Pessoal

Após observar, de um modo detalhado e minucioso a **Figura 72**, torna-se possível concluir que, no item “Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola”, as respostas se manifestam contraditórias. Nesta perspetiva, denote-se as duas maiores parcelas que contêm, respetivamente, a opção “Completamente verdade” e “Não é verdade ou Não acontece”, nas quais se inserem o maior agregado de respondentes. No que concerne, pois, à influência exercida pelos pares para o consumo de substâncias ilícitas, especificamente, as drogas, 45,50% (N=81) dos jovens testemunham que, em nenhum momento, lhes foi oferecido a mencionada substância, quer na escola, quer em contextos exteriores à mesma, todavia, por outro lado, persiste um valor extremamente preocupante de 38,80% (N=69) de adolescentes que relatam já terem sido persuadidos para o uso de drogas.

Figura 72

Respostas à questão “Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola.”



Adaptado do *Google Forms*

SÍNTESE DO SUBCAPÍTULO 6.2. “PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS DO CONCELHO DE MORTÁGUA NO DIAGNÓSTICO LOCAL”:

A participação dos jovens do concelho de Mortágua no diagnóstico local refere o seguinte:

❖ Cerca de 41,6% (N=74) dos jovens dispõem de tempo para descansar e aproveitar o tempo livre. Contudo, é notório a existência de um elevado número de indivíduos, 57,3% (N=102), que afirmam nem sempre conseguem reunir condições favoráveis para o fazer.

❖ Diante dos valores exibidos, ressalva-se a proporção de 52,20% (N=93) de jovens que afirmam não participar, regularmente, em atividades e/ou programas, após o horário letivo.

❖ Somente 26,4% (N=47) da totalidade, sente que participa nos assuntos familiares, sobretudo no que respeita ao tempo livre do agregado. Ainda que não tenha obtido a maioria, persiste a grave predominância da resposta “Nem sempre”, sendo de ressaltar a necessidade de participação e pertença dos jovens nos momentos de lazer familiar.

❖ Compreende-se que existe, ainda, um número considerável de crianças que não dispõe de uma atenção e disponibilidade psicológica e emocional, por parte dos seus cuidadores responsáveis.

❖ No que se refere ao atendimento especializado para jovens, nos centros de saúde, depreende-se que a maioria dos jovens que responderam ao presente

questionário não têm conhecimento relativamente à existência do mencionado serviço. Não obstante, os dados disponibilizados sugerem que existe um elevado número de jovens que não é acompanhado nas unidades de saúde locais.

❖ Do universo dos 178 respondentes, apenas cerca de 18% (N=32) alega ter sempre gostado da escola. Todavia, o *feedback* negativo, correspondente a 79,2% (N=141), pode estar relacionado com inúmeros fatores, sendo eles internos ou externos ao contexto educativo.

❖ Não obstante à grande percentagem de jovens que apresentam condições favoráveis, no que concerne à capacidade de aquisição de material escolar, é perceptível a existência de famílias que não possuem recursos necessários, capazes garantir esses materiais.

❖ Importa enfatizar a substancial percentagem de 69,70% (N=124) jovens que afirmam serem informados, em contexto educativo, sobre os direitos que possuem, enquanto cidadãos.

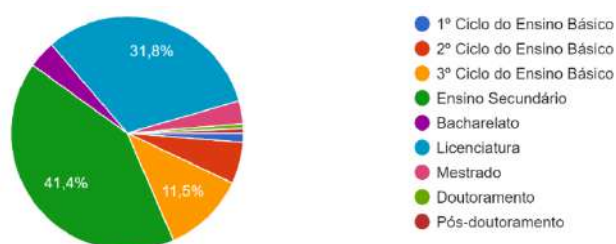
❖ A grande maioria dos respondentes salienta que as crianças e jovens com deficiência são respeitadas pela comunidade escolar, no entanto, torna-se imprescindível salientar que 30,3% (N=54) refere que nem sempre se verifica o mesmo e 2,8% (N=5) menciona que não ocorre.

6.3. Participação das famílias no Diagnóstico Local do Município de Mortágua

Dos 157 respondentes, 84.7% são do género feminino e 13.4% do género masculino. Do ponto de vista da relação com a criança, 85.4% são mães, 13.4% são pais e 1.2% têm outro tipo de relação. Da **Figura 73**, destacam-se como habilitações literárias dos respondentes o Ensino Secundário e a Licenciatura.

Figura 73

Habilitações Literárias

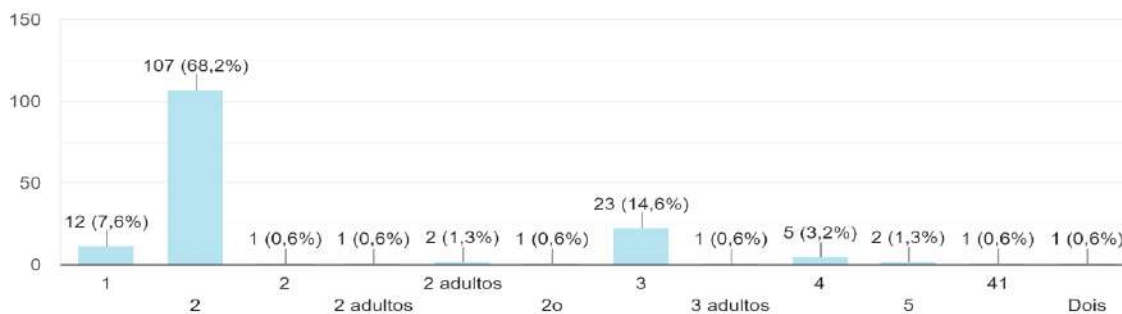


Adaptado de Google Forms

Nos agregados familiares dos respondentes, predominam os dois adultos, conforme apresentado na **Figura 74**.

Figura 74

Número de adultos do agregado familiar

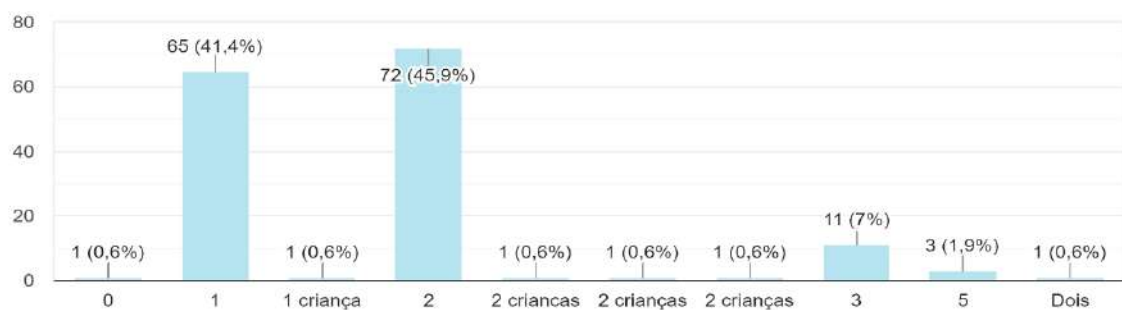


Adaptado de Google Forms

A **Figura 75** demonstra que nos agregados familiares dos respondentes predomina a existência de 1 e de 2 crianças e/ou jovens.

Figura 75

Número de crianças e/ou jovens do agregado familiar

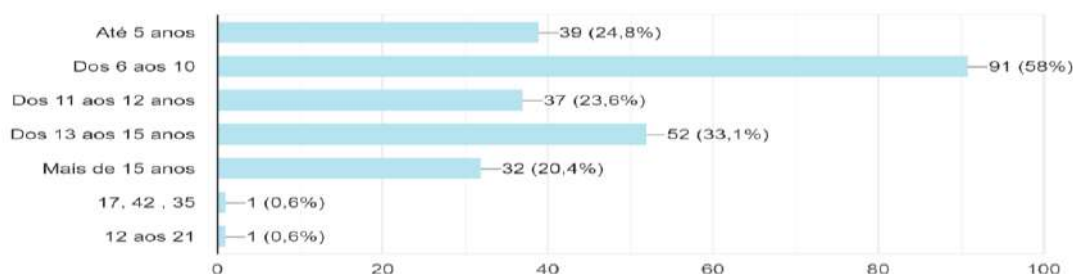


Adaptado de Google Forms

A **Figura 76** evidencia que prevalecem, nos agregados familiares dos respondentes, crianças com idades dos 6 aos 10 anos.

Figura 76

Número de crianças e/ou jovens do agregado familiar



Adaptado de Google Forms

Nos quadros seguintes identificam-se, por secção, as diferentes potencialidades e desafios do concelho a nível familiar.

Brincadeira e Lazer

Potencialidades	Desafios
- Número significativo de famílias que consideram existir sempre (79%) espaços para as crianças brincarem e existirem sempre (66.2%) espaços para os jovens jogarem ou praticarem desporto.	-É relevante o número de famílias que não acompanha (6.4%) ou nem sempre acompanha (35.7%) os filhos nas diversas atividades.
-A maioria das famílias diz gostar de brincar com as crianças no parque infantil (71.3%) e que se sente à vontade para tal (80.9%).	-Apenas 45.9% das famílias refere ter sempre oportunidade de conversar com outros pais/mães/cuidadores quando acompanham as crianças ou jovens nas suas atividades de brincadeira/lazer.
-87.3% deixa as crianças divertir-se ao brincar com areia, paus, lama e outros elementos não vendo o sujar-se como problema.	-Só 29.9% das famílias diz sobrar sempre tempo depois da escola para as crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o tempo livre.
	-Somente 19.1% das famílias tem sempre tempo depois da escola e trabalho, para brincar ou passar tempo com as crianças

Participação e Cidadania

Potencialidades	Desafios
-96.2% das famílias considera ter falado sempre muito com as crianças desde pequenas.	-Apenas 44.6% costuma perguntar sempre às crianças o que gostariam de fazer no fim de semana e 56.7% onde gostariam de passear ou ir de férias.
-89.8% diz ter tido sempre prazer em ver as crianças ajudar em tarefas domésticas.	-Há 10.2% de famílias que nem sempre ouve a opinião das crianças sobre vários assuntos e tem em consideração o que pensam e sentem.
-91.1% das famílias já ouviu falar sobre os direitos das crianças.	

Segurança e Proteção

Potencialidades	Desafios
-76.4% das famílias assume que as crianças as procuram quando têm algum problema ou medo de algo.	-Apenas 70.7% das famílias considera que as crianças podem usar com segurança os transportes públicos.
-Ainda que tenham já gritado com as crianças, 76.4% das famílias diz que pediu desculpa e tentou encontrar outras soluções para exercer autoridade.	-Só 35% das famílias refere nunca ter havido situações em que outras crianças batessem nas suas dentro ou fora da escola.
-62.4% das famílias diz ler sempre sobre questões relacionadas com as crianças.	-53.5% afirma que era completamente normal que os seus pais, nos seus tempos de criança, lhes batessem.
-86.6% limita o acesso ou conversa com as crianças sobre os riscos da Internet.	-Destaca-se que somente 45.2% assume nunca ter batido nas suas crianças.
	-Somente 56.1% das famílias acompanham sempre o que as crianças veem na Internet.

Saúde

Potencialidades	Desafios
-96.2% das famílias levou as crianças a todas as consultas de saúde infantil previstas.	-74.5% não participaram no curso de preparação para o parto promovido pelo Centro de Saúde.
-A 98.7% das crianças foram administradas todas as vacinas do Plano Nacional de Vacinação.	-89.8% não foi chamado para participar no curso de pós-parto promovido pelo Centro de Saúde.
-91.7% das famílias diz que faz sempre pelo menos uma refeição por dia com todos sentados à mesa.	-1.9% das famílias diz que nem sempre se preocupou com a alimentação dos filhos.
-79.6% afirma que, quando a família come há mesa, sente que todos falam.	-17.8% das famílias diz nem sempre preparar refeições saudáveis e nutritivas para as crianças.
-81.5% dos médicos costuma deixar sempre as famílias à vontade para fazer perguntas ou falar de preocupações sobre as crianças.	-19.7% das famílias refere que nem sempre percebe tudo o que os médicos explicam.

Educação

Potencialidades	Desafios
-80.3% das famílias gosta de todas as escolas que as suas crianças frequentaram.	-Apenas 58.6% das famílias sente que as atividades e dinâmicas da escola vão sempre ao encontro das escolhas enquanto pai/mãe/responsável.
-94.9% sempre acompanhou as crianças nos estudos, dentro do que sabem e conseguem fazer com elas.	-Só 43.3% assume que na escola os professores prestam sempre apoio individual aos alunos.
-84.7% diz ir sempre às reuniões na escola.	-21.7% nem sempre percebe quando alguma coisa não corre bem na escola.
-66.9% sente sempre que as matérias escolares são relevantes.	-Ainda só 65.6% das famílias se sente sempre apoiado pelos professores das crianças.
-93.6% costuma perguntar sempre às crianças o que fizeram na escola.	-Há 17.2% das famílias que nem sempre consegue pagar todo o material escolar.
	-21.7% das famílias não sabe se a escola promove educação sexual.

-Apenas 54.8% sente que os professores e auxiliares respeitam sempre todas as crianças, sem discriminação.

Conciliação entre a vida familiar e o trabalho

Potencialidades	Desafios
-Só 28% das famílias se sente sempre cansada para usufruir da vida familiar com as crianças.	-51% das famílias raramente tem tempo para fazer tudo o que gostaria. -49% sente que na vida pessoal e familiar durante o fim de semana (ou dias de descanso), não tem tempo para fazer tudo o que gostaria. -48.4% das famílias sente-se sempre apressado. -Apenas 38.2% das famílias afirma que horário de trabalho se adapta sempre aos seus compromissos familiares.

SÍNTESE DO CAPÍTULO 6.3. “PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO DIAGNÓSTICO LOCAL DO MUNICÍPIO DE MORTÁGUA”:

No que concerne **subcapítulo 6.3.**, torna-se possível evidenciar as seguintes conclusões:

❖ Embora a situação pandémica possa contribuir para esse facto, importa compreender porque a maioria dos pais/cuidadores tem dificuldade em conversar com outros pais/cuidadores aquando do acompanhamento dos filhos a atividades.

❖ Ainda que seja elevada a percentagem de pais/cuidadores que não encontram problema pelos filhos se sujarem ao explorarem diversas realidades, sobretudo da natureza, importa insistir na relevância desse tipo de ação para o desenvolvimento das crianças, aumentando ainda mais essa percentagem.

❖ É oportuno que se aumente nas famílias a auscultação e envolvimento das crianças e jovens, fomentando e considerando a sua participação e a partilha sobre o que sentem e pensam.

❖ Todas as famílias do concelho devem conhecer os direitos das crianças.

❖ Os transportes públicos têm de ser espaços seguros para crianças e jovens.

❖ É preocupante que mais de metade das famílias considere poder haver situações em que as suas crianças/jovens foram/são batidos dentro ou fora da escola.

❖ Deve fomentar-se junto dos pais/cuidadores o gosto pela leitura sobre questões relacionadas com as crianças.

❖ Poderá haver relação entre os 53.5% dos respondentes que afirma que era completamente normal que os seus pais, nos seus tempos de criança, lhes batessem e que somente 45.2% assumam nunca ter batido nas suas crianças. Devem sensibilizar-se as famílias para o evitamento da violência, sugerindo outras estratégias educativas.

❖ Parece haver lacuna comunicacional entre famílias e serviços de saúde.

❖ Todas as famílias do concelho devem preocupar-se com a alimentação saudável das crianças e jovens.

❖ Deve-se sensibilizar e promover a comunicação saudável e assídua entre família, professores e escola, de modo a estabelecer metodologias que sejam benéficas e adequadas ao desenvolvimento e aprendizagem de cada criança e jovem.

❖ Verifica-se uma percentagem significativa de famílias que não consegue pagar o material escolar.

❖ Não é aceitável que as famílias desconheçam se a escola proporciona sessões sobre educação sexual.

❖ Há um número muito elevado de famílias que sente que os professores e auxiliares não respeitam todas as crianças, sem discriminação.

❖ Verifica-se dificuldade notória, em grande número de pais/cuidadores, de conciliação entre vida profissional e familiar.

6.4. Diagnóstico para Entidades com Intervenção na Infância e Juventude no concelho de Mortágua

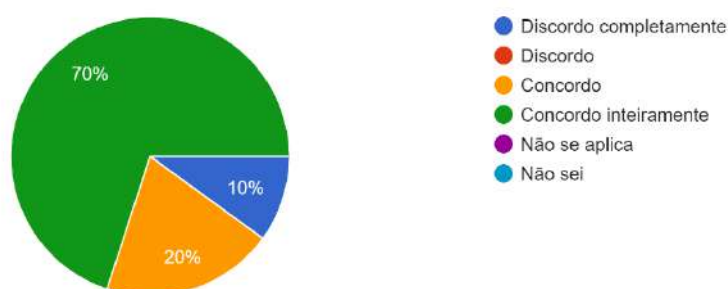
Obtiveram-se 10 respostas de entidades com competência em matéria de infância e juventude do Concelho de Mortágua. É apresentada, de seguida, por secções, uma súmula da análise das respostas.

A Convenção sobre os Direitos da Criança: Formação e Informação

Na secção referente à Convenção sobre os Direitos da Criança: formação e informação, todas as Instituições tendem a reconhecer a criança como um sujeito com direitos e disseminam informação sobre esses mesmos direitos. Na **Figura 77**, é possível verificar que 90% implementa, na generalidade, os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança. Todas as instituições costumam realizar atividades com as crianças, dando-lhes a conhecer os seus direitos. Nem todas as instituições (70%) produzem material informativo sobre os referidos direitos.

Figura 77

Cumprimento dos princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança pela instituição



Adaptado de *Google Forms*

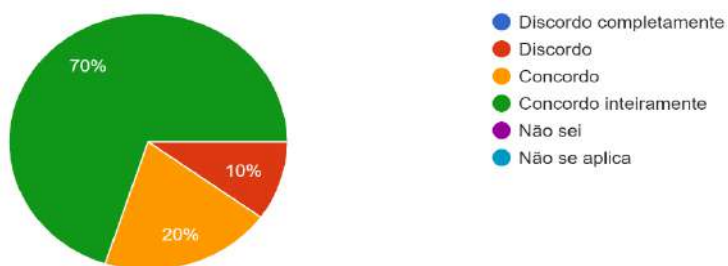
Participação das crianças

Quanto à segunda secção, sobre a participação das crianças, a maior parte das instituições (90%) assume que as crianças têm habitualmente oportunidade de falar sobre a sua vida e expectativas de futuro (**Figura 78**), que as crianças conhecem as regras da instituição e, ainda, que existem materiais informativos sobre as regras e atividades da instituição acessíveis e adequados às crianças. Das instituições, 20% destaca que as crianças não participam na elaboração das regras (**Figura 79**), facto que sugere a necessidade de trabalhar dinâmicas de envolvimento das crianças nas instituições que ainda não as têm. As atividades realizadas para as crianças são, em todas as instituições, pensadas por adultos, sendo que as próprias crianças têm possibilidade de dar a sua opinião e de poder organizar e implementar essas atividades em 80% dessas instituições (**Figura 80**), aspeto que corrobora a necessidade apontada em cima. Sublinha-se, também, que 80% das instituições participa regularmente em iniciativas/projetos da responsabilidade de outras entidades que promovem a

participação na vida da comunidade. Salienta-se, ainda, que apenas 70% das instituições favorece a participação das crianças nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito.

Figura 78

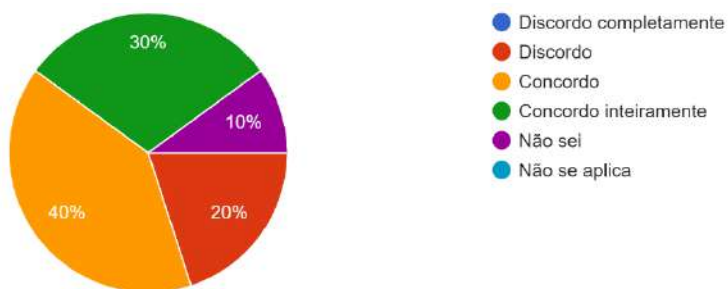
Oportunidade concedida às crianças de falarem sobre a vida passada e expectativas de futuro



Adaptado de *Google Forms*

Figura 79

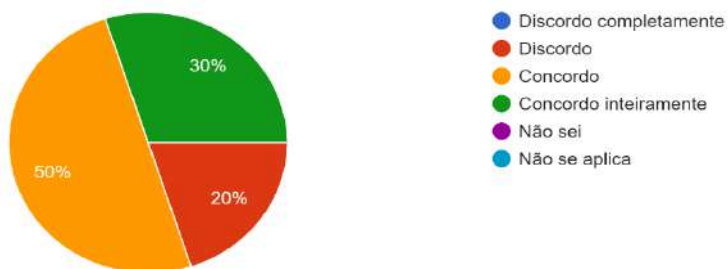
Participação das crianças na elaboração das regras da instituição



Adaptado de *Google Forms*

Figura 80

Possibilidade de as crianças darem a sua opinião, organizarem e implementarem as atividades



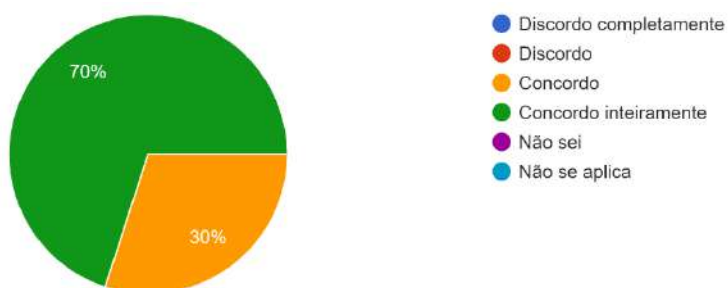
Adaptado de *Google Forms*

Princípio da Não Discriminação

No que concerne à secção sobre o princípio da não discriminação, os resultados sugerem que todas as instituições respeitam o direito à não discriminação (**Figura 81**) e tentam implementar medidas positivas dirigidas a grupos mais vulneráveis. 90% procura, ainda, promover a interculturalidade e o princípio da diversidade. Da mesma forma, todas as instituições apresentam tendencialmente condições que garantem o acesso a crianças com deficiência.

Figura 81

Respeito da instituição pelo princípio/direito da não discriminação



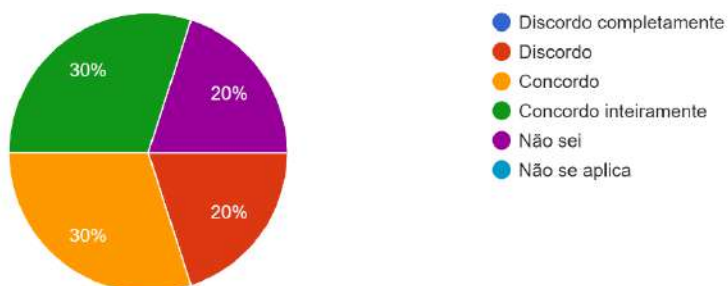
Adaptado de *Google Forms*

Trabalho com as famílias

Sobre a secção do trabalho com as famílias, nota-se um conhecimento generalizado por parte de todas as instituições relativamente aos contextos familiares. Verifica-se que apenas 60% das entidades organiza normalmente ações que envolvem pais/mães, e família em geral (**Figura 82**). São ainda poucas, também, as instituições que realizam ações para refletir sobre o desenvolvimento de práticas parentais (60%) e sobre o que é parentalidade positiva (50%). Nesta linha, só 60% das entidades cria ações efetivas para fomentar o exercício parentalidade positiva destinadas a pais/cuidadores (**Figura 83**). O último resultado elencado, relativo à promoção de ações que façam refletir e fomentem práticas parentais positivas, sugere que há um esforço a fazer, por parte das instituições, para lançar estratégias, planos e atividades que abranjam um número maior de famílias, realizando um trabalho, tanto quanto possível, preventivo.

Figura 82

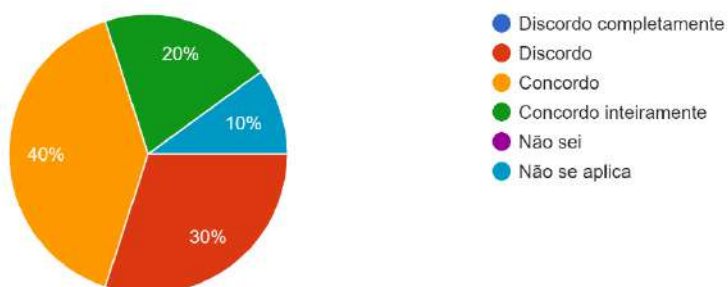
Promoção pela instituição de ações que fomentem envolvimento das famílias



Adaptado de *Google Forms*

Figura 83

Promoção regular pela instituição de ações direcionadas a pais/mães para o exercício da parentalidade positiva



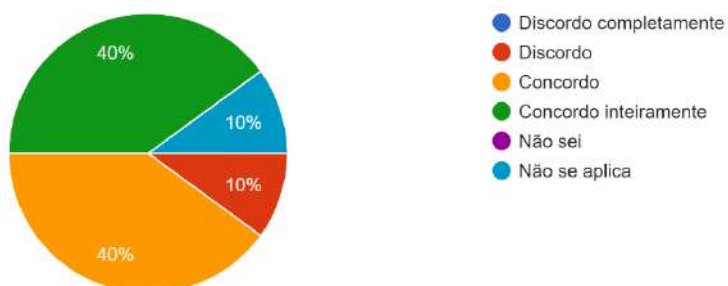
Adaptado de *Google Forms*

Política de Proteção

A propósito da secção sobre política de proteção, há a destacar que 80% das instituições promove regularmente ações que contribuem para o desenvolvimento de competências nas próprias crianças, que podem funcionar como fatores protetores da violência (**Figura 84**). Ainda assim, é desejável que todas as instituições sigam essa prática. 80% das instituições tem uma Política de Proteção das Crianças e Jovens, que asseguram o direito à sua privacidade (100%) e um ambiente seguro e de confiança (100%). Somente em 60% das entidades a totalidade do pessoal tem conhecimento da Política de Proteção das Crianças e Jovens. Predominam as entidades (80%) que garantem a existência de um procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível a todas as crianças/jovens (**Figura 85**).

Figura 84

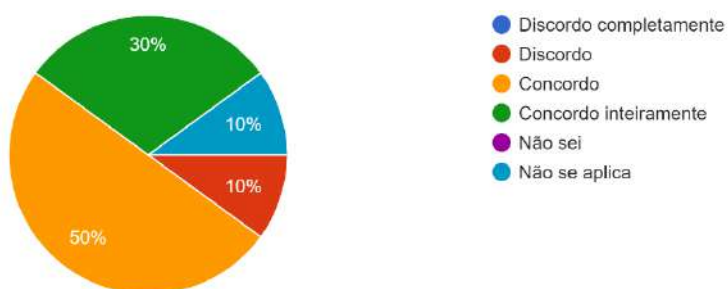
Promoção pela instituição de ações que contribuam para o desenvolvimento de competências nas crianças que funcionem como fatores protetores à violência



Adaptado de *Google Forms*

Figura 85

Garantia pela instituição de procedimento de apresentação de denúncia/queixa acessível a todas as crianças/jovens



Adaptado de *Google Forms*

SÍNTESE DO SUBCAPÍTULO 6.4. “DIAGNÓSTICO PARA ENTIDADES COM INTERVENÇÃO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE NO CONCELHO DE MORTÁGUA”:

Após analisados os questionários efetuados às Entidades com Intervenção na Infância e Juventude do município de Mortágua, patentes no **subcapítulo 6.4.** foi possível destacar as seguintes conclusões:

- ❖ Emerge a exigência contínua de que todas as entidades promovam disseminação de conhecimento acerca dos direitos das crianças, através de ações formativas e informativas com crianças, jovens, famílias e entidades.
- ❖ Evidencia-se a necessidade de trabalhar dinâmicas de participação ativa das crianças e jovens nas instituições que ainda não as têm.

❖ Deve prevalecer em todas as instituições uma linha de atuação que favoreça a interculturalidade e o princípio da diversidade.

❖ É fundamental lançar estratégias, planos e atividades sobre práticas parentais positivas que abranjam um número maior de famílias, realizando um trabalho, tanto quanto possível, preventivo.

❖ É impreterível encetar e/ou dar continuidade a ações que contribuam para o desenvolvimento de competências nas próprias crianças, que podem funcionar como fatores protetores da violência, e procurar mecanismos acessíveis e eficazes que permitam à criança/jovem apresentar denúncia/queixa.

❖ É relevante que todo o pessoal detenha um conhecimento aprofundado da Política de Proteção de Crianças e Jovens.

Diagnóstico Local da Realidade Infantojuvenil
Município de Carregal do Sal

CAPÍTULO 1: CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO

O concelho de Carregal do Sal, pertencente ao distrito de Viseu, localiza-se na província da Beira Alta, na região Centro (NUT II), bem como na região de Viseu Dão-Lafões (NUT III). Neste seguimento, situa-se num amplo maciço antigo do Planalto Beirão, tende, desta forma, a denominação de plataforma do Mondego. Neste sentido, situa-se entre a Serra da Estrela e a Serra do Caramulo, apresentando, como fronteiras naturais, o Rio Dão (Norte) e o Rio Mondego (Sul).

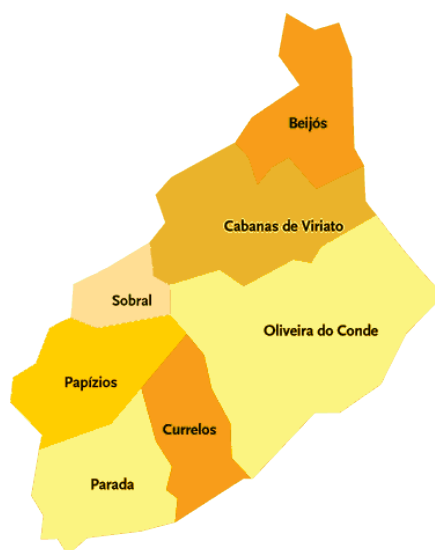
Com uma área igual a 116,89 km² e um conjunto de 9 835 habitantes, o município, decorrente da reorganização territorial de 2013, apresenta-se atualmente subdividido por cinco freguesias, a saber: Freguesia de Carregal do Sal, Freguesia de Beijós, Freguesia de Cabanas de Viriato, Freguesia de Oliveira do Conde e, por fim, Freguesia de Parada. Neste sentido, o mencionado município encontra-se limitado a Nordeste pelo município de Nelas, a Sudeste por Oliveira do Hospital, bem como, por Tábua, a Oeste por Santa Comba Dão, a Noroeste por Tondela e a Norte por Viseu.

O território, sem consideráveis elevações, apresenta vales de relevantes recursos fluviais, dos quais se salientam as densas manchas graníticas típicas da região em causa. De entre o vasto património no qual é caracterizado, destaca-se o Túmulo do Cavaleiro Fernão Gomes de Góis, símbolo do Renascimento, no qual se poderá visitar na Igreja Matriz de Oliveira do Conde, bem como, o Dólmen da Orca, ambos classificados como Monumentos Nacionais.

Não obstante, o mencionado concelho é, ainda, caracterizado pelo seu património arquitetónico, sendo possível observar por meio dos seus solares e casas solarengas de génese medieval, dispersas pelas várias freguesias do município. Estas construções apresentam características típicas da região beirã, dada a utilização do granito.

Figura 1

Distribuição geográfica das freguesias do concelho de Carregal do Sal



Fonte: INE (2020); PORDATA (2021)

CAPÍTULO 2: DEMOGRAFIA E FAMÍLIAS

2.1. População Residente, segundo grupos etários

Ao analisar a **Figura 2**, relativa ao número total de população residente no município de Carregal do Sal, verifica-se que, no decorrer do ano de 2016, o número populacional correspondia a 9 531, dos quais 1 720 pertenciam ao grupo etário dos 0 aos 19 anos, 2 239 dos 20 aos 39 anos, 2 533 dos 40 aos 59 anos e, por fim, 3 039 apresentavam idades compreendidas entre os 60 ou mais anos. Ao comparar com os dados patentes no ano de 2020, constata-se um decréscimo de 2,47% ao longo dos cinco anos antecedentes, bem como, uma diminuição de 5,94%, face ao ano de 2010. Neste sentido, o mais recente ano em análise apresenta um total de 9 296 de população residente, sendo que 1 530 correspondem à faixa etária até aos 19 anos, 2 190 com idades entre os 20 e os 39 anos, 2 502 dos 40 aos 59 anos e, para os indivíduos com 60 ou mais anos, existe um total de 3 074 habitantes. Assim, tendo por base a presente figura, salienta-se que, no período temporal em análise, a faixa etária que registou maior população refere-se aos indivíduos com 60 ou mais anos.

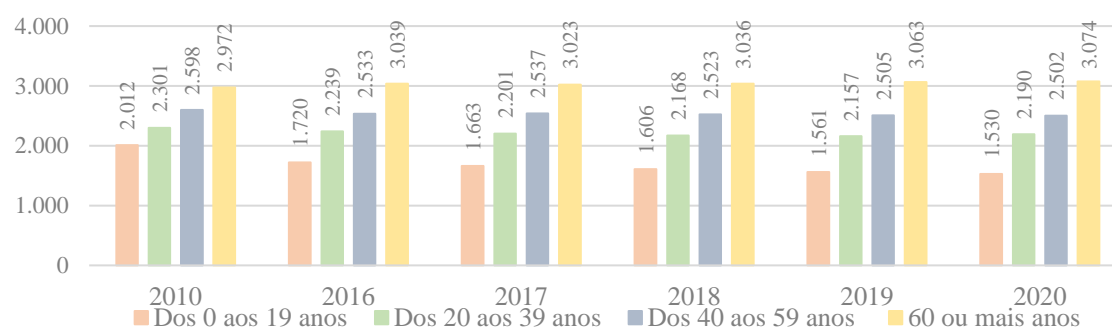
O mencionado município apresenta uma distribuição semelhante entre o género feminino e o género masculino, tal como se observa na **Figura 3**. Neste sentido, no ano de 2010 e entre os anos de 2016 e de 2020, a percentagem de habitantes do sexo

feminino foi superior à percentagem de habitantes do sexo masculino, no entanto, ainda que em 2010 e 2020 a percentagem se tenha mantido igual para os dois géneros, existiu um aumento de mulheres entre o ano de 2016 e 2019, levando a que se verificasse, simultaneamente, um decréscimo do número de homens para os mencionados anos.

Recorrendo às **Figura 4 e 5**, quer Portugal Continental, quer a região Centro, registaram a mesma tendência verificada no município em estudo, entre os anos de 2010 e 2020. Por sua vez, no que concerne à distribuição por género em Portugal Continental e na região Centro, o sexo feminino apresenta um maior número face ao sexo masculino, tendência essa que se verifica, similarmente, no município de Carregal do Sal.

Figura 2

Distribuição, por número, da população residente em Carregal do Sal, segundo os grupos etários



Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 3

Distribuição, por número e percentagem, da população residente em Carregal do Sal, segundo o género

Ano	Mulheres		Homens	
	Número (total)	Percentagem	Número (total)	Percentagem
2010	5 182	52,5 %	4 697	47,5 %
2016	5 019	52,7 %	4 507	47,3 %
2017	4 965	52,7 %	4 455	47,3 %
2018	4 917	52,7 %	4 412	47,3 %
2019	4 883	52,6 %	4 398	47,4 %
2020	4 879	52,5 %	4 414	47,5 %

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 4

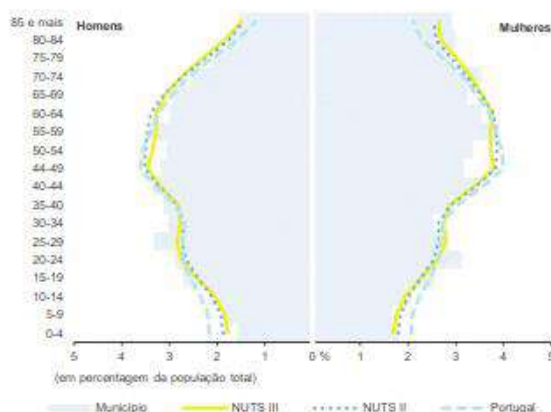
Distribuição, por número, da população residente na região Centro e em Portugal Continental, segundo o sexo

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2010	1 218 792	1 115 923	5 248 105	4 810 827
2016	1 183 509	1 066 640	5 171 558	4 652 720
2017	1 177 511	1 060 130	5 168 912	4 637 194
2018	1 170 951	1 053 007	5 163 248	4 623 064
2019	1 166 729	1 050 198	5 169 803	4 619 540
2020	1 169 893	1 053 416	5 177 194	4 623 300

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente

Figura 5

Estrutura etária da população, no ano de 2020



Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente

2.2. Índice sintético de fecundidade

A figura infra possibilita analisar, de um modo claro e sucinto, a evolução do número médio de filhos, por mulher em idade fértil, que se encontram residentes no município, na região Centro, bem como em Portugal continental.

Neste seguimento, em termos municipais, Carregal do Sal regista, de 2016 para 2020, uma diminuição significativa de 0,08 filhos (menos 6,4%), considerando imprescindível salientar as inúmeras oscilações dos seus valores, ao longo do período mencionado. Diante do descrito, de 2016 para 2017, persiste a queda drástica de 0,3 filhos do índice de fecundidade, contudo, estes números são reforçados, de imediato,

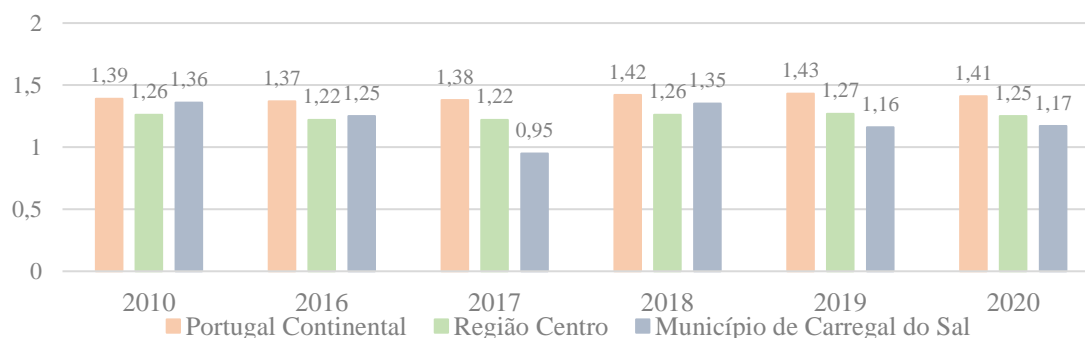
no ano posterior, com um visível aumento de 0,4 filhos. Após este progresso, de 2018 para 2019, volta a ser assinalado um declínio de 0,19 filhos, tendo acrescido somente 0,01 de 2019 para o último ano em análise. Ademais, ao comparar os registos para a última década, importa salientar que a média do número total de filhos, por mulher em idade fértil, no município de Carregal do Sal, perde 0,19 de 2010 para 2020. Por conseguinte, destaca-se que o valor extremo, equivalente a 1,36 filhos, torna-se possível de ser observado no ano de 2010 e o menor, com 0,95 filhos, no ano de 2017.

Posto isto e contrariamente ao aludido para a NUT III, na qual surge uma evolução descontínua do presente indicador, Portugal continental e a região Centro, indicam um desenvolvimento positivo, assinalando, somente, uma reduzida perda de 0,2 filhos, de 2019 para 2020. Não obstante, em oposição ao referido decréscimo tido nas duas maiores zonas, foi nesse mesmo período que o município registou um aumento de 0,01 filhos. Na comparação dos valores observados para a última década, verifica-se que o continente se destaca como a única região, das três em estudo, que menciona um progresso favorável no índice de fecundidade. Assim sendo, o valor máximo do índice, igual a 1,49 filhos no continente e 1,27 filhos no Centro, foi verificado no ano 2019 e o menor número, com a média de 1,38 em Portugal e 1,22 na região, foi identificado em 2017, tal como o sucedido no município de Carregal do Sal.

Em síntese, importa realçar que a localidade apresenta, no decorrer dos últimos cinco anos analisados, uma desigualdade constante dos seus valores, assim como um declínio no respetivo índice. Esta tendência opõe-se ao analisado em Portugal e na região Centro, dado que, apesar de diminuto, se constata um acréscimo no número médio de filhos, por mulher em idade fértil.

Figura 6

Distribuição do número médio de filhos por mulher em idade fértil no território continental, regional e municipal



Fonte: PORDATA | municípios, *Nascimentos e fecundidade*

2.3. Nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos

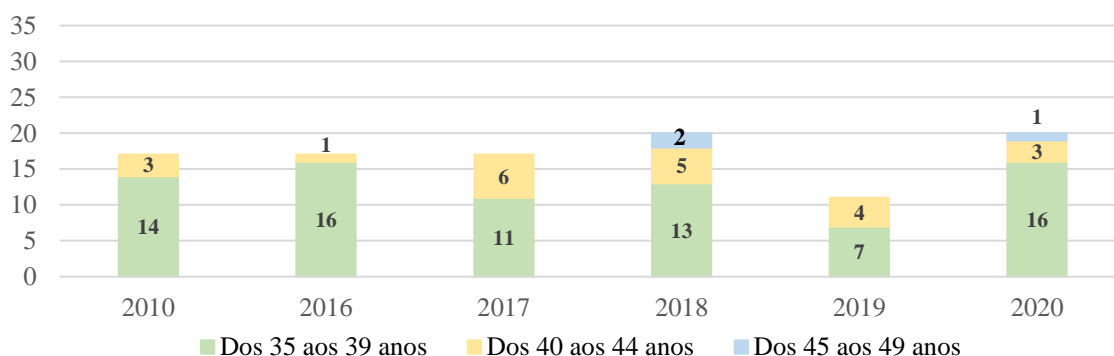
No que diz respeito ao número de nascimentos ocorridos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, no município de Carregal do Sal (**Figura 7**), constata-se um ligeiro aumento, no decorrer dos anos. Neste sentido, verifica-se que o maior número de nascimentos ocorreu em mulheres na faixa etária dos 35 aos 39 anos, seguindo-se, ainda que com uma menor expressão, as mulheres com idades compreendidas entre os 40 e os 44 anos. Relativamente à população feminina com idade igual ou superior a 45 anos, constata-se que, para o município em estudo, não foram registados quaisquer nascimentos, à exceção dos anos de 2018 e 2020, no qual se verificou 3 nascimentos em mulheres entre os 45 e os 49 anos.

Neste sentido, tal como verificado no município em estudo, denota-se, na **Figura 8**, quer a nível nacional, quer ao nível da região Centro, um crescimento no número de nascimentos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos. Ainda que a faixa etária dos 35 aos 39 anos apresente um maior número de nascimentos, comparativamente às restantes idades, salienta-se, entre os anos de 2016 e 2020, uma ligeira diminuição para as localidades em análise. Neste sentido, o maior aumento ocorreu nas mulheres com idades compreendidas entre os 45 e os 49 anos.

Em suma, e tendo por base as localidades em estudo, ainda que se verifiquem mais nascimentos na faixa etária dos 35 aos 39 anos, evidencia-se, no decorrer dos últimos 5 anos, uma ligeira diminuição no presente indicador. Por conseguinte, é de salientar que, ao longo dos últimos anos, se tem verificado um maior número de nascimentos em mulheres com idades mais avançadas.

Figura 7

Número dos nascimentos ocorridos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, por grupo etário, residentes no município de Carregal do Sal



Fonte: PORDATA | municípios, *Nascimentos e fecundidade*

Figura 8

Número dos nascimentos ocorridos em mulheres com idade igual ou superior a 35 anos, por grupo etário, residentes na Região Centro e em Portugal Continental

Ano	Região Centro				Portugal Continental			
	Dos 35 aos 39 anos	Dos 40 aos 44 anos	Dos 45 aos 49 anos	Dos 50 ou mais anos	Dos 35 aos 39 anos	Dos 40 aos 44 anos	Dos 45 aos 49 anos	Dos 50 ou mais anos
2010	3 414	685	24	3	17 560	3 407	167	13
2016	4 251	944	44	4	20 832	5 157	263	16
2017	4 236	1 073	46	3	20 674	5 456	264	20
2018	4 291	1 110	72	6	21 173	5 779	355	26
2019	4 142	1 206	82	1	21 144	6 049	368	24
2020	4 237	1 232	75	5	20 736	6 030	430	28

Fonte: PORDATA | municípios, *Nascimentos e fecundidade*

2.4. Saldo Populacional

De acordo com o PORDATA – *Base de Dados Portugal Contemporâneo (s/d)*, o saldo populacional (**Figura 11**) corresponde à diferença estabelecida entre o número de nados-vivos (**Figura 9**) e o número de óbitos (**Figura 10**), no decorrer de um dado período de tempo. Neste contexto, importa ressaltar as figuras infra que, graficamente, possibilitam a análise dos indicadores supracitados, em termos municipais, regionais e continentais.

No que concerne ao número de nascimentos ocorridos no município de Carregal do Sal, a **Figura 9** demonstra, entre 2016 e 2020, a perda de 7 nascimentos, o que equivale, em pontos percentuais, a uma diminuição de 10,44%. Não obstante, é no mencionado período em que se verificam notáveis oscilações nos valores, vejamos: de 2016 para 2017, nasceram menos 16 crianças (um decréscimo de 23,88%); de 2017 para 2018, somaram-se 19 nados-vivos (mais 37,25%); de 2018 para 2019, os números voltam a decrescer para 11 nascimentos (menos 15,71%), sendo que, de 2019 para o último ano em análise, é registado um aumento de, somente, 1 nado-vivo (mais 1,69%). Ao comparar os dados alusivos à última década, constata-se que no município decaíram 18 nascimentos – uma diminuição de, aproximadamente, 20,07% –, assinalando, em

2010, a maior ocorrência de nados-vivos e em 2017 a menor. Por outro lado, o município de Carregal do Sal assinala, nos mais recentes anos, de 2016 para 2019, uma queda de 29 óbitos (menos 18,35%), porém, de 2018 para 2020, é evidenciado, para a localidade em estudo, um aumento de 20 (mais 16,13%). Nos últimos dez anos, persiste um aumento de 11 óbitos (mais 8,27%), sendo registado, no ano de 2016, o valor extremo de 158 óbitos e no ano de 2018 o valor mínimo de 124 óbitos. Face ao previamente mencionado, torna-se imprescindível destacar a **Figura 11** e, da mesma, concluir que o saldo natural da população residente se mantém, indubitavelmente, negativo ao longo dos anos, sendo de realçar 2020 que se revela excepcionalmente adverso.

Na região Centro, a **Figura 9** apresenta, de 2016 para 2020, uma evolução idêntica à de Carregal do Sal, representada por um declínio de 514 crianças (menos 3,16%) no número total de nados-vivos, registando, somente, de 2017 para 2018, um aumento de 138 nascimentos (mais 0,87%). De 2010 a 2020, a tendência é similar à verificada nos anos recentes, na medida em que se observa uma diminuição de 3 389 nados-vivos, correspondente, em termos percentuais, a 17,72%. Ademais, o Centro afere uma subida do número de óbitos assinalados para os últimos cinco anos, ocorrendo, apenas de 2018 para 2019, um decréscimo de 407 indivíduos (menos 1,43%). No que concerne ao período estabelecido entre o ano de 2010 e 2020, constata-se, ainda na **Figura 10**, que a região Centro soma 3 166 óbitos (mais 11,69%), sendo de evidenciar o significativo aumento apresentado para 2020. Neste contexto, o ano de 2010 assegura, em termos regionais, o maior número de nados-vivos, assim como o menor de óbitos, sendo que, o último ano em análise certifica o menor registo de nascimentos e, paralelamente, o maior de óbitos. A **Figura 11** confirma, pelo descrito, um saldo natural negativo em todos os anos patentes nas figuras infra.

Por sua vez, Portugal continental apresenta uma tendência similar à da região Centro que, entre 2016 e 2020, assinala uma quebra de 2 541 nados-vivos (menos 3,06%), registando, de 2017 para o ano posterior, um acréscimo de 873 nascimentos (mais 1,06%), como se torna visível na **Figura 9**. De 2010 para 2020 e tal como se averigua para as duas áreas anteriormente analisadas, o continente relata uma diminuição de 15 669 nascimentos que, traduzido em termos percentuais, equivale a um decréscimo de 16,30%. Face ao descrito, na **Figura 10**, Portugal continental regista, também, uma significativa subida do número de óbitos, tendo acrescido 12 651 (mais 11,99%), do ano 2016 para 2020. Comparando os valores concernentes a 2010 com os

valores registados em 2020, persiste um colossal aumento de 17 356 óbitos (mais 17,21%). À semelhança com o sucedido no município e na região Centro, o continente regista um saldo natural, sucessivamente, negativo (**Figura 11**).

Em tom de conclusão, e considerando os dados preliminares do PORDATA – *Base de Dados Portugal Contemporâneo*, o saldo natural desfavorável da população residente no município, na região Centro e em Portugal continental, justifica-se pelo contexto de incerteza, bem como pelos problemas económicos e financeiros sentidos nas três áreas em análise.

Figura 9

Distribuição do número total de nados-vivos de mães residentes em Portugal continental, na região Centro e no município de Carregal do Sal

Ano	Portugal Continental	Região Centro	Município de Carregal do Sal
2010	96 133	19 127	78
2016	83 005	16 252	67
2017	81 975	15 926	51
2018	82 848	16 064	70
2019	82 556	15 871	59
2020	80 464	15 738	60

Fonte: PORDATA | municípios, *População*

Figura 10

Distribuição do número total de óbitos de residentes em Portugal continental, na região Centro e no município de Carregal do Sal

Ano	Portugal Continental	Região Centro	Município de Carregal do Sal
2010	100 837	27 080	133
2016	105 542	28 059	158
2017	104 984	28 049	138
2018	108 018	28 473	124
2019	106 842	28 066	129
2020	118 193	30 246	144

Fonte: PORDATA | municípios, *População*

Figura 11

Saldo natural da população residente em Portugal continental, na região Centro e no município de Carregal do Sal

Ano	Portugal Continental	Região Centro	Município de Carregal do Sal
2010	-4 704	-7 953	-55
2016	-22 537	-11 807	-91
2017	-23 009	-12 123	-87
2018	-25 170	-12 409	-54
2019	-24 286	-12 195	-70
2020	-37 729	-14 508	-84

Fonte: PORDATA | municípios, População

Figura 12

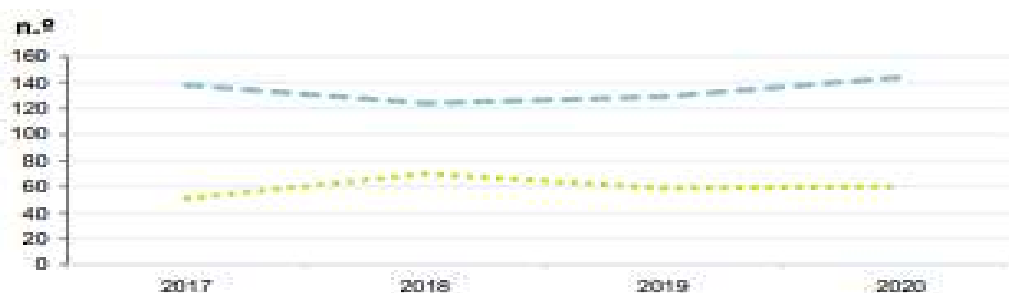
Distribuição do número de nados-vivo e óbitos, por NUTS e por município, do ano de 2017 a 2020

	Ano	Município	NUTS III	NUTS II	Portugal
Nados Vivos	2020	60	1 681	15 738	84 426
	2019	59	1 700	15 871	86 579
	2018	70	1 714	16 064	87 020
	2017	51	1 703	15 926	86 154
Óbitos	2020	144	3 520	20 246	123 358
	2019	129	3 280	28 066	111 793
	2018	124	3 270	28 473	113 051
	2017	138	3 228	28 049	109 758

Fonte: INE, Nados-vivos e Óbitos

Figura 13

Distribuição de nados-vivos e óbitos no município de Carregal do Sal, de 2017 a 2020



Fonte: INE, Nados-vivos e Óbitos

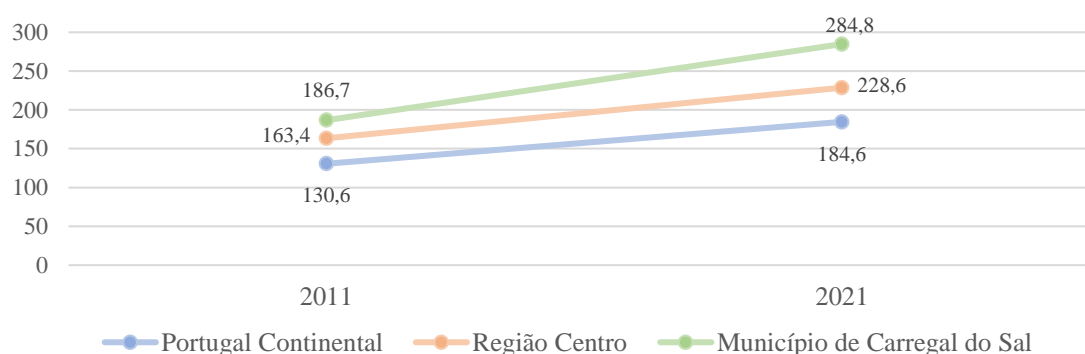
2.5. Índice de envelhecimento

A linha evolutiva do índice de envelhecimento, expressa na **Figura 14**, prevê o crescente número de indivíduos com mais de 60 anos, por cada 100 jovens, que se encontram residentes no município de Carregal do Sal, consignando que o valor respetivo ao ano de 2021, equivalente 284,8 idosos, prevê triplicar o registado nos Censos de 2011. Assim, conforme o explícito na mesma figura, verifica-se que, nos últimos 10 anos, o índice de envelhecimento no município acelera, aumentando 98,1 idosos, ao longo do período estabelecido entre os anos citados. No que concerne à região Centro e a Portugal continental, no decorrer do balanço efetuado para a última década, o mencionado indicador revela um aumento de, especificamente, 65,2 idosos para o território regional e de 54 para o continental.

Em síntese, a **Figura 14** permite, ainda, constatar que o município de Carregal do Sal detém, em ambos os anos, os quocientes mais elevados das três áreas, no que se reporta à relação entre a população idosa e a população jovem. Neste sentido, a maior diferença registada entre as duas variáveis em análise consta-se a nível concelhio, sendo notável, na mencionada zona, o extremo envelhecimento populacional.

Figura 14

Distribuição do número de idosos, por cada 100 jovens, residentes em Portugal continental, na região Centro e no município de Carregal do Sal



Fonte: PORDATA | municípios, *Censos da População*

2.6. Número de indivíduos, em idade ativa, segundo o número de idosos

De acordo com a **Figura 15**, torna-se possível averiguar, no decorrer da última década e, especificamente, nos últimos 5 anos, uma expressiva e generalizada diminuição do número de indivíduos em idade ativa, comparativamente ao número de

idosos. Neste sentido, e analisando os dados patentes na mencionada figura, verifica-se que o território nacional apresentou a maior diminuição, dado que, entre o ano de 2010 e 2020 e o ano de 2016 e 2020, o mesmo registou, respetivamente, menos 0,7 e 0,3 indivíduos em idade ativa. Por sua vez, quer a região Centro, quer o município de Carregal do Sal, apresentam uma realidade semelhante ao verificado a nível nacional, ainda que sejam identificadas menos oscilações. Assim sendo, no decorrer da última década, verificou-se um decréscimo de 0,4 indivíduos em idade ativa na região Centro e 0,3 no município, bem como, uma diminuição de 0,1 indivíduos para as respetivas localidades em análise.

Em suma, os dados disponibilizados na **Figura 15** permitem concluir que, no decorrer dos anos em estudo, se verifica uma tendência no aumento da população envelhecida em todo o território nacional, levando, deste modo, a uma quebra populacional de indivíduos em idade ativa.

Figura 15

Número de indivíduos, em idade ativa, segundo o número de idosos em Portugal Continental, região Centro e no município de Carregal do Sal

Ano	Portugal Continental	Região Centro	Carregal do Sal
2010	3,5	3,0	2,6
2016	3,1	2,7	2,4
2017	3,0	2,7	2,4
2018	2,9	2,6	2,4
2019	2,9	2,6	2,3
2020	2,8	2,6	2,3

Fonte: INE, PORDATA

2.7. Estado civil

Os dados dos dois últimos recenseamentos evidenciam que, em dez anos, o número de cidadãos solteiros pode subir de 4 045 843 para 4 265 658 (mais 5,43%) no continente, 857 326 para 877 253 (uma soma de 2,32%) na área regional, todavia, para a localidade em estudo prevê-se um decréscimo de 3 433 para 3 202 solteiros (uma queda de, aproximadamente, 6,73%). Isto posto, torna-se possível constatar que Portugal continental antecipa o maior crescimento da proporção de indivíduos com mais de 20 anos que decidiram não casar, sendo que Carregal do Sal se caracteriza como a

única zona, dos três territórios analisados, que assinala uma diminuição dos seus valores, no que concerne ao número de solteiros, na mais recente década.

Em contrapartida, o número de casamentos realizados na NUT I, na NUT II e no município apresentado, tem vindo a diminuir e os dados expostos pelo *Instituto Nacional de Estatística* (INE), anteveem, uma quebra de 4 700 011 para 4 058 443 casados (menos 13,6%) no continente, de 1 157 494 para 984 035 (um decréscimo de 14,9%) no Centro, assim como de 5 133 para 4 360 (uma queda de 15,05%) em Carregal do Sal. Em oposição ao descrito para os solteiros, alega-se que Portugal possui a diferença mais baixa de casados, entre 2011 e 2021, sendo que o concelho regista a discrepância maior.

Os Censos 2021, que correspondem ao XVI Recenseamento Geral da População, indicam, por outro lado, a intensificação percentual dos divórcios processados. Deste modo, denota-se uma similaridade da linha evolutiva correspondente aos três territórios, vejamos: de 2011 para o último ano, Portugal auferiu mais 221 962 separações (uma soma de 39,11%), a região obteve mais 54 247 (um aumento de 46,13%) e Carregal do Sal, no mais recente ano, dispõe mais 224, o que corresponde a um acréscimo de 63,81% da população que se encontra divorciada. Ora, face ao descrito e tal como aferido na percentagem relativa aos habitantes casados, o município exhibe o maior crescimento em oposição ao continente, que detém o menor.

Por fim, a **Figura 16** expõe, de igual modo, os dados preliminares alusivos à viuvez, que manifestam uma soma, desde 2011, em todas as zonas territoriais. Assim sendo, conforme os Censos 2021, Portugal detém, do seu universo, mais 9 763 residentes que se encontram viúvos (um aumento de 1,31 pontos percentuais, desde 2011), a região possui uma diminuição de 903 (menos 0,46 pontos, desde o anterior recenseamento) e, por fim, da população total residente no município, menos 17 residentes são viúvos, o que equivale a um decréscimo de 1,85%, no período de 10 anos). Posto isto, Carregal do Sal, apresenta, de novo, o maior crescimento da percentagem relativa aos números da viuvez.

Em suma e de acordo com os resultados provisórios dos Censos 2021, Portugal detém uma população maioritariamente solteira, enquanto o Centro e o município possuem mais casados. Por sua vez, os casamentos tendem a perder terreno para os divorciados e a proporção de viúvos aumentou ligeiramente em todos os territórios, sendo, pela primeira vez, superada pelos divorciados no continente.

Figura 16

Distribuição da população residente em Portugal continental, na região Centro e em Carregal do Sal, segundo os Censos e por estado civil

Estado civil e Censos		Portugal Continental	Região Centro	Município de Carregal do Sal
Solteiros	<i>Censos 2011</i>	4 045 843	857 326	3 433
	<i>Censos 2021</i>	4 256 658	877 253	3 202
Casados	<i>Censos 2011</i>	4 700 011	1 157 494	5 133
	<i>Censos 2021</i>	4 058 443	984 035	4 360
Divorciados	<i>Censos 2011</i>	567 438	117 604	351
	<i>Censos 2021</i>	789 400	171 851	575
Viúvos	<i>Censos 2011</i>	734 329	195 331	918
	<i>Censos 2021</i>	744 092	194 428	901

Fonte: PORDATA, *Censos da população*

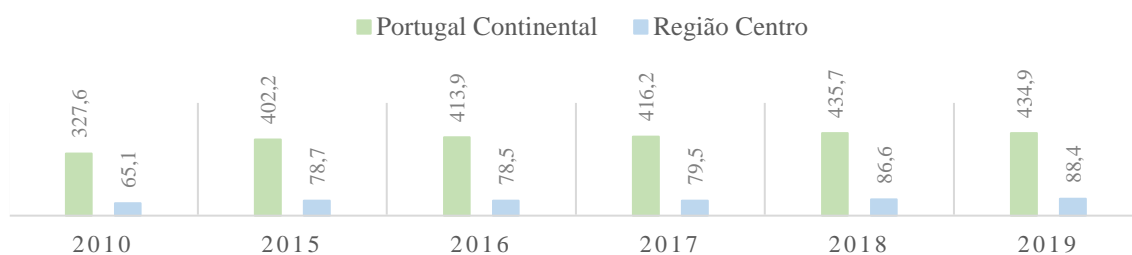
2.8. Número de famílias monoparentais

A **Figuras 17**, referentes ao número de famílias monoparentais em Portugal Continental e na região Centro, permitem-nos averiguar que este apresenta uma tendência crescente no decorrer dos anos em estudo, dado que, entre os anos de 2010 e 2019 verificou-se um aumento de 32,8% e de 35,8%, respetivamente, bem como, um aumento de 8,1% e de 12,3%, entre os anos de 2015 e 2019, para as mencionadas localidades. Por sua vez, e observando a **Figura 18**, torna-se possível averiguar um número significativo de famílias monoparentais, cujo progenitor corresponde ao género feminino, em comparação ao número de famílias monoparentais com o progenitor do género oposto.

Neste âmbito, ainda que não exista informação disponível para a realidade de Carregal do Sal, consideramos que a mesma deverá manter a tendência verificada na região Centro do país.

Figura 17

Número de famílias monoparentais, em milhares, residentes no continente e na região



Fonte: PORDATA | municípios, Famílias

Figura 18

Número de famílias monoparentais, em milhares, segundo o género

Ano	Região Centro		Portugal Continental	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
2010	59,6	5,6	287,7	39,9
2015	70,1	8,7	351,1	51,1
2016	68,4	10,2	359,5	54,4
2017	69,4	10,2	366,8	49,4
2018	75,2	11,4	379,2	56,5
2019	73,2	15,2	370,7	64,2

Fonte: PORDATA | municípios, Famílias

2.9. Número de famílias e núcleos familiares

No que concerne ao número de famílias e de núcleos familiares e, tendo por base as figuras posteriores, torna-se possível averiguar o número total de elementos que compõem as famílias residentes no território nacional e regional e, especificamente, no município de Carregal do Sal. Neste âmbito, ao analisar a **Figura 19**, relativa à realidade do município em estudo, torna-se possível constatar que as famílias com apenas um elemento e as famílias com dois elementos têm registado uma tendência de crescimento no decorrer dos anos. Face ao exposto, e ainda que não tenham sido disponibilizados os dados recolhidos nos Censos 2021, relativos ao número de famílias e de núcleos familiares com três ou mais elementos, torna-se possível averiguar uma diminuição entre os anos 2001 e 2011, tendência essa que, previsivelmente, se poderá registar nos Censos 2021.

Por sua vez, no que se refere ao número de indivíduos nas famílias da região Centro (**Figura 20**) e de Portugal Continental (**Figura 21**), e tendo por base os dados fornecidos pelos Censos, verifica-se que as famílias com um e dois elementos registam um aumento no decorrer dos anos em estudo. Neste sentido, e tal como foi possível averiguar no município de Carregal do Sal, quer a região Centro, quer Portugal Continental apresentam um decréscimo no número de famílias com três ou mais elementos.

Assim, utilizando os dados recolhidos nos Censos 2001, 2011 e 2021, torna-se possível constatar que as famílias com apenas um elemento registaram um aumento significativo nos territórios em análise, enquanto que, as famílias com 6 ou mais indivíduos apresentaram uma expressiva diminuição. As observações efetuadas permitem verificar que as famílias numerosas são uma tendência cada vez mais escassa, podendo este facto estar relacionado com a diminuição da população em idade fértil, mas, também, com as circunstâncias sociais, económicas e profissionais.

Figura 19

Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas residente em Carregal do Sal

Ano	Município de Carregal do Sal			
	1	2	3 a 5	6 ou mais
Censos 2001	633	1 166	1 749	147
Censos 2011	777	1 327	1 585	83
Censos 2021	Pro 943	Pro 1 400	-	-

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Figura 20

Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas do Centro

Ano	Região Centro			
	1	2	3 a 5	6 ou mais
Censos 2001	151 882	257 171	416 278	21 934
Censos 2011	195 368	301 017	395 046	13 339
Censos 2021	Pro 229 462	Pro 319 800	-	-

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

Figura 21

Distribuição, por número, dos indivíduos pertencentes às famílias clássicas de Portugal Continental

Ano	Portugal Continental			
	1	2	3 a 5	6 ou mais
Censos 2001	611 627	1 003 882	1 784 556	105 227
Censos 2011	834 680	1 232 982	1 729 796	71 730
Censos 2021	Pro 988 171	Pro 1 330 888	-	-

Fonte: INE – Estimativas Anuais da População Residente, PORDATA

2.10. Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho

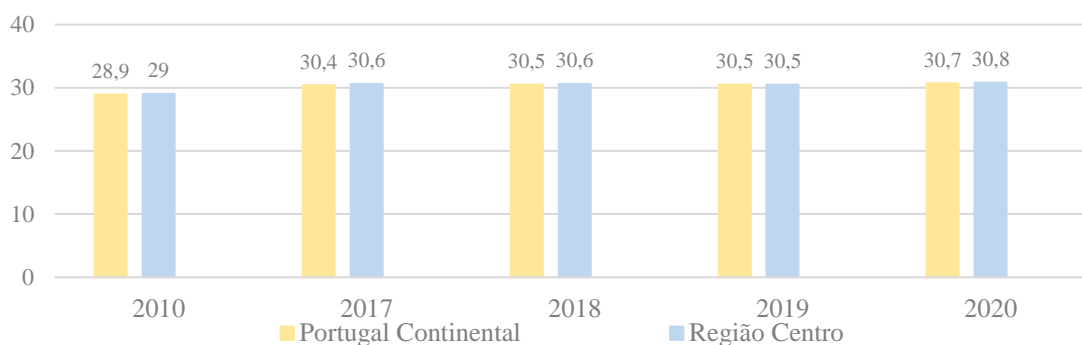
A idade média das mulheres que se tornam mães pela primeira vez tende a ser, progressivamente, tardia, quer no território continental, quer na região Centro, tal como possibilita identificar a **Figura 22**. Os dados relativos ao município de Carregal do Sal, não se encontram disponíveis na base de dados consultados, impossibilitando, por esse motivo, a análise e interpretação dos mesmos.

Posto isto e no seguimento dos valores expostos na figura infra, a idade materna aumentou, de 2017 para 2020, 0,3 anos em Portugal continental (dos 30,4 anos para os 30,8 anos), o que equivale a um crescimento de, aproximadamente, 1% e 0,2 anos a nível regional (de uma média de 30,6 anos para 30,8 anos), correspondente a 0,65 pontos percentuais.

Para além do referido, importa salientar que, no mais recente ano, as mães davam à luz, em média, pela primeira vez, aos 30,7 anos em Portugal e aos 30,8 anos no Centro, uma idade ligeiramente inferior à verificada em 2010. Posto isto, o adiar da maternidade é um fenómeno transversal a toda a população que reside na NUT I e NUT II.

Figura 22

Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho



Fonte: PORDATA | municípios, *Nascimentos e fecundidade*

SÍNTESE DO CAPÍTULO 2 “DEMOGRAFIA E FAMÍLIAS”:

Mediante as observações efetuadas no decorrer do **Capítulo 2** intitulado “**Demografia e Famílias**”, evidenciam-se as principais conclusões mais relativas ao município de Carregal do Sal. Neste sentido, destacam-se as seguintes:

❖ No que concerne à população residente em termos municipais, o município registou um decréscimo entre 2016 e 2020. Neste sentido, importa ressaltar que a faixa etária que registou maior população corresponde aos indivíduos com 60 ou mais anos.

❖ O índice sintético de fecundidade apresenta oscilações, no decorrer dos anos em estudo, bem como um declínio, contrariamente ao verificado a nível nacional e regional. Ainda que Portugal Continental e a região Centro verifiquem um reduzido índice, observa-se a um acréscimo do número médio de filhos, por mulher em idade fértil.

❖ O município de Carregal do Sal revela que o maior número de nascimentos ocorre em mulheres com idades compreendidas entre os 35 e os 39 anos, seguindo-se, ainda que com uma menor expressão, as mulheres com idades entre os 40 e os 44 anos. Esta tendência é também verificada na região Centro e em Portugal Continental.

❖ É notório o crescimento no número de indivíduos com mais de 60 anos, por cada 100 jovens, que se encontram residentes no município de Carregal do Sal. Esta tendência tem registado maiores expressões com o decorrer dos anos em análise.

❖ Torna-se possível constatar um aumento no número de famílias com um ou dois elementos, quer ao nível municipal, quer ao nível regional e nacional. Não obstante, alicerçada a esta tendência, torna-se possível registar, por sua vez, ao declínio de famílias numerosas.

CAPÍTULO 3: DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

3.1. Taxa bruta de escolarização, por sexo

A **Figura 23**, relativa à taxa de escolarização do município de Carregal do Sal, evidencia que, no decorrer dos anos letivos em estudo, existiu um decréscimo no Ensino Básico e Ensino Secundário, comparativamente ao ano letivo de 2009/2010. Não obstante, ainda que exista uma quebra substancial no decorrer da última década, verifica-se um ligeiro aumento da taxa de escolarização para o mais recente ano em análise, em comparação com o ano letivo 2015/2016. Por sua vez, e contrariamente ao verificado nos restantes níveis de ensino, constata-se um aumento para a Educação Pré-escolar, ao longo do ano letivo 2009/2010 e 2015/2016, relativamente ao ano letivo 2019/2020.

Neste âmbito, denota-se, na mencionada figura, uma discrepância de género, dado que, no decorrer do ano letivo 2009/2010, o sexo feminino apresentava maior expressão ao nível da Educação Básica e Secundária, enquanto o género oposto representava um maior número ao nível da Educação Pré-escolar. No decorrer dos anos letivos subsequentes verificou-se uma ligeira alteração, no que concerne à representatividade de género, uma vez que existe uma maior percentagem de alunos do sexo feminino ao nível da Educação Pré-escolar e Secundária, no ano letivo 2015/2016 e uma maior percentagem de alunos do sexo masculino, quer ao nível da Educação Pré-escolar, quer ao nível da Educação Básica, no decorrer do ano letivo 2019/2020.

Face ao exposto, tendo em consideração as **Figuras 24 e 25**, relativas à realidade regional e nacional da taxa bruta de escolarização, constata-se que, tal como identificado no município de Carregal do Sal, quer o Ensino Básico, quer o Ensino Secundário, apresentam uma diminuição no decorrer da última década, no entanto, nos últimos 5 anos, verificou-se um ligeiro crescimento, na região Centro, para ambos os níveis de ensino. Por conseguinte, a taxa bruta de escolarização da Educação Pré-Escolar aumentou, progressivamente, em ambas as regiões, à exceção do ano letivo de 2017/2018, no qual se evidencia um ténue declínio.

Figura 23

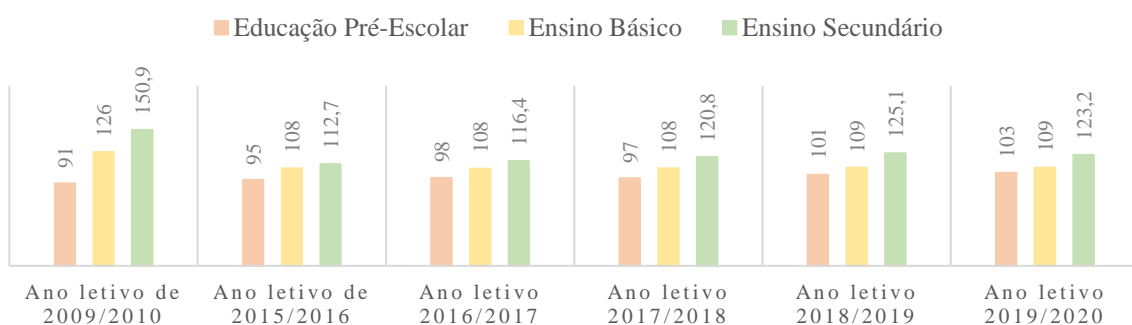
Taxa bruta de escolarização (%), por sexo e nível de ensino, no município de Carregal do Sal

Ano letivo	Sexo Feminino			Sexo Masculino		
	Educação Pré-escolar	Educação Básica	Educação Secundária	Educação Pré-escolar	Educação Básica	Educação Secundária
2009/2010	82,7	138,3	90,8	106,8	138,2	82,5
2015/2016	86,0	99,2	77,2	80,9	106,6	57,7
2016/2017	95,6	96,8	75,1	83,3	109,0	66,7
2017/2018	91,0	96,8	85,5	93,9	102,0	75,9
2018/2019	93,5	102,4	84,6	106,9	103,8	64,0
2019/2020	91,6	104,4	77,1	111,4	105,9	70,6

Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 24

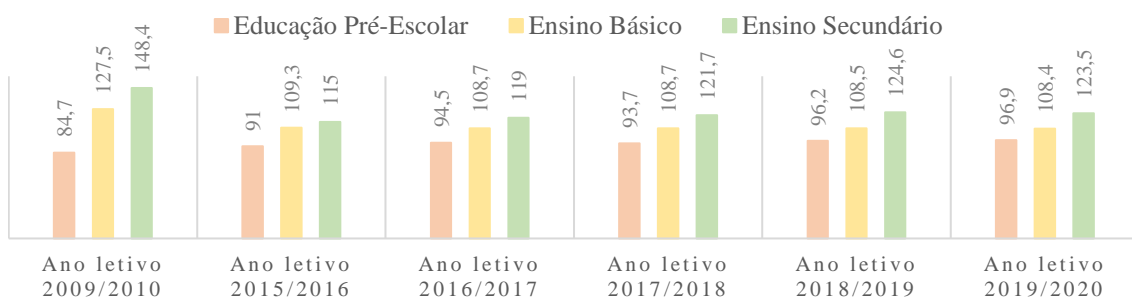
Taxa bruta de escolarização (%), por nível de ensino, na Região Centro



Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 25

Taxa bruta de escolarização (%), por nível de ensino, em Portugal Continental



Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

3.2. Número de alunos matriculados, por nível de ensino e sexo

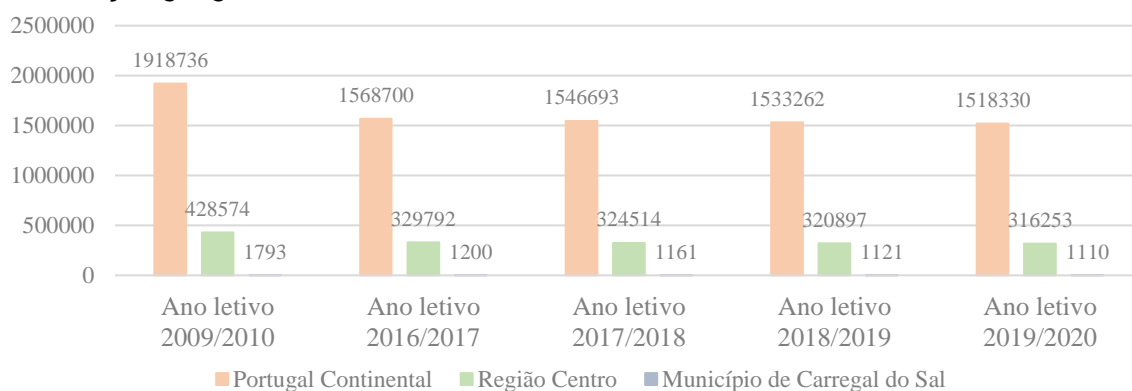
O número de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior tem vindo a decair nos mais recentes anos, como consta a **Figura 26**. Neste sentido, relativamente ao município de Carregal do Sal, persiste, de forma sucessiva, uma diminuição do número de crianças e jovens inscritos no ensino não superior, dado ser notório que, de 2017 a 2020, persistiam menos 90 alunos, uma diferença de 7,50%. Face ao descrito, é possível verificar que, na última década, os valores decrescem drasticamente de 1 793 para 1 110 alunos (menos 38,09 pontos percentuais).

Posto isto, o cenário exposto para o continente e para a região apresenta-se idêntico ao verificado na área anteriormente apresentada, vejamos: do período de 2017 a 2020, Portugal regista um decréscimo de 50 370 estudantes no ensino básico e secundário (menos 3,21%), enquanto o Centro detém uma perda de 13 539 alunos (menos 4,11%). Ao efetuar a comparação dos dados alusivos aos últimos 10 anos, a mesma figura denota que, em todas as zonas territoriais apresentadas, persiste um decréscimo no número de matriculados no ensino não superior. De 2009/2010 para o ano letivo 2019/2020, o continente detém a menor discrepância, enquanto o município assinala a maior diminuição registada nas três áreas em estudo.

Em tom de conclusão, e conseqüentemente à drástica descida que se afere no número de alunas/os matriculadas/os no ensino básico e secundário, o mais recente ano letivo apresenta, de um modo geral, os valores mais baixos, sendo de realçar o balanço mais positivo que foi alcançado no ano de 2009/2010.

Figura 26

Distribuição do número de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior (N.º) por localização geográfica



Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

3.3. Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular, por ciclo de ensino e sexo

De acordo com a **Figura 27**, verifica-se, entre os anos letivos 2009/2010 e 2019/2020, um decréscimo na taxa de retenção e desistência para todos os níveis de ensino e para ambos os sexos, à exceção do 1.º Ciclo, no qual se constata um acréscimo de 15% para o género feminino. Ainda que se registre uma diminuição no decorrer da última década, salienta-se que, quer o 1.º Ciclo, quer o 2.º Ciclo do Ensino Básico, apresentaram um ligeiro aumento no ano letivo de 2015/2016, em comparação ao ano letivo 2009/2010. Ao explorar os dados patentes na mencionada figura, relativos ao mais recente ano em estudo, ressalta-se que a maior taxa de retenção e desistência ocorre ao nível do Ensino Secundário, para ambos os sexos, enquanto o nível de ensino que apresenta menor percentagem, corresponde ao 2.º Ciclo do Ensino Básico, quer para o sexo feminino, quer para o masculino.

Neste seguimento, ao observar as **Figuras 28 e 29**, torna-se possível constatar, à semelhança do verificado no município de Carregal do Sal, uma redução na taxa de retenção e desistência ao longo da última década. Destaca-se, no entanto, ao nível da região Centro, um aumento percentual no ano letivo 2015/2016, no que concerne ao 1.º Ciclo do Ensino Básico, para ambos os sexos, e um acréscimo, no género feminino, no 2.º Ciclo, em comparação com o ano letivo de 2009/2010. Por sua vez, verifica-se que, entre os anos letivos de 2009/2010 e 2015/2016, a taxa de retenção e desistência do 1.º Ciclo do Ensino Básico, se manteve estável para o género feminino, no entanto, no que se refere ao género masculino, evidencia-se um ligeiro aumento.

Assim, de acordo com as figuras seguintes, o género que apresentou maior expressão no que se refere à percentagem de retenção e desistência para todos os níveis de ensino, e para todas as áreas analisadas, refere-se ao sexo masculino.

Figura 27*Taxa de retenção e desistência (%), por sexo e nível de ensino, no município*

Ano letivo	Sexo Feminino				Sexo Masculino			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2009/2010	2,0	1,7	11,3	17,8	2,9	9,1	21,2	23,4
2015/2016	4,0	3,7	6,8	8,2	4,5	10,0	15,7	7,2
2016/2017	2,1	2,3	5,2	7,5	3,2	3,7	19,3	14,6
2017/2018	2,3	0,0	5,6	12,8	4,5	5,6	7,7	12,1
2018/2019	2,1	2,9	6,5	21,8	3,5	0,0	5,4	20,6
2019/2020	2,3	1,4	1,6	9,7	2,3	1,1	1,5	16,3

Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 28*Taxa de retenção e desistência (%), por sexo e nível de ensino, na região Centro*

Ano letivo	Sexo Feminino				Sexo Masculino			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2009/2010	2,8	3,8	9,2	14,3	3,7	7,7	15,2	20,9
2015/2016	3,0	3,9	6,2	11,5	3,9	7,0	10,0	15,7
2016/2017	2,2	3,1	5,3	13,5	3,1	6,3	9,4	14,9
2017/2018	2,1	2,9	5,1	9,8	2,9	5,1	8,5	13,7
2018/2019	1,6	2,0	3,1	9,6	2,0	3,8	5,5	12,5
2019/2020	1,1	1,3	1,7	6,1	1,3	1,9	3,0	8,2

Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

Figura 29

Taxa de retenção e desistência (%), por sexo e nível de ensino, em Portugal Continental

Ano letivo	Sexo Feminino				Sexo Masculino			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Secundário
2009/2010	3,1	5,1	10,9	15,6	3,9	9,6	16,0	21,5
2015/2016	3,1	4,8	7,9	12,4	4,0	8,4	11,7	17,2
2016/2017	2,5	4,1	6,5	12,0	3,2	7,5	10,2	16,5
2017/2018	2,3	3,8	6,0	11,0	3,0	6,6	9,2	15,2
2018/2019	1,8	2,8	4,4	10,7	2,2	4,7	6,8	14,3
2019/2020	1,3	2,0	2,3	7,1	1,5	2,8	3,6	9,7

Fonte: DGEEC, Educação Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, *Diversos*

SÍNTESE DO CAPÍTULO 3 “DIREITO AO DESENVOLVIMENTO”:

Face às análises efetuadas no decorrer do mencionado capítulo, apresentam-se, seguidamente, as principais conclusões:

❖ A taxa de escolarização do município de Carregal do Sal, evidencia, no decorrer dos anos letivos em estudo, um decréscimo no Ensino Básico e Ensino Secundário, comparativamente ao ano letivo de 2009/2010. Não obstante, ainda que exista uma quebra substancial no decorrer da última década, verifica-se um ligeiro aumento da taxa de escolarização para o mais recente ano em análise, em comparação com o ano letivo 2015/2016.

❖ O número de alunas/os matriculadas/os no ensino não superior tem registado um declínio no decurso dos anos. Neste âmbito, o município de Carregal do Sal mantém uma diminuição do número de crianças e jovens inscritos no ensino não superior, tendência essa registada, igualmente, ao nível do panorama nacional bem como, ao nível do panorama regional.

❖ O quadro evolutivo da taxa de retenção e desistência verificada no município de Carregal do Sal apresenta-se bastante distinto, comparativamente ao nível de ensino. Deste modo, importa realçar que o género apresenta, igualmente, oscilações no decorrer do tempo, no entanto, é o género masculino que, de uma forma generalizada, apresenta maior percentagem de retenção e desistência.

CAPÍTULO 4: DIREITO À SOBREVIVÊNCIA

4.1. Ganho médio mensal, por sexo

No decorrer do período de tempo apresentado, torna-se imprescindível ressaltar o notório aumento no ganho mensal dos trabalhadores, de ambos os géneros, que exercem a sua atividade por conta de outrem.

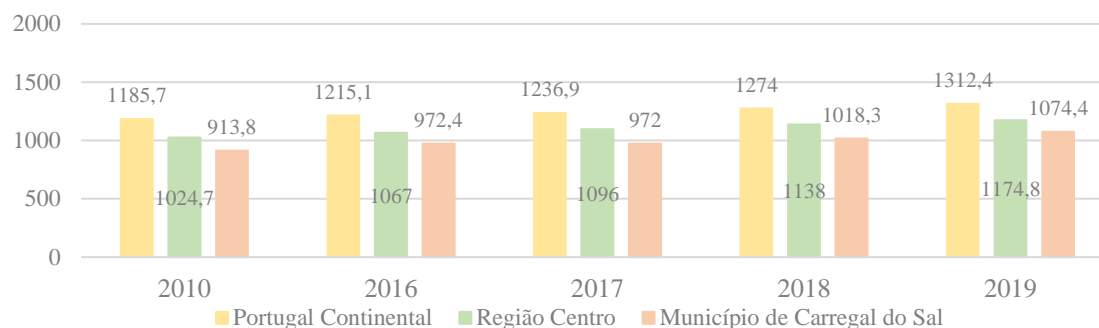
Assim sendo, a **Figura 30** descreve a soma constante, efetuada nos salários para o sexo masculino, tendo em evidência que, no prazo de quatro anos, especificamente, de 2016 para 2019, os homens empregados no município de Carregal do Sal, receberam mais 102€. No que concerne ao continente, o mencionado aumento foi de 97,3€, enquanto na região o ganho médio mensal somou 107,8€. Ademais, na última década, prevê-se a mesma tendência, dado se verificar um aumento de 160,6€ em Carregal do Sal, de 126,7€ a nível continental, assim como de 150,1€ na região. Diante do exposto, é de salientar que o município apresenta, de todas as regiões, e ao longo do período em estudo, o maior progresso no ganho mensal.

Referente, ainda, à desagregação do género, a **Figura 31** demonstra que, tal como se verifica nos homens, o ganho mensal para o sexo feminino tende a aumentar nos mais recentes anos. As mulheres que exercem a sua atividade profissional no município recebem, somente, mais 88,2€ do que em 2016, caracterizada como a menor diferença no ganho médio; por outro lado, no continente, a subida foi de 104,5€, sendo que, na região Centro, foi de 98,6€. Posto isto, de 2010 a 2019, verifica-se um acréscimo nas três áreas elencadas, nomeadamente, de 154,4€ em Carregal do Sal, de 149,4€ em Portugal continental e um aumento de 141,3€ na região. Ressalva-se pelo exposto que o município detém a maior diferença entre os valores e a região menciona, para a última década, a discrepância menor.

Em síntese, posto as figuras infra e as análises efetuadas a partir das mesmas, conclui-se que o género feminino apresenta, incessantemente, números mais baixos, ao longo do período em estudo, quando comparados com o género oposto.

Figura 30

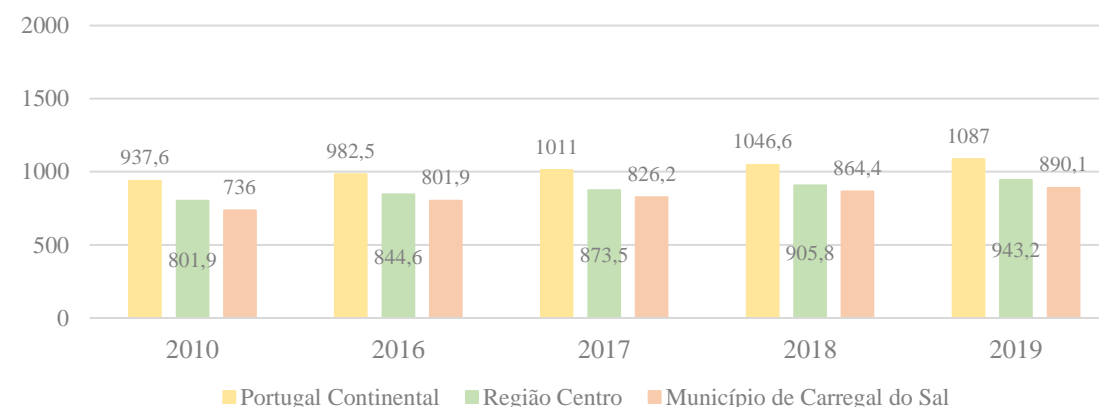
Ganho médio mensal dos trabalhadores, do sexo masculino, que exercem a sua atividade por conta de outrem



Fonte: PORDATA | municípios – *Emprego e Mercado de Trabalho, salários*

Figura 31

Ganho médio mensal dos trabalhadores, do sexo feminino, que exercem a sua atividade por conta de outrem



Fonte: PORDATA | municípios – *Emprego e Mercado de Trabalho, salários*

4.2. Pessoas inscritas no Centro de Emprego e de Formação Profissional

Através da análise crítica da **Figura 32**, referente ao número médio de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, observa-se que, tanto para o sexo masculino como para o feminino, os valores tendem a decrescer nas três áreas em estudo. Nesta perspetiva e no que concerne ao município de Carregal do Sal, de 2017 para o ano 2020, regista-se uma média de menos 22,5 homens desempregados (uma queda de 17,14%) e menos 18,4 mulheres (menos 10,41%). Esta tendência é similar nas restantes duas áreas, uma vez que, em Portugal,

para os últimos quatro anos, o número médio de homens inscritos nos centros de emprego e de formação profissional desceu 27 486,6 (um declive de 14,84%) e 19 605 mulheres (menos 8,83%). Na região Centro, persiste uma diminuição de 5 084,8 no género masculino (correspondente a 15,10%) e de 4 677,7 no género feminino (menos 11,28%).

Não obstante, denota-se na figura infra que, de 2019 para 2020, os valores aumentaram ligeiramente em ambos os sexos e em todas as zonas: o município soma, nesse período de tempo, mais 20,6 homens e 16,1 mulheres; Portugal apresenta mais 31 609,7 homens e 36 935 mulheres e, por fim, a região assinala um acréscimo de 4 574,6 do género masculino e 5 312,4 do género feminino. Deste modo, somente o município apresenta a maior discrepância nos homens, dado que as restantes zonas territoriais demonstram o maior aumento no género feminino, ao longo do último ano.

Em síntese, ressalva-se que, tal como se sucede nos mais recentes anos, os números tendem, de igual modo, a descer na última década, porém, o feminino é, incessantemente, predominante ao conter a maior proporção de indivíduos desempregados que se encontram inscritos nos centros de emprego e de formação profissional.

Figura 32

Distribuição, por número, dos desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual), por sexo

Ano	Portugal Continental		Região Centro		Município de Carregal do Sal	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
2010	245 124,0	289 609,7	45 600,4	57 411,9	201,7	204,8
2017	185 212,1	221 920,0	33 670,0	41 462,0	131,3	176,8
2018	146 551,7	186 157,5	26 708,3	34 820,7	103,1	133,9
2019	126 115,8	165 380,0	24 010,6	31 471,9	88,2	142,3
2020	157 725,5	202 315,0	28 585,2	36 784,3	108,8	158,4

Fonte: IEFP, *Estatísticas Mensais por Concelhos*

4.3. Famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção

No que diz respeito ao número de titulares com processamento de abono de família, importa referir a inexistência de dados relativos ao município de Carregal do Sal,

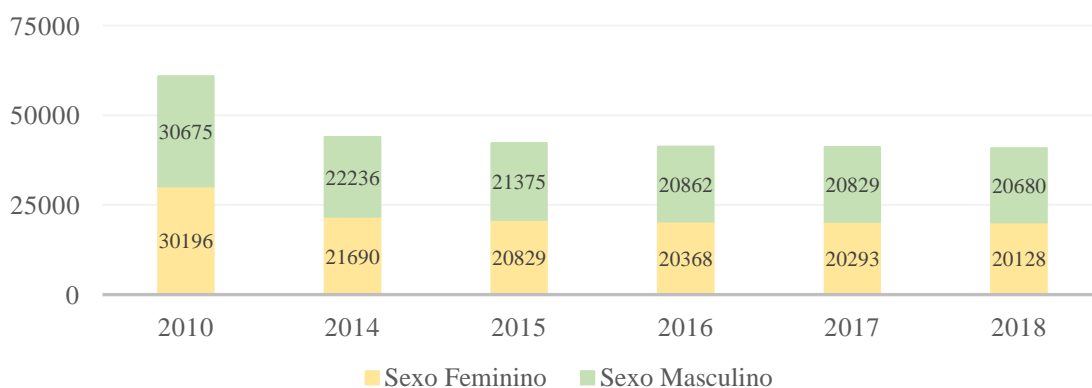
contudo destaca-se na **Figura 33** e na **Figura 34**, respetivamente, os valores distritais, regionais e nacionais relativos ao presente indicador.

Neste sentido, torna-se possível averiguar uma diminuição percentual no número de beneficiários em todas as áreas geográficas em estudo. Deste modo, entre os anos 2010 e 2014 regista-se, no distrito de Viseu uma diminuição de 16 945 indivíduos com processamento de abono de família, tendência, essa, verificada ao nível da região Centro e ao nível de Portugal Continental. Não obstante, importa realçar que, no ano 2010, dos 1 782 206 beneficiários a nível nacional, 60 871 residiam no distrito de Viseu (30 196 mulheres e 30 675 homens), o que equivale a 3,4% beneficiários. Neste sentido, e de uma forma generalizada, ainda que a repartição de género seja, aproximadamente, 50% para cada sexo, o género masculino torna-se predominante ao possuir o maior número de beneficiários, quando comparado com os valores divulgados para o género oposto.

Em suma, tal como é possível observar através dos dados disponibilizados, o distrito de Viseu apresenta a tendência evolutiva no número de titulares com processamento de abono de família manifestada a nível continental e regional, tal como se observa nas duas figuras infra.

Figura 33

Distribuição, por sexo, do número de titulares com processamento de abono de família, no distrito de Viseu



Fonte: Estatísticas da Segurança Social, *Prestações familiares*

Figura 34

Distribuição, por sexo, do número de titulares com processamento de abono de família, na região Centro e Portugal Continental

Ano em estudo	Região Centro		Portugal Continental	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
2010	227 884	231 823	866 086	886 120
2014	153 455	157 167	588 686	606 647
2015	148 658	152 427	574 400	593 031
2016	144 478	148 070	561 571	580 396
2017	145 884	149 923	569 436	589 059
2018	144 162	148 283	566 360	586 179

Fonte: Estatísticas da Segurança Social, Prestações familiares

4.4. Número de pessoas beneficiárias com processamento de subsídio por assistência a filho/a, por sexo

Após a interpretação da **Figura 35**, torna-se possível verificar o notório e significativo aumento tido, no decorrer dos últimos anos, relativamente ao número de pessoas beneficiárias, que residem no continente e na região Centro, com processamento de subsídio por assistência a filho/a.

Neste contexto, de 2015 a 2018, ambas as áreas territoriais apresentam um reforço colossal nos valores referentes ao mencionado indicador, vejamos: Portugal assinala, no género masculino, mais 5 503 beneficiários (um aumento de 55,53%) e, no género feminino, mais 24 832 (correspondente a um acréscimo de 33,37%), enquanto a região Centro refere, no decorrer do período em análise, mais 1 567 homens (uma soma de 64,97%) e 7 272 mulheres (o que equivale, em termos percentuais, a um aumento de 36,54%). Diante do exposto, ressalva-se que, não obstante à maior proporção de mulheres beneficiárias com processamento de subsídio por assistência a filho/a, tem-se verificado um superior e constante aumento no género oposto. Assim, ao efetuar a comparação com os dados apresentados para a última década, a **Figura 35** demonstra que, do ano 2010 para o ano 2018, persiste uma subida de, especificamente, 9 148 homens no continente, 2 449 homens na região e 33 429 mulheres em Portugal e 9 853 mulheres no Centro.

Em suma, para todos os anos expostos na figura infra, observa-se que o sexo feminino é, incessantemente, predominante, ao conter o maior número de pessoas

beneficiárias com processamento de subsídio por assistência a filho/a, com uma diferença notória, relativamente ao género masculino.

Figura 35

Distribuição do número de pessoas beneficiárias com processamento de subsídio por assistência a filho/a, por sexo, da população residente em Portugal continental e na região Centro

Ano e Género		Portugal Continental	Região Centro
2010	Masculino	6 230	1 530
	Feminino	65 810	17 323
2015	Masculino	9 875	2 412
	Feminino	74 407	19 904
2016	Masculino	11 320	2 932
	Feminino	82 558	22 843
2017	Masculino	13 066	3 324
	Feminino	88 713	24 039
2018	Masculino	15 378	3 979
	Feminino	99 239	27 176

Fonte: PORDATA, *Censos da população*

4.5. Taxa de mortalidade infantil

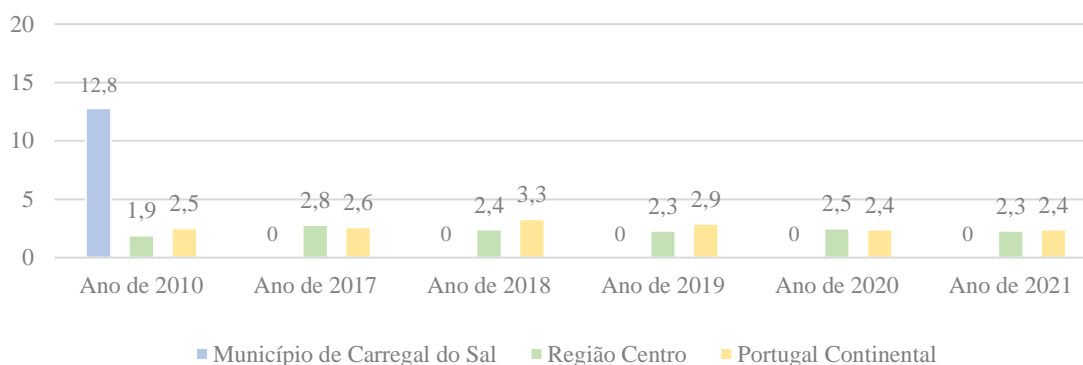
Tendo por base a figura seguinte (**Figura 36**) verifica-se, para o município de Carregal do Sal, uma elevada taxa de mortalidade infantil no ano de 2010. Não obstante, para os restantes anos em estudo, o mencionado município não apresenta qualquer registo de óbitos infantis.

Neste sentido, ao realizar um paralelismo com a realidade regional e nacional, verifica-se que as mesmas não apresentaram grandes oscilações no decorrer dos anos em análise, apresentando, entre o ano de 2010 e 2021, um aumento percentual de 21,1%, ao nível da região Centro, e um decréscimo de 4%, ao nível de Portugal Continental. No que concerne às áreas geográficas anteriormente mencionada, verifica-se, deste modo, que, no ano 2017, a região Centro apresentou a maior taxa de mortalidade infantil, enquanto, para a realidade nacional, o valor mais elevado registou-se, apenas, no ano de 2018.

Em suma, ainda que a região Centro apresente similaridade com a realidade registada nacional, o mesmo não se verifica para o município de Carregal do Sal.

Figura 36

Taxa de mortalidade infantil (%) por município, região e a nível nacional



Fonte: PORDATA | municípios – População, óbitos e INE – Estimativas Anuais da População Residente

SÍNTESE DO CAPÍTULO 4 “DIREITO À SOBREVIVÊNCIA”:

No decorrer do mencionado capítulo, evidenciam-se um conjunto de observações pertinentes, para o município em estudo, que necessitam de uma maior atenção. Vejamos:

❖ Torna-se possível verificar um notório aumento no ganho mensal dos trabalhadores, de ambos os géneros, que exercem a sua atividade por conta de outrem. Neste sentido, tal como se verifica nos homens, o ganho mensal para o sexo feminino tende a aumentar nos mais recentes anos. No entanto, importa ressaltar que persiste, ainda, números mais reduzidos para o género feminino, quando comparados com o género oposto.

❖ Verifica-se, para o município de Carregal do Sal, uma diminuição do número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional, para ambos os géneros. Ainda que os valores tendem a decrescer, o sexo feminino mantém a maior proporção de indivíduos a vivenciar a situação referida.

❖ O distrito de Viseu regista, no decorrer dos anos em estudo, um aumento do número de famílias com processamento de Rendimento Social de Inserção. Por sua vez, esta tendência não acompanha a realidade nacional e regional dado que, entre 2014 e 2018, quer Portugal Continental, quer a região Centro, apresentaram um decréscimo no número de famílias a beneficiar do mencionado apoio.

❖ Entre 2014 e 2018 registou-se uma diminuição no número de titulares com processamento de abono de família, para todas as áreas geográficas analisadas.

❖ No que concerne à taxa de mortalidade infantil, o município de Carregal do Sal não apresenta qualquer óbito entre 2017 e 2021, registando, apenas, um valor significativo no ano 2010.

CAPÍTULO 5: DIREITO À PROTEÇÃO

5.1. Número de crianças sinalizadas

De acordo com a **Figura 37**, relativa ao número de crianças sinalizadas, verifica-se um decréscimo de 65,9%, entre 2014 e 2018, no município de Carregal do Sal. Neste sentido, e observando a realidade nacional para o indicador em estudo, torna-se possível averiguar um aumento de 1,9% de sinalizações, entre 2010 e 2018, sendo que, entre 2014 e 2018 se verificou uma diminuição de 2%. Em oposição à realidade verificada em Portugal Continental, a região Centro apresentou um decréscimo de 42,9%, entre os anos de 2010 e 2018, bem como, uma diminuição de 45,1%, entre 2014 e 2018. Ainda que não existam dados relativos ao ano de 2010, para o município de Carregal do Sal, prevê-se que o mesmo apresente uma tendência semelhante à verificada na região Centro, dado pertencer à área geográfica em causa.

Figura 37

Número de crianças sinalizadas, por sexo e idade, em Portugal Continental, região Centro e município de Carregal do Sal

Ano	Portugal Continental	Região Centro	Carregal do Sal
2010	68 300	15 973	-
2014	71 016	16 612	88
2015	71 021	16 301	59
2016	70 151	14 204	68
2017	66 774	15 268	27
2018	69 622	9 116	30

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens

5.2. Tipologia de perigo por sexo e idade da criança

De acordo com o Relatório de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, as principais situações de perigo comunicadas à referida entidade referem-se à *Negligência*, ao *Direito à Educação*, aos *Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude* bem como, ao *Maltrato Físico*, tal como é possível verificar nas **Figuras 38, 39 e 40**. Neste sentido, importa realçar que, em 2016, registaram-se, também, situações de exposição a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e o desenvolvimento do menor e, no ano de 2020, são incluídas, como categorias de perigo diagnosticadas, a *Violência Doméstica*, o *Maltrato Psicológico*, o *Abandono* e a *Exploração Infantil*.

Ao interpretar os dados patentes na **Figura 39** e na **Figura 40**, torna-se possível verificar a relação existente entre a idade das crianças sinalizadas com o número de sinalizações, dado que, quanto maior o escalão etário que as mesmas apresentam, maiores são os registos de situações de perigo. Não obstante, torna-se pertinente salientar algumas exceções, uma vez que, no decorrer dos anos em estudo, os números relativos à *Negligência* tendem a decrescer, tal como os do *Maltrato Físico*, apesar de este último relatar valores mais elevados em crianças dos 6 aos 14 anos. Ademais, em oposição com o sucedido no ano de 2016 e 2020, a **Figura 38** evidencia a inexistência da relação mencionada para a situação de perigo referente ao *Abandono Escolar*.

Por outro lado, no que concerne ao género, no ano de 2016, confirma-se a predominância, em todas as idades, de crianças do sexo masculino a vivenciar situações de *Negligência*, do *Direito à Educação* e de *Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude*. Todavia no *Maltrato* registam-se mais rapazes, somente, dos 0 aos 14 anos, dado que dos 15 aos 18 os números revelam-se desfavoráveis para as raparigas. Em 2020, persistem pequenas alterações na *Negligência*, sendo que se observam mais casos do género feminino, dos 15 aos 17 anos e no *Direito à Educação*, dos 0 aos 5 anos. Após efetuar a comparação destes valores para 2010, constata-se que, à semelhança dos outros anos, a *Negligência* e o *Abandono Escolar* apresentam um maior número de sinalizações nos rapazes dos 0 aos 18 anos, contudo os *Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude*, assim como o *Maltrato Físico* são predominantes, somente, no género masculino dos 0 aos 14 anos, pois dos 15 aos 18 anos são as raparigas que detêm os maiores valores.

Em suma, de 2010 para 2016, constata-se um aumento significativo de situações de perigo relativas à educação e aos comportamentos, exigindo, por esse motivo, uma

preocupação constante nos valores. Contudo, para os últimos cinco anos, conclui-se que, em todas as situações de perigo estudadas, os valores diminuíram, o que confirma a importância dos assuntos sobre a promoção e proteção dos menores, bem como o desenvolvimento de uma parentalidade positiva.

Figura 38

Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2010, a nível nacional

Escalão etário	Género	Situação de perigo			
		<i>Negligência</i>	<i>Abandono Escolar</i>	<i>Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude</i>	<i>Maltrato Físico</i>
0 a 5 anos	Feminino	1 813	0	635	222
	Masculino	1 888	0	663	249
6 a 10 anos	Feminino	1 026	205	536	231
	Masculino	1 172	239	631	277
11 a 14 anos	Feminino	816	660	598	254
	Masculino	925	822	710	258
15 a 18 anos	Feminino	420	698	484	223
	Masculino	490	921	441	133

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2010

Figura 39

Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2016, a nível nacional

Escalão etário	Género	Situação de perigo			
		<i>Negligência</i>	<i>Direito à Educação</i>	<i>Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude</i>	<i>Maltrato Físico</i>
0 a 5 anos	Feminino	1 341	0	13	132
	Masculino	1 409	0	19	167
6 a 10 anos	Feminino	1 008	267	118	169
	Masculino	1 182	315	330	240
11 a 14 anos	Feminino	747	650	786	207
	Masculino	813	780	1 358	209
15 a 18 anos	Feminino	431	1 650	1 218	197
	Masculino	472	2 355	1 955	123

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2016

Figura 40

Distribuição, por categorias de perigo, do número de crianças diagnosticadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), no ano de 2020, a nível nacional

Escalão etário	Género	Situação de perigo			
		<i>Negligência</i>	<i>Direito à Educação</i>	<i>Comportamentos de Perigo na Infância e Juventude</i>	<i>Maltrato Físico</i>
0 a 5 anos	Feminino	689	3	12	20
	Masculino	730	1	17	24
6 a 10 anos	Feminino	554	85	37	38
	Masculino	581	94	117	62
11 a 14 anos	Feminino	386	212	285	45
	Masculino	434	319	520	49
15 a 18 anos	Feminino	240	402	475	37
	Masculino	221	602	682	29

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2020

5.3. Tipologia dos agregados familiares em que se integram as crianças com diagnóstico

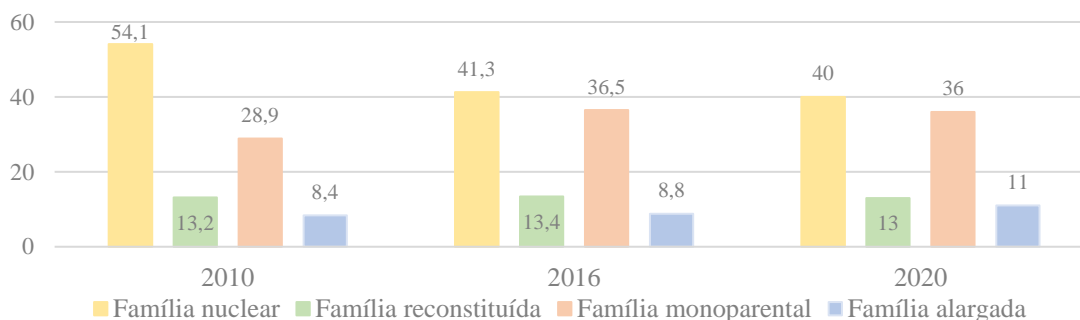
A caracterização do agregado familiar da comunidade portuguesa, como alude a **Figura 41**, refere que os modelos da presente tipologia, nos quais residem um maior número de crianças e jovens acompanhados são, nomeadamente, a *Família nuclear*, a *Família reconstituída*, a *Família monoparental* e a *Família alargada*.

Assim, mediante a evolução tida e analisada para os últimos 10 anos, torna-se possível aferir que as *famílias nucleares*, embora demonstrem tendencialmente um decréscimo ao longo do tempo, possuem a percentagem mais elevada do número total dos agregados descritos. Por outro lado, de 2010 para 2016, a *Família monoparental* assinala um aumento de 7,6 pontos percentuais, verificando uma redução dos mesmos, deste último ano para 2020. Ainda neste ponto, os valores das restantes tipologias, sobretudo da *Família reconstituída* e da *Família alargada*, manifestam-se, desde 2010, inalteráveis, o que se reflete na estabilidade da correspondente linha evolutiva.

Em síntese, não obstante à ausência dos valores para o município de Carregal do Sal, bem como para a região Centro, importa ressaltar que, mediante a **Figura 41**, os dados evidenciam o aumento do número de menores acompanhados, que prevalecem em *famílias monoparentais*, bem como em *famílias alargadas*.

Figura 41

Caracterização, em termos percentuais, do tipo de agregado familiar das crianças e jovens acompanhadas/os em Portugal, no decorrer do ano 2010, 2016 e 2020



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2010, 2016, 2020

5.4. Tipo e número de medidas aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens

No sentido de compreender a tipologia e o número de medidas de promoção e proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de todo o

território nacional, teremos como recurso a **Figura 42**. Neste sentido, e após uma análise minuciosa da mesma, torna-se possível averiguar que no ano de 2020 foram aplicadas 11 879 medida de promoção e proteção, correspondendo a, aproximadamente, um terço das medidas aplicadas no ano de 2016, no qual foram totalizadas 34 497, no entanto, comparativamente ao ano de 2010, verifica-se uma diminuição de 16 621 de medidas de promoção e proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Esta redução poderá estar na origem do decréscimo de crianças sinalizadas ao longo dos últimos anos, tal como foi possível constatar anteriormente, no indicador *número de crianças sinalizadas*. No que concerne à tipologia das medidas aplicadas, torna-se possível verificar que a mais recorrente, para todos os anos em análise, corresponde ao *apoio junto dos pais* enquanto a medida menos aplicada se refere ao *acolhimento familiar*.

Em suma, a medida mais utilizada em todos os anos em análise corresponde ao apoio junto dos pais, seguindo-se a medida de apoio junto de um familiar. A tendência verificada de intervenção com crianças e jovens em risco orienta-se de acordo com os princípios do *primado da continuidade das relações psicológicas profundas*, bem como da *prevalência da família*, desde que estejam reunidas as condições necessárias para o bem-estar do menor (alínea g) e h) do artigo 4.º da Lei 147/99, de 1 de setembro).

Figura 42

Distribuição, por número e tipologia, das Medidas de Promoção e Proteção aplicadas pelas Comissões de Promoção e Proteção, a nível nacional

Ano	Portugal Continental					
	<i>Acolhimento Familiar</i>	<i>Acolhimento Residencial</i>	<i>Apoio para a autonomia de vida</i>	<i>Confiança a pessoa idónea</i>	<i>Apoio junto de outro familiar</i>	<i>Apoio junto dos pais</i>
2010	216	2 457	213	461	3 261	21 892
2016	94	3 242	207	467	3 427	27 060
2017	83	2 888	210	379	3 101	25 458
2018	42	1 317	112	154	1 303	11 094
2019	16	1 007	74	177	1 329	11 647
2020	24	558	59	154	1 022	10 062

Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPJ) – 2010 a 2020

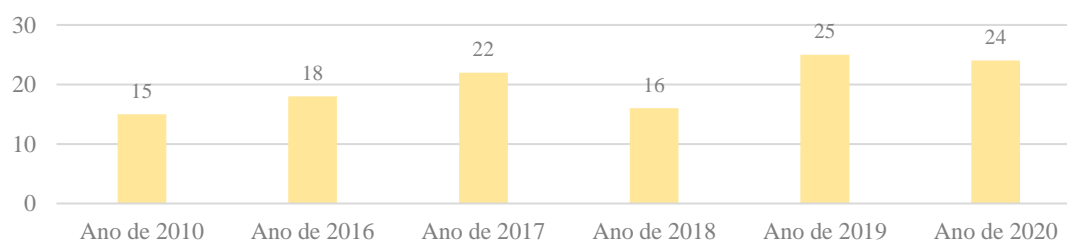
5.5. Número de crimes de violência doméstica

A **Figura 43**, relativa ao número total de crimes de violência doméstica contra o cônjuge praticados no município de Carregal do Sal, entre os anos 2010 e 2020, permite verificar, entre os anos em estudo, um crescimento de 60% durante a última década. Neste âmbito, o ano de 2019 regista o valor mais elevado, totalizando, deste modo, 25 crimes de violência doméstica, enquanto, por sua vez, o valor mais baixo ocorreu no ano 2018, apresentando uma quebra de 27,3%, comparativamente ao ano anterior. Em oposição ao constatado, a Figura 2 sugere que, no decorrer da última década, se tem verificado um decréscimo no número de crimes de violência doméstica contra o cônjuge/análogo, quer ao nível de Portugal Continental, quer ao nível da região Centro.

Comparando as mencionadas figuras (**Figura 43 e 44**), a realidade de Carregal do Sal merece especial atenção, dado a tendência crescente no número de crimes de violência registados, nos últimos anos, em comparação com restante território nacional e regional.

Figura 43

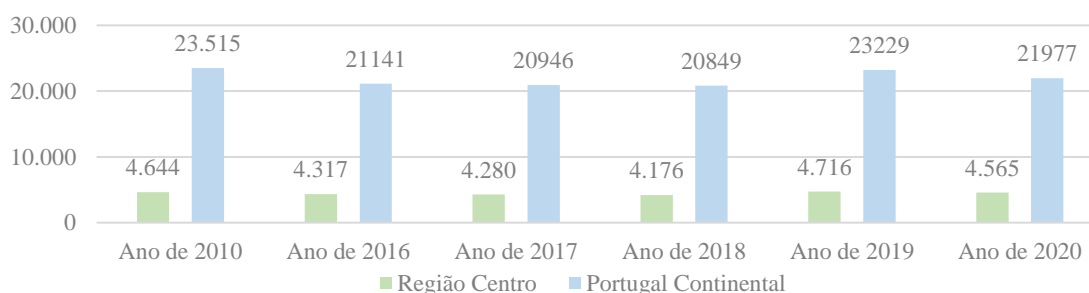
Distribuição, por número, de crimes de violência doméstica contra o cônjuge da população residente em Carregal do Sal



Fonte: DGPJ/MJ, PORDATA

Figura 44

Distribuição, por número, de crimes de violência doméstica contra o cônjuge a nível regional e nacional



Fonte: DGPJ/MJ, PORDATA

5.6. Número de casos que correspondem a processos reabertos

Após a interpretação dos dados expostos na **Figura 45** e na **Figura 46**, que analisam o número de processos reabertos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, respetivamente, em Carregal do Sal, na região Centro e em Portugal continental, conclui-se diversas oscilações que exigem uma especial atenção.

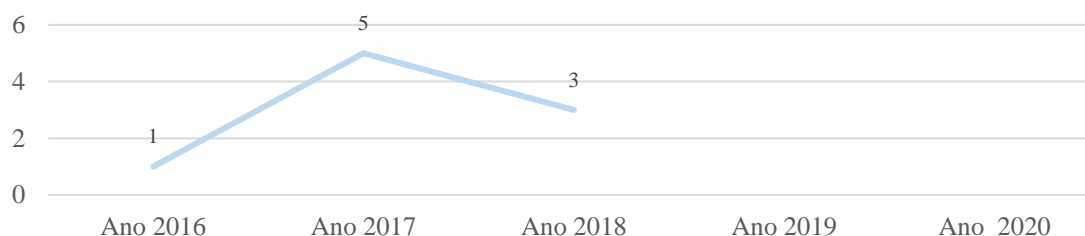
Neste sentido, vejamos: o território municipal (**Figura 45**) aponta valores reduzidos, sendo, somente, de ressaltar os 5 casos que correspondem a processos reabertos no ano de 2017 e que, por conseguinte, se considera o número mais elevado no decorrer do período em estudo. Por outro lado, apesar da falta dos valores referentes ao ano de 2019 e 2020, alega-se, mediante a mesma figura, que, no decorrer do ano de 2016, registou-se o menor número de processos que foram alvo de uma nova comunicação na mesma entidade.

Contrariamente, após comparar o município com os valores apresentados para o continente e para a região Centro (**Figura 46**), torna-se fundamental referir que o número máximo de processos reabertos, a nível nacional, foi atingido no ano de 2019, num universo de 8 577 casos. No entanto, a região adquire o mesmo no ano de 2016, com um total de 2 162 processos, dado não serem registados quaisquer valores para os dois últimos anos expostos na figura.

Em síntese, torna-se pertinente salientar que, Portugal, apresentou, no ano de 2020, uma ligeira diminuição de 9,4%, face ao ano transato, de processos reabertos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.

Figura 45

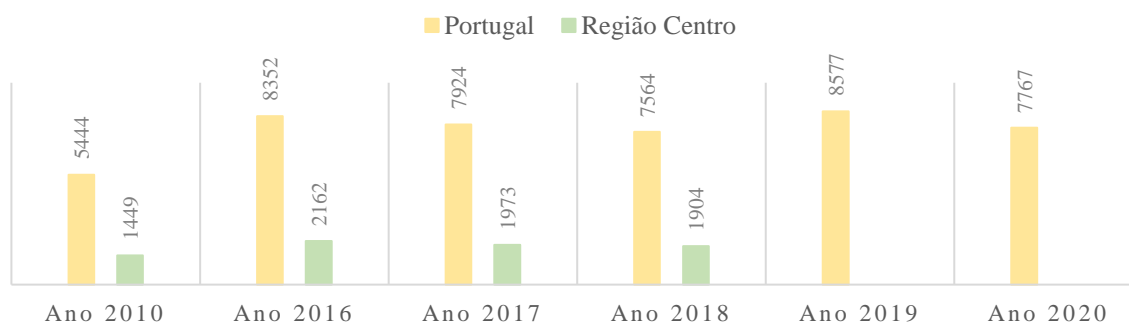
Distribuição do número de casos que correspondem a processos reabertos no município de Carregal do Sal



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDPDJ) – 2016 a 2020

Figura 46

Distribuição do número de casos que correspondem a processos reabertos, a nível nacional e regional



Fonte: Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (CNPDP CJ) – 2016 a 2020

SÍNTESE DO CAPÍTULO 5 “DIREITO À PROTEÇÃO”:

No que concerne ao último capítulo, designado por “**Direito à Proteção**”, destacam-se as seguintes conclusões:

❖ No que concerne ao número de crianças sinalizadas, torna-se possível aferir, ao nível do município de Carregal do Sal, um decréscimo entre os anos de 2014 e 2018.

❖ Ainda que, de 2010 para 2016, se constate um drástico crescimento das situações de perigo referentes à educação e aos comportamentos, nos últimos cinco anos, verificou-se, em todas as situações de perigo estudadas, uma diminuição dos valores.

❖ Não obstante à ausência dos valores para o município de Carregal do Sal, importa ressaltar que os dados evidenciam o aumento do número de menores acompanhados, que prevalecem em *famílias monoparentais*, bem como em *famílias alargadas*.

❖ No que se refere à tipologia das medidas de promoção e proteção aplicadas pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, verifica-se que a mais utilizada, corresponde ao *Apoio junto dos pais* e a menos aplicada ao *Acolhimento Familiar*.

❖ O número de crimes de violência contra o cônjuge/análogo, no município de Carregal do Sal registou um aumento, no decorrer da última década, registando o seu exponencial no ano 2019.

CAPÍTULO 6: DIREITO À PARTICIPAÇÃO

6.1. Participação das crianças do concelho de Carregal do Sal no diagnóstico local

No sentido de avaliar a participação das crianças do município de Carregal do Sal, procedeu-se à aplicação de um questionário composto pelas seguintes áreas: *Brincadeira e lazer*; *A minha participação e cidadania*; *A minha segurança e proteção*; *A minha saúde*; *A minha educação* e, por fim, *A minha vida pessoal*. O presente questionário compreende um total de 51 perguntas com um combinado de possibilidades de resposta, nomeadamente, *completamente verdade*, *nem sempre*, *não é verdade ou não acontece* e *não sei*, bem como um conjunto de itens de resposta aberta de forma a permitir, a cada respondente, a possibilidade de expor a sua opinião pessoal referente à área em avaliação.

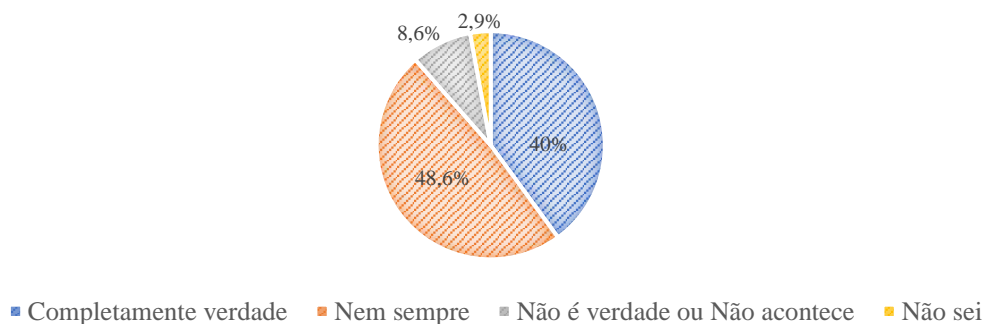
O mencionado questionário contou com a participação de 70 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, sendo que 44 são do sexo feminino e 26 do sexo masculino. Importa ainda referir que, no que concerne ao nível de escolaridade, os destinatários frequentam os vários ciclos de ensino, nomeadamente, o 1.º Ciclo (do 1.º ao 4.º ano), o 2.º Ciclo (5.º e 6.º ano) e o 3.º Ciclo (apenas o 7.º ano). Face ao exposto, evidencia-se, de seguida, a análise dos resultados dos questionários efetuados às crianças, organizado pelas várias áreas em estudo.

Brincadeira e Lazer

Perante a **Figura 47**, depreende-se uma percentagem de 40% (N=28) de crianças que brincam com os seus familiares quando se deslocam até ao parque infantil. Em contrapartida, as restantes 57,2% (N=40) assumem uma realidade diferente, dado que 48,6% (N=34) salienta que “nem sempre” brinca com a sua família e 8,6% (N=6) afirma que “não é verdade ou não acontece”. Neste sentido, e tendo por base as informações patentes na mencionada figura, averigua-se que a maioria das crianças não apresenta momentos de brincadeira com os seus familiares.

Figura 47

Respostas à questão “Quando eu vou ao parque infantil, as pessoal adultas da minha família, que me acompanham, brincam comigo”

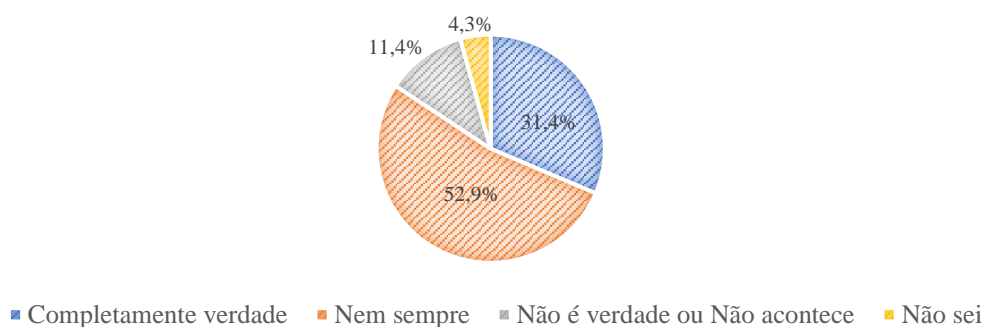


Adaptado do Google Forms

Na **Figura 48**, referente à afirmação “Depois da escola, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo”, predomina a proporção de 52,9% (N=37) crianças que respondem “Nem sempre”.

Figura 48

Respostas à questão “Depois da escola, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim brinca(m) ou faz(em) jogos comigo.”



Adaptado do Google Forms

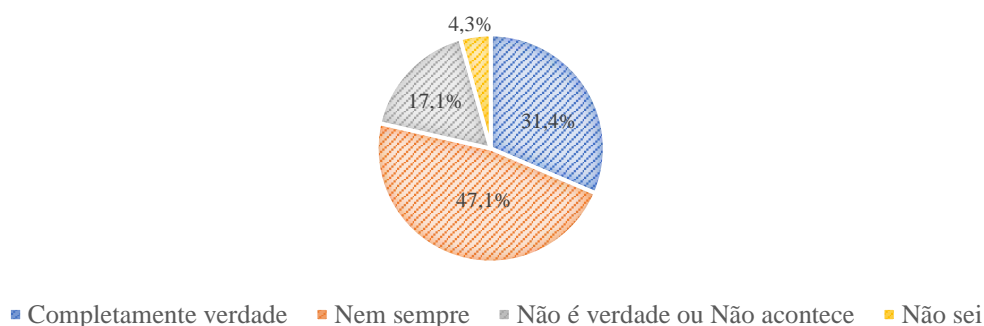
A minha participação e cidadania

Importa evidenciar, mediante os valores apresentados na **Figura 49**, os 31,4% (N=22) crianças que afirmam a sua opinião ser, regularmente, requerida e valorizada pelos seus familiares. Assim sendo, é de realçar, ainda na mesma figura, que 47,1%

(N=33) das crianças sentem que as pessoas responsáveis pelas mesmas nem sempre questionam os seus locais de interesse.

Figura 49

Respostas à questão “A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim costumam perguntar-me onde quero ir passear ou ir de férias.”

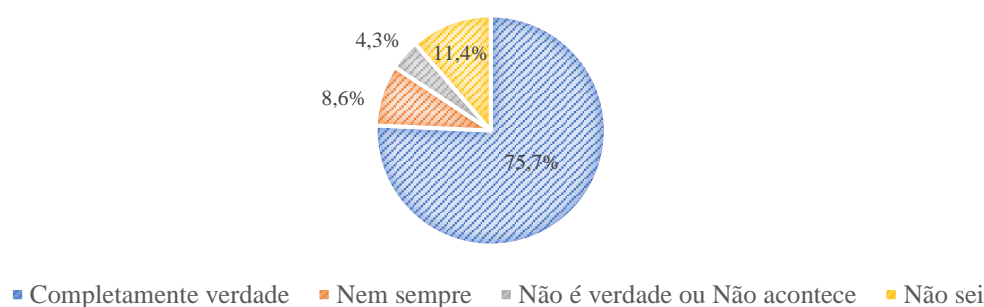


Adaptado do Google Forms

No item “Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão”, torna-se possível concluir que prevalece a parcela dos 75,7% (N=53) crianças que confirmam a afirmação em estudo.

Figura 50

Respostas à questão “Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças pela minha família, na escola ou na televisão.”



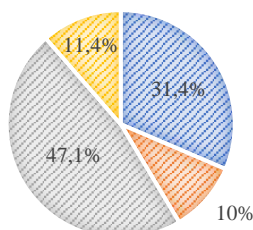
Adaptado do Google Forms

A minha segurança e proteção

Com base na análise da **Figura 51**, cerca de 47,1% (N=33) dos respondentes alega não ser verdade ou não acontecer o facto de não terem receio de irem, a pé ou de bicicleta, para a escola.

Figura 51

Respostas à questão “Eu não tenho medo de ir para a escola a pé ou de bicicleta.”



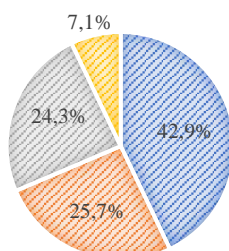
■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

Adaptado do Google Forms

No que concerne à **Figura 52**, importa realçar que 42,9% (N=30) crianças dizem ser “completamente verdade” que na escola, não têm receio de que outras crianças possam lhe fazer mal.

Figura 52

Respostas à questão “Na escola, eu nunca tenho medo de que outras crianças me possam fazer mal.”



■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

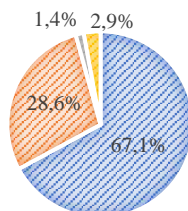
Adaptado do Google Forms

A minha saúde

No tópico referente à saúde e, no que concerne aos dados expostos na **Figura 53**, torna-se possível observar que a maior parcela, com cerca de 67,1% (N=47) do universo de crianças respondentes, afirma que as pessoas que são responsáveis pelas mesmas conversam sobre o que é ser saudável.

Figura 53

Respostas à questão “A(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim falam comigo sobre o que é ser saudável.”



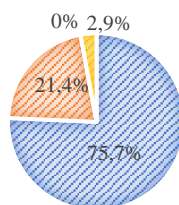
■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

Adaptado do Google Forms

A **Figura 54** expressa uma tendência maioritária de respostas, traduzida em 75,7% (N=53) de crianças que selecionaram a opção “Completamente verdade” para o item “Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é/são responsável/eis por mim, leva(m)-me ao médico/a”. Contudo e, não obstante a este valor, torna-se fundamental evidenciar os 21,4% (N=15) que confirmam que nem sempre a sua saúde é assegurada pelos responsáveis.

Figura 54

Respostas à questão “Quando estou doente, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim, ao leva(m)-me médico/a.



■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

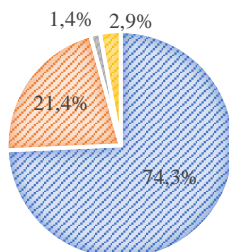
Adaptado do Google Forms

A minha educação

Na **Figura 55**, prevalece a percentagem de 74,3% (N=52) crianças que testemunham que, quando necessitam de auxílio nas tarefas escolares, os seus responsáveis demonstram-se disponíveis para os ajudar.

Figura 55

Respostas à questão “Quando preciso de ajuda, a(s) pessoa(s) que é /são responsável/eis por mim ajudam-me nos trabalhos de casa.”



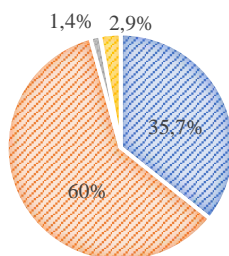
■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

Adaptado do Google Forms

Na mesma linha das considerações previamente tidas, também a **Figura 56** enuncia que somente 35,7% (N=25) dos respondentes confessa compreender as matérias quando estas são explicadas pelos professores. Todavia, a maior proporção e, por esse motivo, a mais preocupante, com 60% (N=42) do universo, identifica que as crianças sentem, ocasionalmente, alguma dificuldade de aprendizagem, devido à ausência de conhecimento sobre uma determinada matéria.

Figura 56

Respostas à questão “Eu percebo sempre quando as minhas professoras e os meus professores explicam as coisas.”



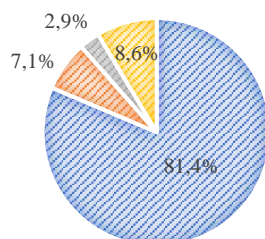
■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

Adaptado do Google Forms

No que concerne à **Figura 57**, aproximadamente, 81,4% (N=57) respondentes afirmam que os/as seus/suas professores/professoras já os ajudaram numa situação em que as crianças necessitaram de auxílio.

Figura 57

Respostas à questão “Os meus professores e as minhas professoras já me ajudaram numa situação em que precisei de ajuda.”



■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

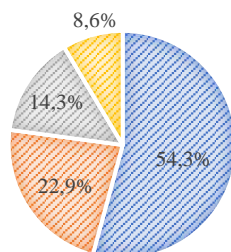
Adaptado do Google Forms

A minha vida pessoal

Relativamente à dimensão sobre a vida pessoal, a **Figura 58** ilustra que cerca de 54,3% (N=38) respondentes testemunham nunca terem vivenciado episódios de confronto físico exercido por outras crianças num espaço externo ao contexto educativo, o que revela ser um dado propício à segurança dos mais novos.

Figura 58

Respostas à questão “Nunca aconteceu outras crianças baterem-me fora da escola.”



■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

Adaptado do Google Forms

SÍNTESE DO SUBCAPÍTULO 6.1. “PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS DO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL NO DIAGNÓSTICO LOCAL”:

A participação das crianças do concelho de Carregal do Sal no diagnóstico local refere o seguinte:

❖ A maioria das crianças não vivencia momentos de brincadeira com os seus familiares, o que revela ser uma conclusão preocupante, dado que momentos de partilha apresentam benefícios para o desenvolvimento das crianças, bem como, para o fortalecimento de laços entre ambas as partes.

❖ Os resultados salientam que existe, ainda, uma elevada percentagem de adultos que não dispõem de tempo livre para brincar com as suas crianças, caracterizado como um valor preocupante.

❖ Uma percentagem de crianças salienta que a sua opinião pessoal é valorizada pelos seus familiares, no entanto, importa evidenciar que quase metade (47,1%) refere que os seus responsáveis não questionam sobre os seus locais de interesse.

❖ Verifica-se a existência de um elevado número de crianças, nomeadamente 74,5% (N=187) que teve conhecimento, quer em contexto familiar, escolar ou televisivo, dos seus direitos. Por sua vez, é notório, ainda, uma elevada percentagem de respondentes que afirmam o contrário.

❖ O conhecimento relativo aos direitos das crianças é, ainda, reduzido, levando a uma iliteracia por parte desta população-alvo.

❖ Existe, ainda, um número considerável de crianças que têm medo de sofrer algum tipo de violência na escola, comprometendo, deste modo, o pleno desenvolvimento das crianças e uma boa integração das mesmas no contexto escolar.

❖ Destaca-se a grande percentagem de crianças que refere que, em contexto familiar, são abordados os temas sobre a alimentação saudável.

❖ Cerca de 21,40% (N=15) do total de respondentes, confirmam que nem sempre a sua saúde é assegurada pelos responsáveis.

❖ Uma percentagem significativa de crianças salienta que já necessitou do auxílio dos professores. Estes dados sugerem a relação positiva estabelecida entre os mesmos.

❖ A maioria das crianças destaca que nunca vivenciou nenhum episódio de violência em contexto escolar. No entanto, ainda que com menor expressão, salienta-se a existência da percentagem de alunos que já vivenciou.

6.2. Participação dos jovens do concelho de Carregal do Sal no diagnóstico local

De modo a calcular a participação dos jovens que residem no concelho de Carregal do Sal, aplicou-se, como recurso, um questionário composto pelas seguintes

áreas: *Brincadeira e lazer*; *A minha participação e cidadania*; *A minha segurança e proteção*; *A minha saúde*; *A minha educação* e, por fim, *A minha vida pessoal*. Com base no mesmo, foi possível desenvolver um universo de 73 perguntas de resposta fechada, com quatro níveis, a saber, *Completamente verdade*, *Nem sempre*, *Não é verdade ou não acontece* e *Não sei*, bem como um conjunto de itens de resposta aberta de forma a permitir, a cada respondente, a possibilidade de expor a sua opinião pessoal sobre a área em análise.

Neste seguimento, importa reforçar que responderam ao questionário 47 jovens, dos quais, 29 do sexo feminino e 18 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos. De modo a seleccionar um número significativo e diversificado de respostas, o presente questionário foi aplicado ao 8.º ano do 3.º Ciclo do Ensino Básico, bem como ao 10.º, 11.º e 12.º ano do Ensino Secundário.

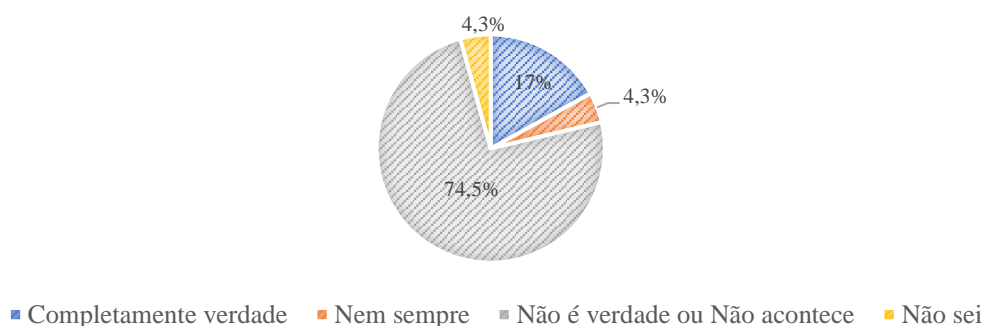
Face ao mencionado, destacam-se, posteriormente, as análises dos resultados que suscitaram uma maior relevância, nas várias áreas em estudo.

Brincadeira e Lazer

Ao analisar os dados da **Figura 59**, denota-se o valor preocupante de 78,8% (N=37) dos jovens que afirmam não pertencer a um clube de desporto, sendo que, desses, 74,5% (N=35) sublinham que a afirmação não corresponde à sua realidade e 4,3% (N=2) respondem “Nem sempre”.

Figura 59

Respostas à questão “Eu frequento um clube de desporto.”



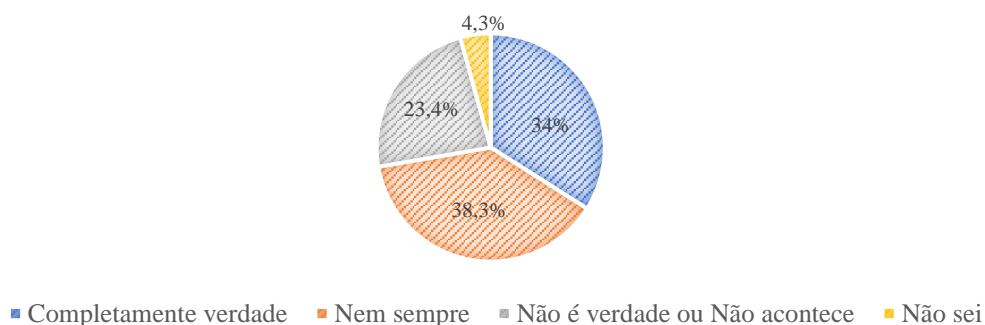
Adaptado do *Google Forms*

A **Figura 60** demonstra uma repartição, aproximadamente, igualitária, no que se reporta à afirmação “Eu participo em programas ou atividades fora da escola”. Assim, mediante o gráfico apresentado, ressalva-se a maior parcela, com 38,3% (N=18) de

jovens que testemunha nem sempre ser participativo nas atividades extracurriculares, seguindo-se os 34% (N=16) que confirmam a veracidade do item em análise.

Figura 60

Respostas à questão “Eu participo em programas ou atividades fora da escola.”



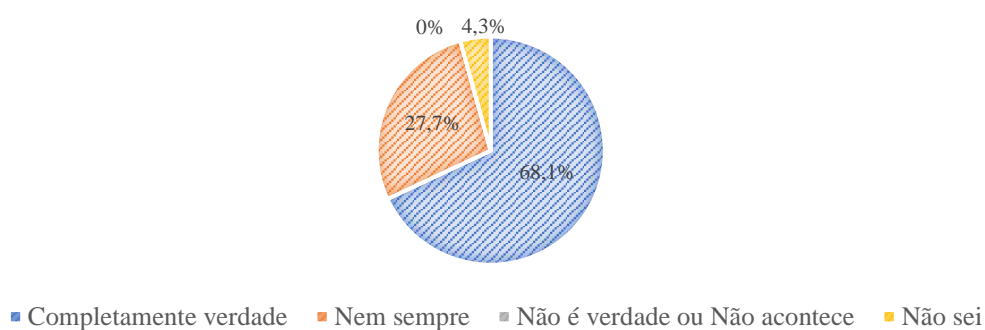
Adaptado do Google Forms

A minha participação e cidadania

No que concerne ao tópico relativo à participação e cidadania dos jovens respondentes, salienta-se, da figura infra, os 68,1% (N=32) que sentem que os responsáveis ouvem e consideram as opiniões dos mesmos. Contrariamente, cerca de 27,7% (N=13) do total, refere “Nem sempre” sentir-se ouvido.

Figura 61

Respostas à questão “Eu sinto que a(s) pessoa(s) que é(são) responsável(eis) por mim me ouvem e têm em consideração as minhas opiniões”



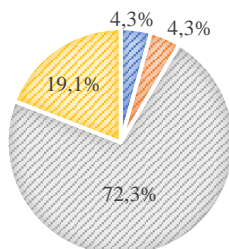
Adaptado do Google Forms

Diante dos dados expostos na **Figura 62**, é notório a grande percentagem de 72,3% (N=34) que alega não fazer parte do Conselho de Jovens do município de Carregal do Sal. Esta grande proporção é preocupante, dado sugerir a falta de interesse

dos respondentes em se envolverem em projetos e atividades que o município e a comunidade lhes oferecem.

Figura 62

Respostas à questão “Eu faço parte do Conselho de Jovens no meu município.”



■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

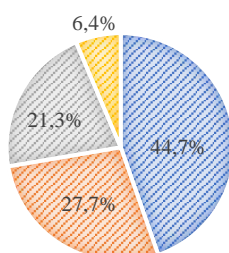
Adaptado do Google Forms

A minha segurança e proteção

Relativamente ao assunto “A minha segurança e proteção”, refere-se, mediante o observado pela **Figura 63**, o valor extremo de 44,7% (N=21) jovens que salientam o receio que possuem, na escola, de que outras crianças/jovens lhe possam agredir ou maltratar.

Figura 63

Respostas à questão “Na escola, eu nunca tenho medo de que outras crianças/jovens me possam fazer mal.”



■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

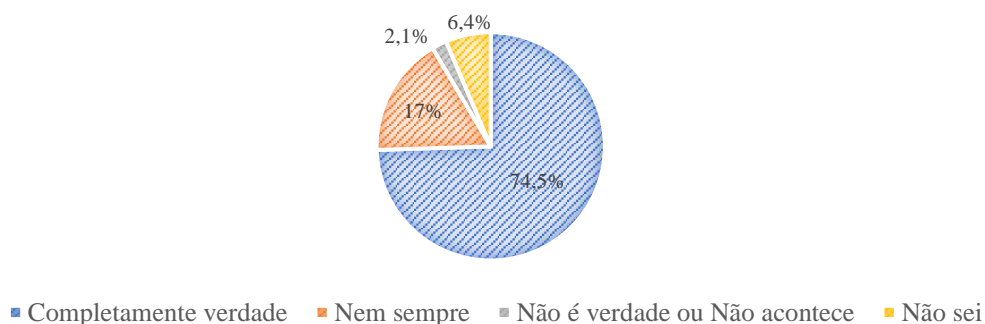
Adaptado do Google Forms

No mesmo seguimento, a **Figura 64** reporta que 74,5% (N=35) do universo dos jovens em estudo testemunham que, caso sentirem perigo, saber a quem se devem

dirigir. Este facto demonstra que os mesmos possuem conhecimentos relativos às entidades competentes sobre a matéria de defesa e proteção dos menores.

Figura 64

Respostas à questão “Quando eu me sinto em perigo, eu sei a quem me dirigir para pedir ajuda.”



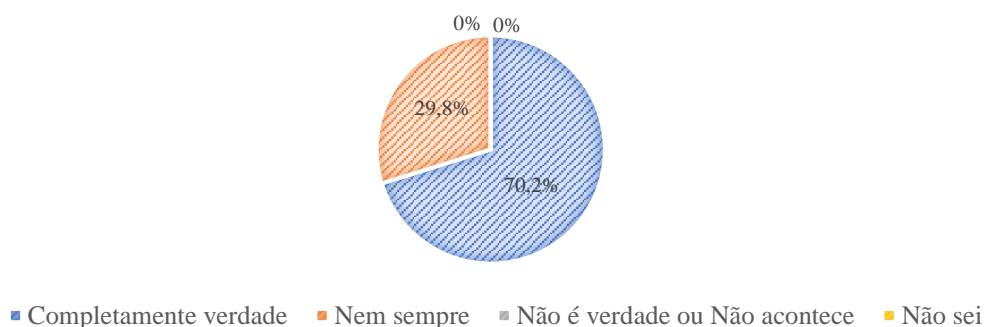
Adaptado do Google Forms

A minha saúde

Sobre o ponto “A minha saúde”, importa ressaltar que, na afirmação “Em minha casa temos uma alimentação saudável”, cerca de 29,8% (N=14) dos jovens salientam não se alimentarem da forma mais correta.

Figura 65

Respostas à questão “Em minha casa temos uma alimentação saudável.”

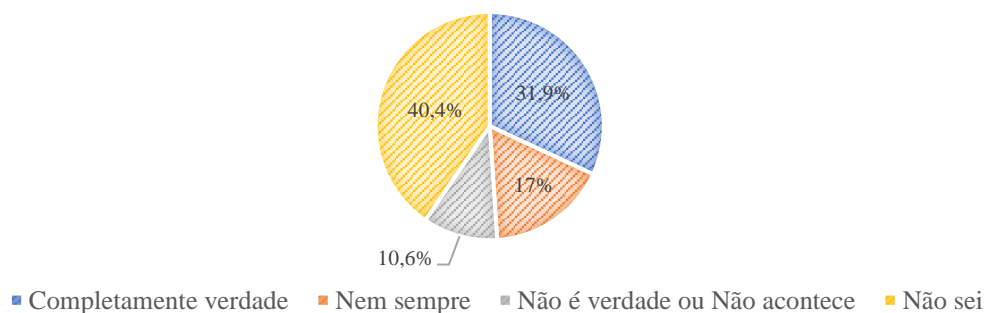


Adaptado do Google Forms

Na **Figura 66**, predominam os 40,4% (N=19) respondentes que afirmam não saber da existência de um atendimento especializado para adolescentes, no seu centro de saúde.

Figura 66

Respostas à questão “No meu centro de saúde existe um atendimento especializado para adolescentes.”



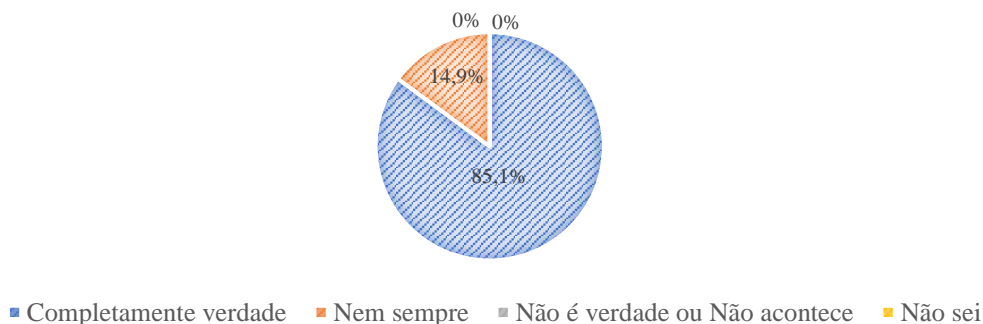
Adaptado do Google Forms

A minha educação

Com base na interpretação da **Figura 67**, cerca de 85,1% (N=40) dos destinatários alegam que a pessoa responsável por si, sempre o apoiou na escola, contudo são de ressaltar os 14,9% (N=7) do universo que respondem “Nem sempre” ao mesmo item.

Figura 67

Respostas à questão “A pessoa que é minha encarregada de educação sempre me apoiou na escola.”



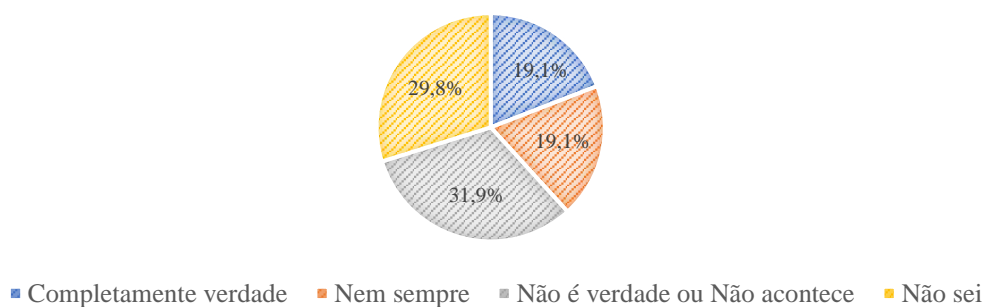
Adaptado do Google Forms

Segundo as análises efetuadas para a **Figura 68** e para a **Figura 69**, prevalece a percentagem de 51% (N=24) de jovens que afirmam não terem aulas sobre promoção de saúde (31,9% de respostas para “Não é verdade ou não acontece” e 19,1% de respostas para “Nem sempre”) e 74,4% (N=35) que testemunham não ter aulas sobre

educação sexual (cerca de 63,8% “Não é verdade ou não acontece” e 10,6% “Nem sempre”).

Figura 68

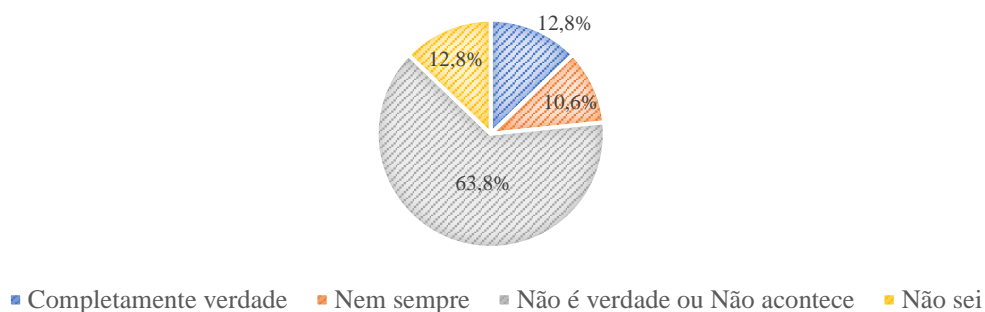
Respostas à questão “Na minha escola, temos aulas sobre promoção de saúde.”



Adaptado do *Google Forms*

Figura 69

Respostas à questão “Na minha escola, temos aulas sobre educação sexual.”



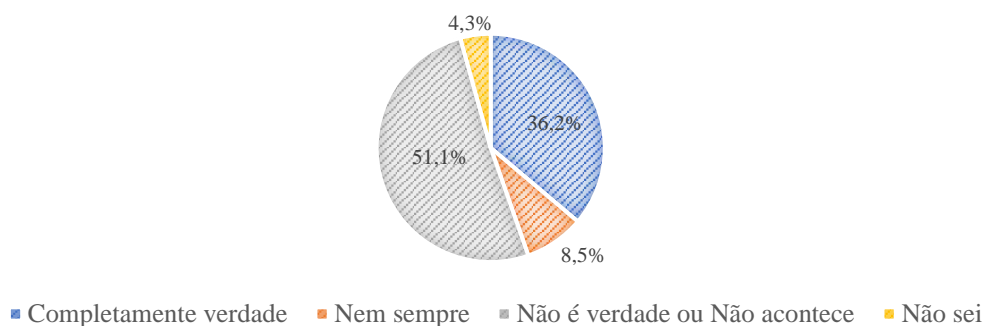
Adaptado do *Google Forms*

A minha vida pessoal

No tópico “A minha vida pessoal”, salienta-se a metade, cerca de 51,1% (N=24), de adolescentes que, na **Figura 70**, declaram não ser verdade ou não acontecer que nunca lhes ofereceram drogas na escola ou fora da escola.

Figura 70

Respostas à questão “Nunca me ofereceram drogas na escola ou fora da escola.”



Adaptado do Google Forms

A **Figura 71** reforça, do universo, os 78,7% (N=37) respondentes que alega nunca ter tido contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo.

Figura 71

Respostas à questão “Eu já tive contacto com o sistema de proteção de crianças e jovens em perigo.”



Adaptado do Google Forms

SÍNTESE DO SUBCAPÍTULO 6.2. “PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS DO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL NO DIAGNÓSTICO LOCAL”:

A participação dos jovens do concelho de Carregal do Sal no diagnóstico local refere o seguinte:

- ❖ Cerca de 78,8% (N=37) dos jovens afirma não pertencer a nenhum clube de desporto.

❖ Diante dos valores exibidos, ressalva-se a proporção de 38,3% (N=18) de jovens que afirmam nem sempre participar em atividades e/ou programas, após o horário letivo.

❖ A maioria dos jovens refere que se sente ouvido pelos seus responsáveis, salientando, de igual modo, que as suas opiniões e sentimentos são importantes para os mesmos.

❖ É notória a falta de interesse, por parte dos jovens, em participar em atividades e projetos do município e comunidade envolvente, uma vez, uma grande percentagem salientou não pertencem ao Conselho de Jovens do município de Carregal do Sal

❖ No que se refere ao receio de ser agredido, por outro colega, em contexto escolar, salienta-se que 44,7% dos jovens refere ter medo.

❖ Compreende-se que os jovens possuam conhecimento suficiente relativo às entidades competentes sobre a matéria de defesa e proteção de menores, na medida em que, 74,5% salienta que sabe onde se dirigir numa situação de perigo.

❖ É notória uma percentagem relevante de jovens que afirma não se alimentar de forma correta.

❖ No que se refere ao atendimento especializado para jovens, nos centros de saúde, depreende-se que os jovens que responderam ao presente questionário não têm conhecimento relativamente à existência do mencionado serviço. Não obstante, os dados disponibilizados sugerem que existe um elevado número de jovens que não é acompanhado nas unidades de saúde locais.

❖ Prevalece, ainda, uma elevada percentagem de jovens que não dispôs de aulas relativas à promoção da saúde ou educação sexual.

❖ A maioria dos jovens refere que já lhe ofereceram substância ilícitas dentro e fora da escola.

6.3. Participação das famílias no Diagnóstico Local do Município de Carregal do Sal

No sentido de avaliar a participação das famílias do concelho de Carregal do Sal, procedeu-se à aplicação de um questionário composto pelas seguintes áreas: *Brincadeira e lazer*, *Participação e cidadania*, *Segurança e proteção*, *Saúde*, *Educação* e, por fim, *Conciliação entre vida familiar e trabalho*. O presente questionário compreende um total de 74 perguntas com um combinado de possibilidades de

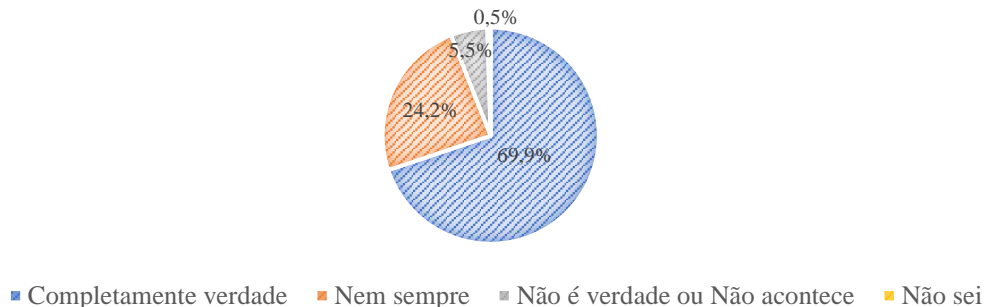
resposta, nomeadamente, *completamente verdade*, *nem sempre*, *não é verdade ou não acontece* e *não sei*, bem como um conjunto de itens de resposta aberta de forma a permitir, a cada respondente, a possibilidade de expor a sua opinião pessoal referente à área em avaliação. Face ao exposto, o presente questionário contou com a participação de 219 famílias no qual proceder-se-á, de seguida, à análise dos resultados dos mesmos.

Brincadeira e Lazer

Ao analisar a **Figura 72**, verifica-se que maioria das famílias, com uma percentagem igual 69,9% (N=153), afirma que existem locais na sua comunidade/cidade para as crianças brincarem e praticarem desporto, no entanto, 24,2% (n=53) refere “nem sempre”, 5,5% (N=12) constata que “não é verdade ou não acontece” e 0,5% (N=1) não dispõem de informação para responderem à questão.

Figura 72

Respostas à questão “Na minha comunidade/cidade existem sítios para as crianças brincarem (como parques infantis), fazerem jogos ou praticarem desporto”

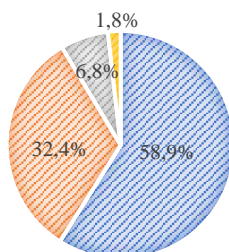


Adaptado do *Google Forms*

Os dados patentes na **Figura 73** permitem averiguar uma discrepância de resultados, na medida em que 58,9% (N=129) afirma existir locais para os jovens, de distintas faixas etárias, brincarem e praticarem desporto, no entanto, 32,4% (N=71) considera que a mesma nem sempre ocorre, 6,8% (N=15) refere que “não é verdade ou não acontece” e apenas 1,8% (N=4) não apresenta posicionamento.

Figura 73

Respostas à questão “Na minha comunidade/cidade existem sítios para jovens de várias idades brincarem, fazerem jogos ou praticarem desporto”



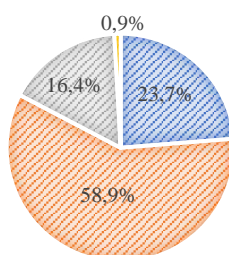
■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

Adaptado do Google Forms

De acordo com a figura infra, torna-se possível verificar uma percentagem considerável de famílias que afirma que as suas crianças não dispõem de tempo disponível para aproveitar o tempo livre, dado que, 58,9% (N=129) refere que “nem sempre” e 16,4% (N=36) “não é verdade ou não acontece”. Ainda que exista uma reduzida percentagem de participantes que não apresentam opinião relativa à questão colocada, importa salientar que 23,7% (N=52) das famílias considera que as suas crianças dispõem de tempo para brincar e descansar, após o horário escolar.

Figura 74

Respostas à questão “Eu sinto que depois da escola, ainda sobra tempo para as minhas crianças brincarem, descansarem e aproveitarem o seu tempo livre”



■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

Adaptado do Google Forms

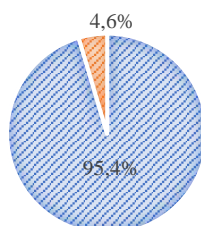
Participação e cidadania

A Figura seguinte, relativa à comunicação estabelecida entre a família e as crianças, apresenta dados satisfatórios, dado que 95,4% (N=209) dos participantes

referem que a afirmação é “completamente verdade” e, apenas 4,6% (N=10) considera que “nem sempre”.

Figura 75

Respostas à questão “Desde que as minhas crianças são pequenas, sempre falei muito com elas”



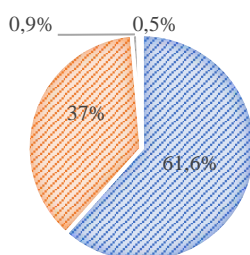
■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

Adaptado do Google Forms

Tendo por base a **Figura 76**, torna-se possível averiguar que a maioria das famílias envolve as suas crianças nas decisões, na medida em que 61,6% (N=135) refere que questiona o que é que as mesmas gostariam de fazer no fim de semana. Ainda que correspondam a uma representatividade menor, 37% (N=81) afirma que “nem sempre” envolvem as crianças, 0,9% (N=2) refere que “não é verdade ou não acontece” e 0,5% (N=1) não apresenta posicionamento.

Figura 76

Respostas à questão “Eu costumo perguntar às minhas crianças o que gostariam de fazer no fim de semana”



■ Completamente verdade ■ Nem sempre ■ Não é verdade ou Não acontece ■ Não sei

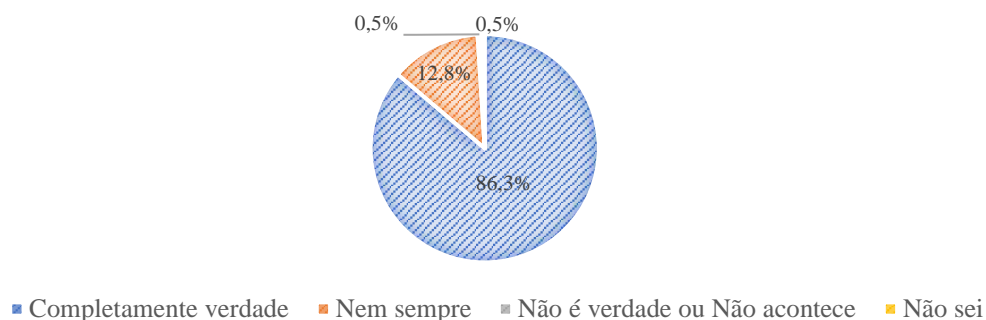
Adaptado do Google Forms

De acordo com a **Figura 77**, a maioria das famílias (N=189) considera que a opinião das suas crianças é relevante, bem como a forma como as mesmas se sentem.

No entanto, importa salientar que 12,8% (N=28) nem sempre disponibilizam tempo para as mesmas se expressarem e 0,5% (N=1) refere que “não é verdade ou não acontece”.

Figura 77

Respostas à questão “Eu gosto de ouvir a opinião das minhas crianças sobre vários assuntos e tenho em consideração o que pensam e sentem”

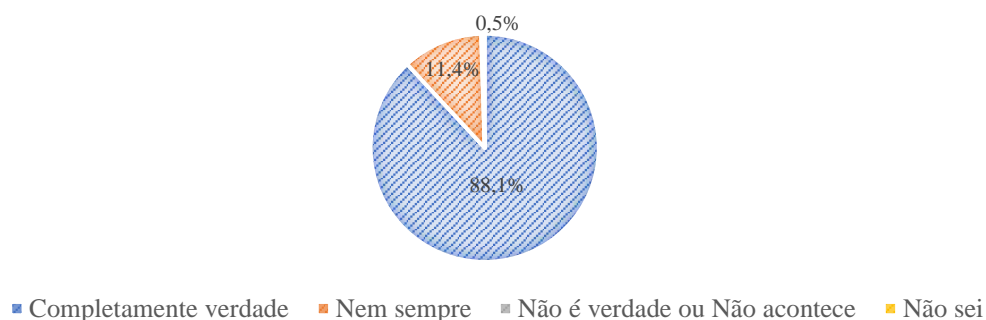


Adaptado do Google Forms

Ao analisar a **Figura 78**, torna-se possível verificar que 88,1% (N=193) das famílias tem conhecimento relativo aos direitos das crianças, através dos meios de comunicação social. Não obstante, ainda que apresente um menor valor percentual, salienta-se que 11,4% (N=25) dos participantes refere que “nem sempre” e 0,5% (N=1) tem conhecimento relativo à questão colocada.

Figura 78

Respostas à questão “Eu já ouvi falar sobre os direitos das crianças na televisão, no rádio, na internet ou outra fonte”



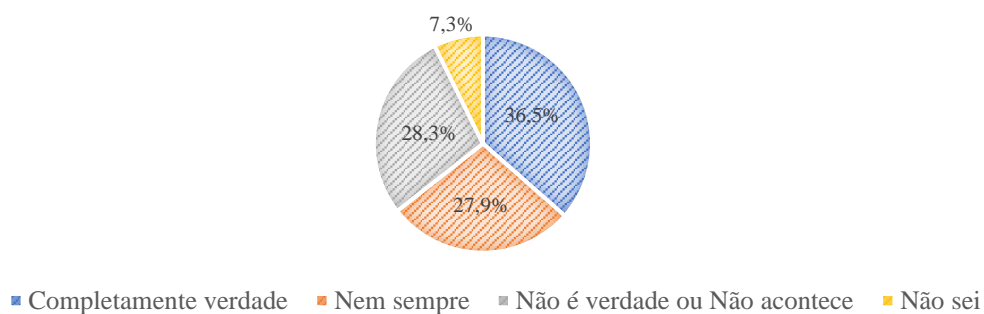
Adaptado do Google Forms

Segurança e proteção

Ao analisar os dados patentes na **Figura 79**, verifica-se a existência de uma percentagem significativa de participantes que afirmam já ter vivenciado situações em que bateram nas suas crianças, quer no interior das instalações escolares, quer no exterior. Dessa percentagem, torna-se possível destacar que 28,3% (N=62) respondeu “não é verdade ou não acontece” e 27,9% (N=61) “nem sempre”. Ainda que os dados anteriores sejam alarmantes, dado corresponderem à maioria de participantes que vivenciou, pelo menos uma vez, estas situações, importa ressaltar que 36,5% (N=80) afirma ser “completamente verdade”.

Figura 79

Respostas à questão “Nunca houve uma situação em que outras crianças batessem nas minhas crianças, dentro ou fora da escola”

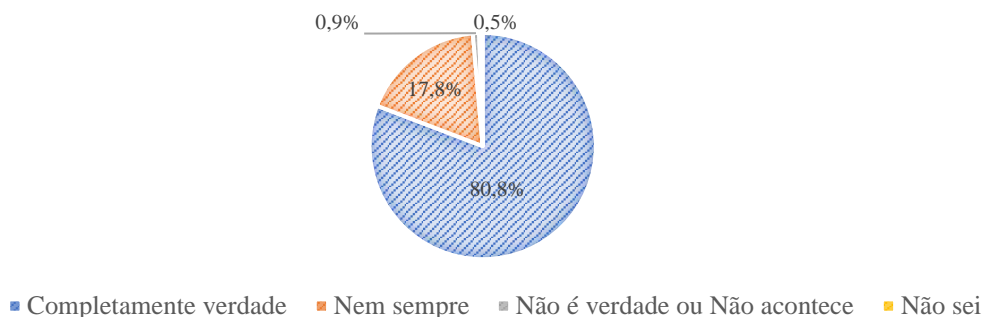


Adaptado do *Google Forms*

Ao analisar a **Figura 80**, verifica-se uma predominância de participantes (N=177) que afirmam que, quando as suas crianças têm algum problema ou medo, recorrem à sua família para resolver. No entanto, ainda que apresentem uma percentagem mais reduzida, salienta-se que 17,8% (N=39) afirma que “nem sempre” acontece, 0,9% (N=2) refere que a situação “não é verdade ou não acontece” e 0,5% (N= 1) não apresenta qualquer posicionamento.

Figura 80

Respostas à questão “Eu sinto que as minhas crianças vêm ter comigo quando têm um problema, ou têm medo de alguma coisa”

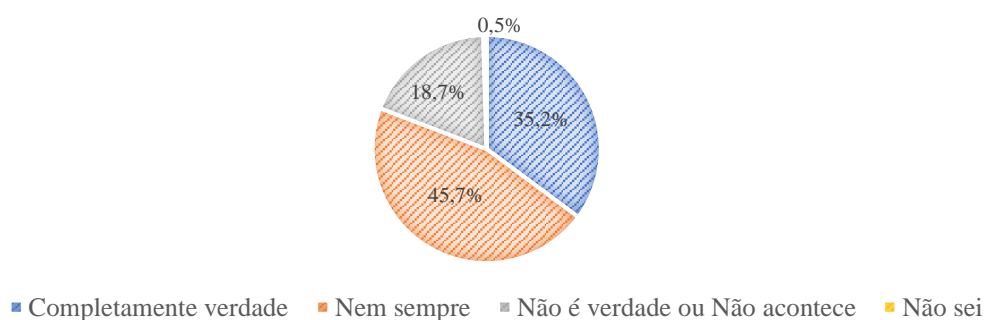


Adaptado do Google Forms

Tendo por base os dados disponibilizados na **Figura 81**, torna-se importante salientar o elevado número de famílias que já utilizou a punição física com as suas crianças, uma vez que 45,7% (N=100) destacou a opção de resposta “nem sempre” e 18,7% (N=41) a opção de resposta “não é verdade ou não se aplica”. Por conseguinte, 35,2% (N=77) dos participantes refere que nunca bateu e apenas 0,5% (N=1) selecionou a opção “não sei”.

Figura 81

Respostas à questão “Eu nunca bati nas minhas crianças”



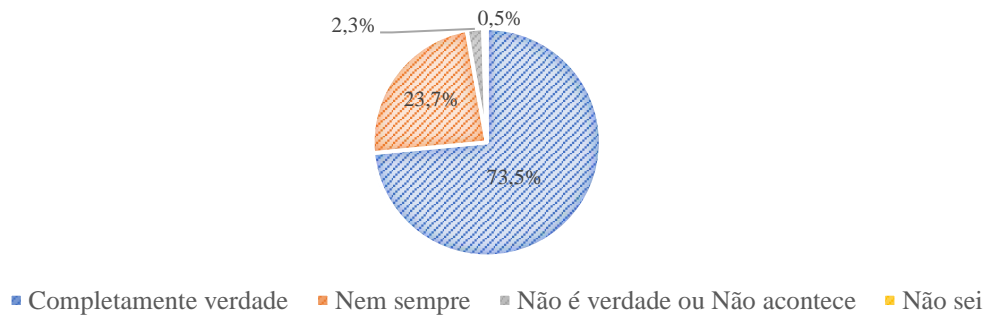
Adaptado do Google Forms

A **Figura 82** permite concluir que a maioria das famílias supervisiona o que as suas crianças assistem na internet, dado que 73,5% (N=161) selecionou a opção de resposta “completamente verdade”. No entanto, importa referir a existência de uma percentagem considerável de famílias que afirmam que nem sempre ou nunca

monitorizam, uma vez que, 23,7% (N=52) respondeu “nem sempre” e 2,3% (N=5) “não é verdade ou não acontece”.

Figura 82

Respostas à questão “Eu costumo acompanhar o que as minhas crianças vêm na internet”



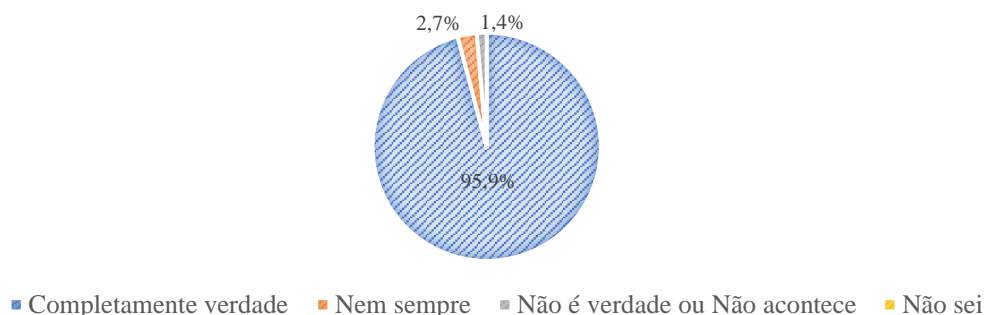
Adaptado do Google Forms

Saúde

Ao analisar os dados patentes na **Figura 83**, verifica-se uma elevada percentagem de participantes (N=210) que afirmam ter levado as suas crianças a todas as consultas de saúde infantil previstas. No entanto, ainda que com menor expressão, importa salientar que 2,7% (N=6) selecionou a opção de resposta “nem sempre” e 1,4% (N=3) a opção “não é verdade ou não acontece”.

Figura 83

Respostas à questão “Eu levei as minhas crianças a todas as consultas de saúde infantil previstas”



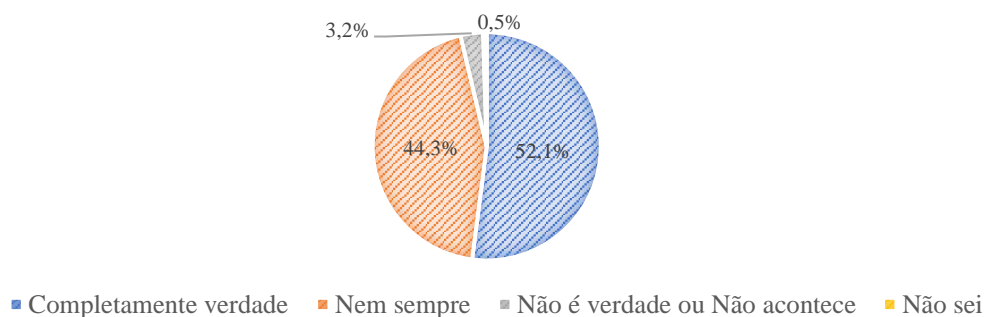
Adaptado do Google Forms

Educação

A **Figura 84** permite concluir que a maioria das famílias, residentes no município de Carregal do Sal, se envolvem e participam nas atividades propostas pela comunidade escolar, uma vez que 52,1% (N=114) selecionou, como resposta à questão, a opção “completamente verdade”. No entanto, importa referir que 44,3% (N=97) afirma que “nem sempre” participa, 3,2% (N=7) salienta “não é verdade ou não acontece” e apenas 0,5% (N=1) não tem qualquer posicionamento relativo à questão colocada.

Figura 84

Respostas à questão “Eu participo nas atividades que a escola abre à participação das famílias”

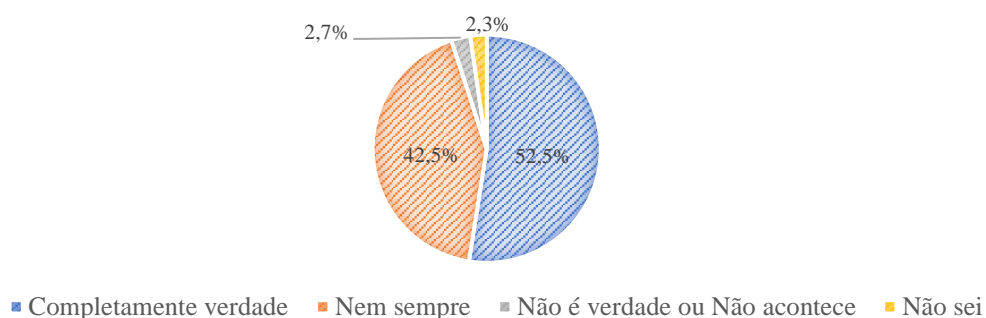


Adaptado do Google Forms

De acordo com a **Figura 85**, verifica-se que a maioria das famílias (N=115) consideram que os professores apoiam as suas crianças. No entanto, 42,5% (N=93) refere que “nem sempre”, 2,7% (N=6) “não é verdade ou não acontece” e 2,3% (N=5) não soube responder à questão colocada.

Figura 85

Respostas à questão “Eu sinto que na escola os/as professores/as apoiam os/as alunos/as individualmente”



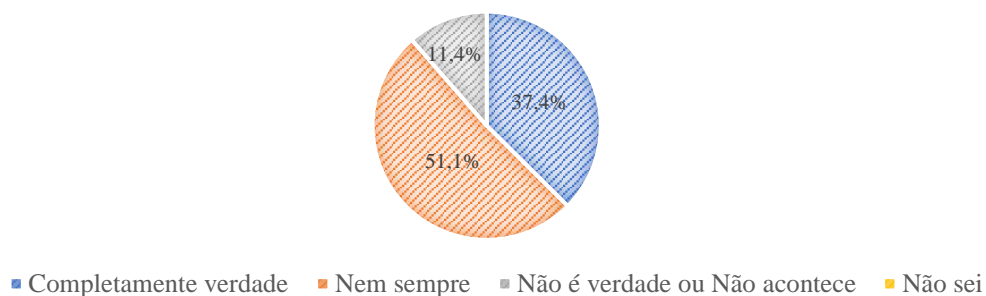
Adaptado do Google Forms

Conciliação entre vida familiar e trabalho

De acordo com a **Figura 86**, a maioria das famílias refere que nem sempre (N=112) ou nunca (N=25) disponibiliza de tempo para exercer os seus compromissos familiares, devido ao horário laboral. No entanto, importa salientar que 37,4% (N=82) das famílias apresentam capacidade, bem como, capacidade para dedicar o seu tempo ao exercício parental.

Figura 86

Respostas à questão “O meu horário de trabalho adapta-se aos meus compromissos familiares enquanto mãe/pai/responsável”



Adaptado do Google Forms

SÍNTESE DO CAPÍTULO 6.3. “PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS NO DIAGNÓSTICO LOCAL DO MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL”:

No que concerne **subcapítulo 6.3.**, torna-se possível evidenciar as seguintes conclusões:

❖ As famílias referem que existem locais apropriados para as suas crianças e jovens brincarem e praticarem desporto.

❖ Verifica-se que a maioria das crianças, segundo a ótica dos seus familiares e cuidadores, não dispõem de tempo extra para se dedicar a passatempos livres. Este dado requer especial atenção dado que, tendo em consideração as faixas etárias em questão, é imprescindível existir uma maior gestão do tempo.

❖ Segundo os dados patentes nos questionários, é notória a boa relação existente entre as crianças/jovens e os seus familiares.

❖ Importa salientar que a maioria das famílias envolve as crianças na tomada de decisão, bem como, que considera que a opinião e os sentimentos das mesmas são relevantes.

❖ Ainda que exista uma elevada percentagem de famílias que alega ter conhecimento, por parte dos meios de comunicação social, dos direitos das crianças, é notório e relevante a percentagem que afirma não ter qualquer conhecimento acerca dos mesmos.

❖ Verifica-se a existência de uma percentagem significativa de participantes que afirmam já ter vivenciado situações em que bateram nas suas crianças, quer no interior das instalações escolares, quer no exterior.

❖ Uma percentagem relevante dos participantes afirma que, quando as suas crianças têm algum problema ou medo, recorrem à sua família para resolver.

❖ Constata-se, ainda, um elevado número de famílias que recorre à punição física com as suas crianças e jovens.

❖ De uma forma generalizada, as famílias controlam e supervisionam o que as crianças assistem na internet.

❖ As famílias são recetivas às atividades propostas pela comunidade escolar dado que, de acordo com a análise dos questionários, foi possível verificar uma elevada envolvimento e participação das mesmas.

❖ Verifica-se uma dificuldade notória, em grande número de pais/cuidadores, de conciliação entre vida profissional e familiar.

6.4. Diagnóstico para Entidades com Intervenção na Infância e Juventude no concelho de Carregal do Sal

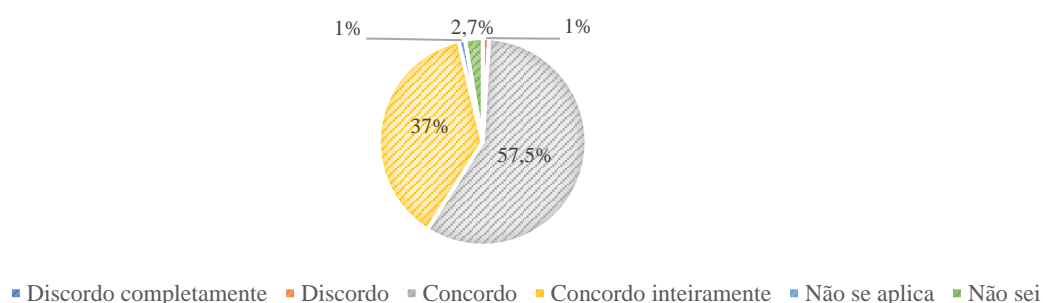
Com o intuito de realizar um autodiagnóstico das entidades de intervenção na infância e juventude do concelho de Carregal do Sal, procedeu-se à aplicação de um questionário composto pelas seguintes áreas: *A Convenção sobre os Direitos da Criança: formação e informação; Participação das crianças; Princípio da não discriminação; Trabalho com as famílias* e, por fim, *Política de proteção*. O presente questionário compreende um total de 37 perguntas com um combinado de possibilidades de resposta, nomeadamente, *discordo completamente, discordo, concordo, concordo inteiramente, não sei e não se aplica*. Face ao exposto, o presente questionário contou com a participação de 73 entidades de intervenção na infância e juventude no qual proceder-se-á, de seguida, à análise dos resultados dos mesmos.

A Convenção sobre os Direitos da Criança: formação e informação

De acordo com a **Figura 87**, torna-se possível averiguar que 57,5% (N=42) dos participantes afirma que a instituição, no qual trabalham, tem subjacente os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança. Neste sentido, e contrariamente ao constatado, 1,4% (N=1) dos participantes discorda da afirmação e 2,7% (N=2) não têm conhecimento relativo à mesma.

Figura 87

Respostas à questão “Os princípios orientadores da Convenção sobre os Direitos da Criança são implementados na instituição”

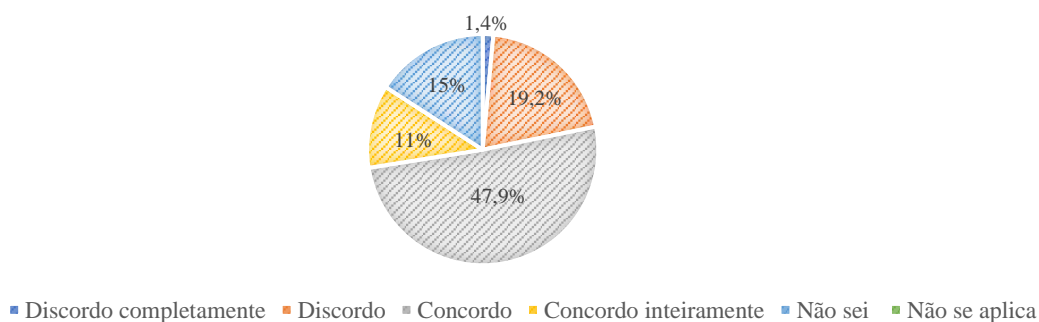


Adaptado do Google Forms

Tendo por base a figura seguinte, verifica-se uma discrepância de resultados face à questão colocada. Neste sentido, ainda que a maioria afirme que os profissionais têm formação suficiente relativa aos direitos das crianças (N=36), salienta-se, enquanto dado preocupante, o elevado número de participantes que discorda (N=14) ou, então, não ter informação relativo ao mencionado (N=15)

Figura 88

Respostas à questão “As/os profissionais têm formação sobre os direitos da criança”

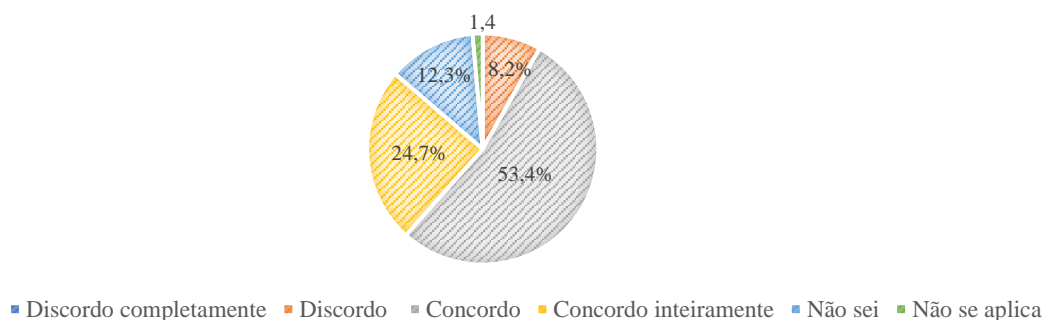


Adaptado do Google Forms

Ainda que as instituições organizem, frequentemente, atividades com as crianças (N=39), acerca dos seus direitos, tal como sugere a **Figura 89**, verifica-se que existe, ainda, um considerável número que selecionou como opção de resposta “discordo” (N=6), “não sei” (N=9) ou “não se aplica” (N=1).

Figura 89

Respostas à questão “A instituição realiza regularmente atividades com as crianças dando-lhes a conhecer os seus direitos”



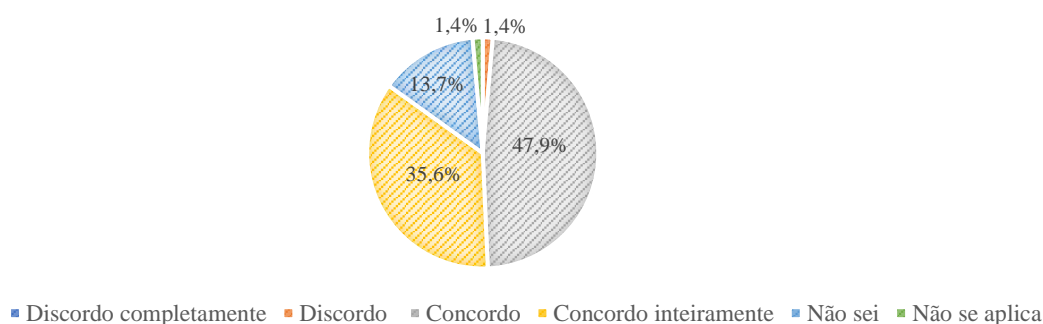
Adaptado do Google Forms

Participação das crianças

Ao analisar os dados patentes na **Figura 90**, verifica-se que as instituições disponibilizam oportunidade para as crianças falarem sobre a sua vida, bem como, sobre as suas perspetivas futuras, dado que 47,9% (N=35) selecionou, como opção de resposta “concordo” e 35,6% (N=26) “concordo inteiramente”.

Figura 90

Respostas à questão “As crianças têm, na instituição, oportunidade de falar sobre a sua vida passada e sobre as suas expectativas de futuro”

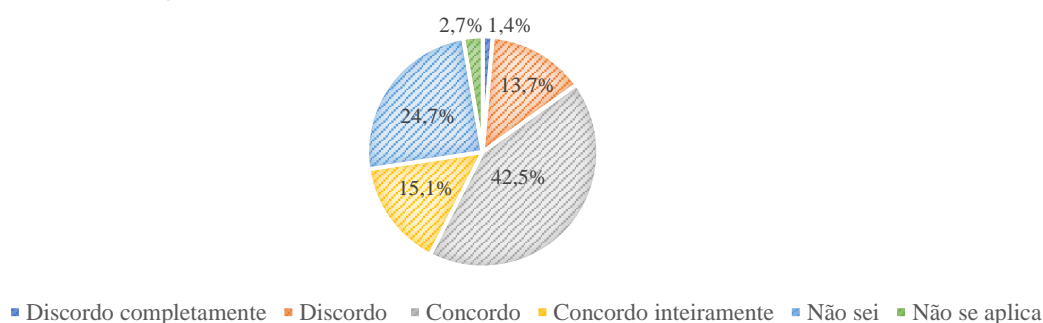


Adaptado do Google Forms

Tendo por base a **Figura 91**, torna-se possível evidência que a maioria das instituições (N=42) envolve as crianças nas tomadas de decisão que se referem a si próprias. No entanto, ainda que apresente uma menor expressão, salienta-se que não o mesmo não ocorre (N=11).

Figura 91

Respostas à questão “As crianças participam nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito”

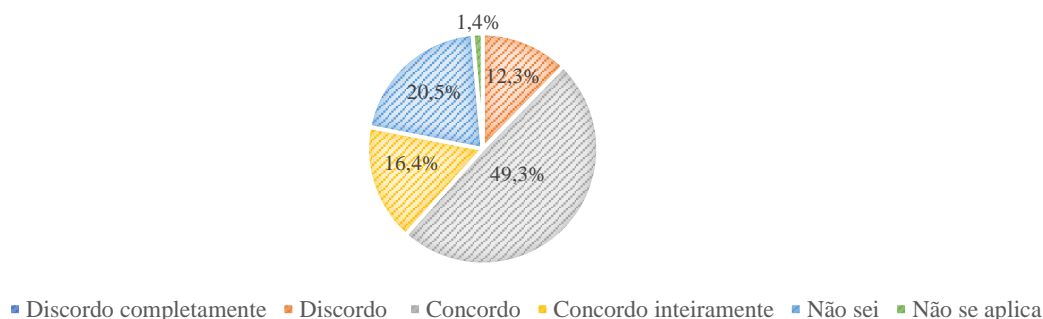


Adaptado do Google Forms

No que concerne ao envolvimento e informação, disponibilizada às crianças, relativo às decisões que as envolvam, verifica-se, de acordo com a **Figura 92**, que 49,3% (N=36) selecionou a opção de resposta “concordo” e 16,4% (N=12) a opção “concordo inteiramente”, em contrapartida a 12,3% (N=9) dos participantes que selecionou a resposta “discordo”.

Figura 92

Respostas à questão “As crianças são informadas sobre a sua situação e sobre como decorrerá o processo de tomada de decisão nas questões que lhe dizem respeito”

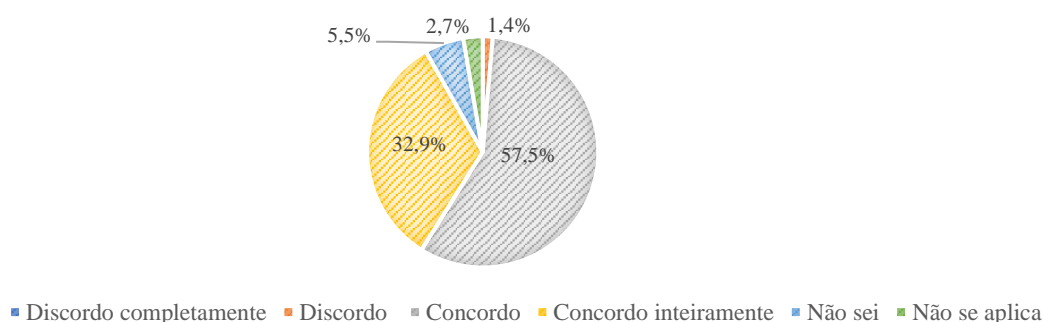


Adaptado do Google Forms

A **Figura 93** sugere que, de acordo com os participantes, as entrevistas/comunicações/conversas são, maioritariamente, realizadas em ambientes adequados, uma vez que 57,5% (N=42) concorda e 32,9% (N=24) concorda inteiramente. Neste sentido, e contrariamente ao verificado, existe uma percentagem que não realiza estas adequações (N=1), colocando em causa a privacidade e proteção das crianças e jovens.

Figura 93

Respostas à questão “As entrevistas/comunicações / conversas com as crianças são feitas em ambiente adequado (por ex. no respeito da sua privacidade, proteção, idade ou outras necessidades)”



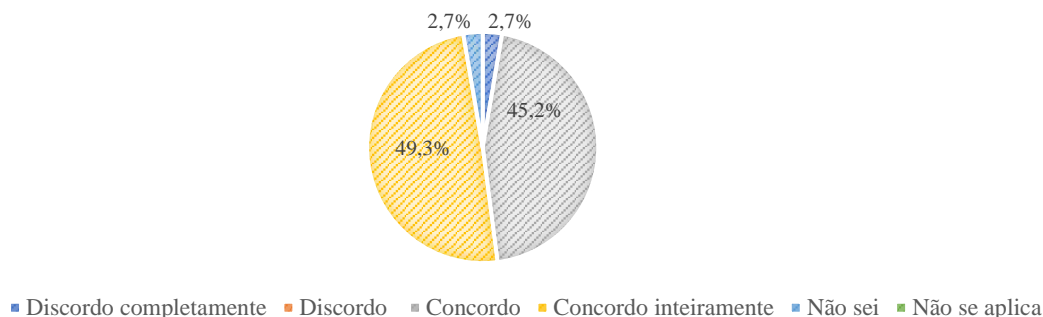
Adaptado do Google Forms

Princípio da não discriminação

De acordo com a **Figura 94**, é notória a prevalência de instituições que exercem o seu exercício profissional com base no princípio/direito da não discriminação. No entanto, importa salientar que 2,7% (N=2) dos participantes refere discordar completamente com a afirmação mencionada.

Figura 94

Respostas à questão “A instituição funciona no respeito pelo princípio / direito da não discriminação”

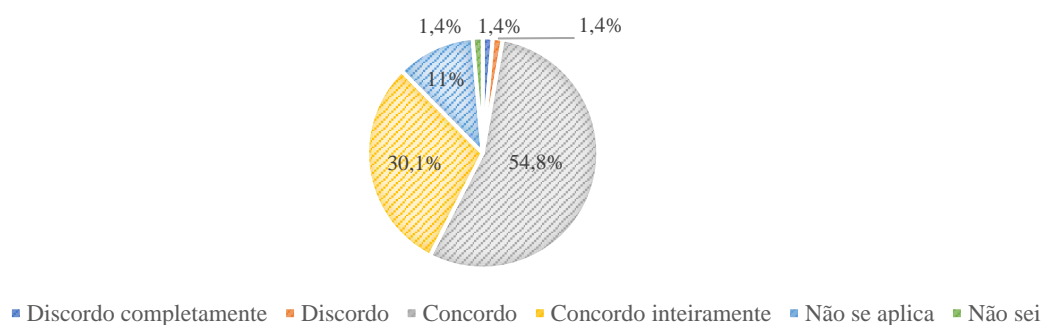


Adaptado do Google Forms

Ao analisar a informação disponibilizada na Figura 95, torna-se possível verificar uma elevada percentagem (N=62) de instituições que acionam medidas positivas dirigidas a grupos em situação de vulnerabilidade e exclusão social. No entanto, ressalva-se que 11% (N=8) não dispõem de conhecimento suficiente e 1,4% (N=1) não concorda com a afirmação.

Figura 95

Respostas à questão “A instituição aciona medidas positivas dirigidas aos grupos mais vulneráveis a processos de exclusão social”



Adaptado do Google Forms

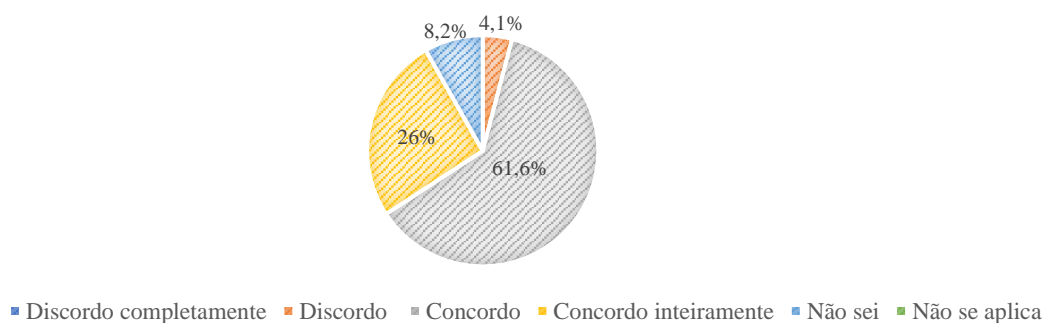
Trabalho com as famílias

De acordo com a Figura 96, verifica-se a existência de um elevado número de instituições (N=64) que conhece o contexto familiar, bem como o contexto social, no

qual as crianças se integram. No entanto, importa referir que 4,1% (N=3) não concorda com a afirmação.

Figura 96

Respostas à questão “A instituição conhece o contexto familiar e social em que se integram as crianças e jovens com quem trabalha diretamente”

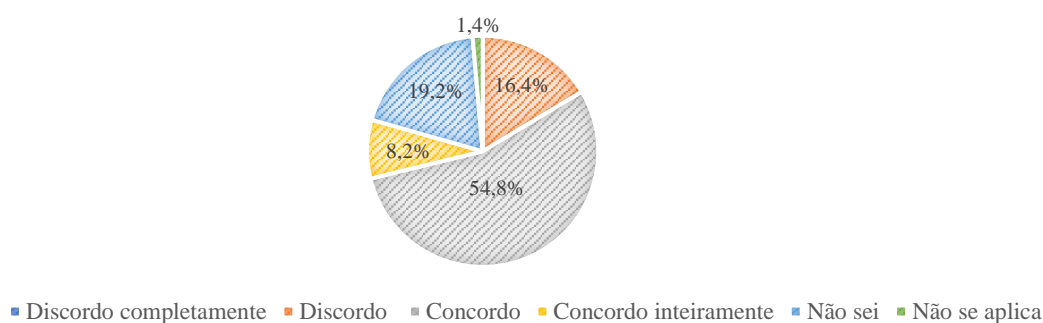


Adaptado do Google Forms

A **Figura 97** permite aferir um elevado envolvimento entre as instituições e o contexto familiar, dado que 54,8% (N=40) e 8,2% (N=6) referem que são dinamizadas, regulamente, ações que permitam o envolvimento entre os mesmos. Em contrapartida ao mencionado, importa referir que 16,4% (N=12) discorda com a afirmação e 19,2% (N=14) não tem conhecimento suficiente relativamente à mesma.

Figura 97

Respostas à questão “A instituição promove regularmente ações que fomentam o envolvimento de pais/mães, famílias em geral, na vida da organização”



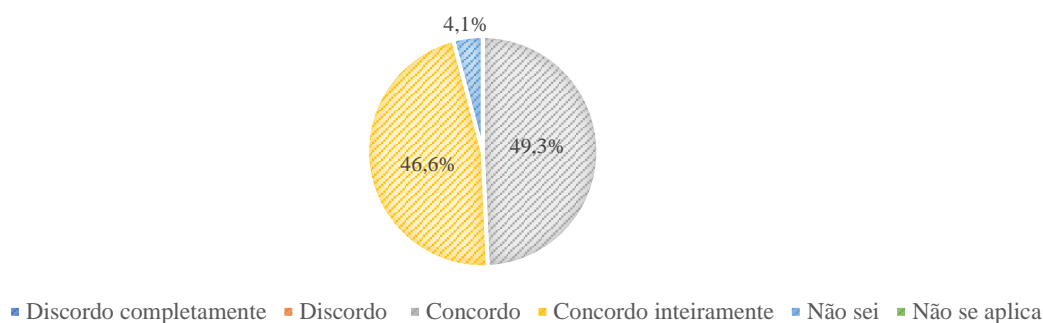
Adaptado do Google Forms

Política de proteção

Tendo por base a **Figura 98**, verifica-se que as instituições promovem um ambiente estável e seguro às suas crianças. Não obstante, e ainda que apresente uma menor expressão, importa salientar que 4,1% (N=3) não refere posicionamento relativo à afirmação em análise.

Figura 98

Respostas à questão “A instituição garante um ambiente seguro para as crianças e/ou jovens”



Adaptado do *Google Forms*

SÍNTESE DO SUBCAPÍTULO 6.4. “DIAGNÓSTICO PARA ENTIDADES COM INTERVENÇÃO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE NO CONCELHO DE CARREGAL DO SAL”:

No que concerne **subcapítulo 6.4.**, torna-se possível evidenciar as seguintes conclusões:

- ❖ As linhas orientadoras da Convenção sobre os Direitos da Criança devem estar subjacentes aos princípios que regem as instituições.
- ❖ Os profissionais devem estar devidamente capacitados, no que se refere aos direitos das crianças.
- ❖ É fundamental que as entidades promovam o conhecimento acerca dos direitos das crianças, através de ações formativas e informativas, bem como atividades com crianças, jovens, famílias e entidades.
- ❖ As instituições devem disponibilizar oportunidade para as crianças falarem sobre a sua vida, bem como, sobre as suas perspetivas futuras.
- ❖ A maioria das instituições em matéria de infância e juventude refere que envolve as crianças nas tomadas de decisão que se referem a si próprias.

❖ As entrevistas/comunicações/conversas são, maioritariamente, realizadas em ambientes adequados às crianças e jovens, no sentido de salvaguardar a sua privacidade e proteção.

❖ É notória a prevalência de instituições que exercem o seu exercício profissional com base no princípio/direito da não discriminação.

❖ Torna-se imperioso que as instituições conheçam o contexto familiar e social no qual os menores se desenvolvem.

Anexo G – Planificação da atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”

Medida: Envolvimento na Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”		
Atividade: Exploração do Conto “A Menina da Trança”		
Tema: Interculturalidade e Diversidade Cultural		
Data: 04 de abril de 2022 07 de abril de 2022	Tempo previsto: 1 hora e 15 minutos	Local: Sede do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu e Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu.
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, em parceria com o Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu.		
Público-alvo: Crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos.		Participantes: Grupo de crianças destinatárias do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu e do Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu.
Objetivo Geral	Consciencializar para a importância da diversidade cultural da e interculturalidade.	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a necessidade de luta pela igualdade e pelos direitos humanos; • Promover o respeito e a aceitação pelas diferentes culturas e etnias; • Estimular o pensamento crítico e o desenvolvimento cognitivo; • Melhorar as capacidades de autoconsciência, autoconfiança e habilidades sociais; • Estimular as capacidades de comunicação em grupo. 	
Descrição da atividade	Em conjunto com a estagiária do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu, que frequenta o Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco da Escola Superior de Educação de Viseu, organizar-se-á uma atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”. Assim, na fase inicial da	

	<p>mesma, será pedido aos/às participantes que definem o conceito de Interculturalidade, a fim de conhecer as diversas perspetivas sobre o tema em estudo. Num momento posterior, dar-se-á a exposição do respetivo conto, mediante um PowerPoint (Anexo H), no qual consta figuras alusivas à história, áudios com as vozes das personagens e momentos de reflexão. Após a fase descrita estar concluída, irá ser realizada uma dinâmica (Anexo I) com as crianças, em que as estagiárias solicitam às mesmas que decalquem as suas mãos pintadas numa cartolina branca e, conseqüentemente, construam/desenhem uma “Árvore da Interculturalidade”. Ademais, os participantes terão de registar, na citada cartolina, uma palavra/frase sobre temática em estudo, a fim de consolidarem as aprendizagens adquiridas no decorrer da atividade. Por fim, aplicar-se-á aos/às destinatários/as um questionário de avaliação da atividade (Anexo J), no sentido de perceber se a ação correspondeu às expetativas dos mesmos.</p>
Recursos humanos	<p>Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Estagiária do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnicos/as do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu; Técnicos/as da Cáritas Diocesana de Viseu.</p>
Recursos materiais	<p>Para a mencionada atividade serão necessários materiais adicionais, tais como: computador; projetor; quatro cartolinas (duas de cor branca e duas de cor castanha); tintas; canetas e o Questionário de avaliação da atividade (Anexo J).</p>
Recursos financeiros	<p>O material necessário para a realização da atividade contém uma estimativa de 1,62€ (quatro cartolinas e impressos).</p>
Avaliação	<p>Questionário de avaliação da atividade (Anexo J).</p>
Observações	

Anexo H – PowerPoint de apresentação relativo à atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”

Diapositivo n.º 1



Diapositivo n.º 2

O que é a interculturalidade?

Diapositivo n.º 3



Diapositivo n.º 4



Diapositivo n.º 5



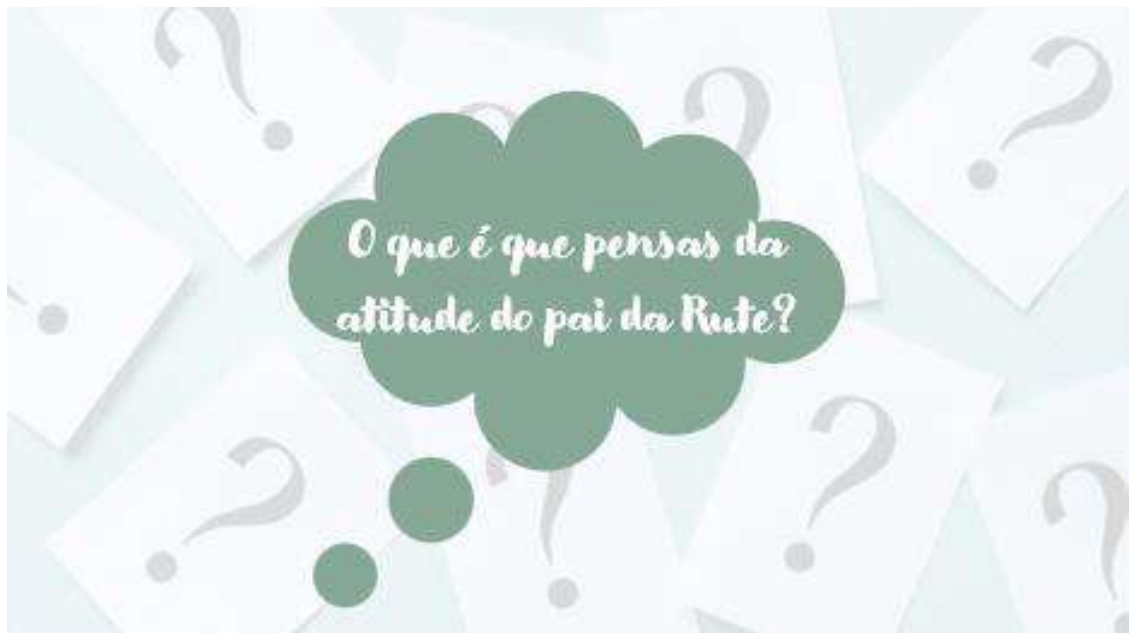
Diapositivo n.º 6



Diapositivo n.º 7



Diapositivo n.º 8



Diapositivo n.º 9



Diapositivo n.º 10



Diapositivo n.º 11



Diapositivo n.º 12



Diapositivo n.º 13



Diapositivo n.º 14



Diapositivo n.º 15



Diapositivo n.º 16



Diapositivo n.º 17



Diapositivo n.º 18



Diapositivo n.º 19

Fim

Diapositivo n.º 20



Diapositivo n.º 21

FICHA TÉCNICA

Título

A Menina da Trança

Atividade

Exploração do Conto “AMenina da Trança”, inserida no calendário do distrito de Viseu da *Semana da Interculturalidade*

Temática abordada

Interculturalidade e Diversidade Cultural Coleção Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão, n.º 1

Participação dos membros dos Conselhos Locais de Cidadãos de Castelo Branco, Santarém e Viseu:

Carla Sofia Tomé, Carlos Gomes, Edgar Campos, Fernanda Sanches, Helena Margarida Nunes, José Belchior Silva, Margarida Jacinto, Mário Duarte, Miguel Sanches, Teresa Canellas, Teresa Vicente, Sofia Póvoa

Vozes

Bruna Gomes, Carla Tomé, Francisco Pereira e Inês Pereira

Organização

Projeto Caminhos E8G (Cáritas Diocesana de Viseu) e Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal

Ilustração

Ana Rita Campos Teixeira

Diapositivo n.º 22

Atividade organizada por:



Anexo I – Planificação da dinâmica “Árvore da Interculturalidade”, integrada na atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”

Medida: Envolvimento na Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”	
Atividade: Dinâmica “Árvore da Interculturalidade”, integrada na atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”	
Tema: Interculturalidade e Diversidade Cultural	
Data: 04 de abril de 2022 07 de abril de 2022	Tempo previsto: 20 minutos
Local: Sede do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu e Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu.	
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, em parceria com o Projetos Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu.	
Público-alvo: Crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos.	Participantes: Grupo de crianças destinatárias do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu e do Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu.
Objetivo Geral	Contribuir para a promoção do respeito pela diversidade cultural.
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a aceitação de diferentes culturas e etnias; • Estimular o pensamento crítico; • Consolidar as aprendizagens adquiridas com a atividade Exploração do Conto “A Menina da Trança”.
Descrição da atividade	No âmbito da atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”, organizar-se-á, em conjunto com a estagiária do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu, que frequenta o Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco da Escola Superior de Educação de Viseu, uma dinâmica final, intitulada “Árvore da Interculturalidade”. Deste modo, numa cartolina branca, na qual consta desenhado um tronco castanho, será pedido aos/às participantes que pintem, com as mais variadas cores, as suas mãos e as decalquem ao longo da cartolina, de modo a perfazer o formato de uma árvore. De seguida, solicitar-se-á aos mesmos que

	descrevam, numa palavra ou frase, o conceito de Interculturalidade, para, num momento posterior, serem anotadas na cartolina branca, junto às mãos coloridas.
Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Estagiária do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnicos/as do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu; Técnicos/as da Cáritas Diocesana de Viseu.
Recursos materiais	Para a mencionada atividade serão necessários materiais adicionais, tais como: quatro cartolinas (duas de cor branca e duas de cor castanha); tintas e canetas.
Recursos financeiros	O material necessário para a realização da dinâmica contém uma estimativa de 0,62€ (quatro cartolinas).
Avaliação	Não aplicável.
Observações	

Anexo J – Questionário de avaliação da atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”

Atividade – Exploração do Conto “A Menina da Trança”
Questionário de Avaliação

04 de abril de 2022 | 07 de abril de 2022

1. Gostaste de participar nesta atividade?



(Sim)



(Mais ou menos)



(Não)

2. No fim desta atividade aprendeste o que é a Interculturalidade?



(Sim)



(Mais ou menos)



(Não)

3. Define numa palavra o que para ti é *Interculturalidade*.

4. Queres deixar uma sugestão para melhorar a atividade? Se sim, qual?

Obrigada pela participação!

Anexo K – Fotografias da dinamização da atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”

Figura 1

Exposição do Conto “A Menina da Trança”, na Sede do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu



Figura 2

Resultado da dinâmica “Árvore da Interculturalidade”, integrada na atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”



Anexo L – Planificação da atividade da sessão online “Tradições e Diversidade”

Medida: Envolvimento na Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”		
Atividade: Sessão Online “Tradições e Diversidade”		
Tema: Diversidade cultural e Cidadania inclusiva		
Data: 07 de abril de 2022	Tempo previsto: 1 hora	Local: A sessão decorrerá online, através da Plataforma Zoom.
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.		
Público-alvo: Instituições associadas e/ou não associadas da EAPN Portugal, provenientes do distrito de Viseu.		Participantes: Destinatários/as do Centro Social Paroquial de Rio de Loba, da Artenave e da Associação de Solidariedade Social da Freguesia de Abravezes; Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu; Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu e Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.
Objetivo Geral	Sensibilizar para uma sociedade intercultural, que tenha presente valores como a inclusão, a solidariedade, a não discriminação e o respeito pela diferença e diversidade.	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o envolvimento das instituições associadas da EAPN Portugal, provenientes de Viseu, e a participação dos respetivos/as destinatários/as; • Identificar a necessidade de uma sociedade mais inclusiva e igualitária; • Reconhecer a importância da prática de valores sociais; • Estimular a diversidade cultural existente no distrito de Viseu. 	
Descrição da atividade	A “Semana da Interculturalidade”, promovida, desde 2014, pela EAPN Portugal, procura, mediante a realização de inúmeras atividades/ações, sensibilizar para a construção de uma sociedade intercultural detentora de valores de solidariedade; da não discriminação pela aparência, etnia, género ou nacionalidade; da	

	<p>igualdade; do respeito pela diferença e pela diversidade; da partilha e da inclusão. A sessão online “Tradições e Diversidade”, integrada no programa da “Semana da Interculturalidade” promovida pela EAPN Portugal, visa que as instituições associadas da entidade, provenientes do distrito de Viseu, exponham, de forma breve e sucinta, um trabalho prévio desenvolvido com os seus clientes, utentes ou destinatários, sobre as tradições locais. Posto o referido, no âmbito do estágio curricular desenvolvido no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, foi proposto, pelo Dr. Tiago Caio (técnico do supracitado Núcleo), a participação da estagiária do Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco da Escola Superior de Educação de Viseu na mencionada sessão, a fim de apresentar a atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança” em colaboração com a Cáritas Diocesana de Viseu, mediante o recurso a um PowerPoint (Anexo M), elaborado previamente.</p>
Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Estagiária do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal;
Recursos materiais	Para a mencionada atividade será necessário, somente, o PowerPoint de apresentação (Anexo M), divulgado online.
Recursos financeiros	O material necessário para a realização da atividade não contém custos financeiros.
Avaliação	Não aplicável.
Observações	

Anexo M – PowerPoint de apresentação relativo à sessão online “Tradições e Diversidade”

Diapositivo n.º 1



Diapositivo n.º 2



Diapositivo n.º 3

1 Calendarização



04 de abril de 2022
07 de abril de 2022




Sede do Projeto Caminhos ESG, Viseu (4 de abril de 2022)
Centro Comunitário de Paradinha, Viseu (7 de abril de 2022)

Exploração do Conto "A Menina da Trança" 3


Diapositivo n.º 4

2 Organização e Público-alvo



Núcleo Distrital de Viseu
(EAPN Portugal)

Projeto Caminhos ESG
(Cáritas Diocesana de Viseu)



Crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos
do Projeto Caminhos ESG e do Centro Comunitário de Paradinha.

Exploração do Conto "A Menina da Trança" 4

Diapositivo n.º 5

3 Objetivos

Objetivo Geral

Contribuir para a consciencialização da importância da diversidade e interculturalidade

Objetivos Específicos

- Compreender a importância da igualdade e dos direitos humanos;
- Promover o respeito e a aceitação de diferentes culturas e etnias;
- Promover o pensamento crítico;
- Melhorar as capacidades de autoconsciência, autoconfiança e habilidades sociais.

Diapositivo n.º 6

4 Desenvolvimento da atividade

Fase 1

Definição de **Interculturalidade**



conhecer as diferentes perspetivas acerca do tema

Diapositivo n.º 7



Exploração do Conto "A Menina da Trança"

7

Diapositivo n.º 8

4 Desenvolvimento da atividade

Fase 2

Exploração do conto com recurso a um *PowerPoint*

- Questões colocadas:**
1. Como é que te sentes em relação à escola?
 2. O que é que pensas da atitude do pai da Rute?
 3. Como te sentirias no lugar da Rute?
 4. Porque é que achas que o pai da Rute está a agir desta forma?
 5. Qual a mensagem da história?

Exploração do Conto "A Menina da Trança"

8

Diapositivo n.º 9



Diapositivo n.º 10

4 Desenvolvimento da atividade

Fase 3

Dinâmica “Árvore da Interculturalidade”

↳ consciencializar para a importância da diversidade cultural

Diapositivo n.º 11



Exploração do Conto "A Menina da Trança"

11

Diapositivo n.º 12

Atividade organizada por:



Exploração do Conto "A Menina da Trança"

12

Anexo N – Planificação da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”

Medida: Envolvimento na Campanha Nacional de Sensibilização “Despir os Preconceitos, Vestir a Inclusão”		
Atividade: “As diferenças que nos tornam iguais”		
Tema: Inclusão Social		
Data: 7 e 8 de junho de 2022	Tempo previsto: 45 minutos	Local: Escola Básica Aquilino Ribeiro
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal		
Público-alvo: Crianças que frequentam a Escola Básica Aquilino Ribeiro		Participantes: Alunos do 3.º e 4.º ano da Escola Básica Aquilino Ribeiro
Objetivo Geral	Contribuir para uma sociedade inclusiva e tolerante.	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Clarificar o conceito de Inclusão Social; • Promover o respeito e a tolerância pelos outros; • Consciencializar para a importância de uma sociedade mais tolerante e inclusiva; • Estimular a capacidade de comunicação e de reflexão em grupo. 	
Descrição da atividade	<p>No âmbito da Campanha “Despir os Preconceitos; Vestir a Inclusão”, a estagiária procedeu à organização de uma atividade relativa à temática da “Inclusão Social”. Assim, de forma a dar início à atividade, distribuem-se os Questionários de Avaliação Inicial (Anexo O), de forma a compreender quais os conhecimentos que os participantes detêm sobre o tema. Pretende-se, desta forma, que as crianças participantes façam a correspondência das palavras que, na sua perspetiva, se relacionam com o termo “inclusão”. Concluída a tarefa, a estagiária questiona os participantes relativamente às palavras assinaladas, com o intuito de perceber qual o conhecimento e a compreensão que os mesmos detêm. De seguida, procede-se à divisão da turma, em pequenos grupos (entre cinco e seis elementos cada), bem como, à disposição das cadeiras em círculo, sendo que a quantidade das mesmas deverá ter um número inferior ao número</p>	

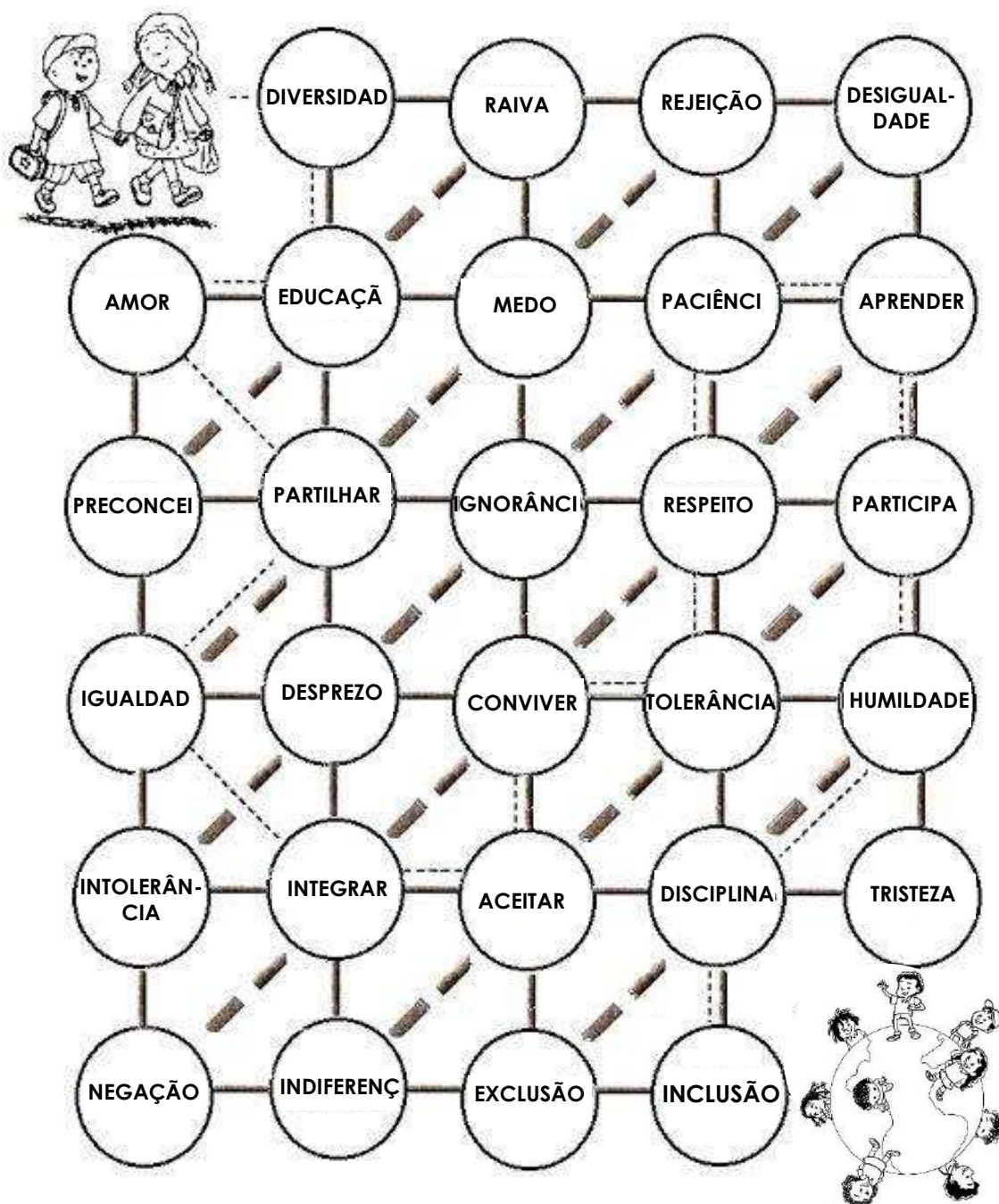
	<p>de elementos por grupo. Organizada a sala, inicia-se o “Jogo das Cadeiras”, no qual se pretende que as crianças circulem em torno das mesmas, à medida que ouvem a música (colocada previamente), no entanto, quando a mesma é colocada em pausa, os participantes devem procurar, o mais rápido possível, uma cadeira para se sentarem. Os elementos que não se conseguem sentar, saem do jogo, sendo retirada, também, uma cadeira do círculo. O jogo repete-se ao longo de várias rondas, até ao momento em que apenas um elemento do grupo conseguir alcançar a cadeira. Terminada a dinâmica, as crianças retomam os seus lugares iniciais, de forma a dar início à reflexão em grupo, no qual se pretende que os participantes compreendam que o “Jogo da Cadeira” representa uma forma de exclusão. Após o momento de debate, aplicar-se-á aos/às destinatários/as um questionário de avaliação da atividade (Anexo P), no sentido de perceber se esta correspondeu às expetativas dos mesmos, bem como se a atividade facilitou a compreensão dos conceitos abordados. Por fim, distribui-se um recurso alusivo ao tema (Anexo Q).</p>
Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal e o Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.
Recursos materiais	Os recursos materiais necessários para a operacionalização da atividade são: computador; colunas de som; cadeiras; lápis de cor; caneta de tinta azul e/ou preta; Questionário de Avaliação Inicial (Anexo O); Questionário de Avaliação da Atividade (Anexo P) e, por fim, folha A5 “As diferenças que nos tornam iguais” (Anexo Q).
Recursos financeiros	O material necessário para a realização da atividade contém uma estimativa 2,60€
Avaliação	Questionário de Avaliação Inicial (Anexo O); Questionário de Avaliação da Atividade (Anexo P).
Observações	

Anexo O – Questionário de avaliação inicial da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”

Atividade – “As diferenças que nos tornam iguais”

Questionário de Avaliação Inicial

Segue e pinta os pontos para ajudares as crianças a encontrar a **inclusão**.



Anexo P – Questionário de avaliação final da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”

Atividade – “As diferenças que nos tornam iguais”

Questionário de Avaliação Final

7 de junho de 2022

5. Gostaste de participar na atividade?



Sim

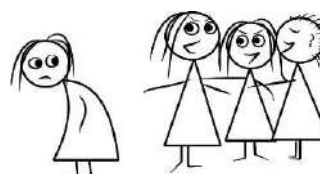


Mais ou menos



Não

6. Para ti, qual destas imagens representa a **INCLUSÃO**?



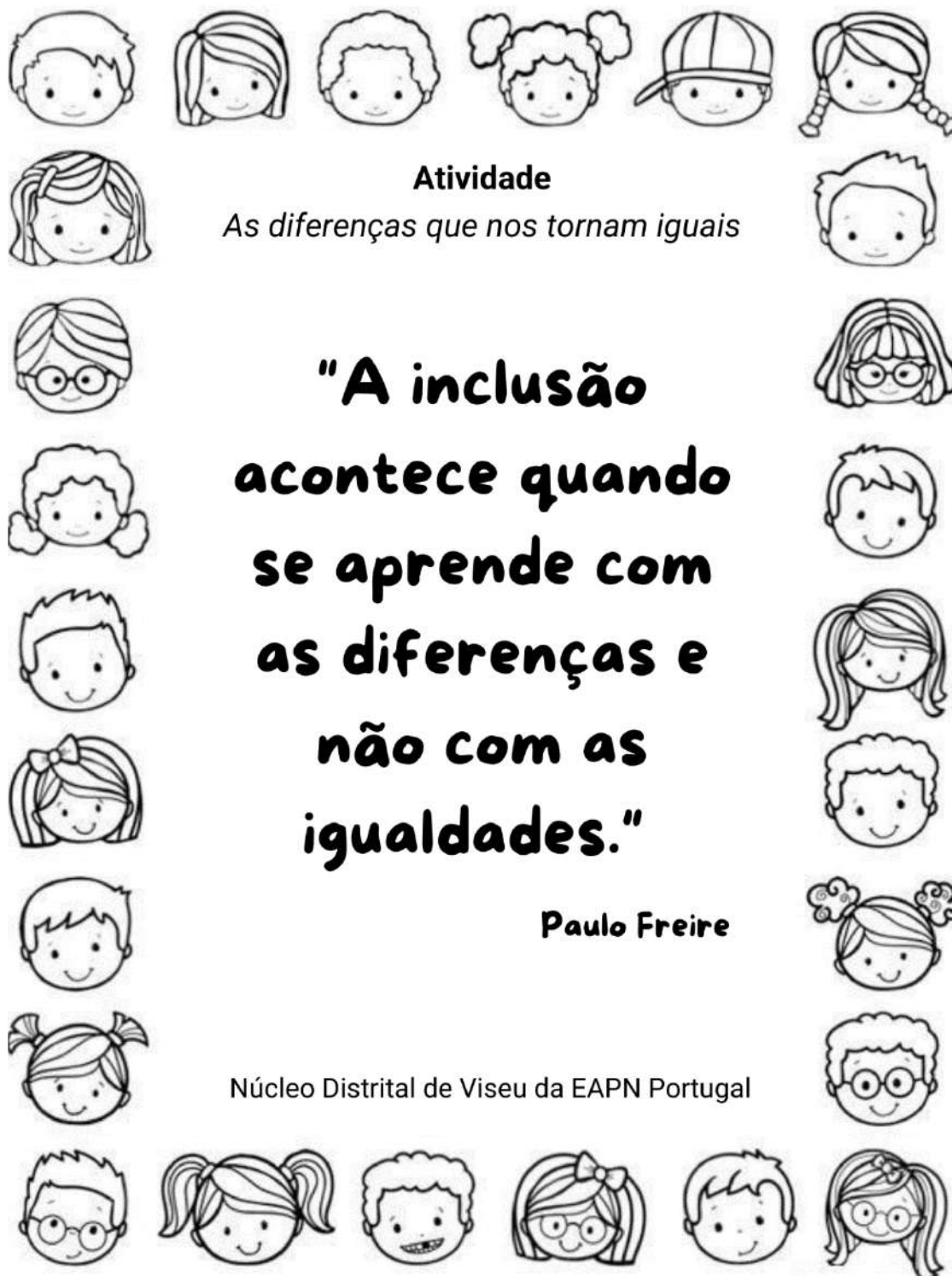
Justifica a tua resposta.

7. Queres deixar uma sugestão para melhorar a atividade? Se sim, qual?

Obrigada pela participação!



Anexo Q – Recurso facultado às crianças na atividade “As diferenças que nos tornam iguais”



Atividade
As diferenças que nos tornam iguais

**"A inclusão
acontece quando
se aprende com
as diferenças e
não com as
igualdades."**

Paulo Freire

Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal

Anexo R – Fotografias da dinamização da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”

Figura 1

Dinamização da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”



Figura 2

Dinamização do “Jogo das cadeiras”



Anexo S – Planificação da atividade “Jogo dos Direitos”

Medida: Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”		
Atividade: “Jogo dos Direitos”		
Tema: Direitos Humanos e Direitos das Crianças		
Data: 24 de fevereiro de 2022	Tempo previsto: 1 hora	Local: Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu.
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.		
Público-alvo: Crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos.		Participantes: Grupo de crianças destinatárias do Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu.
Objetivo Geral	Conhecer e compreender, de forma lúdica, os direitos e deveres das crianças.	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o pensamento reflexivo, aliado a padrões de ética e de justiça social, sobre questões permanentes na sociedade; • Estimular o pensamento crítico; • Desenvolver competências no domínio dos valores e dos comportamentos associados à cidadania; • Estimular as capacidades de comunicação e reflexão em grupo. 	
Descrição da atividade	<p>No âmbito do estágio curricular, desenvolvido no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, foi proposto à estagiária a implementação de um jogo pedagógico – “Jogo dos Direitos” –, promovido pelo Núcleo Distrital de Braga da mencionada entidade. Neste sentido, com o tabuleiro (Anexo T) colocado na mesa, visível a todos os participantes, a estagiária procede à leitura e explicação das regras do jogo (Anexo U), assim como à finalidade dos Cartões “Surpresa” (Anexo V) e dos Cartões das perguntas (Anexo W). Ademais, os destinatários serão informados do Glossário de apoio (Anexo X), que poderão recorrer sempre que considerem necessário. Após a finalização do jogo, procede-se à avaliação da referida atividade que será efetuada mediante o preenchimento do</p>	

	questionário (Anexo Y), pela estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.
Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnicos/as do Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu.
Recursos materiais	Para a mencionada atividade serão necessários os seguintes materiais: 6 Peões; 1 Dado; Tabuleiro do “Jogo dos Direitos” (Anexo T); Regras do Jogo (Anexo U); Cartões “Surpresa” (Anexo V); Cartões de perguntas (Anexo W); Glossário de apoio ao “Jogo dos Direitos” (Anexo X) e o Questionário de avaliação da atividade (Anexo Y).
Recursos financeiros	O material necessário para a realização da atividade não contém custos financeiros.
Avaliação	Questionário de avaliação (Anexo Y), a ser preenchido pela estagiária.
Observações	

Anexo U – Regras da atividade “Jogo dos Direitos”



O Jogo dos Direitos resulta de um trabalho desenvolvido no âmbito do grupo de trabalho interconcelhio Infância e Juventude promovido pela EAPN Portugal/ Núcleo Distrital de Braga.

Envolveu na sua construção a participação de cerca de 50 crianças, através da intervenção das entidades parceiras, e visa informar e ensinar os mais novos sobre os seus direitos e deveres, de forma lúdica e divertida.

A sua elaboração baseou-se principalmente na Convenção sobre os Direitos da Criança, mas também na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Idade: a partir dos 6 anos

Nº de Jogadores/as: 2 a 6 jogadores/as ou equipas

Materiais:

Tabuleiro

88 Cartões de perguntas

14 Cartões “surpresa”

6 Peões

1 Dado

Para Consulta (Facultativo)

Publicação da ONU, Convenção sobre os Direitos da Criança

<https://www.unhcr.org/html/portuguese/humanrights/Crianca.pdf>

Publicação da ONU, Declaração Universal dos Direitos Humanos

http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf

REGRAS DO JOGO:

Nota: Aconselha-se que este jogo seja mediado por um/a adulto/a, pelo menos nas primeiras vezes que as crianças o jogarem.

Primeiro os/as jogadores/as ou equipas devem lançar o dado para saber a ordem de saída. Os jogadores/as dispõem-se conforme a pontuação mais alta, e inicia-se o jogo na casa de Partida, com o lançamento do dado.

O número que sair no dado, lançado por cada jogador/a ou equipa, indica o número de casas que ele/ela deve avançar com o peão, no tabuleiro.

Nas casas “cartão”, cada jogador/a ou equipa responde a uma das perguntas, que devem estar previamente baralhadas. As perguntas são lidas por um/a Jogador/a da equipa adversária.

Se a resposta estiver errada, passa a sua vez de jogar.

Se acertar na resposta, continua a jogar até um máximo de três vezes e a seguir passa a vez.

No entanto, há casas “surpresa” que lançam desafios, descritos nos respetivos cartões, que têm de ser ultrapassados e que vão modificar a velocidade a que se avança no tabuleiro.

As casas “surpresa” são aquelas que têm desenhos. As restantes são casas “cartão”.

Vence quem chegar primeiro à casa 54.

Avisos:



Não apropriado para crianças com menos de 3 anos de idade.



Anexo V – Cartões surpresa da atividade “Jogo dos Direitos”



**Casa Vencedora
Avança 2 casas**



Avança 1 casa



**Casa da Partilha
Passa a tua vez!**



**Caíste no poço
Recua 3 casas**



**Não puseste
protetor solar
Recua 2 casas**



**Passaste a ponte
Avança 1 casa**



**Cuidado com
a armadilha!**



**Caíste na
armadilha!
Volta à casa
de Partida**



**Vitória à vista
Avança 2 casas**



**Perdeste o barco
Recua 5 casas**



**Casa da Sabedoria
Se acertares na
resposta avança
para a vitória!**



**Anda 10 segundos
a pé-coxinho**



**Ajuda o/a colega
a dar 10 passos
de olhos fechados**



**Dá um abraço
ao/a colega da
esquerda**

Anexo W – Cartões de perguntas da atividade “Jogo dos Direitos”

<p>A Inês vive numa casa de acolhimento. Tem direito a ver os seus pais?</p>  <p>a) Não, porque o tribunal não o permite b) Sim, desde que essa visita não a coloque em perigo nem prejudique a sua estabilidade emocional c) Sim, porque os pais têm direito a ver os/as filhos/as</p> <p><small>Resposta: b. As crianças que vivem em casas de acolhimento têm direito a ver os seus pais com regularidade, exceto se isso se tornar necessário para a sua segurança, bem-estar ou a de outros indivíduos (Artigo 9.º, n.º 3 da Convenção dos Direitos da Criança).</small></p>	<p>Se uma criança não conhecer a sua família, ela tem direito a ser informada sobre ela?</p>  <p>a) Sim, a criança tem direito a ser informada sobre os seus pais biológicos/família, exceto se tal não for do seu interesse b) Não, porque a sua família biológica não soube cuidar dela c) Não, porque já foi adotada por outra família</p> <p><small>Resposta: a. A criança tem direito a ser informada e a saber quem são os seus pais, exceto se isso a prejudicar ou não for do seu interesse (Artigos 13.º, n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).</small></p>
<p>O Manuel vê mal e há pouco tempo foi contra um poste que estava no meio do passeio. Nesta situação, achas que há algum direito que esteja a ser desrespeitado?</p>  <p>a) Sim, o direito à vida b) Sim, o direito às condições de acessibilidade c) Não, nenhum direito está a ser desrespeitado</p> <p><small>Resposta: b. As crianças com deficiência têm direito a condições especiais, educação e formação e condições de acessibilidade para terem uma vida com autonomia, participar na sociedade e serem felizes (Artigo 23.º da Convenção dos Direitos da Criança).</small></p>	<p>As crianças com necessidades educativas especiais têm os mesmos direitos que as outras crianças?</p>  <p>a) Não, porque há muitas coisas que não conseguem fazer b) Sim. Todas as crianças têm os mesmos direitos independentemente das suas características físicas e mentais, raça, etnia, religião ou sexo c) Não, porque isso não seria justo</p> <p><small>Resposta: b. Todas as crianças têm os mesmos direitos, independentemente das suas características ou condições mentais e físicas. As crianças com Necessidades Educativas Especiais têm direito a cuidados e apoio, educação e formação para poderem viver com dignidade e serem felizes (Artigos 2.º, n.º 1 e 23.º, n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).</small></p>
<p>As crianças têm direito a participar em qualquer Associação ou grupo de que gostem?</p>  <p>a) Sim, porque vivemos numa sociedade que promove o direito à liberdade de associação b) Não, porque são os pais que decidem o que é melhor para os/as filhos/as, sem terem em conta os seus gostos c) Sim, porque as crianças podem fazer tudo o que quiserem</p> <p><small>Resposta: a. As crianças têm o direito de participar em associações, de acordo com a sua idade e maturidade e com o consentimento dos pais (Artigos 12.º, n.º 1 e 15.º, n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).</small></p>	<p>Quando é que se pode começar a trabalhar?</p>  <p>a) Quando se quiser b) Quando os pais ou responsáveis o permitirem c) Quando se tiver a idade mínima para trabalhar num determinado país</p> <p><small>Resposta: c. A idade mínima para trabalhar varia de país para país porque é definida pelos Estados. Os Estados devem criar leis próprias sobre as condições de trabalho e definir quando a lei não é respeitada (Artigo 32.º, n.º 2 da Convenção dos Direitos da Criança).</small></p>
<p>Todos os dias, o Pedro de 11 anos, depois da escola, ajuda os pais a servir jantares no restaurante da família, até altas horas da noite. Os pais devem obrigá-lo?</p>  <p>a) Sim. Se os pais mandam, ele tem de fazer b) Não, porque ele é uma criança, tem direito a descansar e não pode fazer o trabalho de um adulto que seria pago para isso c) Sim, para o ensinar como a vida é dura</p> <p><small>Resposta: b. Todas as crianças têm o direito de ser protegidas contra a exploração no trabalho que põe em perigo a sua saúde, educação e desenvolvimento. Também têm direito a tempos livres, a brincar e a descansar (Artigos 31.º, n.º 1 e 32.º, n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).</small></p>	<p>A Clara pode dizer o que pensa no tribunal quanto à sua permanência na instituição onde vive?</p>  <p>a) Não tem direito a ser ouvida porque é ainda uma criança b) Sim, tem direito a ser ouvida quando tiver 12 ou mais anos, ou com idade inferior se o tribunal considerar que tem capacidade para compreender o que se está a passar c) Não querem ouvir o que ela pensa porque ela falta às aulas</p> <p><small>Resposta: b. A criança tem o direito de dar a sua opinião sobre assuntos que lhe dizem respeito e de ver a sua opinião tida em conta pelos/as adultos/as, de acordo com a sua idade e maturidade (Artigo 12.º, n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).</small></p>

Em qual destas situações parece existir discriminação?

9 

- a) O João, embora não goste, é sempre o último a ser escolhido pelos/as colegas, quando formam grupos nas aulas de Educação Física
- b) A Joana passa muitos intervalos sozinha na escola, por opção
- c) O Tiago, que é cego, tem o apoio da Sara enquanto guia, na prova de atletismo da Escola

Resposta: a. Nenhuma criança deve ser discriminada por causa da sua raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, ou quaisquer outras características físicas ou mentais. Todas as crianças têm direito a proteção contra atos de discriminação (Artigo 2.º e 1.º da Convenção dos Direitos da Criança).

Se fores vítima de violência ou de maus-tratos pelos/as teus/tuas colegas, deves:

10 

- a) Contar aos pais e/ou aos/as professores/as e pedir ajuda
- b) Aceitar porque deves estar a merecer
- c) Ignorar porque só foi uma vez

Resposta: a. Cabe aos pais a principal responsabilidade de educar os/as filhos/as. Todas as crianças têm o direito de ser protegidas pela família e pela escola contra atos de violência e maus-tratos por parte de colegas ou de outras pessoas (Artigos 18.º, 1.º e 19.º e 1.º da Convenção dos Direitos da Criança).

Em qual das situações é respeitado o direito à liberdade de opinião e de expressão?

11 

- a) O Martim tem o sonho de ser bailarino, mas a família não concorda com a sua opinião, e por isso não o deixa aprender a dançar
- b) A Maria, que adora futebol, foi eleita capitã da Seleção Júnior, e os seus pais deram-lhe os parabéns
- c) O Luís gostava muito de estudar informática, mas os seus pais inscreveram-no num curso de Letras, sem o consultar

Resposta: b. A criança tem o direito de dar livremente a sua opinião sobre assuntos que lhe dizem respeito e de ver a sua opinião tida em conta, de acordo com a sua idade e maturidade (Artigo 12.º e 1.º da Convenção dos Direitos da Criança).

Quando é que as crianças podem ser retiradas da sua família?

12 

- a) Quando se portam mal na escola
- b) Quando os pais estão separados
- c) Quando não estão a ser bem tratadas e cuidadas pela família

Resposta: c. As crianças têm o direito de viver com os seus pais. No entanto, se os pais não sabem cuidar bem dos/as filhos/as, o Estado vai protegê-los/as e ajudar os pais a educar e a cuidar deles/as (Artigos 9.º, 9.º, 1.º, 27.º e 27.º e 3 da Convenção dos Direitos da Criança).

Em qual destas situações a criança não está a ser aceite e respeitada tal como é?

13 

- a) A Teresa é negra, nasceu em Portugal mas os seus pais são de Cabo Verde, e na semana passada a sua lista para a Associação de Estudantes venceu as eleições na Escola
- b) A Rita mudou-se, há pouco tempo, da Turquia para Portugal e foi convidada a integrar o clube de Atletismo da cidade
- c) O Luís anda em cadeira de rodas e, embora gostasse muito, não o deixam participar em todas as atividades do Grupo de Escuteiros porque acham que ele não é capaz

Resposta: c. Nenhuma criança deve ser discriminada por causa das suas características físicas. Todas as crianças têm direito a proteção contra atos de discriminação (Artigo 2.º e 1.º da Convenção dos Direitos da Criança).

Os direitos humanos incluem:

14 

- a) Acesso a aparelhos eletrónicos como computadores, tablets e telemóveis
- b) Férias, liberdade, dinheiro e acesso à saúde
- c) Vida, liberdade, respeito, segurança, acesso à saúde, à educação e à cultura

Resposta: c. Os Direitos humanos incluem os direitos, liberdades e garantias (como por exemplo o direito à liberdade e à segurança, a integridade física e moral, a propriedade privada, a participação política e a liberdade de expressão) e os direitos e deveres económicos, sociais e culturais (como por exemplo, o direito à educação, à saúde, ao trabalho, à habitação, à cultura, à segurança social, ao ambiente e à qualidade de vida). (Artigos 3.º, 25.º, 26.º e 27.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

O que são os direitos humanos?

15 

- a) Os Direitos Humanos são direitos políticos que ninguém respeita
- b) Os Direitos Humanos são os direitos de todos os seres humanos
- c) Os Direitos Humanos representam a discriminação a todas as pessoas

Resposta: b. Os Direitos humanos são os direitos e liberdades e garantias de todas as pessoas. São direitos civis e políticos, direitos económicos, sociais e culturais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Das seguintes frases, qual respeita os Direitos Humanos?

16 

- a) A liberdade e a igualdade em dignidade e em direitos só dizem respeito aos países da Europa
- b) Os direitos à vida, à liberdade e à segurança não são iguais para todas as pessoas
- c) A escravatura e a servidão são proibidas

Resposta: c. Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. A escravatura e a servidão são completamente proibidas (Artigos 1.º e 4.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

A discriminação significa:

17

- a) Ato de colocar algo ou alguém de parte, injuriar e humilhar
- b) Atitude de quem é racista
- c) Atitude normal na sociedade



Resposta: a. A discriminação é o ato de humilhar e colocar a alguém de parte, e por isso não deve ser praticada. Todas as pessoas têm direito a proteção contra atitudes de discriminação (Artigos 2º e 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

O Direito Internacional dos Direitos Humanos surgiu:

18

- a) Após a II Guerra Mundial, depois da associação, por parte das Nações Unidas, entre o conceito de paz internacional e respeito pelos direitos do homem
- b) Antes da II Guerra Mundial
- c) Após a Revolução Francesa

Resposta: a. Após a II Guerra Mundial (1939-1945) foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU) para estabelecer e manter a paz no mundo. Foi através da Carta das Nações Unidas, assinada a 20 de Junho de 1945, que os povos exprimitam a importância de proteger as gerações futuras da guerra e proclamar os direitos fundamentais do Homem.

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, são deveres de um cidadão português:

19

- a) Gastar dinheiro apenas quando é preciso
- b) Cuidar e preservar o património e o ambiente
- c) Dar banho aos animais de estimação



Resposta: b. Todas as pessoas têm o dever de contribuir para o bem-estar da comunidade, preservar o património, proteger o ambiente e a natureza (Artigo 29º n.º 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Das seguintes afirmações, qual respeita a Convenção dos Direitos da Criança?

20

- a) Todas as crianças têm direito a dar a sua opinião, mesmo que ofendam os outros
- b) Todas as crianças têm direito à vida e à liberdade
- c) Todas as crianças têm o direito de fazer barulho à noite

Resposta: b. Todas as pessoas, inclusive as crianças, têm o direito à vida e à liberdade. Ninguém pode ser preso ou detido de forma ilegal (Artigos 3º e 9º da Declaração Universal dos Direitos Humanos Artigos 6 n.º 1 e 37 b. da Convenção dos Direitos da Criança).

Na aula de história, o João disse, de forma educada, que não gostava do Presidente da República de um dado país. O Professor não gostou e expulsou-o da sala de aula. Qual o direito que achas que está a ser desrespeitado?

21

- a) O direito à liberdade
- b) O direito à não discriminação
- c) O direito à liberdade de opinião e expressão



Resposta: c. As crianças têm o direito de exprimir a sua opinião, desde que respeitem também as opiniões e os direitos das outras pessoas (Artigo 13 da Convenção dos Direitos da Criança).

Das seguintes frases, qual a correta?

22

- a) Todas as crianças têm direito a uma nacionalidade
- b) Todas as crianças podem ser portuguesas
- c) Nenhuma criança pode ter nacionalidade, quem tem são os pais

Resposta: a. Toda a criança tem o direito a uma nacionalidade (Artigo 7 n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

A Maria ficou com febre e foi ao médico, mas achou que não foi bem atendida. Questionou-se se a tinham tratado de forma diferente porque a sua família é cigana, o que para ela não estava correto... Porquê?

23

- a) Só porque estava com febre
- b) Porque sentiu que se a sua família tivesse mais dinheiro, tudo seria mais fácil
- c) Porque sabe que todas as pessoas têm os mesmos direitos no acesso aos serviços de saúde, sem distinção de nacionalidade ou etnia



Resposta: c. Todas as crianças devem ser protegidas contra atitudes de discriminação, independentemente da sua nacionalidade ou etnia. Todas têm os mesmos direitos no acesso aos serviços de saúde (Artigos 2 n.º 1; 24 n.º 1; 30 da Convenção dos Direitos da Criança).

Um menino nasceu e, quando fez 6 anos, foi para a escola. Mas o professor não sabia o seu nome, porque ele não tinha. Chamavam-no só de "Menino". O professor ficou muito preocupado porque:

24

- a) "Menino" é um nome feio
- b) Como é o primeiro filho da família, deve ficar com o nome do pai
- c) Todas as crianças têm direito a um nome

Resposta: c. Todas as crianças têm direito a um nome desde o nascimento (Artigo 7 n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

A Inês tem 8 anos e estuda no 3º ano. Os pais dela vivem com muitas dificuldades económicas e querem que a Inês tenha um futuro melhor. O que deve ela fazer?

25

- a) Arranjar um emprego porque já tem idade para trabalhar
- b) Pedir dinheiro emprestado aos amigos e às amigas
- c) Aplicar-se nos estudos

Resposta: c. Todas as crianças têm direito à Educação para aprender, desenvolver as suas capacidades e garantir o seu futuro e devem ser protegidas contra a exploração no trabalho que põe em perigo a sua saúde, educação e desenvolvimento (Artigos 28 n.º 1 e 32 n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

O amigo da Joana estava muito triste porque vivia só com a mãe e esta nunca estava em casa, nem se preocupava com ele. Como ele tinha 6 anos e estava sempre sozinho, a Joana, preocupada, falou com os seus pais. Algo não estava bem porque:

26

- a) Ele não se desenrascava sozinho
- b) Todas as crianças devem ser acompanhadas e protegidas contra quaisquer formas de negligência
- c) Era melhor ele viver de vez sozinho, já que a mãe não cuidava dele

Resposta: b. As crianças devem ser educadas e bem cuidadas pela família e devem ser protegidas contra todas as formas de abandono ou negligência (Artigos 3 n.º 2 e 19 n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

O Isac não quer ir à Escola, mas os pais explicam-lhe que:

27

- a) É só um pequeno esforço para saber ler e escrever e depois pode vir embora
- b) Vai ter que ir à escola para já, porque não podem tomar conta dele durante o dia
- c) Todas as crianças têm direito à Educação, e esta é fundamental para desenvolver as suas capacidades e responsabilidade moral e social

Resposta: c. Todas as crianças têm direito à educação gratuita para aprender, desenvolver as suas capacidades e garantir o seu futuro. O Estado deve incentivar e facilitar a frequência da escola (Artigo 28 n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança, Artigo 26º n.º 1 da Declaração Universal dos Direitos humanos).

Uma criança que cometeu um ato identificado como crime no Código Penal pode ser privada de liberdade?

28

- a) Sim, porque deve ser castigada
- b) Não, porque as crianças são livres de fazer o que quiserem
- c) Não, porque a privação da liberdade de uma criança não é nunca uma ação possível em decisão de tribunal, por si mesma. A decisão é a da educação para o direito

Resposta: c. Quando uma criança cometeu um ato identificado como crime no Código Penal, a decisão judicial do tribunal é a da educação para o direito, em colégio tutelar, em regime que pode ser fechado, e nunca a privação da liberdade (no sentido de ser preso). Ou seja, essa criança tem direito, de acordo com a sua idade, a aprender a viver em sociedade e a respeitar os/as outros/as com sentido de dignidade e de valor pessoal (Artigos 37 b. e 40 n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

A criança tem direito a defesa quando cometeu um ato identificado como crime no Código Penal?

29

- a) Não, porque depende do ato
- b) Sim, porque todos têm direito a defesa
- c) Sim, quando tem dinheiro para pagar um advogado

Resposta: b. A criança que cometeu um ato identificado como crime no Código Penal tem direito a assistência jurídica, ou seja a ajuda de advogados/as que a defendam no tribunal (Artigo 37 d. da Convenção dos Direitos da Criança).

O João terminou o 6º ano. Agora, pode mudar de escola ou manter-se na mesma. A quem cabe esta decisão?

30

- a) Exclusivamente aos pais
- b) Aos pais e ao João
- c) Exclusivamente ao João

Resposta: b. A criança tem o direito de escolher a escola que quer frequentar, mas a opinião dos pais tem de ser respeitada (Artigo 12 n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

Os pais da Maria estão a divorciar-se. Ela agora vai conversar com o Juiz sobre com quem prefere viver. O que ela decidir vai ser a decisão final?

31

- a) Sim, porque a Maria tem direito a escolher com quem quer ficar
- b) Não, porque o Juiz terá de avaliar as condições dos pais e decidir aquilo que é melhor para a Maria
- c) Não, porque é uma decisão apenas dos pais da Maria

Resposta: b. A criança tem o direito de dar livremente a sua opinião sobre questões que lhe dizem respeito, mas é também importante garantir que ela tenha as melhores condições para o seu desenvolvimento e bem-estar (Artigo 12 n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

O Manuel é portador de uma deficiência. Será que tem direito a ter uma educação especial?

32

- a) Sim, porque ele tem direito a cuidados especiais
- b) Não, porque somos todos iguais
- c) Talvez, depende do/a diretor/a da escola

Resposta: a. A criança com deficiência tem direito a cuidados especiais, educação e formação para ter uma vida feliz, com dignidade e a maior autonomia possível (Artigo 23 n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

Os pais da Joana estão a divorciar-se. Ela tem direito a ter um advogado para defender os seus interesses?

33



- a) Não, só os adultos têm direito a ter um advogado
- b) Não, porque os pais da Joana é que decidem o que é melhor para ela
- c) Sim, porque a Joana tem direito a ter um advogado que a defenda e mostre as suas vontades

Resposta: c. A criança tem direito de exprimir livremente a sua opinião sobre assuntos que lhe dizem respeito e de ter a ajuda de um/a advogado/a que defenda os seus interesses e a represente no tribunal (Artigo 12.º e 2.º da Convenção dos Direitos da Criança).

O João tem um novo colega de turma. Veio da Síria, com a sua família, e é refugiado. Achas que ele tem os mesmos direitos que os/as outros/as colegas da escola?

34



- a) Não, porque é estrangeiro
- b) Sim, porque todas as crianças têm os mesmos direitos e devem ser protegidas
- c) Não, porque os pais dele ainda não pagaram impostos ao Estado português

Resposta: b. Todas as crianças têm os mesmos direitos. As crianças refugiadas têm direito a proteção especial porque precisam de proteção de proteção (Artigo 22.º e 1.º da Convenção dos Direitos da Criança).

Quando é que uma criança pode ser adotada?

35

- a) Quando a criança quiser muito ter uma família e ser feliz
- b) Quando os pais derem o seu consentimento porque acham que é melhor para a criança
- c) Quando a criança se encontrar numa situação de perigo (privação de direitos), a situação não poder ser solucionada dentro da família biológica e estiverem reunidas todas as condições e garantias, de acordo com a Lei, de que ela vai poder ter uma vida melhor

Resposta: c. Uma criança só pode ser adotada se a sua situação for a de se encontrar em perigo (isto é em privação de direitos), a situação não poder ser solucionada dentro da família biológica e se houver a certeza de que, com a adoção, ela terá uma vida melhor. É para tal, e preciso a autorização do tribunal e de outras autoridades que garantem isso (Artigo 21.º a da Convenção dos Direitos da Criança).

A Jaimira é cigana e tem a sua própria religião. Tem direito a praticá-la?

36

- a) Sim, porque é um direito ter e praticar a sua própria religião
- b) Não, porque em Portugal a maioria é católica
- c) Sim, mas não a deve praticar junto de outras pessoas

Resposta: a. Todas as crianças e todos/as os/as adultos/as têm o direito de ter e de praticar a sua própria religião (Artigo 30.º da Convenção dos Direitos da Criança; Artigo 18.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Uma família quer muito adotar a Benedita que tem 9 anos. Achas que ela tem o direito de dar a sua opinião sobre isso?

37



- a) Não, porque quem decide são os adultos
- b) Sim, ela tem direito a dar a sua opinião sobre o que diz respeito à sua própria vida
- c) Não, porque isso não interessa ao tribunal

Resposta: b. A criança tem direito a dar a sua opinião sobre assuntos que lhe dizem respeito e de ver a sua opinião tida em conta pelos/as adultos/as, de acordo com a sua idade e maturidade (Artigo 12.º e 3.º da Convenção dos Direitos da Criança).

Qual das afirmações respeita os direitos das crianças?

38

- a) O acesso aos serviços de saúde deve ser garantido a todas as crianças
- b) As crianças de famílias ricas têm mais e melhores serviços de saúde
- c) Os serviços de saúde não são para todas as crianças

Resposta: a. O Estado deve garantir que todas as crianças têm o direito de acesso aos serviços de saúde (Artigo 24.º e 1.º da Convenção dos Direitos da Criança).

A Maria, por ser rapariga, tem menos direitos do que o João?

39

- a) Não, porque é profundamente injusto, raparigas e rapazes têm os mesmos direitos
- b) Não, porque isso depende da pessoa
- c) Sim, porque as raparigas têm menos força que os rapazes

Resposta: a. O Estado deve assegurar que nenhuma criança é discriminada por ser rapaz ou rapariga, porque todas as crianças têm os mesmos direitos (Artigo 2.º e 1.º da Convenção dos Direitos da Criança).

A quem cabe, em primeiro lugar, a responsabilidade de educar e cuidar dos/as filhos/as?

40



- a) Aos pais, ou seus representantes legais
- b) À escola
- c) Aos vizinhos

Resposta: a. Cabe aos pais a principal responsabilidade de educar e proteger os/as filhos/as. Mas, a escola e a comunidade também são muito importantes na educação das crianças (Artigo 18.º e 1.º e 2.º da Convenção dos Direitos da Criança).

Segundo a Convenção dos Direitos da Criança, qual é a afirmação correta?



49

- a) Todas as crianças têm direito a roupa nova, alimentação e computadores
- b) Todas as crianças têm direito a alimentação, habitação e atendimento médico
- c) Todas as crianças têm direito a alimentação, férias no estrangeiro e medicamentos

Resposta: b. Todas as crianças têm direito a alimentação, vestuário, habitação e serviços médicos. Todos estes direitos sociais devem ser assegurados pelo Estado (artigos 24 n.º 1 e 27 b. da Convenção dos Direitos da Criança).

Achas que viver na rua, sem abrigo, representa uma violação dos direitos humanos?

50

- a) Sim, mas depende das situações
- b) Sim. Viver na rua representa uma grave violação dos direitos humanos
- c) Não

Resposta: b. Viver sem abrigo, na rua, é uma grave forma de pobreza e exclusão, e viola gravemente os direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, porque estas pessoas não têm asseguradas as condições de igualdade em dignidade e em direitos (artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Segundo a Convenção dos Direitos da Criança, as crianças podem combater numa guerra?



51

- a) Depende dos países
- b) Sim, desde que tenham mais de 10 anos
- c) Não, nenhuma criança com menos de 15 anos deve fazer parte dos exércitos

Resposta: c. Os Estados devem tomar todas as medidas possíveis para garantir que nenhuma criança com menos de 15 anos incorpore os exércitos, numa guerra (artigo 38 da Convenção dos Direitos da Criança).

As crianças afetadas num país em guerra têm direito a ajuda humanitária dos Estados?

52

- a) Sim, as crianças afetadas pela guerra têm direito a assistência humanitária e proteção dos Estados
- b) Sim, mas só têm direito a alimentos
- c) Não, isso só se aplica a alguns países

Resposta: a. Segundo o direito internacional humanitário, todas as crianças afetadas pela guerra devem ser protegidas pelos Estados e terem a assistência de que precisam, nomeadamente assistência médica, alimentação, roupa e abrigo (artigo 38 n.º 4 da Convenção dos Direitos da Criança).

Achas que quando uma família está em situação de pobreza, as crianças devem ser retiradas a essa família?

53

- a) Não. É fundamental pais e filhos/as ficarem juntos. O Estado deve ajudar economicamente esses pais a cuidar dos/as filhos/as
- b) Sim, porque os pais não têm dinheiro para educar os/as filhos/as e é melhor irem para uma instituição
- c) Não. Se gostam de estar com os pais, os/as filhos/as até podem não ir à escola

Resposta: a. Cabe aos pais a principal responsabilidade de educar e cuidar dos/as filhos/as. Quando os pais têm dificuldades económicas, devem ser ajudados pelo Estado e pelos serviços sociais, de maneira a manter as crianças junto deles (artigo 18 n.º 1, 27 n.º 2 e 3 da Convenção dos Direitos da Criança).

Uma criança vítima de maus-tratos ou negligência, numa guerra ou qualquer outra circunstância, tem direito a cuidados adequados por parte do Estado, para a sua recuperação e reinserção social?

54

- a) Sim
- b) Não
- c) Depende dos países

Resposta: a. Uma criança vítima de maus-tratos ou negligência, numa guerra ou em qualquer outra circunstância de calamidade, tem direito a cuidados adequados por parte do Estado, para a sua recuperação física e psicológica e a sua reinserção social (artigo 39 da Convenção dos Direitos da Criança).

O que deve fazer o Estado se uma criança é raptada?

55

- a) Nada
- b) Deve fazer tudo o que está ao seu alcance para a encontrar e libertar
- c) Deve fazer telefonemas e tirar fotos do local onde desapareceu. Se não aparecer, não pode fazer mais nada

Resposta: b. Nenhuma criança pode ser raptada. Se tal acontecer, o Estado deve fazer tudo o que for possível para a encontrar e libertar (artigo 11 da Convenção dos Direitos da Criança).

As crianças podem sempre viver com os seus pais?

56

- a) Sim, exceto se os pais as maltratarem ou não cuidarem bem delas
- b) Não
- c) Sim, se tiverem possibilidades económicas

Resposta: a. As crianças têm direito a viver com os seus pais, exceto se os pais maltratarem ou não cuidarem bem dos/as filhos/as. As crianças têm direito a afeto, amor e compreensão familiar (artigo 9 n.º 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

Os pais do Martim separaram-se. Ele vai viver com a mãe. Achas que pode continuar a estar com o seu pai?

57

- a) Não, porque agora vai ser diferente
- b) Sim, porque o Martim é muito decidido
- c) Sim, tem direito de contactar facilmente com o pai

Resposta: c. As crianças de pais separados têm o direito de estar e de contactar facilmente com o pai e com a mãe (Artigo 9.º n.º 3 da Convenção dos Direitos da Criança).

A Câmara Municipal está a organizar um encontro para ouvir as opiniões das crianças, porque quer tornar a “Cidade Amiga das Crianças”. Achas que a tua colega Júlia deve participar neste encontro?

58

- a) Sim, porque vai falar-se de assuntos que dizem respeito ao bem-estar das crianças e elas devem participar
- b) Sim, porque fazer coisas diferentes é sempre bom
- c) Não, porque isso vai levar muito tempo e há coisas mais importantes para fazer

Resposta: a. As crianças têm direito a participar e dar a sua opinião sobre assuntos que lhes deem respeito. As crianças têm o direito de exprimir os seus pontos de vista através da fala, da escrita, da expressão artística, etc., exceto se, ao fazê-lo, estiverem a interferir com os direitos dos/as outros/as (Artigos 12 e 13 da Convenção dos Direitos da Criança).

A Marisa escreve todos os dias no seu diário. O Flávio tentou ler o que estava lá escrito, mas ela não deixou. Nesta situação, qual o direito que a Marisa utilizou?

59

- a) O direito à liberdade de opinião
- b) O direito à vida
- c) O direito à proteção da vida privada

Resposta: c. A criança tem direito à proteção da vida privada. Isto é a privacidade relativamente a assuntos da sua vida pessoal, correspondência, família e residências. Pode ter coisas como, por exemplo, um diário que mais ninguém tem licença para ler (Artigo 16 da Convenção dos Direitos da Criança).

Segundo a Convenção dos Direitos da Criança, qual a afirmação correta?

60

- a) A Educação tem como objetivo ensinar português, ciência e matemática às crianças
- b) A Educação tem como objetivo desenvolver a personalidade, talentos e aptidões mentais e físicas das crianças
- c) A Educação tem como objetivo tornar as crianças sociáveis

Resposta: b. A Educação tem como objetivo desenvolver a personalidade, talentos e aptidões mentais e físicas das crianças. A Educação deve, também, preparar as crianças para serem cidadãos/as formados/as, responsáveis, tolerantes e respeitadores/as dos direitos dos/as outros/as (Artigo 29 da Convenção dos Direitos da Criança).

Ensinar o respeito pelos direitos humanos é um dos objetivos da Educação. Concordas com esta afirmação?

61

- a) Sim
- b) Não
- c) Sim, se o/a professor/a tiver tempo

Resposta: a. Um dos objetivos da Educação é ensinar as crianças o respeito pelos direitos do homem e liberdades fundamentais e pelos princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (Artigo 29 n.º 2 da Convenção dos Direitos da Criança).

Qual das afirmações é a correta?

62

- a) A criança tem direito a ser protegida contra o consumo e tráfico de droga
- b) A criança tem direito a passar férias no estrangeiro
- c) A criança tem direito a aparelhos eletrónicos

Resposta: a. As crianças têm o direito de ser protegidas, pela família e pelo Estado, contra o consumo e tráfico de droga (Artigo 33 da Convenção dos Direitos da Criança).

Segundo a Convenção dos Direitos da Criança, qual das afirmações é a correta?

63

- a) A criança tem direito a ser protegida contra as pragas de insetos
- b) A criança tem direito a ser protegida contra a exploração sexual
- c) A criança tem direito a ser protegida dos raios ultravioletas do sol

Resposta: b. As crianças têm o direito a ser protegidas pela família e pelo Estado contra a exploração e abusos sexuais. Isto significa que ninguém pode fazer nada ao seu corpo como, por exemplo, tocar, tirar fotografias contra a sua vontade ou obrigá-la a dizer ou fazer coisas que a criança não quer (Artigo 34 da Convenção dos Direitos da Criança).

O que significa defender o interesse superior da criança?

64

- a) Significa que quando está em causa qualquer decisão sobre a vida das crianças, ela deve ser tomada dando prioridade total ao desenvolvimento e bem-estar da criança
- b) Significa que a criança é um ser superior
- c) Significa que o que é mesmo importante é a vontade das crianças

Resposta: a. O interesse superior da criança significa que quando está em causa qualquer decisão sobre a vida das crianças, nomeadamente em caso de conflito de direitos, ela deve ser tomada dando prioridade total ao desenvolvimento e bem-estar da criança (Artigo 3 da Convenção dos Direitos da Criança).

As crianças têm direito a obter informação apropriada à sua idade na televisão, jornais e livros para saber o que se passa no mundo?

65



- a) Sim
- b) Não
- c) Às vezes, sim

Resposta: a. As crianças têm direito a saber o que se passa no mundo através da rádio, televisão, jornais e livros. Crianças adultas devem ter a preocupação que as crianças compreendam a informação que recebem (Artigo 17 da Convenção dos Direitos da Criança).

Ensinar às crianças o respeito pelo meio ambiente é um dos objetivos da Educação. Concordas com esta afirmação?

66



- a) Sim
- b) Não
- c) Às vezes, sim

Resposta: a. Um dos objetivos da Educação é ensinar às crianças o respeito pelo meio ambiente (Artigo 29 n.º 1 c. da Convenção dos Direitos da Criança).

Segundo a Convenção dos Direitos da Criança, qual é a definição de criança?

67



- a) Todo o ser humano com menos de 12 anos
- b) Todo o ser humano com menos de 16 anos, exceto se a lei nacional confere a maioridade mais cedo
- c) Todo o ser humano com menos de 18 anos, exceto se a lei nacional confere a maioridade mais cedo

Resposta: c. A criança é definida como todo o ser humano com menos de 18 anos, exceto se a lei nacional confere a maioridade mais cedo (Artigo 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

Um dos objetivos da Educação consiste em:



68

- a) Incutir nas crianças o respeito pelos seus pais
- b) Incutir nas crianças a ideia de que elas sabem sempre tudo
- c) Preparar as crianças para serem egoístas

Resposta: a. Um dos objetivos da Educação consiste em ensinar, incentivar e incutir nas crianças o respeito pelos seus pais (Artigo 29 n.º 1 c. da Convenção dos Direitos da Criança).

Se uma criança sofre de maus-tratos por parte dos seus pais ou responsáveis, qual é a obrigação do Estado?

69



- a) O Estado não se responsabiliza
- b) O Estado deve proteger a criança
- c) O Estado não deve interferir no meio familiar

Resposta: b. Quando uma criança sofre de maus-tratos por parte dos seus pais ou de outros responsáveis, o Estado tem a obrigação de protegê-la e de estabelecer programas sociais para prevenir abusos e para tratar as vítimas (Artigo 19 da Convenção dos Direitos da Criança).

O Roberto fez 6 anos e a escola vai começar! Os seus pais têm pouco dinheiro para suportar todas as despesas. Achas que o Roberto vai para a escola?

70



- a) Não, porque os seus pais têm pouco dinheiro
- b) Sim, e os seus pais têm que pagar aos/as professores/as e não podem reclamar
- c) Sim, porque o Estado assegura o ensino básico obrigatório e gratuito

Resposta: c. Todas as crianças têm direito à Educação e os Estados têm a obrigação de assegurar progressivamente esse direito de igualdade de oportunidades. Uma das obrigações dos Estados é assegurar o ensino básico obrigatório e gratuito (Artigo 28 n.º 1 a. da Convenção dos Direitos da Criança).

A Mafalda tem 9 anos e não quer frequentar a escola. O que vai acontecer?

71



- a) A Mafalda não vai frequentar a escola porque não gosta
- b) A Mafalda não vai frequentar a escola porque tem poder de decisão
- c) A Mafalda vai frequentar a escola porque tem de respeitar e obedecer à decisão dos pais que sabem que a escola é fundamental para o seu desenvolvimento

Resposta: c. Cabe aos pais a principal responsabilidade de proteger, orientar, educar e garantir o desenvolvimento dos/as filhos/as e, por isso, as decisões que os pais tomam, neste sentido, têm de ser respeitadas. A frequência da escola é muito importante para o desenvolvimento da personalidade e das capacidades mentais, físicas e sociais das crianças (Artigos 5, 18 n.º 1 e 29 n.º 1 da Convenção dos Direitos das Crianças).

Das seguintes afirmações, qual é a correta?

72



- a) O Estado não interfere na Educação
- b) O Estado interfere na Educação, mas tem outras prioridades
- c) O Estado deve incentivar a frequência escolar

Resposta: c. O Estado toma medidas para incentivar a frequência escolar regular e a redução das taxas de abandono escolar (Artigo 28 n.º 1 f. da Convenção dos Direitos das Crianças).

O Rogério tem 12 anos. É obrigado pelos pais a trabalhar numa fábrica durante todos os fins-de-semana. Perante esta situação, o que deve ser feito para proteger o Rogério?

73


- a) Nada. Ninguém deve interferir na vida do Rogério
- b) O Estado deve proteger o Rogério. O Estado fixa idades mínimas para trabalhar, cria leis próprias sobre as condições de trabalho e define sanções quando a lei não é respeitada
- c) O Rogério deve continuar a trabalhar. O patrão deve vê-lo como um trabalhador adulto

Resposta: b. A criança tem o direito de ser protegida contra qualquer trabalho que ponha em perigo a sua saúde, educação ou desenvolvimento. O Estado deve fixar idades mínimas para trabalhar, criar leis próprias sobre as condições de trabalho e definir sanções quando a lei não é respeitada (Artigo 32 da Convenção dos Direitos da Criança).

A Carla estava a brincar, caiu e partiu a perna esquerda. Os pais vivem com pouco dinheiro. Como se deve tratar a Carla?

74


- a) Deve ir ao hospital para ser tratada porque ela tem o direito de acesso aos serviços médicos
- b) Deve ir ao Hospital, mas só se tiver dinheiro no bolso
- c) Não deve ir ao Hospital porque os pais têm pouco dinheiro

Resposta: a. Todas as crianças têm direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços de saúde eficazes. Nenhuma criança deve ser privada deste direito (Artigo 24 nº 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

A mãe do Ramiro está grávida. Ele vai ter uma irmã. Na tua opinião, a mãe do Ramiro tem direito a acompanhamento e cuidados médicos?

75


- a) Não
- b) Sim
- c) Sim, se tiver muito dinheiro

Resposta: b. Todas as crianças têm direito de acesso aos cuidados de saúde. O Estado assegura às mulheres grávidas os cuidados de saúde necessários, antes e depois do nascimento do/a bebé (Artigo 24 nº 1 e nº 2 d. da Convenção dos Direitos da Criança).

Quantos artigos contém a Convenção sobre os Direitos da Criança?

76


- a) 24
- b) 54
- c) 64

Resposta: b. A Convenção sobre os Direitos da Criança contém 54 artigos.

Segundo a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), os artigos da Convenção dos Direitos da Criança dividem-se em quantas categorias?

77


- a) 10
- b) 6
- c) 4

Resposta: c. Os artigos contidos na Convenção dos Direitos da Criança podem ser divididos em quatro categorias: os direitos a sobrevivência (ex. o direito a cuidados adequados); os direitos relativos ao desenvolvimento (ex. o direito a educação); os direitos relativos à protecção (ex. o direito de ser protegida contra a exploração); e os direitos de participação (ex. o direito de exprimir a sua própria opinião).

Em que situação uma criança ou jovem pode sair da casa dos seus pais e ir viver para uma casa de acolhimento?

78


- a) Quando a criança quer e foge de casa
- b) Quando a criança se encontra numa situação de perigo (privação de direitos), a situação não pode ser solucionada dentro da família biológica e o tribunal e outras autoridades assim o decidem
- c) Quando a criança ou jovem atinge os 14 anos

Resposta: b. Uma criança ou jovem só pode ser retirado dos seus pais, e por exemplo ir viver para uma casa de acolhimento, se a sua situação for a de se encontrar em perigo (isto é em privação de direitos), da situação não poder ser solucionada dentro da família biológica e se o tribunal e outras autoridades decidirem que, para já, é a melhor solução para garantir o seu desenvolvimento e bem-estar (Artigo 3 da Convenção dos Direitos da Criança).

A criança ou jovem tem direito a participar nas decisões tomadas no tribunal sobre assuntos que lhe dizem respeito?

79


- a) Não, porque a criança não tem direitos
- b) Sim, desde que saiba falar
- c) Sim, com idade superior a 12 anos ou inferior se o tribunal considerar que tem capacidade para compreender o que se está a passar

Resposta: c. A criança tem o direito de participar nas decisões tomadas no tribunal sobre assuntos que lhe dizem respeito, e de ver a sua opinião tida em conta pelos/as adultos/as, de acordo com a sua idade e maturidade (Artigo 12 nº 1 da Convenção dos Direitos da Criança).

Quando é que a criança tem direito a um nome e a uma nacionalidade?

80


- a) Quando atinge a maioridade
- b) Quando nasce
- c) Quando começa a falar

Resposta: b. A criança tem direito, desde o nascimento, a um nome e a uma nacionalidade (Artigo 7 da Convenção dos Direitos da Criança).

A criança tem direito a viver num ambiente:

81
❤️

- a) De afeto, segurança moral e material
- b) De conflito e confusão
- c) Sem condições para o seu desenvolvimento

Resposta: a. Cabe aos pais a principal responsabilidade pela proteção, educação, bem-estar e desenvolvimento dos/as filhos/as, e o Estado deve ajudá-los a exercer esta responsabilidade. Todas as crianças têm direito a proteção, sobrevivência, desenvolvimento e participação (Artigos 18 n.º 1 e 6 n.º 2 da Declaração dos Direitos da Criança).

A Inês viu um incêndio. O que deve fazer?

82
📦

- a) Deixar o incêndio continuar e fugir
- b) Contar aos pais ou a outros/as adultos/as para estes/as telefonarem aos Bombeiros
- c) Procurar o incendiário

Resposta: b. Todas as pessoas têm deveres para com a sua comunidade e, por isso, devem cuidar do património e proteger o ambiente e a natureza (Artigo 239 n.º 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Qual das seguintes afirmações é a correta?

83
☀️

- a) Todas as pessoas têm direitos e, por isso, também têm deveres porque devem respeitar os direitos dos/as outros/as
- b) Todas as pessoas têm direitos, mas não têm deveres
- c) Todas as pessoas têm apenas deveres

Resposta: a. Todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e em direitos. Por isso, ter direitos implica também ter deveres para com os/as outros/as (Artigo 12 da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

A Conceição, por ser mulher, tem um salário mais baixo do que o José, apesar de terem o mesmo trabalho na empresa. Consideras isso justo?

84
✦

- a) Não. Sejam mulheres ou homens, todos/as têm direito a salário igual por trabalho igual
- b) Não. As mulheres devem ganhar mais do que os homens
- c) Sim. Os homens são mais produtivos no trabalho

Resposta: a. Todos têm direito a salário igual por trabalho igual, sem discriminação alguma, inclusive de género (Artigo 23º n.º 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, qual das afirmações está correta?

85
😊

- a) Todas as pessoas têm direito ao luxo
- b) Todas as pessoas têm direito às férias
- c) Todas as pessoas têm direito à propriedade

Resposta: c. Toda a pessoa (individual, ou coletiva ou seja empresa ou instituição) tem direito à propriedade, isto é por exemplo receber, herdar ou comprar uma casa, um terreno, uma fábrica, um carro ou uma bicicleta (Artigo 17º n.º 1 da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

A família é o elemento fundamental da sociedade e tem direito a proteção do Estado. Esta afirmação está correta?

86
☀️

- a) Não
- b) Sim
- c) Depende das famílias

Resposta: b. A família é o elemento natural e fundamental da sociedade e tem direito a proteção desta e do Estado (Artigo 16º n.º 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

O Pedro quer colocar uma fotografia da Ana num site, na internet, mas ela não quer. Nesta situação qual é o direito da Ana que está em causa?

87
☁️

- a) O direito à proteção da vida privada
- b) O direito à liberdade de expressão
- c) O direito à educação

Resposta: a. Criança tem o direito a proteção da vida privada, isto é a privacidade relativamente a assuntos da sua vida pessoal, família, residência e correspondência. Tem direito a proteção da lei contra intromissões na sua vida privada (Artigo 16 da Convenção dos Direitos da Criança).

Todos os seres humanos têm direitos. Ter direitos implica ter deveres?

88
☾

- a) Não
- b) Sim
- c) Depende das situações

Resposta: b. Todos os seres humanos nascem iguais em direitos. Se todo o ser humano tem direitos, então também tem deveres porque tem de respeitar os direitos dos/as outros/as e da comunidade. (Artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Anexo X – Glossário de apoio à atividade “Jogo dos Direitos”



Glossário¹

ACESSIBILIDADE

Nome feminino. Facilidade no acesso; facilidade na obtenção. Conjunto das características de um serviço, equipamento ou edifício que permitem o acesso de todas as pessoas, incluindo aquelas com mobilidade reduzida ou com necessidades especiais.

ADOÇÃO

Direito. Filiação legal. Criação, por sentença judicial, de um vínculo jurídico semelhante ao que resulta da filiação natural, independentemente dos laços de sangue.

APOIO HUMANITÁRIO

Apoio, ajuda relativa à humanidade, ao bem-estar do próximo.*

APROPRIADO

Adjetivo. Próprio; indicado; adaptado; oportuno.

AUTONOMIA

Nome feminino. Condição ou qualidade de autónomo; Independência.

BIOLÓGICO

Adjetivo. (mãe, pai, filho) que tem ligação genética; não adotivo.

CASA DE ACOLHIMENTO

Casa/ resposta social de Instituição que acolhe temporariamente crianças e jovens em situação de perigo, ou seja que, devido a uma situação sociofamiliar problemática, geralmente transitória, não pode ou não deve continuar a viver com a sua família biológica. As crianças são encaminhadas para estas Casas/ Instituições, mediante decisão judicial ou das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens.*

CIVIL

Adjetivo de 2 géneros. Relativo às relações dos cidadãos de um país entre si.

CÓDIGO PENAL

Lei que regula as penas judiciais. Lei que define os crimes e delitos e determina as penas que lhes são aplicáveis.*

CONSENTIMENTO

Nome masculino. Permissão; autorização; licença.

DIGNIDADE

Nome feminino. Qualidade moral que infunde respeito; respeitabilidade; autoridade moral.

¹ Fonte: Dicionário Infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consult. 2018-04]. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa>.

* Fonte: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <http://www.priberam.pt/dlpo> [consultado em 2018-04].

DIGNO

Adjetivo. Merecedor; honrado; respeitável.

DISCRIMINAÇÃO

Nome feminino. Ato ou efeito de discriminar; ação de tratar pessoas ou grupos de pessoas de forma injusta ou desigual, com base em argumentos de sexo, etnia, religião, etc.; segregação.

DIVÓRCIO

Direito. Dissolução do casamento, em vida dos cônjuges, por decisão judicial proferida na sequência de requerimento de apenas um dos cônjuges (sem consentimento do outro), ou por declaração do Conservador do Registo Civil em processo de separação por mútuo consentimento.

ESTADO

Nome masculino [com maiúscula]. Entidade responsável pela estrutura e pela organização política e administrativa (governo, tribunais, forças armadas e de segurança, etc.) de um território e sua população, ou conjunto de populações, garantindo a existência de um país soberano, reconhecido internacionalmente pelos seus pares.

FAMÍLIA DE ACOLHIMENTO

Família que acolhe temporariamente uma criança ou um jovem que devido a uma situação sociofamiliar problemática, geralmente transitória, não pode ou não deve continuar a viver com a sua família biológica.

FILIAÇÃO

Nome feminino. Indicação dos pais de alguém.

IMPOSTO

Adjetivo. Que é forçoso aceitar ou cumprir; obrigatório.

LITÍGIO

Nome masculino. Ação judicial que está entregue aos tribunais para apreciação e decisão sobre uma determinada situação em relação à qual as partes não se entendem; contestação judicial. Conflito; disputa; divergência.

MATURIDADE

Nome feminino. Condição de pleno desenvolvimento. Experiência ou ponderação própria da idade madura.

NACIONALIDADE

Nome feminino. País onde alguém nasceu e de que é cidadão; pátria.

NEGLIGÊNCIA

Nome feminino. Desleixo; falta de cuidado; descuido.

Direito. Ato de omitir ou esquecer algo que devia ter sido feito de maneira a evitar um facto que produz lesão ou dano.

PENA

Nome feminino. Castigo; punição.

Direito. Sanção aplicada pelo tribunal ao autor de um crime.

PERMANÊNCIA

Nome feminino. Ato de permanecer, de se manter onde estava. Qualidade ou estado do que é constante, duradouro ou definitivo. Condição do que se conserva ou continua.

PORTADOR

Nome masculino. Pessoa que traz consigo alguma coisa.

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA

Pessoa que tem deficiência(s) física e/ou mental.

PROVISORIAMENTE

Advérbio. A título provisório; temporariamente; transitoriamente.

REFUGIADO

Adjetivo, nome masculino. Pessoa que abandonou o seu país para escapar a guerra, fome, condenação, perseguição, etc. e que encontrou refúgio noutro país.

REINserÇÃO SOCIAL

Processo de integração ou reintegração na sociedade de um indivíduo, através de meios que lhe permitam perceber e seguir as regras que estão em vigor de convivência social.*

SOCIEDADE

Nome feminino. Conjunto de pessoas que mantêm relações sociais, coletividade.

TRIBUNAL

Nome masculino. Lugar das audiências judiciais. Órgão de autoridade especificamente investido na função de justa composição de litígios.

Experiência dos/as Jogadores/as e Aprendizagem				
Afirmações	Marque uma opção conforme sua avaliação			
	Concordo	Não Concordo, nem Discordo	Discordo	Justifique
1. As crianças gostam do grafismo do jogo (tabuleiro, cartões, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
2. As crianças compreendem bem as regras do jogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
3. As crianças compreendem bem as perguntas e as respostas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
4. O jogo oferece novos desafios às crianças (novos obstáculos, variações) com um ritmo adequado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
5. O jogo suscita reflexão e favorece a interação entre as crianças	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
6. As crianças divertem-se com o jogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
7. As crianças mostram-se entusiasmadas e jogam até ao fim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
8. O jogo contribui para a aprendizagem das crianças sobre os Direitos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
9. As crianças mostram-se satisfeitas com o que aprendem com o jogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
10. Pretendo aplicar novamente este jogo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
11. Recomendo este jogo aos/às colegas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

Sugestões de melhoria do jogo:

Comentários adicionais:

Obrigado pela sua colaboração!

Anexo Z – Planificação da atividade sobre a logística e organização na exibição do Documentário “Drom Kalins”

Medida: Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”		
Atividade: Logística e organização na exibição do Documentário “Drom Kalins”		
Tema: Igualdade de género nas comunidades ciganas e Direito à Educação		
Data: 08 de abril de 2022	Tempo previsto: 1 hora e 30 minutos	Local: Auditório do Instituto Português do Desporto e Juventude de Viseu.
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, Projeto Caminhos E8G e Projeto Incluir + (Cáritas Diocesana de Viseu e Henriquina Associação Recreativa e Cultural) e IPDJ de Viseu.		
Público-alvo: Comunidade educativa do concelho de Viseu e sociedade civil.		Participantes: Agrupamentos de Escolas do concelho de Viseu e clientes/utentes de instituições associadas ao Núcleo.
Objetivo Geral	Contribuir para a organização do evento referente à exibição do Documentário “Drom Kalins”	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Receber os participantes e inscritos; • Dispor, de uma forma correta e organizada, os participantes pelo Auditório do Instituto Português do Desporto e Juventude de Viseu. 	
Descrição da atividade	<p>A “Semana da Interculturalidade” constitui um espaço de debate e reflexão, no sentido de aumentar o conhecimento, a partilha e a qualificação das práticas dos atores sociais. Neste âmbito, a exibição do Documentário “Drom Kalins” contempla 5 testemunhos de cidadãs portuguesas, pertencentes à comunidade cigana de várias localidades do país, que apresentam as suas histórias, as suas vivências e os seus sonhos. Posto isto, foi solicitado à estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, que coordenasse a logística da atividade, efetuando o controlo e gestão das entradas dos participantes, bem como a disposição dos mesmos no local, com o intuito de fomentar uma melhor organização.</p>	

Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal e Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.
Recursos materiais	Para a mencionada atividade serão necessárias, exclusivamente, as folhas com as inscrições efetuadas.
Recursos financeiros	O material necessário para a realização da atividade não custos financeiros.
Avaliação	Não aplicável.
Observações	

Anexo AA – Fotografias da dinamização da atividade sobre a logística e organização na exibição do Documentário “Drom Kalins”

Figura 1

Sessão da abertura da exibição do Documentário “Drom Kalins”



Figura 2

Exibição do Documentário “Drom Kalins”



Anexo AB – Planificação da atividade “A família é...”

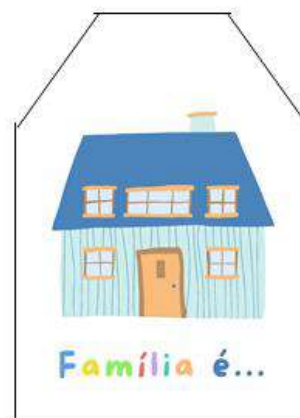
Medida: Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”		
Atividade: “A família é...”		
Tema: Características da família e Relações familiares		
Data: 11 de maio de 2022	Tempo previsto: 1 hora	Local: Sede do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu.
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.		
Público-alvo: Crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 15 anos.		Participantes: Grupo de crianças e jovens destinatárias/os do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu.
Objetivo Geral	Refletir sobre a importância dos laços afetivos e das relações positivas na família para o desenvolvimento da criança/jovem.	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as características subjacentes ao conceito de família; • Consciencializar para a importância das relações interpessoais no contexto familiar; • Estimular a capacidade comunicativa e reflexiva em grupo. 	
Descrição da atividade	<p>No âmbito do estágio curricular, desenvolvido no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, a estagiária pretendeu dinamizar uma atividade de sensibilização referente ao Dia da Família (15 de maio de 2022). Neste sentido, para iniciar a dinâmica, solicitar-se-á aos participantes que, em grupo, apresentem um acróstico da palavra Família (Anexo AC), numa cartolina branca, a fim de identificar as características pré-concebidas que os mesmos detêm sobre o conceito em estudo. Após o momento de avaliação inicial, a estagiária dispõe as/os crianças/jovens em formato de círculo, procedendo à explicação da atividade. Neste contexto, o primeiro elemento, tendo em sua posse o rolo de barbante, deve-se apresentar, referindo o seu nome e uma qualidade que relacione à família. Após responder ao supracitado, o participante deve escolher alguém para lançar o rolo, sendo necessário que quem o pegue, segure a linha e responda, de igual modo, às questões</p>	

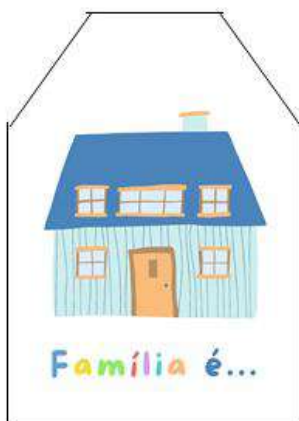
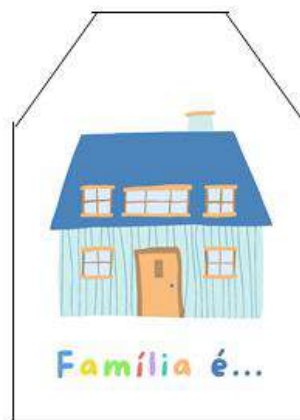
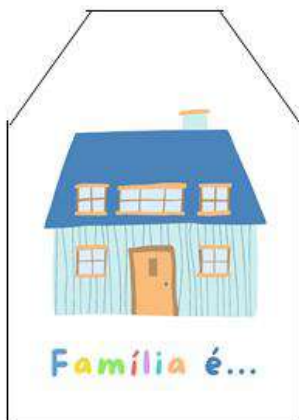
	<p>previamente colocadas. De seguida, os/as mesmos/as atentam o desenho constituído pela rede e, diante do exposto, proporcionar-se-á um momento de reflexão sobre a representação da família na teia observada. Terminado o descrito, procede-se à dinâmica inicial, sendo requerido, numa segunda vez, que cada destinatário/a mencione uma característica menos positiva da família. À medida que as mesmas irão sendo referidas, a estagiária procede ao corte da linha do rolo, simbolizando, deste modo, o enfraquecimento das relações interpessoais estabelecidas no meio familiar. Pretende-se, face ao exposto, que as/os crianças/jovens, reflitam sobre o sucedido, bem como sobre a importância das características que devem prevalecer na família. Posto as etapas anteriormente descritas, será distribuído, a cada elemento, um porta-chaves (Anexo AD e Anexo AE) alusivo à dinâmica efetuada. No fim, será solicitado o preenchimento do Questionário de Avaliação da atividade (Anexo AF), a fim de compreender se a atividade correspondeu às expectativas dos/das destinatários/as.</p>
Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnicos/as da Sede do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu.
Recursos materiais	Para a mencionada atividade serão necessários os seguintes materiais: 1 rolo de fio para tricot; 3 cartolinas (uma branca, uma cor-de-laranja e uma azul); 15 argolas para porta-chaves; 1 rolo de papel plastificado; Molde para o acróstico “Família” (Anexo AC); Molde para porta-chaves (Anexo AD) e o Questionário de Avaliação da atividade (Anexo AF).
Recursos financeiros	O material necessário para a realização da atividade contém uma estimativa de 9,00€ (1 rolo de fio para tricot; 3 cartolinas; 15 argolas para porta-chaves; 1 rolo de papel plastificado e impressos).
Avaliação	Questionário de Avaliação da atividade (Anexo AF).
Observações	

Anexo AC – Molde do acróstico “Família” da atividade “A família é...”

FAMÍLIA

Anexo AD – Molde para porta-chaves da atividade “A família é...”





CONFIANÇA

PROTEÇÃO

RESPEITO

AMOR

AFETO

UNIÃO

DIÁLOGO

CUIDAR

APOIO

LAR

ESTAR PRESENTE

PARTILHA

VALORES

EDUCAÇÃO

DEDICAÇÃO

Anexo AE – Porta-chaves da atividade “A família é...”



Atividade – “A família é...”

11 de maio de 2022

Questionário de Avaliação da Atividade

8. Gostaste de participar na atividade?



Sim



Mais ou menos



Não

9. Para ti, quais são as **3 características mais importantes** que devem prevalecer numa **família**?

Apoio

Proteção

Amor

Dedicção

Respeito

Diálogo

Confiança

União

Educação

Valores

10. Queres deixar uma sugestão para melhorar a atividade? Se sim, qual?

Obrigada pela participação!



Anexo AG – Fotografias da dinamização da atividade “A família é...”

Figura 1

Dinamização da atividade “A família é...”



Figura 2

Resultado do acróstico de “Família” da atividade “A família é...”



Anexo AH – Planificação da atividade sobre a moldura do “Dia da Diversidade Cultural”

Medida: Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”	
Atividade: Moldura “Dia da Diversidade”	
Tema: Interculturalidade e Diversidade Cultural	
Data: 19 de maio de 2022	Tempo previsto: 1 hora
Local: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal	
Organização: Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu, em parceria com o Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.	
Público-alvo: População em geral	Participantes: Estagiárias do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal
Objetivo Geral	Consciencializar para a importância da diversidade cultural e da interculturalidade.
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Compreender a necessidade de luta pela igualdade e pelos direitos humanos; • Estimular o pensamento crítico e o desenvolvimento cognitivo; • Melhorar as capacidades de autoconsciência, autoconfiança e habilidades sociais.
Descrição da atividade	De forma a assinalar o “Dia da Diversidade Cultural”, celebrado a 21 de maio, realizou-se, no Parque Aquilino Ribeiro da cidade de Viseu, um evento com as várias instituições sociais, de forma a consciencializar a sociedade para a importância e respeito pela diversidade cultural. Neste âmbito, foi solicitada, por parte das técnicas do Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana, a colaboração da estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, na construção de uma moldura alusiva ao tema. Neste sentido, mediante os materiais previamente facultados, procedeu-se à preparação da moldura, de modo que a mesma fosse utilizada no decorrer do evento.
Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.

Recursos materiais	Para a mencionada atividade serão necessários materiais adicionais, tais como: cartão; cartolinas de cor roxa, verde, azul, cor-de-laranja e rosa; folhas de papel crepe de cor amarela, verde e cor-de-rosa; objetos decorativos; tesoura; lápis de carvão; régua e cola.
Recursos financeiros	O material necessário para a realização da atividade contém uma estimativa de 5,20€ (cinco cartolinas; folhas de papel crepe; objetivos decorativos e cola).
Avaliação	Não aplicável.
Observações	

Anexo A1 – Fotografias da dinamização da atividade sobre a moldura para o “Dia da Diversidade Cultural”

Figura 1

Moldura alusiva ao “Dia da Diversidade Cultural”



Figura 2

Evento do “Dia da Diversidade Cultural”



Anexo AJ – Planificação da atividade sobre a sensibilização para o Dia da Criança

Medida: Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”		
Atividade: Sensibilização para o Dia da Criança		
Tema: Direitos das Crianças		
Data: 01 de junho de 2022	Tempo previsto: 1 hora	Local: Sede do Projeto Caminhos E8G e Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu.
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal.		
Público-alvo: Crianças e jovens com idades compreendidas entre os 5 e os 18 anos.		Participantes: Grupo de crianças e jovens destinatárias/os da Sede do Projeto Caminhos E8G e do Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu.
Objetivo Geral	Sensibilizar para o Dia da Criança, promovendo os direitos e deveres de todos os menores.	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o pensamento reflexivo, aliado ao desenvolvimento do bem-estar infantojuvenil; • Estimular o conhecimento dos direitos e deveres da criança. 	
Descrição da atividade	No âmbito do estágio curricular, desenvolvido no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, a estagiária delineou uma atividade de sensibilização para o Dia das Crianças. Neste sentido, com recurso à plataforma Canva, elaborou medalhas (Anexo AK) alusivas à temática, que foram, posteriormente, entregues às crianças destinatárias da Sede do Projeto Caminhos E8G e Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu, viabilizando um momento lúdico, alegre e de aprendizagem.	
Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnicos/as da Sede do Projeto Caminhos E8G e do Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu.	

Recursos materiais	Para a mencionada atividade serão, somente, necessárias as medalhas (Anexo AK), 2 cartolinas brancas, 1 tubo de cola e 3 metros de fita laranja.
Recursos financeiros	O material necessário para a realização da atividade contém uma estimativa de 4,50€.
Avaliação	Não aplicável.
Observações	

Anexo AK – Medalhas da atividade sobre a sensibilização para o Dia da Criança

(Frente do recurso)



(Verso do recurso)



Anexo AL – Fotografias da dinamização da atividade sobre a sensibilização para o Dia da Criança

Figura 1

Entrega das medalhas às crianças e jovens destinatárias/os da Sede Projeto Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu



Figura 2

Entrega das medalhas às crianças e jovens destinatárias/os do Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu



Anexo AM – Planificação da atividade do Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”

Medida: Participação no “Ciclo Temático sobre as Comunidades Ciganas”		
Atividade: Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”		
Tema: Direitos Humanos e Diversidade Cultural		
Data: 15 de junho de 2022	Tempo previsto: 2 horas	Local: Centro Comunitário de Paradinha da Cáritas Diocesana de Viseu
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal		
Público-alvo: Crianças e jovens em risco com idades compreendidas entre os 6 e os 18 anos	Participantes: Grupo de jovens destinatários do Centro Comunitário de Paradinha da Cáritas Diocesana de Viseu	
Objetivo Geral	Contribuir para a compreensão e conhecimento dos Direitos Humanos e, em particular, dos Direitos da Criança	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Promover os Direitos das Crianças; • Compreender a relevância dos Direitos Humanos na vida quotidiana; • Compreender a pluralidade étnica e cultural; • Potencializar a empatia entre os pares; • Promover a reflexão sobre a Pobreza no Mundo. 	
Descrição da atividade	Em parceria com a Cáritas Diocesana de Viseu, as estagiárias do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, que frequentam a Licenciatura em Educação Social e o Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco, da Escola Superior de Educação de Viseu, procedem à realização de uma atividade no Centro Comunitário de Paradinha com o intuito de promover, junto das crianças e dos jovens, o reconhecimento da diversidade do respeito, tendo por base as seguintes temáticas: Direitos Humanos, Direitos das Crianças, Diversidade Cultural, Igualdade de Género e Pobreza no Mundo. Com o intuito de iniciar a atividade, as estagiárias distribuem-se ao longo dos vários locais em que a mesma decorrerá, para, assim, prestar auxílio aos participantes, no momento da dinamização. Neste sentido, a	

	<p>estagiária que ficará no local da partida solicita às crianças e jovens inscritas na atividade que se agrupem em equipas com o número máximo de quatro elementos cada. Formados os grupos, a estagiária lê o Regulamento do Peddy Paper (Anexo AN), no qual constam as informações necessárias na participação do mesmo, procedendo, de igual forma, à distribuição dos envelopes fechados, com o mapa relativo à posição dos diversos postos (Anexo AO), bem como às Folhas de Prova (Anexo AP) e Desafios (Anexo AQ) referentes ao mencionado posto. Após serem respondidas todas as questões que constam nas folhas de prova disponibilizadas em cada posto, os grupos podem dirigir-se ao posto seguinte para, assim, realizar a atividade definida para cada local e recolher a nova folha de prova, bem como o desafio que os levará ao posto seguinte. Após todos os grupos concluírem a atividade, as estagiárias procedem à cotação das folhas de provas para, deste modo, identificar a equipa vencedora. No fim, de forma a concluir a atividade, distribui-se, a cada elemento dos grupos, um Questionário de Avaliação da Atividade (Anexo AT), bem como, um certificado de participação (Anexo AU).</p>
Recursos humanos	<p>Estagiárias de Educação Social e de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnicos/as do Centro Comunitário da Cáritas Diocesana de Viseu.</p>
Recursos materiais	<p>Para a mencionada atividade são necessários os seguintes materiais: canetas; envelopes; Regulamento do Peddy Paper (Anexo AN); Mapa (Anexo AO); Folhas de Prova (Anexo AP); Desafios (Anexo AQ); Soluções das Folhas de Prova (Anexo AR); Informações sobre as tarefas a realizar nos diferentes postos (Anexo AS); Questionário de Avaliação da Atividade (Anexo AT); Certificado (Anexo AU).</p>
Recursos financeiros	<p>O material necessário para a realização da atividade contém uma estimativa 6,80€.</p>
Avaliação	<p>Questionário de Avaliação da Atividade (Anexo AT).</p>
Observações	

Anexo AN – Regulamento da atividade Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”

Regulamento do Peddy Paper

Objetivo:

Este jogo pretende que os participantes desenvolvem e consolidem, de uma forma lúdica, os seus conhecimentos, nomeadamente dos temas dos Direitos das Crianças, da Diversidade Cultural, da Igualdade de Género e da Pobreza no Mundo. O Peddy Paper tem como objetivo a consolidação dos conhecimentos já existentes, assim como o desenvolvimento da agilidade, da destreza e da rapidez de raciocínio.

Equipas:

- ✓ Cada equipa deverá ter no mínimo 2 elementos e no máximo 4 elementos;
- ✓ Cada equipa deverá escolher um nome, para identificar a equipa;
- ✓ A equipa deve ter um representante, que ficará responsável pelo preenchimento das folhas de prova.

Inscrições:

As inscrições para a atividade, só são necessárias caso o contexto o justifique. Podendo estas serem realizadas, da forma que a instituição entenda, dentro do prazo estipulado pela mesma.

Prova:

Os 5 postos da realização do Peddy Paper foram escolhidos previamente pelas estagiárias do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal (da Licenciatura de Educação Social e do Mestrado de Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco), contudo casos os postos não estejam adaptados ao contexto estes podem ser alterados, uma vez que a instituição conhece as características do seu contexto, conseguido apontar os melhores locais para a colocação de cada posto.

Os participantes partem do posto inicial com 5 minutos de intervalo entre si, a localização do próximo posto é indicada através do desafio apresentado na folha de prova. Os participantes, devem responder aos exercícios da folha de prova antes de chegarem ao posto seguinte. Os participantes têm, também, um envelope fechado com o mapa do percurso, esse envelope está fechado, e só deve ser utilizado em último recurso já que a sua utilização envolve uma penalização de 5 pontos.

Em cada posto, estará um responsável que ficará encarregue de assinalar na folha de prova de cada equipa a hora de partida e de chegada, o responsável entrega também a nova folha de prova.

Material necessário:

- Cada elemento deverá ser portador de pelo menos uma esferográfica.
- Cada elemento deverá ser portador de uma máscara (podendo esta ser de pano, cirúrgica ou FFP2), caso o contexto assim o obrigue.
- Cada elemento deverá ser portador do seu próprio álcool em gel.
- Os participantes deverão apresentar-se com vestuário confortável e adequado à prática da atividade.

Pontuação:

- Cada desafio (da folha de prova) respondido de forma correta terá a pontuação de 1 ponto.
- Existirá um envelope que será entregue a cada equipa com um mapa do percurso, cuja abertura depende da decisão do grupo, já que implica a penalização de 5 pontos.

Apuramento de resultados:

Quando a equipa chegar ao último posto, deve entregar todo o material adquirido até então ao responsável. O responsável deve verificar todas as respostas às questões, cotando-as. O responsável deve verificar se o envelope foi aberto, e caso tenha sido deve proceder ao desconto dos 5 pontos.

As equipas serão ordenadas pelo número total de pontos que obtiveram nas questões corretas, e pelo tempo utilizado para a concretização da prova. A equipa com mais respostas corretas e que cumpriu a prova em menos tempo será a, equipa, vencedora.

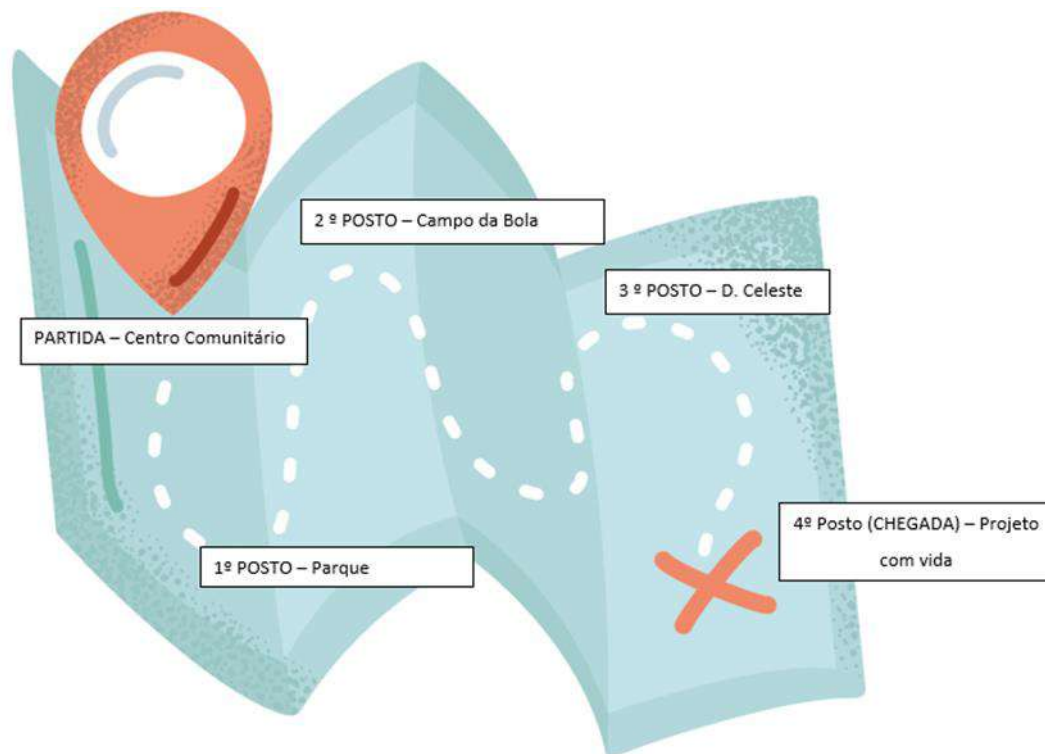
Prémios:

Todos os participantes recebem um certificado de participação da atividade emoldurado.

Duração:

A prova terá a duração máxima de 2 horas.

Anexo AO – Mapa com os diferentes postos da atividade Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”



Anexo AP – Folhas de prova da atividade Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”

Nome da equipa: _____

Posto 1 – nível 1

Cotações

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

1. Como se percebe se alguém vive na pobreza?

- a) Quando não tem um iPhone;
- b) Quando não tem acesso a necessidades básicas como: alimentos, saúde, educação, entre outros.

2. O que é a Igualdade de Género?

- a) As mulheres terem o mesmo nível monetário que os homens;
- b) Os homens terem mais direitos do que as mulheres;
- c) As mulheres não terem os mesmos direitos que os homens;
- d) Os homens terem os mesmos direitos que as mulheres.

3. O que é a cultura?

- a) Uma forma de vida compartilhada;
- b) Uma expressão conhecida;
- c) Uma fantasia que proíbe ou restringe uma prática.

Responsável:

Partida:



Chegada:



Tempo:



Nome da equipa: _____

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

4. O que são os direitos humanos?

- a) Os Direitos Humanos são direitos políticos que ninguém respeita;
- b) Os Direitos Humanos são os direitos de todos os seres humanos;
- c) Os Direitos Humanos representam a discriminação de todas as pessoas.

5. Os direitos humanos incluem:

- a) Acesso a aparelhos eletrónicos como computador, tablets e telemóveis;
- b) Férias, liberdade, dinheiro e acesso à saúde;
- c) Vida, liberdade, respeito, segurança, acesso à saúde, à educação e à cultura.

Responsável:

Partida: **Chegada:** **Tempo:**

Nome da equipa: _____

Posto 2 – nível 1

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

1. Há menos pessoas a viver na pobreza agora do que há 24 anos?
 - a) Não, mil milhões de pessoas vivem hoje na pobreza;
 - b) Sim, mil milhões de pessoas saíram da pobreza.

2. Os homens também sofrem de desigualdade de género?
 - a) Sim;
 - b) Não.

3. A forma de como as pessoas comem no seu país, com garfos, pauzinhos ou dedos, é um exemplo de:
 - a) Grupo étnico;
 - b) Um elemento cultural;
 - c) Aculturação;
 - d) Uma religião.

4. O que é uma pessoa feminista?
 - a) Alguém que odeia as mulheres;
 - b) Alguém que diz que os homens têm os mesmos direitos das mulheres;
 - c) Alguém que defende que as mulheres são melhor que os homens;
 - d) Alguém que não gosta de homens.

Responsável:

Partida:

Chegada:

Tempo:

Nome da equipa: _____

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

5. Das seguintes afirmações, qual respeita a Convenção dos Direitos da Criança?

- a) Todas as crianças têm direito a dar a sua opinião, mesmo que ofendam os outros;
- b) Todas as crianças têm direito à vida e à liberdade;
- c) Todas as crianças têm o direito de fazer barulho à noite.

Responsável:

Partida:

Chegada:

Tempo:

Nome da equipa: _____

Posto 3 – nível 1

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

1. Quantas pessoas no mundo vivem em situação de pobreza extrema?

- a) Cerca de 800 pessoas;
- b) Cerca de 8 mil pessoas;
- c) Mais de 800 milhões de pessoas.

2. Discriminação significa:

- a) Tratar uma pessoa ou um grupo de modo diferente;
- b) Não seguir as regras;
- c) Deixar alguém copiar num teste;
- d) Tratar alguém mal porque estamos zangados com essa pessoa.

3. A minha cultura é melhor do que as outras.

- a) Sim, não há cultura melhor do que a minha;
- b) Não, mas há culturas superiores a outras;
- c) Não, todas as culturas devem ser respeitadas por igual.

4. Qual das afirmações respeita os direitos das crianças?

- a) O acesso aos serviços de saúde deve ser garantido a todas as crianças;
- b) As crianças de famílias ricas têm mais e melhores serviços de saúde;
- c) Os serviços de saúde não são para todas as crianças.

Responsável:

Partida:



Chegada:



Tempo:



Nome da equipa: _____

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

5. A organização mundial que aprovou a Carta dos Direitos das Crianças foi:

- a) União Europeia;
- b) Organização das Nações Unidas (ONU);
- c) Assembleia da República.

Responsável:

Partida:

Chegada:

Tempo:

Nome da equipa: _____

Posto 4 – nível 1

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

1. Quais são os países com o maior número de pobres?

- a) Os países mais populosos do Sul da Ásia e da África Subsariana;
- b) Os países mais populosos da América;
- c) Os países mais populosos da Europa.

2. Igualdade significa:

- a) Todos têm as mesmas oportunidades e direitos;
- b) Todos são tratados de modo muito diferente;
- c) Todos recebem o mesmo salário;
- d) Direitos das pessoas portadoras de deficiência.

3. A diversidade cultural deve ser:

- a) Respeitada;
- b) Aceite;
- c) Todas as respostas anteriores.

4. Quando é que se pode começar a trabalhar?

- a) Quando se quiser;
- b) Quando os pais ou responsáveis o permitirem;
- c) Quando se tiver a idade mínima para trabalhar, considerada na lei de cada num determinado país.

Responsável:

Partida:



Chegada:



Tempo:



Nome da equipa: _____

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

5. Segundo a Convenção dos Direitos da Criança, as crianças podem combater numa guerra?

a) Depende dos países;

b) Sim, desde que tenham mais de 10 anos;

c) Não, nenhuma criança com menos de 15 anos deve fazer parte dos exércitos.

Responsável:

Partida:

Chegada:

Tempo:

Nome da equipa: _____

Posto 1 – nível 2

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

1. Em 1990, cerca de quatro em dez pessoas (38%) vivia em condições de pobreza extrema. Quantas pessoas vivem hoje em tais condições?

- a) 1 em 10;
- b) 3 em 10;
- c) 5 em 10.

2. O que é uma pessoa machista?

- a) Pessoa má;
- b) Pessoa que diz que mulheres não merecem viver;
- c) Pessoa contra a igualdade de género;
- d) Pessoa a favor da igualdade de género.

3. As diferenças tornam o mundo melhor?

- a.) Sim, mas há diferenças que não devemos aceitar;
- b) Sim, a diversidade é muito importante;
- c.) Não, o mundo é melhor se formos todos iguais.

4. O grupo que partilha uma cultura, é um grupo:

- a) Étnico;
- b) Minoria;
- c) Maioria.

Responsável:

Partida:



Chegada:



Tempo:



Nome da equipa: _____

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

5. A diferença cultural e étnica:

- a) Humilha-nos e empobrece-nos;
- b) Torna-nos tolerantes e enriquece os nossos relacionamentos interpessoais;
- c) Não tem importância nas nossas vidas.

Responsável:

Partida: **Chegada:** **Tempo:**

Nome da equipa: _____

Posto 2 – nível 2

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

1. Qual é a percentagem de idosos em Portugal que em 2016 estava em risco de desnutrição?

- a) 2%;
- b) 15%;
- c) 33%.

2. A mulher é frágil e, por isso, necessita de mais proteção.

- a) Concordo;
- b) Discordo.

Justifica a tua opção: _____

3. Qual destes itens NÃO é uma característica da cultura?

- a) Língua;
- b) Arquitetura;
- c) Música;
- d) Cuidados de saúde.;

4. A Maria, por ser rapariga, tem menos direitos do que o João?

- a) Não, porque as raparigas e os rapazes têm os mesmos direitos;
- b) Não, porque isso depende da pessoa;
- c) Sim, porque as raparigas têm menos força que os rapazes.

Responsável:

Partida:



Chegada:



Tempo:



Nome da equipa: _____

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

5. Os Direitos das Crianças destacam-se por:

- a) Defender a dignidade de todas as crianças;
- b) Defender o direito que todas as crianças têm de brincar;
- c) Defender as famílias.

Responsável:

Partida: **Chegada:** **Tempo:**

Nome da equipa: _____

Posto 3 – nível 2

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

1. O número de pessoas que passam fome no mundo está a diminuir.

- a) Verdadeiro;
- b) Falso.

2. Refere as 3 principais características que associas aos homens e às mulheres na nossa sociedade:

HOMENS	MULHERES

3. As pessoas podem partilhar:

- a) Crenças;
- b) Valores;
- c) Todas as respostas anteriores.

4. As crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) têm os mesmos direitos que as outras crianças?

- a) Não, porque há muitas coisas que não conseguem fazer
- b) Sim, todas as crianças têm os mesmos direitos, independentemente das suas características físicas e mentais, raça, etnia, religião ou sexo.

Responsável:

Partida:



Chegada:



Tempo:



Nome da equipa: _____

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

5. Todas as crianças têm o direito:

- a) A brincar;
- b) À proteção;
- c) A trabalhar.

Responsável:

Partida:

Chegada:

Tempo:

Nome da equipa: _____

Posto 4 – nível 2

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

1. Consideras que estamos no caminho certo para erradicar a pobreza extrema até 2030?

Justifica a tua opção

a) Sim;

b) Não.

Porquê?

2. O que significa a palavra preconceito?

a) Roubar o dinheiro de alguém;

b) Ter ideias fixas e julgar os outros;

c) Mandar alguém injustamente para a cadeia;

d) Ser muito amigo de alguém.

3. O que distingue uma cultura das outras?

a) O que nos identifica, enquanto pessoas;

b) Apenas o idioma.

4. Todos os seres humanos têm direitos. Ter direitos implica ter deveres?

a) Não;

b) Sim;

c) Depende das situações.

Responsável:

Partida:



Chegada:



Tempo:



Nome da equipa: _____

Rodeia a opção que consideras mais acertada.

Cotações

5. A criança tem direito a viver num ambiente:
- a) De afeto, segurança moral e material;
 - b) De conflito e confusão;
 - c) Sem condição para o seu desenvolvimento.

Responsável:

Partida:

Chegada:

Tempo:

DESAFIO POSTO 1

Se te queres divertir, a este local tens de te dirigir!

Dica: Baloço

DESAFIO POSTO 2

Se jogador queres ser, atrás da bola tens de correr!

DESAFIO POSTO 3

Se amargar, lá terás de ir para a boca adoçar!

Dica: 0,05€

DESAFIO POSTO 4 (Chegada)

No campo nos vamos criar, entre a terra e o ar

Dica: legumes

Anexo AR – Soluções das folhas de prova da atividade do Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”

Soluções (Posto 1 – nível 1):

- 1- B
- 2- D
- 3- A
- 4- B
- 5- C

Soluções (Posto 2 – nível 1):

- 1- A
- 2- A
- 3- B
- 4- B
- 5- A

Soluções (Posto 3 – nível 1):

- 1- C
- 2- A
- 3- C
- 4- A
- 5- B

Soluções (Posto 4 – nível 1):

- 1- A
- 2- A
- 3- C
- 4- C
- 5- C

Soluções (Posto 1 – nível 2):

- 1- A
- 2- C
- 3- B
- 4- A
- 5- B

Soluções (Posto 2 – nível 2):

- 1- C
- 2- Resposta Aberta
- 3- D
- 4- A
- 5- C

Soluções (Posto 3– nível 2):

- 1- A
- 2- Resposta Aberta
- 3- C
- 4- B
- 5- C

Soluções (Posto 4 – nível 2):

- 1- Resposta Aberta
- 2- B
- 3- A
- 4- B
- 6- A

Anexo AS – Informações sobre as tarefas a realizar nos diferentes postos da atividade
Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”

Tarefa nº1 – Parque

Jogo do Limbo

- Nº de Crianças – Número de elementos da Equipa
- Material – Corda, folhas das questões, música
- Normas – a corda deve estar em bom estado

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

2 responsáveis esticam a corda de forma que esta fique completamente esticada. Outra responsável fica encarregue de responder as questões. O jogo consiste em ir para debaixo da corda sem cair enquanto respondem a uma série de questões.

Perguntas para o desafio 1 – “Limbo”

Pergunta 1:

Achas que quando uma família está em situação de pobreza, as crianças devem ser retiradas a essa família?

- Não. É fundamental pais e filhos/as ficarem juntos. O Estado deve ajudar economicamente esses pais a cuidar dos/as filhos/as**
- Sim, porque os pais não têm dinheiro para educar os/as filhos/as e é o melhor irem para uma instituição
- Não. Se gostam de estar com os pais, os/as filhos/as até podem não ir à escola

Pergunta 2:

Achas que as crianças que vivem numa família de acolhimento perdem direitos?

- Não, porque continuam a ter o direito de frequentar a escola
- Não, porque têm direito a tempos livres
- Não, porque têm proteção e assistência especial do Estado**

Pergunta 3:

Quando é que uma criança pode ser adotada?

- Quando a criança quiser muito ter uma família e ser feliz

- b) Quando os pais derem o seu consentimento porque acham que é melhor para a criança
- c) **Quando a criança se encontrar numa situação de perigo (privação de direitos), a situação não poder ser solucionada dentro da família biológica e estiverem reunidas todas as condições e garantias, de acordo com a Lei, de que ela vai poder ter uma vida melhor**

Pergunta 4:

A criança tem direito a defesa quando cometeu um ato identificado como crime no Código Penal?

- a) Não, porque depende do ato
- b) **Sim, porque todos têm direito a defesa**
- c) Sim, quando tem dinheiro para pagar um advogado

Pergunta 5:

A Mafalda tem 9 anos e não quer frequentar a escola. O que vai acontecer?

- a) A Mafalda não vai frequentar a escola porque não gosta
- b) A Mafalda não vai frequentar a escola porque tem poder de decisão
- c) **A Mafalda vai frequentar a escola porque tem de respeitar e obedecer à decisão dos pais, que sabem que a escola é fundamental para o seu desenvolvimento**

Tarefa nº2 – Campo da bola

CORRIDA DE SACOS (Jogos Tradicionais)

- Nº de Crianças – Número de elementos da Equipa
- Material – Sacos, faixa de partida e chegada
- Normas – Os sacos devem-se encontrar em bom estado

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

Os jogadores devem entrar no saco, e segurar as abas laterais do saco com as mãos, colocando-se em posição vertical. Os jogadores devem aguardar pelo sinal de partida dado pelo responsável atrás da faixa de partida e “correr” até a meta no menor tempo possível, após o sinal de partida dado pelo responsável. Vence a equipa que fizer o percurso em menos tempo.

Nota: o tempo que será contabilizado é o tempo de todos os elementos

Tarefa posto nº3 – Dª Celeste

Concurso de música (Cultura)

- Nº de Crianças – Número de elementos da Equipa
- Material – coluna, telemóvel

Neste posto os participantes terão de adivinhar o estilo musical (pop) colocando pela responsável e cantarolar os 10 segundos seguintes da música apresentada. Para tal será contabilizado pelo 0.5 ponto pela resposta certa do estilo musical e 0.5 ponto pela resposta certa de continuar a música.

5 enxertos de músicas que serão apresentadas

- “Apita o comboio” e toca dos 00:00 segundos até 00:43 segundos, disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=zJs8fNhH3Ik>
E terão de referir que pertence ao estilo musical música popular portuguesa. E devem continuar “apita o comboio que coisa tão linda, apita o comboio perto de Coimbra”.
- “Gosto de ti” e toca dos 00:00 segundos até 1 minuto e 8 segundos, disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=uMwBTzpGmhs>. E terão de referir que pertence ao estilo musical – música cigana. E devem continuar “Hai eu gosto de ti Deus sabe que é verdade e eu gosto de ti Hai eu gosto de ti Deus sabe que é verdade e eu gosto de ti Hai eu gosto de ti Deus sabe que é verdade”.
- “Inesquecível” e toca dos 00:00 segundos até 52 segundos, disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=PcXtzbdCd-E>. E terão de referir que pertence ao estilo música pop. E devem continuar “Inesquecível, mesmo que não queira, Inesquecível (é), é o que é, inesquecível, mesmo que não queira, (Mesmo que não queira).
- “Rainha Tiktok” e toca dos 00:00 segundos até 52 segundos, disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=pYspUNWjhZE>. E terão de referir que pertence ao estilo-música popular portuguesa. E devem continuar “ele é o rei Tiktok tá na moda tou na onda sem parar ela é rainha Tiktok”.
- “Mon Amour” e toca dos 00:00 segundos até 32 segundos, disponível no link <https://www.youtube.com/watch?v=o2tdLOK7-PE>. E terão de referir que pertence ao estilo -. E devem continuar “pop”. E devem continuar “Y es que me encantas tanto Si me miras mientras canto Se me pone cara tonto Niña, tú me tienes loco Y es que me gustas, no sé cuánto Gogoko zaitut como dirían los vascos Si quieres te lo digo hasta en”.

Tarefa posto nº4 – Projeto com Vida

Concurso de dança (Diversidade Cultural)

- Nº de Crianças – Número de elementos da Equipa
- Material – coluna, telemóvel

Neste posto os participantes terão de dançar vários estilos de dança, através das músicas previamente escolhidas pelas estagiárias. Este desafio permite que os participantes explorem diferentes culturas, e experimentem os tipos de dança característicos e tradicionais promovendo, assim, a diversidade cultural.

Músicas escolhidas:

- https://www.youtube.com/watch?v=_r-8FBqu8-c – desde os 40 segundos até ao 1 minuto
- https://www.youtube.com/watch?v=r2VXX4h_TmE – desde os 0 segundos até aos 20 segundos
- <https://www.youtube.com/watch?v=PFzZfBSGB4k> - a partir dos 21 segundos até aos 41 segundos
- <https://www.youtube.com/watch?v=273pasBKH18> – a partir dos 10 segundos até aos 30 segundos
- https://www.youtube.com/watch?v=p_19GSWp4 - a partir dos 0 segundos até aos 20 segundos

Anexo AT – Questionário de avaliação da atividade Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”

Atividade – Peddy Paper “Vou aprender no meu bairro”

08 de junho de 2022

Questionário de Avaliação da Atividade

1. Gostaste de participar na atividade?



Sim



Mais ou menos



Não

2. Consideras que os temas tratados nesta atividade são importantes? Porquê?

3. Nesta atividade, qual foi o tema que aprendeste mais?

Direitos das Crianças

Igualdade de Género

Diversidade Cultural

Pobreza no Mundo

4. Queres deixar uma sugestão para melhorar a atividade? Se sim, qual?

Obrigada pela participação!



Anexo AU – Certificado de participação na atividade Peddy Paper “Vou aprender no meu Bairro”



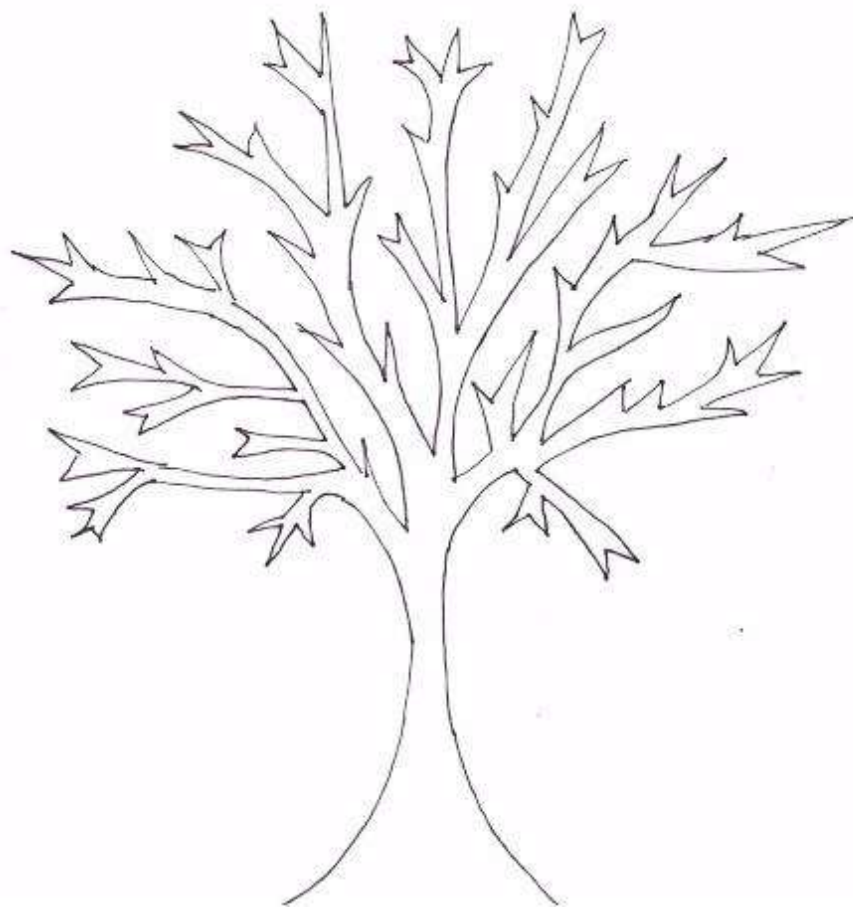
Anexo AV – Planificação da atividade “E amanhã?”

Medida: Apoio na iniciativa “Escolas Contra a Pobreza”		
Atividade: “E amanhã?”		
Tema: Projeto de Vida e Autonomização		
Data: 16 e 17 de maio de 2022	Tempo previsto: 1 hora	Local: Associação Viseense de Santa Teresinha
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal		
Público-alvo: Jovens destinatários da Associação Viseense de Santa Teresinha		Participantes: Grupo de jovens destinatários da Associação Viseense de Santa Teresinha
Objetivo Geral	Contribuir para uma definição objetiva de projeto de vida, bem como para a importância da autonomização dos jovens institucionalizados.	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Consciencializar para a tomada de decisões adequadas e para os impactos que as mesmas têm no percurso de vida; • Promover a definição de metas de vida; • Compreender as funções do Centro de Emprego e os requisitos necessários para a inscrição no mesmo; • Conhecer as técnicas de procura de emprego e de entrevista de emprego; • Conhecer os procedimentos e as técnicas de elaboração do Curriculum Vitae. 	
Descrição da atividade	Em conjunto com as estagiárias da Associação Viseense de Santa Teresinha, que frequentam a Licenciatura em Educação Social da Escola Superior de Educação de Viseu, irá ser organizada uma atividade, na referida Associação, com o título “E amanhã?”. A presente atividade objetiva, assim, a criação de momentos de debate e reflexão, mediante a partilha de experiências, vivências e/ou sentimentos, entre as estagiárias e os participantes. Posto isto, numa fase inicial, será colocado, aos/às jovens destinatários/as, um conjunto de questões, nomeadamente: “Já alguma vez pensaste no teu futuro?”; “Como te imaginas daqui a	

	<p>10 anos?"; "Quem serás tu no futuro?"; "Quais são as tuas ambições?". Após estar concluído o mencionado debate, as estagiárias distribuirão, por cada participante, uma árvore – a “Árvore dos Sonhos” –, numa folha A4 (Anexo AW), em que será solicitado que descrevam, nos ramos da mesma, um objetivo/meta/projeto de vida, a nível pessoal, social, profissional e/ou familiar. Diante do exposto, pretende-se que os/as participantes considerem, com base no que anotaram, as possibilidades, as transformações necessárias, bem como os fatores essenciais para concretizar o que ambicionam. De forma a promover a reflexão supracitada, as estagiárias poderão utilizar, como recurso, algumas questões, previamente formuladas, como são exemplos: “Qual seria o sonho mais difícil de ser concretizado? Porquê?”; “Qual seria o sonho mais fácil de ser concretizado? Porquê?”. Finalizada a primeira parte da atividade, proceder-se-á ao segundo momento da mesma, referente à autonomização dos/das jovens após a saída da instituição, em que serão retratados assuntos alusivos ao Centro de Emprego e ao Curriculum Vitae. Neste seguimento, será distribuído, a cada jovem, o Questionário de Avaliação Inicial (Anexo AX), de forma a compreender os níveis de conhecimento sobre os temas em análise. Numa fase posterior e com recurso a um PowerPoint (Anexo AY), serão apresentados conteúdos sobre a definição de “Centro de Emprego”, as suas funções, os requisitos necessários para a respetiva inscrição, algumas estratégias a adotar numa entrevista de emprego, bem como as técnicas elementares para a construção de um Curriculum Vitae. Com o objetivo de consolidarem os conhecimentos adquiridos, os/as jovens serão convidados/as, numa fase inicial e mediante o Modelo de explicação de um Curriculum Vitae (Anexo AZ), a preencher o seu currículo (Anexo BA), para, num momento posterior, se realizar uma simulação de entrevista de emprego, com os/as mesmos/as. De modo a concluir a segunda parte da atividade, solicitar-se-á aos/às participantes que preencham o Questionário de Avaliação Final (Anexo BB), de acordo com as aprendizagens retidas no</p>
--	---

	decorrer da sessão dinamizada. Posto as etapas anteriormente descritas, serão distribuídos Flyers (Anexo BC) e aplicado, aos/às jovens, o Questionário de Avaliação da atividade (Anexo BD), no sentido de perceber se a atividade correspondeu às expectativas dos/das mesmos/as.
Recursos humanos	Estagiárias do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Estagiárias da Associação Viseense de Santa Teresinha.
Recursos materiais	Para a mencionada atividade são necessários os seguintes materiais: computador; projetor; canetas e impressos, tais como: “Árvore dos Sonhos” (Anexo AW); Questionário de Avaliação Inicial (Anexo AX); Modelo de explicação de um Curriculum Vitae (Anexo AZ); Modelo de exemplo de um Curriculum Vitae (Anexo BA); Questionário de Avaliação Final (Anexo BB); Flyer (Anexo BC) e Questionário de Avaliação da atividade (Anexo BD).
Recursos financeiros	O material necessário para a realização da atividade não contém uma estimativa de custos.
Avaliação	Questionário de Avaliação Inicial (Anexo AX); Questionário de Avaliação Final (Anexo BB) e Questionário de Avaliação da atividade (Anexo BD).
Observações	

Anexo AW – “Árvore dos Sonhos” relativa à atividade “E amanhã?”



Atividade – “E amanhã?”

17 de maio de 2022

Questionário de Avaliação Inicial

O presente questionário, realizado pelas estagiárias do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, que frequentam a Licenciatura em Educação Social e o Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu, tem como principal objetivo compreender os conhecimentos que os/as participantes apresentam relativos ao Centro de Emprego e *Curriculum Vitae* (CV).

Assinala com uma **cruz** a resposta que melhor se adequa à questão colocada, tendo em conta a tua experiência, mediante as seguintes opções de resposta: “**Sim**”, “**Não Sei**” e “**Não**”. Importa salientar que o questionário é anónimo e que não existem respostas certas ou erradas.

11. Sei o que é o Centro de Emprego.

Sim

Não Sei

Não

12. Sei para que serve o Centro de Emprego.

Sim

Não Sei

Não

13. Sei onde se localiza o Centro de Emprego de Viseu.

Sim

Não Sei

Não

14. Sei o que é necessário para realizar a minha inscrição no Centro de Emprego.

Sim

Não Sei

Não

15. Tenho conhecimento que o Centro de Emprego tem uma página na *Internet*.

Sim

Não Sei

Não

16. Já consultei a página da *Internet* do Centro de Emprego.

Sim

Não Sei

Não

17. Sei o que fazer para me preparar para uma entrevista de emprego.

Sim

Não Sei

Não

18. Sei o que é um *Curriculum Vitae*.

Sim

Não Sei

Não

19. Já fiz um *Curriculum Vitae*.

Sim

Não Sei

Não

Obrigada pelo teu contributo!



Anexo AY – PowerPoint de apresentação relativo à atividade “E amanhã?”

Diapositivo n.º 1

EAPN
PORTUGAL
UMA ESCOLA PARA TODOS

Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal

“E amanhã?”

Bruna Gomes, Inês Pereira, Maria Sousa e Marília Moreira
(Empatistas do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal)

Diapositivo n.º 2

O Centro de Emprego é a entidade que intervém para atingir os objetivos do IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional.

Centro de Emprego

(IEFP, s.d.)

2

Diapositivo n.º 3

Para que serve o centro de emprego?

- O centro de emprego é crucial em situações de procura de formação profissional, no desenvolvimento de competências de procura de emprego e na gestão de carreira ou mesmo a dar acesso a oportunidades de trabalho.
- Várias empresas recorrem aos centros de emprego para recrutar colaboradores, pelo que a tua inscrição fará com que o teu currículo seja divulgado a um conjunto alargado de empresas.

(IEFP, s.d.)

3

Diapositivo n.º 4

Como procurar emprego?

O IEFP disponibiliza o acesso a um conjunto de recursos e serviços que facilitam a tua inserção no mercado de trabalho. Para teres conhecimento dos mesmos:

- ✓ Vê diariamente os anúncios de emprego;
- ✓ Consulta as ofertas disponíveis nos serviços de emprego, nos gabinetes de inserção profissional e noutras entidades;
- ✓ Contacta pessoas que conheças e manifesta o teu empenho em encontrar um emprego.

(IEFP, s.d)

Diapositivo n.º 5

Como te podes inscrever?

No portal **iefponline**.

Presencialmente,
no serviço de emprego mais
próximo de ti.

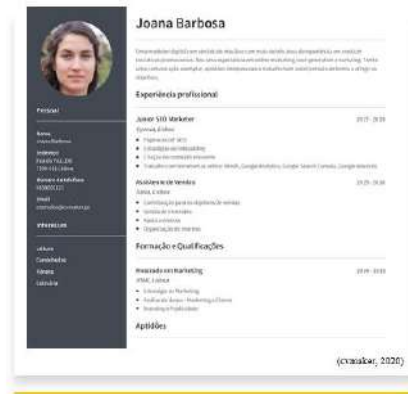
(IEFP, s.d)

Diapositivo n.º 6



Diapositivo n.º 7

Curriculum Vitae (CV)



Diapositivo n.º 8

5 princípios básicos para um bom Curriculum Vitae (CV)

1. Concentra-te no essencial;
2. Sé claro/a e conciso/a;
3. Adequa o teu CV em função do cargo a que te candidatas;
4. Tem em atenção a apresentação do teu CV;
5. Lê com atenção o teu CV depois de o preencheres.

(União Europeia, 2002-2019)

Diapositivo n.º 9

Importância de um bom CV

Causa boa impressão;

Potencia oportunidades de uma entrevista de emprego;

Garante a tua vaga de emprego.

(União Europeia, 2002-2019)

Diapositivo n.º 10






Dicas para elaborares um bom currículo

- ✓ Constrói o teu curriculum numa a duas páginas;
- ✓ Utiliza frases simples e curtas;
- ✓ Evita parágrafos com mais de 5 linhas;
- ✓ Transmite apenas uma ideia por parágrafo;
- ✓ Não escrevas os números por extenso, caso os utilizes;
- ✓ Apresenta as datas sempre da mesma maneira;
- ✓ Se utilizares siglas, escreve o seu significado.

(União Europeia, 2002-2019)

10

Diapositivo n.º 11

-  Elabora o *Curriculum Vitae* (CV) adequado à oferta de emprego a que te candidatas;
-  Mantém uma boa rede de contactos;
-  Faz uma procura ativa de emprego;
-  Efetua candidaturas espontâneas e apresentações pessoais nas organizações;
-  Utiliza sites de procura de emprego, redes sociais (Facebook, Twitter, ...).

(Famandós, 2016; González & Saera, 2016)

Aspetos a ter em conta quando estás à procura de emprego

11

Diapositivo n.º 12

Entrevista de emprego

O que fazer?

- ✓ Obtém o máximo de informação acerca da organização (missão, objetivos, valores) e da oferta de emprego (principais tarefas e responsabilidades);
- ✓ Relê o teu CV e prepara-te para aprofundares aspetos;
- ✓ Faz uma simulação da entrevista, através de um vídeo de forma a analisares as tuas competências de comunicação e linguagem corporal;
- ✓ Certifica-te qual é a data, hora e local da entrevista de emprego;
- ✓ Apresenta-te de forma cuidada.

(Sousa, 2015; União Europeia, 2002-2019)

12

Diapositivo n.º 13

Aspetos a abordar na entrevista de emprego

- ✓ Dados biográficos (por exemplo, nome, idade, data de nascimento e nacionalidade);
- ✓ Formação escolar;
- ✓ Experiência/história profissional;
- ✓ Características pessoais;
- ✓ Situação familiar (casada, solteira, ...);
- ✓ Atividades exteriores ao trabalho (*hobbies*);
- ✓ Qualidades exigidas à função.

(Sessa, 2015)

13

Diapositivo n.º 14

Alguns exemplos de questões:

- ✓ Porque se candidatou a este posto de trabalho?
- ✓ Quais são os seus pontos fortes?
- ✓ Quais são os seus pontos fracos?
- ✓ Porque devemos lhe dar este emprego?

(União Europeia, 2002-2010)

14

Diapositivo n.º 15

Dicas para uma entrevista

- ✓ Não sejas confiante demais, nem muito modesto/a;
- ✓ Não uses vestuário descontraído;
- ✓ Não fales demais;
- ✓ Não interrompas os entrevistadores quando estiverem a falar;
- ✓ Não critiques o empregador anterior;
- ✓ Não mostres falta de entusiasmo.

(União Europeia, 2002-2010)

15

Diapositivo n.º 16

Referências Bibliográficas


- Sousa, A. (2015). *Técnicas de Procura de Emprego*. Obtido em: <https://cupdf.com/document/manual-ufcd-8600-tecnicas-de-procura-de-emprego.html>?
- União Europeia. (2002-2019). *Europass*. Obtido em: <https://europass.cedefop.europa.eu/pt>
- Fernández, A. (2016). *La orientación profesional desde el enfoque de la educación socia: Un modelo integral de intervención*. *Revista de Educación Social*, 24, 1-9.
- González, M., & Sastre, M. (2016). *Educador y educadora social: acceso al mundo laboral*. *Revista de Educación Social*, 23, 133-146.
- IEFP, (s.d). *Instituto do Emprego e Formação Profissional*. Obtido em: <https://www.iefp.pt/iefp>
- cvmaker (2020). *Como escrever o CV de Marketing perfeito? Conheça as nossas dicas, exemplos e Templates de Currículo!*. Obtido em: <https://www.cvmaker.pt/blog/curriculum-vitae/como-escrever-o-cv-de-marketing-perfeito-conheca-as-nossas-dicas-exemplos-e-templates-de-curriculo>

16

Diapositivo n.º 17

Atividade organizada por:





[Fotografia de Perfil]

Nome

(Primeiro e último)

Cargo ao qual eu me candidato

(Exemplos: Advogado/a; Cabeleireiro/a; Veterinário/a)

Descrição do perfil

Pequena apresentação sobre o que me define. Aqui, devo descrever as minhas qualidades pessoais e profissionais.

Competências

Neste espaço devo colocar, por tópicos, as minhas **habilidades**. Os recrutadores terão de perceber as **aptidões** que possuo para a função/trabalho à/ao qual me candidato.

Informações de contacto

Este campo deve especificar as possíveis formas de estabelecer contacto comigo, caso o recrutador necessite de o fazer.

- Número de telemóvel;
- *E-mail* pessoal/profissional;
- *Website* pessoal (se existir);
- Morada (opcional).

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

(Aqui devo enunciar as **minhas experiências profissionais e de voluntariado**, até ao momento, de acordo com uma ordem cronológica da **mais recente à mais antiga**. Nesta secção, deve estar incluído o cargo que desempenho/desempenhei; o período de contratação; o nome da empresa e as funções/tarefas desenvolvidas)

Cargo que desempenho/desempenhei

Nome da empresa/instituição/associação

(Data do início - Data de fim)

Descrição, por tópicos, das funções/tarefas realizadas:

- (...)
- (...)
- (...)

PERCURSO ACADÉMICO

(A formação académica diz respeito à **formação básica, secundária e superior que tenho**. Importa saber que devem ser integrados, em anexo, os **certificados** de finalização e frequência dos respetivos cursos.

Nome da Faculdade e Universidade/Escola Superior e Politécnico

Nome do curso *(ano de início - ano de finalização)*

Nome da Escola Secundária

Nome do curso *(ano de início - ano de finalização)*

Nome da Escola Básica

(ano de início - ano de finalização)

INTERESSES E PASSATEMPOS

(Devo identificar, neste campo, os **hobbies** que mais gosto de fazer nos meus tempos livres. Se conseguir, devo apresentar alguns **interesses e passatempos relacionados com o cargo ao qual me candidato**. Posso escrever por tópicos ou por texto).

[Fotografia de Perfil]

.....

.....

.....

Descrição do perfil

.....

.....

.....


Competências


.....


.....


.....

Informações de contacto









EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

.....

.....

-
-
-

.....

-
-
-

PERCURSO ACADÉMICO

.....

.....

.....

.....

.....

.....

INTERESSES E PASSATEMPOS

.....

.....

.....

.....

Atividade – “E amanhã?”

17 de maio de 2022

Questionário de Avaliação Final

O presente questionário, realizado pelas estagiárias do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, que frequentam a Licenciatura em Educação Social e o Mestrado em Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu, tem como principal objetivo compreender os conhecimentos que os/as participantes apresentam relativos ao Centro de Emprego e *Curriculum Vitae* (CV).

Assinala com uma **cruz** a resposta que melhor se adequa à questão colocada, tendo em conta a tua experiência, mediante as seguintes opções de resposta: **Sim**, **Não Sei** e **Não**. Importa salientar que o questionário é anónimo e que não existem respostas certas ou erradas.

1. Sei o que é o Centro de Emprego.

Sim

Não Sei

Não

2. Sei para que serve o Centro de Emprego.

Sim

Não Sei

Não

3. Sei onde se localiza o Centro de Emprego de Viseu.

Sim

Não Sei

Não

4. Sei o que é necessário para realizar a minha inscrição no Centro de Emprego.

Sim

Não Sei

Não

5. Sei o que fazer para me preparar para uma entrevista de emprego.

Sim

Não Sei

Não

6. Sei o que é um *Curriculum Vitae*.

Sim

Não Sei

Não

Obrigada pelo teu contributo!



Anexo BC – Flyer alusivo à atividade “E amanhã?”


EAPN PORTUGAL
REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
NÚCLEO DISTRITAL VISEU


Estagiárias do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal


BRUNA GOMES INÊS PEREIRA
MARIA SOUSA MARÍLIA MOREIRA


CONTEXTO

Os objetivos são essenciais para termos uma orientação geral e um propósito de vida. Adquirir uma conduta de orientação para os objetivos permite-nos transformar os nossos sonhos em realidade. O foco nos objetivos permite-nos orientar para a solução em vez de nos centrarmos no problema. Ao estabelecer objetivos focamo-nos na pergunta "O que é que eu quero e posso fazer?". Uma vez definido o problema, o enfoque no objetivo permite superar a situação e possibilita encontrar a solução, de forma estruturada.


estagioeseapn2122@gmail.com
viseu@eapn.pt


(+351) 967 084 614
NÚMERO INSTITUCIONAL DO NÚCLEO DISTRITAL DE VISEU DA
EAPN PORTUGAL


**RUA DR. CÉSAR ANJO,
LOTE 2, R/CH F
3510-009 VISEU**



"E AMANHÃ?"

COMO CONSTRUIR UM CV

- CONCENTRA-TE NO ESSENCIAL;
- SÊ CLARO/A E CONCISO/A;
- ADEQUA O TEU CV EM FUNÇÃO DO CARGO A QUE TE CANDIDATAS;
- TEM EM ATENÇÃO A APRESENTAÇÃO DO TEU CV;
- LÊ COM ATENÇÃO O TEU CV DEPOIS DE O PREENCHERES.
- CONSTRÓI O TEU CV NUMA A DUAS PÁGINAS;

COMO CONSTRUIR UM CV

- UTILIZA FRASES SIMPLES E CURTAS;
- EVITA PARÁGRAFOS COM MAIS DE 5 LINHAS;
- NÃO ESCREVAS OS NÚMEROS POR EXTENSO, CASO OS UTILIZES;
- APRESENTA AS DATAS SEMPRE DA MESMA MANEIRA;



DICAS PARA UMA ENTREVISTA

ALGUMAS DICAS PARA TE AJUDAR!

- ✓ TENTA OBTER O MÁXIMO DE INFORMAÇÃO ACERCA DA ORGANIZAÇÃO E DA OFERTA DE EMPREGO;
- ✓ RELÊ O TEU CV;
- ✓ PREPARA-TE E FAZ UMA SIMULAÇÃO DE ENTREVISTA, PARA ANALISARES AS TUAS COMPETÊNCIAS;
- ✓ APRESENTA-TE DE FORMA CUIDADA.
- ✓ NÃO INTERROMPAS O ENTREVISTADOR QUANDO ESTIVER A FALAR;

Atividade – “E amanhã?”
Questionário de Avaliação da Atividade

17 de maio de 2022

1. Gostaste de participar nesta atividade?

(Sim)

(Mais ou menos)

(Não)

2. Na tua opinião, é importante realizar atividades sobre o Centro de Emprego e o *Curriculum Vitae*?

(Sim)

(Mais ou menos)

(Não)

3. Consideras que as aprendizagens que adquiriste nesta atividade serão úteis para a tua vida profissional?

(Sim)

(Mais ou menos)

(Não)

4. Deixa um comentário ou uma sugestão de melhoria sobre a atividade.

Obrigada pela participação!

Anexo BE – Fotografias da dinamização da atividade “E amanhã?”

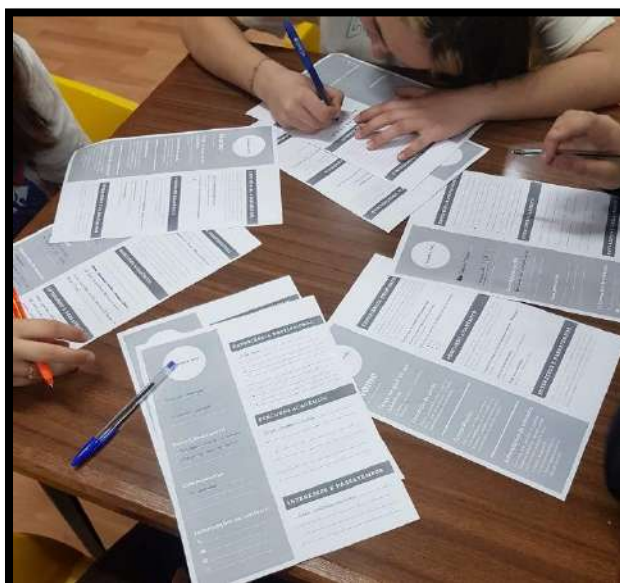
Figura 1

Dinamização da atividade “E amanhã?”



Figura 2

Preenchimento, pelas participantes, dos modelos de currículo



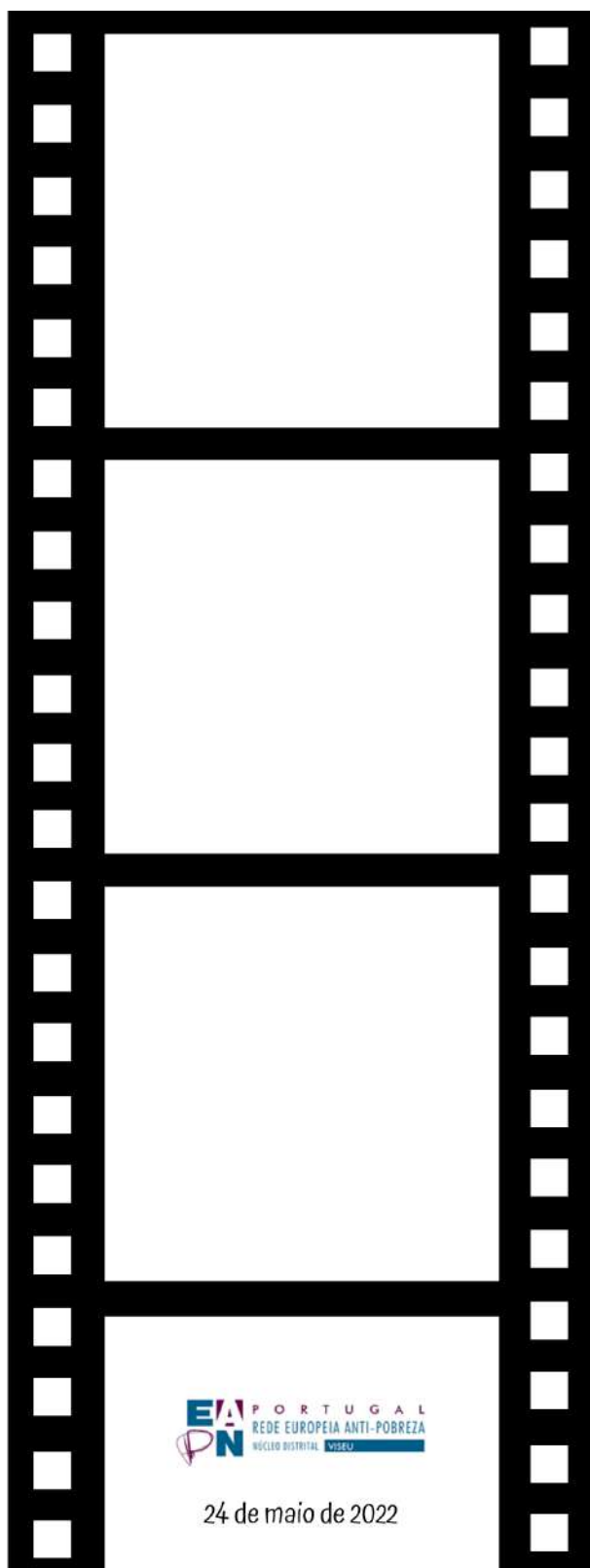
Anexo BF – Planificação da primeira sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”

Medida: Implementação de um projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”		
Atividade: Primeira sessão do projeto photovoice “Família e os seus desafios”		
Tema: Photovoice e Família		
Data: 24 de maio de 2022	Tempo previsto: 1 hora	Local: Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita, Viseu
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal		
Público-alvo: Jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos		Participantes: Grupo de alunos do ensino secundário da Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita, Viseu
Objetivo Geral	Refletir sobre a importância da fotografia na compreensão da realidade global e de realidades individuais.	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a metodologia do Photovoice; • Estimular as capacidades de reflexão individual e em grupo; • Reforçar o pensamento crítico. 	
Descrição da sessão	<p>Para iniciar a atividade, os participantes serão convidados a debaterem, em grupos de 4 a 5 elementos, uma descrição para cada fotografia apresentada nos Rolos de Filme (Anexo BG) e as registarem nos espaços em branco de cada rolo. Após todos os campos se encontrarem preenchidos, pretende-se que os jovens reflitam sobre as diferentes formas possíveis de perspetivar uma imagem. Num momento posterior, dar-se-á a contextualização do projeto “Família e os seus desafios”, mediante o recurso a um Powerpoint (Anexo BH) e reflete-se sobre a temática em estudo, pretendendo auxiliar o público-alvo na análise das suas próprias estruturas familiares. Na fase final da primeira sessão, será distribuído, a cada participante, um Marcador Informativo (Anexo BI), no qual consta determinadas recomendações para responder à pergunta. Posteriormente, levanta-se a primeira questão “O que é, para mim, a família?”, a qual se pretende que seja respondida com a maior</p>	

	<p>transparência e sinceridade, mediante uma fotografia captada por cada interveniente.</p> <p>Ressalva-se que o período estabelecido entre a primeira e a segunda sessão compreende o tempo destinado ao jovem para refletir sobre a questão colocada e, concomitantemente, seleccionar a imagem propícia à sua resposta.</p>
Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Professores ou técnicos da Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita.
Recursos materiais	É necessário que cada participante detenha um instrumento ótico (telemóvel, máquina fotográfica ou outro recurso), capaz de captar fotografias. Ademais, para a mencionada sessão, serão necessários outros recursos, tais como: 3 cartolinas (uma branca e duas de cor); 1 rolo de papel plastificado; Molde do rolo de filme (Anexo BG); Marcadores Informativos (Anexo BI); computador e projetor.
Recursos financeiros	O material necessário para a concretização da primeira sessão contém uma estimativa de 2,05 € (3 cartolinas; 1 rolo de papel plastificado e impressos).
Avaliação	A avaliação será efetuada no fim do projeto.
Observações	

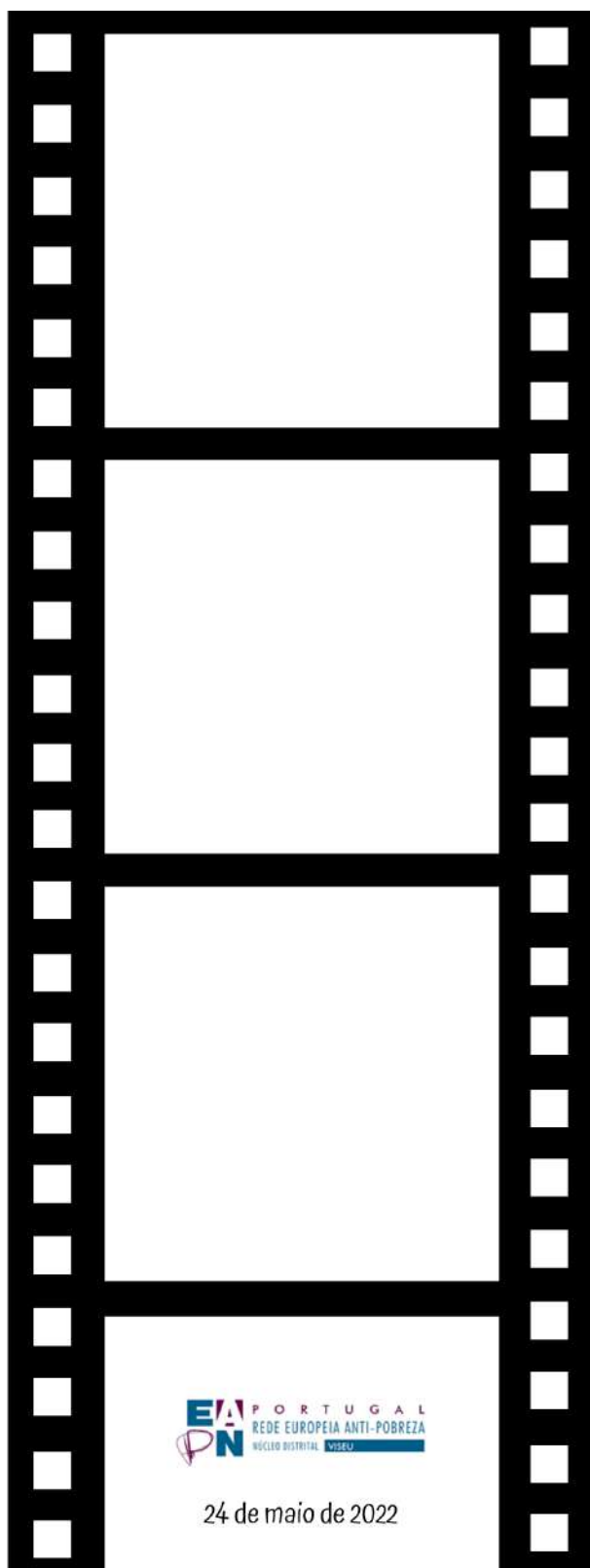
Anexo BG – Molde do Rolo de filme antigo para a primeira sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus Desafios”

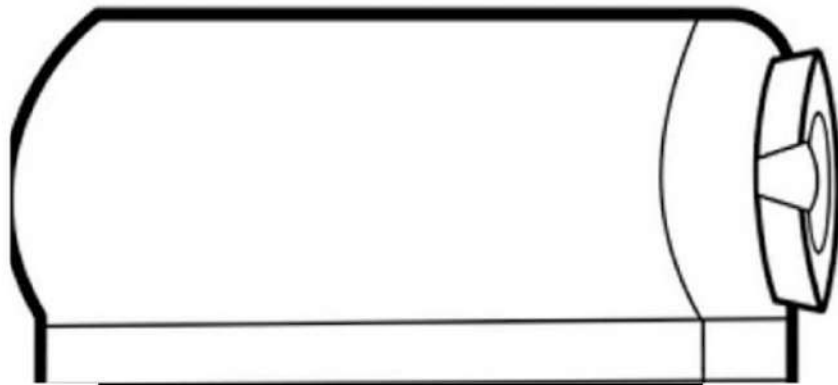


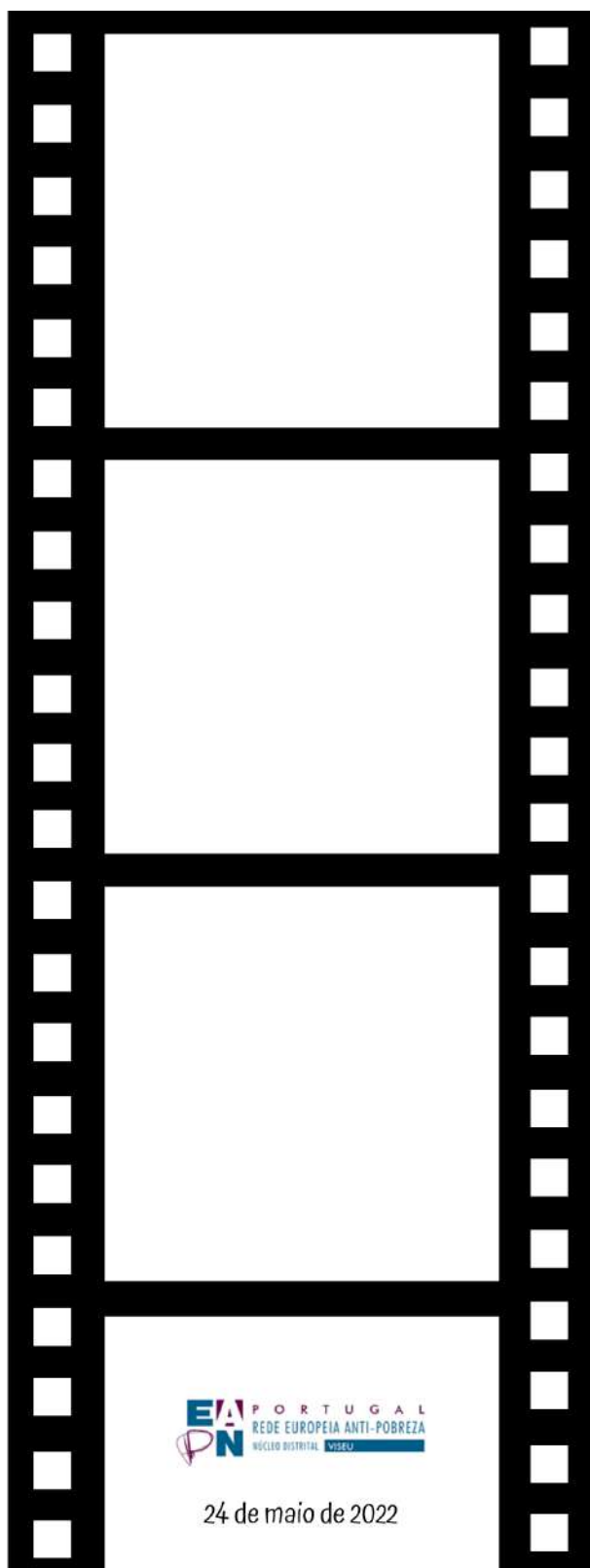


24 de maio de 2022



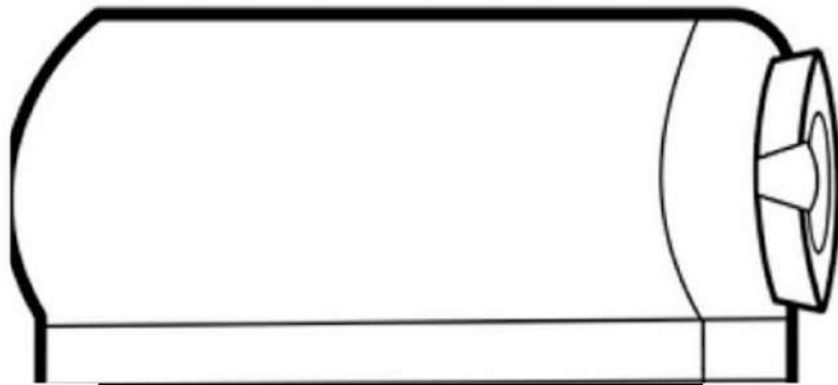


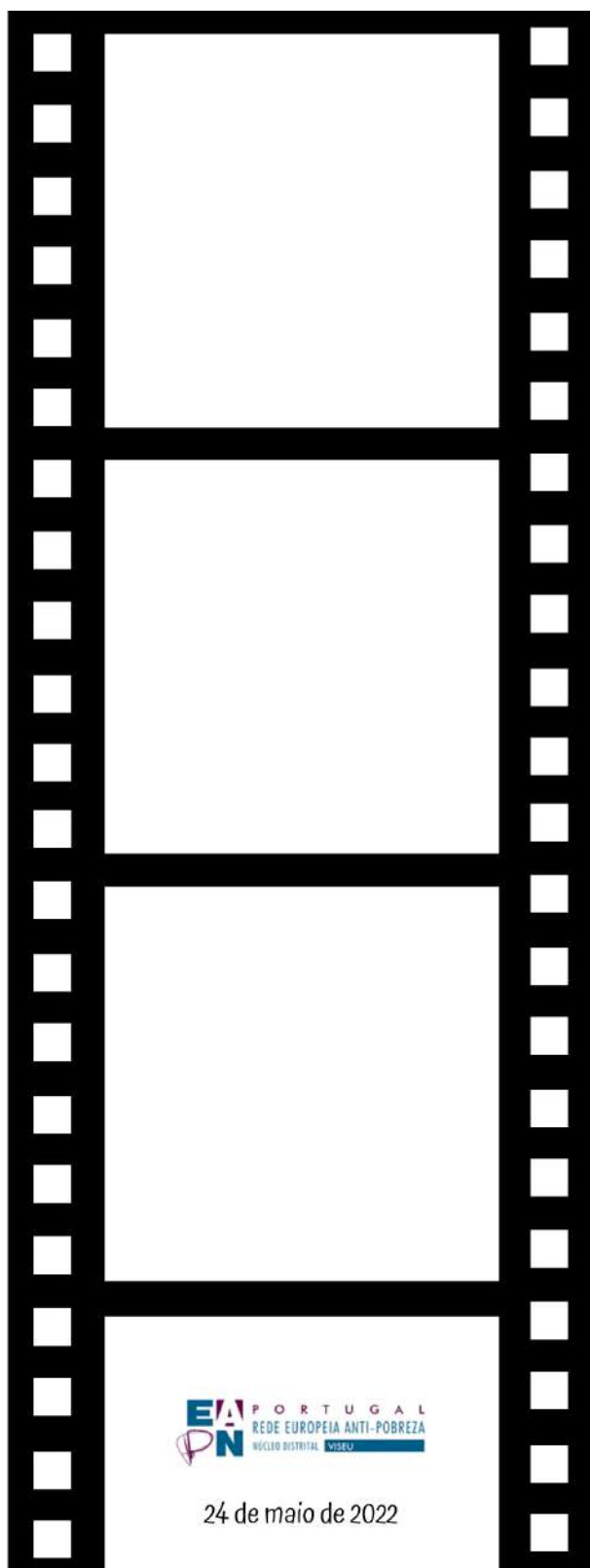




E/ PN PORTUGAL
REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
NÚCLEO DISTRIKTAL VISEU

24 de maio de 2022





EA PORTUGAL
REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA
PN NÚCLEO DISTRIKTAL VISEU

24 de maio de 2022

Anexo BH – Powerpoint de apresentação relativo à primeira sessão do projeto photovoice sobre “Família e seus desafios”

Diapositivo n.º 1



Diapositivo n.º 2

1 O que é o photovoice?

PHOTOVOICE

É uma metodologia de **investigação-ação** que, mediante a fotografia captada e a voz dos intervenientes, pretende identificar:

- ✓ *As realidades e experiências individuais;*
- ✓ *As emoções dos participantes;*
- ✓ *As necessidades da comunidade.*

Objetivo “consciência crítica”, com a qual os indivíduos refletem a própria realidade e atuam como catalisadores de mudança.

Meirinho, 2017

2

Diapositivo n.º 3



PHOTOVOICE

“A família e os seus desafios”



Diapositivo n.º 4

2 A Família...

Um conceito mutável



“A família tem sido compreendida como o principal **espaço de socialização** do ser humano.

Nesse sentido, a relação familiar garante (...) que a criança consiga sobreviver por meio da atenção de suas **necessidades básicas**, mais emergentes”.

Diapositivo n.º 5

3 Objetivos do projeto

Objetivo geral

Contribuir para a reflexão e análise, segundo as diferentes perspetivas dos jovens, sobre a dualidade “família e desafios”.

Objetivos específicos

1. Promover o respeito pela diversidade de perspetivas sobre o conceito familiar;
2. Compreender e categorizar os diferentes desafios que, atualmente, as famílias enfrentam;
3. Estimular as capacidades de comunicação e reflexão individual e em grupo.

5

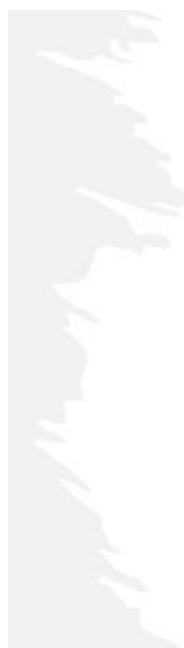
Diapositivo n.º 6

4 Calendarização



6

Diapositivo n.º 7



5 Roteiro das sessões

1.ª Sessão

24 de maio de 2022

Apresentação dos participantes e da facilitadora;

Apresentação do projeto;

Levantamento da primeira questão.

2.ª Sessão

31 de maio de 2022

Recolha das fotografias;

Análise e reflexão das fotografias captadas;

Levantamento da segunda questão.

7

Diapositivo n.º 8



5 Roteiro das sessões

3.ª Sessão

07 de junho de 2022

Recolha das fotografias;

Análise e reflexão das fotografias captadas.

4.ª Sessão

14 de junho de 2022

Analisar os benefícios e as limitações do estudo;

Divulgação dos resultados.

8

Diapositivo n.º 9

6 Ao fotografar não te esqueças...

... Da qualidade

É importante que a fotografia, por ti captada, represente a ideia que pretendes transmitir.



... Do que não podes/deves fotografar

Não podes fotografar algo ilícito. Não deves fotografar alguém sem o seu consentimento (em alternativa, podes tirar de costas ou fotografar à distância).

... Da criatividade

Usa metáforas ou simbolismos para representares a tua mensagem. Podes reforçar a mesma, utilizando contrastes, cores ou perspetivas.

9

Diapositivo n.º 10

7 Algumas questões que te podem ajudar ao fotografar



- P** Descreve a foto (**photo**). O que viste?
- H** Descreve o que está a acontecer (**happening**).
- O** Justifica o foco. Porque tiraste uma fotografia sobre isso (**of this**)?
- T** O que diz (**tell**) o evento sobre ti e sobre as tuas vivências?
- O** Como é que este evento disponibiliza oportunidades (**opportunities**) para melhorar a tua vida pessoal?

Araújo, Sousa, Cid & Dias, 2021

10

Diapositivo n.º 11

1.ª Pergunta

“O que significa a família?”

11

Diapositivo n.º 12

Nuvem de ideias

“A família”

12

Diapositivo n.º 13

Tens alguma questão que pretendes esclarecer?



13

Diapositivo n.º 14

Não te esqueças...

...É muito importante que tragas a tua **fotografia e a respetiva legenda** na *próxima sessão* (terça-feira, dia 31 de maio de 2022).

14



Obrigada por
aceitares este desafio!

Sê criativo/a! Bom trabalho.

Referências bibliográficas

- Araújo, L., Figueiredo, M. P., Amante, M. J., & Jales Ribeiro, E. (2015). As potencialidades do photovoice enquanto metodologia participativa na formação de Educadores Sociais. *Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educación*, 0(06). <https://doi.org/10.17979/reipe.2015.0.06.198>.
- Araújo, L., Sousa, L., Cid, X., & Dias, S. F. (2021). Photovoice “Por dentro da pandemia em respostas sociais de apoio a pessoas idosas: um relato em photovoice de Educadores Sociais em Portugal” [Apresentação em *PowerPoint*].
- Souza, D. M. (2017). O olhar por diferentes lentes: O Photovoice enquanto método científico participativo. *Discursos Fotográficos*, 13(23), 261–290. <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2017v13n23p261>.

Anexo BI – Técnica de questionamento para a primeira questão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”: Marcador Informativo

Projeto Photovoice

A FAMÍLIA E OS SEUS DESAFIOS

A fotografia reproduz ao infinito o que só ocorre uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá se repetir existencialmente.

Roland Barthes

- 1 Reflete sobre a pergunta;
- 2 Sê tu o próprio autor da fotografia;
- 3 Respeita as questões éticas da fotografia e salvaguarda a identidade das pessoas.

Primeira pergunta

*O que significa, para mim,
a família?*

Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal



Anexo BJ – Planificação da segunda sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”


Medida: Implementação de um projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”		
Atividade: Segunda sessão do projeto photovoice “Família e os seus desafios”		
Tema: Família e Desafios na estrutura familiar		
Data: 31 de maio de 2022	Tempo previsto: 1 hora	Local: Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita, Viseu
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal		
Público-alvo: Jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos		Participantes: Grupo de alunos do ensino secundário da Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita, Viseu
Objetivo Geral	Compreender as perspetivas dos jovens da Escola Profissional Projeto Plural sobre o conceito de família.	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as fotografias capturadas; • Compreender as diversas realidades individuais, mediante a partilha coletiva de experiências; • Promover o diálogo crítico entre o grupo. 	
Descrição da sessão	<p>A fim de iniciar a segunda sessão do Photovoice “Família e os seus desafios”, a estagiária irá solicitar aos participantes que enviem, caso ainda não o tenham feito, para o endereço de e-mail indicado (photovoicefamilia22@gmail.com), as fotografias capturadas, em resposta à primeira pergunta (“O que significa, para mim, a família?”), bem como as respetivas descrições. Após adquirir todas as imagens, proceder-se-á à exposição e projeção das mesmas. Posteriormente, os destinatários serão convidados, um a um, a apresentar a sua fotografia, pretendendo, deste modo, estabelecer um momento de debate, reflexão e partilha de vivências/experiências/perspetivas entre todos os elementos e os facilitadores. A fim de terminar a presente sessão, será distribuída a Técnica de questionamento (Anexo BK), onde consta a segunda pergunta “Quais os atuais desafios que a família enfrenta?”, a qual se pretende que seja respondida com a maior transparência e sinceridade, mediante uma fotografia captada por cada interveniente.</p>	

	Ressalva-se que o período estabelecido entre a segunda e a terceira sessão compreende o tempo destinado ao jovem para refletir sobre a questão colocada e, concomitantemente, selecionar a imagem propícia à sua resposta.
Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Professores ou técnicos da Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita.
Recursos materiais	É necessário que cada participante detenha um instrumento ótico (telemóvel, máquina fotográfica ou outro recurso), capaz de captar fotografias. Ademais, para a mencionada sessão, serão necessários outros recursos, tais como: 1 cartolina branca; 1 rolo de papel plastificado; Molde da Técnica de questionamento (Anexo BK); computador e projetor.
Recursos financeiros	O material necessário para a concretização da segunda sessão contém uma estimativa de 6€.
Avaliação	A avaliação será efetuada no fim do projeto.
Observações	

Anexo BK – Molde da técnica de questionamento para a segunda questão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”: Cartão

Photovoice

Ao fotografar, não te esqueças...



- 1 A fotografia deve representar a ideia que queres transmitir;
- 2 Não podes fotografar algo ilícito;
- 3 Não deves fotografar alguém sem o seu consentimento;
- 4 Reforça a tua mensagem. Usa a tua criatividade!

PHOTOVOICE: A FAMÍLIA E OS SEUS DESAFIOS

A FAMÍLIA E OS SEUS
DESAFIOS

“Quais os atuais desafios que a família enfrenta?”

SEGUNDA PERGUNTA

Núcleo Distrital do Viseu da EAPN Portugal



Anexo BL – Planificação da terceira sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”

Medida: Implementação de um projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”		
Atividade: Terceira sessão do projeto photovoice “Família e os seus desafios”		
Tema: Família e Desafios na estrutura familiar		
Data: 07 de junho de 2022	Tempo previsto: 1 hora	Local: Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita, Viseu
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal		
Público-alvo: Jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos		Participantes: Grupo de alunos do ensino secundário da Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita, Viseu
Objetivo Geral	Compreender as perspetivas dos jovens da Escola Profissional Projeto Plural sobre os atuais desafios da estrutura familiar.	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as fotografias capturadas; • Compreender as diversas realidades individuais, mediante a partilha coletiva de experiências; • Promover o diálogo crítico entre o grupo. 	
Descrição da sessão	<p>A fim de iniciar a terceira sessão do Photovoice “Família e os seus desafios”, a estagiária irá solicitar aos participantes que enviem, caso ainda não o tenham feito, para o endereço de e-mail indicado (photovoicefamilia22@gmail.com), as fotografias capturadas, em resposta à segunda pergunta (“Quais os atuais desafios que a família enfrenta?”), bem como as respetivas descrições. Após adquirir todas as imagens, será distribuído, a cada elemento, um desafio enumerado (Anexo BM). Dado o passo anterior, proceder-se-á à exposição e projeção das imagens, na qual os destinatários serão convidados, um a um, a apresentar a sua fotografia, solicitando aos mesmos que, no fim, retirem da mesa um número (Anexo BN). Diante do exposto, ressalva-se que o elemento a quem corresponder o número selecionado, terá de cumprir o seu desafio. Com isto, os facilitadores pretendem estabelecer um momento de debate, reflexão e partilha de vivências/experiências/perspetivas entre</p>	

	<p>todos os elementos e os facilitadores. A fim de terminar a presente sessão, será distribuída a Técnica de questionamento (Anexo BO), onde consta a terceira pergunta “Como ultrapassar os atuais desafios familiares?”, a qual se solicita que seja respondida com a maior transparência e sinceridade, mediante uma fotografia captada por cada interveniente.</p> <p>Para auxiliar a presente sessão, será apresentado, no decorrer da mesma, um PowerPoint ilustrativo (Anexo BP).</p> <p>Ressalva-se que o período estabelecido entre a terceira e a quarta sessão compreende o tempo destinado ao jovem para refletir sobre a questão colocada e, concomitantemente, selecionar a imagem propícia à sua resposta.</p>
Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Professores ou técnicos da Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita.
Recursos materiais	É necessário que cada participante detenha um instrumento ótico (telemóvel, máquina fotográfica ou outro recurso), capaz de captar fotografias. Ademais, para a mencionada sessão, serão necessários outros recursos, tais como: Sorteio de números (Anexo BN); Desafios: debate em grupo (Anexo BM); Molde da Técnica de questionamento (Anexo BO); computador e projetor.
Recursos financeiros	O material necessário para a concretização da segunda sessão contém uma estimativa de 6€.
Avaliação	A avaliação será efetuada no fim do projeto.
Observações	

Anexo BM – Desafios colocados na segunda sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”

1. *Concordas com a descrição da fotografia? Justifica.*

2. *Na tua opinião, qual é o foco desta fotografia?*

3. *Descreve, numa palavra, o que vês na fotografia.*

4. *Perante o desafio apresentado, se tivesses que substituir esta imagem, o que fotografavas?*

5. *Na tua opinião, a fotografia retrata mais algum desafio familiar?*

6. *Revela o teu ponto de vista sobre o desafio familiar apresentado.*

7. *Descreve uma legenda para esta fotografia.*

8. *Nesta fotografia, o que te chamou mais a atenção?*

9. *Refere uma consequência deste desafio familiar.*

10. *Na tua opinião, qual pode ser a origem deste desafio?*

11. *Na tua opinião, este desafio pode colocar uma criança/jovem em risco? Porquê?*

12. *Consideras que é possível ultrapassar este desafio? Se sim, como?*

13. *Qual a reflexão que retiras desta fotografia e da sua apresentação?*

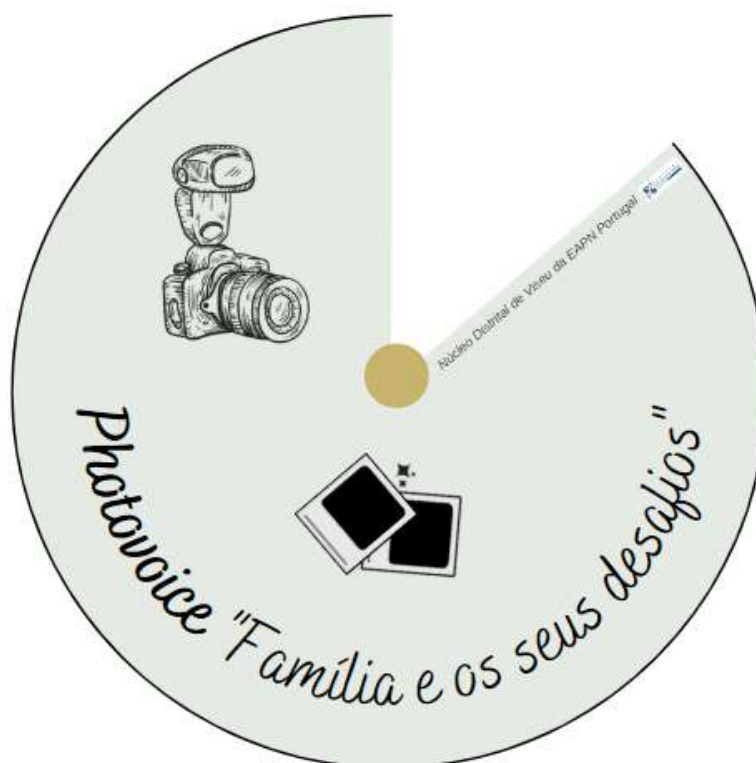
14. *O desafio apresentado pode ser permanente ou temporário?*

15. *Descreve como seria uma família sem o desafio exposto.*

Anexo BN – Números para o sorteio realizado na segunda sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15

Anexo BO – Molde da técnica de questionamento da terceira questão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”: Roleta



Anexo BP – Powerpoint de apresentação relativo à segunda sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”



PHOTOVOICE

07 de junho de 2022



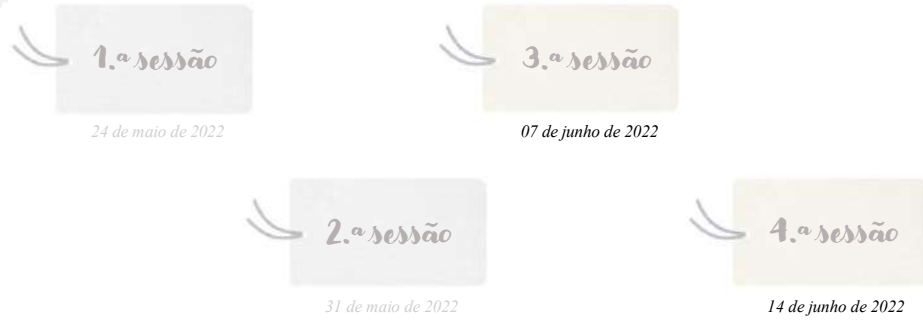
PHOTOVOICE

“A família e os seus desafios”





1 Calendarização



3



2 Roteiro das sessões

1.^a Sessão

24 de maio de 2022

Apresentação dos participantes e dos facilitadores;
Breve apresentação do projeto;
Levantamento da primeira questão.

2.^a Sessão

31 de maio de 2022

Recolha das fotografias;
Análise e reflexão das fotografias captadas;
Levantamento da segunda questão.

4

2

Roteiro das sessões

3.^a Sessão

07 de junho de 2022

Recolha das fotografias;
Análise e reflexão das fotografias
captadas;
Levantamento da terceira questão.

5

3

Apresentação das fotografias



Segunda pergunta

“Quais os atuais desafios que a família enfrenta?”

6



Terceira pergunta

“Como ultrapassar os desafios familiares?”

*Que ajudas, facilitadores ou soluções que a família tem
(ou deveria ter) para ultrapassar os seus desafios?*

7



Vamos relembrar...

4 Ao fotografar não te esqueças...

... Da qualidade

É importante que a fotografia, por ti captada, represente a ideia que pretendes transmitir



... Do que não podes/deves fotografar

Não podes fotografar algo ilícito. Não deves fotografar alguém sem o seu consentimento (em alternativa, podes tirar de costas ou fotografar à distância).

... Da criatividade

Usa metáforas ou simbolismos para representares a tua mensagem. Podes reforçar a mesma, utilizando contrastes, cores ou perspetivas

9



Tens alguma questão
que pretendes esclarecer?

Contacta-nos:

photovoicefamilia22@gmail.com

10



Não te esqueças...

...É muito importante que tragas a tua
fotografia e a respetiva descrição na *próxima*
sessão (terça -feira, dia 14 de junho de 2022).

11



Obrigada por
aceitares este desafio!

Sê criativo/a! Bom trabalho.

Referências bibliográficas

Araújo, L., Figueiredo, M. P., Amante, M. J., & Jales Ribeiro, E. (2015). As potencialidades do photovoice enquanto metodologia participativa na formação de Educadores Sociais. *Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación* 0(06). <https://doi.org/10.17979/reipe.2015.0.06.198>.

Araújo, L., Sousa, L., Cid, X., & Dias, S. F. (2021). Photovoice "Por dentro da pandemia em respostas sociais de apoio a pessoas idosas: um relato em photovoice de Educadores Sociais em Portugal" [Apresentação PowerPoint].



PHOTOVOICE

07 de junho de 2022



Anexo BQ – Planificação da quarta sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”

Medida: Implementação de um projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”		
Atividade: Quarta sessão do projeto photovoice “Família e os seus desafios”		
Tema: Família e Desafios na estrutura familiar		
Data: 14 de junho de 2022	Tempo previsto: 1 hora	Local: Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita, Viseu
Organização: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal		
Público-alvo: Jovens com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos		Participantes: Grupo de alunos do ensino secundário da Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita, Viseu
Objetivo Geral	Compreender as perspetivas dos jovens da Escola Profissional Projeto Plural sobre as ajudas, os facilitadores e as soluções que as famílias têm ou deveriam ter para ultrapassar os seus desafios.	
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar as fotografias capturadas; • Compreender as diversas realidades individuais, mediante a partilha coletiva de experiências; • Promover o diálogo crítico entre o grupo. 	
Descrição da sessão	<p>A fim de iniciar a terceira sessão do Photovoice “Família e os seus desafios”, a estagiária irá solicitar aos participantes que enviem, caso ainda não o tenham feito, para o endereço de e-mail indicado (photovoicefamilia22@gmail.com), as fotografias capturadas, em resposta à terceira pergunta (“Como ultrapassar os atuais desafios familiares?”), bem como as respetivas descrições. Após adquirir todas as imagens, proceder-se-á à exposição e projeção das mesmas, na qual os destinatários serão convidados, um a um, a apresentar a sua fotografia. Diante do exposto, pretende-se um momento de debate, reflexão e partilha de vivências/experiências/perspetivas entre todos os elementos e os facilitadores. Num momento posterior, será distribuído o Questionário de Avaliação (Anexo BR), a fim de obter o</p>	

	<p>feedback do público-alvo sobre a estrutura, organização e gestão das sessões efetuadas. Numa última etapa, a estagiária irá entregar, a cada elemento, o Cartão do Photovoice (Anexo BS), no qual consta as principais conclusões/reflexões que os participantes adquiriram, no decorrer do projeto. Ademais, na mencionada sessão, será articulado, entre os facilitadores e a escola, a divulgação dos resultados.</p> <p>Ressalva-se que, para auxiliar a presente sessão, será apresentado um PowerPoint ilustrativo (Anexo BT).</p>
Recursos humanos	Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal; Professores ou técnicos da Escola Profissional Projeto Plural de Torredeita.
Recursos materiais	Para a mencionada sessão, serão necessários outros recursos, tais como: Questionário de Avaliação (Anexo BR); Cartão do Photovoice (Anexo BS); computador e projetor.
Recursos financeiros	O material necessário para a concretização da quarta sessão contém uma estimativa de 2€.
Avaliação	Questionário de Avaliação (Anexo BR).
Observações	

Anexo BR – Questionário de avaliação do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”

Photovoice “Família e os seus desafios”

24 de maio a 14 de junho de 2022

Questionário de Avaliação

1. Classifica os seguintes itens, mediante a escala apresentada:

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Insuficiente
Calendarização				
Duração das sessões				
Organização das sessões				
Dinamização das sessões				
Apoio prestado pelos facilitadores				
Materiais/Recursos fornecidos				
Pertinência do tema				

2. O Photovoice “Família e os seus desafios” correspondeu às tuas expetativas?

Sim, totalmente

Sim, em parte

Não

Justifica:

3. Refere as limitações e os pontos positivos do presente *photovoice*.

<i>Limitações do photovoice</i>	<i>Aspetos positivos do photovoice</i>

4. Deixa a tua opinião sobre o *photovoice* implementado.

Obrigada pela tua colaboração!

Anexo BS – Molde do Cartão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”



1 O QUE SIGNIFICA, PARA MIM, A FAMÍLIA?
*Base. Apoio. Saudade. União. Amor. Crescimento.
Construção. Segurança. Lealdade. Ligação.*

2 QUAIS OS ATUAIS DESAFIOS QUE A FAMÍLIA ENFRENTA?
*Distância. Tecnologias. Falta de tempo e de comunicação.
Dificuldades económicas. Ausência. Diferença de perspetivas.*

3 COMO ULTRAPASSAR OS ATUAIS DESAFIOS FAMILIARES?
.....

Obrigada por participares neste desafio!

Anexo BT – Powerpoint de apresentação relativo à quarta sessão do projeto photovoice sobre “Família e os seus desafios”



PHOTOVOICE

14 de junho de 2022



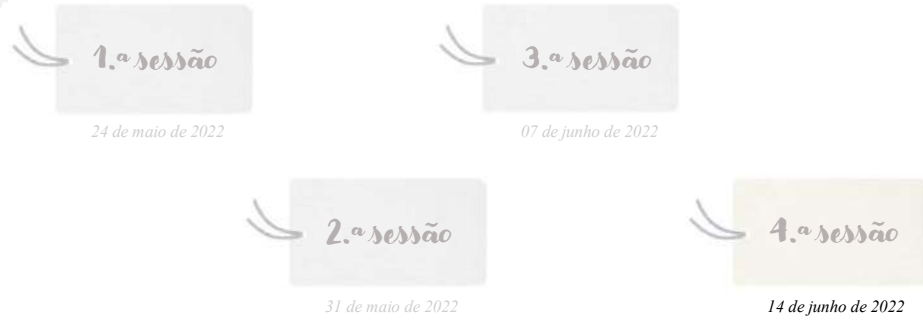
PHOTOVOICE

“A família e os seus desafios”





1 Calendarização



3



2 Roteiro das sessões

1.ª Sessão

24 de maio de 2022

Apresentação dos participantes e dos facilitadores;
Breve apresentação do projeto;
Levantamento da primeira questão.

2.ª Sessão

31 de maio de 2022

Recolha das fotografias;
Análise e reflexão das fotografias captadas;
Levantamento da segunda questão.

4

2

Roteiro das sessões

3.ª Sessão

07 de junho de 2022

Recolha das fotografias;
Análise e reflexão das fotografias captadas;
Levantamento da terceira questão.

4.ª Sessão

14 de junho de 2022

Recolha das fotografias;
Análise das fotografias captadas;
Debata sobre as principais reflexões tidas ao longo do projeto.

5

3

Apresentação das fotografias



Terceira pergunta

“Como enfrentar os atuais desafios familiares?”

6



Obrigada por
aceitares este desafio!



PHOTOVOICE

14 de junho de 2022



Anexo BU – Análise das respostas ao questionário da avaliação final da atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”

Análise das respostas ao questionário da avaliação final da atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança”

A análise do questionário da avaliação final, referente à atividade sobre a exploração do conto “A Menina da Trança” e, concomitantemente, aplicado às crianças da Sede do Projetos Caminhos E8G da Cáritas Diocesana de Viseu, testemunha os resultados esperados pela facilitadora. Neste sentido, a Figura 1 exhibe que, grande parte dos participantes, numa parcela de 92,3% (N=12), demonstra ter gostado de participar na mencionada atividade.

Figura 1

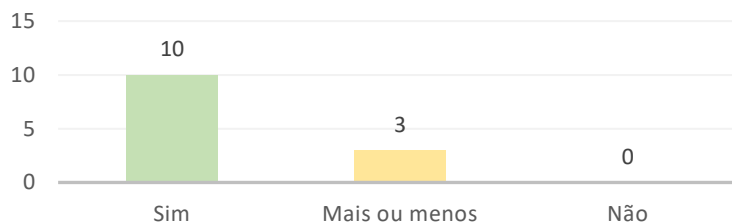
Respostas à questão “Gostaste de participar nesta atividade?”



Mediante a Figura 2, onde constam os dados sobre a pergunta “No fim desta atividade, aprendeste o que é a interculturalidade?” torna-se visível que aproximadamente 77% dos respondentes (N=10) afirmam ter adquirido conhecimentos e saberes relativos à interculturalidade, após a implementação da ação. Todavia, apesar dos 23% (N=3) que responderam “mais ou menos”, ressalva-se a nulidade para a opção “não”, o que permite concluir que a exploração do conto “A Menina da Trança” conseguiu estimular o pensamento crítico e o desenvolvimento cognitivo sobre a temática em estudo.

Figura 2

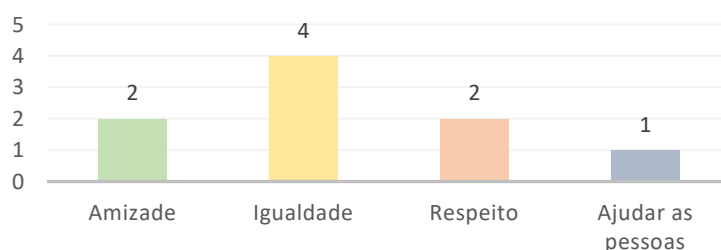
Respostas à questão “No fim desta atividade, aprendeste o que é a interculturalidade?”



No que concerne à questão “Define numa palavra o que é para ti a interculturalidade”, a mesma enuncia várias respostas, nomeadamente, a “amizade”, a “igualdade”, o “respeito” e a “entrepajuda”. Assim, pela observação da Figura 3, refere-se a “igualdade”, como a característica com maior destaque, sendo aludida por 31% (N=4) dos respondentes. Após a opção descrita, encontra-se a “amizade” e o “respeito”, que detêm um total de duas sinalizações cada uma, correspondente, em termos percentuais, a 15,4% (N=2). Por fim, ressalva-se um único participante que descreve o conceito de interculturalidade como “ajudar as pessoas”.

Figura 3

Respostas à questão aberta “Define numa palavra o que é para ti a interculturalidade”



Ora, pela análise das três figuras elencadas, conclui-se que a atividade conseguiu, de um modo positivo, concretizar os propósitos delineados, tais como a promoção do respeito e da aceitação pelas diferentes culturas e etnias; o estímulo do pensamento crítico e desenvolvimento cognitivo, bem como a melhoria das capacidades de autoconsciência, autoconfiança e habilidades sociais. Ademais, conclui-se que o recurso a ferramentas digitais e lúdicas, que ativem os sentidos da audição e visão, o diálogo, a partilha de ideias, bem como a entrevista, tornam-se elementos fundamentais para capturar a atenção e o interesse dos menores, face a uma determinada temática.

Anexo BV – Análise das respostas ao questionário da avaliação final da atividade “Jogo dos Direitos”

Análise das respostas ao questionário da avaliação final da atividade “Jogo dos Direitos”

A avaliação da atividade “Jogo dos Direitos” foi efetuada mediante a observação direta, bem como o preenchimento de um questionário, pela estagiária, após o término da ação. Este documento, facultado pelos autores do jogo, destina-se a recolher informações sobre a utilização, funcionalidade e utilidade do “Jogo dos Direitos” e dirige-se aos adultos (professores, educadores, animadores, pais, etc.) que o utilizaram ou dinamizaram junto das crianças.

Posto isto, a atividade iniciou com a explicação das regras do jogo, sendo de realçar que as mesmas foram perceptíveis, momentaneamente, pelos participantes, que se demonstram dispostos para jogar. Diante a observação tida, no decorrer da atividade, a facilitadora concluiu que as crianças se demonstravam interessadas no jogo, no seu grafismo (tabuleiro, cartões de surpresa e cartões com as perguntas), assim como na aprendizagem dos direitos da criança. Ademais, observou-se a curiosidade despertada pelos desafios que iam surgindo ao longo do jogo.

Ora, o entusiasmo, a diversão e os contributos para um maior conhecimento acerca dos direitos do menor, foram uma constante ao longo do processo de implementação do jogo. Conclui-se que, apesar da timidez demonstrada no início da atividade, as crianças mostraram-se satisfeitas com o que aprenderam no jogo, sendo de reforçar a concretização do objetivo principal de promover o pensamento reflexivo, aliado a padrões de ética e de justiça social, sobre questões permanentes na sociedade. Assim, o “Jogo dos Direitos” revela-se promissor para uma sociedade mais igualitária e sensibilizada na temática em estudo, o que, por conseguinte, encaminha à recomendação do mesmo ao público infantojuvenil.

Respostas ao questionário de avaliação final da atividade “A família é...”

A avaliação da atividade “A família é...” encontra-se relatada nas figuras infra. Neste sentido, mediante os dados expostos na Figura 1, observa-se que todos os participantes gostaram de participar na ação de sensibilização para o Dia da Família.

Figura 1

Respostas à questão “Gostaste de participar nesta atividade?”

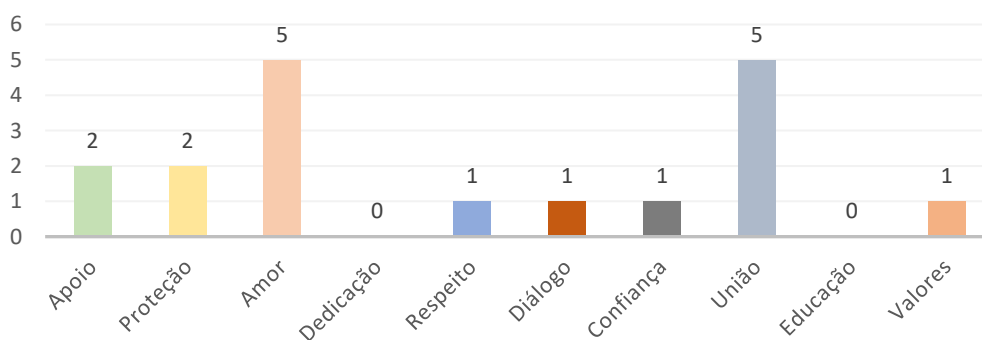


Relativamente à questão “Para ti, quais são as 3 características mais importantes que devem prevalecer na família?”, importa sublinhar o “amor” e a “união” com o maior número de respostas, seguido do “apoio” e “proteção” que denotam duas menções. Por outro lado, somente com uma sinalização, encontra-se o “respeito”, o “diálogo”, a “confiança” e os “valores”.

Ora, conclui-se pelo descrito, que a atividade sensibilizou os mais novos para a importância da família, dos seus princípios, das características que lhes estão subjacentes, bem como dos fatores que influenciam o íntegro desenvolvimento do menor.

Figura 2

Respostas à questão “Para ti, quais são as 3 características mais importantes que devem prevalecer na família?”



Anexo BX – Respostas ao questionário final do projeto photovoice “A Família e os seus desafios”

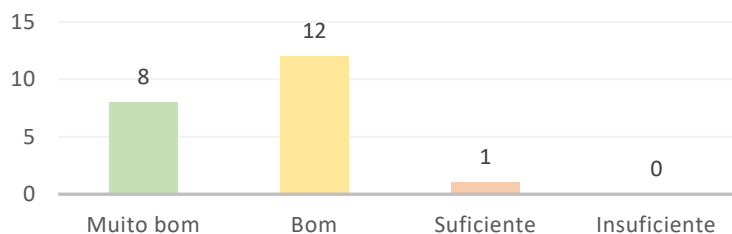
Respostas ao questionário final do projeto photovoice “A Família e os seus desafios”

O questionário aplicado, aos jovens, na última sessão do photovoice, pretende certificar a qualidade do projeto e dos seus objetivos, mediante a perspetiva dos envolvidos acerca da calendarização das sessões, da sua duração, organização e dinamização, do apoio facultado pelos facilitadores, dos materiais/recursos disponibilizados, assim como da pertinência da temática.

Face ao exposto, a Figura 1 ressalva que grande parte dos respondentes, cerca de 57,1% (N=12), caracterizam a calendarização das sessões com “bom”. Para além disso, reforça-se a qualificação superior de “muito bom”, ao conter 8 seleções, o que equivale, em termos percentuais, a um universo de 38% da população inquirida.

Figura 1

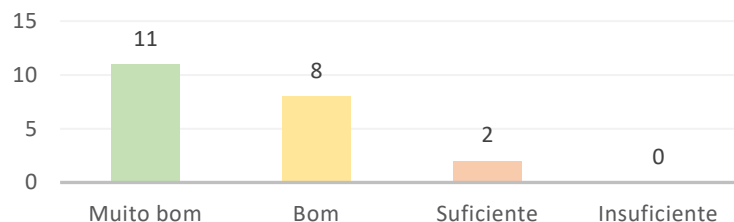
Respostas à questão “Calendarização das sessões”



Ademais, a Figura 2 reporta à duração das sessões e descreve, por este motivo, que a mesma foi avaliada positivamente. Neste sentido, salienta-se os 52,4% (N=11) dos participantes que a mencionaram como muita boa e os 38% (N=8) que alegam a mesma ser boa. Não obstante, é perceptível, ainda na mesma figura, os 9,5% (N=2) da população que referiu ser apenas suficiente.

Figura 2

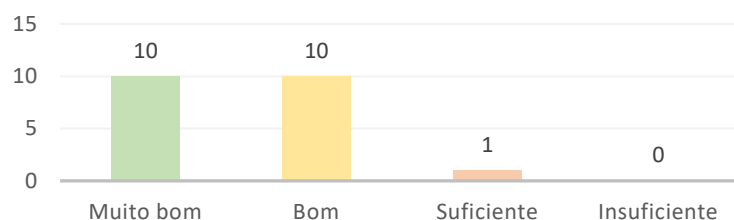
Respostas à questão “Duração das sessões”



No que diz respeito à organização das sessões, os respondentes dividem-se entre as duas categorias mais positivas. Ora, pelo mencionado, a Figura 3 torna observável que, cerca de 47,6% (N=10) dos destinatários referem a organização como “muito boa” e como “boa”. Contudo, existe uma pequena parcela, limitada apenas por 4,7% (N=1), que avalia a mesma como “suficiente”.

Figura 3

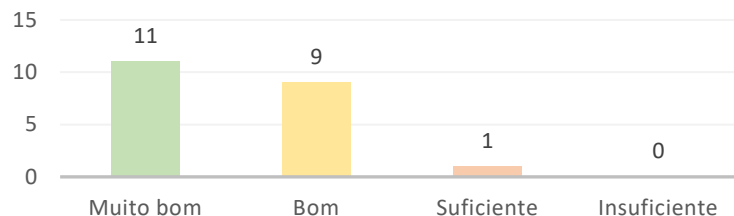
Respostas à questão “Organização das sessões”



A dinamização das sessões revela-se um ponto primordial na implementação de um projeto photovoice. Ora, a Figura 4 remete para o estudo “Família e os seus desafios”, alegando que 52,3% (N=11) dos participantes consideram que as sessões dinamizadas foram muito positivas e 42,9% (N=9) assinalaram as mesmas com a categoria “boa”.

Figura 4

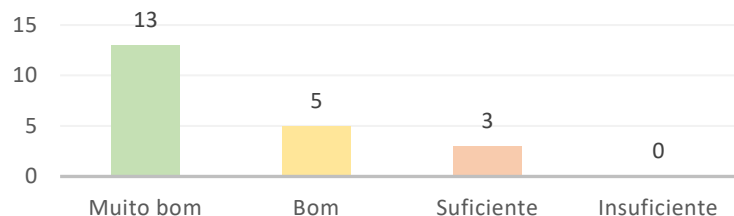
Respostas à questão “Dinamização das sessões”



No que respeita ao apoio prestado pelos facilitadores reforça-se, por meio da análise da Figura 5, que os inquiridos se demonstram satisfeitos com o mesmo. Assim, a grande maioria dos participantes, numa quantia percentil de 62% (N=13) seleccionou a opção “muito bom” e 24% (N=5) mencionou “bom”. Neste sentido, assinala-se que o apoio prestado pelos investigadores foi, globalmente, positivo.

Figura 5

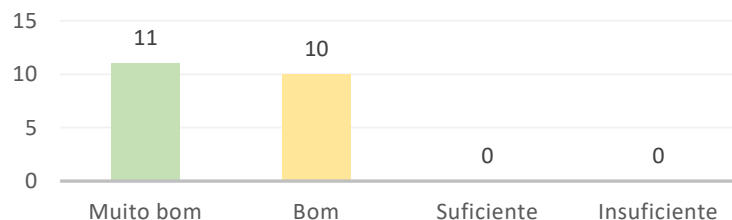
Respostas à questão aberta “Apoio prestado pelos facilitadores”



No que concerne aos materiais e/ou recursos facultados pelos facilitadores, no decorrer das várias sessões do projeto, a Figura 6 compreende que a resposta dos destinatários foi, mais uma vez, favorável. Assim, concluímos que 52,4% (N=11) do total dos inquiridos, responderam à qualidade dos materiais com “muito bom” e 48,6% referem que a mesma é boa.

Figura 6

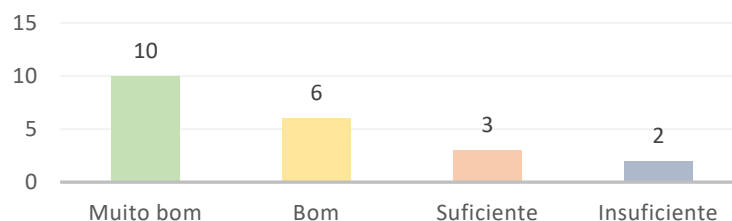
Respostas à questão “Materiais/Recursos fornecidos”



Relativamente à pertinência do tema sobre a “Família e os seus desafios”, pode-se constatar, mediante a averiguação dos valores disponibilizados pela Figura 7, que as opiniões se encontram repartidas. Ora, se existe, por um lado, um fragmento de 29% (N=6) que refere “bom”, subsiste também uma proporção de destinatários que selecionaram as respostas menos positivas, sendo que, desses, 14% (N=3) afirmaram ser “suficiente” e 9,5% (N=2) referem “insuficiente”. Todavia e, não obstante ao aludido, cerca de 47,6% (N=10), perto de metade do total de participantes, ponderam que debater sobre a família e os seus desafios é imperioso, optando por responder “muito bom”.

Figura 7

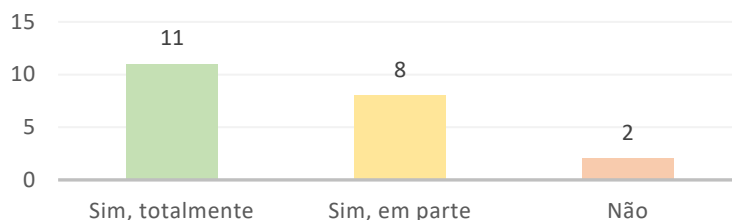
Respostas à questão “Pertinência do tema Família e os seus desafios”



Diante a Figura 8, relativa à pergunta “O Photovoice Família e os seus desafios correspondeu às suas expetativas?”, os dados encontram-se, maioritariamente, do lado positivo. Deste modo, cerca de 52,3% (N=11) responderam “sim, totalmente” e 38% “sim, em parte”. Denota-se, ainda, na mesma figura, os dois respondentes que não sentiram que o projeto tenha correspondido às suas expetativas.

Figura 8

Respostas à questão “O Photovoice Família e os seus desafios correspondeu às suas expectativas?”



Posto o descrito, o questionário continha ainda outras duas questões, de resposta aberta, acerca dos desafios e das potencialidades do projeto. Dessarte, os participantes apontaram, como principais limitações, a dificuldade em debater sobre um tema, muitas vezes, pessoal e emotivo. Além disso, ainda referiram o desconforto de apresentar a sua fotografia em público, o reduzido tempo das sessões, a dificuldade em fotografar metaforicamente conceitos abstratos, bem como a falta de compromisso dos participantes.

No que respeita às potencialidades da investigação em análise, os inquiridos revelam vários aspetos positivos, sendo de realçar, entre eles, a reflexão sobre o sistema familiar, o debate acerca das soluções, ajudas, serviços e/ou facilitadores no combate aos desafios subjacentes à família e a partilha de ideias/experiências/vivências com os pares.

Por fim, denota-se que o presente projeto, apesar das suas limitações, conseguiu cumprir com os objetivos propostos e, fundamentalmente, facilitar a abordagem e reflexão sobre cada estrutura familiar, sem razão de quaisquer limitações físicas ou condicionantes socioeconómicas da população-alvo, por meio de diferentes vias sensoriais, como a visão e a audição.

Anexo BY – Análise das respostas aos questionários inicial e final da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”

Análise das respostas aos questionários inicial e final da atividade “As diferenças que nos tornam iguais”

A avaliação da atividade “As diferenças que nos tornam iguais” foi dividida em dois momentos. A fim de compreender quais os saberes já adquiridos pelos participantes antes da atividade, foi facultado um recurso em que cada criança teria de identificar o caminho para encontrar a “inclusão social”, decalcando os conceitos que deveriam ser cumpridos para alcançar essa condição. Deste modo, salienta-se que algumas crianças necessitaram do apoio da estagiária, bem como dos professores para delinear o percurso.

Não obstante, no término da sessão foi implementado um outro questionário, de modo a tornar perceptível, com base nas respostas tidas no questionário de avaliação inicial, qual o impacto da atividade no desenvolvimento de novos conhecimentos sobre a temática. É, neste contexto, que a Figura 1 apresenta que, grande parte das crianças do 3.º e 4.º anos, aproximadamente 97,6% (N=82), afirmaram ter gostado de participar na mencionada ação. Para além disso, a figura ainda elenca a percentagem insignificante de 2,38% (N=2) que responderam “mais ou menos”.

Figura 1

Respostas à questão “Gostaste de participar nesta atividade?”

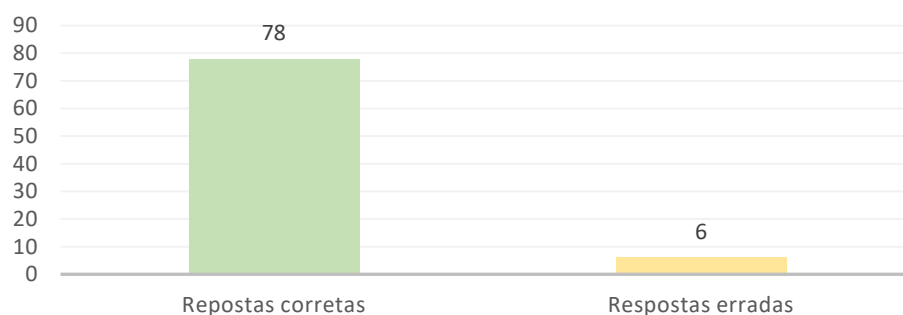


No que concerne à questão “Para ti qual destas imagens representa a inclusão?”, importa esclarecer que a mesma detinha duas imagens, em que era pretendido que as

crianças assinalassem a que representasse um contexto de inclusão social. Posto o descrito, tal como elenca a Figura 2, cerca de 92,8% (N=78) dos participantes rodearam a resposta correta, utilizando um vasto conjunto de justificações, como “inclusão é incluir amigos”; “Na imagem estão todos juntos a respeitar as diferenças” e “Estão a brincar todos juntos”. Todavia, deve-se mencionar, de igual modo, as respostas incorretas tidas por 7,14% (N=6) da população-alvo que, ao justificarem, acabaram por argumentar que a referida imagem remetia a um contexto de exclusão.

Figura 2

Respostas à questão “Para ti qual destas imagens representa a inclusão?”



Em suma, na presente atividade, denota-se a incompreensão e o desconhecimento dos conceitos de inclusão e exclusão social, todavia, com a implementação da mesma torna-se perceptível concluir alguns resultados favoráveis no entendimento destas duas temáticas.

Anexo BZ – Análise das respostas aos questionários inicial e final da atividade “E amanhã?”

Análise das respostas aos questionários inicial e final da atividade “E amanhã?”

Na atividade “E amanhã?” foram aplicados dois questionários, um no início e outro no término da sessão, a fim de compreender, de um modo claro e objetivo, quais os propósitos alcançados com esta sessão. Face ao exposto, neste tópico apenas são referidas as questões, com a consequente análise, que demonstraram melhores resultados para a intervenção em estudo.

Neste contexto, são comparados, na Figura 1 na Figura 2, as respostas à questão “Sei para que serve o Centro de Emprego”. Entre o primeiro questionário e o segundo, denota-se o aumento de 3 participantes que afirmam, depois da atividade, saber o que é o Centro de Emprego. Ademais, a Figura 1 relata 4 jovens que não têm conhecimentos sobre o mesmo, sendo de realçar que, nas respostas obtidas pelo segundo questionário, apenas se encontra seleciona uma vez a opção “não sei”.

Figura 1

Respostas à questão do questionário inicial “Sei para que serve o Centro de Emprego”

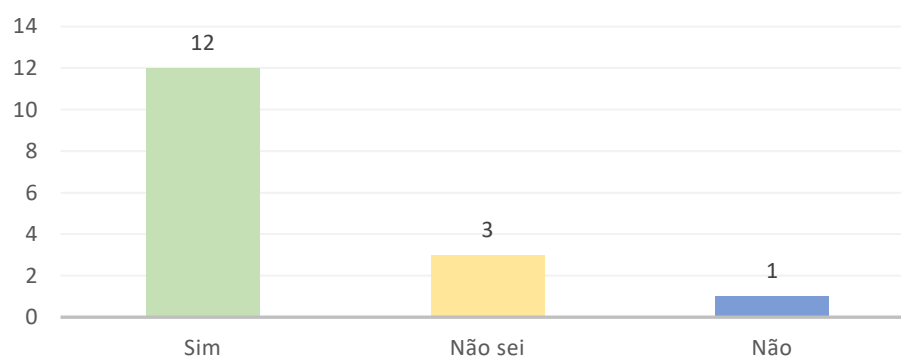
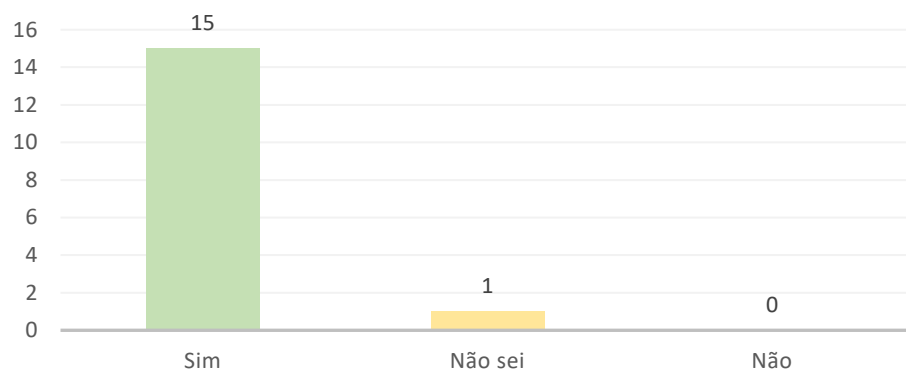


Figura 2

Respostas à questão do questionário final “Sei para que serve o Centro de Emprego”



No que concerne à questão “Sei o que fazer para me preparar para uma entrevista de emprego”, é reconhecido o aumento de 2 jovens que, após a atividade, reforçam a afirmação. Para além do descrito, as respostas negativas, obtidas por meio do “não sei” e/ou “não”, refletem, da Figura 3 para a Figura 4, uma diminuição, sendo esta, concomitantemente, refletida na resposta “sim”.

Figura 3

Respostas à questão do questionário inicial “Sei o que fazer para me preparar para uma entrevista de emprego”

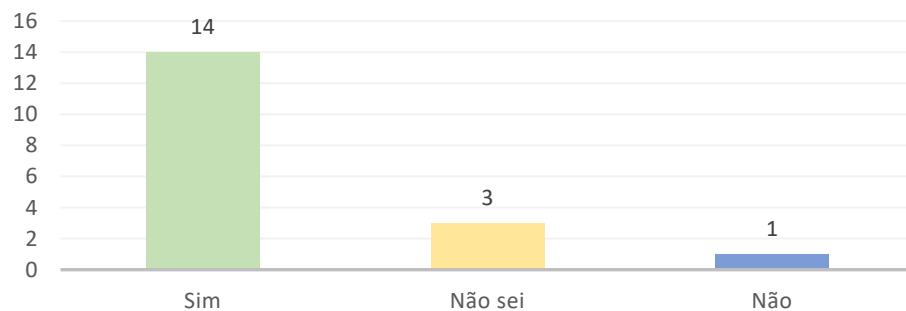


Figura 4

Respostas à questão do questionário final “Sei o que fazer para me preparar para uma entrevista de emprego”



Em síntese, torna-se necessário afirmar que a presente atividade contribuiu para o alargamento de novos conhecimentos e práticas sobre o Centro de Emprego e o Curriculum Vitae. Ademais, mediante a análise da Figura 5, referente ao questionário de avaliação final, cerca de 84,2% dos destinatários reforçam a pertinência de abordar assuntos relativos ao desempenho laboral, ao afirmarem que as aprendizagens que adquiriram na presente atividade demonstraram ser úteis para a sua vida profissional.

Figura 5

Respostas à questão do questionário “Consideras que as aprendizagens que adquiriste nesta atividade são uteis para a tua vida profissional?”



Anexo CA – Ebook “Fotografia participativa: Família e os seus desafios pelo olhar das pessoas jovens”



INÉS FILIPA BASTOS PEREIRA

FOTOGRAFIA PARTICIPATIVA:

"Família e os seus desafios" pelo olhar das pessoas jovens

Trabalho de campo desenvolvido no âmbito do estágio realizado no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza



FICHA TÉCNICA:

Título: *Fotografia Participativa: "Família e os seus desafios" pelo olhar das pessoas jovens*

Autor(a): Inês Pereira

© Inês Filipa Bastos Pereira, 2022

Edição: Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza

Design gráfico: Inês Pereira

Revisão: Lia Araújo; Susana Fonseca; Tiago Caio

ISBN: 978-989-8304-92-6

Reservados todos os direitos de autor, de acordo com a legislação em vigor.

Núcleo Distrital de Viseu
EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza
viseu@eapn.pt
Rua Dr. César Anjo, Lote 2 B/ch F
3510-009 Viseu
Tel: 967 884 614
www.eapn.pt

(Este documento e todos os recursos utilizados ao longo da investigação foram feitos na plataforma Canva)

Agradecimentos:

À **Escola Profissional Projeto Plural**, que abraçou a realização deste estudo. Agradeço o cuidado, a afeição, a compreensão e a flexibilidade tidas durante todo o processo.

Aos/Às **jovens participantes**, sem os/as quais não seria possível concretizar este trabalho. Agradeço o empenho, a dedicação e a partilha das suas experiências, que tanto me enriqueceram.

Ao **Tiago Caio**, supervisor do estágio no Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza. O meu braço-direito em todo o trabalho de campo. Agradeço o constante apoio, a motivação e as palavras amigas que nunca faltaram.

Às minhas orientadoras, **Professora Doutora Susana Fonseca** e **Professora Doutora Lia Araújo**, pela disponibilidade, paciência e por todas as sugestões que se revelaram indispensáveis para a concretização deste trabalho.

À **Bruna**, a amiga-presente. Agradeço a bonita amizade.



“A família é um salva-vidas no mar agitado da vida.”

Rowling, s/d

ÍNDICE:

Introdução	01
PARTE I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA DO PROJETO	03
Capítulo 1: Photovoice: aspetos teóricos e metodológicos	04
Capítulo 2: Potencialidades da utilização do photovoice no contexto juvenil	09
Capítulo 3: A importância da família na adolescência	13
Capítulo 4: Os desafios familiares como fator de risco	15
PARTE II – PROJETO PHOTOVOICE “FAMÍLIA E OS SEUS DESAFIOS”	19
Capítulo 5: Considerações metodológicas	20
Capítulo 6: Apresentação das fotografias	31
Capítulo 7: Análise e discussão dos resultados	61
Capítulo 8: Reflexão crítica	70
Considerações finais	81
Referências bibliográficas	82

INTRODUÇÃO

No campo da intervenção social, a Rede Europeia Anti-Pobreza, conhecida como a maior organização, a nível europeu, de redes nacionais, regionais e locais ativas no combate à pobreza e exclusão social, pretende promover, junto de pessoas ou grupos que se encontrem em situação de vulnerabilidade social e, ainda, junto de profissionais e dirigentes institucionais, a inclusão social e o estabelecimento de serviços, que possibilitem o desenvolvimento cultural, moral e físico das pessoas, reforçando a sua autonomia (EAPN, 2022).

Neste contexto, a prática de intervenções artísticas que permitam o desenvolvimento individual, a integração e a afirmação da cidadania, torna-se elementar em comunidades específicas e/ou contextos de exclusão social. Neste âmbito, a metodologia *photovoice* é vista como ferramenta de intervenção participativa, capaz de envolver estes grupos na comunidade em que se encontram inseridos. O desenvolvimento de ações desta natureza detém um impacto significativo na opinião pública, fomentando, por um lado, uma maior sensibilização para a

temática em estudo e, por outro, um maior incentivo ao trabalho em parceria e à criação de sinergias a nível local (Souza, 2016).

Com o intuito de viabilizar o debate reflexivo sobre o papel e a importância da família, foi desenvolvido o projeto *photovoice* “**Família e os seus desafios**”, implementado pelo Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza, em parceria com a Escola Profissional Projeto Plural. Importa mencionar, pelo aludido, que a presente investigação decorreu no âmbito do estágio curricular, parte integrante do plano de estudos do segundo ciclo do curso em *Intervenção Psicossocial com Crianças e Jovens em Risco* da Escola Superior de Educação de Viseu.

A ideia central visa, sobretudo, facilitar a abordagem e reflexão sobre cada estrutura familiar, independentemente de limitações físicas ou condicionantes socioeconómicas da população-alvo, por meio de diferentes vias sensoriais, como a visão e a audição. Como objetivo geral, o estudo em causa pretende

INTRODUÇÃO

reconhecer a família nas suas diferentes dimensões e sensibilizar para a importância de uma resposta global às problemáticas mais prementes e geradoras de exclusão. Ressalva-se que as fotografias capturadas pelos/as jovens são um passaporte para a reflexão sobre si mesmos/as e sobre as suas vivências. Por sua vez, procuram dar significado aos assuntos que lhes suscitam interesse, enquanto sujeitos/as culturais que procuram melhores condições pessoais, familiares e/ou sociais (Araújo et al., 2015).

Posto isto, o presente e-book reflete o trabalho de campo da mencionada investigação, encontrando-se dividido, fundamentalmente, em duas partes: *Parte I – Contextualização teórica do projeto* e *Parte II – Projeto photovoice “Família e os seus desafios”*. Neste sentido, e de modo a simplificar o entendimento do mesmo, evidenciam-se os conteúdos, procedimentos e conclusões elencadas em cada tópico. Assim, num primeiro momento (*Parte I: Contextualização teórica do projeto*), dá-se a revisão da literatura referente ao tema

enunciado, onde constam as noções da metodologia *photovoice*, as potencialidades da sua utilização com jovens, bem como a importância da família e dos problemas que lhes estão subjacentes. Posto isto, a *Parte II: Projeto photovoice “Família e os seus desafios”* procede à apresentação do estudo, na qual é descrita e analisada a metodologia, a recolha de dados, a apresentação, a análise e discussão dos resultados e, ainda, a reflexão final do processo de investigação. Após o término dos dois tópicos acima explícitos, apresentam-se as *Considerações finais*, identificando as principais conclusões do trabalho redigido, as aprendizagens adquiridas, bem como a pertinência do estudo na intervenção psicossocial com jovens e famílias.

Entende-se que a verdadeira coesão social é a que possibilita a interligação das diferentes áreas de atuação, promovendo o trabalho multidisciplinar, os serviços de proximidade, o trabalho em rede e a disseminação da mensagem social.

PARTE

I

Contextualização teórica
do projeto

Capítulo 1: *Photovoice*: aspetos teóricos e metodológicos

Capítulo 2: Potencialidades da utilização do *photovoice* no contexto juvenil

Capítulo 3: A importância da família na adolescência

Capítulo 4: Os desafios familiares como fator de risco

CAPÍTULO 1

PHOTOVOICE: ASPETOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

A cultura digital, viabilizada pelos avanços tecnológicos, reconhece a importância da fotografia no processo de aprendizagem, enquanto mecanismo de comunicação contemporânea e de reprodução da realidade. Neste sentido, dada a consciência sensorial e o processo reflexivo que suscita, a fotografia apresenta-se como uma estratégia inerente à investigação qualitativa, promovendo, por um lado, o desenvolvimento das competências grupais e, por outro, a (re)formulação das políticas públicas que deterioram a comunidade (Souza, 2016).

Face ao mencionado, o **photovoice** é uma metodologia de investigação-ação participativa, que pode ser utilizada como ferramenta de intervenção e/ou instrumento de investigação. Desenvolvido e ampliado por Caroline Wang e Mary Ann Burris, este método pretende, com o recurso à fotografia, mobilizar os/as participantes na reflexão sobre a sua realidade histórica, institucional, social e política (Wang et al., 1997). Pelo descrito, concede oportunidades para que os/as intervenientes cooperem, enquanto **sujeitos/as ativos/as**, na abordagem dos problemas sociocomunitários, assim como na **definição de transformações políticas** destinadas a alcançar a equidade social.

Ademais, torna-se fundamental referir que se caracteriza como uma técnica colaborativa e horizontal entre a(s) pessoa(s) participante(s) e facilitador(es) – *bottom-up* – que, no entendimento de Wang e Burris (1997), assume declaradamente **três objetivos** transversais:

- 1 Identificar e refletir sobre os aspetos da própria identidade e experiência comunitária do/da participante (potencialidades e necessidades da sua comunidade)
- 2 Promover o diálogo crítica e o conhecimento, por meio de discussões em grandes ou pequenos grupos, sobre os problemas expressos nas fotografias capturadas
- 3 Incentivar, mediante exposições fotográficas coletivas, a adoção de políticas públicas formuladas pela própria comunidade, contribuindo, deste modo, para uma mudança social precípua

Neste seguimento, a fim de mobilizar a ação comunitária através do recurso ao *photovoice*, as autoras pressupõem uma estratégia assente em **três fases**, compreendidas em **nove procedimentos metodológicos**, que se estabelecem pela seguinte ordem:

PRIMEIRA FASE: Preparação

- 1 **Selecionar o público-alvo.** Torna-se necessário identificar, nesta etapa, atores sociais, decisores políticos ou pessoas que detenham liderança comunitária. É levantada a questão: *Quem tem o poder de tomar decisões que podem melhorar a situação?*
- 2 **Recrutar participantes para o projeto.** Para permitir a facilidade prática e uma discussão aprofundada, é recomendado um grupo de sete a dez participantes. Estes podem ser de diversos grupos etários ou quaisquer outras condições de origem nacional, étnica ou social.

SEGUNDA FASE: Ação

- 3 **Introduzir a metodologia *photovoice*.** Deve-se, no primeiro encontro, discutir conceitos relacionados com imagem, poder e ética, para um melhor entendimento acerca da responsabilidade e autoridade que serão conferidas aos/às participantes. Além disso, salienta-se que o respeito e o agradecimento pela colaboração devem ser transversais a todo o processo.
- 4 **Obter o consentimento informado.** Este procedimento refere-se a uma versão escrita, onde constam as informações necessárias sobre os direitos de imagem, o requisito da participação voluntária, bem como as potencialidades e os riscos associados à intervenção.
- 5 **Os/As participantes podem debater sobre assuntos específicos ou problemas que pretendem abordar.** No caso de estes já se encontrarem previamente definidos pelo/a investigador/a, é efetuada uma reflexão com o grupo acerca das representações e das questões sociais apresentadas nas fotografias.
- 6 **Distribuir as câmaras pelos/as participantes e rever com os/as mesmos/as a sua forma de utilização.** A escolha pode ser feita de acordo com a preferência dos/as facilitadores/as, das pessoas participantes ou, noutra instância, com os recursos disponíveis, podendo ser utilizados outros dispositivos de captação fotográfica (*exemplo: telemóveis pessoais*).
- 7 **Determinar um período para que os/as participantes tirem as fotografias.** O tempo facultado dependerá, essencialmente, do objetivo do estudo, bem como da disponibilidade dos sujeitos.

TERCEIRA FASE: Finalização

- 8 **Promover reuniões, a fim de discutir as fotografias e identificar os recursos e problemáticas da comunidade.** Nesta etapa, três estágios fornecem as bases de análise das imagens captadas. No primeiro momento – seleção –, cada participante escolhe as fotografias que melhor refletem as suas preocupações, identificando os recursos comunitários. Em segundo lugar, na contextualização, os/as envolvidos/as exteriorizam, num processo de reflexão em grupo, as suas experiências individuais e coletivas. Por fim – codificação –, dá-se a análise dos problemas comunitários, quando as preocupações são alvos pragmáticos e tangíveis para ação social. Importa destacar que estas três fases devem ser cumpridas, repetidamente, em cada sequência de fotografias.
- 9 **Estabelecer um formato para a partilha das fotografias.** A exposição das imagens pode ser executada mediante diversos meios e estratégias, com o intuito de disseminar os trabalhos, experiências e recomendações aos familiares, aos membros da comunidade e/ou aos decisores políticos locais.

Todavia, à semelhança de qualquer ato interventivo social, o *photovoice* é, diante do referido, uma abordagem que apresenta determinadas **limitações e desafios éticos**, nomeadamente, ao nível da invasão da privacidade, da segurança da pessoa participante, da divulgação de atos impróprios e/ou ilegais, bem como quaisquer outros problemas que manipulem a representação do contexto individual. Desta forma, a fim de minimizar os riscos, Lykes et al. (1999, citado por Loureiro, 2020) identificam a importância da **atenção, antecipação e prevenção dos/as investigadores/as** perante a possibilidade de controvérsia das imagens e discursos, reforçando que estas questões devem ser, incessantemente, objeto de **reflexão prévia**.

Posto isto, sublinha-se a importância que o/a profissional detém na intervenção em estudo, dado assumir o compromisso de facilitador/a para o reconhecimento de capacidades/saberes/forças e, de igual modo, para a promoção da **participação** e da **cidadania ativa** de cada indivíduo. Em síntese, mediante a partilha e o envolvimento, sob formato de **diálogo crítico**, o *photovoice* favorece a colaboração e a **corresponsabilidade**, reconhecendo todos os membros como **catalisadores da mudança**.

CAPÍTULO 2

POTENCIALIDADES DA UTILIZAÇÃO DO *PHOTOVOICE* NO CONTEXTO JUVENIL

A fase da adolescência é descrita como um período de conflito, de autonomia e de desenvolvimento, no qual os/as jovens procuram, de um modo constante e progressivo, moldar a sua identidade pessoal, em função das suas vivências sociais. Deste modo, Youniss e Yates (1997, citado por Meirinho, 2020) consideram fulcral o entendimento das suas fraquezas, desejos e a construção das suas **habilidades**, de forma que, num momento posterior, afirmem uma moralidade social, capaz de os/as tornar **agentes ativos e participativos** na comunidade.

À vista disso, conhecer e refletir as percepções dos/as adolescentes relativas ao seu contexto social, permite, concomitantemente, **compreender e transformar as políticas públicas sociais**, mediante os significados que lhes são atribuídos, bem como as propostas de intervenção e prevenção em estudo. Assim, os métodos visuais e a participação criativa podem ser encarados, nas palavras de Chaves (2017), como excelentes instrumentos estratégicos na **inserção do público juvenil na comunidade**, uma vez que proporcionam e viabilizam, a este grupo etário, inúmeras oportunidades de discutirem, relacionarem, ordenarem, configurarem e, ainda, significarem as suas autorrepresentações, face às experiências sociais que vivenciam.

O enfoque na ação de todo o modelo participativo, objetiva não somente o desenvolvimento de **conhecimentos**, como possibilita a promoção de **consciência crítica** para a **mudança social e comunitária**. Neste seguimento, um processo de investigação-ação, como o *photovoice*, caracteriza-se como uma metodologia eficaz na **construção de identidades pessoais e coletivas**, bem como na **formação de competências sociais** (Souza, 2013).

Ao aplicar este método em contextos juvenis, torna-se imperioso compreender o papel que os/as jovens exercem nas suas comunidades, famílias e grupos de pares. Por este motivo, o *photovoice* praticado, especificamente, nesta etapa do ciclo vital, tem-se demonstrado relevante em diversos contextos e configurações, entre elas, na avaliação de necessidades comunitárias, na compreensão das relações intergeracionais entre adultos e jovens (Wang et al., 2004, citado por Souza, 2013) e na diversidade de minorias étnicas (Streng et al., 2004, citado por Souza, 2013) ou outros grupos juvenis. De acordo com os guias e manuais de intervenção (Blakman & Fairey, 2007 e Pallbroda et al., 2009, citados por Souza, 2013), o método *photovoice* enfatiza **três ideias-chave**:



1. As experiências subjetivas vivenciadas pelos indivíduos;

2. A representação individual da sua realidade;

3. O empowerment de grupos excluídos, sub-representados ou que se encontrem em situação de vulnerabilidade social.

Posto isto, importa destacar que, na ação participativa, a narração fotográfica escuta e promove a **voz da coletividade infantojuvenil**, proporcionando-lhes, desta forma, novas perspectivas sobre temáticas relacionadas com a cultura, normas comunitárias, comportamentos, estrutura social e desejos, numa melhor compreensão de si próprios e da sua comunidade.

Prins (2010, citado por Souza, 2013) alega que tais projetos detêm, ainda, a peculiaridade e o potencial para subverter as relações hierárquicas estabelecidas entre o/a investigador/a e os/as participantes, permitindo que, pessoas comuns, investiguem e representem as suas próprias vivências. Este **envolvimento colaborativo** passa a ser uma estratégia de participação, salvaguardando, aos/as jovens, a capacidade de **ponderar medidas e soluções inovadoras destinadas aos problemas coletivos**, através da sensibilização exercida para com a comunidade e decisores políticos. Não obstante, Wang (2006, citado por Meirinho, 2020) evidencia que, em projetos *photovoice*, os/as adolescentes reforçam o sentimento de pertença à comunidade, bem como o interesse de exercer a autonomia e a sua criatividade, possibilitando um **processo de empowerment** juvenil.

Ademais, na perspectiva das autoras Wang e Burris (1997), esta metodologia ultrapassa as dificuldades tradicionais de comunicação, especialmente em contextos de risco e de vulnerabilidade social, ao nível das limitações de alfabetização e domínio das formas de expressão escritas. Todavia, embora a literatura enumere incontáveis benefícios do método fotográfico participativo, este pode oferecer resultados inequívocos, como qualquer outro instrumento de análise social. Torna-se necessário, por isso, precaver alguns desafios e limitações, apontados anteriormente, acerca da aplicabilidade do *photovoice*, sobretudo, em contextos de juventude (Meirinho, 2020).

Em síntese, importa ressaltar que, enquanto prática pedagógica, esta metodologia apresenta uma série de potencialidades no contexto juvenil, destacando o **contributo inigualável** para que a sua população se integre no meio social envolvente, capaz de o melhorar e transformar. Uma **sociedade mais solidária, crítica e participativa**, que promova o exercício da **cidadania** e a construção de **atitudes e valores**, é determinante para a formação de um espaço de convivência social, promissor à **inclusão** de todas as pessoas.

CAPÍTULO 3

A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA ADOLESCÊNCIA

No quadro das ciências sociais e humanas, o conceito de família reporta para um conjunto de indivíduos, interligados entre si, que estabelecem uma **relação de proximidade e afeto**, baseada na *confiança, suporte mútuo e objetivos similares* (Nozes, 2018). Dado representar o primeiro contexto de interação com o meio envolvente, a estrutura familiar é considerada como o alicerce no desenvolvimento e formação dos seus membros, estimulando, assim, a aquisição das suas competências individuais, sociais e adaptativas.

Contudo, devido às adversidades impostas pela sociedade, a família enfrenta um constante processo de **(re)construção**, definido pela ocorrência de alterações na sua estrutura, nas relações estabelecidas entre os diferentes elementos que a constituem, bem como nos papéis e funções que os mesmos desempenham. Tal como designa Pratta e Santos (2007), apesar do seu entendimento mutável, este sistema continua a ter a responsabilidade central no decorrer do processo sociopsicológico dos seus membros, tendo o compromisso de desenvolver *sentimentos de pertença, de identidade, de individualização e autonomia*.

Diante do exposto, a família é uma **referência fundamental** para qualquer criança e/ou jovem dado que, independentemente da sua configuração, lhes garante a apropriação de hábitos, culturas, valores éticos e representações, por meio da atenção das suas **necessidades básicas** mais emergentes (Pratta & Santos, 2007).

Posto isto, a **adolescência** corresponde, portanto, a um fenômeno biopsicossocial, cujo elemento psicológico do processo é frequentemente determinado, modificado e influenciado pela sociedade. Neste contexto, caracteriza-se como um período de instabilidade afetiva, designada por Silva e Mattos (2004, citado por Pratta & Santos, 2007) como um **tempo de ruturas e aprendizagens**, no qual é reforçada a necessidade de *integração social*, a *procura da autoafirmação* e da *independência individual* e, por fim, a definição da *identidade sexual*.

Devido às exigências inerentes à construção da sua autonomia, as pessoas adultas tornam-se fulcrais neste processo, dado lhes ser atribuído o papel fundamental e urgente de **assegurar o bem-estar e o desenvolvimento psicossocial dos/as adolescentes**. Para além deste panorama global, entende-se que a família deve ter um posicionamento definido e entender *o/a jovem como um ser único*, capaz de tomar decisões dotadas de *responsabilidade* e *autonomia*. Esta liberdade, embora com limites e imposição de regras, tende a auxiliar o/a adolescente na construção da sua identidade pessoal e social (Pratta & Santos, 2017).

Assim, de acordo com a literatura, a família é decisiva na etapa juvenil, na medida em que possibilita e determina, cada elemento, como **sujeito autónomo**. É, pois, a base indispensável para a **garantia da sobrevivência e da proteção integral** dos/as filhos/as e demais membros, responsável pela **satisfação das necessidades do menor**, mediante a inculcação de valores, bem como a promoção de vínculos seguros. Em suma, importa destacar que as experiências vivenciadas pelo/a jovem, no contexto familiar ou em outros ambientes nos quais se envolve, contribuem diretamente para a sua **formação enquanto adulto/a**, sendo que, no âmbito familiar, o indivíduo vivencia um conjunto de experiências genuínas, que possibilitarão um aprendizado essencial para a sua atuação futura.

CAPÍTULO 4

OS DESAFIOS FAMILIARES COMO FATOR DE RISCO

No decorrer dos últimos anos, o sistema familiar tem sido objeto de profundas mutações determinadas pelos fatores socioculturais da atualidade. Neste sentido, a família é um **construto frágil**, entendido como uma **unidade vital** e de duradoura importância para o indivíduo, tendo sido conotada com uma multiplicidade de imagens que torna a sua definição imprecisa no tempo e no espaço (Melo, 2011).

Devido à sua diversidade estrutural, a família enfrenta inúmeras problemáticas que a colocam, sucessivamente, em **situações de crise**. Todavia, a exiguidade de investigações relevantes sobre as adversidades em estudo, remete os/as pesquisadores/as para a conceção de família como uma organização única e singular, detentora das suas próprias particularidades, limitações e competências.

Não obstante, de acordo com as palavras descritas por Sarmento (2018), a instabilidade contemporânea, provocada pelo *avanço tecnológico*, pelas *novas configurações familiares* e/ou pela *ausência física e emocional*, submetem qualquer **núcleo familiar a incontáveis desafios**. Diante do exposto, autoras como Souza e Resende (2012), enumeram **fatores de risco** resultantes destas adversidades, nomeadamente, o uso de *maus-tratos*; a *negligência parental*; o *acesso a substâncias ilícitas*; a *adoção de comportamentos delituosos* e, por fim, o *baixo desempenho escolar*.

Posto isto, as famílias, durante um determinado período de tempo, caracterizam-se pela presença de comportamentos problemáticos em, pelo menos, um dos seus elementos, na qual se torna **necessária uma intervenção externa ou o recurso a apoios, facilitadores e serviços disponibilizados em prol da sua autonomia e bem-estar** (Alarcão, 2000). O/A técnico/a deverá, assim, assumir, um papel de agente passivo da mudança, colocando a ênfase na *solução*, nas *forças* e *potencialidades do núcleo*. Deste modo, pretende-se atenuar os fatores de risco e aumentar os fatores de proteção, de forma que a família seja capaz de amenizar o impacto negativo dos inúmeros desafios a que se encontra sujeita. Assim sendo, torna-se fundamental estabelecer uma relação de proximidade entre ambas as partes, permitindo a partilha de experiências e informações, bem como a eficácia da intervenção (Dinis et al., 2014).

Em suma, o modelo sistémico permitiu idealizar a **família como um sistema autónomo e auto-organizado**, capaz de se adaptar às adversidades emergentes. Perante o descrito, os **multidesafios** deixaram de apresentar um caráter pejorativo, passando, deste modo, a estarem no **cerne da mudança familiar**.

NOTAS CONCLUSIVAS:

A fotografia pode ser vista, nos estudos de investigação-ação participativos, como um instrumento catalisador de mudanças, justificado por meio da dupla função que pode assumir, nomeadamente, enquanto expressão criativa visual ou como um meio de retratação de realidades e contextos.

Face ao descrito, o *photovoice* é um método que visa a coesão social, o *empowerment* dos indivíduos e o desenvolvimento da sua autoestima/confiança. Por este motivo, revela-se flexível, podendo ser adaptado a diferentes objetivos (avaliação de necessidades, levantamento de recursos, avaliação de projetos, entre outros), a diferentes grupos e comunidades, assim como a diversos temas ou políticas comunitárias.



NOTAS CONCLUSIVAS:

Ao pensar no contexto juvenil, o recurso passa a ser uma estratégia que supera as limitações de expressão escrita, sendo, desta forma, uma ferramenta adicional que facilita, aos/às jovens, um modelo diferente de articulação às suas experiências pessoais, relações e perfis identitários. Complementarmente, dadas as especificidades e os dilemas que surgem na intervenção social com estes públicos, prioriza-se um ensino autoconsciente e crítico, em que as pessoas envolvidas refletem sobre crenças fundamentais relacionadas com o seu contexto. Neste sentido, a importância da família no processo de desenvolvimento de um indivíduo, torna necessária a implementação de projetos *photovoice* que afigurem dois tipos de intervenção: por um lado, a compreensão das diversas perspetivas sobre a estrutura familiar e, por outro, a (re)formulação de medidas especializadas e integradas para a mesma.



PARTE

II

Projeto *photovoice*

"Família e os seus desafios"

Capítulo 5: Considerações metodológicas

Capítulo 6: Apresentação das fotografias

Capítulo 7: Análise e discussão dos resultados

Capítulo 8: Reflexão crítica

CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

A família é o construto para a formação de qualquer indivíduo, na medida em que estabelece a inculcação de valores éticos e sociais, como o respeito, a partilha, o compromisso, a disciplina e a mediação de conflitos. É inegável, pois, o histórico de experiências, aprendizagens e emoções indispensáveis que suscita aos seus demais membros (Alarcão, 2006). Perante o exposto, dado que a família é o mais poderoso sistema de socialização e desenvolvimento do/da menor, a intervenção com os seus elementos torna-se a estratégia mais efetiva para compreender a sua estrutura e prevenir os riscos subjacentes à multiplicidade dos desafios que lhes são colocados.

Posto isto, o projeto, implementado pelo Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal, surge da necessidade em construir sinergias ao nível local, que permitam a consolidação do conceito “**família(s)**”, como um espaço de valores comuns, capazes de garantir uma cidadania mais inclusiva e mais igualitária. Através da análise dos processos da investigação, pretende-se encontrar bases teóricas para compreender as perspetivas que os/as jovens, do ensino secundário, estabelecem sobre *família*, incidindo, sobretudo, nas suas construções identitárias, nas suas capacidades de tomadas de decisões, nos seus comportamentos de risco e, particularmente, no estímulo para a reflexão crítica e mudança social.

Assim, o projeto “**Família e os seus desafios**” visa, primordialmente, a identificação da família nas suas diferentes tipologias e naturezas, enquanto elemento estruturante dos indivíduos e da sua comunidade; a promoção de momentos de reflexão sobre interação e relações familiares e, do ponto de vista individual, o desenvolvimento da autoestima das pessoas participantes. Face aos objetivos mencionados, articula os conceitos de **família**, **desafios** e **soluções**, formulando perguntas como:

1

“O que é, para mim, a família?”

2

“Quais os atuais desafios que a família enfrenta?”

3

“Como ultrapassar os desafios familiares?”

Diante do apresentado, pretende-se evidenciar o papel da participação dos/as jovens, no desafio das respostas, e tal como a metodologia procura, desenvolver o seu *empowerment*.

PARTICIPANTES

Figura 1
Caracterização dos participantes



Participaram, neste estudo, os/as alunos/as da Escola Profissional Projeto Plural, que frequentavam, no ano letivo 2021/2022, o 11.º e 12.º anos do *Curso Técnico de Serviços Jurídicos*. Assim, o projeto **“Família e os seus desafios”** foi aplicado a um conjunto de **20 jovens** participantes, com idades compreendidas entre os 16 e os 21 anos, contabilizando, desses, 13 do género feminino e 7 do género masculino (Figura 1).

Posto isto, compreender o universo infantojuvenil é um desafio para os/as pesquisadores/as. Torna-se fulcral, por esse motivo, “dar voz” aos/às jovens envolvidos/as na investigação, a fim de compreender a sua realidade, tornando-os/as **agentes ativos de mudança**.

METODOLOGIA

A metodologia *photovoice* foi implementada para a recolha de dados, mediante os registos fotográficos das pessoas participantes, os quais foram, posteriormente, apresentados. De seguida, foi adotado o diálogo grupal, com vista a um melhor entendimento das ações, experiências e percepções dos/as jovens. Por último, recorreu-se à análise qualitativa destas narrativas, com recurso às potencialidades e ferramentas do programa *Nvivo*, com o intuito de selecionar, organizar e codificar os resultados da investigação.



PROCEDIMENTOS

Para a efetivação correta do projeto *photovoice* "Família e os seus desafios", foi imperioso cumprir as três etapas inerentes à metodologia em estudo, nomeadamente, a *preparação*, a *ação* e, por fim, a *finalização*. Em cada fase anteriormente referida, deu-se o cumprimento de determinados procedimentos, a saber:

PRIMEIRA FASE: PREPARAÇÃO

- Contextualização do problema;
- Definição dos objetivos gerais e específicos da investigação;
- Recrutamento das pessoas participantes.

SEGUNDA FASE: AÇÃO

- Constituição do grupo (participantes);
- Planeamento e desenvolvimento das sessões grupais:

Reflexão acerca dos conceitos sobre ética, poder e fotografia:

Discussão sobre a temática em análise, com recurso a técnicas lúdicas e criativas de questionamento. Estas técnicas podem ser consultadas nas páginas 78, 79 e 80 do presente e-book.

TERCEIRA FASE: FINALIZAÇÃO

- Documentação e análise das narrativas fotográficas;
- Divulgação dos resultados, mediante um e-book, acessível a toda a comunidade, de forma a alcançar *stakeholders* e *policy makers*.

IMPLEMENTAÇÃO

Atendendo à especificidade do projeto, importa esclarecer que o mesmo decorreu, semanalmente, em quatro momentos distintos, com uma duração específica de 45 a 60 minutos, cada um.

PRIMEIRA SESSÃO (realizada no dia 24 de maio de 2022)

Apresentação das pessoas participantes e dos/as facilitadores/as;

Dinâmica grupal, a fim de refletir os conceitos de ética, poder e fotografia;

Apresentação do projeto *photovoice* "Família e os seus desafios", com o recurso ao *Powerpoint*;

Levantamento da primeira questão: "O que é, para mim, a família?".

SEGUNDA SESSÃO (realizada no dia 31 de maio de 2022)

Recolha das fotografias em resposta à primeira questão;

Análise e reflexão, em grupo, sobre as fotografias captadas pelas pessoas participantes;

Levantamento da segunda questão: "Quais os atuais desafios que a família enfrenta?".

IMPLEMENTAÇÃO

Atendendo à especificidade do projeto, importa esclarecer que o mesmo decorreu, semanalmente, em quatro momentos distintos, com uma duração específica de 45 a 60 minutos, cada um.

TERCEIRA SESSÃO (realizada no dia 07 de junho de 2022)

Recolha das fotografias em resposta à segunda questão;

Análise e reflexão, em grupo, sobre as fotografias captadas pelos/as participantes;

Levantamento da terceira questão: “Como ultrapassar os desafios familiares?”.

QUARTA SESSÃO (realizada no dia 14 de junho de 2022)

Recolha das fotografias em resposta à terceira questão;

Análise e reflexão individual do/a facilitador/a sobre as fotografias captadas pelas pessoas participantes.

A última sessão não foi realizada em contexto presencial, dado a facilitadora ter testado positivo ao vírus COVID-19, durante a semana referida. Deste modo, após o contacto com os/as professores/as responsáveis, os/as participantes comprometeram-se a enviar, via correio eletrónico, as fotografias por eles/ás capturadas.

IMPLEMENTAÇÃO

Importa destacar que, de forma a recolher os dados, foi criado um endereço de *e-mail*, específico do projeto, para esse efeito. Deste modo, tornou-se num espaço digital, aberto para o esclarecimento de dúvidas e/ou outros assuntos pertinentes ao estudo, estabelecendo o contacto entre o/a facilitador/a e a pessoa participante.

A fim de alinhar as informações necessárias à interpretação das imagens recolhidas, foi solicitada a definição de um título (legenda) e uma descrição assente nas perguntas orientadas pela técnica **SHOWED** (Wang et al., 1998):

- a. *What do you See here?* (“O que vês aqui?”)
- b. *What is really Happening here?* (“O que está a acontecer?”)
- c. *How does this relate to Our lives?* (“Como é que isto se relaciona com a tua vida?”)
- d. *Why does this situation, concern or strength exist?* (“Porque é que esta situação, preocupação, força existe?”)
- e. *What can we Do about it?* (“O que podemos fazer sobre isto?”)

Por fim, o levantamento das perguntas feitas, nomeadamente na primeira, na segunda e na terceira sessão, foi desenvolvido com recurso a materiais dinâmicos e criativos, como técnicas de questionamentos.

RECURSOS UTILIZADOS



Para a concretização de qualquer projeto social, é importante prever a quantidade e a qualidade das pessoas que são necessárias para a execução das atividades integradas na investigação e as suas responsabilidades. Ademais, deve-se definir, entre outras coisas, as instalações, os materiais, os instrumentos e as equipas. Posto o descrito, evidenciam-se os recursos (humanos e materiais) básicos à implementação do projeto *photovoice* "Família e os seus desafios".

RECURSOS HUMANOS:

- Estagiária do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal/Rede Europeia Anti Pobreza (Inês Pereira) e Técnico do Núcleo Distrital de Viseu da EAPN Portugal/Rede Europeia Anti Pobreza (Tiago Caio), enquanto facilitadores do estudo;
- Professores/as e/ou técnicos/as da Escola Profissional Projeto Plural.

RECURSOS MATERIAIS:

- Instrumento ótico (telemóvel, máquina fotográfica ou outro recurso). *Torna-se necessário que as pessoas participantes detenham um equipamento para fazer o registo das fotografias;*
- Técnicas de questionamento;
- Computador;
- Projetor.

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A investigação em estudo cumpriu a dignidade, o bem-estar e todos os direitos dos/as jovens, respeitando a sua confidencialidade e a possibilidade de desistência, a qualquer momento. Para além disso, não foi aplicado o consentimento informado às pessoas participantes, visto que a maioria dessas apresentavam ser menores de idade. Contudo, a fim de solucionar este ponto, procedeu-se a uma conversa formal, com os professores e os responsáveis técnicos, sobre as forças e possíveis riscos da intervenção, onde todas as partes se demonstraram recetivas à implementação de um estudo desta natureza, na Escola Profissional Projeto Plural. Assim sendo, esta investigação acautelou sempre as questões de segurança, não tendo apresentado quaisquer riscos para a vida, saúde ou bem-estar das pessoas intervenientes.

De modo a garantir a privacidade e o anonimato dos/as participantes, bem como de símbolos, marcas e/ou patrocínios, algumas fotografias foram desfocadas, sendo somente apresentadas neste e-book as consentidas por eles/as. Ademais, refere-se que outras imagens não foram consideradas para este projeto, dado existir a possibilidade de as mesmas enviesarem os resultados finais.

AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo de reflexão que permite explicar e avaliar os resultados das ações realizadas. Viabiliza, assim, reconhecer os erros e as potencialidades da prática, a fim de desenvolver modelos adequados e favoráveis a futuras intervenções.

Neste seguimento, esta gestão implicou a fusão de **entrevistas** com as pessoas envolvidas, **observação participante** (com recurso ao caderno de campo), **fontes documentais** (legislação, recolha de notícias, artigos científicos) e conversas com técnicos/as da área da juventude e da implementação de projetos *photovoice*. Por fim, foi aplicado o **Questionário de Avaliação Final**, a fim de obter o *feedback* do público-alvo sobre as aprendizagens adquiridas, bem como a estrutura, organização e gestão das sessões efetuadas.



CAPÍTULO 6

APRESENTAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS

PRIMEIRA QUESTÃO:

"O que significa, para mim, a família?"

Primeira questão: "O que significa, para mim, a família?"



ESSÊNCIA

"Para mim, a família é essência. É a minha base e o meu grande apoio. Nesta fotografia, o tronco da árvore representa os meus pais, que são o meu suporte, e os ramos simbolizam os meus restantes familiares que, apesar das direções diferentes e da distância entre eles, continuamos todos unidos, tal como os ramos, o tronco e as raízes de uma árvore."

Primeira questão: "O que significa, para mim, a família?"



LEALDADE

"Os animais também são família. Dão-nos segurança e amor. Nesta fotografia está a minha cadela que já faleceu e que, para mim, representava a família, bem mais do que alguns familiares. Na família não deve haver interesses, mas sim lealdade."

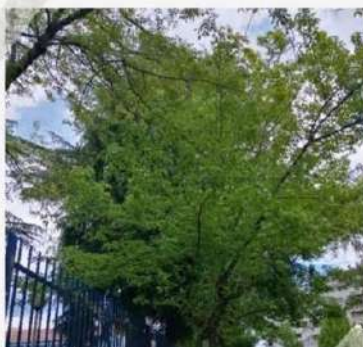
Primeira questão: "O que significa, para mim, a família?"



AMOR

"A família significa amor e carinho. Esta fotografia representa um momento inesquecível que passei com a minha família. Foi tirada no dia em que o meu irmão regressou a Portugal, depois de estar três anos fora."

Primeira questão: "O que significa, para mim, a família?"



CRESCIMENTO

"A família é crescimento. Escolhi uma árvore, porque as suas raízes, tal como a família, são suporte. Os ramos estão todos interligados uns aos outros, que retrata a união que deve prevalecer numa família. A forma como a árvore cresce, também influencia: precisa de água e sol, tal como nós precisamos que a família, principalmente os nossos pais, satisfaçam as nossas necessidades básicas."

Primeira questão: "O que significa, para mim, a família?"



SEGURANÇA

"A família, para mim, faz-me lembrar do passado. É segurança, carinho e saudade, como esta imagem transmite. Esta sou eu e o meu avô que, para mim, era a figura central. A família é muito mais do que aquilo que pensamos."

Primeira questão: "O que significa, para mim, a família?"



UNIÃO

"Para mim, a família é união. Nem só o amor pode unir uma família, também a música o pode fazer."

Primeira questão: "O que significa, para mim, a família?"



UNIÃO

"A família é ligação. É sobre acolher e construir. A ponte é um trajeto que liga um lado ao outro e isto representa o laço que tenho com os meus familiares, apesar da distância que mantemos. Escolhi a Ponte D. Luís I, no Porto, porque, quando vim para Portugal, esta cidade mostrou-me o significado de família."

APRESENTAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS

SEGUNDA QUESTÃO:

"Quais os atuais desafios que a família enfrenta?"

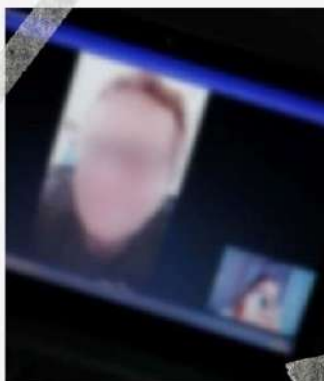
Segunda questão: "Quais os atuais desafios que a família enfrenta?"



DISTÂNCIA

"Um dos atuais desafios da família é a distância e a saudade que ela provoca. Por vezes, as pessoas que se encontram distantes, não conseguem presenciar os momentos mais importantes, nem acompanhar, de uma forma contínua, o nosso percurso e a nossa evolução. Escolhi, como foco desta fotografia, a asa do avião, porque é o único meio que traz o meu pai de volta ou me leva até ele."

Segunda questão: "Quais os atuais desafios que a família enfrenta?"



DISTÂNCIA

"Esta fotografia retrata a ausência. O meu pai é emigrante e apenas consegue vir a Portugal uma vez por ano. Para mim, a distância entre nós é um grande desafio."

Segunda questão: "Quais os atuais desafios que a família enfrenta?"



DISTÂNCIA

"Um dos desafios que a família pode enfrentar, no presente, é a distância emocional, a falta de comunicação, de diálogo e de compreensão. Tirei esta fotografia com a minha família, numa altura em que sentia que ainda estávamos unidos. O mar, aqui, retrata a intensidade dos sentimentos que provoca este desafio."

Segunda questão: "Quais os atuais desafios que a família enfrenta?"



DISTÂNCIA

"Para mim, a distância é o principal problema das famílias. É muito difícil quando não temos, ao nosso lado, quem gostaríamos de ter. Sentimo-nos presos à distância e não nos conseguimos libertar. A estrada encurta este grande desafio. Nesta fotografia, a distância também está representada pelo céu e pelo solo."

Segunda questão: "Quais os atuais desafios que a família enfrenta?"



REALIDADES CONTRÁRIAS

"As diferentes opiniões e perspectivas, principalmente entre várias gerações, podem levar à rutura familiar. Nesta fotografia podemos observar duas realidades distintas: no lado esquerdo, vemos uma casa antiga, predominante em meios rurais e, do outro lado, um apartamento moderno, que se distingue mais nas zonas urbanas. Isto representa a diferença e, muitas das vezes, a oposição de mentalidades entre os familiares."

Segunda questão: "Quais os atuais desafios que a família enfrenta?"



FALTA DE TEMPO

"A falta de tempo é um dos grandes desafios que a família enfrenta. Atualmente, a sobrecarga de responsabilidades, que leva ao cansaço e à exaustão dos pais, faz com que eles não tenham tempo suficiente para usufruírem com os seus filhos e restantes familiares. O pôr-do-sol, nesta fotografia, reflete o passar do tempo entre o amanhecer e o fim do dia. O tempo é como o vento, ele passa..."

APRESENTAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS

TERCEIRA QUESTÃO: *"Como ultrapassar os desafios familiares?"*

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



PARTILHA DE RECURSOS

"O muito para muitos é pouco, e o pouco para outros é muito! A riqueza deve ser partilhada entre todos!"

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



REDES SOCIAIS

"Nesta fotografia o que está a acontecer é uma pessoa ligar à outra por videochamada. Eu escolhi esta fotografia, porque é algo que facilita um problema familiar que se encontra, que é a distância."

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



REDES SOCIAIS

"Com a criação das novas tecnologias e das redes sociais, podemos fazer videochamada com os familiares que se encontram distantes."

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



REDES SOCIAIS

"A solução que eu mencionei foi a internet e as redes sociais. A internet facilita a distância entre os parentes e conhecidos! Esta fotografia representa uma pessoa em videochamada com alguém que está distante e que quer "matar" saudades. Escolhi esta fotografia porque antigamente não se conseguia comunicar com as pessoas, e atualmente a internet é uma mais-valia para tal."

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



TECNOLOGIA

"A tecnologia é sem dúvida a solução para ultrapassarmos os atuais desafios da nossa família em relação à distância, pois a maior parte da minha família está no estrangeiro e é sempre complicado irmos lá ou eles virem cá em relação ao trabalho!"

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



TECNOLOGIA

"A seguinte imagem representa como ultrapassar um dos atuais desafios familiares. O desafio em questão, trata-se da distância. A solução para o mesmo desafio é pelo computador em que podemos realizar videochamadas e chamadas para o outro lado do mundo, sem termos de nos deslocar. Com as novas tecnologias obtemos também outros meios, como o telemóvel, tablet, entre outros."

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



TECNOLOGIA

"Eu escolhi esta fotografia porque com as tecnologias podemos falar com a família que está no estrangeiro."

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



DIÁLOGO

"A solução para o distanciamento entre as famílias são o diálogo e a paciência. A água representa o diálogo e o crescimento da planta refere-se à paciência, despejar água sobre a planta para que ela cresça, analogia para o crescimento interpessoal."

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



MOMENTOS DE UNIÃO

"Família unida nunca será vencida. A união familiar é capaz de vencer muitos dos problemas atuais, como por exemplo a depreciação."

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



MOMENTOS DE UNIÃO

"Nesta foto pode ser vista uma praia fluvial. Porque é que eu escolhi esta imagem? Ora lá está por ser uma das maneiras que se ultrapassa a falta de tempo para a família, com momentos como este. Tirei fotografia a este momento por ser dos poucos em que estamos unidos em diversão e alegria. Aproveita os momentos que a vida te dá com aqueles que amas!"

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



MOMENTOS DE UNIÃO

"A solução para o problema da distância é estarmos todos juntos mesmo depois de anos sem nos ver."

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



VIAGENS

"A solução são as viagens de avião. Apesar de muitas não serem económicas, no meu caso para o destino escolhido, dependendo da altura consigo encontrá-las a low cost. Vejo a asa de um avião, avião este que vai diminuir a distância no tempo e no espaço."

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



VIAGENS

"Escolhi esta foto, porque às vezes a minha família está um pouco distante, uns fora do país e outros não estão fora do país, mas afastados, mas claro que tudo se resolve.... resolve-se com a viagem até eles, matar as saudades e ver a família."

Terceira questão: "Como ultrapassar os desafios familiares?"



DESEJO

"Se eu pudesse tornar realidade quem partiu estaria aqui."

CAPÍTULO 7

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

De modo a permitir o avanço do conhecimento científico e as conclusões consequentes de qualquer investigação, torna-se impreterível a apresentação dos dados recolhidos, bem como a análise dos mesmos. Por fim, dá-se a discussão dos resultados obtidos das três questões formuladas no decorrer do projeto *photovoice* "Família e os seus desafios".

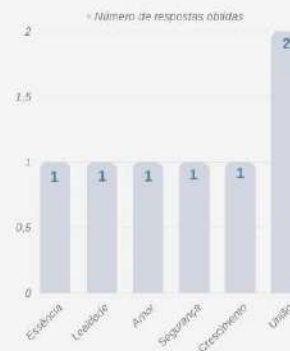
1 Primeira questão: "O que é, para mim, a família?"

A evolução do conceito *família*, nos diversos contextos socioculturais, conduziu a uma diversidade de transformações no seu núcleo, traduzindo-se em mudanças na sua estrutura e na sua função. O conceito tem vindo a adquirir limites muito mais abrangentes, resultantes das novas configurações familiares, o que tem contribuído para a conceção de *famílias*, promovendo a diversidade e a pluralidade das mesmas.

Após o levantamento da primeira questão, foi obtido um total de **sete imagens**, nas quais as pessoas participantes descreveram a família como: *essência*; *lealdade*; *amor*; *segurança*; *crescimento* e *união*. Neste seguimento, de acordo com os valores patentes na **Figura 2**, denota-se que cerca de 1 participante percebe o núcleo familiar como *essência*, como *lealdade*, como *amor*, *crescimento* e *segurança*. Todavia, com um maior destaque, encontram-se 2 participantes que relacionam a *união* ao conceito de família.

Figura 2

Respostas à primeira questão "O que é, para mim, a família?"



Deste modo, torna-se fundamental refletir e discutir sobre as ideias apresentadas anteriormente.

ESSÊNCIA: A família é considerada a base da estrutura humana. O seu núcleo contempla um espaço de aprendizagens, no qual, cada indivíduo, desenvolve os seus valores, a sua identidade e as suas emoções. Importa referir que a estrutura familiar se torna, assim, o reflexo identitário de cada elemento que a constitui, delineando a sua essência individual.

LEALDADE: A virtude da lealdade está relacionada ao cumprimento da palavra dada, à capacidade de ser confiável, fiel, responsável, honesto e de honrar os compromissos assumidos. Por este motivo, a característica *lealdade* encontra-se relacionada ao conceito de família, na medida em que se espera o conforto e a confiança dos cuidadores para com os menores.

AMOR: As famílias são moldadas pela existência de amor, carinho e solidariedade, mediante conexões, cada vez mais, profundas e solidárias. Esta resposta permite valorizar os laços afetivos que se estabelecem na sua estrutura, fortalecendo o papel significativo que esta detém na formação dos seus indivíduos.

SEGURANÇA: A família deve proteger a criança e/ou o/a jovem, contra todas as formas de discriminação e tomar medidas positivas para promover os seus direitos.

CRESCIMENTO: O ciclo vital ocorre no interior da estrutura familiar, considerada, por isso, como o contexto primário de desenvolvimento humano. Não obstante aos desafios que constantemente suporta, a família possui como compromisso, o crescimento, o apoio e a preparação para a vida adulta.

UNIÃO: As relações que são construídas pelos seus elementos devem ser pautadas na base da confiança e da união. Assim, pretende-se que as ligações familiares se estabeleçam por meio do diálogo, do toque, das manifestações de afeto, da troca de experiências e de aprendizagens.

Perante a informação disponível, no que concerne à primeira pergunta, torna-se fundamental reconhecer que estudar a família reforça a pluralidade de conceitos que lhes estão associados, como salienta, ainda, o desenvolvimento de competências essenciais dos seus membros, quer a nível cognitivo, emocional ou pessoal.

2

Segunda questão: "Quais os atuais desafios que a família enfrenta?"

Ao longo do tempo, em resultado das sucessivas mutações notadas na sociedade, a família enfrenta um processo de (re)transformação. Estes múltiplos desafios que lhes são colocados, podem gerar condições de desfavorecimento que comprometem a sua estrutura, bem como a sua adaptação ao meio envolvente.

No que concerne à segunda questão, foram seleccionadas **seis imagens** relativas aos atuais desafios que a família enfrenta, sendo apresentadas, como respostas, a *distância*; as *realidades contrárias* e a *falta de tempo*. A análise dos dados relativos à pergunta em estudo (**Figura 3**), sugerem que a maioria das pessoas participantes, cerca de 4, evidenciou a *distância*, como o principal obstáculo à estrutura familiar. Os/As restantes 2 alunos/as responderam, cada um/a, as *realidades contrárias* e a *falta de tempo*.

Figura 3

Respostas à segunda questão "Quais os atuais desafios que a família enfrenta?"



Segue-se, neste contexto, a discussão das noções tratadas previamente, enquanto desafios atuais que são colocados ao núcleo familiar.

DISTÂNCIA: O distanciamento tem sido definido pela rutura, física e/ou emocional, dos laços familiares. Ademais, a falta de convívio e a ausência afetiva tornam-se fatores cada vez mais presentes na comunidade atual, enfraquecendo os vínculos estabelecidos dentro da família.

REALIDADES CONTRÁRIAS: As diferentes e, por vezes, opostas realidades/perspetivas intergeracionais, alicerçadas à falta de diálogo, podem provocar desafios constantes na família.

FALTA DE TEMPO: As desestruturações dos núcleos familiares provocadas, sobretudo, pelos fatores e exigências profissionais, levam a que os pais/cuidadores/representantes não vivenciem tempo de qualidade com os/as seus/suas menores. Deste modo, prevê-se que a criança e/ou jovem suplique por atenção, afeto e cuidados.

Deste modo, importa referir a necessidade de atenuar os fatores de risco e aumentar os fatores de proteção, de forma que a família seja capaz de amenizar o impacto negativo dos inúmeros desafios elencados, bem como quaisquer outros a que se encontra sujeita.

3

Terceira questão: “Como ultrapassar os desafios familiares?”

Os múltiplos desafios colocados a este sistema, podem gerar condições de desfavorecimento que comprometem a sua adaptação ao meio envolvente. Diante do referido, considera-se a existência de uma desestruturação, pelo que são necessárias e urgentes políticas que pensem a família.

Para a terceira questão colocada em estudo, destacam-se um total de **catorze fotografias**. Neste seguimento, a fim de apresentar a extensa diversidade de apoios/serviços/recursos/facilitadores disponíveis para a família, recolheram-se, como respostas, a *tecnologia*; o uso das *redes sociais*; a *partilha de recursos*; os *momentos de união*; o *diálogo*; as *viagens* e, por fim, o *desejo*. De acordo com os dados expostos na **Figura 4**, depreende-se que somente 1 participante mencionou o *diálogo*, o *desejo* e a *partilha de recursos* como instrumentos de apoio aos desafios familiares. Por outro lado, 2 dos/as respondentes indicaram as *viagens*. Dessarte, com uma amostra significativa de 3 alunos/as encontram-se as soluções manifestadas pela *tecnologia*, pelas *redes sociais*, bem como pelos *momentos de união*.

Figura 4

Respostas à terceira questão “Como ultrapassar os desafios familiares?”



Frente ao mencionado, procede-se à discussão dos resultados obtidos em resposta à questão analisada.

TECNOLOGIA: O avanço tecnológico e o uso cada vez mais recorrente dos seus meios, mostra-se como um instrumento capaz de encurtar distâncias e de, conseqüentemente, facilitar a comunicação familiar.

REDES SOCIAIS: Aliadas às novas tecnologias, as redes sociais são instrumentos de entretenimento, de comunicação, de marketing, de atendimento e relacionamento. Nos dias que decorrem, os indivíduos caracterizam-se como seres conectados, digitais e sociais.

PARTILHA DE RECURSOS: A diversificação atual de serviços sociais tem possibilitado à família uma variedade de recursos institucionais que, mediante a sua função de apoio, permitem o desenvolvimento de oportunidades para o seu crescimento e bem-estar.

MOMENTOS DE UNIÃO: O afeto e o cuidado são necessidades primárias de qualquer sujeito, sendo elementar, por esse motivo, a criação de momentos de união, a fim de atenuar as dificuldades específicas dos relacionamentos familiares.

DIÁLOGO: Mediante o estabelecimento de empatia e respeito, a família compreende as respectivas opiniões/perspetivas dos seus membros, bem como os seus sentimentos. A capacidade de dialogar possui, como referência para o/a menor, a segurança transmitida pelos seus interlocutores.

VIAGENS: Em analogia com o avanço das novas tecnologias, as viagens, executadas pelos mais variados meios de transporte, surgem para minimizar a distância que separa a família.

DESEJO: O desejo, quer coletivo e/ou individual, pode ser uma ferramenta capaz de estimular a resolução dos conflitos familiares. A vontade, o querer e o interesse são primordiais na base de qualquer solução descrita anteriormente ou quaisquer outros recursos de apoio à família.

Perante as suas vulnerabilidades e fraquezas, a estrutura familiar integra um combinado de recursos e metodologias de intervenção, bem como de apoios e serviços sociais, disponibilizados para o reforço das suas redes.

Em suma, a família é o mais poderoso sistema de socialização e desenvolvimento da criança e/ou jovem, sendo imperiosa a prática de uma intervenção especializada, enquanto estratégia para prevenir e reduzir o risco subjacente à multiplicidade de desafios que, constantemente, enfrenta.

CAPÍTULO 8

REFLEXÃO CRÍTICA

A **família**, enquanto unidade representada por um todo, desempenha um papel importante no desenvolvimento e adaptação dos indivíduos, na medida em que se constitui como o **primeiro contexto de socialização** dos mesmos. Neste seguimento, a família deve integrar um conjunto de características, particularmente, a *autonomia*, a *auto-organização*, o *envolvimento*, bem como a individualidade dos elementos que a constituem (Alarcão, 2006).

Contudo, o núcleo familiar enfrenta, de um modo constante e irretorquível, uma **multiplicidade de desafios e condições adversas**, sob níveis mais ou menos elevados de **stress** (Melo, 2011). Por este motivo, torna-se central **intervir junto do mesmo**, no sentido de capacitar os pais/cuidadores/representantes legais para o exercício de uma parentalidade positiva, dado que os/as menores necessitam de uma orientação, capaz de garantir o seu íntegro desenvolvimento. Importa reforçar, assim, que o/a técnico/a deverá centrar a abordagem interventiva nas potencialidades da família, a fim de desenvolver e aumentar o caráter autónomo que a mesma detém na **resolução dos seus problemas**.

Posto isto, a aplicabilidade de projetos de investigação social, que utilizam a fotografia participativa, expressa o desenvolvimento de uma **consciência crítica** nas pessoas envolvidas, por meio de um **modelo de aprendizagem dialógico** e fundamentado na experiência dos/as participantes. Ressalva-se que o *photovoice* desempenha, pelo mencionado, um papel-chave na reflexão sobre vivências, descontentamentos e soluções comunitárias.

A utilização desta metodologia no projeto "**Família e os seus desafios**" estabeleceu formas ímpares de expressão, por meio de registos fotográficos, possibilitando leituras objetivas e pontuais sobre fenómenos complexos. Pelo referido, a promoção do **empowerment** juvenil e a identificação das diferentes tipologias familiares podem-se considerar os dois principais objetivos subjacentes ao estudo. Ademais, revela um contributo para que, a nível nacional, se desenvolvam metodologias de comunicação, capazes de repensar e determinar as mudanças político-sociais necessárias a uma comunidade mais inclusiva.

Ao analisar todo o processo do estudo, comprova-se a existência de **POTENCIALIDADES** do mesmo, de elencar, entre eles:

- O **envolvimento dos/as jovens** na tomada de decisão das etapas do projeto, como a seleção das fotografias capturadas pelos/as mesmos/as, a escolha das narrativas para descrever as suas imagens e a reflexão tida em grupo;
- O **exercício do empowerment e de participação ativa** das pessoas envolvidas que as permite atuar na resolução dos seus problemas, separando-as do rótulo de meros receptores das políticas;
- O **aumento da consciencialização, da autonomia e confiança** sobre as suas vivências, bem como o desenvolvimento de **habilidades comunicativas, de competências sociais** e do convívio em grupo;

— A diversidade de respostas na dinamização conjunta de um plano de intervenção e, conseqüentemente, na resolução dos desafios familiares. Este fator remete à crescente preocupação para agir ao nível das políticas públicas;

— A colaboração da entidade escolar na cedência do seu espaço, para que fosse possível realizar as atividades com os/as seus/suas alunos/as. A oportunidade de implementar o trabalho de campo dentro da sua própria estera facilitou o incentivo à participação.

Todavia, como qualquer outro projeto social, o estudo manifestou algumas limitações que influenciaram a previsibilidade da sua prática. Entre os **DESAFIOS**, torna-se possível salientar:

— O reduzido número das pessoas participantes que dedicaram o seu tempo, de forma voluntária, a este projeto. Este ponto levou, por efeito, à generalização dos resultados obtidos no decorrer das atividades;

— Dilemas éticos, como a invasão da privacidade de outras pessoas e a divulgação de marcas, no processo de fotografar. O risco desta exposição revelou ser um problema para a análise e interpretação dos resultados da pesquisa;

— A impossibilidade de discutir e comparar todos os dados no término da investigação, devido à última sessão ter sido concretizada à distância;



— A dificuldade de fotografar metaforicamente conceitos abstratos. Para além disso, a intimidade das questões em estudo pode ter causado sentimentos negativos e de desconforto nos/as jovens. Ainda que cada pessoa adira voluntariamente ao projeto, e que cada um/a fale de si e dos seus, na medida do que considera correto e aceitável, os/as participantes tornam-se sempre objeto de exposição;

— A pouca familiaridade da facilitadora na condução do método e a restrita experiência na reflexão com as pessoas participantes;

— A escassez de recursos financeiros para a impressão das fotografias, bem como para a produção de espaços culturais, a fim de disseminar os resultados.

Não obstante às dificuldades mencionadas, torna-se possível avaliar, de forma positiva, o impacto do projeto *photovoice* "Família e os seus desafios", salvaguardando que o método possibilitou, a todas as pessoas participantes, um panorama visual das suas experiências e, inclusive, a perceção de soluções inovadoras para os problemas familiares. Por outro lado, averigua-se o contributo do mesmo para a valorização de ideias e visões da população juvenil, ultrapassando sentimentos como a timidez e o desconforto.

Ademais, as respostas ao questionário de avaliação final confirmam a adequada estrutura da investigação. A maioria dos/as participantes classificaram a calendarização, a duração, a organização, bem como a dinamização das sessões com “*muito bom*” e “*bom*”. Para além disso, referem ainda, como fatores positivos, o apoio prestado pelos facilitadores, a criatividade dos recursos/materiais e a pertinência do tema. É comprovado que o estudo “**Família e os seus desafios**” **correspondeu às expetativas das pessoas participantes**, sendo fulcral destacar alguns dos seus **testemunhos**:



“Eu adorei as várias sessões realizadas. Abordámos assuntos importantes que não se costumam tratar diariamente e que acabam por ser um problema. Quanto à realização das sessões, foram muito esclarecedoras e dinâmicas.”



“Para falar a verdade, estava à espera de menos. No meu pensamento, poderia ser algo secante, mas muito pelo contrário, foi algo dinâmico, diferente e deu-nos uma visão dos problemas que certas famílias enfrentam.”



“O projeto acabou por mostrar que, afinal, há solução para alguns desafios, que cada desafio tem a sua função. É preciso entender qual é o problema que mantém a distância entre pais, filhos e outros parentes para encontrar um apoio.”

Chegado a este ponto, é necessário avaliar que os desafios familiares encerram uma multiplicidade de situações de risco, resultantes de um processo de rutura e de acumulação de fragilidades. Neste seguimento, **os resultados da investigação estimularam um olhar mais atento na procura de estratégias político-sociais que reforcem as potencialidades do núcleo familiar**.

A conscientização sobre o que se entende por *família*, pode auxiliar os *policymakers* na adoção de políticas públicas mais acertadas, com vista à reestruturação das famílias. No entanto, acredita-se ser imprescindível a continuidade de estudos relativos a este tema, nomeadamente sobre como avaliar e intervir junto da família e dos seus elementos. Desta forma, ressalta-se o papel do *photovoice*, como uma metodologia capaz de compreender os desafios subjacentes à estrutura familiar, propondo que novos protocolos sejam realizados com a utilização desta técnica e que, por sua vez, permitam potenciar o “pensar família” na comunidade.



PRETENDE IMPLEMENTAR UM PROJETO PHOTOVOICE?

Dicas e recomendações



- 1** Reflita sobre os recursos humanos, técnicos, logísticos e materiais que considera serem necessários à sua investigação. Recomenda-se um total de 1 a 3 colaboradores/as efetivos/as.
- 2** É importante conhecer a técnica *photovoice*. Leia sobre a mesma e/ou questione pessoas com experiência. Recomenda-se a análise de publicações de Caroline Wang, Mary Burris ou a consulta de páginas *online*, como é o exemplo de <https://photovoice.ca/> ou <https://photovoice.org/>.
- 3** Concretize as três etapas da metodologia *photovoice*: Preparação; Ação e Finalização.
- 4** Se considerar, faça uma avaliação inicial, no sentido de compreender os interesses dos/as participantes. Para isto, recorra a entrevistas individuais, à aplicação de um questionário ou outro instrumento de carácter avaliativo.

PRETENDE IMPLEMENTAR UM PROJETO PHOTOVOICE?

Dicas e recomendações



- 5** Para a discussão das fotografias seleccionadas, explore a técnica SHOWED. Além das respetivas questões, elabore perguntas de resposta aberta, tais como:
Descreve a foto. O que vê?; O que está a acontecer?; Porque seleccionou essa fotografia?; Tirou outras imagens para além desta? Se sim, a quê? E porque é que, entre todas, escolheu esta?; O que diz esta fotografia sobre si e sobre as suas experiências pessoais?; Sentiu alguma dificuldade em responder, em imagens, à pergunta colocada? Se sim, qual e porquê?
- 6** Use e abuse da criatividade nas técnicas de questionamento. Se possível, refira no seu molde as considerações éticas. De modo a facilitar o entendimento deste tópico, segue o exemplo dos instrumentos utilizados para o efeito no projeto **"Família e os seus desafios"**.
- 7** Complete o seu estudo com um instrumento de avaliação final, a fim de interpretar os resultados obtidos.

Técnicas de questionamento utilizadas no projeto photovoice “Família e os seus desafios”

Técnica de questionamento para a primeira questão “O que é, para mim, a família?”

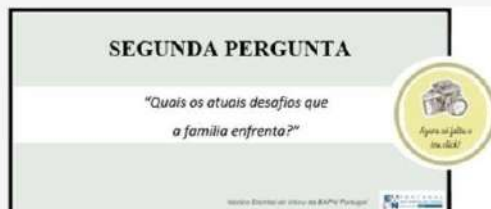
Para a técnica de questionamento da primeira questão, foi elaborado um marcador de livros.



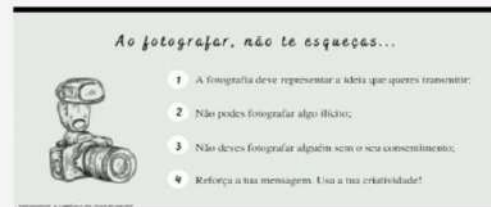
Técnicas de questionamento utilizadas no projeto photovoice “Família e os seus desafios”

Técnica de questionamento para a segunda questão “Quais os atuais desafios que a família enfrenta?”

(Frente)



(Verso)



Para a técnica de questionamento da primeira questão, foi elaborado um cartão.

Técnicas de questionamento utilizadas no projeto photovoice "Família e os seus desafios"

Técnica de questionamento para a terceira questão
"Como ultrapassar os atuais desafios familiares?"

(Primeiro plano)



(Segundo plano)



Para a técnica de questionamento da primeira questão, foi elaborada uma roleta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante as imensas linguagens artísticas disponíveis, a fotografia representa uma fonte inigualável de informação sobre as outras pessoas e sobre nós próprios/as. Mediante a mesma, os indivíduos conseguem exprimir os seus sentimentos, ideias, preocupações ou outras vivências incapazes de serem expressas pela escrita. Neste seguimento, o *photovoice* enumera um conjunto de potencialidades ao permitir a criação de um novo **canal de comunicação** e a discussão entre comunidade e investigadores, aliadas, por sua vez, à descoberta de **novas perspetivas sociais**. Trata-se, pois, de um meio de investigação participativa e, concomitantemente, de intervenção pela **mudança**. Talvez seja por esse motivo que a imagem exerce influência no mundo político, podendo alterá-lo com inúmeras indicações sobre o que deverão ser os interesses públicos.

Face ao referido, o projeto *photovoice* "Família e os seus desafios" apresenta-se como uma modalidade promissora de espaços de comunicação e de *empowerment* juvenil, que poderá ser alvo de investigações mais robustas. Ademais, convicto de que a estrutura familiar, elemento natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças e dos/as jovens, este estudo justifica a proteção e a assistência necessárias para a família desempenhar plenamente o seu papel na comunidade.

Agora, só resta ensinar os/as jovens participantes deste projeto a serem independentes; a estarem seguros/as de si próprios/as e a reafirmarem a sua posição, para que, apesar dos inconvenientes que possam surgir, continuem a trabalhar para uma comunidade mais igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Quarteto Editora.

Alarcão, M. (2006). *(Des)Equilíbrios Familiares* (3.ª ed.). Quarteto.

Araújo, L., Figueiredo, M. P., Amante, M. J., & Jales Ribeiro, E. (2015). As potencialidades do photovoice enquanto metodologia participativa na formação de Educadores Sociais. *Revista de Estudos e Investigación en Psicología y Educación*, 0(06). <https://doi.org/10.17979/reipe.2015.0.06.198>.

Chaves, R. (2017). Potencialidades da metodologia photovoice na intervenção com pessoas idosas institucionalizadas. *Vista*, 1. <https://doi.org/10.21814/vista.2984>.

Dinis, C., Ribeiro, M., & Francisco, R. (2014). Promoção de competências parentais: adesão das famílias involuntárias. *Mediação Familiar. Contributos de investigações realizadas em Portugal* (pp. 110-126). Universidade Católica Editora.

EAPN (2022). *Quem somos?*. <https://www.eapn.pt/quem-somos/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Loureiro, A. C. S. (2020). *Onde o Silêncio Está — Projeto de fotografia participativa em tempos de pandemia*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Leiras da Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da UC. <http://hdl.handle.net/10316/93777>

Meirinho, D. (2020). Descarte e consumo: Narrativas participativas visuais de crianças e adolescentes residentes no Jardim Gramacho. *Comunicação e Sociedade*, 37, 39–54. [https://doi.org/10.17231/consoc.37\(2020\).2388](https://doi.org/10.17231/consoc.37(2020).2388).

Melo, A. (2011). *As forças dos profissionais e da família multidesafiada na protecção da criança. Um modelo de avaliação e intervenção familiar integrada para os CAFAP* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Repositório científico da UC. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/18471>.

Nozes, R. (2018). *A intervenção com famílias de crianças em risco familiar e ambiental*. [Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre]. Repositório Comum. <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/22783>.

Pratta, E. M. M., & Santos, M. A. dos. (2007). Família e adolescência: A influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*, 12, 247–256. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200005>.

Sarmento, E. (2018). Os 4 grandes desafios da família. *Plano.news*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Souza, C. C. de, & Resende, A. C. (2012). Transtornos psicológicos em adolescentes socioeducandos. *Avaliação Psicológica*, 11(1), 95–109.

Souza, D. M. (2016). O olhar por diferentes lentes: O Photovoice enquanto método científico participativo. *Discursos Fotográficos*, 13(23). <https://doi.org/10.5433/1984-7939.2017v13n23p261>.

Souza, D. R. M. de. (2013). *A fotografia participativa como ferramenta de reflexão identitária: Estudo de caso com jovens em contextos de exclusão social no Brasil e em Portugal* [DoctoralThesis, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa]. <https://run.unl.pt/handle/10362/10955>.

Wang, C., & Burris, M. A. (1997). Photovoice: Concept, Methodology, and Use for Participatory Needs Assessment. *Health Education & Behavior*, 24(3), 369–387. <https://doi.org/10.1177/109019819702400309>

Wang, C., Yi, W., Tao, Z., & Carovano, K. (1998). Photovoice as a participatory health promotion strategy. *Health Promotion International*, 13(1), 75-86. <https://doi.org/10.1093/heapro/13.1.75>.